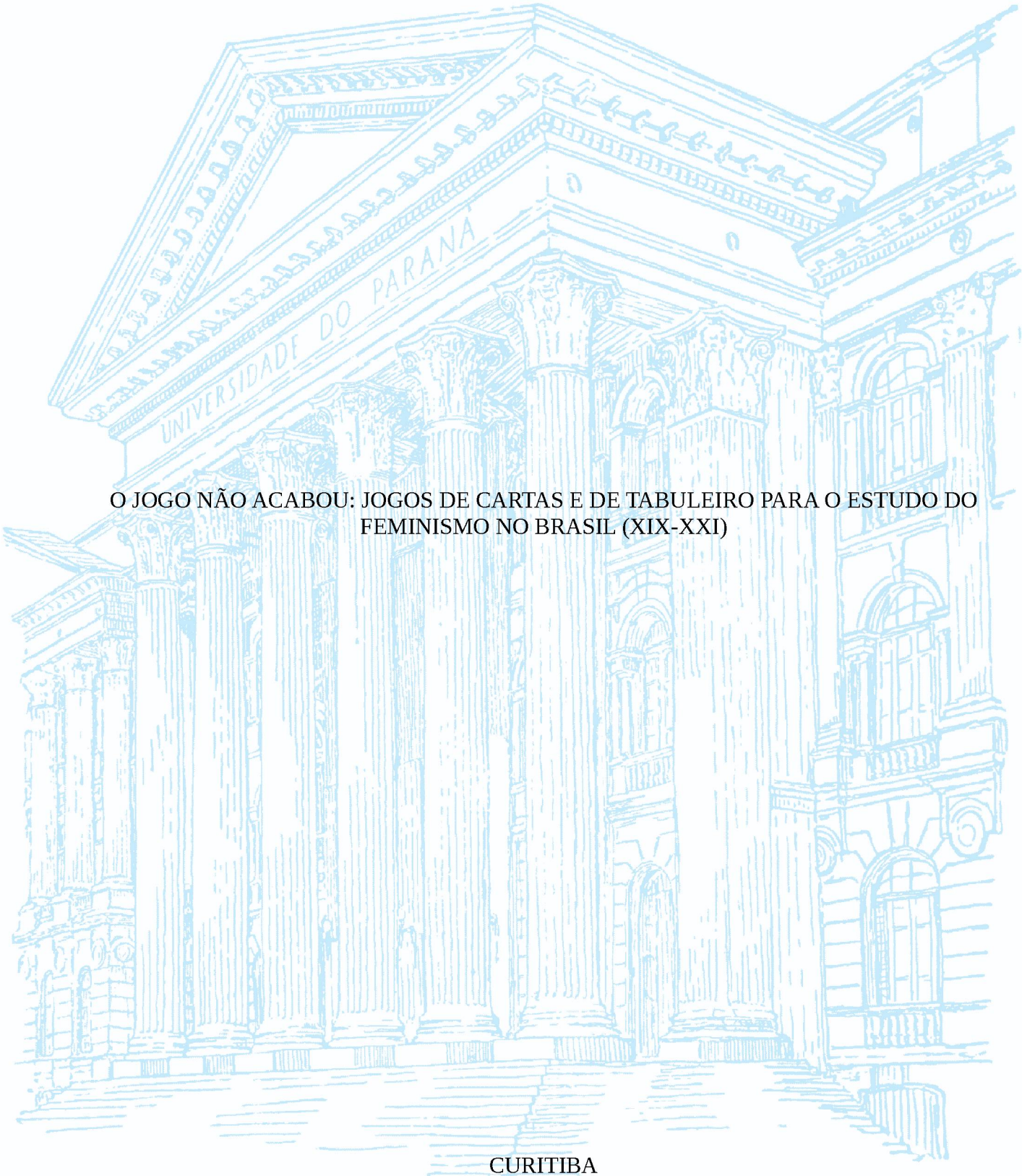
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

DENISE APARECIDA RIBEIRO DA CRUZ



O JOGO NÃO ACABOU: JOGOS DE CARTAS E DE TABULEIRO PARA O ESTUDO DO FEMINISMO NO BRASIL (XIX-XXI)

CURITIBA
2022

DENISE APARECIDA RIBEIRO DA CRUZ

O JOGO NÃO ACABOU: JOGOS DE CARTAS E DE TABULEIRO PARA O ESTUDO DO FEMINISMO NO BRASIL (XIX-XXI)

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Ensino de História, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Ensino de História.

Orientadora: Profª Drª Martha Daisson Hameister.

CURITIBA
2022

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA

Cruz, Denise Aparecida Ribeiro da
O jogo não acabou : jogos de cartas e de tabuleiro para o estudo do feminismo no Brasil (XIX-XXI). / Denise Aparecida Ribeiro da Cruz. – Curitiba, 2022.
1 recurso on-line : PDF.

Mestrado (Dissertação) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Mestrado Profissional em Ensino de História.
Orientadora: Profª. Drª. Martha Daisson Hameister.

1. Feminismo - História. 2. Jogos de carta. 3. Jogos de tabuleiro. 4. Jogos no ensino de história. I. Hameister, Martha Daisson, 1962-. II. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Mestrado Profissional em Ensino de História. III. Título.

Bibliotecária: Fernanda Emanoéla Nogueira Dias CRB-9/1607

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação ENSINO DE HISTÓRIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **DENISE APARECIDA RIBEIRO DA CRUZ** intitulada: **O JOGO NÃO ACABOU: JOGOS DECARTAS E DE TABULEIRO PARA O ESTUDO DO FEMINISMO NO BRASIL (XIX-XXI)**, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestra está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 27 de Maio de 2022.

Assinatura Eletrônica
26/10/2022 18:49:03.0
MARTHA DAISSON HAMEISTER
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica
28/10/2022 09:47:24.0
EDILSON APARECIDO CHAVES
Avaliador Interno (INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica
26/10/2022 17:16:27.0
ANA PAULA VOSNE MARTINS
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015.
Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte identificação única: 230993
Para autenticar este documento/assinatura, acesse https://www.prppg.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaoassinaturas.jsp e insira o codigo 230993

Dedico este trabalho aos meus familiares que apoiaram-me durante essa longa jornada. Aos meus alunos que tornaram-se colaboradores e inspiraram-me no desenvolvimento dos jogos e à minha orientadora Martha Daisson Hameister que pacientemente me guiou por todo esse caminho.

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação é fruto do Mestrado Profissional de História - PROFHISTÓRIA da Universidade Federal do Paraná, uma oportunidade que professores de História têm de produzir dissertações e ferramentas pedagógicas voltados para a sala de aula, unindo assim, as demandas que tão bem conhecem com as discussões teóricas. Como professora com mais de 10 anos de trajetória essa foi uma oportunidade maravilhosa de retornar as discussões sobre os caminhos da disciplina, principalmente em tempos tão sombrios e rememorar as teorias, para produzir um material que pudesse ser utilizado por meus colegas de profissão. Nessa trajetória agradeço imensamente a todos os professores do Programa ProfHistória da UFPR que propiciaram momentos de reflexão sobre a docência e me ajudaram a produzir este material.

Este material não foi feito apenas por minhas mãos. Agradeço principalmente à Profª Drª Martha Daisson Hameister que orientou-me, por sua sensibilidade em me dar autonomia para fazê-lo ao mesmo tempo que me guiou de forma segura e respeitosa nesse caminho. Agradeço também aos professores que fizeram parte da Banca da Defesa, o Prof. Dr. Edilson Chaves por suas contribuições e leitura minuciosa deste trabalho e a Profª Drª Ana Paula Vosne Martins que deste a minha graduação tem impulsionado a temática do feminismo em meu caminho. Os seus questionamentos foram imprescindíveis para a escrita deste trabalho.

Por fim, agradeço ao Maurício Fonseca da Paz pelas conversas e contribuições para a produção dos jogos, à Maria Sueli pela revisão e aos meus alunos/colaboradores das turmas do 9º ano de um Colégio Rural da cidade de São José dos Pinhais que participaram da aplicação de um questionário que foi ponto inicial e crucial para minha compreensão sobre os jogos e sobre as relações de gênero que precisavam ser tocadas, inspirando assim a criação dos jogos sobre o feminismo.

Se a história do feminismo é pouco conhecida,
deve-se também ao fato de ser pouco contada.

Constância Lima Duarte

RESUMO

Este trabalho tem por temática a produção de jogos de cartas e de tabuleiro sobre o feminismo brasileiro (XIX-XXI), para a aplicação nas aulas de História no 9º ano do Ensino Fundamental - Anos Finais. A construção desse trabalho parte da perspectiva da pertinência do debate sobre gênero no Brasil no momento da aplicação de mudanças curriculares e do surgimento de projetos de cunho conservador, exemplificados pelo Movimento Escola Sem Partido que defende a proibição das discussões sobre gênero dentro das escolas. Proibição que silenciaria as vozes das mulheres e suas conquistas, mas também as lutas por seus direitos, contra violências e preconceitos. Alinhado à perspectiva de gênero e na pedagogia engajada da feminista norte-americana Bell Hooks, este trabalho está dividido em quatro capítulos, que perpassam as relações entre educação, jogos e feminismo. No primeiro capítulo busca-se refletir sobre a temática do feminismo brasileiro nas aulas de História a partir de três elementos: uma pesquisa feita com os estudantes do 9º ano de um Colégio Estadual do Campo localizado na cidade de São José dos Pinhais; na legislação educacional para o Ensino de História; e na sua inserção nos livros didáticos de História do 9º ano aprovados pelo PNLD de 2020. Seguiu-se então para uma breve reflexão sobre a história do feminismo brasileiro desde o século XIX até o XXI apoiando-nos em autoras como Céli Regina Jardim Pinto e Constância Lima Duarte. No terceiro capítulo refletiu-se sobre os jogos, a educação e o feminismo orientando-nos pela abordagem crítica da *Games Studies* que entende o jogo como produto cultural que tem uma dimensão social, carrega referenciais culturais, intenções mercadológicas, e ideológicas. Para tanto, norteamo-nos em autores como Johan Huizinga e Marcello Paniz Giacomoni. A partir do levantamento de dados e das reflexões sobre feminismo na educação elencamos quatro questões para o trabalho em sala de aula: O que é o feminismo? Quem são as feministas brasileiras e quais as suas lutas? Quais os preconceitos que as mulheres enfrentaram? Quais são as leis e conquistas das mulheres brasileiras? Buscando responder estas questões, no quarto capítulo apresentamos três jogos de cartas e um jogo de tabuleiro sobre o feminismo brasileiro que unem o conhecimento com o lúdico, pois considera-se que a utilização dos jogos no trabalho pedagógico extrapola em muito o entretenimento e traz possibilidades de aprendizagem histórica e crítica. Os jogos criados são: o jogo de cartas "Memória Feminista" que traz a biografia e a luta de 12 feministas; o jogo de cartas "Linha do Tempo das Conquistas e Direitos das Mulheres" que permite que os discentes conheçam e ordenem cronologicamente as conquistas das mulheres; o jogo de cartas "Junte-se à Luta" que desafia os alunos a derrotar os preconceitos com cartas de estratégias feministas e o jogo de tabuleiro "No Caminho do feminismo: É verdade ou Mentira?" em que o discente ao percorrer o tabuleiro vai descobrindo sobre o feminismo e as feministas. No anexo do trabalho apresentamos o guia dos jogos.

Palavras-chave: História do Feminismo. Jogos de Cartas. Jogo de tabuleiro. Ensino de História.

ABSTRACT

This work has as its theme the production of card and board games about Brazilian feminism (XIX-XXI), for application in History classes in the 9th year of Elementary School - Final Years. The construction of this work starts from the perspective of the relevance of the debate on gender in Brazil at the time of the application of curricular changes and the emergence of projects of a conservative nature, exemplified by the Movimento Escola Sem Partido, which defends the prohibition of discussions about gender within schools. A ban that would silence the voices of women and their achievements, but also the struggles for their rights, against violence and prejudice. In line with the gender perspective and the engaged pedagogy of the American feminist Bell Hooks, this work is divided into four chapters, which permeate the relationships between education, games and feminism. The first chapter seeks to reflect on the theme of Brazilian feminism in History classes based on three elements: a survey carried out with 9th grade students at a Colégio Estadual do Campo located in the city of São José dos Pinhais; in educational legislation for the Teaching of History; and its inclusion in the 9th grade History textbooks approved by the PNLD of 2020. It then followed a brief reflection on the history of Brazilian feminism from the 19th to the 21st century, relying on authors such as Céli Regina Jardim Pinto and Constancia Lima Duarte. In the third chapter, we reflected on games, education and feminism, guided by the critical approach of Games Studies, which understands the game as a cultural product that has a social dimension, carries cultural references, marketing and ideological intentions. To do so, we are guided by authors such as Johan Huizinga and Marcello Paniz Giacomoni. Based on data collection and reflections on feminism in education, we have raised four questions for classroom work: What is feminism? Who are Brazilian feminists and what are their struggles? What prejudices did women face? What are the laws and achievements of Brazilian women? Seeking to answer these questions, in the fourth chapter we present three card games and a board game about Brazilian feminism that unite knowledge with play, as it is considered that the use of games in pedagogical work goes far beyond entertainment and brings possibilities of historical and critical learning. The games created are: the card game “Feminist Memory” that brings the biography and struggle of 12 feminists; the card game “Women's Achievements and Rights Timeline” that allows students to know and chronologically order the women's achievements; the card game “Join the Fight” that challenges students to defeat prejudices with feminist strategy cards and the board game “On the Road to Feminism: Is it true or a lie?” in which the student, by going through the board, discovers about feminism and feminists. In the annexe of the work we present the game guide.

Keywords: History of Feminism. Card games. Board game. History teaching.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

GRÁFICO 1- O QUE É O FEMINISMO ?..... 33

GRÁFICO 2 - VOCÊ SABE POR QUAIS CAUSAS AS MULHERES LUTAM?..... 43

FIGURA 1- FEMINISMO NO LIVRO HISTÓRIA, SOCIEDADE E CIDADANIA: ABERTURA DO CAPÍTULO..... 65

FIGURA 2- FEMINISMO NO LIVRO HISTÓRIA, SOCIEDADE E CIDADANIA: PRIMEIRA REPÚBLICA..... 67

FIGURA 3- FEMINISMO NO LIVRO HISTÓRIA, SOCIEDADE E CIDADANIA: PRIMEIRA REPÚBLICA -2..... 68

FIGURA 4- FEMINISMO NO LIVRO HISTÓRIA, SOCIEDADE E CIDADANIA: PRIMEIRA REPÚBLICA -3 70

FIGURA 5- RELAÇÕES DE GÊNERO NOS LIVROS DIDÁTICOS: HISTÓRIA, ESCOLA E DEMOCRACIA..... 73

FIGURA 6- RELAÇÕES DE GÊNERO NOS LIVROS DIDÁTICOS: HISTÓRIA, ESCOLA E DEMOCRACIA- 2..... 74

FIGURA 7- FEMINISMO NO LIVRO HISTÓRIA, SOCIEDADE E CIDADANIA: ANOS 60 E 70 -1..... 77

FIGURA 8- FEMINISMO NO LIVRO HISTÓRIA, SOCIEDADE E CIDADANIA: ANOS 60 E 70 -2..... 78

FIGURA 9- FEMINISMO NO LIVRO HISTÓRIA, SOCIEDADE E CIDADANIA: ANOS 60 E 70 - 3..... 79

FIGURA 10- FEMINISMO NO LIVRO HISTÓRIA, SOCIEDADE E CIDADANIA: BRASIL NO SÉCULO XXI..... 82

FIGURA 11- AS ONDAS DO FEMINISMO BRASILEIRO 87

QUADRO 1- TIPOLOGIA DOS JOGOS DE CARTAS..... 140

FIGURA 12- JOGO DA ONÇA: TABULEIRO E PEÇAS..... 142

QUADRO 2 TIPOLOGIA DOS JOGOS DE MESA..... 144

GRÁFICO 3- VOCÊ JOGA ALGUM TIPO DE JOGO DE TABULEIRO?..... 147

GRÁFICO 4- EM QUAIS LUGARES VOCÊ COSTUMA JOGAR?..... 147

FIGURA 13- CAIXA E CARTAS DO JOGO THE GAME OF SUFFRAGETTE..... 156

FIGURA 14- CAIXA E CARTAS DO JOGO PANKO OR VOTE FOR WOMEN 1909..... 157

FIGURA 15- TABULEIRO DO JOGO SUFFRAGETTO (1907)..... 158

FIGURA 16- TABULEIRO, PEÇAS E REGRAS DO JOGO PANK-A-SQUITH..... 159

FIGURA 17- TABULEIRO DO JOGO SUFFRAGETTES IN AND OUT OF PRISION (1909)..... 160

FIGURA 18- TABULEIRO DO JOGO WHO'S SHE? (2018)..... 161

FIGURA 19- CARTAS DO JOGOS MULHERES INSPIRADORAS..... 162

FIGURA 20- TABULEIRO E PEÇAS DO JOGO VIOLETAS..... 163
FIGURA 21- CAIXA E CARTAS DO JOGO VIDAS VIOLETAS..... 163
FIGURA 22- TABULEIRO DO JOGO DO ESPELHO..... 164
FIGURA 23- CARTAS DO JOGO MULHERES NA HISTÓRIA..... 165
FIGURA 24- PAR DE CARTAS DO JOGO DA MEMÓRIA BRINCANDO E APRENDENDO..... 165
FIGURA 25- JOGO MEMÓRIA FEMINISTA- CARTA 1- FRENTE E VERSO..... 178
FIGURA 26- JOGO MEMÓRIA FEMINISTA- CARTA 2- FRENTE E VERSO..... 179
FIGURA 27- MEMÓRIA FEMINISTA- CAIXA DO JOGO..... 182
FIGURA 28- JOGO LINHA DO TEMPO - CARTAS FRENTE E VERSO..... 192
FIGURA 29- JOGO LINHA DO TEMPO - CAIXA DO JOGO..... 196
FIGURA 30- JOGO JUNTE-SE A LUTA - CARTA FRASE- FRENTE..... 205
FIGURA 31 - JOGO JUNTE-SE A LUTA - CARTA FRASE- VERSO..... 205
FIGURA 32- JOGO JUNTE-SE A LUTA - CARTA DECISOR- FRENTE E VERSO.. 206
FIGURA 33- JOGO JUNTE-SE À LUTA- EXEMPLOS DE CARTA AÇÃO..... 208
FIGURA 34- JOGO JUNTE-SE A LUTA - CAIXA DO JOGO..... 213
FIGURA 35- JOGO NO CAMINHO DO FEMINISMO- TABULEIRO..... 220
FIGURA 36- JOGO NO CAMINHO DO FEMINISMO- CARTAS PERGUNTA FRENTE E VERSO..... 221
FIGURA 37- JOGO NO CAMINHO DO FEMINISMO- CARTAS JOGADOR..... 231
FIGURA 38- JOGO NO CAMINHO DO FEMINISMO- PEÇAS..... 232
FIGURA 39- JOGO NO CAMINHO DO FEMINISMO- CAIXA DOS JOGOS..... 233

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - O QUE SIGNIFICA SER MULHER NA NOSSA SOCIEDADE?..... 36

TABELA 2 - O QUE SIGNIFICA SER HOMEM NA NOSSA SOCIEDADE?..... 36

TABELA 3 - EM QUAIS SITUAÇÕES VOCÊ ACREDITA QUE HOMENS E MULHERES SÃO TRATADOS DE FORMA DIFERENTE NA SOCIEDADE?..... 40

TABELA 4 - ROTINA DIÁRIA DOS ALUNOS: ATIVIDADES..... 40

TABELA 5 - QUAIS SÃO AS LUTAS DAS MULHERES?..... 44

TABELA 6 - QUADRO DE LIVROS DE HISTÓRIA 9º ANO DO PNLD 2020..... 56

TABELA 7 - LIVRO HISTÓRIA, SOCIEDADE E CIDADANIA: FEMINISMO NA PRIMEIRA REPÚBLICA..... 60

TABELA 8 - LIVRO HISTÓRIA, SOCIEDADE E CIDADANIA: FEMINISMO NAS DÉCADAS DE 1950, 1960 E 1970..... 71

TABELA 9 - LIVRO HISTÓRIA, SOCIEDADE E CIDADANIA: FEMINISMO NO BRASIL DO SÉCULO XXI..... 80

TABELA 10 QUAIS JOGOS DE TABULEIRO COSTUMA JOGAR?..... 148

TABELA 11 FICHA ´TÉCNICA DO JOGO MEMÓRIA FEMINISTA..... 177

TABELA 12 JOGO MEMÓRIA FEMINISTA- FRASES DAS CARTAS..... 180

TABELA 13 JOGO MEMÓRIA FEMINISTA- SUGESTÃO DE PLANO DE AULA... 183

TABELA 14 FICHA ´TÉCNICA DO JOGO LINHA DO TEMPO..... 189

TABELA 15 CONTEÚDO DAS CARTAS DO JOGO LINHA DO TEMPO..... 193

TABELA 16 JOGO LINHA DO TEMPO- SUGESTÃO DE PLANO DE AULA..... 197

TABELA 17 FICHA ´TÉCNICA DO JOGO JUNTE-SE Á LUTA..... 202

TABELA 18 CONTEÚDO DAS CARTAS FRASE DO JOGO JUNTE-SE À LUTA.... 204

TABELA 19 JOGO JUNTE-SE À LUTA - CONTEÚDO DAS CARTAS DECISOR..... 206

TABELA 20 JOGO JUNTE-SE A LUTA - CONTEÚDO DAS CARTAS AÇÃO..... 209

TABELA 21 JOGO JUNTE-SE À LUTA- SUGESTÃO DE PLANO DE AULA..... 214

TABELA 22 FICHA TÉCNICA DO JOGO NO CAMINHO DO FEMINISMO..... 218

TABELA 23 JOGO NO CAMINHO DO FEMINISMO- DESCRIÇÃO DAS CARTAS 222

TABELA 24 JOGO NO CAMINHO DO FEMINISMO - SUGESTÃO DE PLANO DE AULA..... 234

LISTA DE SIGLAS

ADVOCACI - Advocacia Cidadã pelos Direitos Humanos

BNCC - Base Nacional Comum Curricular

CFMEA- Centro Feminista de Estudos Assessoria

CEPIA - Cidadania, Estudos, Pesquisa, Informação, Ação e Estudos de Gênero

CLADEN- Comitê Latino-americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher.

CNDM - Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio

ESP - Escola Sem Partido

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPCN - Instituto de Pesquisas das Culturas Negras

LDBEN- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

PAISM - Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PT – Partido dos Trabalhadores

PCNs - Parâmetros Curriculares Nacionais

PL- Projeto de Lei

PNLD -Programa Nacional do Livro e do Material Didático

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONDH – Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos

ONG – Organização não governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PROFHISTÓRIA - Mestrado Profissional em Ensino de História

SBPC- Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

STJ – Superior Tribunal de Justiça

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UFPR - Universidade Federal do Paraná

WSPU—Women's Social and Political Union

SUMÁRIO

1	**INTRODUÇÃO**	15
2	**EDUCAÇÃO, HISTÓRIA E FEMINISMO: SILÊNCIOS E DESAFIOS**	30
2.1	AS MULHERES: SILÊNCIOS NA HISTÓRIA, SILÊNCIOS NA ESCOLA	30
2.2	FEMINISMO: NA SALA DE AULA	32
2.3	FEMINISMO NO CURRÍCULO DE HISTÓRIA: BNCC (2018) E REFERENCIAL CURRICULAR DO PARANÁ (2018)	45
2.4	FEMINISMO: NOS LIVROS DIDÁTICOS DO PNLD 2020	54
2.4.1	Feminismo: Na Primeira República	60
2.4.2	Feminismo e Movimentos Sociais: Décadas de 1960 e 1970	71
2.4.3	Feminismo: No Brasil do século XXI	80
3	**FEMINISMOS NO BRASIL**	85
3.1	PRIMEIRA ONDA DO FEMINISMO BRASILEIRO	88
3.1.1	Pelo direito à Educação	99
3.1.2	Pelo Direito à Participação Política	92
3.1.3	Pelo Direito à Emancipação e a Liberdade	95
3.2	SEGUNDA ONDA DO FEMINISMO BRASILEIRO	98
3.2.1	Pelos direitos à saúde, sexuais, reprodutivos e contra a violência	102
3.2.2	Pelos Direitos civis, sociais e políticos	105
3.2.3	Pelo feminismo acadêmico	112
3.3	TERCEIRA ONDA DO FEMINISTA	115
3.3.1	Décadas de 90 e 2000: Consolidação de Leis e Direitos das Mulheres	117
3.3.2	Os feminismos no Brasil	122
4	**JOGOS DE CARTAS E DE TABULEIRO NO ENSINO DE HISTÓRIA**	134
4.1	JOGOS DE CARTAS E DE TABULEIRO NA HISTÓRIA	135
4.2	JOGOS NA SALA DE AULA	146
4.2.1	Pesquisa sobre jogos na sala de aula	146
4.2.2	Jogos de carta e de tabuleiro nas aulas de História	150
4.3	JOGOS DE CARTA E DE TABULEIRO: NA HISTÓRIA DO FEMINISMO	155
5	**A LUTA NÃO ACABOU: JOGOS SOBRE O FEMINISMO BRASILEIRO**	167
5.1	MEMÓRIA FEMINISTA	174
5.1.1	Elementos do jogo Memória Feminista	178
5.1.2	Memória Feminista: sugestão de aplicação em sala de aula	184

5.2 LINHA DO TEMPO DAS CONQUISTAS DIREITOS DAS MULHERES..... 187
5.2.1 As cartas do jogo Linha do Tempo das conquistas e direitos das mulheres..... 190
5.2.2 Linha do tempo: sugestão de aplicação em sala de aula..... 197
5.3 JUNTE-SE À LUTA: DERROTE OS PRECONCEITOS CONTRA AS MULHERES..... 200
5.3.1 Elementos do jogo Junte-se à Luta..... 203
5.3.2 Junte-se à Luta: sugestão de aplicação em sala de aula..... 214
5.4 JOGO DE TABULEIRO - O CAMINHO DO FEMINISMO: É VERDADE OU MENTIRA?..... 216
5.4.1 Elementos do jogo de tabuleiro..... 218
5.4.2 No Caminho do Feminismo: sugestão de aplicação em sala de aula..... 233
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 236
REFERÊNCIAS..... 247
APÊNDICE 1 - INSTRUMENTO DE PESQUISA..... 270
APÊNDICE 2 - QUADRO SOBRE OS FEMINISMO NOS LIVROS DIDÁTICOS DO PNLD 2020..... 273
APÊNDICE 3 -GUIA DE JOGOS SOBRE O FEMINISMO NO BRASIL..... 276

1 INTRODUÇÃO

No início do século XX as feministas britânicas em sua trajetória pela conquista do sufrágio utilizaram uma estratégia que lhes rendia dinheiro para custear o movimento e que ao mesmo tempo, através do entretenimento, ensinava sobre o feminismo, suas integrantes, suas lutas e como lutar: os jogos de cartas e de tabuleiro.[1] Inspirando-nos nesse exemplo, este trabalho tem por objetivo central a criação de jogos de cartas e de tabuleiro sobre o percurso do feminismo brasileiro (XIX-XXI) para aplicação em sala de aula na disciplina de História para o 9º ano do Ensino Fundamental - Anos Finais. No percurso da criação desses jogos os objetivos específicos desdobram-se em reflexões sobre a temática de gênero e educação nas aulas de História e dos jogos como ferramentas de ensino aprendizado. O intuito é, assim como era para as feministas britânicas, unir o lúdico ao conhecimento histórico, dando aporte para que os discentes conheçam e reelaborem seus conhecimentos sobre o movimento feminista, as feministas brasileiras, as lutas e conquistas das mulheres nos âmbitos políticos, sociais e civis no Brasil de forma crítica e significativa.

O percurso deste trabalho iniciou-se com uma grande inquietação vivenciada na minha prática docente, o silenciamento das mulheres na História, especialmente sobre o movimento feminista. As mulheres apareciam nas margens da História e dos livros didáticos, o que pode acarretar que a maioria dos discentes saiam dos bancos escolares desconhecendo sobre a história das mulheres, sobretudo das brasileiras, suas lutas e conquistas. Falta-nos principalmente uma perspectiva de gênero sobre os conteúdos da disciplina. Por outro lado, as mudanças nas legislações educacionais e por conseguinte nos currículos - Base Nacional Comum Curricular (BNCC)[2] e Referencial Curricular do Paraná[3] em 2018-, apenas reforçaram a exclusão do debate de gênero nas salas de aula.

Temática que foi o cerne de discursos conservadores nas últimas décadas que defendem a proibição das discussões sobre gênero dentro das escolas como o do Movimento Escola Sem Partido (ESP).[4] Proibição que silenciaria os debates sobre as lutas e conquistas

---

[1]Os membros de grupos como WSPU—Women's Social and Political Union vendiam muitos artigos lúdicos para custear o movimento, entre eles: botons, brinquedos e jogos.

[2]BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf Acessado em: 30/12/2019.

[3]PARANÁ. Referencial Curricular do Paraná: Princípios, Direitos e Orientações. Paraná, 2018. Disponível em:<http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/bncc/2018/referencial_curricular_parana_cee.pdf > Acessado em: 30/12/2019.

feministas, assim como as opressões e violências contra as mulheres.[5] Diante deste contexto e apoiando-nos na perspectiva de autoria de Antônia Terra de Calazans Fernandes (2018, p. 152), para quem "os conteúdos tratados no ensino de História interferem nos valores e crenças dos estudantes diante das questões do mundo atual"[6] pareceu-nos premente tratar das questões de gênero em sala de aula e especialmente do movimento feminista que mostra as lutas das mulheres contra as opressões impostas, as conquistas legais, sociais e políticas e a representatividade de mulheres em todos os espaços.

Diante da instigação que a temática suscita para a sala de aula, o desafio dos docentes é: Como levar as vozes das feministas, suas histórias, suas lutas e conquistas para dentro da sala de aula nas aulas de História? Uma vez que o material didático mais próximo dos docentes e discentes, o livro didático, nem sempre aborda de forma consistente e explicativa a temática, e portanto temos que buscar outros elementos. A resposta surgiu-nos de dentro da história do feminismo, com a estratégia de unir diversão e conscientização sobre o movimento: a criação de jogos analógicos de cartas e de tabuleiro.

Para revisitar pelos jogos de cartas e de tabuleiro as vozes das mulheres brasileiras que foram silenciadas nos livros didáticos, orientamo-nos pela perspectiva de gênero na concepção da historiadora Joan W. Scott. Para Scott(1995) gênero é o "elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos" e "um modo de dar significado às relações de poder". Essa visão implica uma forma de compreender a história e o fazer historiográfico que desnaturaliza padrões discursivos deterministas relacionados a fatores biológicos ou físicos das mulheres e os entende como discursos construídos histórico e culturalmente de representações sobre as diferenças que se dão em meio a confrontos político-sociais. Para Judith Butler (2003) a afirmação que o gênero é uma construção pressupõe que também podemos identificar os mecanismos desta construção e nos perguntar se ela não poderia ser feita de outra maneira.

---

[4] Na Consulta Pública do Senado em agosto de 2021 estava aberta a Sugestão nº 24/2018 que torna crime o ensino da Ideologia de Gênero nas escolas brasileiras. Proposta que ressurge de tempos em tempos no Senado. Em 2017 recebeu mais de 20.000 apoiadores e segue em tramitação. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/133917> Acesso em: 02 de mar. de 2022.

[5] O IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) publicou o estudo em 2021 sobre a violência contra as mulheres entre 2009 e 2019: 50.056 mulheres foram assassinadas, 67% delas eram negras. Apontou o aumento da violência doméstica em 6,1%. Esses dados mostram a urgência dos debates de gênero na sociedade sobre as opressões, as formas de denúncia e de proteção. Dados disponíveis em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/3956-dashboard-atlas-2021.pdf> Acesso em: 21 de out. de 2020.

[6] A autora discute como e quais conteúdos eram ensinados na disciplina de História com o recorte sobre os temas de indígenas e afro-brasileiros a partir de fontes documentais no século XX.

A construção desse trabalho pelo viés de gênero evidencia uma prática pedagógica engajada. Norteamo-nos pelas concepções pedagógicas de Paulo Freire (2014, p.100) para uma educação problematizadora em que os sujeitos "vão percebendo, criticamente, *como estão* sendo no mundo *com que* e *em que se acham*".[7] E esse percurso passa pelo caminho historiográfico, pelo conhecimento da nossa história, daquelas que lutaram por direitos que hoje usufruímos, pelas pautas que ainda lutamos. Entendemos, nesse sentido, assim como para a feminista estadunidense Bell Hooks (2013), a prática pedagógica como um lugar fundamentalmente político e de resistência contra o sexismo, o racismo e ao capitalismo.

Para Cubas (2017) a temática é incontornável durante o processo de formação escolar, por ser tema transversal nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e aparecer em exames nacionais como o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) de 2015 quando se utilizou a famosa frase de Simone de Beauvoir "ninguém nasce mulher: torna-se mulher" e suscitou diversas reações. No entanto, no ambiente escolar, nos conteúdos curriculares e nos livros didáticos persistem silenciamentos das mulheres na história e a maior parte dos estudantes não aprendem sobre as mulheres como sujeitos históricos e muito menos sobre a história do feminismo nos bancos escolares. Isso é resquício da trajetória da historiografia e por conseguinte do próprio ensino da História no Brasil, que segundo Circe Bittencourt (2018, p.127) nasceu como uma disciplina escolar, vista como um estudo cronologicamente organizado dos feitos de "grandes homens", mnemônico de um passado branco, cristão e eurocêntrico. Zarbato (2017) cita ainda que, esse tipo de história molda o imaginário social, relegando à mulher um papel secundário e do âmbito privado, não acompanhando as pesquisas da Academia. Tornando-se comum encontrarmos nos livros didáticos a história das mulheres como apêndices, em casos episódicos, nas margens dos livros e da história. Problema a ser enfrentado desde a formação educacional básica até a acadêmica.

A união dos jogos com a temática de gênero surge como uma possibilidade e um recurso para a abordagem do tema em sala de aula. Segundo as desenvolvedoras Pires, Fonseca e Gouvêa (2016, p.822) do jogo de tabuleiro "Violetas" que aborda a violência contra as mulheres, através dos jogos, pode-se desvelar os padrões discursivos sobre as representações femininas que se apresentam naturalizados, o que é um pré-requisito para uma educação crítica com vistas à redução das desigualdades sociais entre os gêneros. Para essas autoras se destaca a relevância de uma aprendizagem voltada para a construção de sujeitos

[7] Grafia do autor.

com capacidade de interpretação autônoma, inventiva coma perspectiva do fazer histórico indissociável da ética e da política.

Sob essas perspectivas da prática pedagógica engajada, da importância da temática de gênero e por conseguinte do feminismo, da união do lúdico com a aprendizagem histórica e crítica através da criação de jogos analógicos este trabalho é apresentado em quatro capítulos. Nos primeiros capítulos refletimos sobre a educação, a História e o feminismo nas salas de aula e consequentemente sobre a História do feminismo brasileiro. No terceiro capítulo prescrutamos sobre os jogos, a educação e o feminismo e no quarto capítulo apresentamos os jogos criados para o trabalho em sala de aula: três jogos de cartas e um jogo de tabuleiro que perpassam as lutas, as feministas e as conquistas do feminismo brasileiro. Produzimos como material de apoio o Guia dos Jogos, com material complementar, sugestão de aplicação em sala de aula e disponibilização dos elementos dos jogos.[8]

No primeiro capítulo intitulado "Educação, História e Feminismo: Silêncios e desafios" percorremos a temática da educação e do feminismo. Orientamo-nos pelas perspectivas das historiadoras Joan W. Scott (1995) e Michelle Perrot (2005) para escrutinar a História das mulheres, uma vez que, o silenciamento das vozes femininas não era apenas nos bancos escolares, mas de toda uma narrativa historiográfica até a década de 1970. Mas, se por um lado, as novas perspectivas historiográficas trouxeram luz para a história das mulheres, isso se reverberou em conhecimento, especialmente sobre o movimento feminista dentro das salas de aulas? Para responder essa questão, especificamente sobre o movimento feminista brasileiro, investigamos três elementos: os discentes, a legislação educacional sobre a disciplina de História - a BNCC e o Referencial Curricular do Paraná e os livros didáticos do 9º ano aprovados pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) de 2020, em específico o livro História, Sociedade e Cidadania (2018) do autor Alfredo Boulos Júnior [9]

No primeiro âmbito analisamos o conhecimento dos discentes do 9º ano de um Colégio Estadual do Campo[10] localizado na cidade de São José dos Pinhais no Estado do

[8]O Guia foi anexado a este trabalho por ter outra formatação, paginação e estilo de fonte, além de trazer anexadas as cartas, caixas e tabuleiros ocupando toda a página.

[9]Este livro didático foi escolhido como única opção para todo o Estado do Paraná. Portanto, o material que os discentes da minha escola tinham acesso. Essa obra pode ser conferida na íntegra no site na editora FTD. Disponível em:<https://pnld2020.ftd.com.br/colecao/historia-sociedade-e-cidadania/> Acesso em: 21 de ag. de 2020.

[10] Ressalta-se aqui a especificidade da modalidade de Ensino do Campo e principalmente do público-alvo dessa pesquisa, os estudantes que em sua maioria vivem em meio rural. Segundo o Decreto 7352/2010 que conceitua a população do campo, estes são, agricultores familiares, extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os

Paraná no ano de 2020.[11] Por participarem de uma escola dentro da modalidade do Campo, consideramos não apenas a dimensão geográfica e espacial dos nossos colaboradores, mas principalmente a dimensão cultural e identitária desses estudantes, advindos em sua maioria de famílias de agricultores e trabalhadores assalariados rurais. Como as questões de gênero perpassam toda a nossa sociedade, seja urbana ou rural, ainda que existam especificidades apoiando-nos nas autoras Carla Bassanezi Pinsky (2018) e Ana Maria Colling (2004) para quem a construção da diferença sexual delimita as ideias de masculinidade e feminilidade e forja papéis e identidades com a elaboração de discursos que perpassam várias esferas como o filosófico, judiciário, médico e religioso. E elaboramos sete questões que investigaram a concepção dos estudantes sobre o significado da palavra feminismo e suas pautas de luta, as representações sobre os papéis de homens e mulheres e seus respectivos lugares no mundo. Juntamente ao questionário solicitamos a escrita de uma rotina de uma semana dos estudantes para observarmos e contrapormos as respostas do questionário.[12]

O segundo passo da nossa pesquisa foi buscar na legislação educacional brasileira referente à disciplina de História - BNCC e Referencial Curricular do Paraná: Princípios, Direitos e Orientações, as referências sobre a temática do feminismo, posto que são documentos norteadores e de amparo para a prática docente.[13] Examinamos o espaço dado as mulheres, em específico ao movimento feminista. Partimos para tanto das reflexões sobre o currículo de História de autores como Caimi (2016), Bittencourt (2018) e Laville (1999). Esses autores apontam para o currículo de História como não neutro e revelador de posicionamentos ideológicos e visões de mundo e assim posto, como fonte de produção e reposicionamento de identidades culturais, de gênero, religiosas, étnico-raciais e sexuais. Portanto, a ausência e a presença de conteúdos, a inserção e a exclusão de palavras como

---

assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural. Já a Escola do Campo que atende essa população é definida como aquela que está situada em área rural, ou urbana, desde que dedique-se predominantemente a população do campo.(BRASIL, 2010) Define-se que a prática educacional, tendo em vista a especificidade da Educação do Campo, garanta aos estudantes os mesmos direitos educacionais da população urbana.

[11] Optamos por não identificar o colégio em que foi aplicada a pesquisa, por uma questão ética. Apenas indicamos que é um Colégio Estadual do Campo localizado na cidade de São José dos Pinhais/PR.

[12]Este trabalho foi elaborado para ter uma dimensão de estudo de caso com a sua aplicação com os alunos do Colégio Estadual do Campo no qual esta autora ministrava aulas no ano de 2019/2020. No entanto, por causa da pandemia do COVID-19 as aulas presenciais foram suspensas em 2020. Até se cogitou em mudar o produto para sua forma digital, mas cerca de 90% dos discentes desse colégio não tinham acesso à internet por morarem na área rural.

[13] A perspectiva de gênero tem se tornado polêmica dentro de sala de aula rendendo até mesmo ameaças de processos contra docentes. E uma das maneiras de nos amparar para os questionamentos de sua aplicação e importância é através do conhecimento da legislação educacional e dos referenciais curriculares.

gênero e feminismo, o espaço dado as mulheres tornam-se assim, em concreto essas visões de mundo que serão reproduzidas em sala de aula e por conseguinte na sociedade, pelos estudantes e docentes.

A temática do feminismo, na disciplina de História é indicado para o 9º ano do Ensino Fundamental- Anos Finais. Estes documentos da legislação educativa foram criados no ano de 2018 e revelam os silenciamentos, das palavras gênero e feminismo. Pois, se quer foram citadas na BNCC para a disciplina de História. Mas, também apontam, segundo Silva, Brancaleoni e Oliveira (2019) no artigo "Base Nacional Comum Curricular e Diversidade Sexual e de Gênero: (des) caracterizações" para a inserção destes documentos no momento histórico de debates sobre a questão de gênero nas escolas. Erroneamente nomeadas de Ideologia de Gênero, genealógica e cronologicamente datada dos anos de 1980 de dentro da Igreja Católica esse tema têm sido discutido inclusive com projetos de Lei como a PL 2974/2014, intitulado "Escola Sem Partido" que defende a proibição das discussões sobre gênero dentro das escolas. Para essa discussão nos pautamos nos autores como Fernando Penna (2016) e Rogério Diniz Junqueira. Para Junqueira (2019, p. 136) as discussões têm sido tomadas por "mobilizações voltadas a eliminar ou reduzir as conquistas feministas, a obstruir a adoção de medidas de equidade de gênero e a reduzir garantias de não discriminação". Segundo o autor tal perspectiva fortalece visões de mundo, instituições, valores e crenças pautados em marcos morais, religiosos, intransigentes e autoritários. (JUNQUEIRA, 2019. p. 136)

O terceiro elemento desse percurso é o livro didático. Em diálogo com a autora Circe Bittencourt (2011) entendemos o livro didático como produto cultural que reflete relações de poder, como o de gênero, e neles encontramos estabelecimento de verdades, legitimidade e condicionamento de comportamentos. Questionamo-nos, portanto sobre o lugar do conteúdo do feminismo, e por conseguinte das mulheres nos livros didáticos de História para o 9º ano aprovados pelo PNLD de 2020.[14] Uma dimensão importante dessa reflexão foi examinar o lugar das mulheres nos princípios e critérios do próprio PNLD, uma vez que os livros são redigidos tendo em vista estes critérios e assim os refletem em seu conteúdo final. A outra dimensão desse percurso foi o exame da inserção do tema feminismo nos livros, em específico no livro didático História, Sociedade e Cidadania do autor Alfredo Boulos Júnior

[14] Pode-se acessar as referências dos livros aprovados pelo PNLD e o Guia com a análise dos livros pelo link: Disponível em: <https://pnld.nees.ufal.br/pnld_2020/componente-curricular/pnld2020-historia> Acessado em 26/08/2020.

(2018) utilizado no Colégio em que a pesquisa foi realizada com os discentes e pela primeira vez adotado como opção única para todo o Estado do Paraná. Dado significativo, uma vez que, como imposto e portador de um discurso único para todos os professores e estudantes paranaenses, a forma que um conteúdo apareceu ou a sua ausência pode significar a única chance dos estudantes terem contato com este assunto para então significá-lo, criticá-lo ou apenas naturalizá-lo.

Para sistematizarmos como o feminismo aparece no livro didático criamos três tabelas que contemplam os três únicos momentos que a temática aparece, concretizando as premissas dos referenciais curriculares: Na primeira República (1889-1930), nos anos 1960 e 70 inserida nos movimentos sociais e no Brasil do século XXI. Prescrutamos então, nessas páginas, a uso da palavra feminismo e a sua exclusão; a quantidade de páginas dedicadas ao tema; os capítulos em que a temática aparece; se o assunto aparece no corpo do texto principal ou nas seções; nos encaminhamentos e textos de apoio ao professor; Sobre as imagens relacionadas ao tema; Sobre as feministas citadas e quais lutas e conquistas que aparecem.

Ao examinar a temática feminismo a partir desses três âmbitos: da realidade da sala de aula através da percepção dos estudantes, da legislação educacional que propõe e impõe um currículo para o professor seguir e no livro didático, que segue também essa legislação e que é o material de apoio mais acessível ao professor e ao estudante percebemos a construção de discursos que permeiam o que é feminilidade e masculinidade e seus respectivos lugares na História e na sociedade. Esses discursos se desdobram em recusa, distorção ou desconhecimento sobre gênero e feminismo e por consequência sobre as lutas enfrentadas e aquelas que ainda estão em pautas, mas igualmente sobre as conquistas das mulheres. Alicerçando-nos nesses dados elencamos quatro questões para serem trabalhadas em sala de aula e que nortearam a criação dos nossos jogos: O que é o feminismo? Quem são as feministas brasileiras e quais as suas lutas? Quais os preconceitos que as mulheres enfrentaram e enfrentam? Quais são as leis e conquistas das mulheres brasileiras nos últimos séculos?

Considero que esse primeiro capítulo é crucial, enquanto docente, pois me percebo dentro e participante desse emaranhado de discursos. Uma vez que, como defende Karel Kosik "para conhecer as coisas em si, deve primeiro transformá-las em coisas para si." (1969, p.22) Tal assertiva foi o ponto de partida deste trabalho e também do procedimento metodológico aqui utilizado, o dialético. Em que parte-se da apreensão da representação

inicial do todo, o fato do silenciamento da história das mulheres em sala de aula, e uma vez convertido em objeto de análise segue-se para a exegese analítica. Kosik (1969, p.14) afirma que esse processo de conhecimento é a decomposição do todo para que se possa compreendê-lo. Assim, para Kosik (1969, p. 15),

> [...] captar o fenômeno de uma determinada coisa significa indagar e descrever como a coisa em si se manifesta naquele fenômeno, e como ao mesmo tempo nele se esconde. Compreender o fenômeno é *atingir* a essência. Sem o fenômeno, sem sua manifestação e revelação, a essência seria inatingível.

Após essa exegese então se retorna ao concreto, ao real. Formando assim uma espiral em que o ponto de partida do exame é idêntico ao resultado, mas de forma articulada e compreendida. Assim, identificamos os discursos elaborados pelos discentes, o lugar do feminismo no currículo de História e nos livros didáticos para compreender o silenciamento das mulheres na História e por conseguinte na sala de aula.

Da problemática do feminismo em sala de aula partimos para a reflexão sobre a história do feminismo brasileiro. Afinal qual é a História do feminismo no nosso país, quais são suas pautas de luta e suas conquistas, quais são as mulheres que fizeram e fazem parte desse movimento? Para esse fim, seguimos para o segundo capítulo intitulado "Feminismos no Brasil". É uma breve reflexão sobre a trajetória do movimento no Brasil construída em diálogo com muitas pesquisadoras em especial as autoras Maria Amélia de Almeida Teles na obra "Breve história do feminismo no Brasil" de 1999, Céli Regina Jardim Pinto em "Uma história do feminismo no Brasil" (2003) e na obra organizada por Heloísa Buarque de Hollanda intitulada "Pensamento Feminista Brasileiro: Formação e Contexto" publicada em 2019.

Deste e neste percurso que escolhemos as feministas que comporiam os jogos, as lutas e conquistas que seriam contempladas. Fazemos uma ressalva que escolhemos um número pequeno de feministas, tendo como critério que estas mulheres se identificassem como feministas, que suas ações tivessem um grande alcance dentro do movimento e por terem seus nomes citados nos livros didáticos. Foram selecionadas: Nísia Floresta (1810-1895) que escreveu a obra considerada inaugural do feminismo brasileiro "Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens" em 1832; Bertha Lutz (1894-1976) por ter encabeçado o movimento pelo sufrágio feminino; Maria Lacerda de Moura (1887-1845) por escrever sobre o âmbito do feminismo e da emancipação; Rose Marie Muraro (1930-2014) considerada a

matrona do feminismo brasileiro; Romy Medeiros (1921-2013) e Jacqueline Pitanguy por suas atuações no campo da conquista das leis; Maria da Penha (1945) que dá nome a lei contra a violência doméstica contra a mulher; Djamila Ribeiro (1980) feminista negra que tem grande alcance midiático; Jôenia Wapachana eleita primeira deputada federal indígena do Brasil em 2018; e também escolhemos dois movimentos: a Marcha das Margaridas que é composto por mulheres do meio rural e já contou com mais de 100 mil participantes e a Marcha das Vadias que acontece em várias cidades brasileiras contra a cultura do estupro e pelo empoderamento feminino. Temos ainda, a ciência que por limitação da extensão deste trabalho e de fontes selecionamos apenas representantes de importantes momentos do feminismo brasileiro. Mas, que muitas mulheres ainda esperam ter seus nomes retirados do anonimato da História, inclusive da História do feminismo brasileiro, sendo que na maioria são mulheres das camadas populares. Pela perspectiva interseccional, que considera a interdependência das relações de poder/sociais e as categorias de classe, raça, e gênero, essas mulheres são triplamente silenciadas: pelo gênero, pela classe e pela raça. Pois, os oprimidos não são oprimidos da mesma forma, assim que todas sofrem pela opressão por serem mulheres, mas há outras opressões e silenciamentos, inclusive do relato histórico. No entanto, os jogos criados neste projeto são abertos a inserção de novas cartas pelos professores e estudantes, podendo-se assim contemplar mais feministas, incluir novas leis e pautas de lutas. Afinal entendemos que a luta não acabou!

No Brasil o percurso de lutas feministas tem uma longa jornada. O movimento feminista brasileiro registrou os seus primeiros passos na década de 1830. E para discorrer sobre essa jornada tomamos por referência os trabalhos de Heloísa Buarque de Hollanda (2019), Eva Blay (2001) e Joana Maria Pedro (2005) que defendem a visão do movimento pela perspectiva das ondas. Ideia consolidada nos anos de 1990, a metáfora das ondas buscou dar visibilidade a pautas e momentos históricos de grande mobilização feminista. Esses momentos representariam o ápice de cada onda, no entanto Ilze Zirbel aponta que como as ondas marítimas não são formadas por um único fenômeno, assim as ondas do feminismo são geradas pela ação de "milhares de mulheres, de diferentes locais, etnias, gerações e visões de mundo." (2021, p. 11) Consideramos ainda para este trabalho, a metáfora de onda muito mais como fluxo e refluxo das pautas de luta, uma vez que há o ressurgimento de questões que aparentemente estariam resolvidas. Assim, a ideia de ondas também não deve ser utilizada de

forma progressiva e linear, exatamente por conta do fluxo e refluxo, ainda que utilizemos as expressões primeira, segunda e terceira onda.

Diante dessa perspectiva consideramos, como entende-o Jussara Reis Prá (1997, p.41) que o movimento feminista, e até mesmo seu vocábulo, compreende processos de transformação que se ressignificam a cada nova geração de feministas. Mas, que de modo geral, defendem os interesses de gênero das mulheres, questionam a construção de sistemas políticos e culturais que tem o ponto de partida em determinismos sobre as mulheres e pela definição de autonomia em relação a outros movimentos. Ou seja, ser feminista é assumir-se como ser político, entender-se na situação desigual que busca relações equânimes, não pautadas em hierarquias baseadas pela sexualidade. (MIRANDA, SCHIMASKY, 2014)

Vale ressaltar que existem várias vertentes do feminismo e de suas lutas como o conservadorista, liberal, marxista, radical, socialista, anarquista, ecofeminismo, existencialista, feminismo da diferença, cyberfeminismo, entre outros. E que se têm princípios idênticos como de igualdade, justiça e liberdade diferem em suas opiniões sobre o que é desigual, injusto e opressivo para cada grupo de mulheres. Nesse sentido, na construção deste trabalho e dos jogos analógicos, esse foi um grande desafio, dar voz a uma multiplicidade de posicionamentos. Nossa escolha foi tratar de momentos de grande mobilização feminista- as ondas e alguma de suas representantes. Decidimos também abarcar as três ondas, mesmo que isso significasse trabalhar com um panorama do feminismo e não adentrar as suas especificidades e contradições em cada momento histórico. Tal decisão tem como intuito que docentes e discentes possam trabalhar com a historicidade das pautas e conquistas do movimento feminista e, então sim, contrapô-las e compará-las entre si e com o seu momento atual.

Sob essa perspectiva subdividimos na escrita das histórias do movimento feminista brasileiro em três partes que abarcam: a primeira onda que compreende o século XIX até 1932 quando se conquista o sufrágio, ainda que as pautas extrapolassem em muito o direito de voto, como a luta pela educação e pelo trabalho. A segunda onda feminista inicia-se no emblemático ano de 1975, considerado momento inaugural do feminismo brasileiro (TELES, 2003, p.56) Em meio a ditadura militar as feministas mediante reflexões acadêmicas, em reuniões de grupos privados e na criação de ONGs buscaram examinar sobre as raízes da opressão, em que entrou em pauta as violências, os direitos da saúde, sexuais, reprodutivos e políticos das mulheres, tendo como ápice a conquista de direitos na Constituição de 1988. A

terceira onda iniciou nos anos de 1990 (HOLLANDA, 2019, p. 19) e abarca uma pluralidade de demandas e críticas que nasceram dentro do próprio movimento, advindo principalmente do movimento feminista negro com a perspectiva interseccional, que revelou a insuficiência teórica e prática do movimento em integrar as diferentes expressões do feminismo. Vemos o surgimento de várias vertentes do feminismo: negro, indígena, camponês, urbano, ciber, ecofeminismo, etc. Essa onda traz uma controvérsia sobre sua caracterização e duração e implica se a quarta onda já começou ou não. Para este trabalho escolhemos utilizar apenas as três ondas.

No terceiro capítulo tratamos sobre o suporte escolhido para colocar em prática as concepções históricas e pedagógicas desse estudo, os jogos analógicos: de cartas e de tabuleiro. Refletimos sobre a conceituação de jogos e sua relação com a educação, a História e o feminismo. Na construção deste capítulo nomeado de "Jogos de Cartas e de tabuleiro no ensino de História" perpassamos por três esferas: a dimensão dos jogos para os discentes, a relação entre jogos, educação e feminismo e por último os jogos que têm por temática o feminismo. A primeira esfera foi constituída pela segunda parte da pesquisa com os estudantes do 9º ano do Colégio Estadual do Campo que versou sobre os jogos em sala de aula. Tínhamos por objetivo saber se os discentes jogavam jogos de tabuleiro, em qual local jogavam, se na escola em qual momento; quais eram os jogos que tinham o costume de jogar; se jogavam jogos com temática histórica, se acreditavam nos fatos históricos de um jogo e principalmente se acreditavam na possibilidade de aprendizagem com jogos. Essa sondagem se tornou importante, pois mostrou quais e como são utilizados os jogos em contexto escolar, mas principalmente quais são expectativas dos alunos em relação ao jogo como instrumento pedagógico.

A segunda esfera versou sobre o jogo, educação e feminismo. Para compreender o que é o jogo e quais as características que o compõe, caminho imprescindível para a construção de jogos. Partiu-se da ideia que os jogos têm intencionalidades e que podem ser ferramenta do ensino-aprendizagem, portanto este trabalho orientou-se pela abordagem crítica da *Games Studies* que entende o jogo como produto cultural que carrega referenciais culturais, intenções mercadológicas, ideológicas e políticas, portanto passíveis de análises críticas. Esse trabalho também considera a importância da utilização do jogo para a educação, compreendendo que o lúdico no trabalho pedagógico não representa apenas o entretenimento, mas traz possibilidades de aprendizagem histórica e crítica.

Historicamente, o campo de estudos sobre jogos constituiu-se ao longo no século XX de forma demorada. Podemos datá-la inicialmente com a obra Homo Ludens do medievalista holandês Johan Huizinga publicada em 1938 que inseriu o jogo dentro da cultura como elemento formador e o analisou em seus componentes culturais, sociais, estéticos, no fator de divertimento e na intensidade que os jogos são vivenciados. Mas, apenas nas décadas de 1990 e 2000 que surgiram associações e revistas sobre a temática. A partir disso, os estudos de jogos ou ludologia vivenciaram uma expansão e nos últimos 30 anos a sua aplicabilidade é extensa, com a produção de jogos para a administração de negócios, políticas públicas, como saúde e também na educação. O campo de estudos que abrange a ludicidade e os jogos é denominada de *Games Studies,* ou Teoria dos Jogos. Campo interdisciplinar com pesquisadores e acadêmicos de uma infinidade de áreas, trata do estudo crítico dos jogos, principalmente os digitais. No campo historiográfico, os estudos sobre a ludicidade e jogos percorreram dois caminhos, um sobre o estudo de jogos históricos e o outro, segundo André Pereira Lopes (2019), que compreende os jogos como instrumento de ensino. Caminho discutido pela pedagogia há pelo menos 2.500 anos com Platão, e no século XX por estudiosos como Piaget e Vigotsky, entre outros. Estes estudos têm apontado a relevância dos jogos para o ensino e aprendizagem pois, através deles é possível desenvolver habilidades e potencialidades específicas que estimulam a concentração e o desenvolvimento cognitivo do jogador/aluno. (LOPES, 2019)

Nesse trabalho perpassamos os estudos de jogos e História, sobretudo no Brasil. Podemos citar entre os autores que tratam dos jogos e ensino de História, Marcello Paniz Giacomoni que estuda a relação e aplicabilidade dos jogos de tabuleiro com temática histórica e publicou em 2013 com colaboração de vários autores o livro Jogos e Ensino de História.[15] E a revista História e Histórias do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília que publicou o dossiê "O Lúdico e a História: caminhos de pesquisa e ensino" no primeiro semestre de 2019[16]

Estes trabalhos dão aporte para a construção e aplicabilidade dos jogos em sala de aula. Baseamo-nos também na perspectiva do historiador Johan Huizinga (2001), para quem o jogo é uma atividade cultural e tem função social, pois desperta a criatividade e possibilita a interação entre os sujeitos aprendentes. A aprendizagem por meio da utilização de jogos,

---

15 GIACOMONI, M. P; PEREIRA, MULLET, N. (Org.). Jogos e ensino de história. Porto Alegre: Evangraf, 2013

16 LOPES, A. P. L. (Org) Dôssie: O Lúdico e a História: caminhos de pesquisa e ensino. Revista História e Histórias volume 7, número 13, jan. Jun. 2019.

segundo o historiador Marcello Paniz Giacomoni em diálogo com Huizinga, acontece numa realidade abstrata do jogo, no espaço imprevisível, fundado por um tabuleiro e algumas peças, em que os alunos podem percorrer a dupla função do jogo: a luta por alguma coisa ou a representação de alguma coisa e podem também confundir-se de tal modo que o jogo passa a representar uma luta, ou torna-se uma luta para melhor representação de alguma coisa. Mais que uma realidade falsa, há um deslocamento, uma realização de uma aparência: imaginação no sentido original. (GIACOMONI, 2013, p. 20) É nosso objetivo que os estudantes possam percorrer a dupla função dos nossos jogos e inserir-se numa realidade outra, das lutas e conquistas feministas.

No terceiro elemento desse capítulo percorremos os jogos com temática feminista. O movimento feminista britânico criou e vendeu vários jogos de cartas e de tabuleiro no início do século XX, e estes jogos como produtos culturais que revelam ideais, visões de mundo, expectativas são também fontes históricas sobre o próprio feminismo e a suas lutas. Perpassamos assim o catálogo de jogos do WSPU, mas também listamos alguns jogos atuais, sobretudo os brasileiros com a temática feminista/mulher. Esta parte tem como finalidade apresentar esses jogos, alguns facilmente reproduzidos, outros comercializados, aos professores para que possam também ser utilizados ou adaptados em sala de aula. Esses jogos como objetos culturais que refletem contextos históricos podem ser alvo de análise como fonte histórica e como tais, pode-se questionar qual é o lugar dessa produção e qual é o significado dela.

Após essa trajetória, nestes três capítulos sobre a relação entre feminismo, educação e jogos que perpassou, estudantes, legislação educacional, livros didáticos, desafios aos professores, autores, feministas, pautas de lutas e conquistas, jogos e regras, conceituações e reflexões teóricas, partimos para o quarto capítulo, que consiste na apresentação dos jogos criados para este trabalho, na metodologia utilizada e nas sugestões de utilização para a sala de aula.

O capítulo intitulado "A Luta não acabou: Jogos sobre o feminismo brasileiro" é a parte prática e concreta que responde a pergunta inicial de como se trabalhar o feminismo em sala de aula: com os três jogos de cartas e um jogo de tabuleiro sobre o feminismo. Para a criação destes jogos e sua aplicabilidade em sala de aula pautamo-nos na compreensão do que constitui um jogo elaborada por Huizinga, na metodologia de Marcelo LaCarreta com o livro

"Como fazer Jogos de Tabuleiro: Manual prático"(2019) e do Guia de produção de jogos para o ensino de História de autoria de Giacomoni (2015).

A elaboração dos jogos foi calcada nas concepções de Paulo Freire e da autora Bell Hooks. Pois, segundo Freire (2013, p.47), "ensinar não é transmitir conhecimento, mas criar as possibilidades de sua produção ou a sua construção." É considerar que os estudantes constroem o conhecimento quando a forma, o conteúdo e o método se torna significativo para eles, nesse sentido os jogos apresentam-se como ferramentas de ensino aprendizagem que usam o lúdico, mas que podem lhes dar suporte para problematizar as questões relacionadas ao gênero, classe e raça através da temática do feminismo no Brasil. Para Giacomoni (2013) no contexto escolar o jogo e seus aspectos lúdicos possuem um significado, que geram experiências, imagens e imaginação para aqueles que estão imersos em sua realidade, que pode ser em qualquer contexto histórico. A representação criada pelo jogo pode ser um tipo de realização de uma aparência em que a imaginação leva aos estudantes a vivenciarem uma realidade outra que torna possível o aprendizado. Assim, com o foco da heterogeneidade das turmas no contexto escolar produzimos jogos com objetivos e graus de dificuldades diferentes. Seguindo os critérios de Huizinga, criamos jogos, que possam ser jogados no espaço temporal de uma hora-aula, que são fáceis de ser reproduzidos e manipulados, com regras claras e que possam incluir todos os estudantes, meninos e meninas.

O primeiro jogo é de cartas "Memória Feminista" que traz para a sala de aula a biografia e a luta de 10 feministas e dois movimentos feministas brasileiros. Nosso intuito com esse jogo é que os estudantes conheçam quem são as feministas brasileiras. Já o jogo de cartas da "Linha do Tempo das Conquistas e Direitos das Mulheres" permite que os alunos conheçam as conquistas das mulheres brasileiras e os ordenem cronologicamente. Com 63 cartas poderão perceber a trajetória das lutas e de conquistas das mulheres brasileiras. Incluímos ainda cartas de tentativas de retrocesso e de pautas que ainda não foram alcançadas, para que os estudantes construam a noção que a luta não acabou e que os direitos das mulheres estão sempre em pauta de discussão de discursos políticos e religiosos. No terceiro jogo intitulado "Junte-se a luta: Derrote os Preconceitos" os alunos utilizarão cartas de leis e de estratégias feministas para acabar com as cartas com frases preconceituosas e machistas que as mulheres enfrentam secularmente. O último jogo é de tabuleiro nomeado de "No caminho do Feminismo: É verdade ou mentira?" Com tabuleiro em forma do símbolo do feminismo dividido em 23 casas os (as) estudantes/jogadores(as) caminham com suas peças a

partir da resposta de questões sobre o que é o feminismo e ser feminista no Brasil. O objetivo é de construir a ideia do que é o feminismo, mas principalmente do que ele não é.

Desenvolvemos como material complementar o Guia dos jogos sobre o feminismo no Brasil e anexamos ao final deste trabalho. Nele apresentamos os jogos, sua ficha técnica, seus objetivos, regras e as características principais dos elementos dos jogos. Desenvolvemos para cada jogo um tipo de material de apoio: biografia das feministas e contextualização de seus ditos e escritos; breve explicação das leis e conquistas das mulheres, linha do tempo das conquistas; contexto das frases utilizadas nos jogos com referências; pequeno glossário de termos. Por fim, para o trabalho docente, desenvolvemos algumas sugestões para a aplicação dos jogos em sala de aula, mas que não restringem a liberdade e autonomia dos professores em trabalhar de outra forma ou ainda incluir novas cartas e regras aos jogos, afinal o jogo de lutas e conquistas das mulheres ainda não acabou.

2 EDUCAÇÃO, HISTÓRIA E FEMINISMO: SILÊNCIOS E DESAFIOS

2.1 AS MULHERES: SILÊNCIO NA HISTÓRIA, SILÊNCIO NA ESCOLA.

Ao longo da história as vozes das mulheres foram silenciadas e relegadas ao esquecimento. Era um silêncio da existência das mulheres como sujeitos históricos, como protagonistas de suas próprias histórias. Essa invisibilidade das mulheres, segundo Michelle Perrot (2005, p.16) devia-se ao lugar no espaço social ocupado por elas: o espaço privado. O espaço público era dos homens e nos relatos historiográficos este era o "único que, por muito tempo, merecia interesse e relato" (PERROT, 2005, p.16). Por consequência houve uma mudez de relatos, memórias, visões de mundo e de vestígios da presença feminina, não que elas não tivessem deixado evidências de suas trajetórias, mas porque eram consideradas irrelevantes. Emudecidas, a história sobre as mulheres era contada pela perspectiva dos homens, em que as mulheres eram "imaginadas, representadas, em vez de serem descritas ou contadas," (PERROT, 2007, p.17) ou seja, eram estereotipadas.

O silêncio das fontes se refletia na escassez e inexistência das temáticas de estudos. Era um silêncio de estudiosos, mas sobretudo um silenciamento das estudiosas. Um silêncio nos livros, na historiografia e assim, por conseguinte por ser pouco contada era desconhecida também nos bancos escolares. Os resquícios dessa trajetória, inclusive historiográfica, estão contidos nas grades curriculares, nos livros didáticos e na prática dos docentes no século XXI. A maioria dos discentes forma-se no Ensino Básico desconhecendo a trajetória de lutas, conquistas e de figuras históricas femininas. Mas, acima de tudo, naturalizando essa história que relegou as mulheres ao segundo plano ou ainda as excluiu. Um ensino acrítico.

Como Michelle Perrot (2005, p.14) afirmou é o olhar que faz a história e a história das mulheres, portanto era androcêntrica. Um imbrincado de fatores sociológicos, políticos e científicos a partir da década de 1960 começou a romper o silêncio e propiciar o desvendamento da história das mulheres. Perrot (2007, pp.19-27) traça esse percurso ao apontar como fatores científicos uma renovação de questões relacionando-as à crise do sistema de pensamento, sobretudo marxista e do estruturalismo, as alianças entre disciplinas e a proeminência da subjetividade. No campo da História a partir da década de 1970 as perspectivas abertas pela Nova História e a aliança com a antropologia mudaram a forma de escrever a História. Alicerçada nas premissas teórico-metodológicas da História Social

principalmente ligadas ao marxismo, com o uso de outros tipos de fontes e métodos e pelo destaque das temáticas sociais sobre família, sexualidade, representações, cotidiano e grupos excluídos questionou-se a história das mulheres (PINSKY, 2009, p.160)

No âmbito dos fatores sociológicos Perrot (2007, p. 20) alude a feminização das universidades. O crescimento do número de mulheres entre alunas e docentes que reverberou na renovação de demandas ou "pelo menos de uma escuta favorável" (PERROT, 2007, p.20). Como fator político, a autora aponta para o movimento feminista desenvolvido a partir dos anos de 1970. Para Del Priore (2001) foram as feministas antes das historiadoras que fizeram a História das Mulheres. Estas evidenciaram a ausência feminina na historiografia e criaram as bases para a história das mulheres. No meio acadêmico, esse movimento de liberação das mulheres desenvolveu um trabalho de memória que buscou legitimidade e visibilidade das mulheres e também um corte epistemológico. Assim, no campo teórico buscou-se criticar os saberes constituídos que tinham caráter generalizante e masculino (PERROT, 2007, p. 20). Pois, não se tratava apenas de acrescentar as mulheres à História, mas segundo Joan Scott introduzir um novo olhar sobre os fundamentos da historiografia e "ir contra as definições de história e seus agentes já estabelecidos como 'verdadeiros', ou pelo menos, como reflexões acuradas sobre o que aconteceu no passado" (SCOTT, 1992, p.77).

Segundo Cunha "duas características marcaram o início da historiografia sobre as mulheres, o fazer emergir a mulher na história e demonstrar a exploração, a opressão e a dominação que a vitimava" (CUNHA, 2000, p.142) Na década de 1980 identifica-se a segunda vertente das produções historiográficas fortemente influenciadas pelas análises do historiador inglês E. P. Thompson que tratavam, segundo Rago, de mostrar "a presença das mulheres atuando na vida social, reinventando seu cotidiano, criando estratégias informais de sobrevivência, elaborando formas multifacetadas de resistência à dominação masculina e classista" (RAGO, 1995, p.82)

No entanto, o emergir da história sobre as mulheres não significou nas salas de aulas maior conhecimento sobre essa história e menos ainda sobre o movimento feminista. A partir dessa perspectiva é intuito dessa primeira parte do trabalho refletirmos sobre Educação e Gênero. Partiremos de uma pesquisa com os discentes para refletirmos sobre a apropriação e conhecimento de conceitos como mulher, homem e feminismo. Percebendo que tal entendimento está dentro de um campo de disputas não só historiográfico e educacional, mas também do poder político, haja vista projetos de Lei como o Escola Sem Partido (ESP). No

campo educacional percorremos, o saber discente, o currículo de História, os livros didáticos aprovados no PNLD 2020, em específico "História, Sociedade e Cidadania" (2018) e a legislação educacional para prescrutar o lugar da mulher e em específico da história das lutas e conquistas destas por meio do movimento feminista nas aulas de História do 9º ano do Ensino Fundamental - Anos Finais. Partimos do entendimento que a perspectiva de gênero nas aulas de História é relevante sobretudo quando pensamos sobre o papel da escola na vida das pessoas, lugar de socialização e reflexão de ideias.

2.2 FEMINISMO: NA SALA DE AULA

Depois de mais de um século de militância feminista no Brasil qual é o significado desse movimento para a sociedade? Quais são os conhecimentos prévios que os alunos têm sobre o feminismo, suas reivindicações, suas conquistas? Estes foram os questionamentos que levamos para 47 estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental - Anos Finais, de um Colégio Estadual do Campo localizado em São José dos Pinhais no estado do Paraná.[17] Apresenta-se assim, uma breve análise do que 27 alunas e 20 alunos de 13 a 15 anos entendem sobre a temática. O questionário foi aplicado com seis questões sobre a temática das lutas e conquistas das mulheres e lhes foi solicitado que escrevessem sua rotina diária pelo período de uma semana, com o intuito de perceber no cotidiano dos estudantes as questões relacionadas ao gênero e inclusive contrapô-las a suas respostas do primeiro questionário. No APÊNDICE 1 anexamos o instrumento de pesquisa aplicado aos estudantes no mês de Março de 2020.

Destacamos ainda a especificidade da modalidade de educação do Campo e dos seus sujeitos (nossos colaboradores na pesquisa) que advindos do meio rural, relataram essa especificidade em suas respostas. Ao realizarmos essa pesquisa, partimos das perspectivas que entendem que a Educação do Campo projeta em sua forma pedagógica e política os interesses sociais, políticos e culturais dos seus sujeitos sociais para o seu meio. Ademais, trata-se de construir uma educação dos sujeitos sociais do campo e não apenas com eles, nem muito menos para eles.[18] No entanto, a temática de gênero perpassa toda a sociedade em todos os

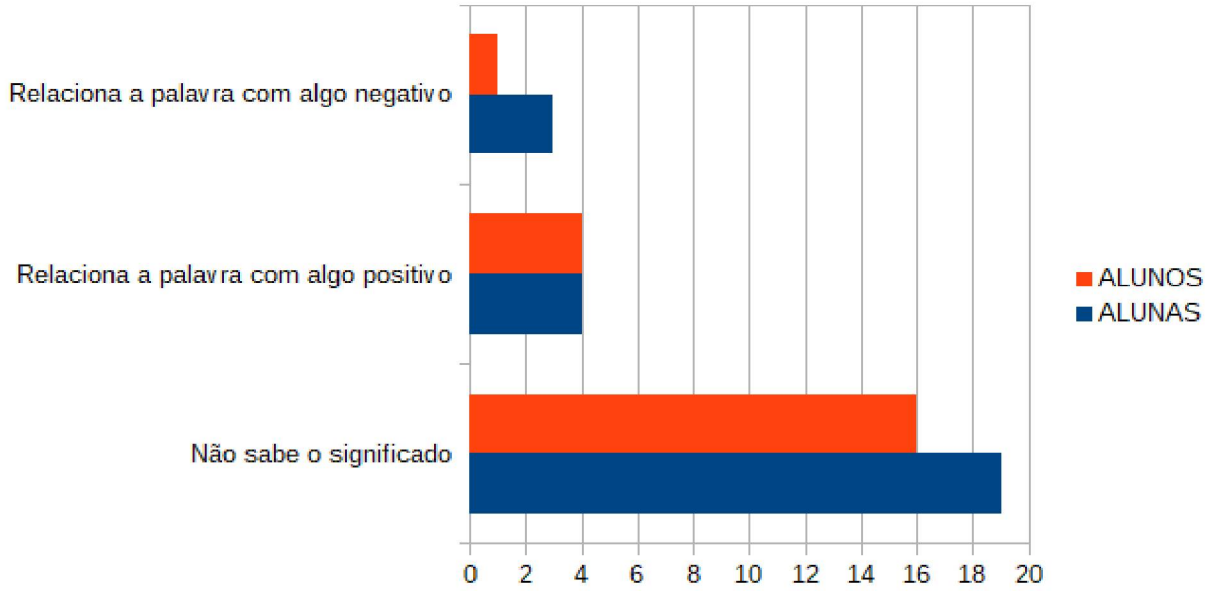
[17] Um questionário com 13 questões concernentes ao feminismo e aos jogos em sala de aula foi aplicado no dia 17 do mês de março de 2020 em quatro turmas de 9º ano. A aplicação foi antecipada por causa da pandemia do COVID-19, nessa semana muitos estudantes já não compareciam.

[18] PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Cadernos temáticos:** educação do campo. Curitiba, 2005.p.20.

âmbitos. E podemos nos questionar se a resposta dada por estes colaboradores advindos do meio rural não seria a mesma de estudantes do meio urbano.

Entre as questões inquiriu-se sobre o conhecimento da palavra feminismo e com o que os estudantes relacionavam-na, positiva ou negativamente. E eis as respostas:

GRÁFICO 1 - O QUE É O FEMINISMO?



FONTE: A autora (2020).

De 47 estudantes 35 não souberam o significado da palavra feminismo. Constância Lima Duarte (2019, p. 25) em "Feminismo: uma história a ser contada" aponta que uma das grandes derrotas do movimento feminista no Brasil foi o preconceito e a resistência a palavra feminismo desencadeada por um antifeminismo que não permitiu que as mulheres usassem o termo com orgulho. Ou mesmo que essa palavra fosse comumente usada por homens e mulheres como nos mostra o gráfico. A maioria dos estudantes a desconhecem, portanto não relacionam-na com um movimento de lutas das mulheres. Ou a relacionam erroneamente com a palavra feminicídio.

Para além do desgaste semântico temos a associação do termo com estereótipos que são contrários a ideia de feminino. Fruto de discursos, o termo foi associado a ideia que ligava as feministas a mulheres feias, mal-amadas, sem higiene e masculinizadas, que odeiam os homens e que estão sempre zangadas. (COLLING, 2004, p.32). A feminista Bell Hooks aponta que nos Estados Unidos a indústria da moda e dos cosméticos financiaram campanhas na mídia "que banalizava a libertação da mulher criando imagens que sugeriam que feministas

eram grandes, hipermasculinizadas, simples, velhas e feias." (2019, p.58) Receavam ter prejuízos com as mudanças no vestuário e na crença da beleza natural feminina, bandeiras que o movimento feminista dos anos de 1960 traziam ao propor a libertação das mulheres, principalmente de seus corpos e contra o pensamento sexista em que o valor da mulher está na sua imagem.

Essa ideia de aliar o feminismo a algo negativo é uma construção discursiva e histórica que está expressa nos relatos dos estudantes. Como o estudante G, 13 anos aliou a ideia de feminismo ao machismo e as mudanças negativas do mundo: "Pois, todo esse machismo e feminismo só está acabando mais com o mundo"[19] Aliou-se as ideias contrárias de feminismo e machismo, exatamente aquilo pelo qual o movimento feminista tem secularmente lutado contra e ainda vinculou-se o feminismo com mudanças negativas no mundo. Essa resposta nos permite refletir que o lugar naturalizado das mulheres é o privado e que se contrapõe a ideia do feminismo que as coloca no mundo público e que lhe dá voz as suas demandas. Assim, parece-nos que ao indicar que o feminismo como fator que está "acabando com o mundo" pode ser ponto inicial de reflexão sobre qual mundo se está acabando. Ainda podemos inferir que o estudante possa ter relacionado o feminismo com a ideia de que as mulheres querem aplicar o machismo ao contrário e considerarem-se superiores aos homens. No entanto, é premente a confusão com o conceito de feminismo para alguns estudantes.

Já a estudante R, 14 anos aliou o feminismo a uma ideia positiva, explicando a sua existência "porque tem muito homem que se acha, que se aproveita que algumas mulheres são fracas, machistas." A aluna relaciona o feminismo a luta e a proteção das mulheres. Nesse sentido, nos parece significativo que alguns estudantes relacionem o feminismo contra o machismo e também como luta contra a violência doméstica. O que denota um conhecimento sobre uma das principais pautas de luta do feminismo que culminou com a criação da Lei nº 11.340/2006 conhecida como Lei Maria da Penha contra a violência doméstica. Bastante difundida pelos meios de comunicação, esta Lei é sempre referenciada nos livros didáticos de História, uma vez que dentro dessa lei, uma das práticas de luta preventiva se dá no ambiente escolar que busca desconstruir a cultura de violência contra as mulheres.

Em resumo, a partir das respostas dos discentes que apontaram para o desconhecimento e a distorção do conceito feminismo, a definição do movimento feminista se

---

[19] Os colaboradores não serão identificados apenas utilizarei a primeira inicial do nome, sua idade e sexo.

tornou questão crucial deste trabalho e tema principal de um dos jogos: No Caminho do Feminismo: É verdade ou Mentira? tratar-se-á sobre o feminismo e as feministas.

Várias autoras definiram o termo feminismo, entre as possíveis definições temos de Maria Amélia de Almeida Teles (2003)

> O feminismo é uma filosofia universal que considera a existência da opressão específica a todas as mulheres. Essa opressão se manifesta tanto a nível das estruturas com das superestruturas (ideologia, cultura e política). Assume formas diversas conforme as classes e camadas sociais, nos diferentes grupos étnicos e culturais.
> Em seu significado mais amplo o movimento feminista questiona as relações de poder, a opressão e a exploração de grupos de pessoas sobre pessoas. Contrapõe-se radicalmente ao poder patriarcal. Propõe uma transformação social, econômica, política e ideológica da sociedade. (2003, p.10)

Ou ainda a definição mais simples, mas não menos enfática de Bell Hooks (2019 (2), p. 13): "Feminismo é um movimento para acabar com o sexismo, exploração sexista e opressão." Ou seja, luta contra o sexismo que significa a ideia que os homens são superiores às mulheres. Longe das ideias que aliam o movimento feminista ao ódio contra os homens, que contraria a natureza e o poder divino. No entanto, como a doutora em Ciências Sociais Carla Cristina Garcia (2011) aponta o peso negativo das palavras como o feminismo é fruto de uma prática bem-sucedida de desinformação. E com ela silencia-se toda a história de mulheres que lutaram por seus direitos e também cala todas as críticas ao que se toma como natural, como a desigualdade legal, histórica, social e cultural com que homens e mulheres são tratados, tornando verdadeira e única a perspectiva androcêntrica. Garcia dá um exemplo prático da área da medicina de como se naturaliza a perspectiva masculina e se torna uma verdade universal: "sabe-se que os sintomas do infarto são dor e pressão no peito e dor intensa no braço esquerdo. Mas poucas pessoas sabem que esses são os sintomas masculinos. Nas mulheres os sintomas são dor abdominal, náuseas e pressão no pescoço." (GARCIA, 2011, p.16)

Ao levantar a questão do feminismo com os discentes, especialmente com as estudantes, leva-se em conta uma perspectiva educacional engajada. Para Bell Hooks, essa prática educativa "pode ser o único lugar onde as pessoas podem encontrar apoio para adquirir uma consciência crítica, para assumir qualquer compromisso com o fim da dominação" (2019, p.203). É na sala de aula que pode acontecer o estágio inicial dessa

transformação, quando os estudantes se dão conta sobre si mesmos diante das circunstâncias (HOOKS, 2013, p.67).

Partindo dessa perspectiva da educação como base de transformação inquirimos outras questões sobre as lutas e reivindicações das mulheres. Pois, mesmo que os estudantes não utilizem a palavra feminismo eles estão imersos nas relações de gênero, e têm conhecimento de suas vivências sobre como homens e mulheres são tratados na sociedade. A primeira questão nesse sentido tinha como objetivo saber o que os estudantes associam a palavra mulher na sociedade. Realizou-se uma listagem das palavras-chave que usaram. Segue abaixo a tabela com as respostas:

TABELA 1 - O QUE SIGNIFICA SER MULHER EM NOSSA SOCIEDADE?

PALAVRAS-CHAVE	ALUNAS	ALUNOS
Batalhadoras/guerreiras	12	5
Mãe	7	7
Trabalhadoras	3	4
Do lar	2	2
Forte	2	1
Inteligente	2	0
Muito julgada	2	0
Independente	2	0
Delicada, gentil, amorosa, paciente.	1	9
Lutam por seus direitos	1	0

FONTE: A autora (2020).

Para fins de comparação a pergunta seguinte versou sobre o que os alunos aliavam a ideia de homem na sociedade atual:

TABELA 2 - O QUE SIGNIFICA SER HOMEM NA NOSSA SOCIEDADE?

(continua)

PALAVRAS-CHAVE	ALUNAS	ALUNOS
Pai	10	2
Trabalhador	8	2
Provedor	2	1

TABELA 2 - O QUE SIGNIFICA SER HOMEM NA NOSSA SOCIEDADE?

(conclusão)

PALAVRAS-CHAVE	ALUNAS	ALUNOS
Livre/fazer o quiser	2	2
Machista	3	2
Homem	1	1
Protetor	0	2
Ter mais direitos	2	0
Ganhar mais	2	0
Nada	1	0

FONTE: A autora (2020).

Ao identificar quais ideias os estudantes tinham a respeito do que é ser mulher e do que é ser homem na sociedade, percebe-se as relações de papéis de gênero. Seguindo a perspectiva de Ana Maria Colling (2004, pp. 31-32) em que os discursos construídos relacionam a mulher com uma "natureza feminina" delimitada ao espaço privado e doméstico notou-se que palavras ligadas a maternidade (Mãe), ao âmbito privado (do lar) e as características tidas como próprias da natureza feminina foram escolhidas pelos discentes (delicada, gentil, amorosa e paciente). É revelador que quase metade dos discentes do sexo masculino tenham relacionado a palavra mulher com as características de docilidade e submissão, enquanto que a maioria das discentes do sexo feminino tenham associado com luta, ainda que apenas uma tenha ligado diretamente a luta por direitos. Já em relação ao homem, menos alunos responderam a pergunta. Constatou-se a associação de características que remetem a paternidade, ao trabalho e como provedor, mas também a comparação do que é ser homem em relação as mulheres, com as palavras "livre para fazer o que quiser, ter mais direitos, ganhar mais, ser machista". Chamou-nos a atenção que dois estudantes escreveram que ser homem significa apenas ser homem, como se toda a explicação já estivesse dada por força dos estereótipos que nem precisasse ser elucidada.

A partir dessas respostas identificou-se a força dos papéis de gênero nas representações associadas a "natureza feminina e masculina". Considerando que essas representações são construídas socialmente e historicamente, como o entende a historiadora Joan Scott (2005) quando esclarece que gênero como uma categoria de análise, é um elemento constitutivo das relações sociais baseados nas diferenças percebidas entre os sexos; e também tem significado nas relações de poder, torna-se importante abordar essa construção dos papéis de gênero nas salas de aula. Para a historiadora Carla Bassanezi Pinsky a perspectiva de

gênero como referência a uma construção cultural, social e histórica é imprescindível para capacitar os alunos para ver a historicidade dos papéis de gênero e suas transformações para que "possam ter uma visão mais crítica de suas próprias concepções, bem como das regras sociais e verdades apresentadas como absolutas e definitivas no que diz respeito às relações de gênero (PINSKY, 2018, p.33). Para que percebam que violências, preconceitos e distinções que foram e são feitas a partir do determinismo biológico, das categorias homem e mulher e suas pretensas naturezas. E que delas construíram-se expectativas do que se espera de cada um deles, e que são construções históricas e sociais e portanto, passíveis de críticas e transformações.

Essas construções são frutos de discursos que tornaram-se normalizadores, incansavelmente repetidos e que instituíram definições sobre o feminino e o masculino. Colling (2004) traça uma trajetória sobre as representações que dizem respeito às mulheres que "deve pouco à ciência e quase tudo a política e à cultura" (COLLING, 2004, p. 33). Essas representações perpassam os discursos filosóficos, religiosos, médicos, psicanalíticos e jurídicos e compuseram o papel que socialmente as mulheres deveriam ter. No âmbito filosófico, a autora aponta que a gênese do discurso da diferença entre homens e mulheres está no pensamento filosófico grego da Antiguidade alicerçado em Platão e Aristóteles. Nesses autores encontra-se a naturalização da subordinação feminina como ordem natural das coisas, legitimada por uma pretensa natureza débil e congênita. No campo religioso, o discurso judaico-cristão enfatizou a inferioridade da mulher através do mito da criação, ao associar as ideias de pecadora, traiçoeira e perigosa à mulher (Eva). Segundo a autora esse mito inaugura os espaços público e privado. Ás mulheres é reservado o privado posto que devem ser vigiadas constantemente, assim como lhes foi destinado como castigo por seus pecados parir com dor e ser dominada pelo marido.

O discurso médico "é sempre invocado para justificar o papel conferido à mulher na família ou na sociedade" (COLLING, 2004, p. 33). Legitima a inferioridade da mulher, como frágil e indutora de doenças. Segundo a autora, no século XVIII esse discurso faz da identidade feminina o útero, sede de males que toma conta do intelecto feminino. No campo

Psicanalítico, com Freud a delimitação dos papéis sexuais tomam um caráter científico. "O sexo feminino é definido negativamente em relação ao masculino. Mulheres são homens castrados" (COLLING, 2004, p. 33). O âmbito jurídico também justificou a inferioridade das mulheres com argumentos baseados desde a falta de força física, de honra, de moral e sua suposta incapacidade intelectual. Segundo Colling "a inferioridade legal das mulheres teve como consequência uma diminuição de sua capacidade jurídica em relação aos homens" (COLLING, 2004, p. 33-4).

Outra maneira de encontrar a construção desses discursos é pelo aspecto filológico. Se os discentes pudessem procurar no dicionário as palavras homem e mulher o que eles encontrariam? Para Nelly Carvalho (2001)[20], primeiramente encontrariam a prevalência do gênero masculino, seja substantivo, adjetivo ou pronome, o gênero feminino aparece em razões especiais nunca neutras ou positivas. Ao encontrar as entradas sobre Homem e Mulher, os estudantes teriam o homem no sentido de toda a humanidade e a mulher referindo-se ao sexo biológico. A autora aponta ainda para as indicações definitórias de caráter em que as palavras femininas são ligadas a aspectos e comportamentos femininos na relação com o homem e a família, como seus defeitos e dos homens revelam qualidades ligadas a moral e a ética. Para exemplificar pode-se comparar o significado de solteiro associado a homem e a mulher, enquanto que ao homem significa aquele que não está em um relacionamento, quando associado à mulher significa meretriz. Esses discursos construídos historicamente, do filosófico ao filológico, regulam a vida das mulheres, lhes dão identidades, papéis a desempenhar. Basta refletirmos sobre as respostas dos discentes sobre os papéis que homens e mulheres representam na sociedade e a força destes discursos construídos historicamente.

Definidos pelos estudantes o significado sobre homens e mulheres os inquirimos sobre os seus lugares na sociedade e se são tratados distintamente ou de forma igualitária. Essa foi a terceira questão do questionário e teve como objetivo inquirir sobre as desigualdades de tratamento entre homens e mulheres que os estudantes percebiam no seu cotidiano.

---

[20]A autora faz uma análise de quatro dicionários: Aurélio de autoria de Aurélio Buarque Ferreira de (1999) Enciclopédia e Dicionário Ilustrado de Koogan (1999), Michaelis (1998) e Dicionário do Português Básico de Vilela de 1998. Neles, buscou-se entender como as entradas de homem e mulher eram feitas. O estudo data de 2001, mas em 2022 encontramos definições misóginas ainda nos dicionários, bastando colocar as palavras e seus significados aos pares: boi/vaca, galo/galinha, homem do mundo/mulher do mundo, patrão/patroa etc.

TABELA 3 - EM QUAIS SITUAÇÕES VOCÊ ACREDITA QUE HOMENS E MULHERES SÃO TRATADOS DE FORMA DIFERENTE NA SOCIEDADE?

PALAVRAS-CHAVE	ALUNAS	ALUNOS
No trabalho: cargos melhores	5	8
No salário	4	8
Em casa: divisão de atividades	10	2
O lugar de cada um: homens podem sair e mulheres têm que ficar em casa	2	1
Na escola: nos esportes	1	0
Homens são mais fortes	0	3
No trânsito: preconceito	0	1
São tratados Iguais	1	3

FONTE: A autora (2020).

Foi-lhes solicitado também que preenchessem uma tabela com a sua rotina diária do período de uma semana, com o intuito de verificar a diferença da vivência diária entre os alunos e alunas e apontar situações que naturalizadas não foram escritas na questão anterior.

TABELA 4 - ROTINA DIÁRIA DOS ALUNOS: ATIVIDADES

PALAVRAS-CHAVE	ALUNAS	ALUNOS
Afazeres de casa (limpeza, cozinhar)	20	2
Mexer no celular	15	18
Jogar: jogos digitais	2	16
Arrumar o seu quarto	10	6
Assistir: novelas, filmes.	10	6
Cuidar dos irmãos	3	0
Trabalhar no campo/ cuidar dos animais	2	8
Praticar esportes: jogo de futebol, natação, bicicleta	2	8

FONTE: A autora (2020).

Como Carla Bassanezi Pinsky (2018) asseverou a construção da diferença sexual que delimita as ideias de masculinidade e feminilidade, os papéis e identidades, permeia também

> [...] os relacionamentos familiares, as formas de expressar a sexualidade, as ideias sobre maternidade e paternidade, os modos como se dão as relações de trabalho, a divisão de tarefas ou a distribuição social de poderes entre homens e mulheres são compreendidos e se manifestam de maneiras diferentes em cada contexto social, configurando relações de gênero distintas em vários lugares e momentos históricos diversos. (2018, p. 32)

Na pesquisa os estudantes expressaram com seu relato essa construção da diferença sexual em seu cotidiano. As estudantes lembraram-se da diferença na divisão de tarefas de casa, não por acaso, uma vez que são elas as que mais se ocupam dessas atividades como revelou o levantamento de dados da rotina diária. Muitas foram as respostas nessa parte, uma vez que poderiam colocar quantas atividades desenvolvessem no dia, mas, mesmo assim, a rotina feminina revelou que é sobre elas que recaí as tarefas diárias de limpeza, cuidado com irmãos menores e da cozinha lhes sobrando pouco tempo para atividades de entretenimento como os jogos. Esse dado vai ao encontro do resultado da pesquisa do DIEESE sobre a jornada dupla de trabalho feminino em que se constatou que as mulheres chegam a gastar em média 95% a mais de tempo com os afazeres domésticos em relação com a média de tempo dos homens. (OLIVEIRA; MARCONDES, 2015)

É aos alunos que se reserva as atividades no ambiente externo, ainda que as alunas também o façam, e talvez por isso alguns estudantes tenham escrito que entre as diferenças de tratamento está a liberdade de ir onde quiser.[21] Eles também têm muito mais atividades ligadas a diversão e entretenimento como jogos digitais no celular e notebook e prática de esportes. Nesse sentido, essa constatação se reverbera na percepção de uma estudante que apontou que existe diferença no tratamento de meninas e meninos no contexto escolar, em específico na parte dos esportes. A quadra de esportes, não raro é espaço masculino, é deles durante o intervalo, principalmente com a prática do futebol. Raro mesmo é que meninas ocupem esse lugar como jogadoras. Que alguns esportes não são considerados para garotas é um discurso histórico que inclusive já foi lei de proibição no Brasil pelo Decreto nº 3.199 de 14 de abril de 1941 que dizia "Às mulheres não se permitirá a prática de desportos incompatíveis com as condições de sua natureza, devendo, para este efeito, o Conselho Nacional de Desportos baixar as necessárias instruções às entidades desportivas do país." Ficaram proibidas as

[21] Ressaltamos a especificidade dos colaboradores e de suas respostas como moradores do meio rural e inquirimos se a questão da liberdade seria tratada da mesma maneira no meio urbano.

práticas esportivas consideradas do mundo masculino como o futebol. Entre as justificativas estava a preservação do corpo da mulher, que esportes impactantes e violentos poderiam levar a infertilidade. E a mulher estereotipada apenas como mãe não poderia praticar esportes que a impediria de dar filhos a pátria. Algumas mulheres foram presas durante a ditadura militar por praticarem o esporte e apenas em 1979 essa lei foi revogada. O preconceito sobre as jogadoras também é histórico e relaciona-se com a classe social. Na primeira partida de futebol feminino pela adesão de jovens pertencentes as classes menos favorecidas, as jogadoras eram consideradas malcheirosas, grosseiras e sem classe em oposição as mulheres que se arrumavam para assistir aos jogos masculinos. (BROCH, 2021) No século XXI ainda perduram estereótipos negativos sobre jogadoras que reverbera no ambiente escolar com pouco espaço para o jogo das meninas.

A maioria dos estudantes apontou que equiparação salarial e de oportunidade de trabalho figuram como principais vetores de diferenciação entre homens e mulheres. Percepção que podemos alicerçar com os dados do DIEESE sobre a inserção das mulheres no mercado de trabalho nos 3º trimestre de 2019 e 2020 que aponta que as mulheres ganharam 30% a menos que os homens para o mesmo cargo e isso acontece mesmo com profissionais com Ensino Superior. Mulheres negras ganharam ainda menos, tiveram em média a metade dos rendimentos que um homem branco.[22] Para além desses dados também pode-se apontar que no ambiente de trabalho o machismo é um fator importante para o tratamento diferencial entre homens e mulheres, tanto que algumas empresas têm produzido materiais sobre o assunto, como a empresa de cosméticos Natura e a multinacional Votorantim.[23] Frabetti, Reis, Zietemann e Uezato produziram um Guia Antimachismo no Trabalho em que esclarecem sobre o feminismo e apontam para expressões comumente usadas e que devem ser evitadas como “Ela deve ter saído com o chefe”, “Isso não é profissão de mulher” e atitudes como o Intrometido - Manterrupting, termo que descreve a atitude de interromper a mulher diversas vezes, de forma que ela não consegue terminar a frase. O termo foi popularizado com o

---

[22] Infográfico sobre as mulheres no mercado de trabalho elaborado pelo DIEESE.
DIEESE. **Brasil:** Inserção Das Mulheres No Mercado De Trabalho. São Paulo: DIEESE, 2021. Disponível em:<https://www.dieese.org.br/outraspublicacoes/2021/graficosMulheresBrasilRegioes2021.html> Acesso em:30 de out. de 2021

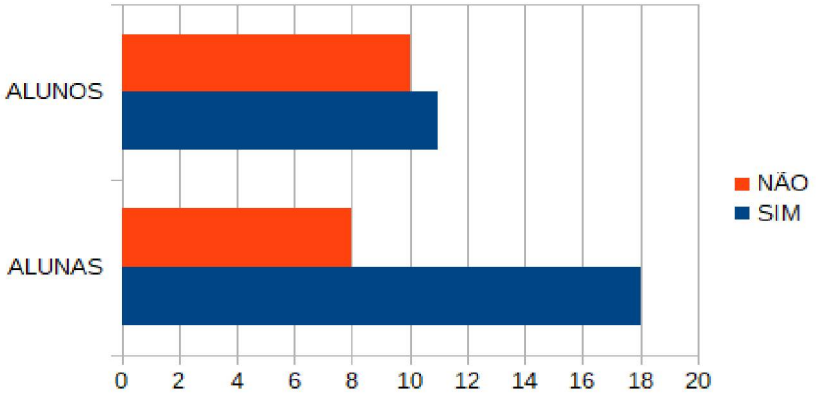
[23] O site do Instituto Ressurgir disponibiliza vários materiais, cartilhas e guias para as mulheres. Lá encontramos os Guias antimachismo das empresas. Disponível em:<https://institutoressurgir.org/cartilhas/> Acesso em:25 de ag. de 2021.

estudo da Universidade de Yale que apontou que as senadoras americanas pronunciavam-se menos que seus colegas. [24]

Essas constatações podem ser averiguadas, tomadas as devidas proporções do contexto dos estudantes, na própria rotina destes. Aos meninos são dadas atividades externas com maior liberdade e para as meninas, geralmente sobram os trabalhos domésticos. Outro dado interessante que liga-se a ideia de feminilidade como fragilidade e masculinidade como força é que três alunos responderam que mulheres e homens são tratados de forma diferente por causa desse elemento. Ainda que não fosse solicitado nessa questão a justificativa do por quê dos tratamentos distintos entre homens e mulheres, os estudantes defenderam esse tipo de tratamento. A questão ainda revelou que para alguns não existe nenhum tipo de diferenciação e que são tratados iguais, não apercebendo-se dentro dessas relações de gênero em sua própria vivência.

Identificadas ou não as formas diferenciadas de tratamento, tínhamos por intenção sondar se os alunos relacionavam essas diferenças com pauta de luta das mulheres e ao que elas reivindicavam. Assim prescrutamos, primeiramente se os alunos sabiam por quais causas as mulheres lutam e reivindicam e após deviam relatar quais eram:

GRÁFICO 2 - VOCÊ SABE POR QUAIS CAUSAS AS MULHERES LUTAM ?



FONTE: A autora (2020).

A princípio a maioria das estudantes sabem quais as causas de luta das mulheres e o que elas querem, visto que são causas que elas vivenciam e observam cotidianamente. Por outro lado, mesmo escrevendo sobre as diferenças de tratamento entre mulheres e homens,

[24] O Guia está disponível no site de uma das autoras. FRABETTI, K; REIS, M; ZIETEMANN, V; UEZATO, L. Guia Antimachismo No Trabalho. Disponível em: <http://www.liviauezato.com/project/guia-antimachismo> Acesso em: 02 de mai. de 2021

uma parcela dos alunos não relacionou-os como causas de luta e portanto, passíveis de conquistas e de transformação da realidade. O que denota a invisibilidade com que as pautas feministas são tratadas por parte da sociedade.

Questionou-se todavia quais são essas lutas:

TABELA 5 - QUAIS SÃO AS LUTAS DAS MULHERES?

PALAVRAS-CHAVE	ALUNAS	ALUNOS
Direitos Iguais	10	6
Trabalho e salário	2	3
Contra assédio/agressão	4	0
Prover a família	3	0
Pela liberdade	2	0
Contra o racismo	1	0
Contra o preconceito de ser mulher	1	0
Contra o machismo	1	0
Não respondeu	3	12

FONTE: A autora (2020).

Por último, os estudantes ao responderem sobre as lutas apontaram para os direitos iguais como principal bandeira, no entanto, não especificaram quais direitos devem ser conquistados pela luta das mulheres. Aqueles que foram mais específicos anotaram a questão trabalhista, a violência contra as mulheres, a liberdade, a luta contra o preconceito, racismo e o machismo como reivindicações das mulheres na sociedade atual. É revelador o silêncio que mais da metade dos estudantes do sexo masculino nessa questão, não identificando que a diferença de tratamento entre homens e mulheres apontadas por eles é um problema na sociedade e pauta de luta das mulheres. Nos parece claro como a opressão sexista afeta as mulheres, seja no ambiente escolar ou de casa e como isso não é vivenciada, sentida e refletida pelo sexo masculino. Nessa pesquisa não apareceu nenhum dado, ainda que eles existam, de como a opressão e antifeminismo afetam negativamente aos meninos, pois a eles é dado maior liberdade e tempo de entretenimento e menores responsabilidades com atividades de casa. Enquanto às estudantes, por força do "seu papel" imbuído, também não é fácil identificar as opressões e os caminhos de transformação para um mundo mais igualitário.

Esse questionário, por simples que pareça, revelou na sua concretude como a construção histórica e social dos papéis de gênero se evidencia na visão de mundo e na prática diária dos estudantes. E quanto se faz necessária a reflexão sobre a desnaturalização desses conceitos dados como verdadeiros e imutáveis. Como bem entendia Paulo Freire (2014, p.100) para uma educação problematizadora em que os sujeitos "vão percebendo, criticamente, *como estão* sendo no mundo *com que* e *em que se acham*".[25]

Como docentes de História, por onde começar? A princípio, por entender que esses papéis de gênero também delimitam a prática pedagógica, devemos prescrutar a legislação educacional e na sua concretização através dos livros didáticos. Como discursos não neutros, carregam intencionalidades e visões de mundo também delineados pelas relações de gênero. Diante dessa perspectiva passaremos brevemente a refletir sobre a especificidade da temática do feminismo na BNCC, no Referencial Curricular Paranaense e nos livros didáticos legitimados pelo PNLD de 2020, especificamente "História, Sociedade e Cidadania" (2018) para compreender os distanciamentos e as aproximações entre o currículo prescrito, editado e em ação nas salas de aula.

2.3 FEMINISMO NO CURRÍCULO DE HISTÓRIA: BNCC (2018) E REFERENCIAL CURRICULAR DO PARANÁ (2018)

Na perspectiva de Fernandes os conteúdos de História "interferem nos valores e crenças dos estudantes diante das questões do mundo" (2018, p. 151). Estes implicam não só o conhecimento, mas a identificação de contextos, figuras históricas e intencionalidades do ensino. E, por isso, o currículo de História é um campo privilegiado de disputas e de interpretações nos quais diferentes grupos tentam estabelecer sua hegemonia nas memórias coletivas e operações historiográficas, que segundo Caimi (2016) visibilizam diferentes posições e pontos de vista sobre o passado e consequentemente sobre o presente. Pois, "o conhecimento e o currículo de História produz e reposiciona identidades culturais, de gênero, religiosas, étnico-raciais, sexuais" (CAIMI, 2016, p. 87). Tal perspectiva é assertiva quando nos deparamos com o desconhecimento do feminismo e das pautas de luta das mulheres representada na pesquisa por meus colaboradores do 9º ano, pelo espaço do feminismo nos currículos e pelo foco midiático sobre os temas.

[25] Grafia do autor.

Laville (1999, p. 130) apontou para a importância dada a disciplina de História pelo poder político, uma vez que é alvo de vigilância e intervenções diretas dos altos escalões dirigentes. Interesse justificado, uma vez que, segundo o autor mudanças curriculares ocorreram nos contextos históricos diversos, para legitimar e fortalecer a ordem estabelecida ou a tomada de poder, perpetuar uma determinada tradição, recontar a história pela perspectiva dos vencedores da vez, definir uma identidade nacional. Seguindo essa visão diante do contexto histórico e político brasileiro após 2016 com a eleição de governos conservadores sob qual perspectiva foram criadas as bases curriculares da educação brasileira? Dizer que a palavra gênero foi silenciada enquanto conceito de relações de gênero faz com que vislumbremos essas perspectivas conservadoras na educação.

A construção do currículo de História na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e no Estado do Paraná pelo Referencial Curricular do Paraná: Princípios, Direitos e Orientações, para o Ensino Fundamental foi implementada em 2018 e deu-se em contexto de embates e contradições. Circe Bittencourt atenta para o contexto da nova política estabelecida após 2016 e também para mudanças curriculares da primeira década do século XXI que indicavam práticas pedagógicas tecnicistas, ou seja, "um retorno a determinados conceitos que explicitam de forma mais evidente que o objetivo da história é o estudo do tempo do capitalismo" (BITTENCOURT, 2018, p. 143)

Elaborada por gestores empresariais que priorizaram os interlocutores internacionais e excluíram e calaram os interlocutores nacionais, a BNCC é fundada nas premissas do Banco Mundial e assim submetida a avaliação externa que passou a determinar conteúdos e métodos sob modelo internacional. Bittencourt (2018) aponta para a perda da autonomia de professores no processo de ensino e aprendizagem, desde a organização das aulas até a escolha de material didático, como podemos perceber pela escolha de um único livro didático para todo o estado do Paraná. Mas também para um ideal de cidadão "consumidor cujo sonho é integrar ao sistema capitalista globalizado que o torna dependente da aquisição contínua das novas tecnologias" (BITTENCOURT, 2018, p. 143) e relega ao segundo plano os pressupostos humanistas.

Diante desse contexto de disputas, contradições e embates qual foi o lugar das mulheres e do movimento feminista nos currículos de História do século XXI? Não houve nenhum tipo de avanço na inserção das mulheres, novamente foram relegadas ao silenciamento e esquecimento. Ao pesquisar as palavras Mulher, Mulheres e feminino

encontramos no Referencial Curricular do Paraná referenciadas como um todo em 13 vezes. Como objetos do conhecimento,[26] ou seja, como conteúdo, mulher ou mulheres aparecem apenas na disciplina de História, indicada para o 6º ano no contexto greco-romano e medieval (2018, p.477). Como objetos de aprendizagem que indica a aprendizagem essencial daquele conteúdo é referenciada em História para o 6º ano e para o 9º ano quando se discute a questão da violência das populações marginalizadas (2018, p. 488) e uma vez na disciplina de Ensino Religioso do 4º ano. (2018, p. 406) Sob as expressões feminina/femininas/feminino encontramos seis entradas, sendo duas para o Ensino Infantil, duas em Ensino Religioso nas páginas 407 e 410; e duas para História, no 8º ano no conteúdo sobre a Revolução Industrial e no 9º ano para discutir Anarquismo e protagonismo feminino. (2018, p. 486). Sendo está a única entrada como objeto de conhecimento (2018, p. 429)

Na BNCC com quase 500 páginas, as entradas para as expressões mulher/mulheres são encontradas apenas quatro vezes. Como objeto de conhecimento aparecem apenas duas vezes e apenas na disciplina de História: para o 6º ano (2018, p. 420) e 9º ano, (2018, p. 431). A expressão feminino aparece apenas uma vez no contexto do 9º ano para a disciplina de História.

A palavra feminismo apareceu apenas uma vez nesses documentos, no Referencial Curricular do Paraná. Assim, não nos causa surpresa que os estudantes ao responder o questionário tenham relatado desconhecer a palavra feminismo. Mesmo se mudássemos o questionamento e perguntássemos sobre as mulheres em outros contextos históricos as respostas poderiam ser muito parecidas, uma vez que as mulheres e suas lutas são silenciadas até nos documentos que regem o currículo educacional e assim, desaparecem dos livros didáticos e por conseguinte das aulas.

Já a palavra gênero aparece 269 vezes na BNCC e 1.036 no Referencial. No entanto, gênero enquanto categoria analítica de representações de papéis femininos e masculinos não foi encontrada dentro dos conteúdos. Interessa-nos observar que nas Competências Específicas de História para o Ensino Fundamental (2018, p.352) na BNCC não se pontua a reflexão sobre questões que envolvam a luta contra preconceitos sejam de gênero, raciais ou identitários como aparecem em outras disciplinas como em Geografia (2018, p.318). Ainda que se pontue que um dos objetivos do ensino de História é a análise de diversos discursos e

[26] O Referencial Curricular do Paraná está organizado em Unidade Temática, que contemplam grandes temas; Objetos de conhecimento entendidos como conteúdos, conceitos e processos e Objetos de Aprendizagem que contemplam aprendizagens essenciais que devem ser assegurados aos alunos nos diferentes contextos escolares. Na BNCC utiliza-se o termo Habilidade e no Referencial Objetos de Aprendizagem.

com isso a construção argumentativa dos discentes sobre temáticas e dentro destas as questões de gênero. (2018. p. 351) No Referencial não há no texto introdutório para a disciplina de História qualquer especificação sobre a temática mulher ou questões de gênero. Ainda que, na introdução geral destaquem que é papel da escola garantir os direitos de aprendizagem sobre a diversidade, não se especifica como e dentro de qual disciplina e conteúdo. (2018, p. 18).

No concernente ao trabalho em sala de aula, na BNCC aponta-se na disciplina de História o trabalho sobre a temática das mulheres para o 6º ano na Unidade Temática intitulada "Trabalho e as formas de organização social e cultural" com o Objeto de conhecimento que propõe "O papel da mulher na Grécia e Roma e no período medieval" desdobrando-se na Habilidade de EF06HI19[27] que busca "descrever e analisar diferentes papéis sociais das mulheres no mundo antigo e nas sociedades medievais." (2018, p. 420) No Referencial há a complementação para este item, "bem como compreender os interesses na exclusão das mulheres em diferentes esferas políticas e de trabalho e as consequências dessas relações na contemporaneidade." (2018, p. 477) indicando o caráter de reflexão sobre a exclusão das mulheres. Ao docente cabe dar conta de falar sobre as mulheres em um espaço temporal de milênios, em diferentes espaços geográficos, em culturas diferentes, destacando que o termo "mulher" não pode ser usado de forma generalizante, posto a diversidade de mulheres e experiências através do tempo histórico. E tudo isso, dentro de uma grade curricular extensa que nos dá três ou quatro aulas para refletir e debater o conteúdo proposto com os estudantes.

O segundo momento em que as mulheres aparecem no currículo de História é no 9º ano e o feminismo insere-se para este ano. Com esse grande hiato, que se reverbera nos materiais didáticos, novamente fica sob responsabilidade dos docentes em sala de aula abordar a temática das mulheres nos períodos históricos, ou os estudantes terão contato apenas com uma história androcêntrica. Para o 9º ano na BNCC e no Referencial Curricular do Paraná as mulheres aparecem em duas unidades temáticas: Na primeira intitulada "O nascimento da República no Brasil e os processos históricos até a metade do século XX" dentro do objeto de conhecimento "Anarquismo e protagonismo feminino" a fim de desenvolver as habilidades ou o objetivo de aprendizagem de

[27] As siglas significam: EF: Ensino Fundamental/ 09: indicado para alunos do 9º ano/ HI: disciplina de História/ 08 ou os dois últimos números: número sequencial de objetivos de aprendizagem.

> (EF09HI08) Identificar as transformações ocorridas no debate sobre as questões da diversidade no Brasil durante o século XX e compreender o significado das mudanças de abordagem em relação ao tema.
> (EF09HI09) Relacionar as conquistas de direitos políticos, sociais e civis à atuação de movimentos sociais. (BNCC, 2018, p.429)

No Referencial Curricular do Paraná, alinhado a BNCC, o objetivo da aprendizagem EF09HI08 traz que, para além de identificar e compreender deve-se problematizar as transformações e continuidades no debate sobre as questões da diversidade no Brasil durante o século XX. E para o objetivo EF09HI09 deve-se também compreender as lutas e conquistas de direitos políticos, sociais e civis relacionando-os à atuação de movimentos sociais (2018, p. 486). Ressalta-se que o feminismo não foi uma pauta apenas do século XX no Brasil, podendo-se identificá-lo no século anterior e portanto, historicizá-la e trabalhar na sala de aula, para além do indicado nos documentos.

A segunda e última aparição da temática das mulheres na BNCC para o 9º ano está na unidade temática "Modernização, ditadura civil-militar e redemocratização: o Brasil após 1946" que traz como objetos de conhecimento: A história recente do Brasil: transformações políticas, econômicas, sociais e culturais de 1989 aos dias atuais; Os protagonismos da sociedade civil e as alterações da sociedade brasileira; e A questão da violência contra populações marginalizadas.

As mulheres são inseridas literalmente no desenvolvimento da habilidade EF09HI26 que visa "Discutir e analisar as causas da violência contra populações marginalizadas (negros, indígenas, mulheres, homossexuais, camponeses, pobres etc.) com vistas à tomada de consciência e à construção de uma cultura de paz, empatia e respeito às pessoas." (2018, p. 431). O objetivo de aprendizagem EF09HI20 na BNCC em que se quer "discutir os processos de resistência e as propostas de reorganização da sociedade brasileira durante a ditadura civil-militar" (2018, p. 431) foi especificado e inseriu-se no Referencial a temática do movimento feminista como pauta de problematização e lhes dá o seu protagonismo como sujeitos históricos, pois aponta que deve-se:

> (EF09HI20) Discutir e problematizar os processos de resistências e as propostas de reorganização da sociedade, da política e da economia brasileira durante a ditadura civil-militar, compreender os movimentos de contracultura, o movimento negro e o feminista, entre outros, como forma de propor mudanças nas relações de poder e entender os reflexos na atualidade.
> (EF09HI26) Discutir e analisar as causas da violência contra populações marginalizadas (negros, indígenas, mulheres, homossexuais, camponeses, pobres

> etc.), com vistas à tomada de consciência e à construção de uma cultura de paz, empatia e respeito às pessoas, no Paraná, no Brasil e no mundo. (PARANÁ, 2018, p. 488)

No Referencial as mulheres são inseridas também sob o Objeto de Conhecimento sobre a Revolução Industrial para discutir a exploração da mão de obra feminina (EF08HI03) (2018, p. 481). Cabe-nos apontar que, diante dessa irrisória inserção das mulheres nas bases curriculares para o Ensino Fundamental - Anos Iniciais e Finais, a disciplina de História tornou-se o centro para as reflexões sobre a temática, uma vez que, pelos documentos oficiais é nessa disciplina e em Ensino Religioso que a temática aparece. Ainda que as mulheres apareçam em História apenas em quatro momentos, serão estes que a maioria dos estudantes terão contato com esses conteúdos. Sabemos que no trabalho docente de outras disciplinas a temática é trabalhada, muito mais pela compreensão dos professores da importância da temática e não pelos documentos oficiais que propõem os conteúdos a serem trabalhados. Assim, como docentes de História é imprescindível levar para a sala de aula a temática e debatê-la com os estudantes.

Estes documentos datados do ano 2018 com silenciamentos sobre mulheres, feminismo e gênero enquanto categoria analítica, como atestam Silva, Brancaleoni e Oliveira (2019) no artigo "Base Nacional Comum Curricular e Diversidade Sexual e de Gênero: (des) caracterizações", inserem-se no momento histórico de debates sobre a questão de gênero nas escolas. Esse tema têm sido discutido inclusive com projetos de Lei, como a PL 2974/2014, intitulado "Escola Sem Partido"[28] que defende a proibição das discussões sobre gênero dentro das escolas, que nomeiam erroneamente de "Ideologia de gênero" gerando uma confusão intencional entre uma categoria teórica e analítica e uma pretensa ideologia. Para Miskolci (2018) a retórica da "ideologia de gênero" une um imaginário da ameaça do retorno do comunismo ao pensamento acadêmico feminista e estabelece uma relação de medo às mudanças nas relações entre homens e mulheres. Tais mudanças sociais e comportamentais são relacionadas com a origem dos problemas sociais e portanto precisariam ser combatidas. Essa constatação da autora tem tal força que foi expressa na pesquisa por um dos colaboradores aliando o feminismo com os problemas do mundo.

A ideia da Ideologia de Gênero é genealógica e cronologicamente datada dos anos de 1990 e início de 2000 dentro da Igreja Católica sob o pontifício do papa João Paulo II.

---

[28] O projeto de lei nº 2974/2014 foi criado por encomenda do deputado estadual Flávio Bolsonaro/RJ pelo coordenador do movimento Escola sem partido, mas disseminou-se por vários municípios e estados.

Rogério Diniz Junqueira (2019) no artigo "A 'ideologia de gênero ' existe, mas não é aquilo que você pensa que é" de 2019 traça a trajetória do que chama discurso reacionário que afirma existir uma conspiração mundial contra a família que alimenta uma retórica antifeminista e uma ofensiva antigênero.

Segundo Junqueira (2019, p. 137) a primeira obra a utilizar a sintagma "ideologia de gênero" é de autoria do jesuíta belga intitulado "O Evangelho perante a desordem mundial" de 1997, em que o religioso denunciava o complô da ideologia de gênero. Já no ano seguinte a expressão apareceu nos documentos eclesiásticos amplamente baseados na obra da estadunidense Dale O'Leary, ligada a Opus Dei e ao lobby católico, principalmente no livro "Agenda de gênero" de 1997, considerado "uma das bíblias do movimento antigênero." Essas ideias legitimam posicionamentos políticos e morais e os naturalizam como necessários, imutáveis ou inevitáveis. Pois, "uma das estratégias ideológicas centrais do discurso antigênero é renaturalizar a ordem social, moral e sexual tradicional" (JUNQUEIRA, 2019, p.139) e assim tornar crenças, ideias e atitudes que os contrariem como antinaturais, promovendo sua hegemonia, suas hierarquias, seu modo de pensar, sustentando os sistemas de poder e as estruturas de privilégios.

Por "Ideologia de gênero", Junqueira define como:

> [...] útil para identificar, compreender e criticar a naturalização das relações de gênero, as hierarquizações sexuais, a heterossexualização compulsória, a inculcação das normas de gênero, entre outras coisas. São exemplos de manifestações da ideologia de gênero o machismo, o sexismo, a misoginia, o heterossexismo, a transfobia, assim como a pugna religiosa-moralista e antifeminista contrária à adoção da perspectiva de gênero nas políticas públicas. Podemos dizer, portanto, que são eles, os cruzados antigênero, que agem como genuínos promotores da ideologia de gênero. Paradoxalmente, a partir de uma manobra de inversão, esses "defensores da família" atribuem a outrem exatamente aquilo que praticam. O discurso antigênero nomeia como "ideologia de gênero" aquilo que é precisamente a sua crítica. (JUNQUEIRA, 2019, p.140)

Para Junqueira as discussões têm sido tomadas por "mobilizações voltadas a eliminar ou reduzir as conquistas feministas, a obstruir a adoção de medidas de equidade de gênero e a reduzir garantias de não discriminação". (JUNQUEIRA, 2019, p. 136) E o campo principal em que essa ofensiva é travada é na escola e o centro das discussões é a prática dos docentes. Como nas propostas do Movimento ESP que pretende no terceiro artigo que sejam:

> Art. 3º. São vedadas, em sala de aula, a prática de doutrinação política e ideológica bem como a veiculação de conteúdos ou a realização de atividades que possam estar em conflito com as convicções religiosas ou morais dos pais ou responsáveis pelos estudantes. (PENNA, 2016, p.45)

Segundo Fernando de Araújo Penna (2016) os defensores do projeto de Lei "Escola Sem Partido" partem da ideia que nas salas de aulas existe a prática de doutrinação política e ideológica por parte dos profissionais da educação. Tornam-se práticas doutrinárias a problematização da realidade e a pluralização de representações que levam o aluno a se revelar como sujeito, autônomo e independente. E a ESP insiste numa educação com uma pretensa neutralidade, uma dinâmica ensino-aprendizagem como mera transmissão de conhecimentos e que os alunos são audiência cativa que aceita passivamente tudo o que lhes é dito. Tal prática além de reforçar as desigualdades sociais, tornar um discurso hegemônico, também desconsidera o saber profissional do professor e o pluralismo de concepções pedagógicas. Como Penna ressalta "é uma limitação da liberdade de ensinar em nome da liberdade de aprender como se fossem opostas e não complementares."(2016, p. 51)

Segundo Ratier (2016, p.30) o criador do ESP, Miguel Nagib propôs as seguintes soluções para a pretensa doutrinação dos profissionais da educação: a divulgação de testemunhos de alunos, o estímulo de leis contra o abuso na liberdade de ensinar e o envio de notificações extrajudiciais ameaçando com processos. Para Ribeiro (2016, p. 08) essa prática em vez de atuar em defesa da pluralidade e de uma educação democrática pode instaurar uma ordem persecutória, de censura e delação entre alunos e professores. E tudo isso garantido em termos da lei, ou seja, uma criminalização dos docentes por exercerem a sua profissão.

A ESP também revela a pretensão de uma "colonização da esfera pública por interesses privados, familiares e religiosos" (JUNQUEIRA, 2019, P. 139) quando se afirma o direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções. Assim, os interesses privados sobrepujariam os interesses públicos de combater desigualdades arraigadas na sociedade. Penna (2016) questiona como, em turmas heterogêneas o professor poderá não entrar em conflito com nenhuma convicção dos pais.

Os partidários do ESP acreditam que os principais temas doutrinários são sobre sexualidade e gênero. Convicção com a qual o Movimento Escola Sem Partido recorreu pela primeira vez aos tribunais devido o tema da redação do ENEM de 2015 que versava sobre a violência contra as mulheres. Pois, postulam

> Parágrafo único. O poder público não se imiscuirá na orientação sexual dos alunos nem permitirá qualquer prática capaz de comprometer ou direcionar o natural desenvolvimento de sua personalidade, em harmonia com a respectiva identidade biológica de sexo, sendo vedada, especialmente a aplicação dos postulados da ideologia de gênero. (PENNA, 2016, p.53)

É importante apontar que a ESP e os defensores da ideologia de gênero vão contra a liberdade de cátedra garantida pela Constituição Brasileira de 1988 no artigo 206 inciso V:

> Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
> (...)
> II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento,
> III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; (BRASIL, 2016, p.123)

Além de estar presente nos documentos e normativas internacionais dos quais o Brasil é signatário, como o Estatuto dos Professores recomendada conjuntamente pela OIT e UNESCO em 1966, Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966), o Protocolo Adicional de São Salvador à Convenção Americana dos Direitos Humanos (1988).

No concernente a temática de gênero, mesmo que a palavra tenha sido suprimida na BNCC, enquanto categoria analítica e não apareça explicitamente nos Referenciais Curriculares, isso não faz com que desapareça junto a ela o dever dos docentes de levá-la para as salas de aula. Pois, está embasada legalmente na Constituição de 1988 que prevê igualdade de tratamento entre homens e mulheres (BRASIL, 2016, p. 13) na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN/1996); nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica: Diversidade e Inclusão; na Lei 11.340/06 conhecida como Maria da Penha que no Art. 8° estabelece a educação como estratégia fundamental para coibir, prevenir a violência doméstica contra as mulheres. No Plano Nacional de Educação de 2014 que prevê a implantação de programas que visam ao combate da discriminação nas escolas.

Em normativas internacionais como a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança (1989), a Convenção Relativa à luta contra a Discriminação no Campo de Ensino (1960), a Convenção para a eliminação de todas as formas de discriminação contra a Mulher (1979); os Princípios de Yogikarta (2006). Pode-se citar também os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU para serem alcançados até 2030 que prevê no item cinco a eliminação das disparidades de gênero na educação e no objetivo cinco que busca alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

No âmbito das leis em 2020 o Superior Tribunal de Justiça (STJ) suspendeu por inconstitucionalidade três leis municipais (Londrina/PR, Paranaguá/PR, Palmas/TO) que proibiam a abordagem de gênero e sexualidade nas redes de ensino. No entanto, foram várias as tentativas dos legislativos municipais em prol da proibição, já em 2017, o STJ suspendia essas normas afirmando que tal feria o princípio constitucional da proteção integral da criança e do adolescente previsto no Art. nº 227. Segundo, o Ministro Luís Roberto Barroso do STJ (2017) ao tratar destes temas não implicaria pretender influenciar, doutrinar ou introduzir práticas sexuais aos alunos, mas ajudá-los na compreensão da sexualidade e na proteção contra a discriminação e a violência. Pois, ao não tratar do assunto "apenas contribui para a desinformação das crianças e dos jovens a respeito de tais temas, para a perpetuação de estigmas e do sofrimento que deles decorre" [29] Acredita-se assim, que assumir a perspectiva de gênero é contribuir para o desenvolvimento do conhecimento dos próprios direitos. E se é possível que o estudante passe por toda a formação da Educação Básica sem saber sobre como as relações de gênero são construídas histórico e socialmente, é também inegável que como docentes não estamos atuando para um ensino crítico e transformador quando não partimos de uma perspectiva histórica que fale sobre essas relações.

Uma vez que, partindo da perspectiva de Judith Butler (2003) gênero é uma construção e portanto, podemos identificar os mecanismos e questionar se ela não poderia ser de outra maneira. A inserção da perspectiva de gênero na sala de aula pressupõe uma forma diferente de compreender a história e o fazer historiográfico. É uma perspectiva que desnaturaliza padrões discursivos deterministas relacionados a fatores biológicos ou físicos das mulheres, como vimos relacionados pelos estudantes, de mulheres frágeis, dóceis com papéis sociais dados e os entende como discursos construídos histórico e culturalmente de representações sobre as diferenças que se dão em meio a confrontos político-sociais.

É também partir da realidade dos estudantes, de suas vivências e conhecimentos. As relações de gênero estão em todos os lugares, na família, na escola, na igreja, assim como estavam implícitas nas respostas do questionário sobre o que é ser homem e mulher na sociedade atual e nos relatos do diário dos estudantes. Para Cubas (2017) a temática é incontornável durante o processo de formação escolar por ser tema transversal nos PCNs e

[29]Reportagem de Renata Mariz e Carolina Brígido, divulgada em 19 de junho de 2017 no site do jornal O Globo. BRIGIDO, C; MARIZ R. **STJ suspende lei que proibia ensino sobre gênero nas escolas do Paraná.** O Globo, 19 de junho de 2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/stf-suspende-lei-que-proibia-ensino-sobre-genero-nas-escolas-doparana-21491015?versao=amp> Acesso em:01 de out. de 2020.

aparecer em exames nacionais como o ENEM de 2015 quando se utilizou a famosa frase de Simone de Beauvoir "ninguém nasce mulher: torna-se mulher" e suscitou diversas reações.

2.4 FEMINISMO: NOS LIVROS DIDÁTICOS DO PNLD 2020.

A abordagem de gênero nas salas de aula demanda o enfrentamento de vários desafios. Zarbato (2017) cita entre eles o tipo de história que já nasce pronta que molda o imaginário social, baseados em uma visão androcêntrica, de grandes homens e grandes feitos, essencialmente política, eurocêntrica e de raiz cristã. Nessa história o papel relegado a mulher não acompanha as pesquisas da Academia, ainda é secundário e do âmbito privado, daí ser comum encontrarmos nos livros didáticos a história das mulheres como apêndices, em casos episódicos, nas margens dos livros e da história. É importante ressaltar que a formação acadêmica dos docentes é outro pronto crucial na percepção ou não da abordagem de gênero.

Conforme a legislação educacional a temática do feminismo, ainda que não apareça com essa nomenclatura na BNCC, deve ser contemplada e uma das formas que os alunos e professores podem ter acesso a ela é pelo livro didático que torna o conteúdo concreto e materializa em suas páginas o conhecimento. Bittencourt em diálogo com Alain Choppin aponta para o livro didático como o depositário de diversos conteúdos das disciplinas curriculares, um instrumento pedagógico que se utiliza das estruturas, dos métodos e das condições do ensino do seu tempo. É um produto cultural, portador de uma ideologia, de um sistema de valores, mas também como uma mercadoria que responde aos interesses do mercado. (BITTENCOURT, 2011, p.502) E como produto cultural reflete as relações de poder na sociedade. Em suas páginas para além do conteúdo encontramos o condicionamento de comportamentos, o estabelecimento de verdades, a legitimidade de uma história, a construção de relações, que como Façanha em diálogo com Natividade (2017) asseguram, por vezes são assimétricas e desiguais. O livro didático como objeto de pesquisa sobre as relações de gênero foi investigado por vários pesquisadores.[30] Inspiradoras são as indagações de Façanha para o trabalho de dissertação de Mestrado pelo ProfHistória "E se te contassem outra História?"

[30] A temática foi trabalhada por autores como Marlia Aguiar Façanha em sua tese de Mestrado pelo ProfHistória intitulada "E se te contassem outra história: Gênero e Feminismo no ensino de História. em 2018 na UFRN; Jackson Debona e Renilson Ribeiro que estudaram a questão de gênero a partir do livro didático História, Sociedade e Cidadania em Revista Educação e Fronteiras On-Line, Dourados/MS, v.4, n.11, p.126-143, mai./ago. 2014, Juliana Kummer Ferreira e Grisolio que estudaram as ausências das mulheres nos livros didáticos. In: NEVES, A. F [et al] Estudos Interdisciplinares em humanidades e letras. São Paulo: Blucher, 2016.

> E se as mulheres aparecessem como sujeitos e protagonistas da história e não em resumos? E se fosse percebida toda a articulação que elas fizeram em busca de melhores condições de trabalho e de vida? E se fosse colocado em questão o porquê de essa história não estar nos manuais didáticos? E se fossem pensadas as relações de poder que envolvem essa história das mulheres e as relações de poder na nossa sociedade atual? (FAÇANHA, 2017, não p.)

Diante dessa perspectiva é pertinente inquirir quais são os conhecimentos e as representações do movimento feminista, suas integrantes, suas lutas e suas conquistas que estão contidos nos livros didáticos, estes que muitas vezes são o único recurso em sala de aula. Principalmente naquele livro que os alunos têm acesso, levam para casa, folheiam e estudam.

Consultamos o Guia do PLND de 2020[31] para compreendermos o lugar que as mulheres têm nos editais e realizamos um levantamento de dados dos livros didáticos de História do 9º ano que fazem parte do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) de 2020[32] para entender se a temática do feminismo é contemplada e como é apresentada aos estudantes. As 11 obras do PNLD de 2020 que passaram por avaliação pedagógica conforme os postulados pela BNCC estão elencadas na tabela abaixo, com os seguintes elementos: Nome da coleção que faz parte, Código, Editora e o nome dos seus autores. Inserimos como nota de rodapé os sites em que as obras podem ser encontradas na íntegra.

TABELA 6 - QUADRO DE LIVROS DE HISTÓRIA 9º ANO PNLD 2020

(continua)

COLEÇÃO	CÓDIGO	EDITORA	AUTORES
Araribá Mais História	0324P20042	Moderna	Obra coletiva. Editora responsável: Ana Cláudia Fernandes.[33]
Convergências História	0320P20042	SM	Caroline Torres Minorelli, Charles Chiba[34]

[31] O Guia do PNLD de 2020 para a disciplina de História pode ser consultado online no site do Guia Digital. Disponível em:<https://pnld.nees.ufal.br/assets-pnld/guias/Guia_pnld_2020_pnld2020-historia.pdf> Acessado em: 20/12/2020

[32] A lista das obras está disponível no site do Guia do PNLD 2020. Disponível em:<https://pnld.nees.ufal.br/pnld_2020/componente-curricular/pnld2020-historia> Acessado em: 20/08/2020

[33] Essa obra pode ser conferida na íntegra no site na editora Moderna. Disponível em:<https://pnld.moderna.com.br/historia/arariba-mais/> Acessado em 21/08/2020.

[34] Essa obra pode ser conferida na íntegra no site na editora SM. Disponível em:<https://pnld2020.smeducacao.com.br/colecao-Convergencias_Historia> Acessado em 21/08/2020.

COLEÇÃO	CÓDIGO	EDITORA	AUTORES
Estudar História: das origens do homem à era digital	0030P20042	Moderna	Ana Cristina Camargo Moraes Figueiredo Patrícia do Carmo Ramos Braick[35]
História.doc	0035P20042	Saraiva	Ronaldo Vainfas, Daniela Buono, Jorge Luiz Ferreira e Scheila Siqueira Faria.[36]

TABELA 6 - QUADRO DE LIVROS DE HISTÓRIA 9º ANO PNLD 2020

(conclusão)

COLEÇÃO	CÓDIGO	EDITORA	AUTORES
História - Escola e Democracia	0350P20042	Moderna	Flávio de Campos, Miriam Dolhnikoff e Regina Claro.[37]
História Geração Alpha	0034P20042	SM	Débora Yumi Mootoka Váleria Aparecida Vaz da Silva.[38]
História, Sociedade e Cidadania	0382P20042	FTD	Alfredo Boulos Júnior[39]
Historiar	0032P20042	Saraiva	Gilberto Vieira Cotrim Jaime Rodrigues.[40]
Inspire História	0371P20042	FTD	Gislaine Campos de Azevedo Seriacopi, Reinaldo Seriacopi.[41]
Teláris História	0309P20042	Ática	Cláudio Vicentino José Bruno Vicentino[42]
Vontade de Saber História	0360P20042	FTD	Adriana Machado Dias, Keila Grinberg e Marco

[35] Essa obra pode ser conferida na íntegra no site na editora Moderna. Disponível em:<https://pnld.moderna.com.br/historia/estudar-historia-das-origens-do-homem-a-era-digital/> Acesso em 21 de ag. de 2020.

[36] Essa obra pode ser conferida na íntegra no site na editora Saraiva Educação. Disponível em:<https:https://api.plurall.net/media_viewer/documents/2596113/> Acesso em 21 de ag. de 2020.

[37] Essa obra pode ser conferida na íntegra no site na editora Moderna. Disponível em:<https://pnld.moderna.com.br/historia/escola-e-democracia/> Acesso em 21 de ag. de 2020.

[38] Essa obra pode ser conferida na íntegra no site na editora SM. Disponível em:<https://pnld2020.smeducacao.com.br/colecao-Geracao-Alpha_Historia> Acesso em 21 de ag. de 2020.

[39] Essa obra pode ser conferida na íntegra no site na editora FTD. Disponível em:<https://pnld2020.ftd.com.br/colecao/historia-sociedade-e-cidadania/> Acesso em 21 de ag. de 2020.

[40] Essa obra pode ser conferida na íntegra no site na editora Saraiva. Disponível em:<https:https://api.plurall.net/media_viewer/documents/2596113/> Acesso em 21 de ag. de 2020.

[41] A obra pode ser conferida na íntegra no site da editora FTD. Disponível em:<https://pnld2020.ftd.com.br/colecao/inspire-historia/> Acesso em 21 de ag. de 2020.

[42] Essa obra pode ser conferida na íntegra no site na editora Ática. Disponível em:<https://api.plurall.net/media_viewer/documents/2577261/> Acesso em 21 de ag. de 2020.

	Quinteto	César Pellegrine.[43]

FONTE: A autora (2020).

No Guia Digital do PLND de 2020 (BRASIL, 2019) apresentam-se alguns indicadores que foram utilizados para o processo de avaliação e de seleção das coleções de História aprovadas. No que diz respeito às mulheres no décimo terceiro indicador anota-se "Consideração da participação das mulheres nos processos históricos, enfatizando seu protagonismo." (BRASIL, 2019, p. 04). No processo avaliativo das obras observa-se como princípios éticos necessários à construção da cidadania e ao convívio social republicano em relação às mulheres além de estar livre de qualquer estereótipo ou preconceito de gênero, pois registra que deve-se:

> Promover positivamente a imagem da mulher, considerando sua participação em diferentes trabalhos, profissões e espaços de poder, valorizando sua visibilidade e protagonismo social, com especial atenção para o compromisso educacional com a agenda da não-violência contra a mulher; (BRASIL, 2019, p.12)

Apesar de a temática mulher aparecer nos indicativos como critério avaliativo das obras, afirmando que as questões de gênero e o protagonismo feminino devem aparecer em distintas classes e etnias na História, os próprios autores do Guia ressaltaram que a história contada ainda preconiza "as ações dos homens." (BRASIL, 2019, p.24)

Os critérios avaliativos perpassam também se o material didático abordou os objetos do conhecimento propostos pela BNCC. De forma geral, em todos os livros aprovados no PNLD 2020 encontrou-se referências ao movimento feminista, concretizando o currículo estabelecido, ainda que de forma bem pontual e nem sempre indicando as relações entre o movimento e os fatos históricos, ou mesmo a sua nomenclatura e a sua definição. Esse é um ponto importante uma vez que, um dos critérios avaliativos é que sejam elucidadas palavras ou termos desconhecidos, assim como "Apresentar conceitos, informações e procedimentos com clareza e precisão". E "A obra não deve induzir ao erro, apresentar contradições ou ideias equivocadas que possam gerar dificuldades na aprendizagem." (BRASIL, 2019, p.13) Tal compreensão é imprescindível em relação a definição do conceito de feminismo, uma vez que em nossa pesquisa, os colaboradores expressaram o seu desconhecimento. No entanto, se

[43] Essa obra pode ser conferida na íntegra no site na editora FTD. Disponível em:<https://pnld2020.ftd.com.br/colecao/vontade-de-saber-historia//> Acesso em 21 de ag. de 2020.

depender do material didático para elucidar o que é o movimento feminista, a maioria dos discentes não encontrará a resposta.

Resultante da BNCC, as referências ao feminismo/protagonismo feminino apareceram em três momentos como critério para os Livros Didáticos para o 9º ano: Na primeira República do Brasil, em capítulos sobre movimentos sociais e sobre o Brasil no século XXI. As palavras feminismo e feminista aparecem em todos os livros, no entanto é título de apenas um texto principal/base: no livro didático História - Escola e Democracia da Moderna (CAMPOS, DOLHNIKOFF, CLARO, 2018, p.224). Há também um grande silenciamento sobre a sua conceituação, que aparece apenas em dois livros: Convergência História (MINORELLI, CHIBA, 2018, p. 246) e História - Escola e Democracia na página 224. Na maioria das vezes, os autores utilizam as expressões mulher, mulheres e feminino para falar das lutas e conquistas do movimento feminista, deixando aos professores que podem ou não ter conhecimento da conceituação a explicação aos discentes. Isso é indicativo de como a palavra feminismo tem um estigma negativo, que faz com que não seja nomeado, que desapareça dos títulos e não seja explicado. Destaca-se ainda que, como as obras e os critérios do PNLD seguem a BNCC, e que a palavra feminismo lá não está referenciada, também nos livros ela desaparece.

Por outro lado, nos livros didáticos do Professor existe uma boa gama de textos de apoio, indicações de livros e sites sobre a temática. Sabedores que o livro didático tem um limite de páginas que faz com que se tenha que fazer escolhas sobre o que nele deve conter é interessante inquirir o por quê desses textos não estarem nas páginas para os alunos, mas como textos para os professores.

Como também é interessante indagar sobre as representações escolhidas sobre o movimento, ou pelo menos, sobre as lutas e conquistas femininas, as suas representantes e quantidade de espaço dado a cada um destes itens. Nesse sentido, importa refletir sobre a História e os livros didáticos não são neutros e como produtos culturais transmitem uma ideologia. E qual é a ideologia a história quer contar? Essencialmente política, uma história de grandes homens e eurocêntrica. Diante dessa realidade, pensar na história pela perspectiva de gênero, segundo Joan Scott (1992, p. 77) é reivindicar a importância das mulheres na história é ir contra as definições e agentes da História tidos como 'verdadeiros' e trazer a tona as questões de domínio.

Para responder as indagações sobre o lugar do feminismo e da luta das mulheres na história dentro destes livros didáticos aprovados no PNLD 2020, escolhemos analisar o livro didático História, Sociedade e Cidadania. De autoria de Alfredo Boulos Júnior da editora FTD é o livro didático que os estudantes do Colégio Estadual do Campo que participaram da pesquisa têm acesso, e terão por mais três anos, inclusive na sua edição digital. Importa-nos ressaltar que este livro didático de História foi adquirido pelo governo como escolha única para todo o Estado do Paraná, o que retirou a autonomia dos professores em escolher o livro que melhor se adaptasse ao seu contexto escolar.

Para essa análise criamos tabelas para cada momento em que o tema aparece em que se explícita: quantas páginas dedica ao tema (feminismo, luta das mulheres), em qual capítulo essas demandas aparecem, se está dentro do texto-base ou em seção separada e se conta com texto de apoio para o professor. Inquiriu-se sobre quais feministas apareceram, quais imagens foram usadas e quais lutas foram retratadas. E de forma geral relacionamos como o feminismo aparece nos outros livros didáticos.

História, Sociedade e Cidadania foi escrito pelo doutor Alfredo Boulos Júnior em Educação e mestre em Ciências pela Universidade de São Paulo, o livro didático do 9º ano conta com 272 páginas. Utilizamos o livro didático do professor para todas as obras para perceber também os encaminhamentos e textos de apoio.

2.4.1 Feminismo na Primeira República (1889-1930)

A temática das mulheres/feminismo aparece nos livros do 9º ano no conteúdo que contempla a primeira metade do século XX da história do Brasil concretizando os documentos (BNCC e Referencial) que apontam a sua inserção dentro do objeto de conhecimento "Anarquismo e protagonismo feminino."

Para sistematizar a compreensão sobre o feminismo, as feministas, suas lutas e conquistas na Primeira República apresentamos as tabelas sobre o livro didático História, Sociedade e Cidadania e também a digitalização das páginas que contemplam o conteúdo.

TABELA 7 - LIVRO HISTÓRIA, SOCIEDADE E CIDADANIA: FEMINISMO NA PRIMEIRA REPÚBLICA.

(continua)

Feminismo na Primeira República

Palavra feminismo/ feminista aparece:	**p. 47:** Sim. Box- em referência a feminista Lutz.
	p. 58: Sim- Voto como fruto das reivindicações feministas
	p. 67: Não - Aparece a palavra antifeminista
	p. 68: Box -Sim- No título. Referência à Nísia Floresta.
	p. 69: Sim: 1- Referenciando Bertha Lutz/ 2- como movimento que pressiona por seus direitos.
Quantidade de páginas dedicadas ao feminismo/movimento das mulheres:	p. 47: 1 linha e meia p. 58: Abertura de capítulo: 1 página p. 67: 1 página p. 68: 1 página p. 69: 1 página
Capítulo que se insere este assunto:	Capítulo 3: A Era Vargas Capítulo 4: Movimentos Sociais: Negros, Indígenas e Mulheres.

TABELA 7 - LIVRO HISTÓRIA, SOCIEDADE E CIDADANIA: FEMINISMO NA PRIMEIRA REPÚBLICA.

(continuação)

Feminismo na Primeira República	
O tema inserido no texto base/ corpo do texto:	**p. 47:** Não. Texto: A constituição de 1934. Lista das mudanças na constituição entre elas o voto feminino
	p.58: Não
	p. 67: Sim. Texto: Movimento das Mulheres. Utiliza a palavra mulheres. Não conceitua o feminismo.
	p. 68: Não
	p.69: Sim. Texto: Bertha Lutz na luta pelo voto feminino. Utilizando o trecho do texto de Rachel Soiber intitulado Movimento de Mulheres.
O tema está inserido em seções, boxes, legendas de imagens e atividades:	**p. 47:** Sim. Legenda expandida da foto da primeira deputada do Brasil. Explicitou-se que o voto foi fruto da luta das mulheres.
	p. 58: Sim- Na abertura de Capítulo- Abertura de Capítulo: Fontes históricas sobre a conquista do voto- artigo de jornal e foto
	p. 67: Não
	p.68: Sim. No box Para Refletir. Texto de Constância Lima Duarte: A potiguar Nísia Floresta: precursora do feminismo com atividades. Fala sobre sua obra.
	p. 69: Não
Encaminhamentos pedagógicos:	**p.47:** Indicação para que se aprofunde o assunto com o texto disponível em site: O voto de saias: a Constituinte de 1934 e a participação das mulheres na política. Texto de Rita de Cássia Araújo.
	p. 58: Não - apenas orientações gerais para atender as habilidades da BNCC
	p. 67 e 68: Não tem

Feminismo na Primeira República	
	p. 69: Não tem
Texto de apoio para o professor:	**p. 47:** Não tem
	p. 58: Sim- Trecho do texto: Pioneiras de Ricardo Westin sobre o voto das mulheres. Cita Bertha Lutz e Leolinda Daltro.
	p. 67: Sim. Trecho do texto de Mônica Karawejczyk sobre a feminista Leolinda Daltro e o partido Republicano Feminino
	p. 68: Sim. Trecho do texto de Constância Lima Duarte sobre Nísia Floresta e sua obra.
	p.69: Sim. Trecho de texto de Bertha Lutz intitulado Educação, associação, organização. Indicações de livros: Nova História das Mulheres de Carla B. Pinsky e Joana Pedro.

TABELA 7 - LIVRO HISTÓRIA, SOCIEDADE E CIDADANIA: FEMINISMO NA PRIMEIRA REPÚBLICA.

(conclusão)

Feminismo na Primeira República	
Feministas citadas:	**p. 47**- Bertha Lutz
	p. 58- Nenhuma
	p. 67 - Leolinda Daltro e Myrthes Campos
	p. 68 - Nísia Floresta
	p. 69- Bertha Lutz
Imagens relacionadas à temática:	**p. 47**- Imagem da primeira deputada Carlota Pereira em meio aos seus pares.
	p. 58- Foto das primeiras eleitoras do Brasil. Nenhuma é nomeada
	p. 67- Mulher discursando em comício em 1915. Não é nomeada nem aparece seu rosto.
	p. 68- Fac-símile da capa do livro Direitos das Mulheres e injustiça dos homens de Nísia Floresta;
	p. 69: Bertha Lutz descendo de avião em 1928 intitulado Bertha Lutz em campanha pelo voto feminino. Seu rosto não pode ser distinguido.
Referências as lutas feministas:	**p. 47**- Voto
	p. 58- Voto
	p. 67 Em 3 linhas- educação, direito de voto, autossuficiência econômica
	p. 68 - Fala sobre Nísia Floresta e sua obra, indaga-se sobre a superioridade masculina.

p. 69- Emancipação econômica, voto.

FONTE: A autora (2020)

O feminismo das primeiras décadas do século XX, em geral alinhava-se com uma visão mais conservadora que reivindicava direitos, mas nem sempre aliava as suas demandas as raízes da dominação patriarcal. E, é essa a temática que mais aparece nos livros didáticos. No livro História, Sociedade e Cidadania aparece em quatro páginas e uma linha e meia, considerando que as outras duas referências sobre o feminismo, nos anos 60 e na atualidade somam juntas o mesmo número de páginas. Ressalta-se aqui que a temática sobre as mulheres aparece no corpo do texto (texto base ou principal) em duas páginas e, nas outras duas são inseridas em seções, neste caso, a abertura de capítulo e uma atividade. Neste livro, excetuando uma página, nas outras há trechos de textos para apoio para o professor de historiadores e das próprias feministas. Por outro lado, há poucas orientações pedagógicas sobre o encaminhamento das propostas para o professor.

A temática está inserida nos livros didáticos geralmente em capítulos que tratam sobre a Primeira República e a Era Vargas e também, mas raramente sobre Movimentos Sociais. Em nenhum dos livros didáticos o movimento feminista foi título de texto base, ou mesmo foi conceituado, utilizou-se na maioria das vezes a palavra mulheres. Nos livros didáticos se priorizou como bandeira de luta o voto feminino, no entanto não era a única, pois entre tantas outras, tínhamos reivindicações sobre a educação, a liberdade e o trabalho. E ainda que essas lutas apareçam nos livros, elas têm lugar secundário, pois geralmente aparecem em seções, boxes e atividades, ou seja, estão separadas da história, são apêndices.

As feministas brasileiras dessa época são representadas principalmente por Bertha Lutz. Pontualmente Maria Lacerda de Moura aparece como feminista e anarquista, temos também Nísia Floresta e Leolinda Daltro. No entanto, temos obras que simplesmente não colocaram o nome de nenhuma feminista. Esse silêncio, não é apenas de seus nomes e histórias, mas principalmente da luta do movimento feminista em prol do direito de voto, que dessa forma naturaliza uma ideia de algo dado pelo governo e não conquistado com muita luta.

A constatação da exclusão das representações das mulheres é feita em estudos como de Moreno em "Como se ensina a ser menina: sexismo na escola" de 1999 e de Silva em "Prisioneiras do Esquecimento: a representação das mulheres nos livros didáticos de História

de 2009". Silva (2009, p.58) analisa que existe para além da ausência de referência as mulheres, a inserção delas se dá por meio de leituras complementares, de modo acessório e episódico, ignorando a sua participação nos processos históricos. Ainda que esteja-se falando de suas lutas e de suas conquistas na história, do seu movimento, há uma grande ausência do seu protagonismo.

Nas imagens, assim como nos textos temos a representação das feministas nas figuras de Bertha Lutz e Maria Lacerda de Moura. Mas também das primeiras representantes políticas brasileiras como Alzira Soriano, Carlota Pereira e Antonieta de Barros, no entanto nem sempre associa-se as imagens à luta pelo direito de voto. As imagens utilizadas, muitas vezes são de mulher e mulheres não identificadas, que apenas representam mulheres da época. As mulheres negras são representadas em dois livros (Inspire História -2018, na página 118 e Historiar -2018 na página 59), mas apenas com a imagem e legenda da primeira deputada negra Antonieta de Barros. Outras feministas, suas imagens, suas histórias, suas lutas e suas conquistas ficam assim, silenciadas.

Para exemplificarmos inserimos a digitalização das páginas do livro História, Sociedade e Cidadania (2018) em que podemos verificar a abertura do capítulo em que as mulheres estão inseridas dentro do contexto dos Movimentos Sociais. Inseriu-se para análise de fonte histórica uma imagem das primeiras eleitoras do Brasil de 1928, no entanto elas não são identificadas por seus nomes. A outra fonte é um artigo do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte de 2018 relatando sobre o "voto de saias" em comemoração aos 80 anos do pioneirismo da conquista do direito ao voto feminino no Estado do Rio Grande do Norte. Aos estudantes são inquiridos sobre o que informam as fontes e se elas se complementam, relativam-se ou negam-se. Em nenhum momento, questiona-se, por exemplo as causas da exclusão das mulheres ao sufrágio até o momento. No artigo o voto feminino é citado como uma conquista do movimento feminista liderado pela bióloga Bertha Lutz. Mas não temos nessa página, um glossário com a definição do termo, ficando ao cargo do professor esclarecer sobre o que é o movimento feminista e suas pautas de luta.

No livro do professor aponta-se quais habilidades serão desenvolvidas no capítulo e um texto de apoio sobre as pioneiras do voto no Brasil. No outro artigo, agora do Senado sobre os 80 anos do voto feminino aponta-se ao professor as mulheres que lutaram pelo direito ao voto como "mais audaciosas" e retira-se delas também seu protagonismo nas lutas posteriores, pois indica-se que acumularam mais direitos, pois os políticos obrigaram-se a

fazer promessas de campanha. Neste texto também não faz referência ao movimento feminista. Segue a digitalização da página de abertura do capítulo:

FIGURA 1 - FEMINISMO NO LIVRO HISTÓRIA, SOCIEDADE E CIDADANIA: ABERTURA DO CAPÍTULO.

ORIENTAÇÕES GERAIS

Desenvolvemos este capítulo visando atender às habilidades da BNCC, citadas a seguir:

EF09HI03 – Identificar os mecanismos de inserção dos negros na sociedade brasileira pós-abolição e avaliar os seus resultados.

EF09HI04 – Discutir a importância da participação da população negra na formação econômica, política e social do Brasil.

EF09HI07 – Identificar e explicar, em meio a lógicas de inclusão e exclusão, as pautas dos povos indígenas, no contexto republicano (até 1964), e das populações afrodescendentes.

EF09HI08 – Identificar as transformações ocorridas no debate sobre as questões da diversidade no Brasil durante o século XX e compreender o significado das mudanças de abordagem em relação ao tema.

EF09HI09 – Relacionar as conquistas de direitos políticos, sociais e civis à atuação de movimentos sociais.

Ela informa que foi no Rio Grande do Norte que as mulheres brasileiras puderam votar e serem votadas pela primeira vez.

A fonte 2 exibe eleitoras norte-rio-grandenses em 1928, as primeiras brasileiras a exercerem o direito do voto.

A fonte 2 complementa e documenta o afirmado na fonte 1.

CAPÍTULO 4

MOVIMENTOS SOCIAIS: NEGROS, INDÍGENAS E MULHERES

Leia as duas fontes a seguir com atenção.

Fonte 1

No dia 25 de outubro de 1927, pela Lei estadual nº 660, as mulheres brasileiras puderam, pela primeira vez, no Rio Grande do Norte, ter reconhecido o direito de votar e serem votadas. O Artigo 77 [...] da referida lei determinava: "No Rio Grande do Norte poderão votar e ser votados, sem distinção de sexos, todos os cidadãos que reunirem as condições exigidas por esta lei". [...]

Essa abertura política conferida às mulheres no Rio Grande do Norte é resultante das reivindicações feministas por igualdade social lideradas em âmbito nacional pela bióloga paulista Bertha Lutz (1894-1976). [...]

Apesar de, do ponto de vista eleitoral, o estado do Rio Grande do Norte ter reconhecido esta igualdade, faltava, porém, a concretização do "voto de saias", o que ocorreu nas eleições municipais realizadas no dia 05 de abril de 1928. [...]

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE. **Os 80 anos do voto de saias no Brasil:** TRE-RN. Disponível em: <http://www.tre-rn.jus.br/o-tre/centro-de-memoria/os-80-anos-do-voto-de-saias-no-brasil-tre-rn>. Acesso em: 15 out. 2018.

Fonte 2



Primeiras eleitoras do Brasil, Natal, RN, 1928.

- O que informa a fonte 1?
- E a fonte 2, o que informa?
- A fonte 2 complementa, nega ou relativiza o conteúdo da fonte 1? Justifique.

58

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio

Pioneiras

Inspiradas pelo movimento no exterior, algumas mulheres mais audaciosas deram impulso à luta sufragista no Brasil, como Leolinda Daltro (fundadora, em 1910, do Partido Republicano Feminino – que [...] não era um partido formal) e Bertha Lutz (fundadora da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, em 1922).

Os primeiros frutos foram colhidos no Rio de Grande do Norte, antes do decreto de Vargas. Em 1927, o governo local liberou o voto feminino sob o argumento de que a Constituição, embora não o autorizasse, tampouco o proibia. No ano seguinte, os eleitores – e as eleitoras – de Lajes (RN) escolheram a primeira prefeita do Brasil, Alzira Soriano. Foi notícia até no *New York Times*. [...]

[...] o direito de ir às urnas abriu caminho para que as mulheres acumulassem mais direitos nas décadas seguintes. Para obter o voto delas, os políticos se viram obrigados a fazer promessas de campanha e elaborar leis que as beneficiassem – preocupação que não havia antes. Exemplo: em 1961, uma lei equiparou o ensino normal (que formava professoras) ao ensino médio, o que finalmente desobstruiu a entrada das mulheres na universidade. [...]

WESTIN, Ricardo. Voto das mulheres no Brasil completa 80 anos. **Senado notícias**, 8 mar. 2012. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2012/03/08/voto-das-mulheres-no-brasil-completa-80-anos>. Acesso em: 10 nov. 2018.

58

FONTE: BOULOS, 2018, p. 58

A temática das mulheres é desenvolvido como texto principal em duas páginas no livro História, Sociedade e Cidadania. O texto intitulado "Movimento de Mulheres" na página 67 é ilustrado por uma foto de um comício de 1 de Maio (dia do trabalhador) de 1915 em São Paulo em que uma mulher anônima discursa, talvez remetendo a ideia da estratégia feminista de organização de passeatas. No entanto, essa foto não tem uma ligação óbvia com o movimento feminista.

O texto traz além do voto, outras pautas feministas como a educação, a autossuficiência econômica, as tentativas de feministas em votar e suas estratégias para mobilizar a sociedade com passeatas e fundação de partido político. O texto não faz referência a essa luta como feminista e nem traz essa alcunha para as mulheres citadas: Leolinda Daltro e Myrthes Campos. Informa-se também a forte oposição ao movimento e pontua-se como antifeminista, mas sem definir o que é feminismo, faz-se assim uma confusão entre as expressões "movimento de mulheres" e feminismo, uma vez que o movimento de mulheres não é necessariamente um movimento feminista.

Na página 69 há a continuação desta temática, com o título de "Bertha Lutz na luta pelo voto feminino." Nesta página o autor selecionou um trecho do texto "Movimento das Mulheres" da historiadora Raquel Soihet sobre a luta das mulheres encabeçada pela feminista Bertha Lutz. No trecho fica explícito que a conquista do voto feminino foi graças as pressões do movimento feminista. Acompanha uma ilustração com a foto de Bertha Lutz descendo de um avião em 1928, quando estava em campanha pelo voto feminino.

Para os docentes, o autor selecionou na página 67 um trecho do texto de Mônica Karawejczyk "Os primórdios do movimento sufragista no Brasil: o feminismo pátrio de Leolinda Figueiredo Daltro de 2014". Intitulado de "Leolinda Daltro e o Partido Republicano Feminino" trata-se das ações políticas de Daltro como ponto de partida do feminismo e da questão do voto feminino. Texto importante e complementar sobre a feminista citada no texto base, da ação da fundação do Partido e de suas lutas. Na página 69, aos professores é indicado o livro "Nova História das Mulheres do Brasil" de autoria de Carla B. Pinsky e Joana M. Pedro de 2012. E um texto de autoria de Bertha Lutz de 1919 sobre a educação, a associação e organização das mulheres, aliando-os ao progresso do país. Nas duas páginas, não há questionamentos ou encaminhamentos pedagógicos a serem trabalhados com os estudantes.

Segue-se as duas páginas digitalizadas em que o tema é tratado como parte do corpo base do texto:

FIGURA 2 - FEMINISMO NO LIVRO HISTÓRIA, SOCIEDADE E CIDADANIA: PRIMEIRA REPÚBLICA.

Movimento de mulheres

A partir do advento da República, também as aspirações das mulheres foram mudando significativamente. As mulheres passaram a reivindicar o acesso pleno à educação, indispensável à autossuficiência econômica, e o direito de votar e de serem eleitas, indispensável à cidadania plena.

A Constituição de 1891, no entanto, negou o direito da mulher ao voto. A advogada Myrthes Campos e a professora Leolinda Daltro tentaram se alistar para votar, mas tiveram seus pedidos recusados. Leolinda Daltro reagiu fundando em 1910 o **Partido Republicano Feminino**. Em 1917, ela organizou uma passeata com 84 mulheres no centro do Rio, fato que surpreendeu a muitos.

Influenciado por esse fato, talvez, no mesmo ano o deputado socialista Maurício de Lacerda apresentou na Câmara um projeto de lei favorável ao voto feminino. Mas o projeto não chegou a ser discutido: as autoridades da época opunham-se fortemente às lutas das mulheres por direitos, enquanto os homens de ciência as rotulavam como pessoas incapazes e de menor inteligência, sendo, portanto, inadequadas para a vida pública. A imprensa engrossava o coro antifeminista, ridicularizando as demandas das mulheres com piadas, ilustrações e charges de mau gosto.

Mulher discursa em comício do 1º de Maio, em 1915, na Praça da Sé, São Paulo, SP.



Texto de apoio

Leolinda Daltro e o Partido Republicano Feminino

O primeiro ato conhecido de Leolinda Daltro nas vias políticas foi através da congregação de algumas mulheres em apoio à candidatura de Hermes da Fonseca à presidência do Brasil, no ano de 1909, com a fundação da **Junta Feminil pró-Hermes**. Mariana Coelho [...] descreve esse grupo como uma "associação política de cuja descrição se depreende ser o ponto de partida para a ação do feminismo no Brasil, pois foi a primeira fundada com intuitos de trabalhar pela emancipação do sexo feminino brasileiro". Em 1910, Leolinda rebatizou essa associação feminina com o nome de **Partido Republicano Feminino** (PRF). Segundo Céli Pinto [...], essa forma de nomear tal associação feminina já "merece atenção especial pela ruptura que representou [...] pelo fato de ser um partido político composto por pessoas que não tinham direitos políticos, cuja atuação, portanto, teria de ocorrer fora da ordem estabelecida". [...] o que motivou uma professora a fundar um partido político, em uma época em que efetivamente a mulher não tinha voz na política?

O programa do PRF, publicado no **Diário Oficial** em 17 de dezembro de 1910, apregoava que pretendia "congregar a mulher brasileira na capital federal e em todos os Estados do Brasil, promovendo a cooperação entre as mulheres na defesa das causas relativas ao progresso pátrio". O quarto artigo do estatuto do partido definia que ele deveria: "Pugnar para que sejam consideradas extensivas às mulheres as disposições constitucionais da República dos Estados Unidos do Brasil, desse modo incorporando-a na sociedade brasileira" [...]. Dentre as referidas "disposições constitucionais" elencadas, a mais perseguida pelas militantes foi o reconhecimento das mulheres como cidadãs plenas e passíveis de participar das pugnas eleitorais. De forma que não parece ser demais considerar que as ações do partido teriam sido as responsáveis por recolocar o tema do sufrágio feminino de volta à pauta da imprensa brasileira. Um diferencial na proposta do PRF era ser composto exclusivamente por mulheres, pois pelo seu estatuto, estava vedada a participação masculina. [...]

KARAWEJCZYK, Mônica. Os primórdios do movimento sufragista no Brasil: o feminismo "pátrio" de Leolinda Figueiredo Daltro. **Estudos Ibero-Americanos**, PUCRS, v. 40, n. 1, p. 71-72, jan./jun. 2014.

67

FONTE: BOULOS, 2018, p. 67

FIGURA 3 - FEMINISMO NO LIVRO HISTÓRIA, SOCIEDADE E CIDADANIA: PRIMEIRA REPÚBLICA -2.

Bertha Lutz na luta pelo voto feminino

É nesse contexto que a feminista Bertha Lutz chega da Europa, em 1918, disposta a lutar pela emancipação da mulher no Brasil.

Leia o que uma historiadora conta sobre Bertha Lutz e suas companheiras.

[...] Bertha e suas companheiras organizam-se em associações, fazem pronunciamentos públicos, escrevem artigos e concedem entrevistas aos jornais. Buscam o apoio de lideranças e da opinião pública [...].

[...] Ainda, em fins de 1918, Bertha enviou uma carta à **Revista da Semana** na qual convocava as mulheres a lutar pela sua emancipação. [...] Nessa visão, poder trabalhar é determinante, pois propicia às mulheres os meios de subsistência, livrando-as de uma "dependência humilhante para elas" e "nefasta para os homens" [...]. Bertha Lutz argumentava que a ascensão feminina resultaria não só em benefícios pessoais como também faria das mulheres "instrumentos preciosos do progresso do Brasil".



Bertha Lutz em campanha pelo voto feminino, c. 1928.

Bertha – apesar da multiplicidade de atividades que conseguiu empreender, abrindo várias frentes de luta –, a conquista do voto mereceu sua prioridade. Acreditava [...] que o acesso aos direitos políticos era essencial à obtenção de garantias com base na lei. [...]

Em 1932, o Brasil finalmente ganhou um novo Código Eleitoral. [...] estabeleceram-se no país o voto secreto e o voto feminino. Com isso, o Brasil tornou-se o segundo país da América Latina (depois do Equador) a estender às mulheres o direito de voto [...]. Faltava agora a incorporação desse princípio à Constituição que só seria votada em 1934. [...] Graças às pressões feministas, e coroando uma luta de décadas, o sufrágio feminino foi finalmente garantido, com a inclusão do artigo 108 na Constituição de 1934.

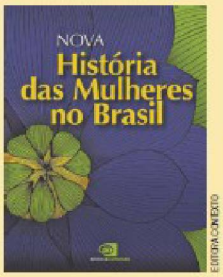
SOIBET, Rachel. Movimento de mulheres. In: PINSKY, Carla B.; PEDRO, Joana M. (Org.). **Nova história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 218-226.

69

Dica de leitura

• PINSKY, Carla B.; PEDRO, Joana M. (Org.). **Nova História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

O livro **Nova História das mulheres no Brasil** traz o ponto de vista de especialistas de diferentes áreas do conhecimento sobre as conquistas das mulheres no século XX e suas contribuições para a sociedade; e sobre as pautas para o século XXI e suas formas de abordagem.



DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio

Educação, associação, organização

[...] os marcos que indicam o caminho de um futuro mais rico, mais fecundo e mais feliz. Se por eles seguirmos, poderemos realizar as aspirações da mulher moderna, que, tornando-se mais útil, quer ser digna de melhor porvir. A educação, deixando de ser mera acumulação de conhecimentos, muitas vezes limitados às artes "d'agrément", deve tornar-nos úteis, ensinar-nos a cumprir nossos deveres de modo eficaz, dar-nos meios de subsistência, para não sermos obrigadas a uma dependência humilhante. Deve reprimir o exagero do sentimento, canalizando-o para o bem, disciplinar a vontade e educar o pensamento. "L'union fait la force", diz a divisa belga; poderia também dizer: traz a paz e torna possível a civilização. Enquanto as nações estiverem divididas, haverá guerra, quando se unirem, virá o reino da paz. Enquanto a mulher estiver só, será sempre o ser frágil que flutua à mercê das circunstâncias. Quando se unirem, elas tornar-se-ão uma grande força. Por isso, devem ser fundadas associações de classe, que "Rio-Femina" já advogou, constituindo no seu conjunto uma grande associação de mulheres brasileiras, destinada a proteger seus interesses e tornar sua vida mais feliz. Se esta se amalgamar a uma associação internacional, poderá colaborar na civilização. Ao lado da educação e da associação deve surgir a vara mágica da organização, a qual, se não faz todo o nosso trabalho enquanto nos consagramos ao repouso ou à preguiça, ao menos o reduz ao mínimo. Aplicada à vida material, facilitará o trabalho de cada mulher e permitir-lhe-á uma vida mais agradável. Mas, aplicada à assistência da mulher e da criança, então fará surgir sem dificuldade todas as instituições que ainda faltam em nossa capital, fornecendo vasto terreno à atividade da mulher cujos meios não a obriguem a trabalhar. Cultivando-o, terá ela, ao mesmo tempo, a satisfação de ver-se útil, e tornar felizes muitas vidas tristes e de concorrer prodigiosamente para o progresso de seu país. [...] (**Rio Jornal**, 27/3/1919).

LUTZ, Bertha apud LÔBO, Yolanda. **Bertha Lutz**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Massangana, 2010. p. 30-31.

69

FONTE: BOULOS, 2018, p. 69

Nesse capítulo a temática aparece inserido no box "Para Refletir" que tem como objetivo trazer textos e imagens do conteúdo estudados que acompanhados de questionamentos diretos, estimulem os alunos a refletir e discutir sobre o tema. Na página 68 traz-se um trecho de Constância Lima Duarte do livro "Nísia Floresta: uma mulher a frente do seu tempo." O texto é intitulado "A potiguar Nísia Floresta: precursora do feminismo" é ilustrado com a imagem fac-símile da capa do livro "Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens" de Nísia Floresta. O texto trata sobre o livro de Nísia e as pautas desenvolvidas, o preconceito contra as mulheres e desmistificação da mítica da superioridade masculina.

Inquire-se aos estudantes que comparem o conteúdo do texto e o seu título e justifiquem se há relação. A segunda questão informa-se o nome real da autora e diz que ela assinou o livro com outro nome. Pede-se que os alunos reflitam sobre as causas da autora em assumir outro nome. No entanto, em nenhuma página há o registro sobre a história de Nísia Floresta disponível aos alunos. Já para o professor, há respostas das questões, a indicação de um documentário sobre Floresta e um texto de apoio com um trecho escrito por Constância Lima Duarte sobre Nísia e sua obra. Traz-se neste trecho sobre o livro Direito das Mulheres e suas reivindicações. Para o docente essas duas referências, em vídeo e em texto são importantes, pois trazem informações para o desenvolvimento das reflexões do texto.

No entanto, há de se notar que o trecho selecionado para o trabalho de reflexão dos alunos, foi explorado por duas questões que não adentram na reflexão sobre a condição feminina descritas no texto. Novamente nesta página, não se traz uma definição sobre feminismo/feminista e pede-se que os alunos reflitam sobre o título que traz essa palavra "precursora do feminismo" e o conteúdo do texto. Além de incluir uma questão que dependerá de pesquisa dos alunos ou da intervenção do professor sobre o nome da feminista.

E o protagonismo feminino na Primeira República finda-se com estas quatro páginas.

Abaixo, segue a página digitalizada do box:

FIGURA 4 - FEMINISMO NO LIVRO HISTÓRIA, SOCIEDADE E CIDADANIA: PRIMEIRA REPÚBLICA -3

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

a) Sim, pois, como afirma o texto, a condição feminina é uma preocupação antiga da escritora norte-rio-grandense Nísia Floresta. **Professor**: em 1831, Nísia escreveu vários artigos em jornal nos quais reflete sobre a condição feminina.

b) Nísia, de Dionísia; Floresta, para lembrar o local de sua infância que era circundado por uma rica floresta; Brasileira, para afirmar o sentimento nativista; e Augusta, em homenagem ao companheiro Manuel Augusto.

IMAGENS EM MOVIMENTO

• NÍSIA Floresta. Duração: 30min11s. Disponível em: <http://livro.pro/betoam>. Acesso em: 10 nov. 2018.

Documentário sobre a vida de Nísia Floresta.

Texto de apoio

Nísia Floresta e sua obra

Num tempo em que a grande maioria das mulheres brasileiras vivia enclausurada em preconceitos e trancafiada em casa sem nenhum direito [...], esta escritora [Nísia Floresta] dirigiu um colégio para moças no Rio de Janeiro e publicou livros [...] tratando dos direitos das mulheres, dos índios e dos escravos.

[Seu primeiro livro], publicado em 1832 em Recife (PE), tem o sugestivo título de Direitos das mulheres e injustiça dos homens, **despontando quando Nísia tinha apenas 22 anos. [...]**

No ano seguinte – 1833 – saía uma segunda edição e, em 1839, uma terceira, no Rio de Janeiro. A capa trazia a informação de que se tratava de uma "tradução livre" de *Vindications of the rights of woman*, **que Mary Wollstonecraft havia publicado em Londres, em 1792, como resposta à Declaração Universal dos Direitos do Homem. A história do sucesso do livro de Mary é conhecida: no mesmo ano ele foi traduzido para o francês e teve seguidas edições que repercutiram pela Europa e Estados Unidos, consagrando o nome de sua autora como a pioneira na defesa da mulher.**

[...] Nísia Floresta [...] não realiza uma tradução, no sentido convencional do termo, mas escreve um outro texto [...].

68

PARA REFLETIR

A potiguar Nísia Floresta: precursora do feminismo

O ano de 1831 foi o ano da estreia de Nísia Floresta nas letras. [...] As reflexões sobre a condição feminina estavam [...] entre as primeiras que motivaram e levaram Nísia Floresta a escrever. [...]

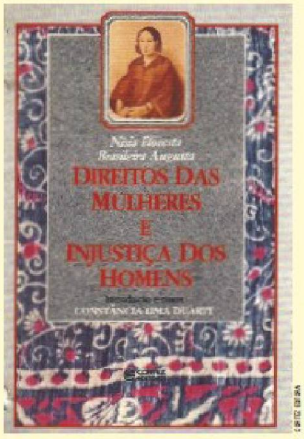
Em 1832, vem a público **Direitos das mulheres e injustiça dos homens**, assinado com o nome que tornará famosa a norte-rio-grandense: Nísia Floresta Brasileira Augusta [...].

Direitos das mulheres e injustiça dos homens foi inspirado na obra de Mary Wollstonecraft **[Reivindicação dos direitos da mulher]** – [...] de 1792 –, conforme ela mesma declarou [...]. A novidade é que, ao invés de simplesmente fazer uma tradução, Nísia [...] escreve um livro denunciando os preconceitos existentes no Brasil contra a mulher e desmistificando a ideia dominante da superioridade masculina.

Ao mesmo tempo em que constrói a defesa de seu sexo, ela denuncia e desmascara os artifícios masculinos de dominação. E indaga:

Se este sexo altivo quer fazer-nos acreditar que tem sobre nós um direito natural de superioridade, por que não nos prova o privilégio, que para isso recebeu da Natureza [...]?

DUARTE, Constância Lima. **Nísia Floresta**: uma mulher à frente do seu tempo. Brasília: Mercado Cultural, 2006. p. 19.



Fac-símile da capa do livro **Direitos das mulheres e injustiça dos homens**, de Nísia Floresta (1809-1885).

a) O título do texto tem relação com seu conteúdo? Justifique.

b) O nome real da escritora potiguar era Dionísia Pinto Lisboa; por que ela teria assinado seu romance com o nome de Nísia Floresta Brasileira Augusta?

68

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

[...]

Em sua substância, o Direitos das mulheres de Nísia Floresta se aproxima do *Rights of woman* **de Mary Wollstonecraft, ou de outros, em vários aspectos. Todos, por exemplo, contêm a denúncia da mulher como ser oprimido, do homem como sujeito da opressão, a reivindicação de uma sociedade mais justa, a ideia da educação como o único meio de promoção feminina, a valorização da função materna e a utilização de um aparato filosófico de feição iluminista.**

No mais, os textos se distanciam tomando cada qual o seu rumo segundo as motivações dos autores, o público a que se destinavam e as peculiaridades da condição feminina de cada país.

DUARTE, Constância Lima. Nísia Floresta e Mary Wollstonecraft: entre o diálogo e a apropriação. In: PADILHA, Eliseu Lemos (Coord.). **Nísia Floresta**: uma mulher à frente do seu tempo. Brasília: Fundação Ulysses Guimarães, s/d. p. 9-12.

FONTE: BOULOS, 2018, p. 68

2.4.2 Feminismo e Movimentos Sociais: Décadas de 1960 e 1970.

O feminismo das décadas de 1960 e 1970 é retratado nos livros didáticos, mas não é um feminismo brasileiro, é principalmente o feminismo dos Estados Unidos. Apenas no livro Convergências História (2018) uma página é dedicada ao movimento durante a ditadura. O espaço a ele dedicado, a esse feminismo que trouxe mudanças nos hábitos e comportamentos é, em geral, muito menor que o feminismo da Primeira República recebeu. Por vezes, não são nem parágrafos, apenas linhas que descrevem o movimento entre outros movimentos, permeados por palavras como rebeldia.

No Livro História, Sociedade e Cidadania o espaço reservado no capítulo "Movimentos Sociais: Negros, Indígenas e Mulheres", à história dos movimentos de mulheres é de três páginas, sendo que uma é de atividades. É interessante perceber que o feminismo que questiona os padrões e hábitos comportamentais, reivindica igualdade e luta contra os signos do patriarcado tenha, em geral a metade do espaço do primeiro movimento do feminismo. Conforme podemos conferir na tabela:

TABELA 8 - HISTÓRIA, SOCIEDADE E CIDADANIA: FEMINISMO DÉCADAS DE 50, 60 E 70.
(continua)

Feminismo nos Movimentos Sociais: Décadas de 50, 60 e 70	
Palavra feminismo/ feminista aparece:	**p. 70:** Não. Box- Para Refletir (Atividade)- aparece a expressão questões de gênero.
	p. 71: Sim- 2 vezes como movimento.
	p. 73: Sim - 3 vezes- movimento e feministas
Quantidade de páginas dedicadas ao feminismo/movimento das mulheres:	**p. 70:** 1 página **p. 71**: 1 página **p. 73:** 1 página
Capítulo que se insere este assunto:	Capítulo 4: Movimentos Sociais: Negros, Indígenas e Mulheres.
O tema inserido no texto base/ corpo do texto:	**p. 70:** Não.
	p. 71: Sim. Texto intitulado: Anos 1960: pílula, minissaia e calça saint-tropez
	p. 73: Não - atividades
O tema inserido em seções, boxes, legendas de imagens e atividades.	**p. 70:** Box de atividade para Refletir. Com trecho do texto de Carla B. Pinsky sobre os padrões de comportamento dos namoros na década de 1950. Inquire-

TABELA 8 - HISTÓRIA, SOCIEDADE E CIDADANIA: FEMINISMO DÉCADAS DE 50, 60 E 70.
(conclusão)

Feminismo nos Movimentos Sociais: Décadas de 50, 60 e 70	
	se sobre questões sobre papéis de gênero desejados na época.
	p. 71: Não
	p. 73: Sim- 2 atividades
Encaminhamentos pedagógicos:	**p. 71**: Não
	p. 73: Sim- 2 atividades
	p. 73: Não tem
Texto de apoio para o professor:	**p. 70:** Indicação da entrevista da historiadora Carla Pinsky sobre as mulheres nos anos dourados. Trecho do texto de Carla Pinsky sobre o magistério nos anos dourados com o peso dos papéis de gênero.
	p. 71: Indicação de entrevista de Simone de Beauvoir de 1975. Trecho do texto de Carmem Regina Diniz sobre o movimento feminista (internacional).
	p. 73: Trecho do texto de Pinsky e Pedro sobre imprensa feminina
Feministas citadas:	**p. 70:** Nenhuma
	p. 71- Betty Friedan e Simone de Beauvoir
	p. 73: Bertha Lutz, Friedan e Beauvoir
Imagens de feministas:	**p. 70:** Fac-símile do livro de Carla Pinsky -Mulheres nos anos dourados.
	p. 71: Legenda: Modelo de Minissaia, 1967.
	p. 73: Foto de passeata em 1970. EUA.
Referências as lutas feministas	**p. 70:** papéis de gênero
	p. 71: Direitos reprodutivos com a pílula; igualdade de capacidade intelectual; dominação masculina; mudanças nos comportamentos e vestimentas; direitos iguais; equiparação salarial, educação, contra o machismo.
	p. 73: Defesa coletiva de interesses, a assistência e a invalidez, a difusão da instrução, igualdade de salários entre homens e mulheres, contra o machismo.

FONTE: A autora (2020)

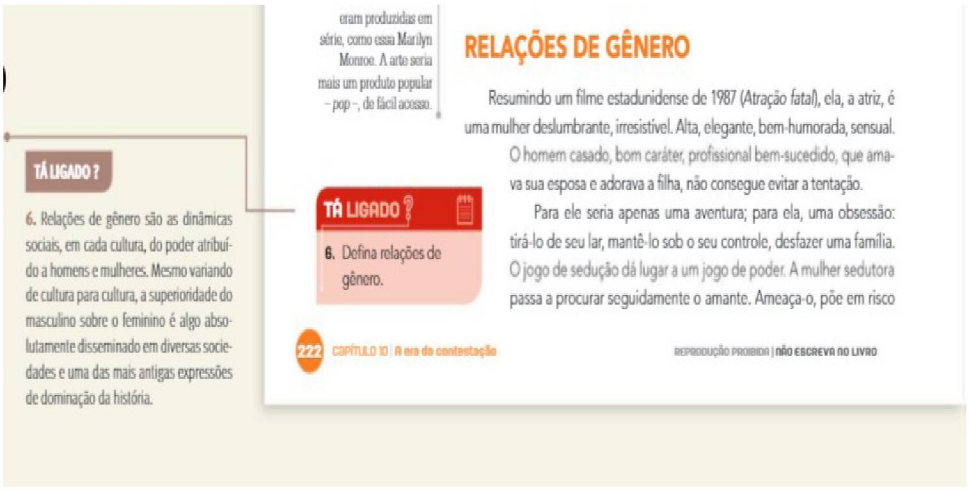
Menos espaço reverberou que o professor recebeu menos indicações de textos, filmes e sites sobre o tema, assim como menos orientação pedagógica. Se depender apenas dos conhecimentos que os livros didáticos passam sobre o feminismo das décadas de 1960 e 1970, os alunos não conhecerão nem a história e nenhuma feminista brasileira. As únicas feministas que são nomeadas são a norte-americana Betty Friedan que aparece em três livros e a francesa Simone de Beauvoir que é nomeada em dois. O total esquecimento de figuras históricas como

Rose Marie Muraro que é matrona do feminismo brasileiro, as advogadas Romy Medeiros da Fonseca, Jacqueline Pitanguy e as inúmeras acadêmicas como Lélia Gonzalez é também o silenciamento de um momento histórico do feminismo brasileiro. Como se ele só tivesse existido no exterior, os alunos, mas principalmente as alunas não encontrarão nessas páginas referências sobre as lutas, as feministas, as experiências de vida, mas apenas algo geral e generalizante.

Em relação as reivindicações do movimento feminista internacional, podemos citar mudanças nos papéis e padrões comportamentais, luta contra o machismo, liberdade, condições e oportunidades de trabalho, salários, entre outros. Mas vale lembrar que tudo isso está apenas em uma página de apenas um livro: o História, Sociedade e Cidadania (2018), nos outros livros apenas o silêncio.

Entre os livros aprovados no PLND 2020, História, Escola e Democracia (2018) sobressaiu-se na temática, ainda que do movimento feminista internacional, ao trazer as conceituações de relação de gênero e dos papéis de gênero e do feminismo. É um exemplo de como explicar as relações de gênero como construções históricas:

FIGURA 5 - RELAÇÕES DE GÊNERO NOS LIVROS DIDÁTICOS: HISTÓRIA, ESCOLA E DEMOCRACIA



eram produzidas em série, como essa Marilyn Monroe. A arte seria mais um produto popular – *pop* –, de fácil acesso.

TÁ LIGADO?

6. Relações de gênero são as dinâmicas sociais, em cada cultura, do poder atribuído a homens e mulheres. Mesmo variando de cultura para cultura, a superioridade do masculino sobre o feminino é algo absolutamente disseminado em diversas sociedades e uma das mais antigas expressões de dominação da história.

TÁ LIGADO?

6. Defina relações de gênero.

RELAÇÕES DE GÊNERO

Resumindo um filme estadunidense de 1987 (*Atração fatal*), ela, a atriz, é uma mulher deslumbrante, irresistível. Alta, elegante, bem-humorada, sensual. O homem casado, bom caráter, profissional bem-sucedido, que amava sua esposa e adorava a filha, não consegue evitar a tentação.

Para ele seria apenas uma aventura; para ela, uma obsessão: tirá-lo de seu lar, mantê-lo sob o seu controle, desfazer uma família. O jogo de sedução dá lugar a um jogo de poder. A mulher sedutora passa a procurar seguidamente o amante. Ameaça-o, põe em risco

222 CAPÍTULO 10 | A era da contestação

REPRODUÇÃO PROIBIDA | NÃO ESCREVA NO LIVRO

FONTE: CAMPOS, DOLHNIKOFF, CLARO, 2018, p.222.

FIGURA 6 - RELAÇÕES DE GÊNERO NOS LIVROS DIDÁTICOS: HISTÓRIA, ESCOLA E DEMOCRACIA - 2

a vida de sua família. Ao homem, resta a culpa por ter se envolvido com uma "mulher fatal". Moral da história: o homem deve ser firme. Deve comandar. Deve evitar as artimanhas femininas. Deve ser a cabeça do casal.

Esse enredo pode servir de referência para diversos outros filmes, bem como para romances e peças de teatro. As personagens dessas histórias são construídas com base em um modelo: o da mulher traiçoeira e leviana e o do homem que se deixa seduzir e comandar por uma mulher. O resultado desse comando feminino são a desordem, a derrocada do casamento, a violência e a morte. Os exemplos se sucedem: de Eva, no Paraíso descrito na Bíblia, ao mais recente filme em cartaz.

Esse tipo de visão ainda existe hoje em dia. Na maioria das sociedades as diferenças de papéis entre homem e mulher são reveladoras das **relações de gênero**, em que o masculino prepondera sobre o feminino. E talvez seja a mais antiga e persistente relação de dominação da história da humanidade.

Nas relações de classe manifesta-se a dominação de um grupo social sobre outro: senhores e escravizados; burguesia e proletariado. As relações marcadas por preconceitos raciais demonstram a discriminação em relação a determinados grupos étnicos: indígenas, negros, judeus, asiáticos.

As relações de gênero revelam como homens e mulheres viveram em épocas e lugares diferentes, e como tais elementos envolveram maior ou menor grau de exploração da mulher.

Em diversas sociedades, o olhar masculino procurou justificar a condição da mulher. E impôs a ela uma situação de inferioridade. Isso está presente de tal modo nas mais diversas culturas que as mulheres que de alguma forma demonstraram algum tipo de contestação a essa visão foram (e ainda são) duramente combatidas. E foram chamadas de bruxas, loucas, indecentes, pecadoras.

Pecado original no Jardim do Éden, anônimo. Iluminura extraída do manuscrito *Roman de Lancelot du Lac*, século XV.



Em diversas representações medievais, Eva e a serpente têm as mesmas feições, como nessa iluminura francesa.

Provedor
Aquele que sustenta.

O DIREITO DE SER MULHER

No período da Guerra Fria, a oposição entre os Estados Unidos e a União Soviética colocava em confronto a imagem da mulher socialista e a da mulher ocidental. Enquanto as soviéticas assumiam o dever cívico e sua parcela da responsabilidade coletiva pelo sucesso da revolução, no polo oposto estava o modelo americano: a mulher doméstica, maternal, consumista, muitas vezes sensual. Na década de 1950, os países capitalistas valorizavam a imagem da dona de casa de classe média cujo marido era o provedor da família, proporcionando-lhe o dinheiro para adquirir bens de consumo.

No Ocidente, os meios comunicação, como o cinema, a televisão e as revistas femininas, se encarregavam de espalhar um padrão de beleza e de comportamento para a mulher. A esposa ideal tinha de ser competente nas tarefas do lar, elegante, bem-humorada e ter a sensualidade das artistas de cinema.



Rita Hayworth, atriz de Hollywood. Estados Unidos, 1946.

NÃO ESCREVA NO LIVRO | REPRODUÇÃO PROIBIDA

FONTE: CAMPOS, DOLHNIKOFF, CLARO, 2018, p.223

No concernente ao livro História, Sociedade e Cidadania o conteúdo da segunda onda feminista que diz respeito aos anos 60 e 70 do século passado é temática de 3 páginas, sendo uma como texto principal e duas de atividades. Na página 71 temos o texto "Anos 1960: pílula, minissaia e calça saint-tropez" em que o autor traz um resumo sobre as reivindicações das mulheres nos anos 60: uso da pílula, contra sua dita inferioridade intelectual, liberdade, modificação nas vestimentas, direitos igualitários. Ressalta-se que entre tantas reivindicações, dá-se ao texto o título sobre as vestimentas. Ao pé da página define-se o que é machismo e no texto indica-se que apesar das conquistas das mulheres, ainda existe esse tipo de pensamento. A imagem que ilustra essa página é de uma mulher de minissaia segurando uma bolsa, na legenda "Modelo de Minissaia" 1967. Cita-se duas expoentes do feminismo internacional, Beauvoir e Friedan.

No box " Para Refletir" da página 70 o tema trabalhado é sobre as questões de gênero nos Anos Dourados (1945-1960) com um trecho do texto de Carla B. Pinsky intitulado "O namoro nos Anos Dourados: 1945-1960" retirado do livro Mulheres dos Anos Dourados. É ilustrado por uma imagem do fac-símile da edição do livro de Pinsky. As questões propostas sobre o texto levam o estudante a refletir sobre o que era considerado qualificador para o namoro e casamento tanto de mulheres, quanto de homens, as opiniões para a escolha sobre os pretendentes e a relação entre matrimônio, modelo de família e ordem social.

Na página 73 tem-se duas atividades, uma análise de fonte com um trecho de texto de Bertha Lutz sobre associações femininas que pede-se aos alunos que retirem do texto, o tema defendido por Lutz e como as associações ajudariam as mulheres. Por último pede-se que os estudantes escrevam uma carta em resposta, concordando ou refutando, ao convite escrito por Lutz à luta por direitos das mulheres. É importante frisar que essa carta de Lutz não foi disponibilizada aos alunos nessa atividade.

A outra atividade é com fonte imagética, uma foto com a legenda "Foto tirada em Michigan, Estados Unidos, em 1970" que mostra mulheres em passeata com cartazes com reivindicações por direitos em inglês. Pede-se aos alunos que identifiquem indícios que a foto foi tirada após 1960. Os indícios que podem ser apontados são as minissaias e o conteúdo dos cartazes. E que os alunos indiquem quais eram as reivindicações da passeata. Para a questão de reflexão utiliza-se a citação indireta de Simone de Beauvoir sobre a submissão feminina como construção da educação machista e utiliza-se a frase "só pode ser mulher" para discutir e propor mudanças de comportamento.

Para os docentes na página 70 tem-se a indicação da entrevista em vídeo da historiadora Carla Pinsky sobre a vida das mulheres nos anos dourados com a duração de treze minutos. E além das respostas aos questionamentos propostos no box, como texto de apoio tem outro texto retirado do livro de Pinsky "Mulheres nos Anos Dourados" sobre o magistério nos anos dourados. O texto é interessante por trazer informações sobre a profissão de docência como uma das únicas que estava livre do preconceito e portanto podia ser seguida pelas mulheres.

Na página 71 não há encaminhamento pedagógico. Tem-se a indicação de uma entrevista de Beauvoir intitulada "Simone de Beauvoir: porque sou feminista" com duração de quase 50 minutos. E como texto de apoio foi selecionado um trecho do artigo de Carmem Regina Bauer Diniz sobre os movimentos feministas da década de 1960 e suas manifestações na arte contemporânea. Intitulado no livro didático como "A caminhada do Movimento feminista" o trecho destaca a influência das obras das autoras Simone de Beauvoir e Betty Friedan sobre as reflexões da condição feminina. Por fim, traz um trecho sobre a pílula anticoncepcional.

Na página 73 tem-se as respostas das atividades. Como as duas últimas questões são de cunho pessoal, ao professor é indicado que ajude ao alunado a desnaturalizar a visão da mulher como passiva e dependente do homem. E o autor ressalta que "Desnaturalizar um fenômeno ou processo é uma das principais funções da História." (BOULOS, 2018, p. 73.) O texto de apoio dessa página é de autoria de Carla B. Pinsky e Joana Maria Pedro, intitulado como "Mulher em Revista" retirado do livro "Nova História das Mulheres." O trecho escolhido trata sobre a imprensa feminina. Interessa-nos apontar que o tema do texto escolhido não tem ligação com os outros temas que fazem parte do corpo do texto ou das atividades propostas.

Abaixo, seguem-se as páginas digitalizadas do livro História, Sociedade e Cidadania sobre o feminismo da segunda onda, dos anos 60 e 70.

FIGURA 7- FEMINISMO NO LIVRO HISTÓRIA, SOCIEDADE E CIDADANIA: ANOS 60 E 70 -1

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

a) A jovem devia ser pura, recatada, fiel, cordata, prendada e capaz de vir a ser uma mãe dedicada e carinhosa.
b) Porque ele seria o chefe da família, responsável por garantir o sustento da esposa e dos filhos.
c) As opiniões do pai e da mãe do pretendente, além da dos vizinhos fofoqueiros, dos amigos e dos guardiães da moral e bons costumes.
d) Na visão da autora, esse modelo de família contribui para a manutenção da ordem social.

IMAGENS EM MOVIMENTO

• ENTREVISTA: as mulheres dos anos dourados. Duração: 13min3s. Disponível em: <http://livro.pro/774ovp>. Acesso em: 10 nov. 2018.

Entrevista com a historiadora Carla Pinsky sobre a vida das mulheres nos anos dourados.

Texto de apoio

Magistério nos anos dourados

[...] Estudos feitos nas próprias décadas de 1950 e 1960 sobre as aspirações à educação e à profissão – entre crianças, jovens e pais de alunos – constatam a coincidência das aspirações, escolhas e vocações com *os modelos socialmente dominantes* sobre o que cabe ao homem e à mulher de acordo com os seus "dons naturais".

Embora não em termos legais, existe a "consagração do ensino de natureza diversa" constatada na presença majoritária [...] de mulheres nas escolas normais enquanto os homens optam outros cursos de nível médio, estes de maior prestígio e de possibilidade de maior remuneração no futuro. Em 1954, 86,79% dos alunos que concluem o curso normal são mulheres; 10 anos depois, as mulheres já são 95,24% dos estudantes do curso normal. A articulação entre a "missão do lar" e a "sagrada missão do magistério" é uma tendência que vigora pelo menos desde os anos 1920. Professora de crianças, portanto, é uma das únicas profissões femininas completamente livres de preconceitos sociais, pois é encarada como tendo em si algo de maternal. Essa característica faz com que a mulher obtenha aval ou o "perdão" por trabalhar.

70

PARA REFLETIR

O texto a seguir é da historiadora Carla Bassanezi Pinsky e pode nos ajudar a pensar sobre questões de gênero no Brasil dos Anos Dourados, modo pelo qual é chamado o período que vai de 1945 a 1964.

O namoro nos Anos Dourados – 1945-1960

O namoro nos Anos Dourados, especialmente até fins dos anos 1950, é cercado de regras e costumes. [...]

[...] a jovem deve tentar provar que é "boa moça" – pura, recatada, fiel, cordata –, prendada – como deve ser uma dona de casa – e capaz de vir a ser uma mãe dedicada e carinhosa. O pretendente, por sua vez, precisa demonstrar para a namorada e sua família que é honesto, responsável, trabalhador e "respeitador" com relação à sua eleita, enfim, um "bom partido". [...]

[...] no jogo do namoro, não são só as imagens referentes aos jovens (namorados e candidatos a) as que contam nessa época. Também têm peso as que se reportam a outras pessoas: o pai ("vigilante e defensor da honra"), a mãe ("cuidadosa e responsável"), os vizinhos fofoqueiros, os amigos (cúmplices ou críticos) e todo um leque de guardiães "da moral e dos bons costumes".



Fac-símile da capa da obra **Mulheres dos Anos Dourados**.

O namoro socialmente aceito e desejável nas "casas respeitáveis" é aquele que pode ser visto como "o primeiro passo" em direção ao casamento e à formação de uma nova família. Com tal importância social, não há como o namoro escapar das [...] balizas ditadas pelos padrões de comportamento que procuram garantir as instituições do matrimônio e do modelo dominante de família e, em última instância, a ordem social.

PINSKY, Carla Bassanezi. **Mulheres dos Anos Dourados**. São Paulo: Contexto, 2014. p. 67-68.

a) Segundo o texto, que qualidades uma jovem tinha de possuir para ser considerada uma "boa moça"?
b) Por que um bom pretendente tinha de ser um rapaz responsável e trabalhador?
c) Nos Anos Dourados, muitas opiniões eram levadas em conta na escolha de um(a) pretendente. De quem eram essas opiniões?
d) Segundo a autora, há relação entre matrimônio, modelo de família e ordem social?

70

A escola normal deveria formar professores para atuar no magistério primário, mas muitas mulheres a procuram não com objetivos profissionais e sim em busca de uma formação que contribua no preparo para o desempenho da função de mãe educadora de seus filhos. Além disso, a base intelectual da instrução normal proporciona às alunas prestígio social e, em certos círculos sociais, um valor maior no mercado de casamento. [...]

Na coluna "Um broto por semana", de *Jornal das Moças*, a grande maioria das jovens entrevistadas declara estar fazendo o curso normal. Seu "maior sonho" é formar-se professora – lembrando que nem todas pretendem atuar como tal – sonho este que se completa, segundo elas próprias, com o "ideal de todas as moças: casar-se e ter filhos". [...]

PINSKY, Carla Bassanezi. **Mulheres dos anos dourados**. São Paulo: Contexto, 2014. p. 188.

DIVULGAÇÃO PNLD 2018 FTD

FONTE: BOULOS, 2018, p. 70.

FIGURA 8 - FEMINISMO NO LIVRO HISTÓRIA, SOCIEDADE E CIDADANIA: ANOS 60 E 70 -2

Anos 1960: pílula, minissaia e calça *saint-tropez*

Nos anos 1960, enquanto os negros lutavam por direitos que a sociedade lhes negava, as mulheres também mostravam sua força. Desde o final da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), o movimento feminista vinha mobilizando milhões de mulheres no mundo. Em 1960, no entanto, a liberação ao público da pílula anticoncepcional marcou o início de uma verdadeira **revolução sexual**. A pílula, que passou a ser vendida em qualquer farmácia, permitia à mulher decidir se queria ou não engravidar e possibilitava a ela uma vida sexual mais intensa. As mulheres passaram a debater e denunciar a crença vigente na época de que a mulher era incapaz para a vida intelectual e de que era naturalmente inferior ao homem.

Nos anos 1960, escritoras, como Betty Friedan e Simone de Beauvoir, inspiraram o movimento feminista. Esta última, autora de vários livros muito lidos na época, dizia que a mulher não nasce obediente, passiva ou dependente; é a educação machista que a faz aceitar a dominação masculina. Daí a necessidade de se libertar da educação repressora e buscar a autorrealização. A moda dos anos 1960 também ajudou na construção dessa nova mulher menos tímida e mais confiante. O uso da calça estilo *saint-tropez*, com o umbigo de fora, e a minissaia são invenções daquele tempo.

As mulheres dos anos 1960 engajaram-se também na luta política. Em várias partes do mundo surgiram organizações femininas que promoviam debates, cursos, publicações e levavam milhares de manifestantes às ruas para exigir salários e direitos iguais aos dos homens, a aprovação do divórcio e o direito a certo número de vagas no funcionalismo público e nas universidades. Nas últimas décadas, as mulheres têm conquistado um espaço considerável, nas mais diferentes áreas da vida social, sobretudo no mundo do trabalho; mas o machismo continua existindo e é facilmente perceptível, por exemplo, quando se observa o comportamento dos homens no trânsito.



Modelo de minissaia, 1967.

Machismo: atitude ou comportamento de quem não aceita a igualdade de direitos e oportunidades entre o homem e a mulher.

71

DIVULGAÇÃO PNLD 20 FTD

IMAGENS EM MOVIMENTO

- SIMONE de Beauvoir: porque sou feminista (1975). Duração: 49min47s. Disponível em: <http://livro.pro/kktr4x>. Acesso em: 10 nov. 2018.

Entrevista com Simone de Beauvoir.

Texto de apoio

A Caminhada do Movimento Feminista

As atuações feministas que passaram a se tornar comuns na década de sessenta, desde há muito tempo faziam parte de discussões de alguns grupos minoritários de mulheres. Nada começou por acaso. A obra **O Segundo Sexo**, escrito pela francesa Simone de Beauvoir, em 1949, foi um dos livros que se tornou referência para o movimento feminista. Esta autora apontava para as raízes culturais da desigualdade entre os sexos, denunciando a existência de uma categoria negativa à qual as mulheres estariam atreladas. Considerava que elas estariam sujeitas ao homem por inúmeras tramas: por sua condição biológica, pelo trabalho, pelos interesses econômicos e pela condição social. Através de uma análise profunda de inúmeras questões, a obra aponta para a maneira como se dá o aprendizado da condição feminina. A frase de sua autoria "Não se nasce mulher, torna-se mulher" tornou-se fundamental para o movimento feminista.

No clima contestatório da década de 1960, diversos grupos que clamavam por mudanças foram encontrando brechas para seus questionamentos. Reforçava-se o movimento das feministas nos Estados Unidos e na Europa, com repercussões no Brasil. Este foi o momento em que começou a se destacar a norte-americana Betty Friedan, que fundou a NOW (*Nacional Organization for Women*), que deu origem ao Movimento de Libertação da Mulher. Foi assim que surgiu o Novo feminismo, ou a chamada *First Wave Feminism* (Primeira Onda Feminista), conclamando as militantes para atuarem nas lutas feministas, mas também nas lutas pelos direitos civis dos negros norte-americanos e pelo fim da Guerra do Vietnã. Dessa forma, o movimento feminista foi ganhando corpo, e passou a garantir o seu espaço no mundo ocidental.

[...]

[...] Ao mesmo tempo, com o surgimento da pílula anticoncepcional, a vida sexual das mulheres começava a se modificar. O tema da sexualidade feminina passava a fazer parte de discussões pouco comuns até então. [...]

DINIZ, Carmen Regina Bauer. Movimentos feministas da década de sessenta e suas manifestações na arte contemporânea. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISADORES EM ARTES PLÁSTICAS, 18. Anais... Salvador, 2009. p. 1542-1543.

71

FONTE: BOULOS, 2018, p. 71

FIGURA 9 - FEMINISMO NO LIVRO HISTÓRIA, SOCIEDADE E CIDADANIA: ANOS 60 E 70 - 3

3. O texto a seguir foi escrito pela líder feminista Bertha Lutz em 1919.

> As mulheres vivem dispersas. É necessário associá-las. Divididas, são fraqueza. Juntas, serão uma força. [...] as mulheres que vivem do seu próprio esforço [...], que precisam rodear-se de garantias e amparos na luta pela vida, que compete dar o primeiro passo na vida associativa. As quatro classes de mulheres que [...] podem organizar-se, criando e mantendo associações fortes e benéficas, são: as professoras, as datilógrafas [...], as costureiras, as operárias. As [...] vantagens dessas associações seriam a defesa coletiva de interesses, a assistência à maternidade, à enfermidade e à invalidez, a difusão da instrução. [...]
>
> LUTZ, Bertha apud LÔBO, Yolanda. **Bertha Lutz**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Massangana, 2010. p. 32. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4693.pdf>. Acesso em: 15 out. 2018.

a) O que Bertha Lutz defende nesse texto?

b) Para ela, em que ocasiões as associações feministas deviam ajudar a mulher?

c) Em 1918, Bertha escreveu uma carta à **Revista da Semana** convidando as mulheres a lutar por seus direitos. Na carta, ela argumenta que as mulheres devem ter uma profissão e trabalhar para se livrar da dependência do homem. Reflita e responda à carta dizendo se você concorda ou não com ela e por quê.

4. Observe a imagem com atenção.



Foto tirada em Michigan, Estados Unidos, em 1970.

a) Há indícios de que a foto foi tirada após a década de 1960? Quais?

b) O que essa passeata de mulheres reivindica?

c) **Em dupla.** Para a escritora feminista Simone de Beauvoir, a mulher não nasce obediente, passiva ou dependente: é a educação machista que a faz aceitar a dominação masculina. Vocês concordam com isso?

d) **Em dupla. Discutindo o presente:** é comum ouvirmos a expressão: "só pode ser mulher!!!" quando alguém faz uma barbeiragem no trânsito. Pesquisem, reflitam e opinem: o que pode ser feito para mudar esse tipo de comportamento?

73

RESPOSTAS E COMENTÁRIOS

3. a) Ela defende a organização das mulheres em associações para lutar por seus direitos.
   b) As associações deveriam buscar a defesa coletiva de interesses, a assistência à maternidade, à enfermidade e à invalidez, a difusão da instrução.
   c) Resposta pessoal.
4. a) Sim; há alguns indícios como, por exemplo, a minissaia, o conteúdo dos cartazes etc.
   b) A passeata reivindica, entre outras coisas, igualdade de salários entre homens e mulheres, como se pode concluir pelos dizeres do cartaz que a moça de minissaia branca ostenta: *"Equal Pay for Equal Jobs"*.
   c) Resposta pessoal. **Professor**: ao desvelar o papel da educação machista e repressora na conformação da mulher subserviente, "a chamada rainha do lar", a questão pode ajudar o alunado a superar a visão inserida no senso comum segundo a qual a mulher é naturalmente passiva e dependente do homem. Desnaturalizar um fenômeno ou processo é uma das funções principais da História.
   d) Resposta pessoal. **Professor**: comentar que o machismo no Brasil é um fenômeno inscrito na longa duração. E que as mudanças no campo dos comportamentos e valores são mais lentas do que as que ocorrem na esfera política e econômica. Daí a necessidade de debater o assunto e de propor práticas visando à mudança de perspectiva e de comportamento (cidadania ativa).

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

Texto de apoio

Mulher em Revista

As atividades ligadas à impressão somente foram permitidas no Brasil após o desembarque da Família Real portuguesa (1808). Entretanto, não foi preciso esperar muito para que uma imprensa adjetivada de feminina fizesse sua aparição entre nós: basta lembrar O espelho diamantino (RJ, 1827), O espelho das brasileiras (Recife, 1831), O Relator de novelas (Recife, 1838), o Correio das Modas (RJ, 1839) ou o Jornal das Senhoras (RJ, 1852), para citar alguns exemplos. Desde então, a lista não cessou de aumentar e hoje as frequentadoras das bancas, revistarias e livrarias dispõem de um cardápio variadíssimo, cada vez mais segmentado por idade, grau de escolaridade, renda, perfil profissional e interesses específicos (adolescentes, noivas, mães, decoração, beleza, moda, culinária, dietas, exercícios...) e que é responsável por fatia das mais consideráveis do mercado de periódicos.

Essa imprensa particularizava-se por dirigir-se para o público feminino, ainda que nem sempre tenha sido produzida por mulheres. Trata-se de um tipo de produção jornalística que não é movida pela necessidade de registrar o fato novidadeiro do dia anterior, matéria-prima por excelência do jornalismo. Pelo contrário, a imprensa feminina orbita em torno de temas mais perenes, não submetidos à premência do tempo curto do acontecimento.

PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. **Nova história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 447-448.

73

FONTE: BOULOS, 2018, p. 73

2.4.3 Feminismo e o Brasil do século XXI.

Em relação ao terceiro item que contempla a habilidade da BNCC (2018, p. 431) (EF09HI26) que busca discutir e analisar as causas da violência contra populações marginalizadas e dentro delas as mulheres no Brasil após redemocratização (1985) com o objetivo de tomada de consciência e da construção de uma cultura de paz, empatia e respeito às pessoas construímos a seguinte tabela:

TABELA 9 - HISTÓRIA, SOCIEDADE E CIDADANIA: FEMINISMO NO BRASIL DO SÉCULO XXI.
(continua)

Feminismo no Brasil do Século XXI	
Palavra feminismo/ feminista aparece:	**p. 225:** Referência como movimento.
	p. 247: Não
Quantidade de páginas dedicadas ao feminismo/movimento das mulheres:	**p. 225:** 2 linhas em que feminista é um exemplo de movimento entre outros. **p. 247:** 1/3 da página.
Capítulo que se insere este assunto:	Capítulo 14: Brasil Contemporâneo
O tema inserido no texto base/ corpo do texto:	**p. 225:** Sim Texto: A constituição de 1988. Lista das mudanças na constituição.
	p. 247: Não
O tema inserido em seções, boxes, legendas de imagens e atividades.	**p. 225:** Não
	p. 247: Sim- Em atividade: Texto de Daniel Cerqueira sobre o Atlas da Violência. Homicídio de mulheres.
Encaminhamentos pedagógicos:	**p. 225:** Não tem
	p. 247: Pesquisa sobre a violência contra grupos minoritários e ressaltar a Lei Maria da Penha no caso de feminicídio. Sem explicações sobre a lei
Texto de apoio para o professor:	**p. 225:** Não há referência ao feminismo/mulheres
	p. 247: Não há referência ao feminismo/ mulheres
Feministas citadas:	**p. 225:** Nenhuma
	p. 247: Nenhuma
Imagens de feministas:	**p. 225:** Não faz referência às mulheres/feminismo.
	p. 247: Não faz referência às mulheres/feminismo.

TABELA 9 - HISTÓRIA, SOCIEDADE E CIDADANIA: FEMINISMO NO BRASIL DO SÉCULO XXI.
(conclusão)

Feminismo no Brasil do Século XXI	
Referências as lutas feministas	**p. 225:** nenhuma, apenas que o movimento feminista entre outros participou das discussões sobre a Constituição de 1988
	p. 247: Apresenta os dados de 2016 de Homicídio de Mulheres. Mas na lista de fatores que impulsionaram esses dados não aparece machismo.

FONTE: A autora (2020)

A última aparição da temática da mulher/movimento feminista no conteúdo do 9º ano está contido na parte sobre o Brasil no fim do século XX e início do XXI, corporificando os referências educacionais que orientam para a análise das causas da violência contra populações marginalizadas. Com espaço ainda menor que os outros, as mulheres aparecem também quando se trata da Constituição de 1988. No livro História, Sociedade e Cidadania a temática aparece em 1/3 de página, em uma atividade e no corpo do texto em três linhas quando se tratou da Constituição de 1988. No entanto, o feminismo é tratado apenas como mais um movimento, entre outros. Não se faz referência sobre as lutas de feministas como Jaqueline Pitanguy, nem dos movimentos feministas e de mulheres que participaram das discussões para a Constituinte. Pois, apenas relatam que "Os movimentos sociais (negro, indígena, operário, feminista, entre outros) participaram intensamente dessas discussões, reivindicando direitos e exercendo sua cidadania." (BOULOS, 2018. p. 225.) Nesta página também não se tem indicação sobre livros, documentários e textos de apoio que trate sobre as questões das mulheres na Constituição.

Diante de um contexto plural do século XXI em que têm-se muitos movimentos dentro do feminismo, ainda temos um grande silenciamento das feministas e suas histórias. Apenas duas feministas brasileiras foram citadas nos 11 livros didáticos neste item: uma vez Jacqueline Pitanguy relacionada à Constituição de 1988 no livro História Geração Alpha (2018) em que existe uma foto de Jaqueline Pitanguy no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. A outra mulher é Maria da Penha citada em três livros, ainda que a lei Maria da Penha apareça em mais três. E como se todas as mulheres tivessem lutas iguais nomeou-se, em geral, a violência, oportunidades de trabalho, salários e machismo como problemas a serem enfrentados pela sociedade do século XXI.

Na página 247 do livro História, Sociedade e Cidadania na seção de Atividades "Você Cidadão", que tem como objetivo "estimular o aluno a traçar paralelos entre o passado e o

presente e interrogar o presente, debater, e sobretudo, a se posicionar diante de uma questão social, ajudando-o a se preparar para o exercício da cidadania."(BOULOS, 2018, p. XXXII) temos um texto com dados do Atlas da Violência de 2018 sobre a as mulheres e a população jovem. Pede-se que os estudantes pesquisem sobre a violência sobre vários grupos e organizem um fórum interdisciplinar em que apresentaram propostas de conscientização da comunidade escolar sobre o tema. A seguir, a página desta atividade digitalizada:

FIGURA 10 - FEMINISMO NO LIVRO HISTÓRIA, SOCIEDADE E CIDADANIA: BRASIL NO SÉCULO XXI.



III Você cidadão!

Atlas da violência 2018

Juventude perdida

A vitimização por homicídio de jovens (15 a 29 anos) no país é fenômeno denunciado ao longo das últimas décadas [...]. Os dados de 2016 indicam o agravamento do quadro em boa parte do país: os jovens, sobretudo os homens, seguem prematuramente perdendo as suas vidas. [...]

Uma das principais facetas da desigualdade [...] no Brasil é a forte concentração de homicídios na população negra. Quando calculadas dentro de grupos populacionais de negros (pretos e pardos) e não negros [...], as taxas de homicídio revelam a magnitude da desigualdade. É como se, em relação à violência letal, negros e não negros vivessem em países completamente distintos. [...] Em um período de uma década, entre 2006 e 2016, a taxa de homicídios de negros cresceu 23,1%. No mesmo período, a taxa entre os não negros teve uma redução de 6,8%. [...]

Homicídio de mulheres

[...] Em 2016, 4645 mulheres foram assassinadas no país, o que representa uma taxa de 4,5 homicídios para cada 100 mil brasileiras. Em dez anos, observa-se um aumento de 6,4% [...].

De fato, existem inúmeros fatores a impulsionar a violência letal no país, como

- a profunda desigualdade econômica e social,
- a inoperância do sistema de segurança pública,
- a grande presença de mercados ilícitos e facções criminosas e
- o grande número de armas de fogo espalhadas pelo Brasil afora.

Esses fatores continuam desafiando governos e sociedade e continuam pressionando a taxa de crimes letais [...] no [...] país. [...]

CERQUEIRA, Daniel (Coord.). **Atlas da violência 2018**. Rio de Janeiro: Ipea: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2018. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2018.

- **Em grupo.** Pesquisem sobre a violência contra uma das seguintes populações: negros, mulheres, homossexuais, indígenas, camponeses ou pobres. A seguir, com a mediação dos professores, organizem um fórum de debates interdisciplinar sobre o tema **Violência contra populações marginalizadas**. Ao final, apresentem propostas para a conscientização da comunidade escolar a respeito da necessidade de se disseminar uma cultura de paz, empatia e respeito às pessoas.

247

RESPOSTA E COMENTÁRIO

- Resposta pessoal. **Professor**: trabalhar com os alunos a cultura da paz, da empatia e do respeito às pessoas. No caso do feminicídio, dar visibilidade aos crimes e ampliar as redes de apoio à mulher, que constam da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006).

IMAGENS EM MOVIMENTO

- OBJETIVOS globais da ONU: a maior lição do mundo. Duração: 2 min. Disponível em: <http://livro.pro/fdbnpq>. Acesso em 13 nov. 2018.

Animação da ONU sobre os Objetivos Globais.

Texto de apoio

Agenda 2030 e desenvolvimento humano

A Agenda 2030 consiste em 17 objetivos e 169 alvos para a promoção de desenvolvimento sustentável [...]. A ideia é a de que, sob caráter recomendatório, os novos objetivos e alvos irão estimular e inspirar ações para os próximos anos em áreas de importância crítica para a humanidade. Dessa forma, os Estados reafirmam o compromisso de continuar buscando o fim da pobreza e da fome em todas as suas dimensões, além de assegurar que todos possam atingir seu potencial em termos de dignidade, igualdade e em saúde mental e ambiental. Acima de tudo, há o entendimento de que é necessário proteger os direitos humanos e criar condições para que o crescimento econômico seja inclusivo e sustentável, de forma a sempre dividir a prosperidade e gerar trabalho decente para todos.

Os ODS [Objetivos de Desenvolvimento Sustentável] têm [..] foco no bem-estar humano, alinhando desenvolvimento econômico com sustentabilidade ambiental e inclusão social. Por conta do papel que têm assumido na geopolítica regional e global, países emergentes, como o Brasil, têm um papel de liderança. A Agenda 2030 é guiada por princípios que se baseiam no Direito Internacional e na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Os objetivos e alvos do Desenvolvimento Sustentável são o resultado de dois anos de intensa consulta e engajamento da sociedade civil e outros atores ao redor do mundo em que particular atenção é dada para as vozes dos mais pobres e vulneráveis. A ideia é a de que se vá além, com medidas e ações efetivas, na remoção de obstáculos e constrangimentos, fortalecendo o apoio e indo de acordo com as necessidades de pessoas que vivem em áreas afetadas por emergências humanitárias. [...]

MOTA, Daniel José Milhomens da. **Agenda 2030 e desenvolvimento humano**: uma análise da política migratória brasileira. Disponível em: <http://www.puc-rio.br/pibic/relatorio_resumo2017/relatorios_pdf/ccs/IRI/REL-Daniel%20Jos%C3%A9%20Milhomens%20da%20Mota.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2018.

247

DIVULGAÇÃO PNLD 2020 FTD

FONTE: BOULOS, 2018, p. 247

Em geral, a história das mulheres e do movimento feminista brasileiro, principalmente a partir da década de 1960 nos livros didáticos é uma história de silenciamentos. O espaço dado a temática feminismo e as mulheres como protagonistas é irrisório diante de livros com quase 400 páginas. Mesmo quando o assunto é incontornável, a maioria das vezes é tratado como apêndice aparecendo apenas em boxes e atividades. Tratados como um complemento do conteúdo do principal, um tema de curiosidade, nem sempre esses boxes e atividades são trabalhados em sala de aula. Por outro lado, ainda que em diminuto espaço, no livro didático pode ser uma das únicas chances dos estudantes terem contato com a história dos feminismos, as feministas e as lutas das mulheres, através de um material que passou por análise de especialistas, aprovado no PNLD e que eles podem levar para casa e folhear.

Obviamente o espaço dado à história sobre o feminismo reflete as proposições curriculares feitas na BNCC (2018) e assim as ausências de termos como mulheres, feminismo e gênero enquanto categoria analítica são replicadas nos materiais didáticos. Uma vez que não estão prescritos como objetos do conhecimento e nem estão nos critérios da aprovação do PNLD eles simplesmente desaparecem. Para exemplificarmos a importância da presença e da ausência da temática nos documentos basta compararmos como os três momentos em que aparecem nos livros didáticos. Como objeto de conhecimento na BNCC as mulheres aparecem apenas uma vez dentro do contexto histórico da Primeira República sob o título Anarquismo e Protagonismo Feminino e não por acaso essa parte é aquela em que os autores se debruçam e destinam um número maior de páginas. Quando as mulheres não são citadas, ou são apenas parte de uma temática como objeto de aprendizagem, no caso das mulheres dentro da temática sobre a história do Brasil recente, elas simplesmente desaparecem e se destina a elas apenas algumas linhas.

Ainda que nos livros didáticos tenha-se encontrado, geralmente as três ondas do feminismo, ainda que não sejam nomeadas é emblemático refletir como a história do feminismo a partir dos anos de 1960 que busca as raízes das opressões contra as mulheres é silenciado. E quanto mais próximo temporalmente da realidade dos estudantes, menos espaço é dado ao tema, não se nomeia as feministas, suas lutas e suas conquistas. Esses silenciamentos são portadores de sentidos e constituem práticas sociais que refletem as relações da sociedade. Le Goff (1990, p. 426) apontou que estes revelam os mecanismos de manipulação da memória coletiva. Assim, o silêncio segundo Eni Orlandi (2007, p.12) não é só o estar em silêncio, mas silenciar é escolher o que silenciar. De forma que, importa dar voz,

trazer ao conhecimento suas histórias, suas lutas, dizer como lutaram, pois verificamos que o material didático não contempla a contento essa perspectiva e que, por outro lado há um grande desconhecimento da história do feminismo por parte dos estudantes. Nesse primeiro capítulo colhemos uma gama de dados para os jogos sobre as percepções sobre as mulheres e seu papel na sociedade. A partir dessa perspectiva escolhemos dar a voz a essa história, as feministas e suas lutas através de jogos de cartas e de tabuleiro, tradição essa que remete as primeiras sufragettes inglesas e que alia conhecimento e diversão. Perfazemos um caminho que conecta e dá novos significados a essa história, em que as mulheres não estão apenas nas margens dos livros, mas que construíram e constroem sua história.

3 FEMINISMOS NO BRASIL

Para a construção dos jogos de cartas e de tabuleiro revisitamos as histórias dos feminismos no Brasil por meio das ondas. O intuito desse capítulo é refletir brevemente sobre a construção da trajetória do movimento, da biografia de algumas feministas, das lutas contra o sexismo e a opressão e dar aos estudantes a oportunidade de conhecer essa história, pois ao calá-la seria

> uma derrota do feminismo permitir que as novas gerações desconheçam a história de conquistas femininas, os nomes das pioneiras, a luta das mulheres do passado que, de peito aberto, denunciaram a discriminação, por acreditarem que, apesar de tudo, era possível em relacionamento justo entre os sexos. (DUARTE, 2019, p. 26)

A História do feminismo brasileiro dispõe de uma bibliografia limitada e fragmentada que se divide em três principais enfoques: análises sobre a luta pelo sufrágio, pesquisas sobre os anos de 1970 e de conquistas mais recentes.(DUARTE, 2019, p. 26) Estas perspectivas do feminismo abarcam diversas bandeiras de luta, de posicionamentos políticos e de diversas formas de ação. Para Costa e Sardenberg o movimento feminista brasileiro:

> Já foi sufragista, anarquista, socialista, comunista, burguês e reformista. Já lutou no parlamento, nas ruas e nas casas para conquistar e garantir o acesso da mulher à educação formal. E vem lutando pela igualdade de salários e condições dignas de trabalho, pela valorização do trabalho doméstico, pelo direito inalienável de todas ao controle do próprio corpo e do gozo de nossa sexualidade, enfim, pela construção de uma sociedade mais justa e igualitária, onde a mulher possa realizar-se plenamente enquanto ser humano e cidadã.(2008, p.32)

Diante de tantas facetas, complexidades e contradições o movimento feminista brasileiro foi categorizado de formas diversas: como momentos, movimentos por tendência e ondas. Para as autoras como Constância Lima Duarte (2019), Amélia de Almeida Teles (1999) e Célia Regina Jardim Pinto (2003) o movimento feminista é dividido em movimentos por tendência. Já as autoras Heloísa Buarque de Hollanda (2019), Eva Blay (2001) e Joana Maria Pedro (2005) falam sobre o movimento pela perspectiva das ondas.

A ideia de onda para o movimento feminista, segundo a filósofa Ilze Zirbel (2021) surgiu em 1968 num pequeno artigo de jornal da feminista Martha Weinmam Lear e consolidou-se nos anos de 1990 após o ensaio "Tornando-se a terceira onda" (1992) de

Rebecca Walker. Em ambos os trabalhos a metáfora das ondas era utilizada para "nomear momentos de grande mobilização feminista" (ZIRBEL, 2021, p. 10), dar visibilidade a pautas e momentos históricos. Esses momentos representariam o ápice de cada onda, no entanto Zirbel aponta que, assim como as ondas marítimas não são formadas por um único fenômeno, as ondas do feminismo são geradas pela ação de "milhares de mulheres, de diferentes locais, etnias, gerações e visões de mundo." (2021, p. 11)

Ressalta-se ainda que ao utilizar a metáfora de ondas referimo-nos muito mais a ideia de fluxo e refluxo de pautas de luta, do que a noção de ápice e calmaria/desaparecimento daquela pauta. Assim como, não utilizamos a classificação dos momentos históricos como primeira, segunda e terceira onda como progressistas e lineares, uma vez que a dinâmica do movimento feminista é complexa e verifica-se continuamente o ressurgimento de discursos quer sejam políticos ou religiosos sobre as mulheres de pautas de lutas que aparentemente teriam sido resolvidas há muito tempo. Pode-se exemplificar essa ideia com o debate sobre a presença das mulheres na política, uma questão da primeira onda no início da República no Brasil, e que em 1995 pela Lei nº 9.100 determinou que cada partido ou coligação destine 30% de suas candidaturas para as mulheres. Essa lei foi refutada em 2019 pela deputada Renata Abreu (PODE/SP) que propôs a PL 2996/19 que a extingue[44]. Outro exemplo de como os direitos conquistados são frágeis e estão constantemente em pauta é a busca de proibição e criminalização do aborto em todas as circunstâncias por meio de Projetos de Lei. Essas PLs buscam alterar a lei do Código Penal de 1940 que dá direito ao aborto em caso de estupro, de risco à saúde da mulher ou em caso de feto anencéfalo. Podemos citar o PLS 461/2016 do então Senador Pastor Valadares (PDT/RO) que segue em tramitação, a PLS 46/2017 de autoria do Senador Magno Malta (PL/ES); PL 556/2019 do Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE). Nas Câmaras Municipais o assunto também tem proposições como em São Paulo com o Projeto de Lei 352/2019 do vereador Fernando Holiday (DEM-SP) que dificulta a realização do aborto legal no município de São Paulo e permite a internação psiquiátrica compulsória de mulheres com "propensão" ao aborto.

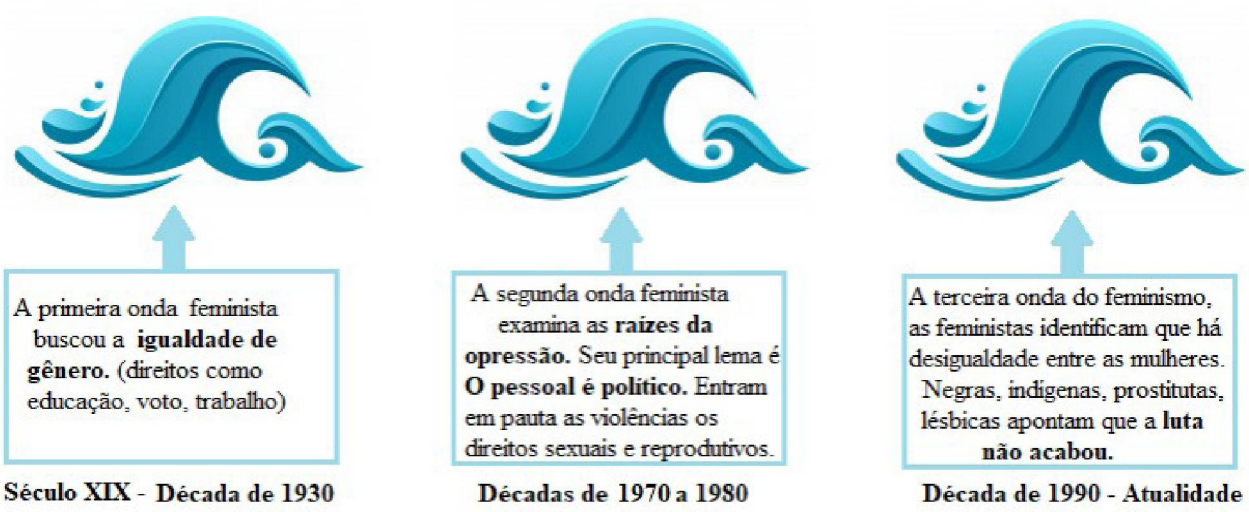
Diante dessas perspectivas, nesse trabalho utilizamos a metáfora de ondas para tratarmos de momentos históricos do feminismo no Ocidente, e em específico do brasileiro.

---

[44] Artigo da Agência Câmara de Notícias de autoria de Lara Haje e edição de Natalia Doederlein na data de 08 de agosto de 2019. HAJE, L. **Projeto extingue cota de 30% das candidaturas femininas.** Câmara dos Deputados. 01/08/2019 -11:25. Disponível em:<https://www.camara.leg.br/noticias/565131-projeto-extingue-cota-de-30-de-candidaturas femininas/> Acesso em: 05 de fev. de 2021.

Seguindo a divisão das ondas do feminismo internacional e da bibliografia referente ao feminismo brasileiro, podemos representá-lo em três ondas:

FIGURA 11 -AS ONDAS DO FEMINISMO BRASILEIRO



FONTE: A autora (2020)

A primeira onda do feminismo brasileiro diz respeito a igualdade de gênero, isonomia e a conquista de direitos civis básicos, com uma multiplicidade de reivindicações que perpassavam o acesso à educação formal, melhores condições de trabalho, liberdade, divórcio, sufrágio, entre outras lutas. Esse primeiro momento do feminismo brasileiro pode ser datado com a publicação do livro da feminista Nísia Floresta Brasileira em 1832 e abarca até a conquista do voto na década de 1930. A segunda onda feminista aconteceu a partir do emblemático ano de 1975, considerado momento inaugural do feminismo brasileiro (TELES, 2003, p.56) Em meio a ditadura militar as feministas buscaram refletir sobre as raízes da opressão, em que entraram em pauta as violências, os direitos sexuais e reprodutivos. A terceira onda corresponderia aos anos de 1990-2000 (HOLLANDA, 2019, p. 19) em que o movimento feminista assume ainda mais seu caráter multifacetado com novas demandas, bandeiras e posicionamentos. Debateu-se a desigualdade entre as mulheres, advindo principalmente do movimento feminista negro e da perspectiva interseccional. Antes silenciadas dentro do próprio movimento feminista, as mulheres negras tinham suas histórias, participações, bandeiras e questionamentos esquecidos, e isso pode ser comprovado por parte da bibliografia sobre o feminismo que traz um embranquecimento dessa história. Mas que em

obras mais recentes, como o livro de 2019 "Pensamento Feminista Brasileiro" organizado por Hollanda suas vozes, demandas e pesquisadoras escrevem a sua história. A terceira onda, segundo Zirbel é controversa quanto a sua caracterização e duração (2021, p. 12) pois, implica se há uma quarta onda ou não.

Partimos, portanto da perspectiva interseccional para prescrutar as ondas do feminismo brasileiro. Inquirindo sobre as lutas que as mulheres brasileiras se defrontaram, suas ações de luta, as conquistas, buscando que suas vozes sejam revisitadas e que os direitos conquistados sejam entendidos dentro de um processo histórico de lutas. Foi deste percurso que colhemos, ainda que em um número pequeno de nomes de feministas, de lutas, de estratégias de lutas e conquistas do movimento que reverberaram em cartas de jogo e em estratégias de jogo. Registra-se também que destacamos algumas feministas que além de se autodeterminar como feministas alcançaram destaque por sua atuação, mas que também tenham sido referenciadas nos livros didáticos aprovados no PLND/2020. No entanto, como já referenciou-se o movimento feminista é formado por milhares de mulheres que unidas por suas ações lutaram pela conquista de direitos.

3.1 A PRIMEIRA ONDA DO FEMINISMO BRASILEIRO

O movimento feminista brasileiro registrou seus primeiros passos já na década de 1830. Segundo Pinto (2003, p.13-15) nesse primeiro momento, várias vertentes do feminismo coexistiram, podendo-se identificar três: A primeira vertente tem como pauta de luta os direitos políticos encabeçada por Bertha Lutz. Pinto aponta que esta era uma face "bem-comportada" do movimento, pois não questionava " a exclusão da mulher como decorrência da posição de poder do homem". (PINTO, 2003, p.14). A face "malcomportada" do feminismo brasileiro nessa onda se divide em duas vertentes que falam sobre a dominação masculina e tocam em assuntos como sexualidade e trabalho. Nessa vertente, Pinto identifica também um feminismo difuso que se manifestava principalmente pela imprensa e tinha um vasto campo de repertório de lutas: educação, dominação dos homens, sexualidade, divórcio. A terceira vertente é identificada por Pinto como aquela mais "malcomportada" que se manifestou pelo movimento anarquista e depois dentro do Partido Comunista. Tendo como

grande expoente Maria Lacerda de Moura, intelectuais e trabalhadoras que defenderam a liberação da mulher, tendo a exploração do trabalho como tese central. (PINTO, 2003, p. 15)

Diante das dimensões da luta feminista da primeira onda que foram identificadas por Pinto perpassamos por três pautas de lutas, a educação, o voto e a liberdade e por três femininistas autodeclaradas, Nísia Floresta, Bertha Lutz e Maria Lacerda de Moura. Essas feministas foram citadas em vários livros didáticos do PNLD 2020, mas nem sempre abrangendo suas histórias de vida e lutas com suas obras. Assim, revisitamos suas lutas para que, como exemplos do feminismo da primeira onda, os estudantes possam conhecer essas mulheres e suas pautas. No entanto, ressaltamos a multiplicidade das reivindicações das mulheres brasileiras em seus distintos contextos.

3.1.1 Pelo direito à Educação

Para Duarte a primeira reivindicação de luta das feministas foi sobre o direito básico de aprender a ler e escrever. (2019, p.27) Esse direito foi conquistado apenas em 1827 com a promulgação da lei que autorizava a abertura de escolas públicas femininas. No entanto, os currículos eram diferentes para meninas e meninos. Para elas, o ensino da matemática não deveria passar das quatro operações básicas e se previa a oferta de aulas de prendas domésticas como corte, costura e bordado. Até essa data a educação feminina era simplesmente relegada à família, aos conventos, as raras escolas particulares ou ainda ao ensino individualizado. Em comum, todas estas formas de educação, inclusive a da escola pública, se voltava para as prendas domésticas. (DUARTE, 2019, p. 27)

No entanto, Duarte localiza nessas mulheres que tiveram acesso à educação, a gênese do feminismo no país. Foram elas que se incumbiram de estender os conhecimentos as demais abrindo escolas, publicando livros e revistas e enfrentando a opinião contrária. (DUARTE, 2019, p. 27) Dentre estas feministas merece destaque aquela que é considerada a pioneira do movimento feminista brasileiro Nísia Floresta Brasileira Augusta (1810-1885)

Nísia Floresta nasceu na cidade de Papari (nomeado hoje de Nísia Floresta) no Rio Grande do Norte foi escritora, jornalista, poeta e pedagoga. Uma das primeiras mulheres a publicar textos em jornais da grande imprensa, implantou nas letras brasileiras o feminismo ao publicar o pioneiro trabalho intitulado “Direitos das Mulheres e injustiça dos Homens” em 1832. Tratando sobre a educação e o trabalho das mulheres identificou que as desigualdades

que resultavam em inferioridade eram provenientes da educação e das circunstâncias da vida. Defensora da capacidade feminina escreveu que "Não há ciência nem cargo público no Estado que as mulheres não sejam naturalmente próprias a preenchê-los tanto quanto os homens." (FLORESTA, 1832) faltava-lhes apenas as oportunidades. Duarte entende que Nísia antecipou a noção de gênero como uma construção sociocultural. (2019, p.28) A autora também identifica que "o nosso primeiro momento feminista, mais que todos os outros, vem de fora, não nasce entre nós" (2019, p. 29) por causa da forte inspiração e tradução de texto "A vindication of the Rights of Women" (1792) da feminista inglesa Mary Wollstonecraft que marcou a obra de Nísia Floresta.

Nísia mostrou seu pioneirismo novamente ao fundar o Colégio Augusto só para meninas em 1838 com a inovação do acesso das ciências e ainda com aulas de inglês, italiano, francês, história, geografia, matemática, caligrafia, latim, português, música, dança, desenho e educação física. Com uma grade curricular que não pendia para as prendas do lar foi extremamente criticada como no artigo do Jornal Mercantil de 17 de Janeiro de 1847:

> Há casas de educação que têm o mau gosto de ensinar às meninas a fazer vestidos ou camisas. Mas parece que D. Augusta acha isso muito prosaico. Ensina-lhes latim. E porque não grego e hebraico? Pobre diretora! Está tão satisfeita de si mesma e de seu colégio; está tão intimamente persuadida que é o primeiro estabelecimento de instrução do império, que, em verdade causa dó arrancar-lhe tão suave ilusão!..É pois natural que D. Nísia que nunca viu senão o próprio colégio o ponha acima dos demais. Há mais nesta opinião mais ingenuidade do que vaidade. Notaremos apenas a D. Floresta que se esquece um tanto do verdadeiro fim da educação, que é o de adquirir conhecimentos úteis e não vencer dificuldades, sem nenhuma utilidade real (CASTRO, 2010, p. 251)

A luta pelo direito de estudar perdurou, desde a grade curricular até a presença feminina nas instituições, tanto no ensino básico quanto no superior. As mulheres apenas eram admitidas no 1º Grau. Foi apenas em 1879 que o direito ao acesso às universidades foi estendido as mulheres, e só em 1881 que a primeira mulher ingressou no Ensino Superior: Rita Lobato Velho Lopes se graduou em 1887 no curso de Medicina. (TELES, 1999, pp.27-28) No entanto, o nível educacional das mulheres era muito baixo, a maioria não saía do analfabetismo, pois no Brasil oitocentista a preocupação das famílias era em formar as mulheres para o desempenho das funções de mãe e esposa. (CASTRO, 2010, p. 252) Um outro desdobramento desse pensamento era a baixa remuneração das docentes.

Outras mulheres fizeram do campo das letras um lugar para que suas vozes, suas ideias e reivindicações fossem ouvidas, ou pelo menos, para marcar sua presença. No campo literário merece destaque a escritora Maria Firmina dos Reis, a primeira romancista brasileira. Sua obra intitulada de "Úrsula" publicada em 1825 é considerada o primeiro romance abolicionista brasileiro.(TELES, 1999, p.30) E também Ana Eurídice Eufrosina de Barandas que publicou em 1845 o livro "A philosopha do amor" fortemente inspirado na obra de Nísia Floresta que trazia ideias sobre a competência feminina para o estudo e para exercer cargos de comando. (DUARTE, 2019. p. 30)

Nesse primeiro momento do feminismo brasileiro, além do campo literário, uma das principais formas de ação para a conscientização da capacidade das mulheres, de seus direitos e na construção da identidade feminina foi realizado no campo jornalístico. Na segunda metade do século XIX surgiram os primeiros jornais para o público feminino lançado por mulheres, como "O Jornal das Senhoras" de Joana Paula Manso de Noronha que tinha por intenção incentivar as mulheres na busca do conhecimento e na emancipação social. (DUARTE, 2019, p.30) Mas é a partir da década de 1870 que um expressivo número de jornais e revistas notadamente feministas são publicados no Brasil todo. Ao traçar o perfil de alguns desses jornais, Duarte (2019) destaca entre os assuntos em voga, o direito da mulher ao ensino e ao conhecimento dos seus direitos e a denúncia da educação mesquinha dada as meninas. O trabalho remunerado e profissional eram ideias defendidas nos jornais de 1873 em que "a dependência econômica determina a subjugação" (DUARTE, 2019, p. 32) Da emancipação feminina, divórcio e voto. E o chamado a ação: "Formem grupos e associações, fundem jornais e revistas, levem de vencida aos tirocínios acadêmicos, procurem as mais ilustres e felizes, com a sua influência, aviventar a campanha em bem da mulher e seus direitos, no Brasil." (DUARTE, 2019, p. 33)

Ainda que fossem produzidos e consumidos por uma pequena parcela da sociedade brasileira, pois ainda em 1872 apenas 11% das mulheres eram alfabetizadas (TELES, 1999, p. 34), produzidos por mulheres de classe alta que faziam questão de divulgar que o lucro com a venda das edições era entregue para a caridade, (DUARTE, 2019, p.31) e que as temáticas dificilmente tocassem em questões pertinentes a outras classes sociais de mulheres, essas publicações se difundiram por todo o país e algumas publicações tiveram uma vida longeva e de relativo sucesso como o jornal "O Sexo Feminino" de 1873 de Francisca Senhorinha da Mota Diniz que teve uma tiragem de 4 mil exemplares dos primeiros dez números. (TELES,

1999, p. 33) Estas publicações foram de suma importância para o movimento feminista brasileiro.

Pois, segundo Duarte, essas publicações que faziam parte de uma imprensa secundária, produzida de forma artesanal, vistos como supérfluos e inconsistentes, ainda que com colaborações tímidas foi um passo importante na trajetória do feminismo, por criar uma rede de apoio mútuo, intercâmbio cultural e "configurar-se como instrumento indispensável para a conscientização feminina" (DUARTE, 2019, p.35).

3.1. 2 Pelo Direito à Participação Política

A luta pelo sufrágio feminino foi um eixo importante da luta feminista brasileira, pois era a partir desse direito que se buscava acessar outros direitos civis básicos. A busca pela cidadania feminina nasceu dentro do contexto histórico republicano do Brasil e da Constituinte de 1891. O sufrágio feminino apesar de ter sido pauta de discussão em seis ementas propostas e 17 manifestações nos debates da Constituinte não foi aprovado, no entanto não foi proibido como podemos constatar ao ler o artigo 70:

> [...] são eleitores os cidadãos maiores de 21 anos, que se alistarem na forma da lei.
> § 1º Não podem alistar-se eleitores para as eleições federais, ou para os estados:
> 1º os mendigos;
> 2º os analfabetos;
> 3º as praças de pret, excetuados os alunos das escolas militares de ensino superior;
> 4º os religiosos de ordens monásticas, companhias, congregações, ou comunidades de qualquer denominação, sujeitas a voto de obediência, regra, ou estatuto, que importa a renúncia da liberdade individual.
> § 2º A eleição para cargos federais reger-se-á por lei do Congresso.
> § 3º são inelegíveis os cidadãos não alistáveis. (ANAIS, 1924, pp.239-240)[45]

Não era proibido, mas não era aprovado. Mônica Karawejczyk (2011) no artigo "O voto feminino no Congresso Constituinte de 1891: Primeiros trâmites legais" analisou os argumentos contrários ao voto feminino e agregou em quatro eixos temáticos: o primeiro versa sobre o perigo da desagregação da família e da degradação da figura da mulher. Segundo a autora esse argumento "exalta a figura feminina na sua missão doméstica e promotora da educação dos filhos e é claramente baseada nos postulados positivistas, tão em voga na época em questão."(KARAWEJCZYK, 2011, p.09) O segundo eixo temático tratava

---

[45] Publicado na 4ª Sessão em 21 de novembro de 1890, nos ANAIS do Congresso Constituinte da República. Rio de Janeiro, 1924, vol. 1, 2ª edição, p. 239-240.

que em "nenhum lugar do mundo civilizado se concedia este privilégio para as mulheres, motivo considerado mais do que satisfatório para se negar este direito no Brasil." (KARAWEJCZYK, 2011. p.09) Argumentavam em terceiro lugar que o direito ao sufrágio feminino já estava implícito na legislação eleitoral no país e atribuía as mulheres a culpa de não aproveitá-la, posto que na visão deles, as mulheres não queriam esse direito. Para Karawejczyk tal argumento alicerçava a ideia de que as mulheres não tinham capacidade para atuar na vida pública e política. (2011. p.09) O próximo eixo refere-se a oposição entre gênero masculino e feminino, tanto no quesito capacidade intelectual quanto sentimental e físico. Karawejczyk afirma que para os congressistas a comparação, justificaria a exclusão feminina da vida política, posto que provava a inferioridade das mulheres em todos os quesitos.(2011, p.10)

Os congressistas que eram favoráveis a participação feminina nos pleitos eleitorais advogavam que no sistema republicano que tem por princípio a democracia está implícita a ampliação do direito de voto universal que "até as mulheres fossem por ele beneficiadas." (KARAWEJCZYK, 2011, p.09) Inquiriam também sobre os deveres cidadãos que as mulheres cumpriam, como o pagamento de impostos e os interesses nos negócios públicos. No entanto, Karawejczyk constata que nas falas dos congressistas favoráveis denunciavam que seus pares não davam a atenção devida ao tema e o tratavam com pilhéria e gozação. (2011, p. 10)

No percurso das lutas das sufragistas estes argumentos contrários e favoráveis ao voto feminino e pela igualdade de direitos entre homens e mulheres foram amplamente utilizados. Muitas foram as estratégias de ações para a conquista desse direito, como a fundação do Partido Republicano Feminino em 1910 por Leolinda Daltro, quando as mulheres não tinham o status de votar e serem votadas, muito menos fundar um partido. Daltro liderava um grupo de feministas que ocupavam os espaços públicos, organizavam marchas e pressionavam os políticos para as suas reivindicações. Segundo Pinto no estatuto do Partido as feministas não propunham apenas a conquista do voto feminino, mas falavam de emancipação e independência. E adiantando-se a 50 anos de lutas propunham o fim da exploração sexual. (PINTO, 2003, p.18)

Daltro conseguiu que o senador Justo Chermont apresentasse o primeiro projeto de lei a favor do voto feminino em 1919. A reação antifeminista de jornais e políticos foi intensa com ridicularização do político e do tema (DUARTE, 2003, p.38). As ridicularizações e críticas perduraram como percebe-se ao analisar o pequeno texto publicado no Jornal "O

Estado do Paraná" espaço intitulado "A Trepação semanal" em 19 de abril 1925 sobre o voto feminino e a praga feminista: "Anno Santo! Será santo? O anno do cataclysmo! Se atirares pr' um canto. A praga do feminismo."[46]

Em contrapartida as sufragistas brasileiras também escreviam em jornais e organizaram marchas, como a organizada pela poetisa Gilka Machado em 1919. (PINTO, 2003, p.19) Elas também escreveram e encenaram peças teatrais com a temática do voto feminino como a peça "O voto Feminino" de 1878, escrita por Josefina Alvares. (DUARTE, 2019, p. 33)

Entre os nomes de destaque dentre as centenas de mulheres que participaram dessa luta, figura o de Bertha Lutz (1894-1976) a feminista brasileira mais citada nos livros didáticos. Importante liderança na campanha pelo voto, formada em Biologia na Sourbonne, musicista, ativista política, política e jurista recebeu o título "A Mulher das Américas" em 1951. Criou em 1919, junto com Maria Lacerda de Moura a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher onde gestaram a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino fundada em 1922. Eleita presidenta da federação iniciou a luta pelo direito ao voto feminino.

Lutz organizou o I Congresso Feminista do Brasil em 1922 na cidade do Rio de Janeiro. Representou o Brasil em conferências e congressos feministas pelo mundo. Fundou a União Universitária Feminina, e em 1932 criou a Liga Eleitoral Independente. Em 1933 fundou a União Profissional Feminina e a União das Funcionárias Públicas. Publicou nesse mesmo ano o livro "A nacionalidade da mulher casada" defendendo os direitos jurídicos da mulher. Discursou e escreveu sobre as opressões que as mulheres sofriam. (PINTO, 2003, p.21) Organizou abaixo-assinados em favor do voto feminino e mantinha contato com políticos.

A demanda feminista teve resultado em 1927. Lutz engajou-se na campanha de Juvenal Lamartine para o governo do Rio Grande do Norte, que se eleito prometeu implantar o voto feminino. Assim sob o governo de Lamartine o estado do Rio Grande do Norte foi o primeiro lugar do Brasil que permitiu o voto das mulheres. É desse estado a primeira eleitora no período republicano, a professora Celina Guimarães que teve parecer favorável ao voto em 25 de novembro de 1927. (PINTO, 2003, p. 25) As feministas de outros estados ocuparam tribunas para exigir o mesmo direito. Apresentaram o Manifesto Feminista também conhecido

[46] Texto disponível no artigo: Dia Internacional da Mulher: a conquista do voto feminino em 06/03/2015 no site da Câmara Municipal de Curitiba. Disponível em: <https://www.cmc.pr.gov.br/informacao/noticias/dia-internacional-da-mulher-a-conquista-do-voto> Acessado em: 19/08/2020.

como Declaração dos Direitos da Mulher assinado por Bertha Lutz, Jeronima Mesquita e Maria Eugênia, que defendia que,

> As mulheres, assim como os homens, nascem membros livres e independentes da espécie humana, dotados de faculdades equivalentes e igualmente chamados a exercer, sem peias, os seus direitos e deveres individuais. Os sexos são interdependentes e devem, um ao outro, a sua cooperação. A supressão dos direitos de um acarretará, inevitavelmente, prejuízos ao outro, e, consequentemente à nação. Em todos os países e tempos, as leis, preconceitos e costumes tendentes a restringir a mulher, a limitar a sua instrução, a entravar o desenvolvimento das suas aptidões naturais, a subordinar sua individualidade ao juízo de uma personalidade alheira, foram baseados em teorias falsas, produzindo, na vida moderna, intenso desiquilíbrio social. A autonomia constitui o direito fundamental de todo individuo adulto. A recusa desse direito à mulher é uma injustiça social, legal e econômica que repercute desfavoravelmente na vida da coletividade, retardando o progresso geral. As noções que obrigam ao pagamento de impostos e à obediência à lei os cidadãos do sexo feminino, sem lhes conceder como aos do sexo masculino, o direito de intervir na elaboração dessas leis e votação desses impostos, exercem uma tirania incompatível com os governos baseados na justiça. Sendo o voto o único meio legítimo de defender aqueles direitos à vida e à liberdade proclamados inalienáveis pela Declaração da Independência das Democracias Americanas e hoje reconhecidas por todas as nações civilizadas da Terra, à mulher assiste o direito ao título de eleitor. (DUARTE, 2019, pp. 37-38)

No entanto, as mulheres só conseguiram o pleno direito de voto no Brasil em 1932 quando o presidente Getúlio Vargas incorporou o direito ao voto feminino no novo Código Eleitoral. O Brasil foi o quarto país das Américas a conceder o voto as mulheres. (DUARTE, 2019, p. 38) Mas aparece em primeiro ao eleger a primeira prefeita na América do Sul. Alzira Soriano (1897-1963) em 1929 foi eleita prefeita no município de Lajes no Rio Grande do Norte pelo Partido Republicano. No entanto, ter direito ao voto não significava igualdade de direito, tanto que em LUTZ (1933) escreveu que "Recusar à mulher a igualdade de direitos em virtude do sexo é denegar justiça a metade da população" mostrando que seria um longo caminho até a conquista de direitos.

3.1.3 Pelo Direito à Emancipação e a Liberdade

As lutas do movimento feminista também perpassaram pelo mundo do trabalho e pela temática da liberdade feminina que paradoxalmente permearam os movimentos libertários, que por suas ideologias permitiam a presença e a expressão de mulheres, mesmo que considerassem as questões femininas problemas de segunda ordem. Para Pinto, nesses

espaços revolucionários e não feministas em princípio, surgiram "as manifestações mais radicalmente feministas, no sentido de uma clara identificação da condição explorada da mulher como decorrência das relações de gênero." (2003, p.34) Intelectuais de esquerda e manifestações de operárias apontavam para a questão de gênero como organizador das desigualdades nas relações de trabalho e identificavam que a dominação masculina se calcava na exploração das mulheres. (PINTO, 2003, p. 36) Como nas manifestações operárias exemplificada no caso da União das Costureiras, Chapeleiras e Classes Anexas do Rio de Janeiro que publicou o manifesto intitulado "A Emancipação da Mulher" em 1920:

> Vós que sois os precursores de uma era onde possa reinar a igualdade para todos, escutai: Tudo o que fazeis em prol do progresso, militando no seio das nossas associações de classe, não basta!
> Falta ainda alguma coisa, absolutamente necessária e que concorrerá mais eficazmente para o fim desejado por todos os sofredores. É a emancipação da mulher.
> Homens Conscientes!
> Se refletirdes um momento, vereis quão dolorida é a situação da mulher, nas fábricas, nas oficinas, constantemente amesquinhas por seres repelentes e vis.
> Trabalhadores!
> A obra da União das Costureiras, Chapeleiras e Classes Anexas é a obra iniciadora da emancipação da mulher. (PINTO, 2003, p. 35)

Para PINTO (2003) essas mulheres operárias que trabalhavam em média mais de nove horas diárias, com trabalho noturno sem igualdade salarial ou de horas, pois os homens trabalhavam 8 horas anteciparam as lutas da especificidade da opressão, ou seja, que os oprimidos não são oprimidos da mesma maneira. Para a autora também são sinais de outras demandas das mulheres no início do século XX: a identificação da relação de dominação dos homens sobre as mulheres, tal premissa inexistia no pensamento feminista de outras classes, as sufragistas por exemplo, não questionavam a exclusão do voto feminino relacionado ao poder dos homens sobre as mulheres. O segundo ponto é sobre a centralidade do trabalho e que por serem mulheres vivenciavam situações mais difíceis. Por terceiro, aponta-se para a questão tempo e a dupla jornada de trabalho das mulheres, no trabalho e em casa.

Um dos nomes de destaque dessa luta é da professora, escritora, anarquista e antifascista Maria Lacerda de Moura (1887-1945) nascida em Minas Gerais fundou com Lutz a Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher. Propôs a inclusão no currículo das escolas femininas da disciplina "História da mulher, sua evolução e missão social" no período em que foi presidente da Federação Internacional Feminina. (DUARTE, 2019, p. 36). Afastou-se das

sufragistas por conceber que a luta privilegiaria uma pequena parcela de mulheres, portanto muito limitada para atingir a verdadeira emancipação feminina. Identificou o homem e patrão como símbolos do capitalismo e este o grande causador da opressão feminina. (PINTO, 2003, p.37) Moura escreveu em 1927 em Enquetes d'A Vida moderna:

> Não há emancipação feminina sem emancipação humana. Nesta organização social burguesa - capitalista baseada na exploração do homem pelo homem, todos são escravos, todos são explorados pelo industrialismo absorvente, pelas necessidades desnecessárias, criadas pela cupidez do capitalismo.
> Para o homem se emancipar do regimen de patrões e exploradores e para a mulher se emancipar do mesmo regimen e emancipar-se da protecção masculina, seria preciso que a atual organização social de privilégios e preconceitos desapparecesse pela substituição de outra sociedade mais equitativa. Isso lá é possível? ... A sociedade é sempre uma limitação. (LEITE, 1984, p.46)

Também escreveu obras que abarcavam desde questões relacionadas com a política até a defesa aberta do amor livre e da educação sexual. (PINTO, 2003, p. 36) Em seu livro " A mulher é degenerada?" afirma "só as mulheres conscientes entendem que a liberdade não se pede, se conquista." (MOURA, 1924, p.89)

A primeira onda do feminismo no Brasil foi caracterizado pelo viés conservador, no que se refere aos questionamentos das hierarquias dos papéis de gênero. Engajamento das mulheres em jornais e revistas e a principal pauta de luta foi, sem dúvida, o voto feminino, encabeçado por representantes da elite intelectual e econômica brasileira. Tal situação criou rupturas dentro do movimento como o afastamento da feminista Maria Lacerda de Moura, mas também mostra outras faces que o movimento feminista vivenciou na primeira metade do século XX.

Deste primeiro movimento do feminismo brasileiro colhemos para os nossos jogos, entre tantas feministas e suas histórias de vida e de luta, três feministas: Nísia Floresta, pioneira do feminismo e a sua luta pela educação feminina com a estratégia de luta pela sua escrita e pela fundação do colégio feminino; e o preconceito de época contra a educação feminina. A segunda feminista para os jogos veio do contexto sufragista. Entre muitas mulheres e histórias desse período do movimento feminista, Bertha Lutz é nome inquestionável como representante e estrategista da conquista do voto feminino, seja através das mídias, de abaixo-assinados ou por sua atuação junto aos parlamentares. Do contexto sufragista também colhemos as falas dos parlamentares que eram contra o voto feminino. A terceira feminista é a anarcofeminista Maria Lacerda de Moura que ensejou a luta pela

liberdade feminina através de seus escritos. Também foi importante nesse percurso revisitar os preconceitos da época contra o sufrágio, a educação, a liberdade e o trabalho feminino.

Essas três feministas foram citadas nos livros didáticos aprovados pelo PNLD de 2020. Bertha Lutz é um nome sempre revisitado na luta sufragista, já Nísia Floresta pela sua atuação na educação. O nome de Maria Lacerda de Moura apareceu apenas em um livro, sendo um exemplo de feminista que refletia sobre as opressões. Outros nomes importantes para o feminismo brasileiro da primeira onda são: Leolinda Daltro (1859-1935) na luta pelo sufrágio e educação feminina, a poetisa Gika Machado (1893-1980) uma das fundadoras do Partido Republicano Feminino; Josephina Álvares de Azevedo (1851-1913) escritora e precursora do feminismo no Brasil.

3.2 A SEGUNDA ONDA DO FEMINISMO BRASILEIRO

A segunda onda do feminismo no Brasil inscreve-se após os anos de 1960 e nasce sob influência dos movimentos feministas internacionais e como uma forma de resistência aos governos autoritários do regime militar brasileiro. Para Duarte é nos anos da década de 1970 que o feminismo conquistou a sua fase mais exuberante, que foi capaz de alterar profundamente os costumes e transformar reivindicações "ousadas" em direitos conquistados (DUARTE, 2019, p. 41). Dentro dessa década o ano de 1975 é emblemático, pois é considerado o ano inaugural do feminismo brasileiro e tornou-se o Ano Internacional da Mulher pela ONU, estendendo-se por um decênio até 1985. Encontros, Congressos e Conferências foram realizados e traziam uma diversidade de organizações que reivindicavam melhorias nas condições femininas. Instituiu-se também pela ONU o Dia Internacional da Mulher em 8 de Março incorporando no imaginário das lutas das mulheres, a luta das trabalhadoras norte-americanas. [47](DUARTE, 2019. pp. 41-2)

Assomaram-se nas pautas feministas assuntos relacionados aos novos comportamentos afetivos e sexuais, as novas experiências cotidianas que entraram em conflito

[47] Há muitas controvérsias sobre as origens do Dia 08 de Março como Dia Internacional das Mulheres. Eva Blay (2001) apontou que no imaginário social associa-se ao perecimento de operárias estadunidenses num incêndio em 25 de março de 1911 durante uma greve. No entanto, "o processo de instituição de um Dia Internacional da Mulher já vinha sendo elaborado pelas socialistas americanas e europeias desde algum tempo antes e foi ratificado com a proposta de Clara Zetkin"(2001)

com o padrão tradicional e também das hierarquias de gênero. Debateu-se sobre a sexualidade, o direito ao prazer e ao aborto, com a emblemática frase "Nosso corpo nos pertence". No campo das políticas públicas o planejamento familiar e o controle da natalidade foram incorporados. Da década de 1960 é também a tecnologia anticoncepcional que "permitiu à mulher igualar-se ao homem no que toca à desvinculação entre sexo e maternidade, sexo e amor, sexo e compromisso" (DUARTE, 2019, p. 42).

No campo de lutas políticas, nessa segunda onda o movimento feminista incorporou lutas contra a ditadura militar e a censura, pela redemocratização, anistia e melhores condições de vida. Todavia é também nesse contexto, e mesmo em décadas anteriores, que surgem outros movimentos de mulheres, que segundo Pinto (2003) desenvolveram-se paralelamente ao movimento feminista e que se não pode-se tratá-los totalmente dissociados, mas reter suas especificidades. Para Teles (1999) o movimento de Mulheres caracteriza-se por ações organizadas de grupos que reivindicam direitos ou melhores condições de vida e de trabalho. Podemos exemplificarmos como os clubes de mães e contra a carestia. Já os movimentos feministas definem-se por "ações de mulheres dispostas a combater a discriminação e subalternidade das mulheres e que buscam criar meios por quais as próprias mulheres sejam protagonistas de sua vida e história." (1999, p. 13) Pinto ressalta que nas últimas décadas do século XX existiu cada vez mais uma aproximação entre os movimentos, os movimentos de mulheres aproximaram-se dos grupos feministas, por vezes para utilizar serviços ofertados e acabaram incorporando debates sobre gênero nesse processo. (2003, p. 45)

Quanto ao movimento feminista, este assumiu no Brasil sua dupla faceta, uma em relação as transformações das questões de gênero e outra sobre as desigualdades sociais, visto que essa é uma questão central quando falamos de lutas das mulheres. Reconhecendo que as desigualdades tomam dimensões diferentes quando trata-se de mulheres pobres, negras, indígenas, sem-terra, do campo, estrangeiras. (PINTO, 2003. pp. 45-46) Para Carneiro (2019. p. 273) por muito tempo o feminismo brasileiro esteve preso de uma visão eurocêntrica e universalizante das mulheres, que levou a uma incapacidade da percepção das desigualdades e diferenças que estão presentes no universo feminino, invisibilizando e silenciando vozes de mulheres vítimas de outras formas de opressão além do sexismo.

O ativismo feminista desse segundo momento iniciou-se com os chamados grupos de reflexão, que segundo Hollanda (2019) eram grupos de conscientização em que havia um

reconhecimento estratégico e de troca sobre as questões das condições das mulheres, discutindo desde questões domésticas até políticas. Para Pinto era o "feminismo moderno do hemisfério norte que aportava no Brasil." (2003, p.49) Os grupos que surgiram primeiramente em São Paulo e no Rio de Janeiro no ano de 1972 tinham como características serem informais e privados, pois reuniam principalmente mulheres de classe média que já se conheciam. No contexto ditatorial vivido no Brasil, a inserção nesses grupos era feita por meio de convites e a dispersão feminista não nos permite dimensionar o número de grupos existentes no Brasil naquela época. O grupo paulista era formado por intelectuais de esquerda, profissionais, de meia idade e centrava-se no modelo trazido dos Estados Unidos, com temas pré-escolhidos, mas sem pauta. O grupo carioca foi formado pela feminista Branca Moreira Alves e também trazido dos Estados Unidos e buscava preencher um certo vazio de ação política. Estes grupos de reflexão iniciaram os debates que seriam importantes a partir do ano de 1975. (PINTO, 2003. pp.49-52)

No Brasil com propósito de comemoração do Ano Internacional foi organizado um evento no Rio de Janeiro, a partir de grupos informais cariocas que buscaram o patrocínio da ONU, com o título "O papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira". Foi nesse evento que houve uma mudança na trajetória do movimento feminista brasileiro ao proporem a criação de um Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira para tratar das questões das mulheres, pois segundo Pinto o movimento se tornava público e buscava institucionalização. O Centro funcionou até 1979. Pinto (2003. p.57-9) ressalta que o Centro nasceu sob a égide de repressão da ditadura militar e por isso buscou a institucionalização, mas também sob o olhar reprovador da esquerda que considerava a causa feminina menor dentro do contexto de lutas. Todas essas prerrogativas são bem delineadas nas reivindicações do Centro. Tornado público abrigava uma gama de tendências do feminismo, das radicais até do feminismo bem-comportado, bem como demandas mais alinhadas as lutas de movimentos das mulheres e ainda exigências contra o regime militar. Como exemplificado na Carta as Mulheres de 1978 sobre as reivindicações que os candidatos à eleição deveriam se ater: anistia, eleições diretas para todos os cargos, fim da carestia, creches nas empresas e bairros, aumento do número de escolas e melhoria da merenda, igualdade salarial e melhores condições de trabalho. (PINTO, 2003, p.61)

No feminismo da segunda onda se vivenciou uma nova fase da imprensa feminina e feminista. DUARTE (2019, p. 42) destaca três exemplos: o jornal Brasil Mulher fundado pelo

Movimento Feminino pela Anistia; o jornal feminista Nós Mulheres fundado em 1976 circulou por três anos. E também o jornal feminista Mulherio criado em 1981. Como espaços para as expressões e demandas das mulheres trataram sobre anistia, aborto, mortalidade materna, violência, mulheres na política, prostituição, trabalho, preconceito racial, mulher na literatura, cinema e teatro. Duarte ao falar do Mulherio destaca que "Alguns números tornaram-se verdadeiros documentos da trajetória da mulher na construção de uma nova consciência feminista, tal a seriedade do trabalho realizado para a conscientização da cidadania e o avanço das conquistas sociais da mulher brasileira." (DUARTE, 2019, p.43)

A década de 1980 com a redemocratização do Brasil, marcou o período de maiores conquistas do feminismo na esfera política com novos espaços institucionais e maior presença feminina em cargos eletivos e que teve seu auge na Constituinte de 1988. Nesta década, Pinto aponta também para o surgimento de um feminismo de prestação de serviços desenvolvido principalmente por organizações não governamentais (ONGs) profissionalizados. (2003, pp. 81-2) As pautas feministas desses grupos focaram nos temas de violência e saúde da mulher. Evidenciou-se a denúncia de desvalorização da mulher, onde a violência física era o principal ponto. Organizaram-se grupos de denúncias e de apoio às vítimas.

É nessa década que há o florescimento do feminismo acadêmico que surgiu na década de 1970. As feministas acadêmicas desenvolveram importantes pesquisas que se tornaram importantes para a atuação do feminismo. Organizaram encontros, formaram núcleos de estudos e publicaram livros e revistas.

Da Segunda Onda do feminismo brasileiro marcada por muitas transformações e lutas feministas escolhemos para nossos jogos, as feministas e as pautas de luta: Rose Marie Muraro que denunciou a opressão através de sua escrita e de pesquisas sobre a mulher. Romy Martins Medeiros da Fonseca que através do direito lutou pelo fim da incapacidade legal das mulheres e pelo divórcio. Ainda no campo jurídico, a feminista Jacqueline Pitanguy que junto aos movimentos de mulheres, como presidente da Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) lutou pela conquista de direitos na Constituinte de 1988 e no campo acadêmico o pioneirismo de Lélia Gonzalez com o conceito interseccionalidade em que observava que a opressão recaí de forma diferente entre os grupos.

3.2.1 Pelos direitos à saúde, sexuais, reprodutivos e contra a violência

Nessa segunda onda feminista as pautas dos direitos à saúde, sexuais, reprodutivos, contra a violências e a formação do ativismo perpassaram as discussões privadas dos "grupos de reflexão" na década de 1970 até a atuação de grupos autônomos organizados com a prestação de serviços que focaram em dois temas: violência e saúde na década seguinte. (PINTO, 2003, p. 79)

Em relação à violência, considerava-se um tema restrito a esfera privada em que o homem protegido pelas leis e por uma moral conservadora era considerado proprietário não só dos bens, mas da mulher. E com o direito de matar em legítima defesa de sua honra, ou seja, não era crime matar mulheres se o homem alegasse traição. Pinto relata como uma gigantesca campanha feminista em 1976 conseguiu mobilizar a sociedade e mudar o resultado de um julgamento. É o caso da morte de Ângela Diniz pelo seu ex-marido Doca Street, julgado em primeira instância foi considerado inocente baseando-se na legítima defesa da honra. Após essa campanha de debate foi considerado culpado. (2003, p. 80) Para Bandeira esse episódio mostrava como o machismo estava presente na aplicação da lei. (2019, p.301)

Na década de 1980 surgiram várias organizações em apoio a mulher vítima de violência. A primeira data de 1981 no Rio de Janeiro é a S.O.S Mulher com o objetivo de ser um espaço de atendimento dessas mulheres e um espaço de reflexão sobre a mudança das condições de vida dessas mulheres. No entanto, esses grupos feministas enfrentaram a seguinte realidade: as mulheres vítimas de violência usavam os serviços dos grupos, mas retornavam para suas casas e seus agressores sem continuar nos grupos de reflexão. Pinto (2003, p. 80-81) aponta que, no encontro das feministas, geralmente brancas e de classe média com as mulheres pobres nem sempre a realidade dessas últimas era entendida. Não se entendia que morando em áreas distantes e perigosas e que nem sempre tinham recursos de sustento essas mulheres corriam riscos, ainda maiores de violência física e de sobrevivência ao perder o companheiro.

Por outro lado, desse encontro de realidades surgiu uma forma de atuação feminista, a prestação de serviços especializados para as mulheres vítimas de violência doméstica com profissionais da área jurídica e da saúde. No campo das políticas públicas a década de 1980 é marcada pela criação das Delegacias da Mulher. A primeira foi criada em 1985 e rapidamente foi multiplicada em todo país com objetivo de ser um espaço policial de atendimento às

mulheres reconhecidas agora como vítimas. Uma antiga demanda feminista que via o ambiente hostil nas delegacias majoritariamente masculinas como um fator de preconceito e discriminação. (PINTO, 2003, p. 82) Para Bandeira (2019) foram as feministas que com sua atuação visibilizaram a violência contra as mulheres e retirou-o da esfera privada legitimando-o como problema social e político. Mas também evidenciou-se o controle mantido pela ordem patriarcal nas famílias que significava muitas vezes ameaça à integridade física, moral e psicológica das mulheres. (2019, p.298)

A segunda temática que se evidencia na década de 1980 é a saúde da mulher. Além dos tradicionais temas, Pinto observa que três assuntos polêmicos entram em pauta: Planejamento familiar, sexualidade e aborto. (2003, p.83) Segundo Pinto,

> A década de 1980 foi fundamental na luta das feministas brasileiras em relação à questão da saúde em dois níveis: na criação de grupos que buscavam formas alternativas de atendimento à mulher e na implantação do Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM), pelo Ministério da Saúde em 1983. (PINTO, 2003, p. 84)

No campo de lutas feministas, assim como surgiram grupos organizados em torno do tema violência, também foram criados grupos para atendimento das mulheres em relação à saúde. Destacam-se o "Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde" criado em São Paulo e o Corpo de Recife que além do atendimento as mulheres eram grupos de reflexão que elaboravam documentos e estiveram muito presentes na formulação do Programa de Assistência Integral à Saúde Mulher (PAISM) lançado pelo Ministério da Saúde em 1983. Segundo Pinto, isso mostrou a possibilidade de fiscalização e de controle de um movimento sobre políticas públicas. (2003, p. 84) Para Ávila (2019) as reflexões sobre a saúde da mulher lhes trouxe a ideia de autonomia para que elas decidissem suas opções sexuais e reprodutivas, além de possibilitar os questionamentos sobre o saber médico sobre a saúde da mulher, a emergência do discurso de mulheres sobre suas experiências corporais, crítica e reivindicações aos serviços de saúde. Reflexões importantes quando se toma o seguinte exemplo dado por Garcia sobre a saúde da mulher: "popularmente sabe-se que os sintomas do infarto são dor e pressão no peito e dor intensa no braço esquerdo. Mas poucas pessoas sabem que esses são os sintomas masculinos. Nas mulheres os sintomas são dor abdominal, náuseas e pressão no pescoço." (GARCIA, 2011, p.16)

No campo das discussões sobre as mulheres brasileiras destaca-se Rose Marie Muraro (1930-2014) que desenvolveu importantes pesquisas através do Centro da Mulher Brasileira, uma entidade pioneira do novo feminismo nacional fundado em 1975. Muraro escreveu o livro " A sexualidade da Mulher Brasileira: corpo e classe social no Brasil"(1983) em que considerou as diversidades regionais, mas também as diferentes experiências das diversas camadas sociais. Segundo Duarte, tal estudo foi essencial para o debate acadêmico e a orientação de outros estudos sobre as mulheres brasileiras.(2019, p. 43)

Por suas contribuições Muraro recebeu o título de "Matrona do Feminismo Brasileiro" em 2006 e foi nomeada sucessivamente como "A Mulher do Ano" e como "A Mulher do Século no Brasil". A feminista carioca era física, economicista, escritora e cega. Segundo Hollanda (2019) Muraro era ligada ao pensamento católico de esquerda e assumia um feminismo que chamava de "feminismo da fome" propondo a inclusão das mulheres mais pobres, a luta contra o Estado e a necessidade de transformação social. Para Muraro "é com o feminismo que a mulher aprende a adquirir uma identidade autônoma, isto é, deixa de ver-se com os olhos dos homens e passa a ver-se com os próprios olhos." (2001, p.105)

Profícua escritora publicou mais de 40 livros, além de artigos e poesias. Marcam sua produção bibliográfica as obras: Sexualidade da mulher brasileira: corpo e classe social no Brasil (1983);Os seis meses em que fui homem (1990); Memórias de uma mulher impossível (1999); Textos da fogueira (2000); Feminino e masculino: uma nova consciência para o encontro das diferenças (2002). Exerceu importante militância editorial feminista a frente da sua editora Rosa dos Tempos. Foi a primeira editora mulher do Brasil.

Foi Rose Muraro que publicou o livro Mística Feminista da norte-americana Betty Friedan trazendo para o Brasil a autora para o lançamento em 1971. Duarte (2019) considera este livro como um dos principais desencadeadores da chamada segunda onda do feminismo, pois discute a crise da identidade feminina ao analisar a construção da imagem da mulher como dona de casa, mãe e esposa. Para Friedan (1971) a mística feminina era um:

> [...] problema (que) não pode ser compreendido nos termos geralmente aceitos pelos cientistas ao estudarem a mulher, pelos médicos ao tratarem dela, pelos conselheiros que as orientam e os escritores que escrevem a seu respeito. A mulher que sofre deste mal, e em cujo íntimo fervilha a insatisfação, passou a vida inteira procurando realizar seu papel feminino. Não seguiu uma carreira (embora as que o façam talvez tenham outros problemas); sua maior ambição era casar e ter filhos. Para as mais velhas, produtos da classe média, nenhum outro sonho seria possível. As de quarenta ou cinquenta anos, que quando jovens haviam feito outros planos e a eles

> renunciado, atiraram-se alegremente na vida de donas de casa. Para as mais moças, que deixaram o ginásio ou a faculdade para casar, ou passar algum tempo num emprego sem interesse, este era o único caminho. Eram todas muito "femininas" na acepção comum da palavra, e ainda assim sofriam do mal.(FRIEDAN, 1971)

No Brasil, Duarte (2019) compara a passagem da autora com um maremoto de proporções inimagináveis. E Hollanda (2019) chama de marco histórico a entrevista de Friedan e Muraro para os antifeministas entrevistadores do periódico Pasquim. Massacradas verbalmente, chamadas de feias, lésbicas, machonas foi com força e determinação que impuseram suas ideias e dispuseram-se para o debate de que ter marido e filhos não é tudo na vida de uma mulher. (DUARTE, 2009, p. 43)

Em 1986 Muraro publicou o livro "Sexualidade, Libertação e Fé: por uma erótica cristã" em que questionava a moral da Igreja e os tabus sobre sexualidade. Essa obra levou a demissão de Muraro da Editora Vozes e a ordem do Vaticano que o livro fosse retirado do mercado. Muraro permaneceu no mundo das editoras e em 1990 com Laura Civita, Neuma Aguiar, Ruth Escobar e a Editora Record, fundaram, Rosa dos Tempos, primeira editora de mulheres do Brasil. (PINHEIRO, 2015, p. 06)

Em 1988 Rose Muraro participou da escrita do livro "Mujer y iglesia: Sexualidad e Aborto en América Latina", com a equipe da Catholics for a Free Choice (Católicas pelo Direito de Decidir) da América Latina. Muraro foi uma das primeiras brasileiras a participar dessa organização que é especializada em teologia dos direitos reprodutivos e favorável às mudanças da Igreja em relação ao aborto.

3.2.2 Pelos Direitos Civis, Sociais e Políticos

Nessa segunda onda do feminismo brasileiro as mulheres lutaram e conquistaram importantes pautas de direitos civis, sociais e políticos. Pode-se destacar as ações de duas feministas nestes campos: Romy Martins Medeiros da Fonseca que lutou junto ao Congresso Nacional em defesa dos direitos das mulheres casadas tidas juridicamente como incapazes e tuteladas por seus maridos e Jacqueline Pitanguy que participou ativamente como Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) das conquistas de direitos na Constituinte de 1988.

O direito das mulheres de trabalhar, viajar, ter contas bancárias estava subordinado a tutela dos seus maridos pelo Código de 1916. Para Marques e Melo (2008) as restrições as mulheres não eram meramente simbólicas, mas limitavam o fortalecimento político e as impediam de usufruir de seus direitos trabalhistas e sociais. Considerava as esposas como incapazes e portanto o homem era o representante legal e econômico da família.(MARQUES, MELO, 2008, p. 462) Essa situação mudou a partir do Estatuto da Mulher Casada de 1962. Fruto da ação de mulheres para mudar o status da mulher casada. Entre elas Romy Martins Medeiros da Fonseca (1921-2013) que nasceu na cidade do Rio de Janeiro era advogada e ativista em defesa dos direitos das mulheres. Segundo Pinto, pode-se considerar a presença de Medeiros como um marco de transição entre o feminismo considerado bem-comportado afinado a forma de luta de Lutz, com boas relações com as elites governamentais inclusive as militares, e um novo feminismo mal comportado que refletia sobre questões ditas tabus na sociedade. (2003, p. 46.)

A estratégia de luta de Romy Martins Medeiros da Fonseca foi através de iniciativas institucionais em prol das mulheres o que se pode chamar de feminismo tático com alianças.[48] Advogada e assessora presidencial formal e informal desde 1947 sobre os temas da mulher elaborou em 1952, juntamente a também advogada feminista Orminda Ribeiro Bastos (1899-1971) um novo estatuto jurídico para a mulher casada que foi apresentado ao Congresso Nacional pelo senador Mozart Lago. Segundo Romy Martins Medeiros da Fonseca em entrevista a Gaziele sobre a situação da mulher casada apontou que "as mulheres nem percebiam que a incapacidade relativa era o que amarrava a mulher casada, colocando-a em grau de inferioridade nas relações de gênero."(GAZIELE, 2005, p. 144)

Uma década foi necessária para que em 27 de agosto de 1962 fosse aprovada a modificação do Código Civil na forma da Lei nº 4.121 conhecido como Estatuto da Mulher Casada. Essa lei mudou mais de dez artigos do Código Civil, principalmente atestando a capacidade feminina, tornando-a economicamente ativa sem precisar da autorização do marido para trabalhar ou viajar. A mulher passou a ter direito de compartilhar o pátrio poder e até requisitar a guarda dos filhos em caso de separação. Romy Martins Medeiros da Fonseca também foi a autora intelectual da lei do divórcio que foi aprovada em 1977.

---

[48] Marques e Melo ao analisar as mudanças no Código de 1962 ressaltam a problemática do posicionamento político das protagonistas do feminismo usadas muitas vezes como estratégias de luta.MARQUES, T. C. N; MELO, H. P. **Os direitos civis das mulheres casadas no Brasil entre 1916 e 1962:** ou como são feitas as leis. *Rev. Estud. Fem.* [online]. 2008, vol.16, n.2, pp.463-488. ISSN 1806-9584. Disponível em:< https://doi.org/10.1590/S0104-026X2008000200008.> Acesso em: 28 de ag. de 2020.

Medeiros fundou o Congresso Nacional de Mulheres Brasileiras em 1949 e dedicou-se a organizar conferências e após 1970 concentrou-se à defesa dos direitos sexuais e reprodutivos como exemplifica os textos e artigos por ela publicados como "Justiça Social e Aborto" de 1982 e a "Condição Feminina" de 1988. Em 1972 organizou o Primeiro Congresso da Mulher agregando várias figuras, e empresas desde governamentais como o Benfam uma organização estadunidense com atuação no planejamento familiar que atuou nos governos ditatoriais, a Coca-Cola, o alto clero católico, acadêmicas como Muraro e Saffiotti. Os assuntos abordados giravam em torno dos feminismos bem e mal comportados, indo desde polêmicos como planejamento familiar até a problemática da babá. (PINTO, 2003. p. 49)

Na década de 1980 a ação das feministas voltam-se novamente para o campo político e das leis com a Constituinte de 1988. É importante ressaltar, segundo Pinto (2003) que esse feminismo dos anos 80 foi profundamente marcado pela conquista da anistia que trouxe ao país militantes de esquerda que estavam exilados no exterior. Estes trouxeram em sua bagagem muitas ideias e livros para o contexto brasileiro. A anistia também significava um momento de maior liberdade, menos repressão e medo, e maior possibilidade de manifestações já que havia a promessa de uma redemocratização gradual. O outro fato é a reforma partidária que colocou fim ao bipartidarismo. Em que as feministas dividiram-se geralmente entre dois partidos políticos: PMDB e PT. Com o processo de redemocratização, Pinto aponta ainda para uma nova divisão: "de um lado ficaram as que lutavam pela institucionalização do movimento e por uma aproximação da esfera estatal, e do outro as autonomistas, que viam nessa aproximação um sinal de cooptação." (2003, p. 68) Esta última perspectiva apontava para o medo da perda da autonomia e a visão de que o movimento feminista luta por transformações profundas na sociedade, inclusive na esfera política e para uma óbvia tensão ao fazer parte dos quadros do governo de forma institucionalizada. Essas concepções na prática evidenciam formas diferentes de atuação feminista: atrelar-se a um partido, buscando representação a partir de candidaturas, a ocupação de cargos políticos ou burocráticos ou ainda ocupar cargos em espaços institucionalizados. Por outro lado, a segunda visão traz ao movimento uma maior autonomia, mas também uma menor participação política.(PINTO, 2003. pp. 69-70)

No Brasil com as esperanças de uma construção de instituições democráticas uma parte das feministas alinhadas, segundo Pinto, ao PMDB buscou nos governos peemedebistas eleitos espaços para atuação da causa feminista. (2003, p.69) No campo da institucionalização

e da esfera estatal marcam essa década a criação de conselhos e ministérios que tratavam de questões concernentes a mulher. Como é o caso do Conselho Estadual da Condição Feminina criado em 1983 no estado de São Paulo. Proposto por um grupo de feministas ao governador Franco Montoro (PMDB) o conselho era propositivo e consultivo, formado por mulheres do partido, não tinha orçamento próprio. Para Pinto, esse caso demonstra dois aspectos importantes da institucionalização do movimento feminista, por um lado mostrava a força de um grupo de mulheres para a criação de um aparato dentro do governo, por outro lado mostrava também que este não tinha poder decisório. Em segundo lugar, Pinto aponta para a oposição que se encontrava dentro do movimento feminista, pela forma de recrutamento para a ocupação de cargos implicando num comprometimento com o Estado o que comprometia autonomia do movimento. (2003, p. 70-71)

No âmbito nacional a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) em 1985 foi resultado da iniciativa de 40 mulheres peemedebistas que conseguiram essa promessa do então candidato Tancredo Neves, e que se concretizou com o Presidente José Sarney. Esse conselho tinha status de ministério, orçamento próprio e uma grande ligação com o movimento feminista. Tratou-se no Conselho desde assuntos como creches até questões polêmicas como sobre a sexualidade e direitos reprodutivos. Após 1989 com o governo Collor o CNDM perdeu forças e a ligação com o movimento feminista. No entanto, a maior contribuição do CNDM foi no âmbito da Constituinte de 1988. (PINTO, 2003, p. 72)

Para a Constituinte de 1988, Pinto (2003) aponta para a ausência de representantes feministas eleitas. A autodenominada bancada feminina era constituída de 26 mulheres que representavam 5,7% dos deputados, mas isto não foi impedimento para que elas juntassem-se e apresentassem 30 emendas sobre os direitos das mulheres englobando as demandas do movimento feminista. Ao analisar essa iniciativa da bancada feminina Pinto indica três razões: primeiro pelas emendas promovidas por movimentos populares para o alargamento de direitos das mulheres; em segundo a presença do CNDM presidido por Jacqueline Pitanguy que mobilizou os movimentos de mulheres e promoveu atos constantes junto às deputadas constituintes; e por último a dinâmica da Câmara formada majoritariamente por homens que colaborou para se formar uma identidade e colaboração entre as deputadas. (PINTO, 2003, p. 74)

No entanto, tanto para a apresentação quanto para a aprovação das emendas foi necessária uma estratégia de luta das feministas, pois como bem aponta Pitanguy as leis, suas

interpretações, implementações "refletem as relações de poder e padrões culturais predominantemente em determinada sociedade." (2019, p. 81) E envolvem disputas de poder. Dentro dessa perspectiva as feministas, principalmente do CNDM implementaram a advocacy. Segundo Pitanguy "por advocacy, entende-se uma ação política desenvolvida junto ao Estado, ou a outras instâncias nacionais ou internacionais no sentido de alcançar determinado objetivo." (2019, p. 82) Em termos práticos isso significou uma grande mobilização das mulheres para pressionar os deputados constituintes que ficou conhecida como "Lobby do Batom". As campanhas da CNDM foram fundamentais desde o momento que se começou em 1986 para as eleições parlamentares. Como foi essencial a presidência de Pitanguy na CNDM.

Jacqueline Pitanguy é socióloga, fundadora e coordenadora executiva da ONG CEPIA (Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação). Foi professora na Universidade de Rutgers na cátedra dos Women's Studies. Integra os grupos Inter American Dialogue e o Women's Learning Partnership, além do conselho editorial da revista Hearth and Human Rights da Universidade de Harvard. A sua presidência no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher durante o processo da Constituinte focou em "mobilizar mulheres de todo o país e sensibilizar setores diversos da sociedade para a importância de uma forte atuação naquele momento político" (PITANGUY, 2019, p. 86) pois era " a oportunidade única de retirar as mulheres da condição de cidadãs de segunda categoria a que estavam reduzidas." (PITANGUY, 2019, p. 86)

Segundo Pitanguy (2019) a campanha da CNDM iniciou-se em 1986 alcançando o objetivo de ter maior representatividade feminina no Congresso. Com dois slogans "Constituinte para valer tem que ter direitos da mulher." e "Constituinte para valer tem que ter palavra da mulher" organizou eventos pelo Brasil em articulação com os movimentos das mulheres, engajando-as ao solicitar que enviassem ao Conselho as suas propostas e reivindicações para a Assembleia Constituinte. Essas propostas foram organizadas e um grupo de advogadas, trabalhando *pro bono* deu forma legal às demandas. O documento foi nomeado de Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes[49] e aprovada em 1986 em encontro nacional com milhares de mulheres. Pitanguy faz as seguintes apontamentos sobre os capítulos e principais proposições:

---

[49] A carta esta disponível na integra em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/a-constituinte-e-as-mulheres/arquivos/Constituinte%201987-1988-Carta%20das%20Mulheres%20aos%20Constituintes.pdf> Acessado em: 18 de maio de 2020.

> **1. Princípios Gerais**
> Revogação automática de todas as disposições legais que impliquem em classificações discriminatórias.
> 2. Reivindicações Específicas
> **2.1. Família**
> Plena igualdade entre os cônjuges; a plena igualdade entre os filhos não importando o vínculo existente entre os pais; proteção da família instituída civil ou naturalmente; acesso da mulher rural à titularidade de terras independentemente de seu estado civil, dever do estado em coibir a violência nas relações familiares.
> **2.2 Trabalho**
> Assegurar o princípio constitucional da isonomia no salário, no acesso ao mercado de trabalho, na ascensão profissional; extensão de direitos trabalhistas e previdenciários às empregadas domésticas, trabalhadoras rurais; proteção da maternidade e aleitamento garantindo o emprego a gestante; extensão do direito a creche para as crianças de zero a seis anos, licença aos pais no período natal e pós-natal; licença especial no momento da adoção; direito ao marido ou companheiro de usufruir benefícios previdenciários da mulher.
> **2.3 Saúde**
> Em consonância com o princípio de que a saúde é um direito de todos e um dever do Estado: garantia de assistência integral à saúde da mulher; proibição de experimentação de drogas; garantia da livre opção da maternidade e da assistência ao pré-natal, parto e pós-parto; garantir o direito de interromper a gravidez; garantir o acesso gratuito aos métodos contraceptivos.
> **2.4 Educação e Cultura**
> Ênfase na igualdade entre os sexos, na luta contra o racismo e outras formas de discriminação, afirmando o caráter multicultural e multirracial dos brasileiros; tornar obrigatório o ensino da cultura afro-brasileira; zelar por uma educação e cultura igualitária a ser promovida pelos meios de comunicação; zelar pela imagem social da mulher sem preconceitos e estereótipos discriminatórios; discriminar as estatísticas por sexo, raça e cor.
> **2.5 Violência**
> Criminalização de qualquer ato que envolva agressão física, psicológica ou sexual à mulher, dentro ou fora do lar, eliminar da lei a expressão "mulher honesta" e o crime de adultério; o Estado deve garantir assistência médica, jurídica, social e psicológica à mulher vítima de violência; o crime de estupro independe da relação do agressor com a vítima; o crime sexual deve enquadrar-se como crime contra a pessoa e não contra os costumes; propõe ainda a responsabilidade do Estado em criar delegacias especializadas e albergues.
> **3. Questões Nacionais e Internacionais**
> Referentes a princípios que devem reger a política externa, recomendação de que o governo assine os tratados e convenções internacionais dentre outros. (PITANGUY, 2019, pp. 87-88)

O documento foi entregue ao presidente do Congresso, o deputado Ulisses Guimarães, e para todas as Assembleias Estaduais do país em 1987. Pinto considera este documento como um dos mais importantes já produzidos pelo feminismo brasileiro, dividindo-se em duas partes. Na primeira as disposições são gerais e ultrapassavam a agenda feminina com reivindicações de reforma agrária, criação do Sistema Único de Saúde, educação gratuita e pública. Nas demandas específicas em dois pontos mostram a sua

originalidade: na questão da violência contra as mulheres, redefinindo o conceito de estupro e na defesa física psicológica das mulheres. E nas proposições sobre o aborto com a proposição da garantia do direito de conhecer e decidir sobre o próprio corpo. (PINTO, 2003, p. 75) Pitanguy (2019, p. 89) aponta que os trabalhos da CNDM também se dirigiam para evitar a inclusão de certas proposições que implicariam em retrocessos e por isso, o tema polêmico do aborto não foi explicitamente tratado, pois pelo amplo conhecimento do perfil conservador dos congressistas tal proposta resultaria em banimento do direito à interrupção da gravidez em qualquer circunstância. A estratégia seguida foi para que a questão do aborto não fosse incluída como matéria constitucional.

Desde 1986 o CNDM teve presença constante no Congresso, agindo de forma suprapartidária, estabelecendo parceria com a bancada feminina e diversas categorias de mulheres. Conscientizando a sociedade com campanhas na TV, na imprensa escrita, nas rádios, com outdoors em todas as capitais quando se debatia um tema relacionado as mulheres no Congresso. (PITANGUY, 2019, p. 88-9)

A conscientização e a pressão deram resultado e segundo Pitanguy para o "Canal Você é Feminista e não sabe" do YOUTUBE intitulado "As feministas na Constituição de 1988" produzido em 2016[50]

> Aquela Constituição (1988) tem o dedo das mulheres brasileiras. Ela tem, e ela foi escrita com as tintas da luta política das mulheres, nas quais nós feministas jogamos um papel fundamental, isso é inegável, isso é uma página da nossa história. Cerca de 80% das nossas demandas fazem parte hoje da constituição.

Momento de maior vitória no caminho da luta por direitos das mulheres, pois outras demandas levaram a mudanças no código civil e penal, em leis complementares, ou na criação de novas leis e serviços, como as Delegacias Especias de Atendimento à Mulher. (PITANGUY, 2019, p. 89) Para Pinto, a vitória na Constituinte de 1988 mostra que a presença militante do movimento feminista demostra uma forma alternativa de participação política que não passa necessariamente pela representação. Assim a atuação civil organizada de fazer pressão foi uma marca do feminismo da década de 1980. (PINTO, 2003, p. 76-78)

---

[50]PITANGUY, J. A. **As feministas na Constituição de 1988**. Jacqueline Pitanguy. Você É Feminista E Não Sabe. 2016. (5m39s) Disponível em:https://www.youtube.com/watch?v=QvmDV9oWC-Y&ab_channel=VOC%C3%8A%C3%89FEMINISTAEN%C3%83OSABE> Acesso em: 15 de jan. de 2021. Entrevista concedida ao canal Você É Feminista E Não Sabe.

3.2.3 Pelo feminismo acadêmico

No final da década de 1960 o feminismo acadêmico deu os seus primeiros passos, mas viveu seu florescimento na década de 1980. O texto considerado fundador da produção acadêmica sobre a mulher data de 1967 de Heleieth Saffioti intitulada de "A mulher na Sociedade de Classe: mito e realidade". Na década de 1960 e início de 1970 pode-se citar também autoras como Eva Blay, Carmem Barroso, Neuma Aguiar e Zahidé Machado Neto. Zahidé ministrou o pioneiro curso "Sociologia da família e relações entre os sexos" em 1973 na Universidade Federal da Bahia. No entanto, o grande impulso dos estudos feministas deu-se, segundo Hollanda a partir dos grupos paulistas por mulheres ligadas ao ensino superior e a pesquisa das ciências sociais e educação. (HOLLANDA, 2019, p.12)

Segundo Hollanda no ano de 1974 várias pesquisadoras participaram de uma conferência realizada em Buenos Aires sobre as perspectivas femininas nas ciências sociais latino-americanas, e no ano seguinte na reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) lançaram o seminário intitulado "Contribuição das Ciências Humanas para a Compreensão do Papel das Mulheres", organizado pelo Coletivo de Pesquisa sobre Mulher da Fundação Carlos Chagas. (HOLLANDA, 2019, p. 12) Para Pinto essa reunião marcou uma nova fase fundamental da atuação feminista, a pesquisa científica sobre a condição da Mulher no Brasil que foi extremamente importante para o desenvolvimento da atuação feminista nas décadas posteriores. (PINTO, 2003, p.62)

Essas mulheres promoveram a institucionalização dos estudos sobre as mulheres e essa trajetória, segundo Costa (2019) perpassou pela legitimação diante dos saberes acadêmicos através da criação de núcleos de estudos sobre as mulheres sendo o primeiro fundado em 1982 na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro por iniciativa de Fanny Tabak; na criação de grupos de trabalhos nas Associações Nacionais de Pós-Graduação, na organização de congressos, colóquios e seminários. (COSTA; BARROSO; SARTI, 2019, p.115)

Estas mulheres acadêmicas e feministas debateram várias temáticas e foram pioneiras em vários campos de estudos. A trajetória acadêmica, a produção e a atuação de Lélia Gonzalez exemplifica o desenvolvimento do feminismo acadêmico e suas contribuições para o feminismo brasileiro. Lélia de Almeida Gonzalez (1935-1994) é a pioneira na década de 1980 no Brasil, das reflexões sobre a interdependência das relações de poder, sociais,

econômicas e culturais e as categorias de classe, raça e gênero e em especial do processo de exclusão dos afrodescendentes, no que convencionou-se chamar de interseccionalidade. Em entrevista ao Jornal Mulherio em 1982 Lélia apontou essa relação de poder e como elas constroem o sexismo, o racismo e o elitismo:

> A impressão de que só homens, os homens brancos, social e economicamente privilegiados, foram os únicos a construir este país. A essa mentira tripla dá-se o nome de sexismo, racismo e elitismo. E como ainda existe muita mulher que se sente inferiorizada diante do homem, muito negro diante do branco e muito pobre diante do rico a gente tem mais é que mostrar que não é assim, né? (Mulherio, ano II, n 5 , jan-fev de 1982, p..3)

Nascida em Belo Horizonte, Gonzalez graduou-se em História e Filosofia, era Mestre em Comunicação Social e Doutora em Antropologia Política. Professora de Cultura Brasileira da PUC do Rio de Janeiro, chefiou o departamento de Sociologia e Política. Lélia ajudou a fundar instituições de resistência e crítica político-social como o Movimento Negro Unificado (MNU), o Instituto de Pesquisas das Culturas Negras (IPCN), o Coletivo de Mulheres Negras N'Zinga e o Olodum. Participou do Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres e foi candidata a deputada duas vezes. Feminista atuou na prática e na teoria dedicando-se na acadêmia com pesquisas sobre as relações de gênero e etnia, articulando as lutas amplas da sociedade as demandas específicas dos negros, em particular das mulheres negras. Para Lélia Gonzalez o combate ao racismo é uma prioridade política para as mulheres negras, pois, "a tomada de consciência da opressão ocorre, antes de tudo pelo racial." (2000, p. 56) E que a articulação entre racismo com o sexismo "produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular." (GONZALEZ, 2019, p.238). No texto Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira de 1984. Lélia Gonzalez (1984) dá um bom exemplo dessa articulação nas questões das mulheres negras ao refletir sobre as condições de existência material da comunidade negra que remetem a condicionamentos psicológicos. Ao falar da divisão racial do espaço reinterpretando a teoria do "lugar natural" de Aristóteles, Gonzalez expõe a separação quando ao espaço físico ocupado por dominantes e dominados:

> O lugar natural do grupo branco dominante são moradias saudáveis, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes formas de policiamento que vão desde feitores, capitães de mato, capangas, etc. até a polícia formalmente constituída, (...) Já o lugar natural do negro é o oposto, evidentemente: da senzala às favelas, cortiços, invasões, alagados e conjuntos "habitacionais" (...) de hoje, o critério tem sido simetricamente o mesmo: a divisão

> racial do espaço. (...) No caso do grupo dominado, o que se constata são famílias inteiras amontoadas em cubículos cujas condições de higiene e saúde são as mais precárias. Além disso, aqui também se tem a presença policial; só que não é para proteger, mas para reprimir, violentar e amedrontar. É por aí que se entende porque o outro lugar natural do negro sejam as prisões. A sistemática repressão policial, dado o seu caráter racista, tem por objetivo próximo a instauração da submissão psicológica através do medo. A longo prazo, o que se visa é o impedimento de qualquer forma de unidade do grupo dominado, mediante a utilização de todos os meios que perpetuem a sua divisão interna. Enquanto isso, o discurso dominante justifica a atuação desse aparelho repressivo, falando de ordem e segurança sociais. (2019, pp.246-7)

Lélia Gonzalez (1984) então exemplifica esses lugares sociais articulando a divisão racial e sexual de trabalho das mulheres questionando o por quê das mulheres negras desempenhavam atividades que não implicavam lidar com o público, reprimidas em trabalhos que não fossem vistas. Por que os anúncios de empregos requisitarem uma tal de "boa aparência"? Por que se acha "natural" que sejam cozinheiras, arrumadeiras ou faxineiras nas casas das madames, serventes em escolas, supermercados, hospitais, mas não copeiras, recepcionistas e caixas? Assim, existe como mecanismos de seleção para o trabalho além do critério do sexo, o racial. Beatriz Nascimento (2019) ao escrever o artigo em 1976 intitulado "A mulher negra no mercado de trabalho" corrobora com a visão de Gonzalez ao constatar que a mulher negra vem ocupando os mesmos espaços e papéis que lhe foram atribuídos desde a escravidão. "As sobrevivências patriarcais na sociedade brasileira fazem com que ela seja recrutada e assuma empregos domésticos nas áreas urbanas, em menor grau na indústria de transformação, e que permaneça como trabalhadora nos espaços rurais." (NASCIMENTO, 2019, p.261) Além disso, Nascimento atesta a subordinação em que vivia a mulher negra no Brasil perpetuada na exploração sexual através do tempo, com representações estereotipadas de seu corpo e capacidade sexual.(2019, p.263)

Essas perspectivas revelam o pioneirismo acadêmico que surgiu nesse segundo momento do feminismo. Pesquisadoras como Lélia Gonzalez trouxeram uma reelaboração de discursos e das práticas para o movimento feminista, quando assumindo um lugar de fala combateram todas as expressões de exploração das mulheres, tanto na prática quanto na teoria.

Nessa segunda onda do feminismo brasileiro muitas mulheres marcaram a trajetória de mudanças nas leis e direitos, e nas perspectivas sobre as mulheres. Para nossos jogos escolhemos na bibliografia consultada quatro mulheres: Rose Marie Muraro considerada em 2003 como a matrona do movimento feminista brasileiro pelas suas contribuições como

militante, escritora e editora de livros feministas; Lélia Gonzalez como exemplo do feminismo acadêmico e ideia de interseccionalidade; no campo das leis e direitos Romy Martins Medeiros da Fonseca pela sua atuação na escrita do Estatuto da Mulher Casada de 1962 e Jacqueline Pitanguy por suas ações como presidente da CNDM na Constituinte de 1988. No entanto, ressaltamos que centenas de mulheres participaram dessa segunda onda como Branca Moreira Alves pela formação de grupos de reflexão; a advogada Orminda Ribeiro Bastos (1899-1971) por suas ações para mudar o status da mulher casada, a escritora e jornalista Carmen da Silva (1919-1985) com sua obra " A Arte de ser Mulher". No campo acadêmico a filósofa e escritora Sueli Carneiro (1950) entre tantas outras. Desta segunda onda do feminismo colhemos as estratégias utilizadas pelas feministas, a sua escrita acadêmica e apoio as mulheres, a edição de livros, a aliança com políticos e movimentos sociais, a organização de ONGs e Conselhos, a luta pelo *advocacy* e pelas mídias.

3.3 A TERCEIRA ONDA FEMINISTA.

O feminismo nas décadas de 1990 e 2000, segundo PINTO (2003) viveu um momento muito diferente das décadas anteriores. Por um lado, houve um arrefecimento dos grupos de reflexão, associações, manifestações públicas e também uma dissociação do pensamento feminista e o movimento, por outro lado, novas dinâmicas se fortaleceram, dentro de uma segmentação de lutas. Propiciado por fatores, como a crítica do próprio movimento a formulação clássica feminista de identidade branca e ocidental revelando-se na "insuficiência teórica e prática política para integrar as diferentes expressões do feminismo construídos em sociedades multirraciais e pluriculturais." (CARNEIRO, 2019, p.273) Essas décadas caracterizaram-se também pela profissionalização do movimento organizado em ONGs, (PINTO, 2003, p.91) e pelo novo alcance do feminismo possibilitados pelas novas tecnologias e redes sociais da internet. A expressão "o feminismo" tornou-se insuficiente para essas novas demandas, lutas e representações. Como o movimento tornou-se plural, reelaborou suas práticas, discursos e a expressão utilizada se ampliou: chamados de "Os feminismos." Assim outras vozes são ouvidas dentro do movimento como do feminismo negro, o indígena, o ecofeminismo, o cyberfeminismo, entre outros.

Para PINTO (2003) um feminismo de característica difusa perpassou a sociedade brasileira na década de 1990. Fruto de um século de militância, os pensamentos feministas

sem militância, organização, ou demandas, defendido por homens e mulheres que nem sempre identificam-se como feministas, transitaram pelas mais diferentes facetas da vida social brasileira na década de 1990. Pinto, aponta para algumas transformações propiciadas pelo feminismo difuso no âmbito privado, silenciou o contador de anedotas machista que, pelo menos, não tinha um público tão favorável, quando no campo público a presença do tema Mulher se tornou recorrente em campanhas eleitorais, nos governos e nos debates no Congresso. (PINTO, 2003, p. 93)

No campo político a representação feminina teve uma ação positiva na forma da Lei 9.503/95 que foi reformulada em 2009. Nessa lei cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo. Para Pinto, ainda que pese a dificuldade dos partidos em preencher essa demanda, ou ainda das nominadas serem candidatas fantasmas e não fazerem campanhas para eleger-se essa lei fortaleceu a participação feminina. (PINTO, 2003, p. 95) No entanto, o Brasil teve a menor proporção de mulheres em exercício na política em exercício no ano de 2018. Mas se compararmos os dados de dois momentos: 1986 quando a CNDM fez campanha para a eleição de mulheres, a bancada feminina contou com 26 mulheres (5,7%) e de 2018 com a eleição de 77 mulheres (15%) para a Câmara dos Deputados percebe-se uma lenta trajetória ascendente. Isso no entanto, não reflete-se em posicionamentos feministas das eleitas, nem que o movimento esteja elegendo mulheres. Por outro lado, a participação política feminina, como visto nem sempre passou pela representação direta, mas esteve presente indiretamente como na formação das ONGs.

Essas ONGs caraterizadas como organizações sem fins lucrativos, financiadas por fundações internacionais ou pelo governo brasileiro, "numa espécie de terceirização de serviços e responsabilidades" (PINTO, 2003, p. 96) agem em prol de populações específicas ou uma bandeira. A "onguização" do feminismo brasileiro é revelador de uma tendência: a segmentações das lutas. Têm-se uma profusão de ONGs que se ocupam de mulheres em suas mais diversas realidades, como mulheres rurais, negras, indígenas, prostitutas, com HVI, de trabalhadoras e etc. Atuam como uma alternativa à representação política e suas ações podem perpassar por *lobbies* com os parlamentares, mas também por mobilizações que reverberam em debates, leis e programas de políticas públicas. Um exemplo é analisado por PINTO (2003) quando em 1998 em parceira com a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, três ONGs feministas (CFEMEA - Centro Feminista de Estudos e Assessoria,

CEPIA - Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação, e a THEMIS - Themis Assessoria Juridíca) se juntaram e elaboraram o documento "Propostas para o Estado brasileiro - níveis Federal, Estadual e Municipal - medidas concretas para o enfrentamento da violência contra a mulher no âmbito doméstico/familiar." que reverberou na criação de leis e programas de política pública contra a violência.

3.3.1 Décadas de 90 e 2000: Consolidação de Leis e Direitos das Mulheres

Destaca-se nessas décadas a frutificação e consolidação de Leis gestadas na década anterior. Nos anos de 1990 e 2000, no âmbito nacional e internacional o feminismo viveu "um ciclo virtuoso de afirmações dos direitos humanos e, particularmente, de direitos das mulheres."(PITANGUY, 2019, p.90) Pitanguy considera como marco que impactou o feminismo a Conferência de Direitos Humanos realizada em 1993 em Viena. Nessa conferência os direitos das mulheres passam a ser considerados direitos humanos e a violência contra a mulher, principalmente a violência doméstica, como violação de direitos humanos. Segundo a autora, essa disposição aliada a responsabilidade do Estado no caso da violência intrafamiliar na Constituição Federal de 1988 balizaram mudanças nas legislações brasileiras. (PITANGUY, 2019, p. 91-2)

Fazem parte do rol de mudanças tanto um conjunto de leis, como políticas sociais e afirmativas de direitos. Entre elas pode-se citar a Lei nº 9.263 de 12 de janeiro de 1996 que conferiu o direito a todos os cidadãos do planejamento familiar. Entendendo-o como um conjunto de ações e regulação da fecundidade que garanta direitos iguais de constituição, limitação ou aumento da prole pela mulher, pelo homem ou pelo casal.[51] (BRASIL, 1996)

Nessa lei também se prescreve um conjunto de ações do estado, pelo Sistema Único de Saúde, que garanta uma rede de serviços para atenção integral a saúde como a assistência à concepção e contracepção, atendimento pré-natal, parto, puerpério e neonatal, controle de doenças sexualmente transmissíveis, prevenção de cânceres cérvico-uterino e de mama e ações preventivas e educativas para garantir acesso a informações, meios, métodos e técnicas disponíveis sobre fecundidade. Proibiu qualquer tipo de controle demográfico e regulamentou o uso da esterilização cirúrgica.

---

[51]BRASIL. Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996. Regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 15/1/1996, Página 561. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9263.htm> Acesso em: 01 de set. de 2020.

O assunto da concepção e contracepção esteve/está sempre em pauta pelos controlistas e natalistas e a assertiva "nosso corpo nos pertence" quase sempre nos é negada ora por uns ora por outros. Um exemplo é trazido pela denúncia de grupos feministas negros da tentativa de controle da natalidade que teria como alvo a população negra no governo de Paulo Maluf em São Paulo (1979-1982) Em um documento criado por um economicista do Grupo de Assessoria e Participação do governo se debatia o aumento da população negra nos seguintes termos:

> A população branca corresponde a 55%, a parda a 38%, a negra a 6% e a amarela a 1%. De 1970 para 1980 a população branca reduziu-se de 61% para 55% e a parda aumentou de 29% para 38% [...]. Enquanto a população branca praticamente já se conscientizou da necessidade de controlar a natalidade, principalmente nas classes médias e altas, a negra e a parda elevaram seus índices de expansão em 10 anos, de 29 para 38%. Assim temos, 65 milhões de brancos, 45 milhões de pardos e um milhão de negros. A manter essa tendência no ano 2000 a população parda e negra será de ordem de 60%, portanto muito superior à branca, e eleitoralmente poderá mandar na política e dominar postos chaves. A não ser que façamos como em Washington, capital dos Estados Unidos, que devido ao fato da população negra ser da ordem de 63% não há eleições. (DAMASCO, MAIO E MONTEIRO, 2012, pp. 137-138)

Numa clara perspectiva racista, aliando a miséria com a população negra e até cogitando extinguir as eleições no Brasil caso a população branca não fosse mais majoritária, o documento foi duramente criticado, mas também fortaleceu, segundo Damasco, Maio e Monteiro (2012) o movimento feminista negro para a temática da saúde reprodutiva das mulheres negras.

Outro marco no movimento feminista foi a Lei nº 10.406 de janeiro de 2002 que instituiu o Código Civil com as seguintes mudanças:

- Casamento sem exigência de virgindade. Suprimiu a Lei 1.556, inciso IV, do Código em vigor, que permitia ao marido pedir a anulação do casamento se descobrisse que a mulher não era mais virgem.
- Herança Feminina - Suprimiu a Lei 1.744 inciso IV que admitia a deserdação de filha que não se comportasse de maneira condizente com os valores morais da época: "É causa para deserdação dos descendentes por seus ascendentes: IV – Desonestidade da filha que vive na casa paterna; [...]".[52]

[52]BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, ano 139, n. 8, p. 1-74, 11 jan. 2002. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm> Acesso em: 01 de set. de 2020.

Nesse código temos, segundo Cabral (2008, p.90-91) outras mudanças importantes como a substituição da palavra "homem" por "pessoa" para, seguindo o princípio de isonomia declarado pela Constituição de 1988 se retirar toda e qualquer desigualdade nas relações jurídicas. Suprimiu também a palavra "pátrio" e instituiu a expressão "poder familiar" determinando que ambos os cônjuges o exercício da direção da sociedade conjugal, como no "Artigo. 1.630. Os filhos estão sujeitos ao poder familiar, enquanto menores".

A Lei 11.106 de 2005: Alterações no Código Penal[53] trouxe importantes mudanças com a revogação dos incisos VII e VIII do art. 107 do Código Penal, em que a punibilidade do estupro seria extinta: pelo casamento do agente com a vítima, nos crimes contra os costumes, definidos nos Capítulos I, II, e III do Título VI da Parte Especial deste Código. E a supressão do termo "mulher honesta" nos Artigos 215 e 216: substituindo por pessoa. Antes dessas modificações no Código Penal, partia-se da ideia que o matrimônio limpava a honra da vítima manchada pelo crime. E que a partir do casamento já não existia mais crime para o criminoso. Assim como, a virgindade era fator primordial para contar como crime. Já a expressão mulher honesta era um juízo de valor e discriminatório contra as mulheres.

A Lei 11.340 de 07 de Agosto de 2006, chamada de Lei Maria da Penha que criou mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispôs sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; alterou o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e outras providências.[54] Para Maria da Penha em entrevista ao Instituto Maria da Penha, "A lei Maria da Penha é uma ação afirmativa de enfrentamento a uma condição histórica de violência, discriminação e opressão das mulheres somente pelo fato de serem mulheres."[55]

A violência doméstica contra as mulheres é uma das principais questões do movimento feminista brasileiro. Pois, nas pesquisas do IPEA apresentado no Atlas da

---

[53]BRASIL. Lei nº 11.106, de 28 de março de 2005: Alterações no Código Penal. Brasília, DF. 28 março de 2005. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11106.htm> Acesso em: 01 de set. de 2020.

[54]BRASIL. Lei 11.340 de 07 de Agosto de 2006. **Diário Oficial da União** - Seção 1, Brasília, DF - 8/8/2006, Página 1 Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11106.htm> Acesso em: 01 de set. de 2020.

[55]Entrevista disponível em:<https://www.institutomariadapenha.org.br/entrevista-com-maria-da-penha.html> Acesso em:18 de set. de 2021

Violência (2021, pp.36-42) constatou-se que em 2019 foram assassinadas 3.737 mulheres no Brasil. As mulheres negras representam 66% desse total revelando a maior vulnerabilidade dessas mulheres. A pesquisa revela ainda que quase metade das mortes ocorreu dentro das residências das vítimas por seus companheiros. No entanto, existe uma grande subnotificação de casos de violência doméstica, um dos fatores é revelado pela pesquisa feita pela IPEA em 2013 em que 63% entrevistados afirmaram concordar totalmente ou parcialmente com a frase "Casos de violência dentro de casa devem ser discutidos somente entre os membros da família" (IPEA, 2014, p.16)

Outro lado da naturalização da violência contra as mulheres e do machismo na sociedade pode ser representada pelas letras de músicas que transpassam gêneros musicais e períodos históricos, como na música de autoria de Jorge Veiga de 1947 "Ela está sempre zangada, Sempre de cara amarrada, Será que ela quer pancada?! É só o que lhe falta dar! Ela quer apanhar!" No estudo de Motta e Valente (2018) "O discurso de violência contra mulheres na canção das mídias" aponta-se para as temáticas de violência doméstica, feminicídio, cultura do estupro, objetificação e relacionamento abusivo nas letras das músicas. Como meio de luta contra as violências contra as mulheres inclusive pelo viés cultural, pode-se entrar com processo contra produtores por "incitar publicamente praticas de crime" previsto no Código Penal Brasileiro no Artigo 286 com pena de 3 a 6 meses ou multa. Pode-se também ter reparação civil, caso um grupo ou indivíduo se sinta ofendido pela letra da música e pode pedir indenização por danos morais e materiais, caso da Música " Só um tapinha" do Bonde do Tigrão que foi alvo de ação civil pela ONG Themis -Gênero e Justiça um grupo de assessoria jurídica com foco nos direitos das mulheres. Em 2016 uma parceria entre o Estadão, a Agência FCB Brasil e o Disque Denúncia do Rio de Janeiro lançou a campanha "Música de violência" usando o aplicativo de músicas Shazam para conscientizar os ouvintes do conteúdo violento contra as mulheres. Foram identificadas 350 músicas que eram sinalizadas com um alerta e acompanhava um relato real de vítimas. Apenas 6% dos ouvintes compraram as músicas, o resto foi redirecionado para um link de doações do Disque Denúncia.[56]

A luta contra a violência perpassa a ação do feminismo, uma vez que para Bandeira (2019) a própria Lei Maria da Penha "resulta da luta feminista pela criação de um expediente

[56]SILVIA, V. R. **A violência contra as mulheres nas paradas de sucesso**. Gênero e Número, 8 de fevereiro de 2018. Disponível em:<http://www.generonumero.media/violencia-contra-mulheres-nas-paradas-de-sucesso> Acesso em:25 de jan. de 2021.

jurídico capaz de combater as situações de violência contra as mulheres, possibilitando mudanças significativas no âmbito dos direitos." (2019, p.307) Nessa lei tratou-se de uma nova forma de administração legal dos conflitos intrafamiliares, definiu o que é e quais são as formas de violência, consolidou estratégias de prevenção, assistência e proteção às mulheres. Segundo Bandeira a lei deu visibilidade para a violência praticada contra a mulher percebida pelo aumento das denúncias.(BANDEIRA, 2019, p.308) A elaboração do anteprojeto da Lei Maria da Penha foi produzida em 2002 por recomendação do Comitê para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher. Formado por um consórcio de organizações feministas do campo jurídico entre elas as ONGs CFEMEA – Centro Feminista de Estudos Assessoria; THEMIS – Assessoria Jurídica; CEPIA – Cidadania, Estudos, Pesquisa, Informação, Ação e Estudos de Gênero; ADVOCACI – Advocacia Cidadã pelos Direitos Humanos; AGENDE – Ações em Gênero Cidadania e Desenvolvimento e CLADEM – Comitê Latino-americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher.

A mulher que dá nome a lei é Maria da Penha Maia Fernandes (1945) nascida em Fortaleza é farmacêutica e bioquímica e ficou conhecida nacionalmente pelo crime cometido pelo seu então marido em 1983 que a deixou paraplégica e pela sua luta em prol da punição que durou 19 anos. Nesse meio tempo o Brasil foi denunciado para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos e condenado pela tolerância e omissão com que tratava os casos de agressão contra a Mulher. Essa condenação fez com que o Brasil adotasse diversas medidas que estavam balizadas desde a Constituição de 1988, que é o caso da Lei Maria da Penha.

A Lei 12.605 de 12 de Abril de 2012 - Flexão de gênero na nomeação de profissões ou grau em diplomas. Afinal as mulheres estão presentes em todos os cargos e profissões, inclusive na política, como na eleição da primeira mulher à presidência do Brasil Dilma Rousself.

A Lei 13.104 de 9 de Março de 2015 - Lei contra o feminicídio - " Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos." [57]

[57]BRASIL. Lei nº 13.104, de 9 de março de 2014. **Diário Oficial da União** - Seção 1 Brasília, DF - 10/3/2015, Página 1. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm.> Acesso em:03 de set. de 2020

Entre as políticas públicas pode-se citar a criação da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres em 01 de Janeiro de 2003, com o principal objetivo promover a igualdade entre homens e mulheres e combater todas as formas de preconceito e discriminação herdadas de uma sociedade patriarcal e excludente. [58] Um das principais ações desse órgão federal foi criada pela Lei 10.714/2003, a Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180 é um dos canais de atendimento da ONDH e o principal canal entre a população e o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Atendendo nacionalmente e gratuitamente oferece confidencialidade e uma equipe formada apenas por mulheres. Registra denúncias de violações dos direitos das mulheres, encaminha o conteúdo dos relatos aos órgãos competentes e monitora o andamento dos processos, além de ter a função de orientar mulheres em situação de violência, direcionando-as para os serviços especializados da rede de atendimento. Segundo o balanço anual feito pela Secretaria em Políticas Públicas para as Mulheres em 2019 o Ligue 180 atendeu 1.3 milhões de ligações, desse número, 6,5% foram denúncias. Já 47,91%, eram solicitação de informações sobre a rede de proteção e direitos das mulheres. Os outros 45,59% foram manifestações, como elogios, sugestões, reclamações ou trotes. [59]

E também na criação da Lei 10.836 de 9 de janeiro de 2004 que instituiu o Programa Bolsa Família em que se define " § 14. O pagamento dos benefícios previstos nesta Lei será feito preferencialmente à mulher, na forma do regulamento."

3.3.2 Os feminismos no Brasil

A Plataforma Política Feminista proveniente da Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras, realizada em seis e sete de junho de 2002, apresentou as seguintes princípios orientadores das análises e propostas:

- reconhecer a autonomia e a autodeterminação dos movimentos sociais de mulheres;
- comprometer-se com a crítica ao modelo neoliberal injusto, predatório e insustentável do ponto de vista econômico, social, ambiental e ético;

---

[58] Disponível em:<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/arquivos-diversos/sobre/spm > Acesso em:20 de junho de 2020.

[59] Informações do Governo Federal no Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos: Disponível em:<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/maio/balanco-anual-ligue-180-registra-1-3-milhao-de-ligacoes-em-2019 > Acesso em:20 de junho de 2020.

- reconhecer os direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais das mulheres;
- comprometer-se com a defesa dos princípios de igualdade e justiça econômica e social;
- reconhecer o direito universal à educação, à saúde e à previdência;
- comprometer-se com a luta pelo direito à terra e à moradia;
- comprometer-se com a luta antirracista e a defesa dos princípios de equidade racial-étnica;
- comprometer-se com a luta contra todas as formas de discriminação de gênero, e com o combate a violência, maus-tratos, assédio e exploração de mulheres e meninas;
- comprometer-se com a luta contra a discriminação a lésbicas e gays;
- comprometer-se com a luta pela assistência integral à saúde das mulheres e pela defesa dos direitos sexuais e reprodutivos;
- reconhecer o direito das mulheres de ter ou não ter filhos com acesso de qualidade à concepção e/ou à contracepção;
- reconhecer o direito de livre exercício sexual de travestis e transgêneros;
- reconhecer a discriminalização do aborto como um direito de cidadania e uma questão de saúde pública e reconhecer que cada pessoa tem direitos as diversas modalidades de família e apoiar as iniciativas de parceria civil registrada (...) (CARNEIRO, 2019, p. 283-4)

Segundo Carneiro essa plataforma reposicionou a luta feminista no Brasil ao ser gestada coletivamente por mulheres de todas as etnias, orientações sexuais, de todas as regiões do país e das zonas urbanas e rurais, com heterogeneidade geracional, de todas as religiões e posicionamentos políticos que se debruçaram sobre os desafios a serem superados pelas mulheres em prol da igualdade de gênero. (CARNEIRO, 2019, p. 283) Os feminismos no Brasil têm assumido muitas faces, demandas e estratégias de luta. Entre eles pontuaremos sobre o feminismo negro e indígena, o feminismo das marchas permeados pelo ciberfeminismo que é o uso das tecnologias no feminismo e pelo ativismo.

Uma dessas faces é o feminismo brasileiro negro. Carneiro utiliza a expressão "enegrecendo o feminismo" para designar a trajetória das mulheres negras no interior do movimento feminista. (CARNEIRO, 2019, p.273) Segundo a autora o protagonismo político das mulheres negras tem trazido transformações nas concepções e reposicionamentos políticos feminista no Brasil e vem promovendo,

- o reconhecimento da falácia da visão universalizante da mulher;
- o reconhecimento das diferenças intragênero;
- o reconhecimento do racismo e da discriminação racial como fatores de produção e reprodução das desigualdades sociais experimentadas pelas mulheres no Brasil;
- o reconhecimento dos privilégios que essa ideologia produz para as mulheres do grupo racial hegemônico;

- o reconhecimento da necessidade de políticas específicas para as mulheres negras para a equalização das oportunidades sociais;
- o reconhecimento da dimensão racial que a pobreza tem no Brasil e, consequentemente, a necessidade do corte racial na problemática da feminização da pobreza;
- o reconhecimento da violência simbólica e a opressão que a brancura, como padrão estético privilegiado e hegemônico, exerce sobre as mulheres não brancas. (CARNEIRO, 2019, p. 288)

As críticas ao movimento feminista desdobraram-se das contradições, discriminações e constatações que "a identidade de gênero não se desdobra em solidariedade racial intragênero." (CARNEIRO, 2019, p.275) As feministas negras então buscaram uma agenda específica das mulheres negras criando várias organizações e fóruns com temas fundamentais. Carneiro aponta para quatro vetores principais da agenda feminista negra.

O mercado de trabalho, o peso do racismo e da discriminação racial aliados ao gênero tem relegado às mulheres negras trabalhos ligados à prestação de serviços. E ainda citando o estudo de Márcia Lima sobre Trajetória educacional em 1995 e realização socieconômica das mulheres negras, Carneiro evidenciou o dado de 48% delas estão no serviço doméstico o que mostra que não houve mudança significativa no mercado de trabalho para estas mulheres. Para aquelas que conseguem investir em educação "se dirigem para empregos com menores rendimentos e menos reconhecimento no mercado de trabalho." (CARNEIRO, 2019, p.277) Para a autora é crucial, um imperativo ético e político que os anseios da luta feminista represente os interesses desse conjunto de mulheres e não apenas com senso comum baseado na meritocracia e no mito da democracia racial. (CARNEIRO, 2019, p. 277)

O segundo vetor da luta do movimento feminista negro é sobre a violência. Na pesquisa do IPEA referente a 2019 verificou-se que 67% das vítimas de homicídio eram mulheres negras.[60] Para além da violência doméstica e sexual, Carneiro cita como violência do padrão branco hegemônico chamando-a de hegemonia da "branquitude" no imaginário e nas relações sociais. Esse imaginário que dá a mulher negra a representação negativa lhe limita a possibilidade de encontro no mercado afetivo, inibe seu exercício da sexualidade, rebaixa a autoestima e se transforma em obstáculo no mercado de trabalho. Citando a médica Regina Nogueira, Carneiro aponta para um novo direito "A mulher negra deve exigir que sua imagem

[60] Conferir o infográfico sobre a violência produzido pelo IPEA.
Disponível em:<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/3956-dashboard-atlas-2021.pdf>
Acesso em: 30 de set. de 2021.

represente toda a diversidade de seus valores culturais" (CARNEIRO,2019, p.279) A hegemonia da branquitude pode ser analisada nas falas ouvidas por estudantes universitários negros. Em 2015 estudantes negros da Universidade Federal de Juiz de Fora e da Universidade de Brasília fizeram uma campanha contra o racismo em que compartilharam nas redes sociais fotos segurando cartazes com frases racistas que ouviram no ambiente acadêmico. Notório como a hegemonia da branquitude perpassa essas frases sobre os corpos como " Você lava o seu cabelo?" ou "não tem traços negros", além de questionar a capacidade dos estudantes e criticar as cotas nas universidades.[61]

No campo da saúde fazem parte da pauta de luta, os direitos reprodutivos e o reconhecimento das diferenças étnicas e raciais. Suas lutas perpassam o uso da esterilização, inclusive com uso político, que culminou na regulamentação da Lei nº209/91 e a implantação de programas de saúde para a anemia falciforme que é hereditária e se constitui na doença genética mais comum entre a população negra. Carneiro expõe que as reivindicações sobre a doença resultaram no Programa de Anemia Falciforme do Ministério da Saúde mas que tem iniciativas esparsas.(CARNEIRO, 2019, p.280-1) A autora alerta ainda sobre os estudos de biociências, principalmente da genética e os perigos envolvendo práticas eugenistas. (CARNEIRO, 2019, p.281)

No vetor sobre meios de comunicação Carneiro (2019) ressalta a naturalização do racismo, sexismo que a mídia reproduz em estereótipos e estigmas que distorcem a identidade racial e o valor social. Com sua presença minoritária e posição que ocupam em categorias específicas de subserviência como empregadas domésticas por exemplo. A autora aponta que a despeito de algumas mudanças ainda se tem um longo caminho para a construção de um novo imaginário sobre a mulher negra e que espera-se "que a mulher negra seja representada levando-se em conta o espectro de funções e as habilidades que ela pode exercer, mesmo em condições econômicas adversas." (CARNEIRO, 2019, p. 282)

No caminho das transformações nos vetores da pauta feministas negras muitas são as mulheres e grupos que enegreceram o feminismo. São exemplos de feministas negras que fizeram e fazem a história do feminismo brasileiro: como a antropóloga Lélia Gonzalez, a filósofa e doutora em educação Sueli Carneiro, a socióloga Vilma Reis, a escritora Conceição

---

[61] BRAGON. R. **Alunos de Univerdade de Minas Gerais fazem campanha contra o racismo.** UOL. Belo Horizonte, 07/05/2015. Disponível em:<https://educacao.uol.com.br/noticias/2015/05/07/alunos-de-universidade-de-minas-gerais-fazem-campanha-contra-o-racismo.htm> Acesso em: 10 de jul de 2021.

Evaristo, a ialorixá Mãe Stella de Oxóssi, a socióloga Ângela Figueiredo, a vereadora Marielle Franco, a filósofa Djamila Ribeiro entre outras tantas.

Entre elas uma tem se destacado pela sua luta ser travada nos meios digitais configurando-se como ciberfeminismo negro. Djamila Taís Ribeiro dos Santos nasceu em Santos em 1980 é filósofa, feminista negra, escritora, mestra em Filosofia Política pela Universidade Federal de São Paulo e colunista do jornal Folha de São Paulo. Em 2016 foi nomeada secretária-adjunta de Direitos Humanos e cidadania da cidade de São Paulo. Foi contemplada pelo Prince Clauss Awars 2019, um fundo holandês que premia indivíduos e organizações que inovaram nas áreas da cultura e do desenvolvimento. Djamila idealizou o selo Sueli Carneiro que incentiva as publicações escritas por negras brasileiras, indígenas e LGBTQI+. É autora de livros best-seller como "Lugar de fala?"(2017),"Quem tem medo do feminismo negro?"(2018) e "Pequeno Manual Antirracista"(2019). É conhecida pelo ativismo feminista negro no ciberespaço e possui mais de 1 milhão de seguidores no Instagram, além de fazer participações em outras mídias como no programa Saia Justa do GNT, e um programa de entrevistas no canal Futura.

Em uma de sua entrevista ao Jornal Extra Djamila Ribeiro em 2018 explicou sobre o movimento feminista e o que ele busca:

> A gente luta por uma sociedade em que as mulheres possam ser consideradas pessoas, que elas não sejam violentadas pelo fato de serem mulheres. Quando as pessoas entendem que a gente está lutando por justiça social, por equiparação e por equidade, não tem motivo para não ser feminista. Se você é uma pessoa inconformada com as injustiças e com as desigualdades, você é uma pessoa feminista e talvez não saiba que seja. Não tem nenhum bicho de sete cabeças. O que a gente quer, na verdade, é uma sociedade livre de desigualdades e violência. [62]

Entre as organizações da luta negra, em particular das mulheres, sobressai-se o GELEDÉS Instituto da Mulher Negra. Criado em 30 de abril de 1988, tem como coordenadora executiva Sueli Carneiro. É uma organização da sociedade civil que tem por missão se posicionar em defesa de mulheres e negros "por entender que esses dois segmentos sociais padecem de desvantagens e discriminações no acesso às oportunidades sociais em função do racismo e do sexismo vigentes na sociedade brasileira."[63]

[62]Entrevista dada em 06/11/2018 ao jornal Extra para Thayná Rodrigues. Disponível em:< https://extra.globo.com/tv-e-lazer/djamila-ribeiro-sobre-feminismo-gente-luta-por-uma-sociedade-em-que-mulheres-possam-ser-consideradas-pessoas-23213839.html. > Acesso em: 20 de jan de 2021.

[63] A missão institucional do Geledés é referida no seu site. Disponível em:<https://www.geledes.org.br/geledes-missao-institucional/> Acesso em: 18 de ag. de 2020.

A instituição desenvolve projetos próprios ou em parceria com outras organizações e monitora no Portal Geledés o debate público sobre temáticas das questões raciais, gênero e suas implicações com temas dos direitos humanos, educação, saúde, comunicação, mercado de trabalho, pesquisa acadêmica e políticas públicas. Entre os projetos do instituto pode-se citar cursos de capacitação como o de Promotoras Legais Populares e o desenvolvimento do Aplicativo PLP 2.0 para socorrer mulheres em situação de violência.

Outra face do feminismo brasileiro é o indígena. Temática nova e com poucos trabalhos acadêmicos. O tema é controverso inclusive para as representantes femininas dos indígenas. No artigo do Globo de Isabela Aleixo de 2018 intitulado "Existe Feminismo Indígena? Seis mulheres dizem pelo que lutam"[64] seis mulheres indígenas foram entrevistadas sobre o feminismo, confirmando que a palavra feminismo tem uma conotação negativa, apenas duas delas se identificavam com o movimento, as outras colocavam outras pautas, segundo elas mais urgentes na sua agenda de lutas. Segundo Santos, na análise sobre as mulheres indígenas da Amazônia que participavam de um projeto de equidade de gênero em 2004 era inquietante que elas "não se enxergarem nas bandeiras do movimento feminista convencional e a especificidade de suas formas organizativas." (SANTOS, 2012, p.97) Essas mulheres não se sentiam representadas na pauta feminista e essa questão deve ser observada dentro da interseccionalidade, pois as indígenas são estereotipadas por serem mulheres e indígenas. Santos também observa que corre-se o risco de distorções ao aproximar o feminismo ao movimento de mulheres indígenas pois, estamos falando de diversas culturas diferentes, com seus valores, práticas, representações sobre corpos e sexualidade específicos. (SANTOS, 2012, p. 96) E que também exitem uma imensa lacuna sobre as mulheres indígenas nas políticas públicas quanto na tradição etnológica.

No entanto, a autora também aponta já em 2012 para o aumento de associações específicas de mulheres, de novos espaços femininos nas organizações indígenas, na agenda pública e nos financiamentos de projetos sociais. (SANTOS, 2012, p.98) Ainda que essas organizações sofram com falta de estrutura, falta de recursos, capacitação e legitimidade entre outras associações. (SANTOS, 2002, p. 99) No mapeamento feito pelo Instituto Socio Ambiental (ISA) em fevereiro de 2020 o protagonismo feminino indígena fica evidente. Existem no Brasil 85 organizações de mulheres indígenas e sete organizações indígenas que

---

[64] Artigo do O Globo de autoria de Isabela Aleixo em 30 de abril de 2019. Disponível em:<https://oglobo.globo.com/celina/existe-feminismo-indigena-seis-mulheres-dizem-pelo-que-lutam-23619526> Acesso em: 27 de ag. de 2020.

possuem departamentos de mulheres em 21 estados do país.[65] As mulheres indígenas marcaram presença no Acampamento Terra Livre em Brasília em 2019 e marcharam na 1º Marcha Nacional das Mulheres Indígenas.

É fator importante também a sua representatividade no espaço político como a eleição da primeira mulher indígena para deputada federal da indígena Joênia Wapichana em 2018 pelo estado de Roraima. Militante da causa indígena é formada em Direito pela Universidade Federal de Roraima e possui mestrado pela Universidade do Arizona. Após a eleição a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) divulgou uma reportagem afirmando que a conquista não era só "para os povos originários, mas para todas as mulheres do Brasil."[66] Joênia ao responder pelo que luta e sobre o feminismo respondeu:

> Eu não acho que a luta das mulheres indígenas é separada da luta indígena. É lado a lado, são as mesmas preocupações. Só que, agora, as mulheres estão sendo protagonistas dos direitos indígenas. Eu vejo atualmente uma maior visibilidade delas. Essa palavra (feminismo) é um conceito que os brancos falam. Vamos contextualizar: o que é o feminismo? É a atuação da mulher? São espaços que a mulher assume? São responsabilidades? Se for nesse sentido, acho que sim (sou feminista), porque já venho atuando, sendo responsável por uma série de defesas e assumindo responsabilidades. Se isso for feminismo, que dizem que é a atuação da mulher, então sim.
> Nos últimos anos, a gente tem visto as mulheres reivindicando cada vez mais, levantando a necessidade de políticas específicas. A Lei Maria da Penha não foi preparada para a indígena, ela foi feita em um contexto urbano. A lei pode auxiliar em situações de violência doméstica, mas não foi pensada para a mulher indígena.
> Dentro da comunidade indígena, a gente percebe que há problemas que foram levados por fatores externos. Nas comunidades mais próximas das cidades, o alcoolismo gera violência contra a mulher indígena, por exemplo. E, por outro lado, há questões propriamente relacionadas aos direitos indígenas, como o impacto de invasões. Os conflitos por terras também vitimam as mulheres. Assim, ao pensar em uma proteção, a legislação tem que ter essa visão do geral, do que afeta as indígenas. É importante eu estar no Congresso Nacional para que, nós mulheres indígenas, vejamos que temos a capacidade de nos representar, de atuar e de mostrar mais uma vez que nós não somos inferiores. O que nos difere é a questão cultural. A minha presença é importante porque temos uma voz que pode fazer diferença em termos de proposições, de fiscalização e de posicionamento nas discussões. É provar que podemos falar de igual para igual e nos colocar por nós mesmos sem mediadores, ampliando a participação social das mulheres. Assim, podemos trabalhar contra os estereótipos sobre as mulheres e os povos indígenas. (2018)

---

[65] Mapeamento feito pelo ISA. Disponível em:<https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/organizacoes-de-mulheres-indigenas-no-brasil-resistencia-e-protagonismo > Acesso em: 30 de ag. de 2020

[66] Entrevista de Joênia dada ao site da FUNAI em 08 de outubro de 2020. Disponível em:<http://www.funai.gov.br/index.php/comunicacao/noticias/5065-funai-entrevista-joenia-wapixana-a-primeira-mulher-indigena-a-ser-eleita-deputada-federal-no-brasil> Acesso em: 30 de ag. de 2020.

Na série documental "O que querem as mulheres? Feminismo Indígena" dirigido por Liloye Boubli de 2020 que foi comandada pela pesquisadora Heloísa Buarque de Hollanda três feministas indígenas tomam a palavra para falar sobre o feminismo. Tayla Terena, antropóloga e ponto focal da juventude Indígena do Fórum permanente da ONU, Márcia Wayna Kambeba geógrafa e poeta e Marize Vieira de Oliveira historiadora e professora apontaram que se fala de luta das mulheres indígenas como guerreiras pelo bem comum e que as mulheres indígenas não se veem representadas dentro do movimento feminista. Para Sacchi (2013, p. 101) as pautas em geral das mulheres indígenas estão vinculadas ao movimento indígenas como a demarcação de terras, assistência à saúde, direitos básicos como educação. Mas suas lutas também têm suas especificidades como o combate a estereótipos sobre a mulher indígena, a violência física e sexual, a prostituição, a valorização da identidade étnica, participação nas lideranças das comunidades e nos órgãos responsáveis, capacitação para o exercício de atividade e financiamento de projetos, reuniões e eventos próprios, atendimentos à saúde e direitos reprodutivos. Para Santos (2012) diante as especificidades indígenas ao movimento feminista cabe buscar o diálogo junto a elas e abrir mão de certezas sobre as relações de gênero da sociedade ocidental.

No Brasil podemos citar também feminismos que usam como estratégia a marcha. Merece destaque a Marcha das Margaridas em que integram mulheres do campo, da floresta e das águas. Parte da agenda do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, dos movimentos feministas e de mulheres é coordenado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, pelas 27 Federações de Trabalhadores na Agricultura e pelos mais de 4 mil Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, e por várias organizações de mulheres parceiras.

Realizado desde o ano 2000 é uma mobilização política em Brasília que proporciona reflexões e debates sobre as condições das mulheres do campo, da floresta e das águas. Tem caráter formativo, de denúncia, pressão, proposições, diálogos e negociações com o governo federal. Foi inspirado, segundo Silva (2008) na Marcha Pão e Rosas de 1995 que aconteceu em Quebec no Canadá. Essa experiência foi trazida ao Brasil por grupos feministas em 1999 como o Sempre Viva Organização Feminista e a Secretaria de Mulheres da Central Única dos Trabalhadores. (SILVA, 2008, p. 87) Várias organizações aderiram e nasceu a Marcha das Margaridas.

Para Silva o nome escolhido foi uma estratégia de tornar pública a situação de desigualdades nas quais vivem as trabalhadoras rurais e evidenciar as diversas formas de violência e pobreza que vivem. A escolha da data e o nome da marcha são em homenagem a Margarida Maria Alves presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande na Paraíba. Ela lutava pelo fim da violência no campo, pelos direitos trabalhistas e foi assassinada em 12 de agosto de 1983 a mando de latifundiários da região. (SILVA, 2008, p. 87)

As três primeiras marchas tiveram como foco as reivindicações representadas pelo lema "2000 razões para Marchar: contra a fome, a pobreza e violência sexista". A marcha de 2011 teve como lema "Razões para Marchar por Desenvolvimento Sustentável com Justiça, Autonomia, Igualdade e Liberdade" e de 2015 "Margaridas seguem em Marcha por Desenvolvimento Sustentável com Justiça, Autonomia, Igualdade e Liberdade" e reuniu cerca de 100 mil participantes. Já em 2019 as margaridas marcharam sob o leme " Margaridas na Luta por um Brasil com Soberania Popular, Democracia, Justiça e Livre de Violência." A Marcha das Margaridas é a maior marcha da América Latina.

Na plataforma política da Marcha das Margaridas de 2019, elas afirmaram ser uma expressão de um

> [...] projeto de sociedade enraizado em princípios feministas. Um feminismo anticapitalistas, antirracista e antipatriarcal, que reflete cada uma das nossas realidades, evidenciando a afirmação de nossas tantas identidades. Um feminismo que pauta a igualdade de gênero, a orientação sexual, a autonomia das mulheres, o seu direito de decidir, inclusive sobre o próprio corpo, de exercer os seus direitos sexuais e reprodutivos e que questiona a centralidade do mercado sobre nossas vidas. Um feminismo que é construído a partir da reflexão crítica sobre o que vivenciamos como mulheres do campo, da floresta e das águas e que reconhece e valoriza o saber por nós acumulado. Um feminismo que traz a auto-organização e a participação política das mulheres como condição para a superação da violência em suas diversas faces e, sobretudo, que valoriza a vida, vinculando a defesa da agroecologia, dos territórios, dos bens comuns e da soberania e autodeterminação dos povos. É olhando para as contradições, para a violência, a opressão e o racismo que vivenciamos, pelo simples fato de sermos mulheres, que construímos nossas formas de resistência, sendo a Marcha das Margaridas uma das suas mais fortes expressões.(PLATAFORMA, 2019, p. 10-11)

Suas pautas de luta são divididas por eixos temáticos: Por terra, água e agroecologia; Pela autodeterminação dos povos, com soberania alimentar e energética; Pela proteção e conservação da sociobiodiversidade e acesso aos bens comuns; Por autonomia econômica, trabalho e renda; Por previdência e assistência social, pública, universal e solidária, Por saúde

pública em defesa do Sistema Único de Saúde; Por uma educação não-sexista e antirracista e pelo direito à educação do campo; Pela autonomia e liberdade das mulheres sobre o seu corpo e a sua sexualidade; Por uma vida livre de todas as formas de violência, sem racismo e sexismo; Por democracia com igualdade e fortalecimento da participação política das mulheres.

Os últimos três eixos são específicos a causa feminista: a liberdade e direito ao próprio corpo, a autonomia da mulher para decidir os rumos de sua vida e sexualidade, como evitar gravidez, mantê-la com dignidade e interrompê-la. Assim como condenar o machismo que condiciona o comportamento masculino a um patamar de possessão da mulher principalmente relacionada à violência; Garantir implantação integral de políticas públicas contra a violência que vitimiza as mulheres; políticas educacionais que permitam a desnaturalização da divisão do trabalho por gênero, inclusão no currículo escolar a discussão de violência e discriminação contra as mulheres; Participação e ampliação da representação feminina na política. (PLATAFORMA, 2019)

Segundo Aguiar (2016) com uma plataforma ampla, a Marcha tem conquistado parcelas de mulheres urbanas e importantes conquistas como programas e políticas que objetivam diminuir as desigualdades de gênero no meio rural como o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (2004); Crédito Especial para Mulheres (2003/2004); Assistência Técnica Setorial para Mulheres (2005); combate a pobreza extrema com o Plano Brasil sem Miséria (2011-2013) (AGUIAR, 2016, p. 288)

Outro exemplo de marcha é a Marcha das Vadias, um protesto feminista que nasceu em 2011 no Canadá com cerca de 3 mil participantes que protestaram contra a frase de um policial que recomendava que as mulheres evitassem se vestir como vadias para não serem vítimas de abuso sexual. No mesmo ano a Marcha chegou ao Brasil ocorrendo em 4 de junho na cidade de São Paulo. A Marcha foi organizada pela curitibana Madô Lopez e a escritora paraguaia Solange De-Ré com a criação de uma página na rede social Facebook atraindo o interesse de 6 mil pessoas das quais 300 participaram. O movimento se estendeu para outras cidades brasileiras.

Para Gomes e Sorj ao subverter o uso acusatório do termo vadia exemplificado pelo lema “Se ser livre é ser vadia, então somos todas vadias” ressignifica positivamente tomando-o para si e empoderando-se. (GOMES; SORJ, 2014, p. 237) O corpo nas marchas têm duplo papel tanto como objeto de reivindicação quanto principal meio de protesto, suporte e

comunicação. As autoras apontam que as mulheres lançam mão de roupas sensuais batom vermelho e topless, escrevem palavras de ordem como "meu corpo, minhas regras" e assim o corpo tanto é celebrado, quanto é alvo de reflexão sobre a ordem de beleza imposta na sociedade de branquitude e de magreza. Gomes e Sjorn apontam ainda para uma ruptura com os feminismos de décadas anteriores, a mudança do sujeito político do feminismo que aparece mais diversificado e não se define pela identidade sexual e biológica da mulher. E que reivindicam identidades não hegemônicas como os LGBT e os homens simpatizantes a causa. (GOMES; SORJ, 2014, p. 438) Para as autoras a Marcha das Vadias está longe de ser unanimidade entre as feministas. Entre as feministas identificados como radicais e marxistas a veem como despolitizada e até contraprodutivo enquanto estratégia política ao usar a nudez e o termo vadia. (GOMES; SORJ, 2014, p. 440)

As pautas da Marcha das Vadias são reveladores da situação de violência em que as mulheres enfrentam numa sociedade que registra cerca de 35.000 estupros por ano e que em pesquisa de 2013 do IPEA cerca de 58,5% dos entrevistados concordaram que "se as mulheres soubessem se comportar haveria menos estupros." culpabilizando a vítima e não seu agressor. Em consequência da violência sexual, as discussões voltam-se para a questão do aborto e as tentativas de criminalização mesmo quando previstas em lei. Caso da menina capixaba de 10 anos que foi vítima de abuso sexual por 4 anos e ficou grávida em 2020. Em meio a furor midiático, de políticos e religiosos que a chamavam de assassina, a vítima teve que ir até o Estado da Bahia para fazer o procedimento. A questão da legalização e descriminalização do aborto está nas pautas feministas há muito tempo. Questão polêmica por envolver a política e religião, mesmo quando a lei autoriza o procedimento ante três situações: estupro, perigo para a saúde da mulher e pelo feto ser anencéfalo ainda se faz alarde. Leila Linhares Barsted no artigo Legalização e descriminalização: dez anos de luta feminista aponta que nesse percurso o aborto foi "defendido como um direito inerente à autonomia da vontade do indivíduo, quanto às temáticas que dizem respeito ao seu corpo." (BARSTED, 2019, p.180) A questão da proteção da saúde da mulher é um importante argumento, uma vez que prática do aborto existe e quando clandestino provoca sequelas. Alia-se a essa questão que as maiores vítimas de sequelas são as mulheres pobres.

Entre tantas bandeiras, facetas e reivindicações como formas diferentes de estratégias de luta dessa terceira onda ainda em pleno século XXI as mulheres têm um longo caminho a percorrer. Basta que pensemos nas diferenças salariais entre mulheres e homens e, entre

mulheres e mulheres, a dupla jornada de trabalho das mulheres, preconceitos contra as mulheres em algumas carreiras profissionais como o futebol, a pequena representatividade das mulheres em cargos de direção e políticos, e o aumento da violência contra as mulheres, preconceitos raciais, gordofobia, sexuais, homofóbicos, etarismo, escolhas sobre seus corpos e de ter filhos ou não.

Muitas mulheres marcaram e marcam o feminismo brasileiro da década de 1990 e do século XXI. Entre as possibilidades escolhemos para nossos jogos Maria da Penha pela sua luta pela justiça o que reverberou na escolha do seu nome da Lei nº 11.340/2006 conhecida como Lei Maria da Penha contra a violência doméstica e familiar. Como representantes dos feminismos plurais temos Djamila Ribeiro pela sua atuação no movimento feminista negro e ativismo midiático, Joênia Wapichana como exemplo de ativismo indígena, e os feminismos que usam a estratégia das marchas - Marcha das Margaridas e a Marcha das Vadias pela amplitude dos movimentos, com quantidade de participantes chegando aos milhares, pelas denúncias e proposições, e pela exposição midiática que angariam.

Da bibliografia consultada além da biografia das feministas colhemos para os jogos suas estratégias de luta, pela formação de ONGs, seu ativismo nas redes sociais, o uso de seus corpos como bandeira de luta, a Marcha como estratégia, a ocupação de Brasília, a proposição de leis, o uso dos meios judiciais para fazer cumprir as leis, a informação sobre saúde e violência por todos os tipos de mídia. Desse percurso também escolhemos as frases preconceituosas racistas e machistas. Da percepção das lutas ainda ensejadas e dos preconceitos que as mulheres enfrentam na sociedade brasileira decidimos incluir nos jogos uma frase de gordofobia, três frases sobre o ambiente de trabalho, item apontado pelos colaboradores da pesquisa como um dos principais fatores de luta, e uma frase com preconceito etário e de decisão sobre ter filhos ou não.

Por fim, dessa trajetória temos todos os elementos para a produção dos jogos sobre o feminismo brasileiro, ainda que apenas uma pequena seleção, as feministas, sua biografia e pautas de luta, as leis e conquistas das mulheres desde o século XIX, os preconceitos enfrentados e as estratégias utilizadas na conquista de direitos.

4. JOGOS DE CARTAS E DE TABULEIRO NO ENSINO DE HISTÓRIA

Os jogos de cartas e de tabuleiro foram os suportes escolhidos como estratégia para o ensino e aprendizagem do conteúdo do feminismo no Brasil para os alunos do 9º ano na disciplina de História. Essa escolha foi inspirada na produção e venda de jogos das suffragettes britânicas no início do século XX, mas resulta também de uma constante preocupação docente que é o pensar e repensar o modelo didático-pedagógico e as ferramentas educacionais mais significativas para a construção dos conhecimentos dos alunos. É nos desafiado, enquanto docentes, desenvolver técnicas e estratégias que sejam relevantes, que envolvam e despertem a consciência crítica dos alunos que pertencem a lugares sociais diferentes, com visões de mundo e realidades sociais e econômicas desiguais. E ao trazer a ludicidade, o entretenimento e a diversão, os jogos analógicos de cartas e de tabuleiro tornam-se uma excelente estratégia para sala de aula.

Considera-se também as premissas do educador Paulo Freire (2013, p.47) em que "ensinar não é transmitir conhecimento, mas criar as possibilidades de sua produção ou a sua construção." Consideramos que os estudantes constroem o conhecimento quando, a forma, o conteúdo e o método se torna significativo para eles, os jogos apresentam-se como ferramentas de ensino aprendizagem que usam o lúdico, a diversão ao mesmo tempo que lhes dão suporte para problematizar as questões relacionadas ao gênero, classe e raça através da temática do feminismo no Brasil.

Tem-se em conta, igualmente a emergência do campo de jogos no Brasil, que têm despertado o interesse do mercado, dos pesquisadores e dos educadores. Neste capítulo, perpassaremos rapidamente estas dimensões: a mercadológica; a área de pesquisas, especialmente relacionada à História baseando-nos as premissas da Teoria de Jogos (Games Studies) e sua inserção no ensino. Nessa parte conceituamos o que é considerado jogo, orientando-nos sobretudo pelo estudo de Johan Huizinga "*Homo Ludens*" considerada bibliografia obrigatória sobre a temática e adentramos sobre a tipologia de jogos de cartas e de tabuleiro exemplificando historicamente. No segundo momento, intitulado "Jogos na sala de aula" estudamos as possibilidades abertas pelos jogos no contexto da sala de aula na disciplina de História. Para tanto, utilizamos uma pesquisa feita com os alunos do 9º ano do Colégio do Campo situado na cidade de São José dos Pinhais em que prescrutamos os hábitos de jogos dos estudantes, especialmente na escola e suas expectativas em relação da aplicação

de jogos para apreender os conteúdos de História. Também buscamos na bibliografia de autores, sobretudo os brasileiros, que estudam a temática de jogos sobre sua aplicabilidade no ensino de História.

Por último revisitamos a produção e os usos de jogos de cartas e de tabuleiro com a temática do feminismo. Esta parte está dividida em duas partes: os jogos feministas do início do século XX; os jogos feministas lançados na atualidade. Tem-se por objetivo apresentar estes jogos aos docentes, mas também compreender quais as mecânicas e temáticas foram usadas nesses jogos.

4.1 JOGOS DE CARTAS E DE TABULEIRO NA HISTÓRIA

O campo de jogos de cartas e de tabuleiro no Brasil, nas últimas décadas, tem despertado o interesse mercadológico, acadêmico e pedagógico e sua aplicabilidade é extensa, com a produção de jogos para a administração de negócios, políticas públicas, como saúde e educação. Assim como nos últimos anos os jogos de tabuleiro e de cartas têm conquistado um lugar significativo no mercado de brinquedos e dos lares dos brasileiros. O crescimento do setor pode ser mensurado pelos lucros das empresas, pela busca de informações sobre jogos em sites especializados, pela criação de Luderias em algumas capitais do Brasil e pela organização de eventos.[67]

No mercado mundial, em 2018 foram lançados 4.000 jogos e destes 421 eram de produção nacional. Índices que se justificam pelo interesse dos jogadores que, segundo a Pesquisa Game Brasil (2019) correspondem a 28% da população do país que jogam jogos de tabuleiro e 34% que se divertem com jogos de cartas. Para o setor de brinquedos o faturamento com os jogos chegou a R$ 665 milhões, quase 10% de sua arrecadação total. Muitas são as editoras brasileiras que revendem e produzem os jogos como a Conclave, Galápagos, Bucaneiros, Calamity Games. Alguns destes jogos têm temática histórica que

---

[67]Um exemplo dessa expansão é a empresa brasileira Galápagos fundada em 2009 que faturou 16 milhões de reais em 2017, com um aumento de 700% nos últimos quatro anos. Nesse setor em franco desenvolvimento temos a abertura de luderias que por uma mensalidade é possível sentar-se e jogar por algumas horas. O crescimento do público pode ser mensurado também pela busca de informações sobre lançamentos e funcionamento de jogos como no site Ludopedia que teve 33 milhões de acessos em 2017. Além de eventos como o Diversão Offline que atraiu 5000 pessoas em 2018.

QUEIROZ, G. **Empresas paulistanas faturam com a retomada dos jogos de tabuleiro.** VEJA/SP. 27 de julho de 2018. Disponível em: < https://vejasp.abril.com.br/cidades/jogos-de-tabuleiro-tendencia/> Acesso em: 01 de ag. de 2019.

extrapolam o mero entretenimento e podem ser trabalhados em sala de aula, no entanto, um dos principais entraves é certamente o preço destes jogos.

Assim, como no campo mercadológico, as pesquisas que têm como temática os jogos têm aumentado. O campo de estudos sobre jogos, segundo André Pereira Lopes constituiu-se ao longo no século XX de forma demorada.(LOPES, 2019, p.20) Para Fragoso e Amaro (2018) três autores lançaram as bases para essa nova área de estudos multidisciplinar: Johan Huizinga, Roger Caillois e Hans Georg Gadamer.

Por jogo, seguindo a Teoria de Jogos, Fragoso e Amaro (2018, sem paginação) identificam como um artefato sociotécnico com duas características centrais, a alteração do conteúdo do jogo, modificando a experiência do jogo e os possíveis finais e a existência de regras que estabelecem objetivos e definem as estratégias válidas para alcançá-los. Essa segunda característica é o principal elemento que diferencia o jogo do brinquedo. Segundo Kishimoto (2003, p. 108) o brinquedo supõe uma indeterminação quanto ao seu uso, uma ausência das regras, já o jogo implica no desempenho do próprio objeto e de suas regras.

Já para Jane Mcgonial (2012, pp.30-31) no capítulo intitulado "A realidade em jogo", os jogos compartilham quatro características que os definem: meta, regras, sistema de *feedback* e participação voluntária. Segundo a autora as metas proporcionam um senso de objetivo, ou seja, é o resultado específico que os jogadores vão trabalhar para conseguir. As regras dizem respeito a limitação que os jogadores têm para atingir a meta, mas também são as regras que estimulam a exploração de possibilidades e estratégias para atingir o objetivo final. Já o sistema de *feedback* que pode ser na forma de pontos, níveis, placar, barra de progresso ou ainda como um resultado objetivo assume-se como meta alcançável e motiva os jogadores para continuar jogando. A participação voluntária exige que os jogadores aceitem voluntariamente as metas, regras e *feedback* e estabelece uma base comum para o jogo. A autora conclui que "a liberdade para entrar ou sair de um jogo por vontade própria assegura que um trabalho intencionalmente estressante e desafiador é vivenciado como uma atividade segura e prazerosa." (MCGONIGAL, 2012, p.31).

No entanto, essas são apenas algumas definições possíveis sobre o jogo. Pois, muitos autores se detiveram sobre os jogos. Podendo ser rastreados e registrados desde o ano 800 a.C, Fragoso e Amaro (2018) apontam que os primeiros textos de cunho acadêmico sobre jogos datam do século XVII, destacando-se entre outras obras De Ludis Orientalibus – dividida em dois tomos, Historia Shahiludii, de 1689, e Historia Nerdiludii, de 1694 –, que

teria sido escrita por Thomas Hyde. Essas obras geralmente eram descritivas. Uma abordagem que considera o jogo como produto cultural surgiu apenas no século XX podendo ser identificada inicialmente com a obra Homo Ludens do medievalista holandês Johan Huizinga publicada em 1938 e considerada bibliografia obrigatória no campo de estudos sobre jogos, tanto como referência teórica quanto metodológica, pela concepção do papel do elemento lúdico nas sociedades, para além de um fenômeno fisiológico ou um reflexo psicológico, pelo delineamento do que é jogo, sua função e suas características. Huizinga (2000) inseriu o jogo dentro da cultura como elemento formador e não apenas um reflexo ou produto de uma determinada sociedade e cultura. O autor analisou os jogos e os componentes culturais, sociais, estéticos, no fator de divertimento e na intensidade que os jogos são vivenciados.

Para Huizinga (2000, p. 10) o jogo é uma função da vida que não é passível de definição exata em termos lógicos, biológicos ou estéticos. O conceito de jogo deve permanecer distinto de todas as outras formas de pensamento através dos quais exprime-se a estrutura da vida. O autor defende que para seu estudo o jogo é entendido como uma forma específica de atividade, como forma significante, como função social. Buscando compreender e captar o valor e o significado das imagens e da "imaginação" da realidade como fator cultural da vida (HUIZINGA, 2000, p.07). Nessa perspectiva, Giacomoni (2013) entende que no contexto escolar o jogo e seus aspectos lúdicos possuem um significado, que geram experiências, imagens e imaginação para aqueles que estão imersos em sua realidade, que pode ser em qualquer contexto histórico. A representação criada pelo jogo pode ser um tipo de realização de uma aparência em que a imaginação leva aos alunos a vivenciarem uma realidade outra que torna possível o aprendizado.

Para que essa vivência seja significativa, para que haja uma imersão no jogo é necessário entender as partes constitutivas do jogo, para produzi-los. Essas características são delineadas por Huizinga (2000, p.16):

> […] poderíamos considerá-lo [o jogo] uma atividade livre, conscientemente tomada como "não-séria" e exterior à vida habitual, mas, ao mesmo tempo, capaz de absorver o jogador de maneira intensa e total. É uma atividade desligada de todo e qualquer interesse material, com a qual não se pode obter qualquer lucro, praticada dentro de limites espaciais e temporais próprios, segundo uma certa ordem e certas regras. Promove a formação de grupos sociais com tendência a rodearem-se de segredo e a sublinharem sua diferença em relação ao resto do mundo por meio de disfarces ou outros meios semelhantes.

Para o autor, portanto joga-se como disputa ou como representação e o jogo configura-se dentro do que chama de "círculo mágico" com tempo, espaço, valores e regras diferentes daquelas associadas à realidade.

Em continuidade ao trabalho de Huizinga, Roger Caillois publicou em 1958 o livro "Os jogos e os homens", importante referência na Teoria dos Jogos (*Game Studies)* sobre a tipologia dos jogos e dos modos de jogar. Caillois divide os jogos e a forma de jogar em paidia (livre, brincadeira) e ludus (regrado por convenções arbitrárias e imperativas).

A tipologia dos jogos e seus objetivos são estudados por Aarseth, Smedstad e Sunnana (2003, pp 48-53) que os categorizam em 16 dimensões (jogos analógicos e digitais) agrupadas em oito meta categorias importantes para a criação de jogos:

- ESPAÇO VIRTUAL OU FÍSICO: Primeira e segunda meta categorias apreendem se o jogador tem visão global do jogo, ou se move estrategicamente; se o jogador sabe sua posição exata em consonância com as regras do jogo ou precisa de outros objetos para decidir sua posição; se o jogador pode ou não fazer acréscimos ou alterações no espaço do jogo.

- TEMPO EXTERNO E INTERNO DO JOGO: A terceira e a quarta meta categoria abrange o tempo externo e interno do jogo e envolve a representação do tempo no jogo, seja igual do mundo físico ou separado da realidade. E a Teleologia que descreve se o jogo termina em um determinado tempo ou em tese poderia ser infinito, além de inquirir se a passagem do tempo real altera o estado do jogo ou não. Nessa categoria ainda se questiona sobre a sincronicidade, para saber se os jogadores podem agir ao mesmo tempo ou se revezam e também sobre o controle de intervalo do jogo, se os agentes do jogo podem decidir quando um ciclo/fase nova no jogo se inicia.

- ORGANIZAÇÃO DOS JOGADORES NO JOGO: A disposição e o relacionamento dos jogadores são a quinta e a sexta meta categoria respectivamente e versam sobre a organização dos jogadores no jogo, seja único, duplas, equipes ou múltiplos agentes. Assim como descreve se a relação entre os jogadores pode mudar durante o jogo, além de prescrutar se o resultado do jogo e do jogador pode ser quantificado.

- ESTRATÉGIAS DO JOGO: Já as meta categorias sete e oito abarcam as estratégias de luta dos jogos, ou seja, por quais maneiras um jogo garante a disputa. E que podem ser por desafios pré-definidos e portanto, sempre iguais; os pré-definidos que variam por aleatoriedade matemática como o jogo Paciência; e aqueles que trazem modificações que partem de agentes do jogo cujas ações são autônomas como no jogo Counter-Strike.

Considera-se ainda como a mutabilidade dos jogos afetam seus jogadores e podem ser passageiras ou por longos períodos; e por último a salvabilidade que descreve se o jogo pode ser salvo, restaurado ou não.

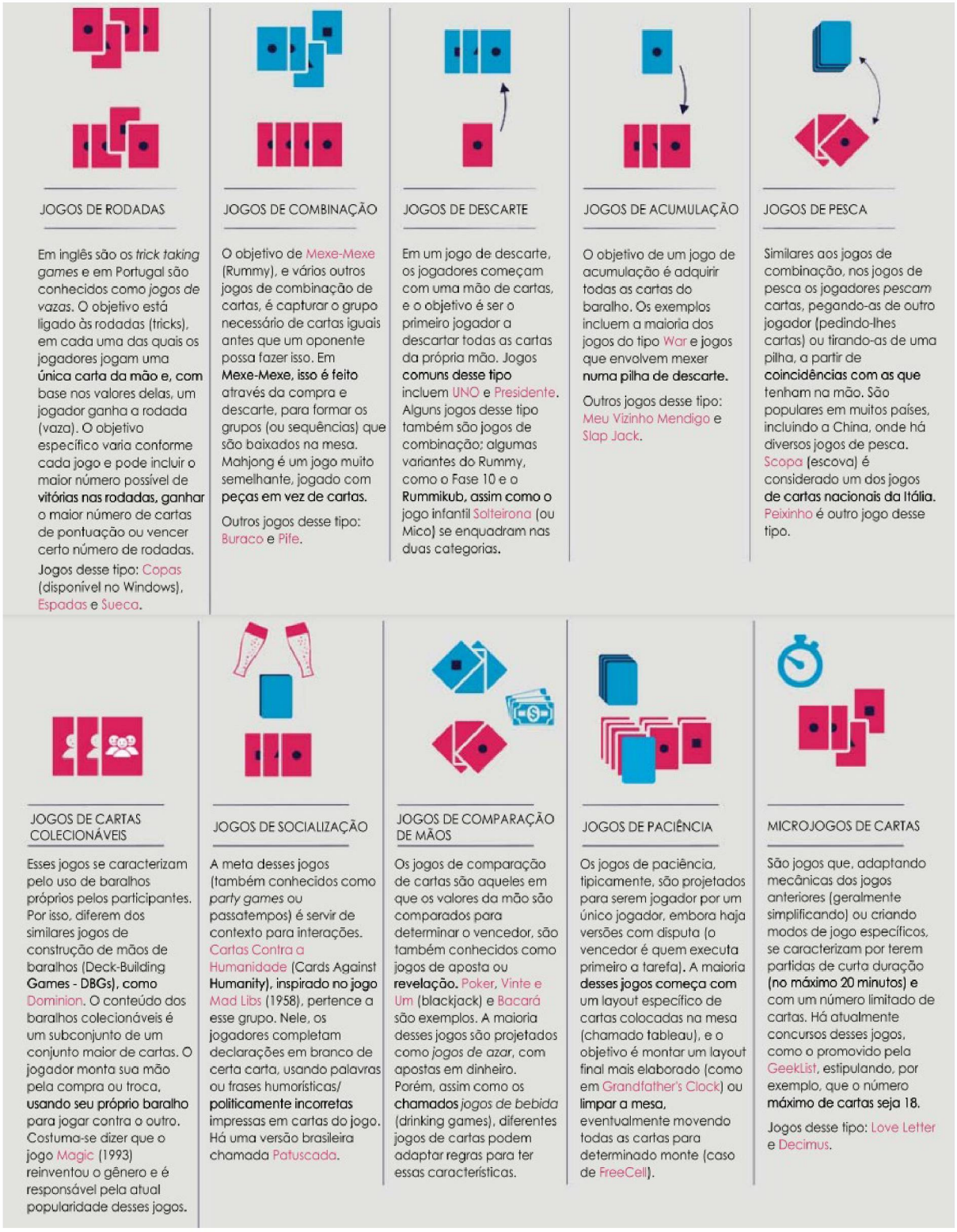
A tipologia pode ainda apontar para as características em comum e especificidades de cada jogo. Como para Whitehill (2008) representada por Richard Romancini (2019) a tipologia dos jogos de mesa envolvem sete categorias que se subdividem-se conforme o tipo de jogo. Assim tem-se jogos de dados, de cartas, de palavras, de tabuleiro, de ação (habilidade e destreza), dominó e montagem de tabuleiro e os jogos de Memória.

No que diz respeito aos jogos de cartas, as referências apareceram pela primeira vez no século X na literatura chinesa e confundiam-se nominalmente com os jogos de dominó. As cartas para os jogos podem ser rastreadas desde 1370 no sul da Europa vindas do mundo islâmico. Pintadas à mão representavam um luxo para o entretenimento dos ricos. Com o advento da impressão no século XV, as cartas se difundiram. Foi nesse século que os franceses criaram os naipes relacionado as figuras históricas e religiosas, um sistema que se tornou internacional, ainda que não único. Segundo Romancini (2019) foi no século XVIII que os padrões de tamanho de cartas se consolidaram e foram publicados os primeiros compêndios que ensinam as regras de jogos de cartas e também de tabuleiro. No Brasil a primeira impressão oficial de cartas aconteceu na Bahia em 1770, sendo assumida como monopólio real quando a Imprensa Régia foi fundada em 1808, ainda que na pirataria já existisse. No final do século XIX fábricas internacionais de cartas alojam-se no Brasil. Em 1908 surge a COPAG, fábrica nacional que produz cartas até a atualidade.

Pode-se dividir os jogos de cartas em dois tipos: aqueles que usam cartas padrão com os naipes e também são chamados de jogos de naipes ou jogos clássicos, como truco, bife, canastra. E os jogos com baralho próprio que se difundiram após a década de 1980, como as cartas do jogo Magic ou do Uno. Muitas são as perspectivas abertas para a construção de jogos, principalmente na área educacional deste tipo de jogo.

Pode-se ainda categorizar os jogos de cartas a partir dos seus objetivos, que conforme Romancini (2019) podem ser:

QUADRO 1 - TIPOLOGIA DOS JOGOS DE CARTAS



JOGOS DE RODADAS

Em inglês são os *trick taking games* e em Portugal são conhecidos como *jogos de vazas*. O objetivo está ligado às rodadas (tricks), em cada uma das quais os jogadores jogam uma **única carta da mão e, com** base nos valores delas, um jogador ganha a rodada (vaza). O objetivo específico varia conforme cada jogo e pode incluir o maior número possível de **vitórias nas rodadas, ganhar** o maior número de cartas de pontuação ou vencer certo número de rodadas.

Jogos desse tipo: Copas (disponível no Windows), Espadas e Sueca.

JOGOS DE COMBINAÇÃO

O objetivo de Mexe-Mexe (Rummy), e vários outros jogos de combinação de cartas, é capturar o grupo necessário de cartas iguais antes que um oponente possa fazer isso. Em **Mexe-Mexe, isso é feito** através da compra e descarte, para formar os grupos (ou sequências) que são baixados na mesa. Mahjong é um jogo muito semelhante, jogado com **peças em vez de cartas.**

Outros jogos desse tipo: Buraco e Pife.

JOGOS DE DESCARTE

Em um jogo de descarte, os jogadores começam com uma mão de cartas, e o objetivo é ser o primeiro jogador a descartar todas as cartas da própria mão. Jogos **comuns desse tipo** incluem UNO e Presidente. Alguns jogos desse tipo também são jogos de combinação; algumas variantes do Rummy, como o Fase 10 e o **Rummikub, assim como o** jogo infantil Solteirona (ou Mico) se enquadram nas duas categorias.

JOGOS DE ACUMULAÇÃO

O objetivo de um jogo de acumulação é adquirir todas as cartas do baralho. Os exemplos incluem a maioria dos jogos do tipo War e jogos que envolvem mexer **numa pilha de descarte.**

Outros jogos desse tipo: Meu Vizinho Mendigo e Slap Jack.

JOGOS DE PESCA

Similares aos jogos de combinação, nos jogos de pesca os jogadores *pescam* cartas, pegando-as de outro jogador (pedindo-lhes cartas) ou tirando-as de uma pilha, a partir de **coincidências com as que** tenham na mão. São populares em muitos países, incluindo a China, onde há diversos jogos de pesca. Scopa (escova) é considerado um dos jogos **de cartas nacionais da Itália.** Peixinho é outro jogo desse tipo.

JOGOS DE CARTAS COLECIONÁVEIS

Esses jogos se caracterizam pelo uso de baralhos próprios pelos participantes. Por isso, diferem dos similares jogos de construção de mãos de baralhos (Deck-Building **Games - DBGs), como** Dominion. O conteúdo dos baralhos colecionáveis é um subconjunto de um conjunto maior de cartas. O jogador monta sua mão pela compra ou troca, **usando seu próprio baralho** para jogar contra o outro. Costuma-se dizer que o jogo Magic (1993) reinventou o gênero e é responsável pela atual popularidade desses jogos.

JOGOS DE SOCIALIZAÇÃO

A meta desses jogos (também conhecidos como *party games* ou passatempos) é servir de contexto para interações. Cartas Contra a Humanidade (Cards Against **Humanity), inspirado no jogo** Mad Libs (1958), pertence a esse grupo. Nele, os jogadores completam declarações em branco de certa carta, usando palavras ou frases humorísticas/ **politicamente incorretas** impressas em cartas do jogo. Há uma versão brasileira chamada Patuscada.

JOGOS DE COMPARAÇÃO DE MÃOS

Os jogos de comparação de cartas são aqueles em que os valores da mão são comparados para determinar o vencedor, são também conhecidos como jogos de aposta ou **revelação.** Poker, Vinte e Um (blackjack) e Bacará são exemplos. A maioria desses jogos são projetados como *jogos de azar*, com apostas em dinheiro. Porém, assim como os **chamados** *jogos de bebida* (drinking games), diferentes jogos de cartas podem adaptar regras para ter essas características.

JOGOS DE PACIÊNCIA

Os jogos de paciência, tipicamente, são projetados para serem jogador por um único jogador, embora haja versões com disputa (o vencedor é quem executa primeiro a tarefa). A maioria **desses jogos começa com** um layout específico de cartas colocadas na mesa (chamado tableau), e o objetivo é montar um layout final mais elaborado (como em Grandfather's Clock) ou **limpar a mesa,** eventualmente movendo todas as cartas para determinado monte (caso de FreeCell).

MICROJOGOS DE CARTAS

São jogos que, adaptando mecânicas dos jogos anteriores (geralmente simplificando) ou criando modos de jogo específicos, se caracterizam por terem partidas de curta duração **(no máximo 20 minutos) e** com um número limitado de cartas. Há atualmente concursos desses jogos, como o promovido pela GeekList, estipulando, por exemplo, que o número **máximo de cartas seja 18.**

Jogos desse tipo: Love Letter e Decimus.

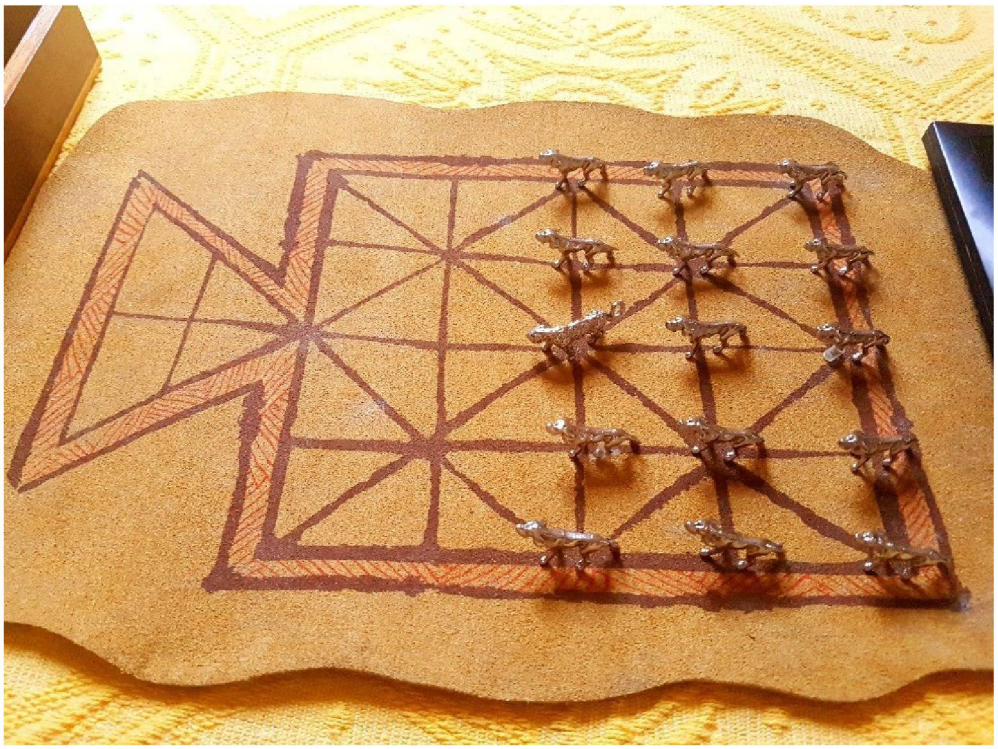
FONTE: ROMANCINI, 2019.

No que concerne aos jogos de tabuleiro a sua história remonta ao século 31 a.C. O jogo chamado de "O Jogo Real de Ur" é o achado mais antigo no campo dos tabuleiros. E apesar de não se ter as regras, ou mesmo o nome pelo qual era conhecido, pelas tabuletas se sabe que os jogadores utilizavam dados para chegar até o fim do caminho. No século VI surgiram jogos tidos como clássicos como o Gamão, originalmente um jogo persa, chamado de Nard, que foi renomeado no século XVIII na Inglaterra, onde também ganhou um sistema de pontuação. E o Xadrez criado na Índia em que se podia mover uma peça de cada vez. Apenas em 1849 que este jogo foi padronizado. No século XII, na França surgiu o jogo das Damas, que misturou o tabuleiro do xadrez com as peças do gamão.

No Brasil, jogos de tabuleiro foram criados antes da chegada dos portugueses ao nosso território. O jogo de estratégia conhecido como Jogo do Adugo ou Jogo da Onça, criado pelos indígenas usando um tabuleiro que pode ser desenhado na terra, é composto por um quadrado principal e um triângulo ligado a um dos lados do quadrado. Cada figura geométrica é cortada por linhas retas - horizontais, verticais e diagonais - formando novos quadrados e triângulos no interior do tabuleiro. As "casas" do tabuleiro são as intersecções dessas linhas. Temos um total de 31 casas. As peças do jogo são de dois tipos, uma peça representando a onça e 14 peças representando os cachorros. Jogado em duplas tem por objetivos: o jogador que tem a peça da onça deve capturar seis cachorros ou o jogador que tem as peças de cachorros cercar a peça da onça, impossibilitando a peça de movimentar-se. As peças podem se movimentar por todos as intersecções do tabuleiro, a peça da onça deve sempre começar no centro do tabuleiro e tem a habilidade de saltar sobre outras peças para capturá-las. As peças dos cachorros só movimentam-se nas linhas do tabuleiro e não capturam peças. Segundo Ferreira, Vinha, Fassheber, Tagliari e Ugarte (2005, p.35) os jogos e a participação dos jogadores indígenas está carregada de significados e promove experiências que são incorporadas pelo grupo e pelo indivíduo. Segue imagem do tabuleiro e das peças[68]

[68] A imagem foi retirada do site Ludopedia. Disponível em:<https://www.ludopedia.com.br/jogo/jogo-da-onca/imagens/123073> Acessado em: 07/09/2020

FIGURA 12 - JOGO DA ONÇA: TABULEIRO E PEÇAS.



FONTE: LUDOPEDIA (S/D)

Assim, como foi importante para os jogos de cartas, a criação da imprensa foi imprescindível para a expansão dos jogos de tabuleiro. Mas foi nas últimas décadas do século XX que o mercado de jogos de tabuleiro teve uma nova expansão com jogos que se concentravam mais na estratégia do que na sorte e tinham uma duração menor das partidas. Como o jogo Colonizadores de Catan feito por Klaus Teuber em 1996 e distribuído pela Mayfar Games. Estes jogos também inseriram o tabuleiro feito por peças como do Carcassonne criado em 2000 por Klaus- Jürgen Wrede e vendido pela Rio Grande Games. Além disso, os jogos de tabuleiro foram para as plataformas digitais.

A tipologia estrutural dos jogos de tabuleiro, segundo Mann (2015) tem 16 categorias. A primeira diz respeito ao estilo e pode ser: Euro (Jogos com baixa dependência de sorte e mecânicas bem elaboradas); Simulações históricas (jogos de guerra) e jogos para a família. O segundo é o tema e ainda que muitos jogos tenham vários temas, um é o principal e pode ser: Civilização, guerra, política, economia, fantasia, horror, ficção científica, super-heróis, aventuras, viagens, arqueologia, conflitos animais, pesquisa científica, desenvolvimento intelectual, crime, espionagem, corrida e viagem, vida pessoal, romance, jogo de palavras, abstrato.

O terceiro componente é a interação é pode ser dividido em: Modo Básico com cooperação versus conflito; e nos submodos: puramente cooperativo (todos ganham ou perdem), Semicooperativo (a equipe ganha, mas um jogador é o principal vitorioso); semicooperativo com traidores, equipes, equipe pública veris oculta, um contra muitos, todos por si e História sem vencedor. O quarto elemento é o jogador que pode ser de um a 12. A duração do jogo é o quinto elemento e pode ir de dez minutos até mais de oito horas ou os limites de tempo real. O sexto elemento é a complexidade do jogo que pode ser simples para jogadores sem experiência alguma no mundo dos jogos; com dificuldade pequena, média (com estratégias mais complexas e ensinável em uma ou duas horas); maior dificuldade e jogo complexo. A complexidade pode ser representada pela classificação pelas idades dos jogadores. O sétimo elemento são os componentes do jogo e podem ser dos mais variáveis como mapas, tabuleiros, cartas, contadores, peças, miniaturas, regras, folhas de pontuação, dados, saco, taça, marcadores, etc,.

O oitavo componente é como o jogo termina, ou seja, as condições de vitória e podem ser por objetivos específicos do jogador, metas por equipe, mais pontos, maioria dos recursos, conclusão de um mapa, eliminação de oponentes, solução de um mistério. A escala é o nono elemento e versa sobre a tática seres contra máquinas individuais, grupos versos sistemas, ou nenhuma escala. O décimo elemento é o período histórico que pode ser qualquer um do presente, passado ou futuro ou nenhum. O espaço surge como o décimo primeiro elemento e pode ser quadrado, hexágono, áreas, pontos.

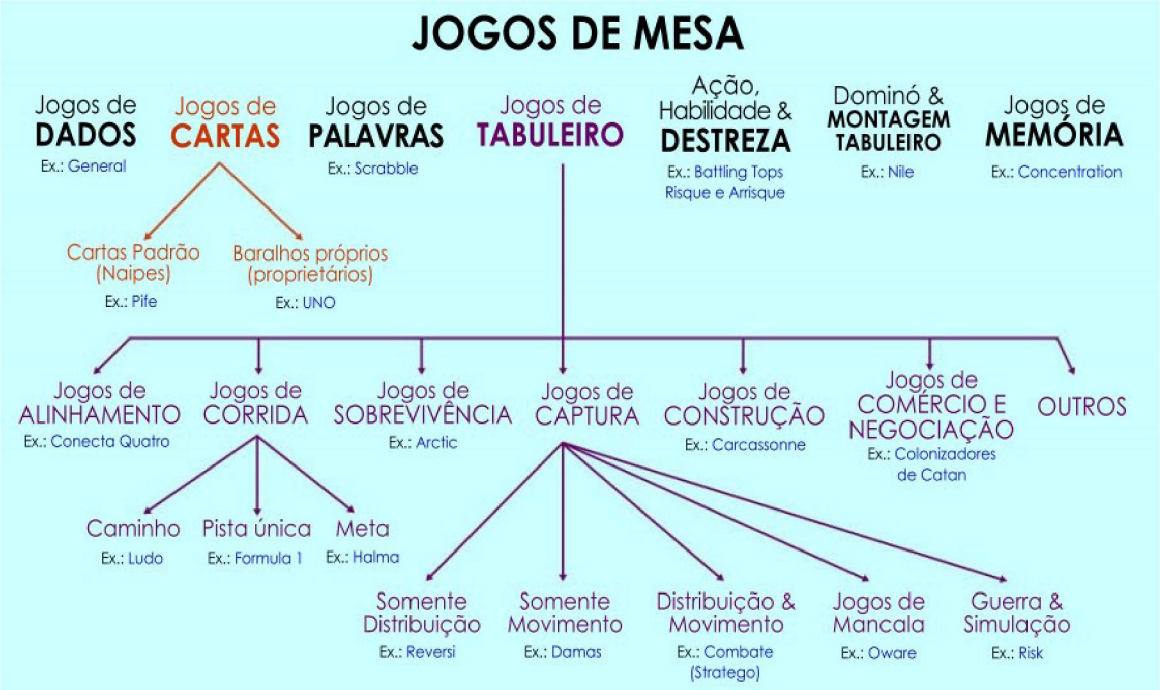
Os movimentos do jogo podem ser instantâneos, variáveis, idênticos, gastos com cartas, despesa com pontos, dependendo de dados, outro dispositivo ou de recursos. A aleatoriedade também é um elemento dos jogos e pode ser feito por meio de dados, cartas, girador, cartões ocultos, saco de tecido. Como décimo quarto elemento temos a informação que pode ser completa como no Xadrez, semicompleta, limitada (o jogador sabe de suas informações, mas do seu oponente apenas baseia-se em suposições dentro do limite do jogo) ou indisponíveis (o jogador não sabe nada do seu oponente).

As duas últimas categorias versam sobre a mecânica de jogo e a resolução de conflitos. As mecânicas dos jogos podem ser por movimento, contador ou peça, colocação de cartão, trabalhador, puxar cartas, construção de baralhos, elaboração de cenários, desenhos, pontos de ação, desenvolvimento de recursos, exploração, rota, leilão, negociação, dedução, conflitos, blefe, destreza, narrativas, habilidade artística, adivinhação, memória. Na resolução

de conflitos podemos ter a absoluta como no xadrez, vitórias em maior número, rolagem de dados, bloqueio de jogadores, cartas especias de ataque e defesa, votação e destreza.

Romancini (2019) a partir do estudo de Whitehill (2008) apresenta uma tipologia dos jogos de mesa e as suas subdivisões que esclarece em dois elementos: o tipo e o objetivo dos jogos de tabuleiro.

QUADRO 2 : TIPOLOGIA DOS JOGOS DE MESA



FONTE: ROMANCINI, 2019.

Seguindo as referências clássicas da Teoria de Jogos ainda se pode incluir na conceituação e objetivos do jogo a dimensão entre o jogador e o jogo. Hans Georg Gadamer escreveu no capítulo "A ontologia da obra de arte e seu significado hermenêutico" em seu livro "Verdade e Método" (1960) a discussão sobre a experiência estética contribuindo para a percepção da relação entre jogador e jogo. Para ele, em diálogo com Huizinga, há diferença entre jogar e o comportamento do jogador. Segundo FRAGOSO E AMARO (2018) para Gadamer "O prazer do jogador deriva do fato de que o ato de jogar não é sério, mas o jogo tem sua própria seriedade. Essa é a 'seriedade sagrada do jogo', talvez a mais famosa afirmação do autor sobre o assunto."

No concernente ao campo de estudos de jogos foi apenas no final da década de 1990 e no início do século XXI que a Teoria de Jogos ou *Games Studies* vivenciou uma expansão, com pesquisas, formação de associações e revistas sobre a temática. Surgiram associações e revistas sobre a temática. Como campo interdisciplinar com pesquisadores e acadêmicos de uma infinidade de áreas, pode-se segundo Aarseth (2006) identificar cinco tradições de pesquisa que tratam de elementos relacionados ao jogo: Teoria dos Jogos do campo das exatas (matemática e economia) pesquisa as situações de competição; a Psicologia e a Pedagogia que estudam os aspectos cognitivos; a Educação que volta-se para os jogos como instrumentos de aprendizagem; a História que os estuda os jogos como fontes históricas; e à Filosofia do Esporte com abordagens próprias da área de Educação Física.

No campo historiográfico, os estudos sobre a ludicidade e jogos percorreram dois caminhos, um sobre o estudo da historicidade dos jogos e o outro, segundo LOPES (2019), que compreende os jogos como instrumento de ensino. Caminho discutido pela pedagogia há pelo menos 2.500 anos com Platão, e no século XX por estudiosos como Piaget e Vigotsky, entre outros. Estes estudos têm apontado a relevância dos jogos para o ensino e aprendizagem, pois através deles é possível desenvolver habilidades e potencialidades específicas que estimulam a concentração e o desenvolvimento cognitivo do jogador/aluno

Na historiografia a tese de doutorado de 2004 do americano Kurt Squire é um marco sobre os estudos de jogos e História. O autor analisou um jogo eletrônico e a sua aplicação no ensino. No Brasil, a ludologia na historiografia é uma subárea explorada por poucos historiadores (LOPES, 2019, pp. 02-03). E dentro dela as temáticas de jogos de tabuleiro e de cartas é ainda menor, mas têm aparecido como assunto central em dissertações, teses e revistas acadêmicas. Podemos citar entre os autores que tratam dos jogos e ensino de História, Marcello Paniz Giacomoni e Fernando Seffner que estudam a relação e a aplicabilidade dos jogos com temática histórica. Uma importante referência nesse campo é o livro "Jogos e Ensino de História" publicado em 2013 por Giacomoni e Nilton Mullet Pereira que traz a colaboração de vários autores sobre a temática.[69] Assim, como é a revista acadêmica "História e Histórias" do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília que publicou o dossiê "O Lúdico e a História: caminhos de pesquisa e ensino"[70] publicada no primeiro semestre de 2019. Outro campo que se tem debruçado sobre a temática é dos

---

[69] GIACOMONI, M. P; PEREIRA, N. M. (Org). **Jogos e ensino de história.** Porto Alegre: Evangraf, 2013.

[70] LOPES, A. P. L. (Org) **Dôssie:** O Lúdico e a História: caminhos de pesquisa e ensino. Revista História e Histórias volume 7, número 13, jan. Jun. 2019.

Mestrados Profissionais como o do Programa ProfHistória. Um exemplo é a dissertação "À Luta Camaradas! A Greve Geral de 1917- São Paulo: Ensino de História e análises de conjuntura através de um jogo de tabuleiro moderno" de Mateus Pinho Bernardes defendida em 2015 na UFSC.[71] Campo no qual este trabalho também se insere.

4.2 JOGOS NA SALA DE AULA

4.2.1 Pesquisa sobre jogos na sala de aula

Para a criação dos jogos primeiro refletiu-se sobre os jogos em sala de aula, na experiência dos estudantes com os jogos e nas suas expectativas. Para compreendermos essa dimensão que os jogos têm para os discentes aplicamos um questionário com sete questões para os 48 estudantes (27 do sexo feminino e 20 do sexo masculino) do 9º ano do Ensino Fundamental- Anos Finais de um Colégio do Campo situado na cidade de São José dos Pinhais. As primeiras questões versaram sobre os hábitos de jogos dos estudantes e as últimas sobre suas expectativas para a aplicação de um jogo criado com conteúdo histórico.

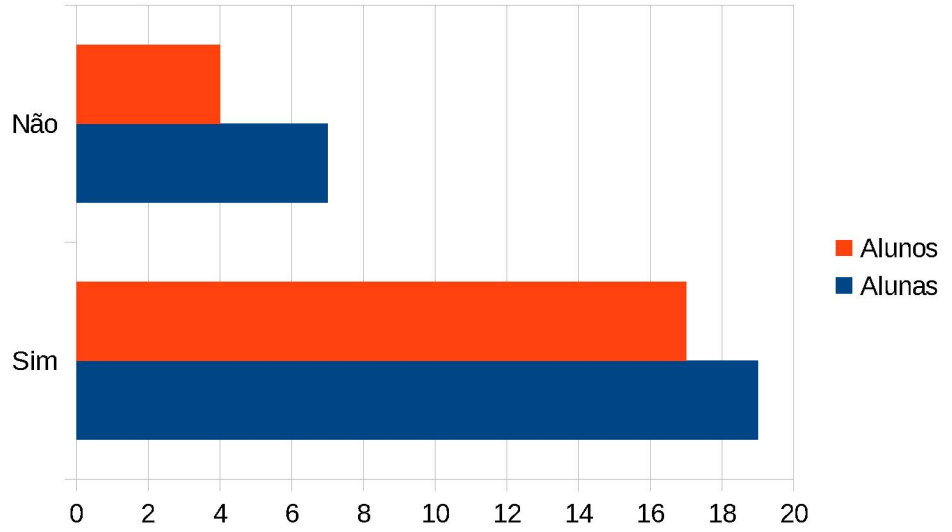
A primeira questão inquiriu se os alunos costumam jogar jogos de tabuleiro.[72] No total, dos 47 alunos, 36 jogam. Das 27 alunas 19 jogam e entre os 20 alunos 17 jogam, indicando que os meninos jogam mais. O que pode ser resultado que eles destinam mais tempo ao entretenimento, enquanto o tempo das meninas é dedicado aos afazeres domésticos. Pode-se conferir o resultado no gráfico abaixo:

---

[71] BERNARDES, M.P. **À Luta Camaradas! A Greve Geral de 1917-** São Paulo: Ensino de História e análises de conjuntura através de um jogo de tabuleiro moderno. Dissertação do Programa ProfHistória da UFSC, 2017.

[72] Inicialmente tínhamos por objetivo a criação de jogos de tabuleiro e por isso essa pesquisa com os estudantes, tem o enfoque nestes jogos.

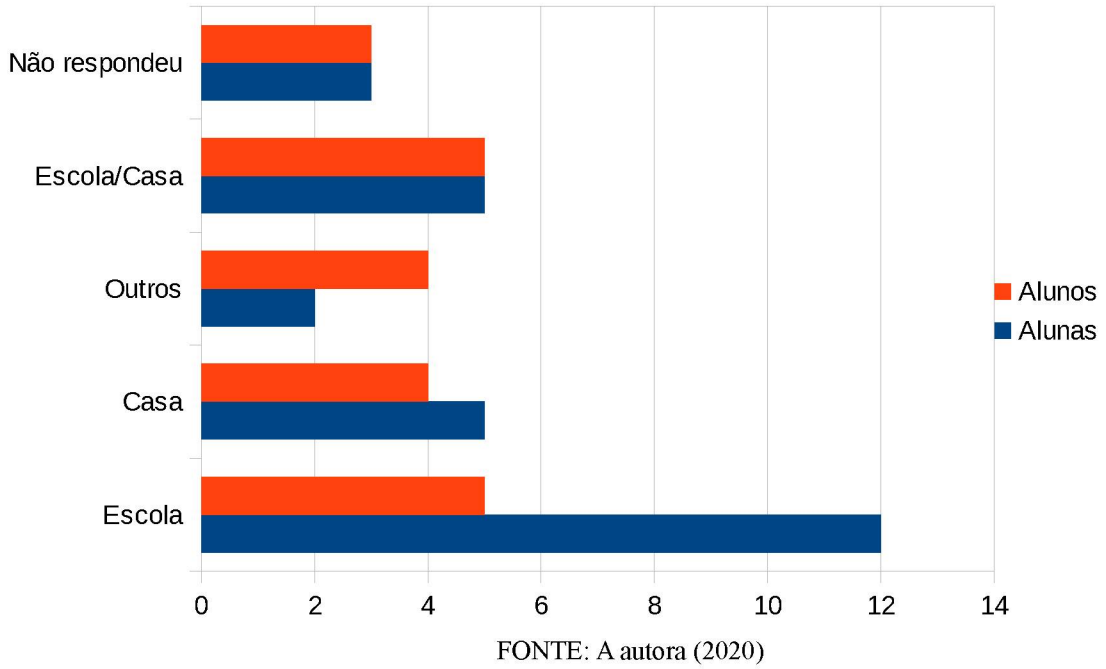
GRÁFICO 3 - VOCÊ JOGA ALGUM TIPO DE JOGO DE TABULEIRO?



FONTE: A autora (2020)

A segunda questão abordou os lugares que os alunos costumam jogar. Foram listados dois lugares, em casa e na escola, e ainda os alunos poderiam escrever seu outro lugar de jogo. Era nosso intuito, nesta questão, perceber em qual lugar os alunos têm mais contado com os jogos e se no caso da escola em qual momento/disciplina.

GRÁFICO 4 - EM QUAIS LUGARES VOCÊ COSTUMA JOGAR?



FONTE: A autora (2020)

Essa questão revelou primeiramente que uma grande parcela dos estudantes têm como lugar principal de jogo o ambiente escolar, principalmente as alunas. Dos 48 discentes apenas dez alunas e nove alunos assinalaram que jogam também em casa. Apenas quatro discentes responderam que jogam em outros lugares como casa de amigos e no ginásio.

O ambiente escolar foi a escolha de 27 alunos, mas eles jogam quando? Em qual disciplina? As alunas responderam que jogavam na aula de Educação Física (10 alunas) e quando tinham aula vaga (7). Já os oito alunos responderam que jogam nas aulas de Educação Física e dois quando os professores faltam. Isso revela que o jogo não é utilizado como uma ferramenta pedagógica para as disciplinas além da disciplina Educação Física, mas sim é utilizada como um mero passatempo para o momento em que se tem aula vaga, sem qualquer outro tipo de intuito, somente o jogo por jogar e esperar bater o sinal para a próxima aula.

A pergunta três questionou quais jogos os alunos tinham conhecimento e hábito de jogar. Foram listados aqueles que os alunos têm acesso na escola: Xadrez, Damas, Detetive, Monopólio e deixamos espaço para que os alunos escrevessem outros jogos que costumam jogar em outros espaços.

TABELA 10 - QUAIS JOGOS DE TABULEIRO COSTUMA JOGAR?

Jogos	**Alunas**	**Alunos**
Xadrez	16	16
Damas	5	2
Detetive	6	4
Monopólio	11	3
Outros	3	2
Não respondeu	5	4

FONTE: A autora (2020)

Os alunos poderiam assinalar todas as alternativas e ainda escrever outros jogos. No total, dos 48 alunos, 32 jogam xadrez. O monopólio apareceu em segundo lugar para as alunas. Foram listados ainda como jogos que os alunos têm em casa o Jogo da Vida, Trilha e Mega Dicas.

Entrando no campo das aulas de História questionou-se aos discentes se eles jogaram algum jogo de tabuleiro com a temática de História. Apenas três alunas responderam afirmativamente, relataram que jogaram na escola, eram jogos feitos pelo professor, dentro da

temática do Xadrez e que gostaram de jogar. Dentre os alunos, todos responderam que nunca jogaram jogos de tabuleiro com a temática histórica.

A quinta questão versou sobre a credibilidade dos fatos históricos de um jogo. Perguntados se acreditam que os fatos históricos de um jogo de tabuleiro são verdadeiros, 26 alunos responderam afirmativamente sendo 13 alunas e 13 alunos. Inquiridos das causas de sua crença apontaram para a criação dos jogos, pois "O jogo pode ter sido criado em cima de uma história real" (L. 13 anos, feminino). E também ressaltaram os elementos dos jogos pedagógicos que para o aluno L. de 14 anos "são criados para nos ajudar a aprender, então são feitos com fatos reais." Já para 23 discentes, sendo 8 alunas e 15 alunos os fatos históricos de um jogo são ficcionais. Para o aluno V. de 14 anos "por serem jogos criados para vender, eles usam a história como querem, para dar sentido ao jogo". Para a aluna A de 14 anos, "a história de um jogo é apenas ficção."

Questionados se aprenderiam um conteúdo histórico se fosse apresentado em forma de jogo responderam afirmativamente, apenas cinco alunos (duas alunas e três alunos) que apontaram que não conseguiriam aprender, no entanto não apontaram os motivos de sua negação. Mas os alunos que responderam com afirmação a essa pergunta listaram entre os motivos principais: a diversão como para a aluna P. de 14 anos quando respondeu que "ficaria mais interessada, porque o conteúdo ficaria mais divertido." Diversão, assim que se aliaria ao conhecimento, trazendo uma aula com dinâmica diferente, como apontou o aluno R de 13 anos "seria mais fácil de aprender". Para alguns alunos a perspectiva do jogo aliado ao conteúdo faria com que entendessem melhor, pois conforme a aluna V. de 13 anos "aprenderia mais rápido jogando".

Quatro discentes apontaram para outra dimensão da aplicação dos jogos em sala de aula para o conteúdo de História. A aluna K de 14 anos afirmou que aprenderia ao jogar, "porque faria com que imaginasse como era naquela época" em que se passa o jogo. Já para o aluno S de 14 anos aliaria o conteúdo "a prática (do jogo) explicando a vida na história." Já para G de 13 anos (masculino) aprenderia o conteúdo através das informações que o jogo proporcionaria e também pelas estratégias do jogo que usaria para vencer. Estes estudantes apontaram para um elemento importante dos jogos para a educação que é o "transporte" durante o jogo do estudante para dentro do contexto histórico (círculo mágico do jogo) que Giacomoni (2015) em diálogo com Huizinga aponta como essencial e central para a inserção dos jogos na disciplina.

A última questão proposta buscou saber dos alunos em quais lugares buscavam informações sobe o tema de um jogo de tabuleiro ambientado em um período histórico, sendo os sites especializados sobre os jogos a principal resposta.

De modo geral, as respostas trouxeram em suas entrelinhas em sentimento de entusiasmo pela expectativa de usar jogos para aprender os conteúdos históricos, por causa da quebra da rotina das aulas, baseadas em quadro, livro, caderno e por aliarem os jogos ao divertimento, e também por acreditarem que seria uma forma mais acessível e rápida de compreender os conteúdos. E ainda que apenas quatro alunos tenham indicado a possibilidade da imersão no jogo/regras do jogo para compreender os conteúdos é significativo que o tenham feito.

4.2.2 Jogos de Cartas e de Tabuleiro nas aulas de História.

Diante da importância mercadológica que aponta não só o crescimento dos lucros das empresas, mas também a inserção destes jogos no cotidiano das pessoas, é importante para os pesquisadores e professores conhecerem os jogos que, segundo Eucídio Pimenta Arruda, justamente por serem objetos de consumo sintonizados com a cultura juvenil, constituem-se como documentos históricos e, como tal, carregam referenciais culturais, intenções mercadológicas e ideologias políticas. (ARRUDA, 2011, p.193) Por outro lado, tornam-se importantes ferramentas de ensino aprendizagem nas salas de aula, por aliar a ludicidade com a construção do conhecimento, como os próprios alunos apontaram.

No Ensino de História, no Brasil, os jogos de cartas e de tabuleiro e sua imbricação com a educação têm aparecido de forma tímida como temática central em dissertações, teses e revistas acadêmicas. No entanto, apesar de termos estudos sobre jogos de tabuleiro e História, a temática feminismo pelo viés dos jogos de cartas e de tabuleiro e História é uma possibilidade quase inédita.

No meio acadêmico, nas últimas décadas, vários foram os trabalhos com a temática de jogos. Estes estudos têm apontado a relação dos jogos com o ensino e a aprendizagem, como potencializadora no desenvolvimento de habilidades específicas que estimulam a concentração e o desenvolvimento cognitivo dos estudantes/jogadores(as). Pois, através da simulação dos jogos a aprendizagem pode ser divertida e, além disso, o jogador(a) pode aprender através do erro, ter uma aprendizagem personalizada, motivação, a não memorização

e a não humilhação pelo erro. Tornando a aula mais atrativas e interessantes para os alunos, promovendo uma aprendizagem mais significativa através de atividades instigantes e desafiadoras.

Pode-se indicar também que o trabalho com jogos em sala de aula pode servir a vários objetivos e dependerá do jogo escolhido e suas possibilidades para a aprendizagem. Entre os objetivos que podem ser almejados pelo docente para a disciplina de História têm-se fixar conceitos, revisar ou mesmo avaliar os conteúdos trabalhados, desenvolver habilidades como classificar, selecionar, comparar, analisar, planejar, argumentar, negociar, levantar hipóteses, buscar dados, refletir e discutir sobre o tema, compreensão de conceitos históricos como a temporalidade, a simultaneidade, as permanências e as transformações. (FERMIANO, 2005, p.05) Além disso, o jogo pode ser um meio para o conhecimento de sujeitos históricos que estão à margem da história e dos livros didáticos como é caso das feministas.

A abordagem das temáticas por meio da ferramenta de ensino-aprendizagem jogo torna-se relevante, como conteúdo para a construção do conhecimento histórico, mas principalmente para a prática de uma educação crítica. Como meio de aprendizagem, o jogos de mesa trazem o elemento lúdico, que seguindo as características do jogo de Huizinga (2000), permitem que o aluno possa trabalhar de forma independente, flexível, aprendendo e interagindo com o grupo, mas de forma séria que imerge o jogador numa realidade outra. Giacomoni (2013) compreende que no contexto escolar o jogo imerso nos aspectos lúdicos pode gerar significados, experiências, imagens, imaginação e representações. A aprendizagem por meio da utilização de jogos de tabuleiro, segundo o historiador Giacomoni (2013, p.20) acontece numa realidade abstrata do jogo, no espaço imprevisível, fundado por um tabuleiro e algumas peças, em que os alunos podem percorrer a dupla função do jogo: a luta por alguma coisa ou a representação de alguma coisa e podem também confundir-se de tal modo que o jogo passa a representar uma luta, ou torna-se uma luta para melhor representação de alguma coisa. Mais que uma realidade falsa, há um deslocamento, uma realização de uma aparência: imaginação no sentido original. Assim, alunas e alunos podem percorrer a dupla função do jogo e inserir-se numa realidade outra das lutas e conquistas feministas. Pois, torna o conteúdo compreensível ao fazer que os alunos fiquem imersos em outra realidade, especialmente quando precisam jogar dentro das regras do jogo impostas pelo contexto histórico representado no jogo e possam construir o conhecimento entre àquela realidade e a sua.

Conjuntamente aos objetivos de ensino e aprendizagem deve-se considerar o aspecto lúdico da inserção dos jogos em sala de aula. Esse aspecto tão desejado e que foi sentido nas respostas dos meus colaboradores. Giacomoni traduziu bem esse sentimento dos jogos nas aulas de História, pois

> Jogar na aula de História é um belo exercício amoroso. Uma vez que o jogo pressupõe uma entrega ao movimento absoluto da brincadeira e que jogar implica um deslocamento. Um deslocamento do espaço, da ordem, das medidas, dos horários, das imposições disciplinares, da avaliação, das provas, numa palavra, da obrigação. Neste contexto e levando em conta o que nos ensina Johan Huizinga, "o jogo não é vida 'corrente' nem vida 'real'. Pelo contrário, trata-se de uma evasão da vida 'real' para uma esfera temporária de atividade com orientação própria" (2000, p.11), jogar é desobrigar-se das utilidades da sala de aula. Jogar é instalar-se na passagem, em um intervalo do nosso cotidiano. Estar desobrigado a "estar" e comungar com um eu que vai sendo outro, numa continuidade que não se mede, nem se estabelece ordem, nem autor. Jogar consiste mesmo, então, em brincar. Uma brincadeira com o tempo, numa instalação mesma no que divide passado e futuro. Sempre apontando à conservação do passado e à espera do futuro. O jogo é o próprio ato. É brincar em ato, nem uma forma que antecede a brincadeira, nem um resultado esperado que se dívida do próprio ato de brincar e, então, que ao se jogar, se instala no próprio ato criativo, na passagem de um "não-saber ao saber". Nesse ato de jogar, os estudantes estão na origem dos conceitos, pois que ali, no ato, conceitos históricos se gestam e passam a dar forma à vida, aos modos de vida, aos antigos presentes. Nesse limitado e isolado tempo, lançando mãos às palavras de Huizinga (2000, p. 13), tudo é movimento, mudança, alternância, sucessão, associação, separação. Um espaço para o imprevisível. Mas um imprevisível que forma conceitos, forma uma capacidade de ler tanto realidades muitas vezes distantes no espaço e no tempo, como outras muito próximas da nossa. (GIACOMONI, 2013, p. 19)

O ato de jogar ao desencadear essas sensações de entrega, deslocamento e desobrigação entremeados pelo prazer do próprio ato pode tornar-se um facilitador para o trabalho com temas considerados áridos ou polêmicos. Uma vez que, segundo Henry Juchen, o jogo pode mudar a relação do estudante com o tema. (JUCHEN, 2018, p.02) Despertado o interesse pelo jogo, esse alimentaria o interesse pelo conteúdo da aula, transferindo para a aula a atenção, a concentração e o envolvimento exigidos pelo jogo. Outra dimensão do jogo no estudo de temas áridos seria o elemento empatia que pode ser despertado ao apresentar os personagens do jogo dentro do contexto histórico propiciando que os estudantes compreendam melhor a temática.

Já para Adriana Carvalho os jogos constituem estratégias que para além de ajudar na construção e apropriação dos conteúdos, promovem a sociabilidade e estimulam tanto o espírito de competição quanto de cooperação. (CARVALHO, 2017, p.25) Entretanto, é necessário que os jogos tenham um equilíbrio entre sua função lúdica que propicia a diversão

e prazer e sua função educativa. (KISHMOTO, 2011, p. 112) O desiquilíbrio acarreta que muitos docentes deixam de usar os jogos como ferramentas de aprendizagem por falta de formação e informação sobre os jogos, mas também pelo desconforto de sair da rotina, para adentrar em uma pretensa indisciplina que a inclusão dos jogos pode trazer. No entanto, ressalta-se que jogo em sala de aula não é sinônimo de indisciplina e descumprimento de regras, mas de envolvimento dos estudantes/jogadores com essas ferramentas. Cainelli e Alegro (1998, p. 83) apontaram a raiz do preconceito ao uso dos jogos pode estar enraizado na sua associação ao riso, na não-seriedade, uma vez que, especialmente na disciplina de História pelas atribuições de formação dos indivíduos, espera-se um ambiente de seriedade, esforço, silêncio e exclui-se o prazer do brincar e da descoberta.

Como ferramenta de ensino-aprendizagem os jogos em sala de aula necessitam do intermediador/professor e apresentam vantagens e desvantagens de sua utilização. Carvalho (2017, p.33) desenvolveu um quadro em que lista as vantagens, mas também as desvantagens da utilização dos jogos em sala de aula. Entre as desvantagens pode-se citar a escolha imprópria do jogo para o conteúdo trabalhado, a inexistência de jogos com a temática procurada ou ainda o alto valor dos jogos comerciais. Ressalta-se ainda que jogos criados para fins educacionais, por vezes carecem de dinâmicas que prendam o jogador/estudante, de um *layout* que chame a atenção ou que tenha pouca jogabilidade reduzindo o seu uso em sala de aula. O professor deve atentar-se também ao escolher o jogo e no ato de jogar de não optar por jogos apenas pelo jogo, a menos que esse seja seu objetivo, e nem destruir a ludicidade do jogo ao interferir constantemente durante o ato dos estudantes de jogar. Pois, a aprendizagem pode dar-se antes do jogo, intermediada pelo docente e o estudante utilizará seu conhecimento para o jogo. Durante o jogo ao analisar, comparar, selecionar e depois do jogo ao examinar com o professor o contexto histórico, as estratégias usadas ou o próprio jogo como representante de um período histórico. Mas quebrar insistentemente a magia do jogo e não deixar que se jogue quando a ferramenta do ensino e aprendizagem é o jogo retira o propósito da própria escolha da intermediação do conhecimento.

O ato de jogar também mexe com a rotina da sala de aula com a necessidade de redistribuição espacial e a demanda de um maior tempo para o conteúdo trabalhado. Assim é necessária a escolha de jogos que possibilitem o término das partidas dentro da hora-aula. E o docente deve estar preparado para os ruídos que antecedem, duram e sucedem as partidas, desde a arrumação da sala, a torcida e vaias, afinal o jogo compreende desafios e lida com a

competição. Aliado a isso pode existir estudantes que recusem-se a entrar na dinâmica dos jogos. Apesar, do jogo ter como característica a adesão voluntária ao levá-lo para dentro da sala, de certa forma estamos a "obrigar" os estudantes a jogá-lo. Assim, pode-se ter que pensar em outras metodologias para aqueles que não queiram jogar.

A lista de vantagens da inserção dos jogos nas aulas também é vasta. Compreende o elemento motivação e propicia a participação ativa dos estudantes na formação do seu próprio conhecimento de forma significativa e pela descoberta. Quando utilizado após o desenvolvimento de um conteúdo pode ser um meio de compreensão do professor sobre conteúdos que não foram compreendidos e por outro lado, ajudar na construção do conhecimento. Outro elemento é a aprendizagem a partir do erro, pois o ato de jogar dá ao estudante a oportunidade de errar sem consequências e aprender com o erro, pois na próxima rodada ou partida ele recomeça. Essa oportunidade de superar desafios e refazer as tarefas serve de elemento motivador tanto para o jogo quanto para a aprendizagem do conteúdo, pois quanto mais ele compreende o conteúdo melhor ele se sai nas partidas. A inserção dos jogos possibilita a inclusão de estudantes que apresentam dificuldades de aprendizagem, principalmente aqueles jogos que são colaborativos. Essa é mais uma das vantagens dos jogos, ao propiciar um ambiente de interação social e desenvolvimento de relações afetivas. (CARVALHO,2017, p.33)

Pode-se ainda citar que esse recurso pode ser facilmente manuseado, impresso e criado para o uso em sala de aula que geralmente carecem de estruturas tecnológicas. E os estudantes podem ser os criadores desses jogos sobre os conteúdos. O desafio pode ser em dobro, criar e jogar. Como Seffner (2013, pp.34-35) aponta que toda atividade, inclusive o jogo deve gerar uma produção autoral própria, que pode ser outro jogo, ou uma história em quadrinhos, uma música, uma produção escrita ou em desenho. Além de ressaltar a dialogicidade entre os estudantes e professores como fator importante para estimular a argumentação e confrontação de pontos de vistas proporcionada pela experiência do jogo.

4.3 JOGOS DE CARTAS E DE TABULEIRO: NA HISTÓRIA DO FEMINISMO

Uma outra dimensão do estudo de jogos pela historiografia é a subárea dentro da ludologia, o estudo de jogos históricos. Segundo Lopez (2018, p. 03) localiza-se a origem dessa área no estudo do norte-americano William Uricchio, 'Simulation, history, and computer games', publicado em 2005 como um dos capítulos do Handbook of Computer Game Studies. Em que o autor foi além da questão do ensino ou da questão simplificadora de saber se o jogo era fiel a realidade histórica, mas sim "analisou os jogos como uma 'forma' de historiografia, buscando compreender as características e implicações desse modo de fazer história, incluindo as teorias históricas que os jogos – com frequência inconscientemente – expressavam" (LOPES, 2018, p.03) Pois, como afirma Huizinga (2000) o jogo é um elemento *da* cultura, mas também é um elemento *na* cultura e como documentos históricos são produtos não neutros que carregam referenciais culturais, intenções pedagógicas, mercadológicas e ideologias políticas. Neste capítulo listamos alguns jogos que fazem parte da história do feminismo, ainda que britânico, e também jogos com viés feminista do século XXI. No entanto, não é nosso objetivo fazer uma análise historiográfica, mas sim perceber a produção e a mecânica dos jogos e assim apresentar possibilidades de jogos sobre as mulheres aos docentes de história.

Os jogos criados neste trabalho são inspirados nos jogos criados pelo movimento sufragista britânico, Women's Social and Political Union (WSPU). Entre 1907 e 1912 o movimento lançou jogos de cartas, de tabuleiros e quebra-cabeça. Abertamente políticos, segundo Renee Shelby esses jogos serviam a um objetivo duplo, ao entretenimento e à arrecadação de fundos para o movimento, mas principalmente promoviam a propaganda feminista. Jogos com temática da desobediência civil e violência política uniam realismo histórico e idealismo de gênero ao permitir "aos jogadores não apenas reconstituir os tipos de confrontos violentos em que a WSPU realmente se envolveu, mas também jogar e mudar a dinâmica de poder da vida real que existia entre as sufragistas e o governo." (SHELBY, 2019, n.p)

A criação de jogos incluiu os jogos de cartas Suffragette (1907), Panko (1909) e Holloway (1908). O jogo de cartas The Game of Suffragette é considerado o primeiro jogo sufragista e foi anunciado no jornal do WSPU em novembro de 1907. O objetivo era obter maior quantidade de votos ao compor um conjunto de cartas, cada conjunto valia uma

quantidade de pontos diferente. As cartas continham perguntas e respostas, muitos com fotos de sufragistas e os conjuntos aludiam as situações das feministas como, “Piecrust Principles”, “Broken Promises”, “The Sensational Press”. No verso das cartas estampava uma mulher segurando uma cédula de voto. Segue-se a fac-símile do jogo que encontra-se na Universidade de Oxford:[73]

FIGURA 13 - CAIXA E CARTAS DO JOGO THE GAME OF SUFFRAGETTE.

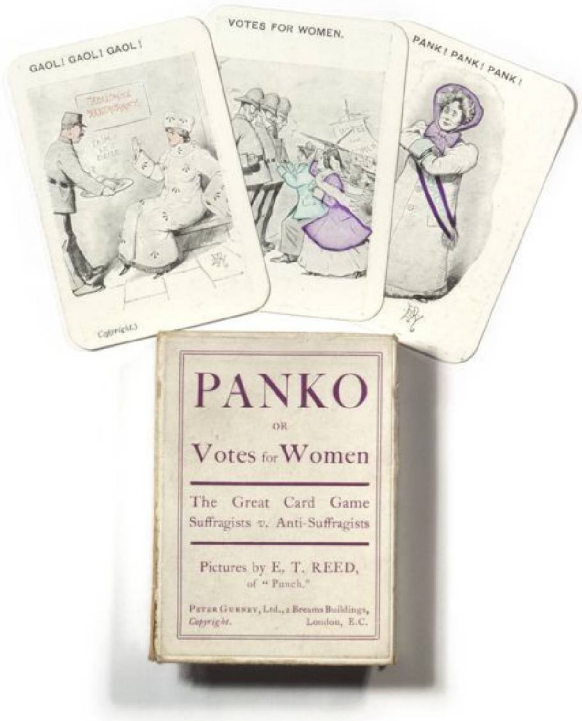


FONTE: BIBLIOTECAS BODLEIAN - UNIVERSIDADE DE OXFORD (2016)

[73]“ A exposição "Playing with History Display comemora a nova coleção de jogos de tabuleiro e passatempos de Bodleian,” site das bibliotecas Bodleian de 7 de janeiro de 2016. Disponível em: <https://www.bodleian.ox.ac.uk/johnson/news-archive/news/jan -07 > Acessado em: 01/09/2020

O jogo de cartas Panko (Votes for Women) de 1909 nomeado em homenagem a Emmeline Pankhurst era vendido por dois xelins e foi o jogo mais popular das sufragistas, sendo vendido inclusive por comerciantes independentes. Era composto por 48 cartas divididas em seis naipes de valores diferentes. Podia ser jogado por quatro a oito jogadores que dividiam-se entre sufragistas e anti sufragistas. O objetivo era compor um naipe completo de seis cartas, mas o jogador sufragistas podia apenas compor seu naipe com cartas sufragistas, assim como seu adversário. Os jogadores podiam negociar as cartas entre si. Ao completar o seu naipe o jogador deveria gritar as palavras do naipe, como Votes for Women, ou os anti sufragistas "Prision, Prision, Prision". Ganhava o grupo que marcasse 100 pontos primeiro. Outro jogo de carta criado é Holloway ou Votes for Women (1909) nomeado em homenagem a prisão em que muitas sufragistas foram encarceradas, apresentava cartas com imagens e perguntas sobre sufragistas. [74]

FIGURA 14 - CAIXA E CARTAS DO JOGO PANKO OR VOTES FOR WOMEN (1909)

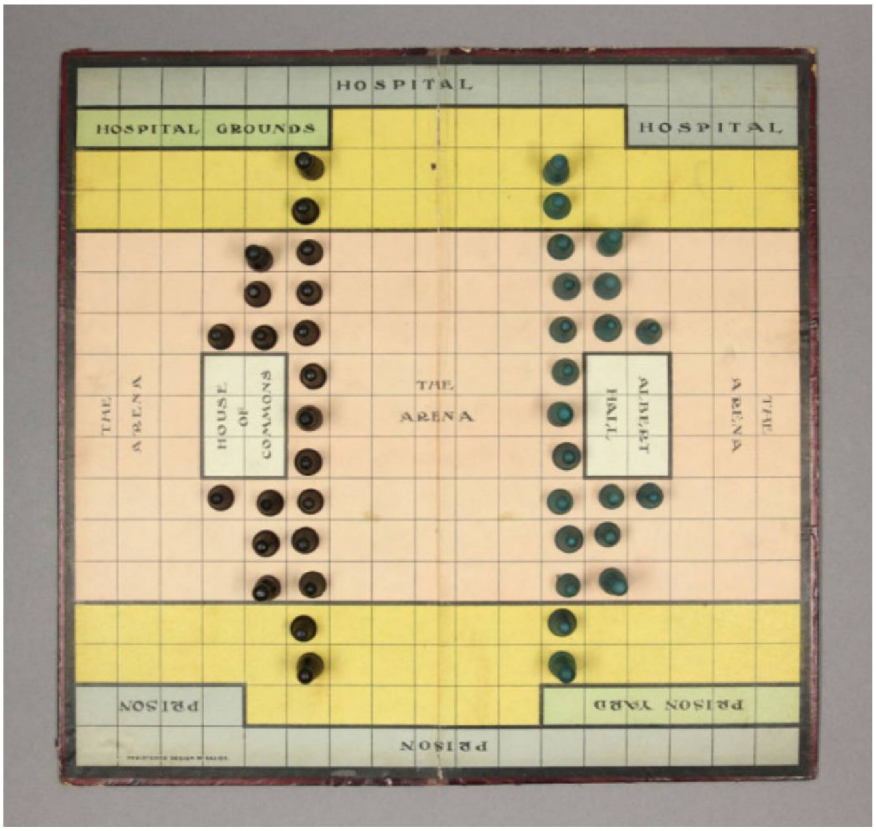


FONTE: DAVID M. RUBENSTEIN RARE BOOK & MANUSCRIPT LIBRARY AT DUKE UNIVERSITY, 2012

[74] Fac-símile da caixa e das cartas, disponível no site da David M. Rubenstein Rare Book & Manuscript Library at Duke University, adquiridas em 2012. Disponível em:< https://blogs.library.duke.edu/rubenstein/2012/04/09/new-acquisition-panko-playing-cards/> Acessado em: 01/09/2020.

Entre os jogos de tabuleiro feministas temos Suffragetto criado em 1907. Formado por um tabuleiro organizado em quatro seções, 21 peças representando as sufragistas e 21 peças representando policiais. No jogo de estratégia com mecânica parecida com o jogo de damas, os policiais têm a tarefa de interromper a reunião das sufragistas em Albert Hall, ao mesmo tempo que impedem que as sufragistas entrem no Parlamento. Já as sufragistas devem guardar a sua reunião e entrar no Parlamento. O primeiro grupo que conseguir introduzir seis peças no prédio guardado por seus oponentes vence o jogo. As peças que são capturadas vão para a prisão, no caso das sufragistas e para o hospital no caso dos policiais. Shelby (2019) afirma que este jogo espelhava a política de resistência abraçada pela WSPU, um feminismo físico que promovia a aprendizagem da auto-defesa das mulheres formando uma guarda-costas feminista, inclusive com aulas de jiu-jitsu e armadas com tacos para proteger as líderes do movimento.

FIGURA 15 - TABULEIRO DO JOGO SUFFRAGETTO (1907)



FONTE: SHELBY, 2019

Em 1908 foi lançado o jogo de tabuleiro Pank-a-Squith (1908) que foi nomeado combinando os nomes de Emmeline Pankhurst fundadora do WSPU e do primeiro-ministro inglês Herbert Henry Asquith. Com tabuleiro ilustrado em forma de espiral, poderia ser jogado por dois a seis jogadores em que cada um escolhia uma sufragista (peças em metal) e movia sua peça por meio da sorte dos dados. O jogo tinha como objetivo que uma sufragista fosse de sua casa até a Câmara dos Comuns. Para tanto deveria percorrer 50 quadrados que continham obstáculos como na casa 20 em que a sufragista era presa pela polícia, ia para a prisão e perdia a sua vez no jogo. [75]

FIGURA 16 - TABULEIRO, PEÇAS E REGRAS DO JOGO DE PANK-A-SQUITH



FONTE: MUSEUM OF LONDON, 2012

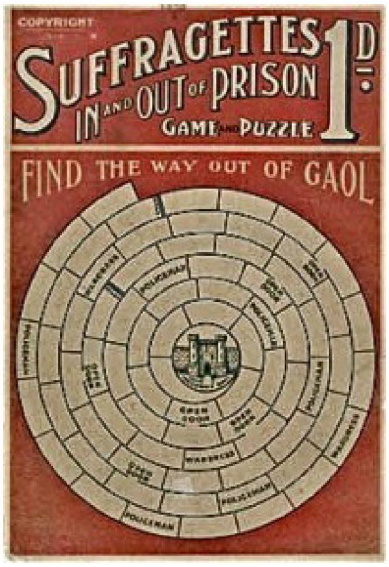
Outro jogo com mecânica parecida com o anterior é o "Suffragettes In and Out of Prision" de 1909 tinha como objetivo que os jogadores saíssem do grande labirinto da prisão de Holloway. Foi lançado pelo fabricante Whitworth Hird Ltd. de Londres. [76]

---

[75] Fac-smíle do tabuleiro e das peças do jogo.
Disponível em: < museumoflondonprints.com/image/195316/womens-social-and-political-union-pank-a-squith-board-game-1909> Acessado em: 01/09/2020

[76] Fac-smíle do tabuleiro. Disponível em:<https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Suffragettes_In_and_Out_of_Prison_game,_c._1908._(22791713511).jpg#/media/File:Suffragettes_In_and_Out_of_Prison_game,_c._1908._(22791713511).jpg> Acessado em 01/09/2020

FIGURA 17 - TABULEIRO DO JOGO SUFFRAGETTES IN AND OUT OF PRISION (1909)



FONTE: BIBLIOTECA LSE.

No campo do entretenimento, outros produtos também foram criados. Mais indicado para os adultos do que para as crianças foi criado o The Suffragette Puzzle (1908) que tem como temática o sufrágio feminino e o objetivo é levar o pino que representa o projeto de lei para dentro o Parlamento passando pelos policiais. Usando o pino da Suffragette em seu vestido laranja e preto que é magnetizado o jogador deve levar o pino das leis através da porta da frente e colocá-lo em posição vertical na mesa dos palestrantes. Escondido sob a "porta e a mesa" estão ímãs que dificultam o trajeto. Faziam parte dessa estratégia que unia a diversão, vendas e propaganda do movimento feminista inglês, brinquedos como o Elusive Christabel de 1912 criado pela Flashograph Company. Segundo Shelby (2019, n.p) esse brinquedo satirizava a incapacidade da polícia em capturar Christabel Pankhurst que fugiu para a França em 1912. Muitos outros artefatos e brinquedos com a temática sufragista foram produzidos e vendidos, como bonecas e caixas surpresa.

No mercado de jogos de cartas e de tabuleiro atual pode-se encontrar jogos com temática feminista também. No entanto, sem grande apelo comercial dificilmente são encontramos nas prateleiras junto a jogos conhecidos. Esses jogos com temática pró-social são produções, geralmente desenvolvidas em projetos acadêmicos e/ou de políticas públicas. Surgem também de iniciativas de indivíduos ou grupos em prol de conscientização da sua causa. Destas características temos que a sua distribuição/venda também é limitada. Fica restrita ao âmbito que foi idealizada, seja escolar, da área da saúde; ou ainda depende do seu

próprio investimento e é geralmente distribuído pelo criador. Encontramos também jogos que são distribuídos gratuitamente na internet, mas embora estejam na rede podem não alcançar os usuários.

Um exemplo de jogo produzido e vendido por sua idealizadora é a reelaboração do jogo Cara-a-Cara pelo viés feminista. "Who's she?" foi criado pela designer polonesa Zuzia Kozerska-Girard em 2018. Variação do Guess Who? o jogador deve descobrir quem é a personalidade feminina através de dicas, que nesse caso não são sobre a aparência, mas sim sobre os feitos de mulheres como Frida Kahlo e a ativista Malala. Segundo a criadora "É tudo sobre suas aventuras, não sua aparência! Feito para inspirar." [77]

FIGURA 18 - TABULEIRO DO JOGO WHO'S SHE? (2018)



FONTE: GIRARD, 2018

Outro exemplo, agora nacional, é o jogo de cartas inspirado no tarô, "Mulheres Inspiradoras" criado pela fotógrafa Ana Rita Mayer. O conjunto tem 42 cartas e pode ser jogado sozinho ou em grupo. As cartas trazem mulheres de várias épocas e características que as simbolizam. Segundo Mayer "quanto mais próximas do tempo atual, mais inspiradoras são, ao mesmo tempo que as mais antigas são muito instigantes por terem enfrentado períodos mais difíceis." [78]

---

[77] O projeto estava disponível no site Klickstarte para angariar fundos para produção e foi lançado em 2019. Disponível em: < https://www.kickstarter.com/projects/playeress/whos-she-a-guessing-game-about-extraordinary-women?> Acessado em:01/09/2020.

[78] O jogo de cartas está disponível para compra no site ELO 7. Disponível em:< https://www.elo7.com.br/baralho-mulheres-e-seus-poderes-de-transformacao/dp/CC61C5> Acessado em:01/09/2020

FIGURA 19 - CARTAS DO JOGO MULHERES INSPIRADORAS



FONTE: LA GARTA AUTOCONHECIMENTO

Entre os jogos produzidos dentro de programas acadêmicos e/ou de políticas públicas podemos citar o jogo de tabuleiro "Violetas" criado em 2016 e o jogo de cartas "Vidas Violetas". Foram desenvolvidos dentro do programa RECRIAR-SE/NESPROM da Universidade de Brasília. O RECRIAR-SE é uma linha de pesquisa que alia a arte, lúdico e tecnologias educativas para a saúde e está ligado ao Núcleo de Estudos da Educação e Promoção da Sáude (Nesprom/Ceam). Estes jogos foram desenvolvidos com foco em pessoas que atuam no atendimento de mulheres em situação de violência.

O jogo de tabuleiro Violetas: Cinema & Ação no enfrentamento da violência contra a mulher foi lançado em 2016 numa parceira entre as professoras Rosa Maria Godoy da USP e Maria Raquel Pires da UnB. O jogo é cooperativo e de estratégia e tem por objetivo vencer a violência que se espalha pelas cidades brasileiras. Os personagens são educador/pesquisador, operador de direito, integrante de políticas públicas e cidadã(o) no movimento de mulheres. Os jogadores precisam responder questões relacionados ao tema ambientadas em cenas de filmes, além de realizarem jogadas em defesa da cidadania. Vence quem conquistar quatro tokens que conseguem ao acumular cartas com acerto de questões ou quando cercam as fichas de violência no tabuleiro. Já o jogo de cartas Vidas Violetas: um jogo em que as mulheres dão as cartas foi lançado em 2020 e idealizado por Maria Raquel Pires. O jogo consiste em inventar uma história usando os elementos das cartas que têm nas mãos. Ganha o jogo quem

conseguir baixar todas as suas cartas e colocar o seu final na história narrada. As frases são inspiradas em mulheres como Maria da Penha, Angela Davis e Madonna.[79]

FIGURA 20- TABULEIRO E PEÇAS DO JOGO VIOLETAS



FONTE: RECRIAR/NESPRON

FIGURA 21 - CAIXA E CARTAS DO JOGO VIDAS VIOLETAS



FONTE: RECRIAR/NESPRON

[79] Disponíveis em<https://recriarse.lojavirtualnuvem.com.br/produtos/vidas-violetas-um-jogo-em-que-as-mulheres-dao-as-cartas/> Acessado em:01/09/2020

No campo das políticas públicas, o "Jogo do Espelho" foi criado em 2015 pela policial Denice Santiago fundadora da Ronda Maria da Penha da Polícia Militar da Bahia, como uma estratégia para que as mulheres pudessem se perceber como vítimas de agressão e tomassem coragem para procurar ajuda. Com tabuleiro em forma do símbolo do feminismo em que cada cor relaciona-se com uma violência contra a mulher, as jogadoras avançam nas casas por meio de dados e conforme a casa pegam cartas que as farão refletir e identificar a situação de violência em que se encontram.[80]

FIGURA 22- TABULEIRO DO JOGO DO ESPELHO



FONTE: REILSTAB, LEÃO, 2018

No meio acadêmico os jogos com temática sobre as mulheres vêm de muitas áreas como a sociologia, a história, do curso de design. Como o jogo de cartas "Mulheres na História" (2017) fruto do trabalho de conclusão de curso de Fernanda Vieira Nunes dos

[80] Em artigo para o Jornal Estadão da Bahia de autoria de Relllstab e Leão em 10/1212018. Intitulado Major Denice e seu jogo contra a violência. Disponível em: <https://arte.estadao.com.br/focas/capitu/materia/major-denice-e-seu-jogo-contra-a-violencia-domestica.> Acesso em:01 de set. de 2020.

Santos no curso de design da USP. O jogo se propõe a trazer a luz as mulheres que foram apagadas da história.

FIGURA 23 - CARTAS DO JOGO MULHERES NA HISTÓRIA



FONTE: SANTOS, 2017.

O potencial dos jogos de levar mensagens também é explorado por grupos de feministas. O jogo da memória "Brincando e Aprendendo com mulheres memoráveis" (2020) foi criado por graduandas do curso de Fisioterapia da Universidade de Brasília. O jogo é composto de dez pares de cartas em que nove são de pensadoras negras representadas como super-heroínas e um par de cartas bônus que enfatiza o feminismo negro.[81]

FIGURA 24- PAR DE CARTAS DO JOGO DA MEMÓRIA BRINCANDO E APRENDENDO.



FONTE: MOVIMENTO NEGRO, FEMINISMO E EDUCAÇÃO, 2020.

[81] Disponível em:<https://filosofialudica202.wixsite.com/fife/post/jogo-da-mem%C3%B3ria-brincando-e-aprendendo-com-mulheres-memor%C3%A1veis> Acessado em:01/09/2020.

Percorreu-se nesse capítulo as características dos jogos, suas tipologias e inserção em sala de aula, tanto pela perspectiva dos discentes, quanto pela bibliografia de estudiosos sobre a temática. Igualmente perpassou-se uma gama de jogos que tem por tema o feminismo/mulher. Desse percurso munimo-nos para a criação dos jogos sobre o feminismo no Brasil: um jogo inspirado nos tabuleiros das suffragettes com perguntas e respostas, dos jogos de cartas escolheu-se criar um jogo da memória com os rostos das feministas para que elas sejam conhecidas; um jogo de cartas com conquistas das mulheres e um jogo que os estudantes possas imergir em outra realidade/contexto histórico. Apresenta-se estes jogos, a sua metologia de criação destes jogos.

5 A LUTA NÃO ACABOU: CRIAÇÃO DE JOGOS SOBRE O FEMINISMO BRASILEIRO

O desenvolvimento dos jogos de cartas e de tabuleiro foi o resultado de todo o percurso deste trabalho que passou pela reflexão sobre o trabalho docente a partir dos questionários dos discentes, pela história do feminismo dentro e fora de sala de aula e pela escolha dos instrumentos de aprendizagem. Escolhido o jogo como suporte da aprendizagem, procuramos entender o que significa jogo, as suas tipologias e os jogos que tem por temática o feminismo. Adentrou-se então as possibilidades que o jogo traz para o ensino de História. Foram criados três jogos de cartas e um jogo de tabuleiro que contemplam tanto dinâmicas simples, quanto complexas: o jogo de cartas MEMÓRIA FEMINISTA que traz para a sala de aula a biografia e as lutas das feministas brasileiras; o jogo de cartas LINHA DO TEMPO DAS CONQUISTAS E DIREITOS DAS MULHERES desde o século XIX até o XXI; o jogo de cartas JUNTE-SE À LUTA: DERROTE OS PRECONCEITOS CONTRA AS MULHERES que através de cartas ação e desafios levam os (as) estudantes/jogadores(as) a utilizar estratégias que as feministas usaram e usam contra os preconceitos; e o jogo de tabuleiro NO CAMINHO DO FEMINISMO: É VERDADE OU MENTIRA em que os estudantes/jogadores vão caminhando pelo tabuleiro enquanto refletem sobre o que é o feminismo, mas igualmente importante, sobre o que ele não é e as mentiras, as conhecidas *"fake news"* que circulam sobre o feminismo.

Estes jogos foram produzidos a partir das concepções da Teoria de Jogos (*Game Studies)* principalmente na obra de Huizinga (2000) Homo Ludens sobre as características dos jogos, na tipologia dos jogos de tabuleiro, segundo Mann (2015) e no livro "Como fazer jogos de tabuleiro: Manual Prático" (2018) de Marcelo La Carretta. Para a parte pedagógica dos jogos para o ensino de História pautamo-nos no texto de Marcello Paniz Giacomoni, "Guia de produção de jogos no Ensino de História (2015)", no capítulo "Aprender e ensinar história: como jogar com isso?" (2013) de Fernando Seffner. Atentando-nos para os seguintes critérios: Objetivos, superfície, dinâmica, regras e layout.

No critério sobre os objetivos pautamo-nos em dois tipos: os objetivos dos jogos e os objetivos pedagógicos, como Giacomoni (2015) afirma estes devem andar juntos. No concernente aos objetivos pedagógicos, para além da temática do feminismo os estudantes podem desenvolver os conceitos de temporalidade, simultaneidade de acontecimentos, além

das habilidades de "classificar, seriar, sintetizar, comparar, observar, imaginar, criar, analisar, levantar hipóteses, buscar dados, aplicar princípios do que se estudou em outras situações, planejar e discutir."(FERMIANO, 2005, p.05) Para os objetivos de cada jogo partiu-se de uma das seguintes questões que foram levantadas a partir do questionário aplicado aos discentes do 9º ano: O que é o feminismo? Quem são as feministas brasileiras? Quais são as lutas e as estratégias feministas? Quais são os preconceitos que as mulheres sofreram e sofrem? Quais são as conquistas das mulheres brasileiras?

O quesito superfície de ação é onde o jogo se desenvolve. No jogo "Junte-se a luta: Derrote os preconceitos contra as mulheres" o desenvolvimento dá-se em vários momentos históricos, pois as cartas que devem ser derrotadas estão datadas. A ideia é de imersão, ou ainda de "transporte" do estudante em outra realidade para compreender e "vivenciar os conflitos" dentro de contextos históricos brasileiros. Como Giacomoni em diálogo com Huizinga apontou o jogo pode assumir a sua dupla função: a luta por alguma coisa ou a representação de alguma coisa e podem também confundir-se de tal modo que o jogo passa a representar uma luta, ou torna-se uma luta para melhor representação de alguma coisa. (2013) Nos outros jogos a função dá-se pela luta por alguma coisa e a superfície de ação escolhidas são as cartas e no caso do jogo "No caminho do feminismo" o tabuleiro em forma do símbolo do feminismo. Assim o (a) jogador(a)/estudante reflete sobre o conhecimento histórico ao avançar pelo tabuleiro, ao combinar e selecionar as cartas.

No quesito dinâmica considera-se o tempo e o funcionamento do jogo. Em relação ao tempo como Giacomoni (2015) aponta pode ser com rodadas ou turnos, sequências livres ou pela ação do professor. Levamos em conta para a criação dos jogos a delimitação temporal para serem aplicados em sala de aula. Primeiramente, por uma questão de ordem prática, a duração do jogo não pode ultrapassar a duração da aula, nestes jogos eles não ultrapassam 30 minutos. Posto que um jogo de duração muito longa pode ser simplesmente interrompido no meio pelo sinal de troca de professores e toda a lógica que se estava construindo se perde. Em segundo, que jogos com partidas mais curtas trariam experiências variadas uma vez que os estudantes poderiam jogar diferentes jogos no espaço de uma aula. No entanto, sabedores do tempo que cada conteúdo dispõe, por causa do extensíssimo currículo de história para o 9º ano o fator de jogabilidade, de ter a capacidade de repetição de partidas, foi um fator que não atentamos. Ainda que os professores e estudantes possam incluir novas cartas, dinâmicas e regras aos jogos e assim aumentar a sua jogabilidade.

A questão de funcionamento dos jogos dá-se por diversas formas que perpassam estratégias e ações facilmente aprendidas e provavelmente já conhecidas como a combinação e seleção de cartas, avanço no tabuleiro por meio de questões, seleção de cartas como estratégia e cumprir desafios por meio de ações dos alunos/jogadores.

Da dinâmica e do funcionamento pode-se refletir duas questões em relação ao jogador(a)/estudante e o ato de jogar: o jogo como princípio de liberdade e a ausência de riscos.

O jogo como princípio da liberdade se presume a uma participação voluntária dos jogadores.(HUIZINGA, 2000, p.10) Essa característica trouxe questões fundamentais para se pensar em jogos em ambientes escolares. Refletiu-se que o jogo pedagógico proposto em sala de aula tem a participação dos estudantes, de certa forma, "obrigatória", desrespeitaríamos o primeiro princípio de Huizinga, posto não ser uma escolha livre, torna-se uma imitação do ato de jogar. Essa "obrigatoriedade" dificultaria a aplicação e compreensão dos jogos? Uma possível recusa dos estudantes estaria ligada a temática sobre gênero? Ao refletir sobre a questão e compreendendo que segundo Mary Flanagan e Helen Nissenbaum no livro Vaues at Play: valores em jogos digitais (2016) jogos com questões pró-sociais podem trazer uma recusa, inclusive inconsciente e agir no sentido contrário ao objetivo central optamos por trazer nos jogos a incorporação da presença dos jogadores femininos e masculinos nas dinâmicas sem que fosse específica para as alunas e criar jogos com diferentes formas, dinâmicas e níveis de dificuldades.

O outro fator como Giacomoni (2015) aponta, o ato de jogar tem como uma de suas características a ausência de riscos. Assim, a experimentação dos jogos são estimulados, pois não teme-se as consequências, aprende-se com os erros e cria-se novas estratégias para as futuras rodadas. Para o professor tanto os acertos como os erros durante as partidas dos jogos tornam-se pontos para a reflexão sobre a temática.

O quarto critério dos jogos são as regras. Para Huizinga (2000) o jogo cria ordem e é ordem, todo jogo tem suas regras e este fato cria coerência e traz uma experiência estética e de tensão. "O jogo é tenso" (2000, p.14) há um esforço para levar ao jogo até seu desenlace que o jogador pretende. Esse elemento chega ao extremo em jogos de azar e competições esportivas. Para o autor, a tensão no jogo confere um certo valor ético na medida em que são postas à prova as qualidades do jogador. Porque mesmo com muita vontade de ganhar deve-se seguir as regras do jogo que são absolutas e não permitem discussão. A desobediência às

regras implica na derrocada do mundo do jogo. O jogo acaba. Para a criação das regras ponderou-se que fossem simples e na medida do possível que os estuantes já as conhecessem, mas que em conjunto com a delimitação temporal, espacial e temática construíssem um ambiente em que o (a) estudante/jogador(a) pudesse sentir-se "transportado" para outras épocas e/ou refletir sobre elas. Assim criamos regras claras e objetivas para que os alunos possam entendê-las, mas também jogos com diferentes graus de dificuldade e interação, pensando que as turmas são heterogêneas, com alunos com diferentes graus de dificuldade.

Apesar de apenas um jogo ter sido desenvolvida para ser jogado em duplas, todos os jogos podem ser adaptados para serem jogados em grupo. A interação é um elemento importante para a formação dos grupos sociais (HUIZINGA, 2000, p.16) e da aprendizagem, pois, remete a ideia que o conhecimento se desenvolve em meio ao trabalho coletivo, da construção da valorização do grupo e do sentimento de pertencimento. Pois, no jogo em grupo temos um ambiente que todos têm acesso as regras, todos têm um lugar nesse espaço (concreto ou imaginado), todos têm importância nas fases do jogo.

No quesito *layout*, Giacomoni (2015) lembra-nos que os elementos gráficos tornam-se importantes na medida que queremos que o estudante/jogador fique imerso naquela realidade que o jogo possibilita. Nesse sentido, para a produção das cartas, tabuleiro, peças e caixas atentamo-nos para inserir fotos reais das feministas, ilustrações que remetessem ao contexto histórico que representam, imagens e signos que remetessem ao feminismo. Para tanto, utilizou-se imagens vetoriais do agregador de conteúdos criativos FREEPIK[82] que reúne milhares de arquivos, inclusive com download gratuito em que se pode fazer modificações nas imagens. As imagens gratuitas têm como regra para a sua utilização a atribuição através do logo e do link de acesso. Para os assinantes do site é possível não utilizar o logo.

Utilizou-se também imagens/fotos das feministas, na sua maioria com licença CC (Criative Commons) que permitem a cópia e o compartilhamento de conteúdo desde que atribua-se ao criador original. Parte das fotos foram retiradas do Wikimedia[83] - Projeto multilinguístico mantido pela Fundação Wikimedia com o objetivo de ser um repositório de imagens e de outras mídias livres. Parte das imagens são de domínio público quando nenhum tipo de direito de propriedade intelectual se aplica dado que o autor original a tenha perdido, expirado ou expressamente renunciado. É importante ressaltar que estes jogos não têm

---

82 Site do agregador de conteúdos criativos. Disponível em:<https://br.freepik.com/> Acesso em: 05 de fev. de 2021

83 Site da Wikimedia. Disponível em:<https://commons.wikimedia.org/wiki/Main_Page> Acesso em: 05 de fev. de 2021

nenhum fim comercial e portanto as imagens utilizadas não serão vendidas e não haverá nenhum tipo de lucros com elas. Destinam-se apenas a fins educativos e gratuitos.

Quanto ao material e as formas de caixas, tabuleiro e cartas seguiu-se as orientações propostas por Marcelo La Carreta (2018). Primeiramente que sejam fáceis de reprodução, todas as páginas podem ser impressas em folhas de tamanho A4, ainda que o tabuleiro pode ser em A3. Em relação ao tamanho das cartas, não seguimos os tamanhos padrões, mas sim o aproveitamento das folhas A4 e também da própria carta para que pudéssemos inserir informações pertinentes ao assunto tratado.

Para a impressão La Carreta (2018, p. 141) propõe para o tabuleiro papel adesivo para aplicação em superfície mais dura, ou ainda tecido que permite um melhor acabamento. Para as cartas a melhor opção é a utilização do papel couchê e laminação da impressão para maior resistência, além do uso de sleeves que protegem as cartas. No entanto, por causa do contexto pandêmico e das ações de segurança da saúde, encontrou-se duas outras opções: pode-se colocar fita adesiva transparente nas cartas ou a plastificação. Principalmente se o docente decidir imprimir as cartas coloridas, a plastificação garantirá que o jogo tenha uma vida útil muito maior. A plastificação pode ser feita por meio da plastificadora, mas pode-se plastificar apenas comprando a folha de polaseal e utilizando um ferro de passar roupa. Na plastificação, não é necessária a utilização de um papel com gramatura alta ou um tipo específico, pode-se utilizar o papel sulfite, no entanto a impressão não pode ser frente e verso na mesma folha, pois pode comprometer a carta, podendo-se ver de um lado para o outro. Para resolver basta imprimir frente e verso em cada folha e colar. Apesar dos jogos terem sido produzidos coloridos para remeter aos jogos comerciais e ter um apelo visual aos alunos a impressão em preto e branco funciona muito bem. Para as peças que são utilizadas no jogo de tabuleiro, La Carreta (2018) aponta que peões podem ser feitos de praticamente qualquer material, desde papelão, botões de camisa, até restos de peças de marcenaria, ou ainda peças de outros jogos, como peões do jogo de xadrez que podem ser facilmente customizados que foi a alternativa aqui escolhida.

Em cada jogo é disponibilizado cartas em branco para que estudantes e professores possam ampliar o jogo incluindo novas informações, outras feministas, outras conquistas, outros preconceitos e estratégias afinal a luta do feminismo não acabou e está em constante transformação. Essa disponibilização segundo, Romancini (2019, p.03) dá possibilidade dos estudantes participarem de forma ativa e criativa na criação de novas cartas/peças, e aumenta

a jogabilidade, pois por certo os estudantes irão se interessar em jogar o jogo com seus acréscimos. Ou ainda produzir cartas com elementos/sujeitos de sua vivência ou história local.

Romancini ainda aponta que o valor educativo será aumentado se os materiais acessórios facilitarem a construção do conhecimento como guias e manuais que ampliem o conhecimento e tragam novas informações e estratégias para os estudantes. (ROMANCINI, 2019, p. 03) Dessa perspectiva, para a utilização dos jogos em sala de aula produziu-se um material de apoio que consiste no GUIA DOS JOGOS SOBRE O FEMINISMO BRASILEIRO que apresentaremos na Parte II deste trabalho em que descrevemos cada jogo e o modo de jogar com suas regras. Incluímos em cada jogo material complementar: no jogo da Memória Feminista consiste em uma breve biografia de cada feminista e a explicação/contextualização da frase escolhida; no jogo da Linha do Tempo incluímos resumidamente sobre as leis e conquistas e criamos uma linha do tempo; para o Jogo Junte-se à Luta contextualizamos as frases preconceituosas e um breve relato sobre as estratégias de ação das feministas; para o jogo de tabuleiro incluímos indicações bibliográficas sobre os assuntos tratados nas cartas. Por fim, incluiu-se uma sugestão de uso de cada jogo em sala de aula, além de anexarmos os componentes dos jogos e caixas. Como o guia ficou extenso, além da possibilidade da impressão optou-se também pela inclusão do código QR-CODE em que professores e discentes podem acessá-lo por meio do celular.

Para o desenvolvimento dos planos de aulas para o uso dos jogos em sala de aula partimos das orientações da BNCC. E dos critérios apontados por Fernando Seffner (2013, pp.35-36) para criar e avaliar atividades para sala de aula na disciplina de História, inserindo-os na temática do feminismo. Dessa forma atentou-se para os conceitos históricos e nomeações que ajudem os estudantes a desenvolver um vocábulo histórico, visto que nos livros didáticos que estão nas mãos dos estudantes tais termos não são esclarecidos e por vezes nem aparecem.

Articulou-se um diálogo entre o presente/a concepção dos estudantes e o passado. (SEFFNER, 2013, p.36) Primeiramente inseriu-se a temática mulher uma vez que, pelo menos, metade dos nossos estudantes não se via representado nas aulas. Em segundo, utilizou-se um grande período de tempo sobre o feminismo que abarcou os séculos XIX, XX e XXI, trazendo a trajetória do movimento e de suas lutas até os dias atuais. Ainda que por essa escolha deixamos o especificismo e abraçamos o todo, foi uma preferência ante o estudo de um fragmento sobre o feminismo.

O presente dos estudantes tem participação ativa tanto como ponto inicial deste trabalho, quando responderam o questionário sobre o feminismo e jogos e a partir da análise foram propostas as questões centrais para a criação dos jogos. Em relação à aplicação dos jogos, em geral em sala de aula sugere-se que os docentes partam do conhecimento prévio dos estudantes e de suas vivências, uma vez que as questões de gênero permeiam toda a sociedade, mas não se tem muitas oportunidades de refletir sobre elas, inclusive na escola. Falar, escutar, argumentar e refletir pode ser um bom meio de criar empatia para a inserção do tema e dos jogos. O que criaria um ambiente de boa aceitação, critério apontado por Seffner(2013, p. 37) como necessário para boa receptividade da atividade. Nesse sentido, a própria ideia do jogo como ferramenta de ensino aprendizagem, de prazer e ludicidade ajudaria a criar esse ambiente, caso o professor decida usá-lo como introdução ao conteúdo.

Seffner (2013) aponta também que toda atividade deve gerar uma produção autoral. (2013, p. 39) o ato de jogar deve ser seguido por outra atividade que pode ser a criação de outro jogo sobre a mesma temática, uma produção escrita, criação de uma história em quadrinhos debates sobre o tema, ampliação do tema, pesquisa sobre outras feministas. Seffner ressalta que o debate em sala de aula que estimula a argumentação e a confrontação de pontos de vistas é um critério que constitui um patrimônio que vincula o ensino de História com os valores políticos mais amplos que vivemos e importantes para a formação do cidadão. (SEFFNER, 2013, p.41) Inserimos como sugestão de atividade autoral dos estudantes a ampliação dos jogos com a criação de cartas complementares nos jogos.

A diversidade de fontes também foi um critério ressaltado pelo autor. (SEFFNER, 2013, p.41) Cada jogo traz possibilidades do uso de fontes, seja de trechos de livros das feministas, notícias de jornais, Leis, Músicas ou de redes sociais. Ampliando a gama de possibilidades de utilização em sala de aula.

Para a aplicação do jogo é necessária a explicação dos objetivos e critérios de aprendizagem e avaliação.(SEFFNER, 2013, p.42) Saber que o jogo tem uma finalidade de aprendizagem e que não serve apenas para a diversão. Evidentemente que o docente pode inverter os passos e deixar que os estudantes joguem para depois criar com os alunos as relações do jogo com a temática. Mas é importante que em um dado momento fique claro para os estudantes que o jogo foi levado para a sala de aula como uma ferramenta de ensino aprendizagem. No caso dos jogos aqui propostos de conhecer sobre o feminismo, de suas participantes, lutas, conquistas e preconceitos sofridos.

5.1 MEMÓRIA FEMINISTA

Se pedirmos para nossos alunos nomearem feministas brasileiras podemos ter como resposta um grande silêncio. Resultado de discursos que construíram ideias pejorativas em relação ao feminismo como um movimento que odeia os homens, destrói as famílias e a alusão de que as feministas são feias, hiper-masculinizadas e agressivas. Conjuntamente com a palavra feminismo, as feministas foram silenciadas tanto na memória coletiva quanto nos livros didáticos. Como observamos quando analisou-se os livros didáticos aprovados pelo PNLD 2020 essas mulheres são raramente citadas e quase nunca acompanha-se uma imagem delas. De forma que quando os estudantes têm seu nome, não conhecem sua imagem. Partindo dessa ideia construímos um jogo da memória em que mostramos quem foram e são as feministas brasileiras, com seus nomes e rostos, datas e locais de nascimento, suas profissões e suas causas de luta.

Portanto, esse jogo tem como objetivo de aprendizagem que os alunos conheçam algumas feministas e movimentos feministas brasileiros e suas lutas. Para isso, trazemos para a sala de aula o conceito de feminismo, 10 feministas e dois movimentos feministas brasileiros nas cartas do jogo da memória. Cada feminista citada tem duas cartas, uma com seus dados biográficos e uma carta com uma frase sua. O objetivo do jogo é selecionar e combinar o maior número de pares correspondentes.

Este jogo tem duas dinâmicas: o professor pode utilizar apenas as cartas com dados biográficos, imprimindo-as duas vezes, ou utilizar conjuntamente as cartas biográficas com as cartas frases. Para combinar as cartas o aluno terá que selecionar uma carta com os dados biográficos de uma das feministas que contém o nome, a imagem, a data de nascimento, o estado e a profissão da feminista/movimento e uma carta que tem a principal luta e uma frase dessa feminista/movimento virá-las e combiná-las.

Escolheu-se aqui representantes das ondas do feminismo brasileiro e como critério que fossem mulheres que se autoproclamaram feministas e que durante suas vidas lutaram/lutam pela causa das mulheres. Outro critério que perpassou as escolhas foi a sua inclusão nos livros didáticos de História para o 9º ano. Foram escolhidas representantes entre dezenas de mulheres que fizeram e fazem a história de lutas e conquistas no Brasil. Para a primeira onda escolhemos Nísia Floresta que escreveu o primeiro livro feminista no Brasil,

Bertha Lutz como uma das principais vozes da luta pelo voto e Maria Lacerda de Moura que clamou no início do século pela liberdade feminina.

Para a segunda onda selecionou-se a considerada matrona do feminismo brasileiro Rose Marie Muraro, importante voz sobre as mulheres na segunda onda do feminismo; a advogada das causas femininas Romy Martins Medeiros da Fonseca, autora intelectual do Estatuto da Mulher Casada e da Lei do divórcio; a representante do feminismo acadêmico e negro Lélia Gonzalez e Jacqueline Pitanguy que através do *advogancy* e da sua presidência no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDN) junto com centenas de mulheres e movimentos lutou para que em 1988 a mulher tornar-se verdadeira e legalmente cidadã. No campo das leis, também selecionou-se Maria da Penha pela sua representatividade e luta contra a violência doméstica. Tanto que nomeia a Lei 11.340/06 que foi produzida por um Consórcio de advogadas feministas.

Para a última onda consideramos mulheres que representassem as variadas faces que o feminismo tem mostrado. Assim, escolheu-se como representante do feminismo negro Djamila Ribeiro por sua militância e pelo seu alcance nesse feminismo que pode se chamar de ciberfeminismo que atinge milhares de pessoas pelas mídias sociais. Para o feminismo indígena Jôenia Wapichana eleita como a primeira deputada federal indígena que tem entre suas pautas a questão das mulheres. Entre os movimentos feministas escolheu-se aqueles que tem uma exposição midiática e expressivo número de participantes: a Marcha das Margaridas que é considerada a maior marcha da América Latina e inclui mulheres trabalhadoras rurais do campo, da floresta e das águas. E a Marcha das Vadias que nasceu como uma luta contra a cultura do assédio e do machismo que vê nas roupas, maquiagem e atitudes femininas a culpa pela violência que as mulheres sofrem. Incluiu-se também um par de cartas sobre o feminismo brasileiro com a conceituação do que é feminismo.

O jogo foi nomeado como MEMÓRIA FEMINISTA primeiramente por causa de sua dinâmica de jogo que é a seleção de cartas utilizando-se da memória e em segundo por trazer aos estudantes as histórias dos feminismos brasileiro através dessas mulheres que lutaram e lutam por direitos e contra os preconceitos. Remontamos assim, ainda que apenas por amostragem, uma vez que incluímos apenas 12 figuras do feminismo, a memória da própria história do feminismo brasileiro e relembramos de suas lutas a partir de suas vozes, de suas frases.

Memória Feminista tem como principal objetivo dar a conhecer as feministas brasileiras por meio de sua biografia e de suas vozes. Ao trabalhar com a biografia das feministas pode-se despertar o interesse dos estudantes e aproximá-los destas mulheres. Kalina Vanderlei Silva escreveu sobre a utilização das biografias no estudo de História no livro "Novos temas nas aulas de história" organizado por Carla Bassanezi Pinsky (2018). Definindo a biografia como um relato da vida de uma pessoa e um gênero interdisciplinar, a autora aponta que o gênero oferece um diálogo com o cotidiano e com "generalizado interesse pela vida privada, que reside em todos nós" (SILVA, 2018, p. 13)

A biografia pode ser utilizada como introdução a um período histórico ou representar o contexto histórico do personagem escolhido. Dado o caráter popular do gênero que desperta o interesse apresenta um meio que facilita a discussão histórica. Segundo Silva

> [...] a biografia personaliza a História que enfoca estruturas e processos amplos. E, em uma sociedade em que a individualização está por toda parte, associar contextos históricos a personagens que os alunos possam nomear, dos quais possam se recordar, é fornecer as ferramentas mais básicas para que esses estudantes possam conhecer e, mais importante, se interessar por esses momentos históricos. (SILVA, 2018, p. 17)

Deste modo ao disponibilizar a biografia das feministas com suas imagens possibilita-se que os estudantes conheçam e possam entender o contexto de lutas dessas mulheres. Uma possibilidade que os livros didáticos, na maioria das vezes não contemplam. A autora ressalta também o uso da biografia para assunto áridos, no caso do feminismo polêmico por conta do conservadorismo, tornando-os mais simpáticos quando associados a pessoas de carne e osso. (SILVA, 2018, p. 21) Aliado ao jogo a biografia destas mulheres, as aproximam dos estudantes num contexto lúdico, quando humaniza-se a explicação histórica, corporificando-a com aquelas que vivenciaram essa história.

Silva (2018, pp. 18-21) também ressalta que o uso das biografias depende tanto do interesse do professor, quanto da disponibilidade das obras e dados biográficos sobre os personagens. Sendo possível adentrar a não-neutralidade das narrativas históricas e fazer paralelos entre biografias de um mesmo período, mas de mulheres pertencentes a classe e raça diferentes. Com o objetivo que os estudantes percebam que a história do feminismo brasileiro foi e é feito por centenas de mulheres que são sujeitos históricos de suas próprias histórias, principalmente aos lhes dar voz através dos seus ditos e escritos.

Abaixo temos uma ficha técnica da MEMÓRIA FEMINISTA em que incluímos também as regras do jogo:

TABELA 11 - FICHA TÉCNICA DO JOGO MEMÓRIA FEMINISTA

FICHA TÉCNICA DO JOGO MEMÓRIA FEMINISTA	
Idade dos jogadores	+ 10 anos
Quantidade de jogadores	2 a 4
Tempo de partida	10 minutos
Mecânica de jogo	Seleção e combinação de cartas.
Quantidade de cartas	28 cartas - 14 pares.
Jogos semelhantes	Brincando e Aprendendo
Objetivo do jogo	Acumular o maior número de pares de cartas correspondentes
Objetivo de aprendizagem	Conhecer algumas feministas/movimentos feministas brasileiros e suas lutas.
Feministas/grupos citados	Nísia Floresta, Bertha Lutz, Maria Lacerda de Moura, Rose Marie Muraro, Rommy Fonseca, Jacqueline Pitanguy, Lélia Gonzalez, Maria da Penha, Djamila Ribeiro e Jôenia Wapichana., Marcha das Margaridas e Marcha das Vadias.
Preparação do jogo	Colocar sobre uma superfície todas as cartas com o verso para cima.
Regras do jogo/ Modo de jogar	1- Inicia o jogo o jogador mais novo. 2- Em seu turno cada jogador deve virar duas cartas e expôr a frente. 3- Caso as cartas sejam correspondentes o jogador guarda o par para si. E continua jogando. 4- Se o par não for correspondente, as cartas devem ser viradas e recolocadas no jogo. E o próximo jogador deve começar o seu turno de jogo. 5- Ganha quem acumular mais pares correspondentes ao final do jogo.

FONTE: A autora (2021)

5.1.1 Elementos do jogo Memória Feminista.

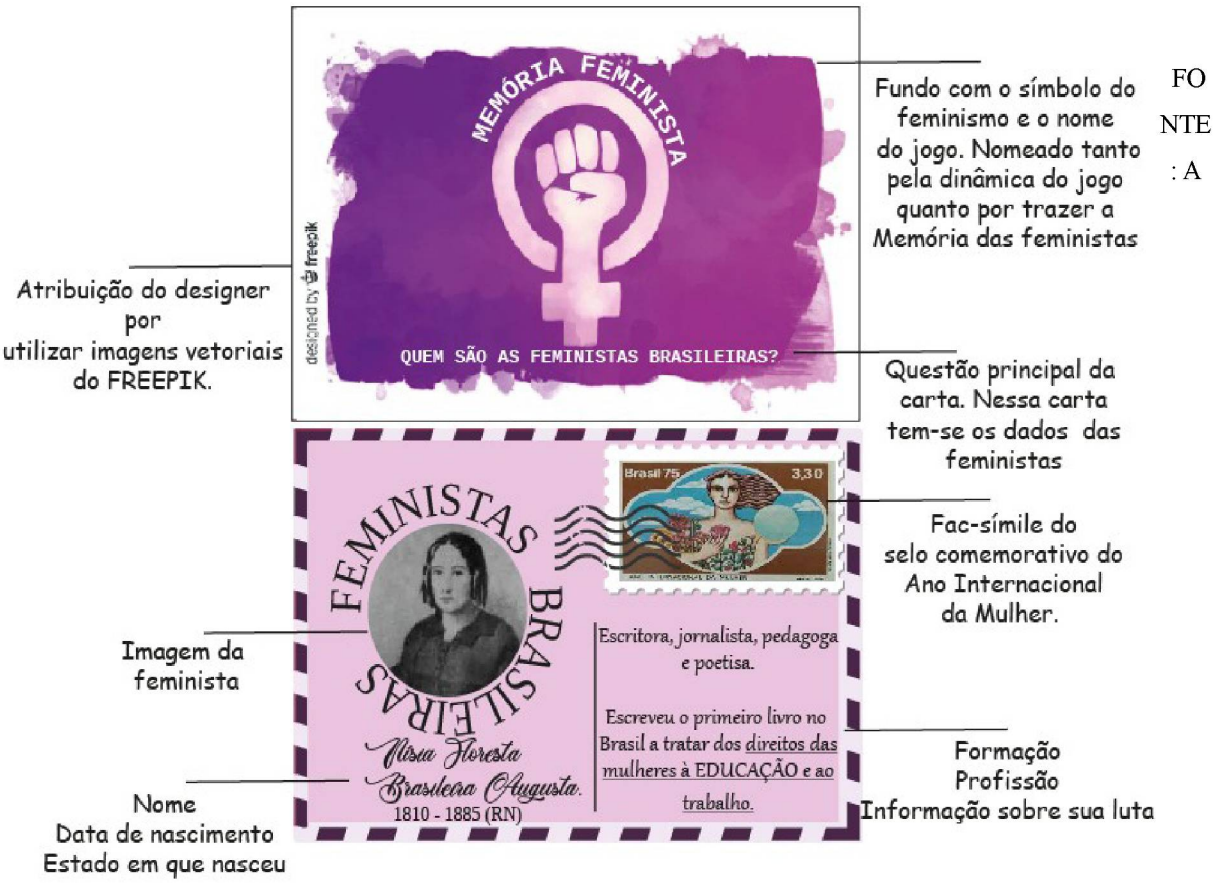
As cartas do jogo formam pares com cartas diferentes, mas que dizem respeito a uma mesma feminista/movimento. A primeira carta do par é composta pela imagem da feminista, seu nome, data de nascimento/morte, local de nascimento, sua área de formação profissão que exerce/exerceram e luta principal, ainda que essas mulheres e movimentos tenham diversas lutas. No verso das cartas utilizou-se o símbolo do feminismo com o nome do jogo e incluiu-se a questão: Quem são as feministas brasileiras?

A ideia escolhida como *layout* das cartas foi o formato que remete-se a um cartão-postal e que pudesse ser até colecionável. Incluiu-se para tanto, um fac-símile do selo

comemorativo do ano internacional da mulher 1975 produzido pela Casa da Moeda do Brasil. A cor escolhida para a frente e o verso das cartas são os tons de roxo, cor do movimento feminista. Entre as versões sobre a escolha da cor do movimento, tem-se que em 1908 Silvia Pankrust do Movimento de Sufrágio britânico afirmou que as cores utilizadas no movimento eram o lilás, o branco e o verde significando respectivamente (a nobreza inglesa, a pureza e a esperança) Diferenciando-se assim do vermelho dos partidos comunistas. Por fim, a cor lilás foi escolhida para representar o movimento feminista. Segundo Carla Cristina Garcia essa cor foi adotada em honra às mulheres que morreram em uma tecelagem norte-americana no dia 8 de março de 1857 quando o dono da fábrica, diante da greve realizada pelas operárias, ateou fogo com todas as mulheres presas dentro do prédio. “Esta história conta que os tecidos em que estavam trabalhando eram dessa cor. Outra, que esta era a cor da fumaça que saía da chaminé que se podia ver a quilômetros de distância.”(GARCIA, 2011, p. 15)

Abaixo tem-se um exemplo da frente e verso da primeira carta:

FIGURA 25- JOGO MEMÓRIA FEMINISTA -CARTA 1 -FRENTE E VERSO

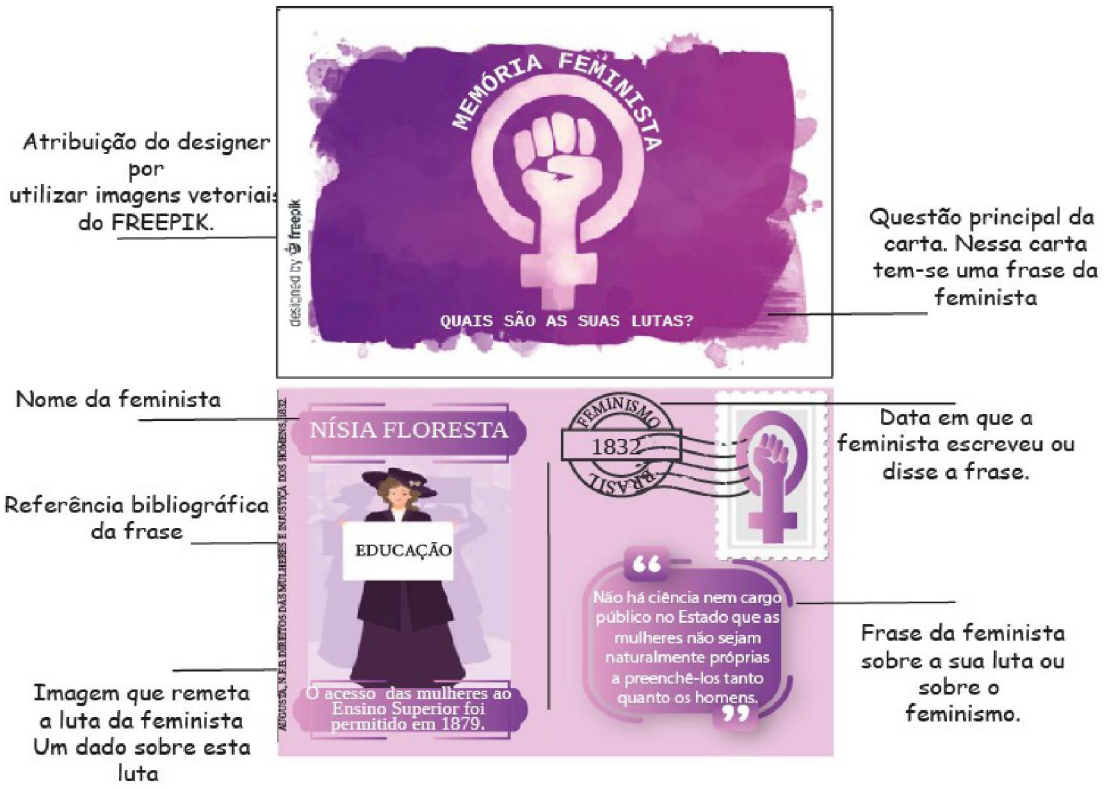


FONTE: A autora (2021)

A segunda carta do par sobre as feministas traz a reivindicação pela qual essas mulheres lutaram, ainda que muitas fossem as suas lutas. Assim, para Nísia Floresta escolheu-se ressaltar a questão da educação; para Bertha Lutz o sufrágio, para Maria Lacerda de Moura a questão da liberdade; para Rose Muraro o feminismo para as mulheres; para Romy Fonseca a luta contra a tutela dos maridos; para Jacqueline Pitanguy a luta pelos direitos na Constituinte de 1988; Lélia Gonzalez ressaltou-se sua luta contra o racismo, classe e gênero. Para Maria da Penha a luta contra a violência doméstica; para Djamila Ribeiro a questão do feminismo; para Joênia Wapichana pela representatividade indígena; a Marcha das Margaridas pelo lema de 2000, contra a fome, a pobreza e a violência sexista; a Marcha das Vadias pelos direitos ao corpo, sexuais e reprodutivos das mulheres.

Os elementos desta carta consistem em nome da feminista e uma ilustração que remete a sua luta, ao lado o símbolo do feminismo como selo do cartão-postal e uma marca de carimbo com a data que a feminista falou/ escreveu a frase que está abaixo. A referência da frase está na margem esquerda.. O verso desta carta traz a frase "Quais são as suas lutas?"

FIGURA 26- JOGO MEMÓRIA FEMINISTA – CARTA 2 -FRENTE E VERSO



FONTE: A autora (2021)

Segue-se a tabela com as frases escolhidas das feministas e suas lutas:

TABELA 12 - JOGO DA MEMÓRIA FEMINISTA – FRASES DAS CARTAS

(continua)

FEMINISTA	LUTA	FRASE
Nísia Floresta	Educação e capacidade das mulheres	Não há ciência nem cargo público no Estado que as mulheres não sejam naturalmente próprias a preenchê-los tanto quanto os homens. (1832)
Bertha Lutz	Voto	Recusar à mulher a igualdade de direitos em virtude do sexo é denegar justiça a metade da população.(1933)
Maria Lacerda de Moura	Liberdade	Só a mulher consciente compreenderá porque se afirma: as liberdades não se pedem, conquistam-se. (1924)
Rose Marie Muraro	Feminismo	É com o feminismo que a mulher aprende a adquirir uma identidade autônoma, isto é, deixa de ver-se com os olhos dos homens e passa a ver-se com os próprios olhos. (1990)
Romy Fonseca	Direito das mulheres casadas	As mulheres nem percebiam que a incapacidade relativa era o que amarrava a mulher casada, colocando-a em grau de inferioridade nas relações de gênero. (2005)
Jacqueline Pitanguy	Direitos civis, políticos e sociais	Aquela Constituição (1988) tem o dedo das mulheres brasileiras. Ela tem, e ela foi escrita com as tintas da luta política das mulheres, nas quais nós feministas jogamos um papel fundamental, isso é inegável, isso é uma página da nossa história. Cerca de 80% das nossas demandas fazem parte hoje da constituição. (2016)
Lélia Gonzalez	Contra o sexismo, racismo e elitismo	A impressão de que só homens, os homens brancos, social e economicamente privilegiados, foram os únicos a construir este país. A essa mentira tripla dá-se o nome de sexismo, racismo e elitismo. E como ainda existe muita mulher que se sente inferiorizada diante do homem, muito negro diante do branco e muito pobre diante do rico a gente tem mais é que mostrar que não é assim, né? (1982)
Maria da Penha	Contra a violência	A lei Maria da Penha é uma ação afirmativa de enfrentamento a uma condição histórica de violência, discriminação e opressão das mulheres somente pelo fato de serem mulheres. (2016)

TABELA - FRASES DAS FEMINISTAS PARA MEMÓRIA FEMINISTA

(conclusão)

FEMINISTA	LUTA	FRASE
Djamila Ribeiro	Feminismo	Quando as pessoas entendem que a gente está lutando por justiça social, equiparação e por equidade, não tem motivo para não ser feminista. (2018)
Jôenia Wapichana	Pelas mulheres Indígenas	O que é o feminismo? É a atuação da mulher? São espaços que a mulher assume? São responsabilidades? Se for nesse sentido, acho que sim (sou feminista). (2020)
Marcha das Margaridas	Pelas mulheres do campo, das florestas e das águas.	2000 razões para marchar: contra a fome, a pobreza e a violência sexista. (2000)
Marcha das Vadias	Contra a cultura do estupro	Meu corpo, minhas regras. Se ser livre é ser vadia, somos todas vadias. (2011)
Feminismo Brasil		Já foi sufragista, anarquista, socialista, comunista, burguês e reformista. Já lutou no parlamento, nas ruas e nas casas para conquistar e garantir o acesso da mulher à educação formal. E vem lutando pela igualdade de salários e condições dignas de trabalho, pela valorização do trabalho doméstico, pelo direito inalienável de todas ao controle do próprio corpo e do gozo de nossa sexualidade, enfim, pela construção de uma sociedade mais justa e igualitária, onde a mulher possa realizar-se plenamente enquanto ser humano e cidadã.(2008)

FONTE: A autora (2021)

Criou-se também uma caixa para o jogo com o mesmo *layout* das cartas:

FIGURA 27 - MEMÓRIA FEMINISTA- CAIXA DO JOGO



FONTE: A autora (2021)

5.1.2 Memória Feminista: sugestão de aplicação em sala de aula.

O jogo da Memória Feminista pode ser aplicados antes, durante ou após ser trabalhado o conteúdo sobre o feminismo no Brasil. Segue-se uma sugestão de plano de aula utilizando este jogo:

TABELA 13 -JOGO MEMÓRIA FEMINISTA -SUGESTÃO DE PLANO DE AULA

(Continua)

PLANO DE AULA SOBRE O FEMINISMO	
ANO:	9º ANO
UNIDADES TEMÁTICAS:	O nascimento da República no Brasil e os processos históricos até a metade do século XX Modernização, ditadura civil-militar e redemocratização: o Brasil após 1946
OBJETOS DO CONHECIMENTO:	Anarquismo e protagonismo feminino O processo de redemocratização A Constituição de 1988 e a emancipação das cidadanias (analfabetos, indígenas, negros, jovens etc.) A história recente do Brasil: transformações políticas, econômicas, sociais e culturais de 1989 aos dias atuais Os protagonismos da sociedade civil e as alterações da sociedade brasileira A questão da violência contra populações marginalizadas
HABILIDADES DA BNCC:	(EF09HI08) Identificar as transformações ocorridas no debate sobre as questões da diversidade no Brasil durante o século XX e compreender o significado das mudanças de abordagem em relação ao tema. (EF09HI23) Identificar direitos civis, políticos e sociais expressos na Constituição de 1988 e relacioná-los à noção de cidadania e ao pacto da sociedade brasileira de combate a diversas formas de preconceito, como o racismo. (EF09HI24) Analisar as transformações políticas, econômicas, sociais e culturais de 1989 aos dias atuais, identificando questões prioritárias para a promoção da cidadania e dos valores democráticos. (EF09HI26) Discutir e analisar as causas da violência contra populações marginalizadas (negros, indígenas, mulheres, homossexuais, camponeses, pobres etc.) com vistas à tomada de consciência e à construção de uma cultura de paz, empatia e respeito às pessoas.

TABELA 13- JOGO MEMÓRIA FEMINISTA -SUGESTÃO DE PLANO DE AULA

(Conclusão)

PLANO DE AULA SOBRE O FEMINISMO	
OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM:	Conhecer algumas feministas/movimentos feministas brasileiros e suas lutas.
DURAÇÃO:	6 AULAS
RECURSOS E MATERIAIS:	Jogo de cartas Memória Feminista, quadro, giz. Folhas impressas das cartas em branco, cola, tesoura.

FONTE: A autora (2022)

No primeiro momento recomenda-se que o docente faça um questionário, que pode ser uma roda de conversa para compreender quais são os conhecimentos e as percepções dos estudantes sobre o feminismo e as feministas. Assim dividimos em seis aulas a utilização deste jogo.

A AULA 1 é introdutória do tema. No primeiro momento recomenda-se que o docente faça um questionário, que pode ser uma roda de conversa para compreender quais são os conhecimentos e as percepções dos estudantes sobre o feminismo e as feministas.

O docente inicia o conteúdo e a preparação para o jogo com as seguintes questões para a roda de conversa:

- Os homens e as mulheres têm os mesmos direitos?

- Eles são tratados iguais?

-Quais as situações que percebemos que são tratados diferentes?

- Na sua casa ou dos vizinhos, meninos e meninas têm as mesmas responsabilidades e são tratados iguais?

- Quais são os preconceitos/violências que as mulheres enfrentam por serem mulheres?

- Como era a vida das nossas bisavós e avós? Quais os direitos que elas tinham? Elas podiam estudar? Em que elas podiam trabalhar? Qual era a expectativa de vida/futuro delas?

Espera-se que os estudantes apontem a diferença de tratamento que existe na sociedade sobre homens e mulheres da perspectiva de sua própria experiência e também de uma perspectiva histórica comparando o seu presente com o passado das mulheres de sua família. Assim podem surgir relatos sobre como meninas e meninos são tratados em casa, na forma de divisão de tarefas, de liberdade para sair e namorar. Relatos de violência familiar,

sobre casamentos forçados com a frase naturalizada " minha bisavó foi pega no laço" principalmente em relação às mulheres indígenas.

Depois que os alunos já adentraram o assunto o docente pode inferir sobre o conceito do feminismo, as lutas e as feministas, com as questões:

-Quais direitos as mulheres precisam ainda conquistar?

- Como elas devem agir/lutar para conseguir esses direitos?

-Conhecem alguma mulher brasileira que luta pelos direitos das mulheres?

- E sobre o feminismo vocês conhecem?

- O que é ser feminista?

Assim, o docente pode inferir se a turma tem algum conhecimento ou pré conceito sobre a palavra feminismo e também pode saber quais mulheres brasileiras os jovens aliam a luta por direitos. Essas discussões podem ser bastante acaloradas e se estender por toda uma aula. Essa parte pode ser feita em forma de um questionário para os estudantes. Há a possibilidade de uma pequena entrevista feita pelos estudantes com seus familiares para a percepção das gerações sobre o assunto.

Na AULA 2 temos a aplicação do jogo. O docente deve explicar o jogo, suas regras e qual é o objetivo de aprendizagem. Aplica-se o jogo em grupos de quatro estudantes. Existe a possibilidade de realizar um jogo com a turma toda, dividindo os estudantes em grupos em que um representante vai escolher o par e ganhar pontos para sua equipe. Vale lembrar que é viável a impressão de cartas só com a biografia das feministas, pois temos turmas heterogêneas e estudantes inclusos que as vezes não dominam ainda a leitura e escrita. O jogo é fácil e rápido, uma vez que a sua mecânica já é conhecida pelos estudantes.

Após o jogo, o docente pode pedir que as frases das feministas sejam lidas em voz alta e a partir delas pode-se retornar as discussões sobre as lutas e os direitos conquistados historicamente pelas mulheres. Pode-se ressaltar que os direitos que pressupomos que as mulheres sempre tiveram, como o voto, o direito ao trabalho, a segurança, foram duramente conquistados.

Na AULAS 3 e 4 a partir das cartas desdobra-se o conteúdo do feminismo brasileiro. POSSIBILIDADE 1 -Uma possibilidade é trabalhar na perspectiva de ondas e das figuras históricas explorando as lutas, as frases e as biografias dessas mulheres. Então na primeira onda pode-se trabalhar com as cartas da Nísia Floresta, Bertha Lutz, Maria Lacerda de Moura.

Na segunda onda pode-se trabalhar com as cartas da Rose Muraro, Rommy Fonseca, Jaqueline Pitanguy e Lélia Gonzalez.

A terceira onda pode-se trabalhar as cartas da Maria da Penha, Djamila Ribeiro, Joênia Wapichana, e os movimentos da Marcha das Margaridas e Marcha das Vadias. Uma breve biografia estendida e o contexto da frase está neste material de apoio.

POSSIBILIDADE 2 - Outra possibilidade nas AULAS 3 E 4 é optar para que os estudantes em duplas ou trios pesquisem mais dados sobre essas feministas e os apresentem a partir da questão "Como era viver como uma mulher na data em que a feminista da carta viveu?", "Por quais direitos que ela lutou?", "Como ela lutou?"

Na AULA 5 após o percurso histórico do feminismo o docente pode pedir que os estudantes pesquisem outras feministas e produzam novas cartas para o jogo.

Outros nomes importantes para o feminismo brasileiro da primeira onda são: Leolinda Daltro (1859-1935) na luta pelo sufrágio e educação feminina, a poetisa Gika Machado (1893-1980) uma das fundadoras do Partido Republicano Feminino; Josephina Álvares de Azevedo (1851-1913) escritora e precursora do feminismo no Brasil.

Na segunda onda temos feministas como Branca Moreira Alves pela formação de grupos de reflexão; a advogada Orminda Ribeiro Bastos (1899-1971) por suas ações para mudar o status da mulher casada, a escritora e jornalista Carmen da Silva (1919-1985) com sua obra " A Arte de ser Mulher". No campo acadêmico a filósofa e escritora Sueli Carneiro (1950) entre tantas outras.

Para a terceira onda pode ser solicitado pesquisa sobre representantes das diversas facetas do feminismo, como o feminismo negro com Marielle Franco (1979-2018); feminismo indígena, ciberfeminismo, etc.

Na AULA 6 reaplica-se o jogo com as novas cartas produzidas. O jogo ampliado pode ser disponibilizado para outras turmas e ficar como material para ser usado pela escola para aulas vagas.

No Guia dos jogos incluímos uma breve biografia das feministas e os seus ditos e escritos que podem ser disponibilizados para os estudantes.

5.2 LINHA DO TEMPO DAS CONQUISTAS E DIREITOS DAS MULHERES.

A ideia deste jogo de cartas é que os estudantes montem uma linha do tempo, portanto cronológica com as conquistas e direitos das mulheres brasileiras. Afinal todos os direitos que as mulheres usufruem no século XXI foram frutos de árduas lutas seculares. Nada foi dado às mulheres, tudo foi conquistado. Esse jogo é formado por 63 cartas que perpassam as conquistas das mulheres brasileiras desde o século XIX até o XXI. Essas conquistas são do âmbito jurídico, político, econômico, social e cultural. São direitos familiares, reprodutivos, educacionais, direito ao esporte, de representatividade política e social. Esses fatos foram selecionados a partir da bibliografia sobre o feminismo brasileiro deste trabalho, mas principalmente seguindo a legislação brasileira sobre a condição feminina.

O objetivo do jogo compreende que o discente ordene cronologicamente as cartas a partir de uma carta na mesa. Aquele que corretamente ordenar primeiro vence. O objetivo de aprendizagem consiste que ao ordenar as cartas o discente conhecerá as lutas e conquistas das mulheres historicamente e também trabalhará com o conceito histórico do tempo a partir da construção da linha do tempo. Assim, ao ordenar cronologicamente os eventos de conquistas, o aluno pode perceber as mudanças e as permanências, trabalhará o antes e o depois da condição das mulheres no Brasil, ao mesmo tempo que vai compreendendo as noções de tempo da história.

Dentre as cartas, 54 versam sobre as conquistas das mulheres e permitem ao aluno perceber que foi uma longa e recente jornada pelos quais as mulheres tiveram que lutar para adentrar lugares sociais tidos apenas dos homens, como a escola, a universidade, ambientes de trabalho e da política. Se perguntássemos aos alunos quando as mulheres conquistaram o direito de trabalhar sem pedir autorização do marido poucos responderiam que foi apenas no século XX no ano de 1962.

No conjunto foram criadas oito cartas de conquistas que ainda não existem e que são pauta de lutas para o movimento feminista brasileiro e seis cartas que correspondem a tentativas de retrocesso, ou seja, retirada de direitos já conquistados apresentados em Projetos de Lei. Dessa forma, tem-se por objetivo mostrar que o feminismo/movimento das mulheres são movimentos vivos e que a luta não acabou, pois existem muitas pautas para conquistas em todos os âmbitos da vida das mulheres. Do mesmo modo, ao incluir as cartas de retrocesso buscamos lembrar, como ressalta Jacqueline Pitanguy, para as novas gerações que os direitos

conquistados devem ser entendidos como frágeis[84] e que as questões sobre a mulher, principalmente sobre seus corpos sempre estão em pauta de discussão na religião e na política e portanto, no meio legislativo. Basta lembrarmos sobre a questão dos direitos reprodutivos das mulheres e a tentativa de regular o corpo feminino têm propostas de leis feitas todos anos, que retiram o direito ao aborto em caso de estupro e risco à vida da mulher, lei esta já garantida em 1940. Sendo que a pauta sobre a autonomia ao próprio corpo e portanto ao direito de escolher ao aborto é uma questão que a muito se tenta conquistar pelos movimentos feministas no Brasil.

Ao trabalhar com as cartas na linha do tempo ressalta-se que este tipo de jogo não tem grande jogabilidade, uma vez que os jogadores podem decorar a data e a conquista. No entanto, com mais de 60 cartas torna-se difícil para o estudante decorar todas as datas, outrossim, espera-se que façam outras relações e comparações. Conforme a análise das imagens nas cartas busquem elementos para relacionar com determinada época seja do vestuário e cortes de cabelo. A exemplo da carta sobre as primeiras mulheres a conseguir a carta de habilitação no Brasil que foi ilustrada com a imagem de um carro que lembra o Cadillac 1928 Town Sedan e o Ford 1930 Modelo A produzidos na década de 1930. Espera-se que o estudante ao deparar-se com essa imagem a relacione com os primeiros carros produzidos no início do século XX e não com as décadas finais desse século.

Ressalta-se que este jogo pode contribuir para a construção de uma dimensão central do conhecimento histórico que é a temporalidade. Pois, segundo Marc Bloch (2001) o tempo histórico é uma chave fundamental para a compreensão dos fatos históricos, é uma realidade viva e concreta que se reconstrói em diferentes épocas. A linha do tempo como recurso didático, como bem ressalta Schmidt e Cainelli (2004, p. 75) não pode ser confundida com a temporalidade da História. Mas como recurso, nesse caso a partir do jogo, ao trabalhar com as noções temporais, segundo as autoras pode-se contribuir para a compreensão da causalidade histórica, as relações entre uma época e outra, além de permitir captar referências sobre outras épocas e tempos, compará-los e diferenciá-los da época atual. (2004, p. 78). Igualmente pode contribuir com a compreensão de noções de continuidade e ruptura, permanência, mudança e transformações, e sucessão e simultaneidade, o antes, o agora e o depois, assim como da importância em situar os acontecimentos históricos nos seus respectivos tempos. Holien

[84]PITANGUY, J. A. **Direitos não são eternos, precisam ser defendidos.** Jacqueline Pitanguy. VOCÊ É FEMINISTA E NÃO SABE. 2016. (3m15s) Disponível em:<https://www.youtube.com/watch?v=1tTbAdsLH3c&ab_channel=VOC%C3%8A%C3%89FEMINISTAEN%C3%83OSABE> Acesso em: 15 de jan. de 2021. Entrevista concedida ao canal VOCÊ É FEMINISTA E NÃO SABE.

Gonçalvez Bezerra aponta que as considerações sobre o tempo histórico são imprescindíveis para que sejam evitados os anacronismos não raros nas explicações históricas e atribuir as sociedades do passado critérios atuais e interpretar suas ações a partir destes. (2010, p. 45) Desta forma pode-se apontar para permanências de temas, como os direitos políticos com as cartas sobre as cotas das mulheres nas eleições que foi aprovada em lei em 1995 e o aparecimento de propostas de lei para sua extinção no século XXI. Ou a noção de simultaneidade, uma vez que propositalmente foram incluídas no conjunto de cartas eventos que aconteceram no mesmo ano.

Revisitar a história do feminismo por uma de suas faces que são as conquistas dos direitos que perpassam pelas pautas de lutas das mulheres foi uma estratégia de ação para a inserção da temática em sala de aula através do jogo LINHA DO TEMPO. Tema considerado nos últimos anos como polêmico, pode ser trabalhado a partir das leis, dos fatos e acontecimentos e a partir disso relacioná-lo com o movimento feminista. Ao mesmo tempo que contribui na construção da ideia do que é o feminismo, as suas lutas e conquistas, perfazendo toda a sua trajetória.

TABELA 14 - FICHA TÉCNICA DO JOGO LINHA DO TEMPO

(continua)

FICHA TÉCNICA DO JOGO LINHA DO TEMPO	
Idade dos jogadores	+ 10 anos
Quantidade de jogadores	2 a 6
Tempo de partida	15 minutos
Mecânica de jogo	Seleção e ordenação de cartas.
Quantidade de cartas	68 (54 cartas de conquistas, 8 cartas de lutas para serem conquistadas e 6 cartas de tentativas de retrocesso)
Jogos semelhantes	Timeline, Chronology, Wits&Wagers, Direito e Silêncios.
Objetivo do jogo	Posicionar todas as suas cartas em ordem cronológica correta por primeiro.
Objetivo de aprendizagem	Conhecer as lutas e as conquistas feministas (das mulheres)
Preparação do Jogo:	1- Distribuir para cada jogador 5 cartas com as datas para baixo. 2- Colocar as cartas que sobraram na mesa. Pegar 1 carta do baralho e desvirá-la, mostrando a data. Essa é a carta inicial da linha do tempo do jogo e deve ser colocada no centro da mesa.

TABELA 14 - FICHA TÉCNICA DO JOGO LINHA DO TEMPO

(conclusão)

FICHA TÉCNICA DO JOGO LINHA DO TEMPO	
Modo de jogar/regras do jogo:	1- Inicia o jogo o jogador mais novo. 2- Na sua vez cada jogador colocará uma carta na linha do tempo de forma cronológica. Antes ou depois das cartas desviradas na mesa. Isso serve tanto para as cartas de conquistas como de retrocesso. 3- Após colocar a carta o jogador deve virá-la para conferir se a posição é a correta na linha do tempo. 4- Se a carta estiver no lugar errado, o jogador deve recolocar a carta no meio do baralho e pegar uma nova carta. 5- Existem 9 cartas de conquistas que ainda não existem. Caso o jogador pegue uma dessas cartas deve posicioná-la abaixo da carta central e dizer "Ainda Não Existe." 6- O jogador vencedor será aquele que colocar por primeiro todas as suas cartas na mesa em ordem cronológica correta.

FONTE: A autora (2021)

5.2.1 As cartas do jogo Linha do Tempos das conquistas e direitos das mulheres.

As cartas são compostas por frente e verso. Num dos lados da carta temos a frase "Conquistas das mulheres", a luta a qual essa conquista remete, uma imagem e a conquista. Do outro lado, se replica a carta e se insere a data.

Para o layout das cartas utilizamos os vetores do agregador de conteúdo FREEPIK e atentou-se, na medida do possível para os elementos que remetessem ao contexto histórico da carta. Sendo este mais um elemento para que os estudantes consigam ordenar as cartas cronologicamente. Assim, atentou-se para roupas e objetos principalmente para as cartas que dizem respeito as conquistas no século XIX e início do XX. Como na carta sobre o direito ao voto, atentamos para a vestimenta, o corte de cabelo e para o voto impresso, elementos da década de 1930. No entanto, ressalta-se a escolha das imagens pautou-se dentro das possibilidades dos vetores existentes na plataforma.

Para as cartas de retrocesso utilizou-se como frase inicial TENTATIVA DE RETROCESSO. Para diferenciá-la das outras cartas, utilizamos a fonte na cor amarela e

escolhemos uma mesma imagem de fundo para as 8 cartas, uma mulher sendo silenciada por uma mão. No verso desta carta optou-se por colocar em forma de carimbo, se a proposta foi rejeitada, revogada ou ainda está em trâmite nas Câmaras dos Deputados.

Já para as cartas de lutas que ainda não foram conquistadas o verso da carta em que estaria a data da conquista foi trocada por uma mesma imagem nas seis cartas. Frase inicial da carta PARA SER CONQUISTADO, a imagem de uma mão segurando uma bandeira do feminismo, abaixo temos a palavra "carregando" e uma barra sendo preenchida na cor roxa. Escolhemos seis pautas de luta entre dezenas que existem nos mais diversos contextos das mulheres brasileiras, optamos por aquelas que estão tramitando para se tornar leis. Como podemos ver na carta a seguir:

FIGURA 28- JOGO LINHA DO TEMPO - CARTAS FRENTE E VERSO



FONTE: A autora (2021)

As cartas perpassam conquistas das mulheres desde o século XIX até o XXI. Essas conquistas são do âmbito jurídico, político, econômico, social e cultural. São direitos familiares, reprodutivos, educacionais, direito ao esporte, de representatividade política e social. Esses fatos foram escolhidos com base na bibliografia sobre o movimento feminista brasileiro. Segue a tabela com o ano, a luta e a conquista das mulheres que estão contempladas nas cartas. No entanto, há de se ressaltar que se pode inserir muitas outras conquistas.

TABELA 15 - CONTEÚDO DAS CARTAS DO JOGO LINHA DO TEMPO

(continua)

Carta	Ano	Luta	Conquista
01	1827	Educacional	Criação de escolas para meninas
02	1832	Conhecimento	Feminismo chega ao Brasil. Escrito por Nísia Floresta o primeiro livro do feminismo brasileiro
03	1852	Representatividade	Primeiro jornal editado por mulheres.
04	1879	Educacional	Acesso à universidade para as mulheres
05	1885	Igualdade	Primeira mulher maestrina no Brasil: Chiquinha Gonzaga
06	1890	Contra a violência	Por lei, o marido não tem mais o direito de impôr castigo físico à esposa.
07	1910	Direitos políticos	Criação do primeiro partido político feminino.
08	1915	Igualdade econômica	As mulheres casadas podem abrir conta bancária.
09	1917	Direitos Civis	As mulheres podem ingressar no serviço público.
10	1919	Igualdade econômica	As mulheres devem ter salários iguais aos homens se exercerem a mesma função. OIT.
11	1921	Direito ao esporte	Primeira partida de futebol entre mulheres.
12	1927	Direitos políticos	Celina Guimarães Viana foi a primeira mulher a fazer o alistamento eleitoral. Primeira eleitora.
13	1928	Representatividade Política.	Primeira prefeita eleita no Brasil: Alzira Soriano.
14	1932	Direitos políticos	Direito ao voto para mulheres com mais de 21 anos
15	1932	Direito ao esporte	Primeira mulher a participar das Olimpíadas pelo Brasil: Maria Lenk
16	1932	Igualdade	Primeiras mulheres a conseguir a habilitação de motorista.

TABELA 15 - CONTEÚDO DAS CARTAS DO JOGO LINHA DO TEMPO

(continuação)

Carta	Ano	Luta	Conquista
17	1934	Representatividade Política	Eleita a primeira deputada: Carlota Pereira Queiroz.
18	1936	Representação sindical	Primeiro sindicato das domésticas fundado por Laudelina dos Campos Melo.
19	1940	Direito ao corpo e à saúde	Direito a abordar em caso de estupro ou de risco à vida da mulher
20	1943	Direito ao corpo e à saúde	Licença Maternidade
21	1943	Direito ao corpo e à saúde	Toda empresa com mais de 30 funcionários deve ter um local para amamentação dos filhos de suas funcionárias.
22	1962	Igualdade	As mulheres não precisam mais de autorização do marido para trabalhar
23	1962	Direito familiar	Direito a Herança
24	1962	Direitos reprodutivos	Chega ao Brasil a pílula anticoncepcional e as mulheres podem ter o controle reprodutivo
25	1974	Igualdade econômica	As mulheres podem ter cartão de crédito
26	1975	Direitos	Ano Internacional da mulher: Discussão das pautas sobre as mulheres.
27	1977	Direito familiar	As mulheres podem se divorciar. Fim da obrigatoriedade da adoção do sobrenome do marido.
28	1979	Direito ao esporte	As mulheres podem praticar esportes como o futebol
29	1979	Direitos políticos.	Eleita a primeira senadora: Eunice Michellis.
30	1980	Igualdade de oportunidade	As mulheres podem ingressar nas forças armadas.
31	1980	Contra a violência	Criada a S.O.S Mulher. Primeiro grupo de combate a violência contra a mulher.
32	1985	Contra a violência	Criação da primeira delegacia da mulher. Especializada na proteção contra a violência doméstica e sexual.
33	1988	Direitos Civis	As mulheres são consideradas cidadãs com os mesmos direitos e deveres dos homens.
34	1994	Representatividade política	Eleita a primeira governadora do Brasil: Roseana Sarney.
35	1995	Direitos políticos	Lei determina que 20% das chapas eleitorais sejam ocupadas por mulheres.
36	1996	Direito ao corpo e a saúde	Direito de decidir não ter filhos pelo procedimento de esterilização voluntária.
37	2002	Contra a violência	Falta de virgindade deixa de ser justificativa que permitia a anulação do casamento.
38	2002	Direito familiar	Por lei, a esposa e o marido têm os mesmos direitos na família.
39	2004	Contra a violência	Extinta a expressão "Mulher Honesta".As mulheres vítimas de estupro precisavam provar sua honestidade/virgindade para processar seu agressor.
40	2004	Direito familiar	Programa de ajuda financeira (Bolsa Família) sob a responsabilidade da mulher.

TABELA 15 - CONTEÚDO DAS CARTAS DO JOGO LINHA DO TEMPO

(continuação)

Carta	Ano	Luta	Conquista
41	2005	Contra o machismo e estupro	Extinta a lei que determinava que se a vítima de estupro se casasse com o estuprador ou outro homem, o crime deixava de existir.
42	2006	Contra a violência	Aprovada a lei Maria da Penha 11.340/06 que combate a violência contra as mulheres
43	2007	Igualdade	Obrigatoriedade do nome das mulheres em documentos e títulos rurais.
44	2010	Representatividade política	Eleita a primeira presidenta do Brasil: Dilma Rousseff pelo PT.
45	2011	Contra a violência e o machismo	Chega ao Brasil a Marcha das Vadias. Protesto contra a crença de que as mulheres que são vítimas de assédio/estupro teriam provocado essa violência por seu comportamento/roupa.
46	2015	Contra a violência	Aprovada a lei do feminicídio. Crime de homicídio cometido pelas razões da condição do sexo feminino- por ela ser mulher.
47	2018	Contra a violência	Aprovada a lei 13.718 em que o Assédio é considerado crime.
48	2019	Direito infantil	proibição legislativa contra o casamento infantil (menores de 14 anos)
49	2021	Contra a violência	Aprovada Lei Mariana Ferrer contra a violência e discriminação em audiências.
DIREITOS EM PAUTA DE LUTA			
50	------	Direitos ao corpo e a saúde	Mulheres podem decidir se não terão filhos de forma autônoma. Descriminalizar o aborto
51	------	Contra a violência	Proibir aplicação de pena alternativa para crimes praticados com violência ou grave ameaça contra as mulheres e tornar esses crimes imprescritíveis.
52	------	Direitos Trabalhistas	Igualdade salarial entre homens e mulheres que exercerem os mesmos cargos.
53	------	Direitos ao corpo e a saúde	As mulheres têm direito a dignidade na realização do aborto previsto em lei.
54	------	Direitos trabalhistas	Igualdade de oportunidade entre homens e mulheres.
55	------	Direitos políticos	Igualdade nas vagas eleitorais -50% -50%
56	-----	Contra o machismo	Fim da cultura do estupro
57	-----	Contra o machismo	Proibição de propagandas abusivas sobre as mulheres.
TENTATIVAS DE RETROCESSO			
58	1979	REVOGADO	Proibição da prática de esportes ditos de "homem".
59	1982	REJEITADO	Esterilização obrigatória de mulheres negras
60	2021	EM TRÂMITE	Proibir e criminalizar o aborto em qualquer situação

TABELA 15 - CONTEÚDO DAS CARTAS DO JOGO LINHA DO TEMPO

(conclusão)

Carta	Ano	Luta	Conquista
61	2021	EM TRÂMITE	Extinção da cota das mulheres nas eleições
62	2021	EM TRÂMITE	Aprovação da Bolsa estupro
63	2021	REJEITADO	Veto ao Acesso universal à educação sexual no Conselho dos direitos Humanos na ONU.

FONTE: A autora (2020)

Foi criada a caixa para este jogo:

FIGURA 29 - JOGO LINHA DO TEMPO- CAIXA DO JOGO



FONTE:A autora (2020)

5.2.2 Linha do tempo: sugestão de aplicação em sala de aula.

O jogo de cartas LINHA DO TEMPO DAS CONQUISTAS E DIREITOS DAS MULHERES pode ser aplicados antes, durante ou após ser trabalhado o conteúdo sobre o feminismo no Brasil. Uma sugestão para do uso do jogo como ferramenta de ensino e aprendizagem é o desenvolvimento em quatro aulas.

TABELA 16 – PLANO DE AULA – JOGO LINHA DO TEMPO.

(continua)

PLANO DE AULA SOBRE O FEMINISMO[85]	
ANO:	9º ANO
UNIDADES TEMÁTICAS:	O nascimento da República no Brasil e os processos históricos até a metade do século XX Modernização, ditadura civil-militar e redemocratização: o Brasil após 1946
OBJETOS DO CONHECIMENTO:	Anarquismo e protagonismo feminino O processo de redemocratização A Constituição de 1988 e a emancipação das cidadanias (analfabetos, indígenas, negros, jovens etc.) A história recente do Brasil: transformações políticas, econômicas, sociais e culturais de 1989 aos dias atuais Os protagonismos da sociedade civil e as alterações da sociedade brasileira A questão da violência contra populações marginalizadas
HABILIDADES DA BNCC:	(EF09HI08) Identificar as transformações ocorridas no debate sobre as questões da diversidade no Brasil durante o século XX e compreender o significado das mudanças de abordagem em relação ao tema. (EF09HI23) Identificar direitos civis, políticos e sociais expressos na Constituição de 1988 e relacioná-los à noção de cidadania e ao pacto da sociedade brasileira de combate a diversas formas de preconceito, como o racismo. (EF09HI24) Analisar as transformações políticas, econômicas, sociais e culturais de 1989 aos dias atuais, identificando questões prioritárias para a promoção da cidadania e dos valores democráticos. (EF09HI26) Discutir e analisar as causas da violência contra populações marginalizadas (negros, indígenas, mulheres, homossexuais, camponeses, pobres etc.) com vistas à tomada de consciência e à construção de uma cultura de paz, empatia e respeito às pessoas.

[85] Plano de aula criado a partir das referências da Base Nacional Comum Curricular.
BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2018. Disponível em:<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf> Acesso em: 30 de dez. de 2019.

TABELA 16 – PLANO DE AULA – JOGO LINHA DO TEMPO.

(conclusão)

PLANO DE AULA SOBRE O FEMINISMO[86]	
OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM:	Conhecer as lutas e as conquistas feministas (das mulheres)
DURAÇÃO:	4 AULAS
RECURSOS E MATERIAIS:	Jogo de cartas Linha do Tempo das Conquistas e direitos das mulheres; quadro, giz.

FONTE: A autora (2021)

Na AULA 1 temos a introdução ao tema. Iniciar a aula com a questão " Como era viver no século XIX e XX? Como era a vida das mulheres nessa época?" Espera-se que os estudantes apontem para aspectos sobre a educação, casamento, vestimentas e liberdade. A partir dessa questão apresentar o jogo e suas regras enfatizando que os estudantes irão no percurso do jogo descobrir como era a vida das mulheres através dos direitos conquistados pelas mulheres brasileiras. Afinal, se elas precisaram conquistar é porque elas não tinham esses direitos.

O jogo pode ser aplicado de duas formas.

TIPO 1: formam-se grupos com 6 a 8 estudantes para jogar uma partida em que cada jogador recebe 5 cartas e monta-se a linha do tempo. Cada partida tem aproximadamente quinze minutos de duração. Para a formação de grupos menores de 3 a 4 estudantes recomenda-se a impressão de mais um conjunto de cartas ou ainda, a diminuição de cartas distribuídas para cada jogador de 5 para 3, podendo assim dividir o conjunto de cartas ao meio e distribuí-lo para mais grupos.

TIPO 2: A segunda forma de aplicação é formar grupos de quatro integrantes e fazer um jogo coletivo. Utilizar o quadro para montar a linha do tempo, colando as cartas com fita adesiva. Nessa forma recomenda-se que as cartas fiquem dispostas sobre mesas na frente da turma e na sua vez um representante do grupo deve escolher uma carta e colá-la na posição que acredita estar correta.

Na AULA 2 o docente pode montar com as cartas do jogo a linha do tempo do direito das mulheres completo no quadro, para que os estudantes possam perceber a trajetória das conquistas de direitos das mulheres em consonância com o movimento feminista dividido em

[86] Plano de aula criado a partir das referências da Base Nacional Comum Curricular.
BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2018.
Disponível em:<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf>
Acessado em: 30/12/2019.

ondas. Refazer a pergunta da aula anterior e pedir que os estudantes respondam como era a vida das mulheres até 1930 (Primeira Onda do Feminismo), até 1990 (Segunda Onda do Feminismo) e até a atualidade (Terceira Onda) e quais as pautas de lutas que as mulheres precisaram conquistar. Espera-se que os estudantes possam perceber que os direitos que parecem sempre ter existido e que estão naturalizados na sociedade atual tiveram que ser conquistados como estudar, trabalhar, votar, etc.

Ao final da aula listar as principais pautas das ondas do feminismo brasileiro e comparar com as conquistas das mulheres. Apontar para as permanências e mudanças nos direitos das mulheres.

Na AULA 3 o docente trabalhará com as cartas de tentativa de retrocesso. Nesse quesito aparecem questões polêmicas como o aborto e do estupro. O docente pode dividir a turma, na aula anterior, para que um grupo traga argumentos a favor e outro contra com base nos quesitos: saúde da mulher, leis, religião e posicionamentos de políticos e de feministas. Os estudantes devem propor uma lei conforme o posicionamento e argumentos. Pode-se ainda debater sobre o direito ao esporte, o racismo e o direito a educação sexual nas escolas. Espera-se que os estudantes possam argumentar com base em pesquisas sobre as temáticas. Os estudantes ao final do debate podem fazer uma votação em relação às propostas de lei feitas por eles.

Na AULA 4 trabalhar-se-á com os direitos em pauta de luta. Iniciar a aula com a questão: Quais são os direitos que as mulheres lutam para conquistar na sociedade atual? De forma coletiva os estudantes e o professor produzem uma lista de direitos a serem conquistados a partir de sua vivência, na escola e em casa. Então o desafio é a produção de novas cartas de direitos a serem conquistados que serão incluídas no conjunto original.

5.3 JUNTE-SE À LUTA: DERROTE OS PRECONCEITOS CONTRA AS MULHERES.

O jogo de cartas Junte-se à Luta pode ser jogado por até 6 jogadores em duplas e requer que exista um árbitro nas jogadas chamado decisor. O jogo consiste em 12 cartas com frases preconceituosas, 12 cartas da rodada - decisor com desafios e 68 cartas-ação com estratégias feministas para derrotar os preconceitos e quatro cartas de sorte. As cartas que devem ser derrotadas foram construídas com frases sobre preconceitos históricos sobre as mulheres. Elas são datadas, ainda que possamos escutar as mesmas falas do século XIX em pleno século XXI. O objetivo do jogo consiste na ação de escolher uma carta ação para derrotar a carta frase e cumprir com o desafio da rodada, vencendo aquele que ganhar mais rodadas e portanto ter mais cartas frases derrotadas.

As cartas ação foram produzidas com estratégias que as feministas encontraram para lutar pela conquista de direitos e de aplicação de leis. As cartas decisor contêm desafios para cada rodada da partida que consistem em levar o estudante a refletir sobre a ação da carta escolhida para vencer a carta preconceituosa, assim dinamizando o jogo. A figura do decisor, que preferencialmente deve ser do professor, atua como árbitro das rodadas, atentando-se para possíveis anacronismos nas escolhas de cartas ação, uma vez que não dá para jogar a carta de denúncia nas redes sociais para uma carta de preconceito que data de 1850. Também atua para que as regras sejam respeitadas durante o cumprimento dos desafios e para decidir o vencedor das rodadas. Em caso de anacronismo ou de não cumprimento do desafio o jogador será desclassificado daquela rodada, podendo retornar ao iniciar a próxima.

Este jogo tem por objetivo de aprendizagem que os alunos/jogadores insiram-se na luta que as mulheres brasileiras enfrentaram historicamente. Leiam e escutem os discursos dos detratores do feminismo e de suas lutas. E dentro desse círculo mágico do jogo, os estudantes "transportem-se" para esses contextos e com as suas cartas poderão derrotar esses discursos. Para isso terão ao seu dispor/sorte, estratégias de luta, para entender como as mulheres puderam lutar e conhecerão algumas leis que auxiliarão e podem até tornar aquela frase/ação um crime. No espaço temporal e espacial do jogo, este estudante/jogador vai poder se juntar a luta das feministas. E ao ser instigado a desenvolver uma ação através da carta desafio aberta na rodada espera-se que possa ajudá-los a construir uma criticidade sobre os preconceitos que permeiam discursos sejam do século passado ou da atualidade.

Os estudantes podem assim, perceber através das frases de detratores as permanências e mudanças de discursos sobre as mulheres. Perceber historicamente e temporalmente as pautas de lutas, as estratégias de luta, a conquista de direitos e a ação de feministas nesse processo. Por outro lado, esse estudante terá que se atentar para dados históricos, datas e suas ações devem condizer com seu contexto histórico, não podendo cometer o "crime" do anacronismo. Ainda que muitas das cartas-ação possam ser amplamente colocados no jogo.

Este jogo tem três especificidades para o ensino de História. A primeira é o "transporte" do estudante para uma outra realidade, que cria uma vivência a partir das regras, das cartas e dos desafios. Nesse sentido os alunos percorrerão a dupla função do jogo que Huizinga (2000) apontou como a luta por alguma coisa ou a representação de alguma coisa. Giacomoni,(2013, p.20) afirma que na realidade abstrata do jogo, no espaço imprevisível, fundado por um tabuleiro e algumas peças, as funções do jogo podem confundir-se de tal modo que o jogo passa a representar uma luta, ou torna-se uma luta para melhor representação de alguma coisa. Mais que uma realidade falsa, há um deslocamento, uma realização de uma aparência: imaginação no sentido original. Assim, alunas e alunos podem percorrer a dupla função do jogo e inserir-se numa realidade outra das lutas e conquistas feministas.

Esse ponto é central da justificativa da utilização do jogo em sala de aula, segundo Giacomoni (2013, p.02) É dentro do círculo mágico do jogo que levará os jogadores a inserir-se em outra realidade, em outro contexto histórico e refletir a partir dele para escolher a melhor estratégia para derrotar a carta. É posicionar-se na mesma situação daquelas mulheres que leram e escutaram estes preconceitos e decidir entre as possibilidades da época a melhor forma de agir. Esta dinâmica do jogo humaniza as feministas e traz suas lutas e estratégias para próximo do estudante. Tão próximo que de sua própria vivência o discente pode ter escutado ou mesmo reproduzido estas falas. A corporificação, se podemos chamá-la assim, das demandas feministas é aproximada do estudante. Eles a vivenciam. Diferentemente de ler sobre a luta por voto, educação, por direito de trabalho, no jogo espera-se que o estudante reflita contra quais ideias essas mulheres lutaram, no que estava alicerçados os preconceitos e ajam a partir de uma carta em prol da conquista desse direito.

O segundo elemento é a cooperação entre a dupla de jogadores, pois precisam cumprir alguns desafios que são jogados em dupla. Essa dinâmica do jogo da carta decisor com desafios foi inserida por dois motivos: a percepção que a interação é um elemento

importante e dar a ler entre as linhas que derrotar os preconceitos é uma tarefa que não se consegue fazer sozinho, é uma ação conjunta.

O terceiro elemento diz respeito a criação da carta decisor e da figura imprescindível do decisor no jogo. A carta decisor foi criada para ser um elemento de decisão nas rodadas e a figura do decisor como árbitro. A questão surgiu na produção do jogo, como decidir quem ganharia a rodada e em caso de escolha anacrônica como isso seria apontado. Igualmente refletiu-se que não bastaria escolher uma carta aleatoriamente e colocar na mesa, o intuito é que os estudantes/jogadores refletissem sobre essa escolha. A primeira solução seria pedir-lhes que justificassem sua escolha, mas isso retiraria certa sedução e dinamicidade do jogo. Assim, nasceram as cartas decisor com desafios bastante simples e rápidos, mas que, espera-se acionem os conhecimentos prévios dos alunos em busca de uma boa estratégia de resposta. Já a figura do decisor atua como árbitro para que os anacronismos sejam apontados. Ressalta-se que no jogo, mesmo o erro é fator positivo, pois os jogadores e os seus pares podem compreender qual o erro anacrônico cometido e não repeti-lo. O decisor também decide o vencedor da rodada ou os pontos de cada rodada, solução encontrada para a decisão de quem e como se vence o jogo.

TABELA 17 - FICHA TÉCNICA DO JOGO LINHA DO TEMPO DAS CONQUISTAS E DIREITOS DAS MULHERES

(continua)

FICHA TÉCNICA DO JOGO LINHA DO TEMPO DAS CONQUISTAS E DIREITOS DAS MULHERES	
Idade dos jogadores	+ 12 anos
Quantidade de jogadores	4 a 6 jogadores (duplas) + intermediador
Tempo de partida	25 minutos
Mecânica de jogo	Seleção e ordenação de cartas.
Quantidade de cartas	96 (12 cartas-base; 12 cartas da rodada- decisor; 68 cartas ação sendo-16 cartas aplicabilidade das leis e 52 cartas estratégias e 4 cartas coringa)
Objetivo do jogo	Acumular mais cartas-frase.
Objetivo de aprendizagem	Conhecer as pautas de luta e as estratégias empreendidas pelas feministas para conquistá-las
Preparação do jogo	- Cada jogador deve receber 12 cartas ação; - Deixar as cartas frase e decisor viradas para baixo

TABELA 17 - FICHA TÉCNICA DO JOGO LINHA DO TEMPO DAS CONQUISTAS E DIREITOS DAS MULHERES

(conclusão)

FICHA TÉCNICA DO JOGO LINHA DO TEMPO DAS CONQUISTAS E DIREITOS DAS MULHERES	
Quantidade de cartas	96 (12 cartas-base; 12 cartas da rodada- decisor; 68 cartas ação sendo-16 cartas aplicabilidade das leis e 52 cartas estratégias e 4 cartas coringa)
Modo de jogar/ regras do jogo	1- O decisor deve virar uma carta-frase e uma carta decisor. 2- Os jogadores um de cada vez devem escolher uma carta para vencer a carta-frase e cumprir o desafio da carta decisor. 3- Existem cartas coringa no deck. Você pode aplicar quando quiser. 4- O decisor decide se as cartas são válidas para vencer a carta-frase e quem venceu a rodada da carta decisor. 5- Quem ganha a rodada recebe a carta-frase. 6- Ganha a dupla que acumular mais cartas-frase

FONTE: A autora (2021)

5.3.1 Elementos do jogo Junte-se à Luta.

A ideia do jogo é que alunas e alunos possam entender algumas pautas de luta do movimento feminista, representadas por cartas-frase com frases preconceituosas que as mulheres enfrentaram. Foram escolhidas 12 frases que perpassam preconceitos contra o direito à educação, direitos políticos, ao aborto, contra o próprio feminismo e feministas. Que falam sobre a violência doméstica, a cultura do estupro, o racismo, a gordofobia, assédio, o machismo, o determinismo biológico e a desigualdade no ambiente de trabalho. As frases foram editadas e reescritas para que pudessem ter sentido nas cartas. Abaixo segue uma tabela com as frases.

TABELA 18 - CONTEÚDO DAS CARTAS FRASE DO JOGO JUNTE-SE

Carta	Ano	Inspirado em:	Frase
01	1838	Inspirado no artigo do Jornal Mercantil.	O objetivo da educação para as mulheres é que seja útil. Ensine-as a costurar, cozinhar e cuidar de casa. Não ciências e matemática.
02	1932	Parlamentares na Constituinte de 1891. Argumentos usados por aqueles que eram contra o voto	As mulheres não são inteligentes como os homens! Como vão votar?
03	1972	Jornalistas na passagem da feminista Betty Friedan ao Brasi.	Todas as feministas são: feias, mal-amadas, solteironas, velhas e agressivas.
04	2020	Políticos e religiosos conservadores	Estuprada e grávida? Se abortar é assassina!
05	1947	Música O que é que eu dou? Autoria: Jorge Veiga	Ela está sempre zangada, Sempre de cara amarrada. Será que ela quer pancada?! É só o que lhe falta dar! Ela quer apanhar!
06	2011	Policial canadense sobre onda de estupros.	Vestida assim, como uma vadia, tá pedindo Para ser estuprada!
07	1990	Frase machista senso comum.	Vamos sair hoje? Veja se Você entende: Se você aceitar, amanhã você ainda vai estar trabalhando aqui.
08	1960	Frase machista senso comum.	Eu prefiro contratar homens! Eles não engravidam. Como vai dar conta de conciliar filhos, casa e trabalho? Se contrato ganha menos.
09	2000	Campanha contra o racismo	Você é uma negra sensual e bonita. Tem traços finos. Mas o seu cabelo... Você lava?
10	2011	Frase machista senso comum.	Você come muito para uma menina e não basta ser gordinha veste saia curta?
11	2020	Frase machista senso comum.	Você joga futebol?! Mas isso é coisa de homem.
12	2020	Frase machista senso comum.	Você já passou da idade de ter um filho. Mulher só é mulher com filho!

FONTE: A autora (2021)

Para o layout dessas cartas optou-se por dar-lhes um fundo de história em quadrinhos, com balões de fala que remetem a gritos, explosões e terror, uma vez que as falas reproduzidas dizem respeito a preconceitos machistas. O verso das cartas escolhemos colocar o nome do jogo e a imagem que reproduz o icônico pôster Rosie The Reviter de 1940 com o slogan *We can do it* (Nós damos conta/Nós podemos fazer isso) Imagem que promovia o

trabalho das mulheres durante a Segunda Guerra Mundial foi reapropriada pelo movimento feminista sendo imitada e parodiada inúmeras vezes com o sentido de empoderamento feminino. Abaixo temos o exemplo das cartas frase.

FIGURA 30 - JOGO JUNTE-SE À LUTA: CARTA FRASE- FRENTE



FONTE: A autora (2021)

FIGURA 31- JOGO JUNTE-SE À LUTA: CARTA FRASE- VERSO



FONTE: A autora (2021)

As cartas da rodada - Decisor contêm desafios para cada rodada e seu layout seguiu com o fundo de histórias em quadrinhos.

FIGURA 32 - JOGO JUNTE-SE À LUTA - CARTA DECISOR- FRENTE E VERSO



FONTE: A autora (2021)

Segue abaixo a tabela com os desafios:

TABELA 19 - JOGO JUNTE-SE À LUTA -CONTEÚDO CARTAS DECISOR

(continua)

CARTA	DESAFIO
01	Jogue uma carta e me convença da sua escolha. Melhor resposta vence.
02	Escolha uma carta e não mostre. Use da mímica para seu parceiro de jogo adivinhar sua carta. Tempo: 15 s. (cada jogador). Vence se os dois acertarem. Para desempate, quem acertar mais rápido.
03	Jogue uma carta e responda a frase preconceituosa. Melhor resposta vence. Não vale palavrão.
04	Jogue uma carta e crie um lema para a sua carta ação melhor resposta vence
05	Jogue uma carta e simule uma reação/ expressão ao ouvir a frase. Melhor expressão vence. Não vale sinal obsceno.
06	Jogue uma carta e me convença da sua escolha. Melhor resposta vence.
07	Jogue uma carta e os dois jogadores: simulam a situação da carta e das ações. Tempo: 30s. Melhor simulação vence. Não valem sinais obscenos e Palavrões
08	Escolha uma carta e não mostre. Use da mímica para seu parceiro de jogo adivinhar sua carta. Tempo: 15 s. (cada jogador). Vence se os dois acertarem. Para desempate, quem acertar mais rápido.
09	Troque a data da carta: de: séc XIX e XX para XXI/ de: séc XXI para XIX e XX. Escolha uma carta e diga o que mudou em relação ao preconceito. Melhor resposta vence.
10	Jogue uma carta e diga outra frase preconceituosa que sua carta ação venceria. Melhor resposta vence. Não vale palavrão.

TABELA 19 - JOGO JUNTE-SE À LUTA -CONTEÚDO CARTAS DECISOR

(conclusão)

CARTA	DESAFIO
11	Jogue uma carta e diga outra frase preconceituosa que sua carta ação venceria. Melhor resposta vence. Não vale palavrão.
12	Troque a data da carta: de: séc XIX e XX para XXI/ de: séc XXI para XIX e XX. Escolha uma carta e diga o que mudou em relação à ação contra esse preconceito. Melhor resposta vence.

FONTE: A autora (2021)

Existem muitas opções entre as cartas ação para vencer os preconceitos. O estudante vai escolher entre as possibilidades da sua mão de cartas. E caso for uma carta anacrônica o jogador perde a rodada, podendo retornar na próxima. Escolhemos ilustrar cada carta com uma imagem que represente a ação. Segue os exemplos das cartas ação- Aplicabilidade da Lei, a carta com a estratégia de ação das feministas, a carta de sorte e o verso destas cartas ilustradas com o símbolo do feminismo.

FIGURA 33- JOGO JUNTE-SE À LUTA: EXEMPLOS DE CARTAS AÇÃO



FONTE: A autora (2020

As cartas-ação de estratégias das feministas foram inspiradas nas ações destas mulheres que lançaram mãos das mais variadas formas de luta pelos direitos das mulheres. Selecionamos essas ações a partir da bibliografia sobre o feminismo brasileiro contida no segundo capítulo deste trabalho. Segue a descrição das cartas-ação:

TABELA 20- JOGO JUNTE-SE À LUTA- DESCRIÇÃO DAS CARTAS AÇÃO

(continua)

Carta	Tipo	Descrição
01	Aplicabilidade da Lei	Em 1827 foram permitidas a criação de escolas para meninas. Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879 que ficou conhecida como Reforma Leôncio de Carvalho deu o direito ao acesso às universidades as mulheres.
02	Aplicabilidade da Lei	No Código Eleitoral de 1932, Decreto nº 21.076 de 24 de fevereiro feito no governo do presidente Getúlio Vargas se incorporou o direito de voto à mulher, nas mesmas condições que os homens. Aos 21 anos, excluindo as analfabetas. Condição da maioria das mulheres no Brasil.
03	Aplicabilidade da Lei	No Código Penal (Decreto - Lei nº 2.848 7 de dezembro de 1940) ficou instituído no Art. 128 que o aborto pode ser praticado quando "não há outro meio de salvar a vida da gestante" e se a gravidez resulta de estupro.
04	Aplicabilidade da Lei	Em 1979 foi revogado o Decreto nº 3.199 de 14 de abril de 1941 que não permitia que as mulheres praticassem esportes que fossem incompatíveis com a sua natureza "frágil" como o futebol.
05	Aplicabilidade da Lei	A primeira delegacia da mulher foi criada pelo Decreto 23.769, de 6 de agosto de 1985, e rapidamente foi multiplicada em todo país. Com objetivo de ser um espaço policial de atendimento às mulheres reconhecidas agora como vítimas e especializado na proteção contra a violência doméstica e sexual.
06	Aplicabilidade da Lei	"Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações" instituiu o artigo 5º da Constituição Federal de 1988.
07	Aplicabilidade da Lei	A Lei nº 9.100 de 29 de setembro de 1995 instituiu que "Vinte por cento, no mínimo, das vagas de cada partido ou coligação deverão ser preenchidas por candidaturas de mulheres. Essa lei foi reformulada em 2009 para no mínimo 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo.
08	Aplicabilidade da Lei	A Lei 11.106 de 2005 extinguiu a expressão "Mulher Honesta". As mulheres vítimas de estupro precisavam provar sua honestidade/ virgindade para processar seu agressor
09	Aplicabilidade da Lei	Lei 11.106 de 2005 extinta a lei que determinava que se a vítima de estupro se casasse com o estuprador ou outro homem, o crime deixava de existir.
10	Aplicabilidade da Lei	A Lei 11.340 de 07 de Agosto de 2006, chamada de Lei Maria da Penha criou mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher.
11	Aplicabilidade da Lei	Lei 13.104 de 9 de Março de 2015 - Lei contra o feminicídio - Crime de homicídio cometido pelas razões da condição do sexo feminino por ela ser mulher.

TABELA 20- JOGO JUNTE-SE À LUTA- DESCRIÇÃO DAS CARTAS AÇÃO

(continuação)

Carta	Tipo	Descrição
12	Aplicabilidade da Lei	Aprovada a Lei 13.718/2018 que tipifica o assédio como crime. Que consiste na prática de ato libidinoso contra ou sem a anuência da vítima, com o objetivo de "satisfazer a própria lascívia ou a de terceiros", como, por exemplo, casos de contato sem consentimento
13	Aplicabilidade da Lei	Aprovada a Lei nº 14.245, de 22 de novembro de 2021, de autoria da Deputada Federal Lídice da Mata (PSB/BA) que obriga o juiz a zelar pela integridade da vítima em audiências de instrução e julgamento sobre crimes contra a dignidade sexual. Proibindo, nas audiências judiciais o uso de linguagem, informações ou material que ofenda a dignidade da vítima ou de testemunhas ou seja, humilhar e ofender a vítima.
14	Aplicabilidade da Lei	Lei n 7.716/89 conhecida como Lei do Racismo pune todo tipo de discriminação ou preconceito, seja de raça, cor, religião, precedência nacional ou etnia.
15	Aplicabilidade da Lei	Artigo 140 do Código Penal de 1940 INJÚRIA: Ofender a dignidade ou decoro de alguém. Xingamento, uma ofensa pessoal direta. É atribuir a alguém qualidade negativa. 2003 - A pena é aumentada se a injúria refere-se a raça, cor, etnia, religião, origem, condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência.
16	Aplicabilidade da Lei	No Marco Civil da Internet, Lei n. 12.965/2014 assegurou a inviolabilidade da intimidade e da vida privada, sua proteção e indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.
17	Estratégia de ação	Escrever um livro e divulgar suas ideias.
18	Estratégia de ação	Escrever um artigo para jornal contestando.
19	Estratégia de ação	Fundar uma escola para meninas que ensine ciências e matemática
20	Estratégia de ação	Organizar uma marcha
21	Estratégia de ação	Fazer uma abaixo-assinado
22	Estratégia de ação	Processar e pedir reparação pública
23	Estratégia de ação	Fundar/filiar-se a um sindicato que luta pelas mulheres
24	Estratégia de ação	Candidatar-se a um cargo político e lutar pela causa das mulheres
25	Estratégia de ação	Promover campanha eleitoral de mulheres e votar nelas
26	Estratégia de ação	Propor a criação de uma lei
27	Estratégia de ação	Formar grupos de discussão sobre as questões das mulheres
28	Estratégia de ação	Fundar uma ONG contra a violência que as mulheres sofrem
29	Estratégia de ação	Ocupar Brasília
30	Estratégia de ação	Fazer documentários denunciando a situação
31	Estratégia de ação	Denunciar pelo Disque 180

TABELA 20- JOGO JUNTE-SE À LUTA- DESCRIÇÃO DAS CARTAS AÇÃO

(continua)

Carta	Tipo	Descrição
32	Estratégia de ação	Entrar com um processo para garantir o seu direito
33	Estratégia de ação	Chamar a polícia
34	Estratégia de ação	Denunciar nas redes sociais
35	Estratégia de ação	Propor boicote
36	Estratégia de ação	Apoiar mulheres
37	Estratégia de ação	Continuar a jogar futebol/ou outra atividade que dizem que você não pode por ser mulher
38	Estratégia de ação	Dar crédito ao trabalho de mulheres e não tomá-lo como seu
39	Estratégia de ação	Conscientizar sobre falas machistas do dia a dia e não reproduzir
40	Estratégia de ação	Promover campanha publicitária sobre as questões das mulheres
41	Estratégia de ação	Conhecer o feminismo
42	Estratégia de ação	Organizar uma greve
43	Estratégia de ação	Falar sobre o feminismo
44	Estratégia de ação	Ensinar nas escolas sobre as conquistas das mulheres
45	Estratégia de ação	Conhecer a história das feministas
46	Estratégia de ação	Denunciar nas redes sociais
47	Estratégia de ação	Não consumir produtos/músicas com conteúdo sexista e apologia à violência
48	Estratégia de ação	Apoiar mulheres. Comprar produtos feito por mulheres
49	Estratégia de ação	Conhecer as leis sobre as mulheres
50	Estratégia de ação	Ajudar em situação de crise, mas preservando sua segurança
51	Estratégia de ação	Conscientizar sobre falas machistas do trabalho e não reproduzir
52	Estratégia de ação	Criar ONGs de advogadas e propor leis
53	Estratégia de ação	Estudar
54	Estratégia de ação	Fundar um partido político feminino
55	Estratégia de ação	Aliar-se e votar em políticos que lutam pelas causas das mulheres
56	Estratégia de ação	Informar, conversar e ajudar
57	Estratégia de ação	Organizar grupos de pesquisa
58	Estratégia de ação	Meu corpo, minhas regras: Usar seu cabelo e roupas do jeito que você quiser
59	Estratégia de ação	Não interromper a fala de mulheres
60	Estratégia de ação	Organizar um Congresso/encontro para reflexão das questões das mulheres

TABELA 20- JOGO JUNTE-SE À LUTA- DESCRIÇÃO DAS CARTAS AÇÃO

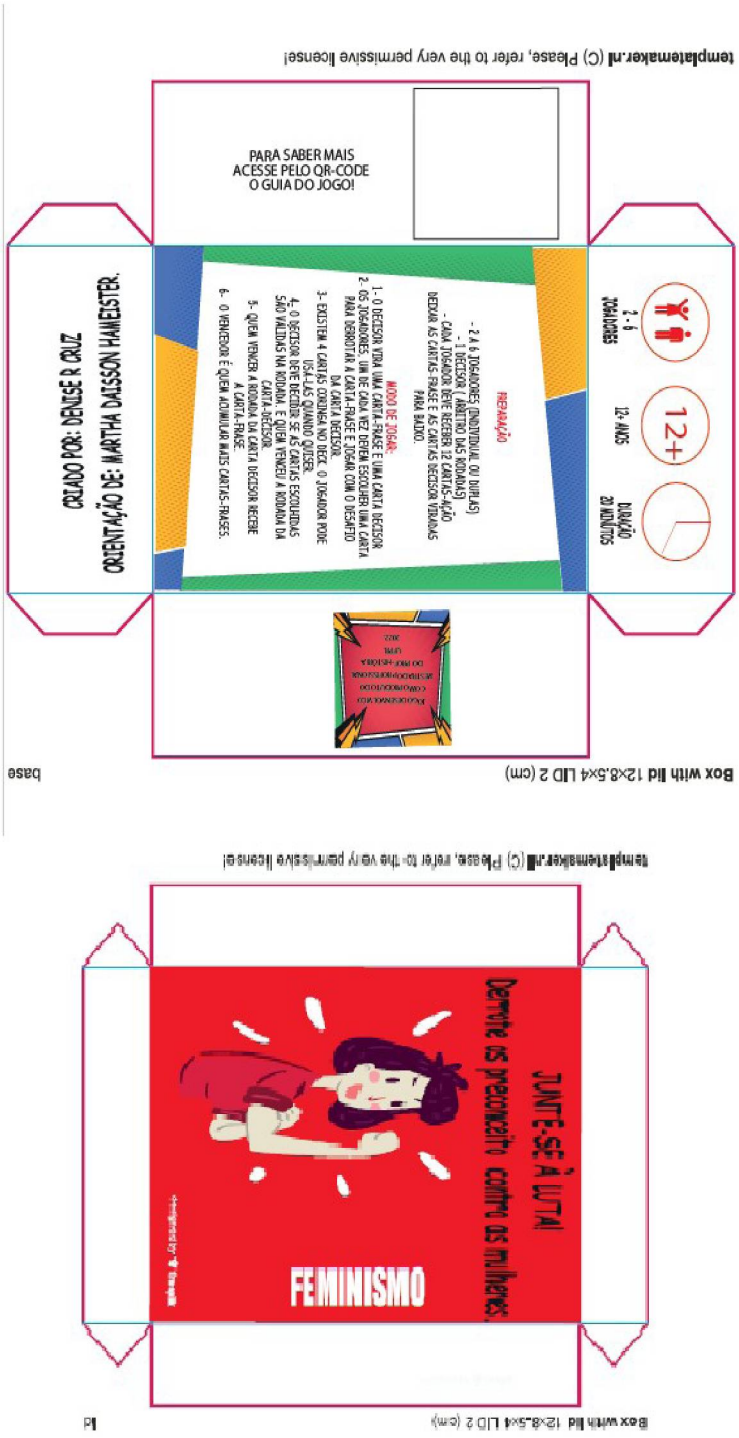
(conclusão)

Carta	Tipo	Descrição
61	Estratégia de ação	Ensinar nas escolas sobre os direitos das mulheres
62	Estratégia de ação	Meu corpo, minhas regras: Usar seu cabelo e roupas do jeito que você quiser
63	Estratégia de ação	Identificar os sinais de relacionamento abusivo
64	Estratégia de ação	Denunciar os machistas no trabalho
65	Estratégia de ação	Escrever uma peça de teatro ou música denunciando a situação
66	Estratégia de ação	Criar um site com informações
67	Estratégia de ação	Compartilhar tarefas
68	Estratégia de ação	Não disseminar ódio contra as mulheres
69	Carta coringa	Passe a vez de responder a carta decisor para outro jogador
70	Carta coringa	Troque uma carta com sua dupla de jogo
71	Carta coringa	Responda ao desafio se a sua dupla de jogo não souber
72	Carta coringa	Troque uma carta com sua dupla de jogo

FONTE: A autora (2021)

Para este jogo foi criado a seguinte caixa:

FIGURA 34 - JOGO JUNTE-SE À LUTA - CAIXA DO JOGO



FONTE: A autora (2021)

5.3.3 Junte-se à luta: sugestão de aplicação em sala de aula.

O jogo de cartas JUNTE-SE À LUTA: DERROTE OS PRECONCEITOS CONTRA AS MULHERES pode ser aplicado antes, durante ou depois do conteúdo sobre o feminismo em sala de aula. Um jogo colaborativo em que as duplas devem selecionar cartas para derrotar um preconceito e jogar com a carta da rodada Decisor, podendo-se assim percorrer a trajetória do feminismo, a partir dos preconceitos que as mulheres sofreram e suas estratégias de luta. Para tanto, sugerimos a aplicação do jogo e seu desenvolvimento em cinco aulas.

TABELA 21 - PLANO DE AULA DO JOGO JUNTE-SE À LUTA

(continua)

PLANO DE AULA SOBRE O FEMINISMO[87]	
ANO:	9º ANO
UNIDADES TEMÁTICAS:	O nascimento da República no Brasil e os processos históricos até a metade do século XX Modernização, ditadura civil-militar e redemocratização: o Brasil após 1946
OBJETOS DO CONHECIMENTO:	Anarquismo e protagonismo feminino O processo de redemocratização A Constituição de 1988 e a emancipação das cidadanias (analfabetos, indígenas, negros, jovens etc.) A história recente do Brasil: transformações políticas, econômicas, sociais e culturais de 1989 aos dias atuais Os protagonismos da sociedade civil e as alterações da sociedade brasileira A questão da violência contra populações marginalizadas

[87] Plano de aula criado a partir dos objetivos e habilidades propostos na BNCC.
BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf Acessado em: 30 de dez. de 2019.

TABELA - PLANO DE AULA DO JOGO JUNTE-SE À LUTA

(conclusão)

PLANO DE AULA SOBRE O FEMINISMO	
HABILIDADES DA BNCC:	(EF09HI08) Identificar as transformações ocorridas no debate sobre as questões da diversidade no Brasil durante o século XX e compreender o significado das mudanças de abordagem em relação ao tema. (EF09HI23) Identificar direitos civis, políticos e sociais expressos na Constituição de 1988 e relacioná-los à noção de cidadania e ao pacto da sociedade brasileira de combate a diversas formas de preconceito, como o racismo. (EF09HI24) Analisar as transformações políticas, econômicas, sociais e culturais de 1989 aos dias atuais, identificando questões prioritárias para a promoção da cidadania e dos valores democráticos. (EF09HI26) Discutir e analisar as causas da violência contra populações marginalizadas (negros, indígenas, mulheres, homossexuais, camponeses, pobres etc.) com vistas à tomada de consciência e à construção de uma cultura de paz, empatia e respeito às pessoas.
OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM:	Conhecer as pautas de luta e as estratégias empreendidas pelas feministas para conquistá-las
DURAÇÃO:	5 AULAS
RECURSOS E MATERIAIS:	Jogo de cartas, quadro e giz.

FONTE: A Autora (2021)

Na AULA 1 sugere-se que o docente inicie a aula com o jogo, explique as regras e convide os estudantes a jogarem. O jogo consiste em 12 rodadas que podem ser jogadas em grupos ou de forma coletiva, que é uma alternativa para turmas muito grandes. Na primeira alternativa escolhe-se um grupo de estudantes para jogar, podendo dividi-los por rodadas. Na segunda alternativa divide-se a turma em grupos de 4 a 5 estudantes entrega-lhes as cartas e em cada rodada dois alunos de cada grupo vão escolher uma carta e cumprir o desafio.

Na AULA 2 e 3 o professor retoma as frases preconceituosas e as estratégias de luta feministas dividindo-as nas ondas do feminismo conforme a data da carta. Espera-se que os estudantes percebam que alguns dos preconceitos são recorrentes em todos os contextos históricos e que em seu próprio cotidiano podem ouvi-los.

Na AULA 4 o docente retoma a temática sugerindo que os estudantes produzam cartas frase a partir da sua vivência e de suas pesquisas e escolham as cartas ação que vão

vencê-las. Nessa atividade os alunos podem usar os mesmos temas das cartas originais como educação, política, racismos, preconceitos no trabalho, mas com novas frases.

Na AULA 5 sugere-se que o professor reaplique a dinâmica do jogo, mas com as novas cartas produzidas pelos estudantes.

No Guia de Jogos incluímos uma breve contextualização de cada frase preconceituosa, sobre cada lei utilizada no jogo e um apanhado sobre as estratégias de ação utilizadas pelas feministas.

5.4 JOGO DE TABULEIRO - NO CAMINHO DO FEMINISMO: É VERDADE OU MENTIRA.

"As feministas odeiam os homens", "As mulheres querem ser superiores aos homens"; "As feministas são abortistas", " As feministas não podem se depilar", "As feministas querem destruir a família e a religião". Estas frases são mentiras sobre o feminismo, as conhecidas "*fake news*" e estão disseminadas pela internet e pelo senso comum. Mas, o que é verdade e o que é mentira sobre o feminismo? Dado o desconhecimento sobre este movimento atestado no questionário com os estudantes escolhemos criar um jogo de perguntas e respostas que, sem necessidade de conhecimentos prévios, vá desvendando o que é o movimento feminista, mas principalmente o que ele não é.

Esse jogo de tabuleiro tem o percurso em forma do símbolo do feminismo e tem por objetivo central que se cruze a chegada por primeiro. Para cumprir essa trajetória o estudante/jogador passará pelas suas 23 casas, em cada uma retirará uma carta-pergunta e responderá uma questão sobre o feminismo dizendo se é verdade ou mentira. Quando o estudante/jogador errar a questão deve recuar uma casa e ao acertar avança uma casa.

Apesar de ter apenas um vencedor o jogo foi construído para ter um elemento de cooperação entre os jogadores. Cada jogador deve escolher antes do início da partida o seu cartão de jogador que contém uma habilidade única no jogo de ajudar o outro jogador. Assim estudantes/jogadores podem negociar a ajuda e se ajudar durante o jogo, afinal sozinhos é difícil vencer no caminho do feminismo.

A criação deste jogo de tabuleiro deu-se a partir das respostas dos colaboradores deste trabalho que demostraram desconhecimento da palavra, ao mesmo tempo que apontaram para a diferenciação no tratamento de homens e mulheres. Da palavra feminismo

quase nunca aparecer nos livros didáticos e quando se faz presente não há explicação para o termo. O desafio era encontrar uma forma de explicar por meio de um jogo o que é o feminismo.

Ao mesmo tempo neste jogo considera-se a construção do conhecimento, especialmente do conhecimento e conceitos históricos, dentro da cientificidade que baseia-se em fatos e em pesquisas e não em senso comum. Desta forma os conteúdos das cartas foram escolhidos em bibliografia pertinente ao tema buscando percorrer uma trajetória sobre as conquistas e lutas das mulheres, como na questão "Verdade ou Mentira? Existiu uma lei no Brasil e que se a mulher se casasse com o seu estuprador/ou outro homem, o estupro deixava de ser crime." A afirmativa segue-se com a informação que de não só existiu, como somente em 2005 deixou de existir. Também recorreu-se a dados de pesquisas sobre a situação da mulher como do DIEESE e do IPEA para alicerçar afirmativas.

Também percorreu-se Guias e sites com listas do que é e do que não é feminismo. Em uma busca no GOOGLE encontra-se mais de 1.800.000 páginas sob a expressão "Mentiras sobre o feminismo" obviamente que entre elas, muitas disseminam a mentira sobre o movimento, mas que são de fácil acesso a qualquer pessoa que deseje pesquisar sobre o tema. Por outro lado, temos livros e artigos da academia sobre o feminismo, mas a linguagem por vezes é inacessível. Em uma passagem do livro "O feminismo é para todo mundo" Bell Hooks explicita essa situação

> [...] tenho vontade de ter em mãos um livreto, para que eu possa dize ' leia este livro e ele te dirá o que é o feminismo, sobre o que é o feminismo.' Quero ter em mãos um livro conciso, fácil de ler e de entender, não um livro longo, não um livro grosso com jargão e linguagem acadêmica difíceis de compreender, mas um livro direto e claro [...] HOOKS, 2019, p. 12

A criação de Guias sobre o feminismo e contra o Machismo parece-nos ser uma tentativa interessante e de fácil entendimento. Com a explicação de vocábulos como feminismo e machismo e a listagem de frases machistas demostram de forma prática como estas frases estão inseridas no cotidiano. Desses materiais retiramos frases e expressões machistas.

Interessa-nos também a prática da reflexão a partir do jogo do que se constitui uma notícia falsa, uma mentira sobre um fato. Em tempos de negacionismo e disseminação de inverdades faz-se premente a reflexão de como se dá a construção destas.

TABELA 22 - FICHA TÉCNICA DO JOGO NO CAMINHO DO FEMINISMO

(continua)

FICHA TÉCNICA DO JOGO NO CAMINHO DO FEMINISMO	
Idade dos jogadores	+ 12 anos
Quantidade de jogadores	2 a 4
Tempo de partida	15 minutos
Mecânica de jogo	Avanço por resposta, Cooperação.
Componentes	Tabuleiro com 23 casas. 4 peões, 1 dado, 100 cartas-pergunta 4 cartas do jogador com sua habilidade
Objetivo do jogo	Ser o primeiro a cruzar a chegada.
Objetivo de aprendizagem	Conhecer o movimento feminista e as mentiras disseminadas.
Preparação do Jogo	- Abrir o tabuleiro e colocar as cartas viradas para baixo - Os jogadores devem escolher suas peças e colocá-la no início do tabuleiro e suas cartas de habilidade.
Modo de jogar/ Regras do jogo	1- O jogador mais novo começa. Pega uma carta virada para baixo e passa para o jogador da esquerda. Esse jogador vai desvirar a carta e fazer a pergunta. 2- Se o jogador acertar avança uma casa. Se o jogador errar deve recuar uma casa. 3- Chegando no primeiro cruzamento o jogador que parar na terceira casa deve na sua jogada seguinte ir ou para esquerda ou direita. 5- Ao chegar no círculo do tabuleiro deve-se seguir pela esquerda. 6- O jogador que ccruzar por primeiro na CHEGADA vence.

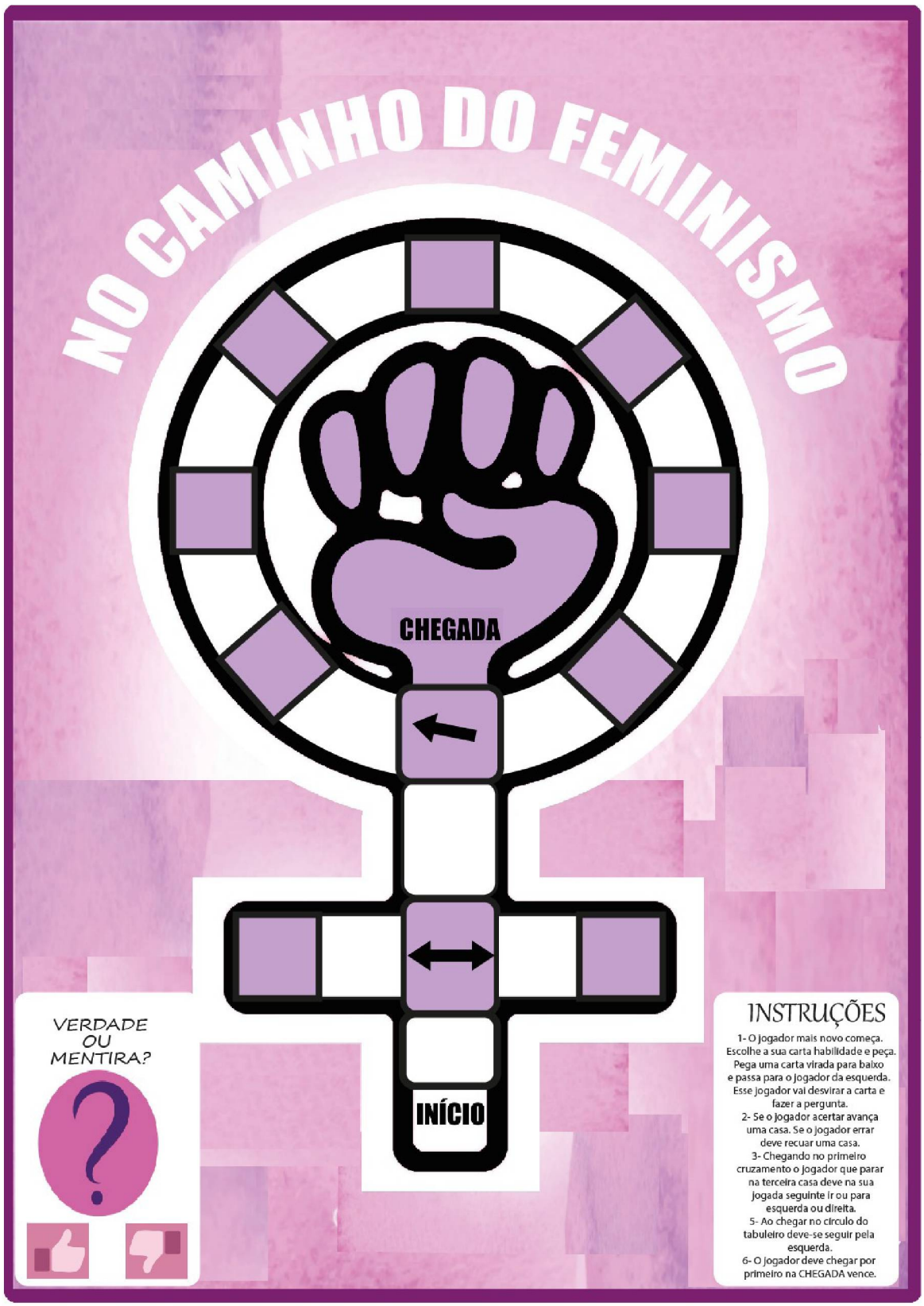
FONTE: A autora (2021)

5.4.1 Elementos do jogo de tabuleiro.

O tabuleiro deste jogo tem o formato do símbolo do feminismo com fundo na cor roxa, com espaço para as instruções e para as cartas. Pode ser impresso em folha A4 ou A3. O Símbolo do feminismo é formado pelo Espelho de Vênus, símbolo da valorização da feminilidade de origem na mitologia grega na deusa do amor Afrodite. O punho erguido vem do feminismo negro que tem como símbolo de luta o gesto do punho erguido do Movimento das Panteras Negras nos Estados Unidos. Gesto usado por dois esportistas negros em 1968 no

México que o popularizou e foi utilizado pelo movimento feminista em sinal de luta e apropriado pelas feministas brancas.

FIGURA 35 - JOGO NO CAMINHO DO FEMINISMO - TABULEIRO



FONTE: A autora (2021)

Foram criadas 100 cartas com questões sobre o feminismo. Dividimos para que 60 cartas trouxessem informações verdadeiras e 40 com informações falsas. O layout escolhido para as cartas foi o ponto de interrogação na cor roxa para o verso das cartas e na frente das cartas o ponto de interrogação com a pergunta "Verdade ou Mentira?" abaixo tem-se o exemplo das cartas.

FIGURA 36 - JOGO NO CAMINHO DO FEMINISMO - CARTAS PERGUNTAS- FRENTE E VERSO



FONTE: A autora (2021)

O conteúdo das cartas traz uma informação sobre o feminismo, as feministas, suas pautas de lurta e em seguida uma mão fazendo o sinal de positivo para informações verdadeiras com um carimbo com os dizeres de LUTA FEMINISTA! e no caso de informação falsa, uma mão fazendo sinal de negativo com a palavra MENTIRA. Por fim, um breve comentário sobre a informação dada. As cartas foram criadas baseando-nos na bibliografia do feminismo deste trabalho, em dados de pesquisas do DIEESE (2020) e do IPEA (2014, 2019, 2020 e 2021) sobre a situação das mulheres brasileiras e em frases do senso comum retiradas dos Guias sobre o feminismo e Antimachistas.

Segue a descrição de cada uma das cartas:

TABELA 23 - JOGO NO CAMINHO DO FEMINISMO - DESCRIÇÃO DAS CARTAS

(continua)

Carta	Informação	Comentário
	VERDADE	
01	Feminismo luta por igualdade econômica, social e jurídica entre homens e mulheres.	Pela constituição brasileira de 1988 homens e mulheres têm direitos e deveres iguais. No entanto, os salários das mulheres, em média, é muito menor do que dos homens. Ocupam menos lugares nos cargos públicos.
02	O feminismo luta contra a crença de que os homens são superiores às mulheres	Nessa crença alicerçam-se atitudes machistas que durante séculos negaram direitos às mulheres, como voto, educação, participação política. O feminismo luta pelo reconhecimento da capacidade feminina e acredita que todos são capazes.
03	O conceito de feminismo surgiu no século XIX.	A palavra feminismo emergiu em 1837 na França. No entanto, as mulheres por séculos têm falado e escrito sobre as desigualdades e opressões que sofrem.
04	Feminismo luta contra o machismo	Machismo são atitudes, palavras e ações degradantes e discriminatórias contra as mulheres, nascidas da crença que homens são superiores às mulheres.
05	No estupro a culpa nunca é da vítima. não importa qual roupa ela estava usando.	O feminismo luta contra a cultura do estupro. ou seja, a ideia que a agressão sexual e o abuso são normalizados ou banalizados. Principalmente em tirar a culpa do criminoso e atribuí-la a vítima.
06	Feminismo luta contra a opressão e a exploração de grupos de pessoas sobre outras pessoas	Opressões e explorações sexistas. ou seja, por elas serem mulheres.
07	Existem no feminismo: feminismo negro, indígena, lésbico, radical, marxista, liberal...	As mulheres não são iguais e nem as suas lutas. Assim temos vários feminismos e lutas.
08	No século XIX as meninas aprendiam corte, costura na escola. dizia-se que ciência e matemática não lhes era útil.	Estudar para quê? Vai ser dona de casa. O currículo das meninas era diferente dos meninos e lhes retiravam a chance do conhecimento, restando-lhes apenas os afazeres domésticos.
09	A primeira prefeita da América Latina é brasileira.	Em 1928 Alzira Soriano foi eleita prefeita em Lajes no Rio Grande do Norte. Foi a primeira mulher eleita como prefeita na América Latina.

TABELA 23 - JOGO NO CAMINHO DO FEMINISMO - DESCRIÇÃO DAS CARTAS

(continuação)

Carta	Informação	Comentário
10	Quem era contra o voto feminino argumentava que o voto acabaria com a família	Na constituinte de 1891 argumentavam que a mulher estava muito ocupada cuidando de casa e dos filhos. Se fosse se meter com política abandonaria a família.
11	Quem era contra o voto feminino argumentava que as mulheres não eram inteligentes como os homens.	Os homens que discutiam sobre o voto das mulheres chegaram a conclusão que as mulheres eram inferiores em todos os sentidos aos homens e por isso não deveriam votar.
12	Na campanha pelo voto as feministas: fundaram um partido político, fizeram passeatas e aliaram-se a políticos	As feministas utilizaram diversas estratégias para conquistar o direito ao voto. Elas conquistaram em 1932.
13	As primeiras mulheres a ingressar na universidade no brasil precisaram de autorização do pai ou do marido.	As mulheres não eram consideradas capazes de tomar decisões e precisavam de autorização de um homem. As mulheres só foram aceitas em universidades a partir do ano 1879.
14	No Brasil os homens tinham direito por lei de bater em suas esposas até 1890	Até essa data a possibilidade de castigo físico era aprovada por lei. Violência doméstica é crime! Denuncie.
15	As mulheres conquistaram o direito ao voto em 1932. Não podiam votar as analfabetas e as menores de 21 anos	O Brasil foi o quarto país da América a aprovar o voto feminino. No entanto, excluiu boa parte das mulheres ao voto ao proibir o voto das analfabetas.
16	O direito ao aborto foi instituído no código penal de 1940, em casos de estupro ou risco á vida.	O feminismo luta para que todas as mulheres tenham esse direito garantido conforme sua escolha. E que o procedimento seja feito preservando a dignidade da mulher
17	Até 1962 as mulheres precisavam de autorização do marido para trabalhar, viajar e receber herança.	Existia nas leis a incapacidade da mulher casada o que levava aos seus maridos a serem seus tutores.
18	Para se ter um cartão de crédito as mulheres precisavam de um avalista homem em 1974.	Assim como para abrir conta em bancos.

TABELA 23 - JOGO NO CAMINHO DO FEMINISMO - DESCRIÇÃO DAS CARTAS

(continuação)

Carta	Informação	Comentário
19	Até 1962 as mulheres casadas eram consideradas incapazes e precisavam da tutela do marido	Conhecido como estatuto da mulher casada de 1962. Nele se atestou a capacidade da mulher sem precisar da tutela do marido.
20	Até 1977 era obrigatório a adoção do sobrenome do marido.	A obrigatoriedade significava uma afirmação do poder do marido. Tradição do direito romano, o sobrenome do marido, que a esposa passava a usar, funcionava como um carimbo a mostrar que ela tinha um dono e senhor.”
21	No Brasil por 38 anos foi proibida a prática do futebol para mulheres	Entre 1941 e 1979 foram proibidas as práticas esportivas que eram consideradas incompatíveis com a sua “ natureza frágil”. ou ditos “ de homem” entre eles o futebol
22	Em 1941 alguns esportes foram considerados incompatíveis com a natureza frágil das mulheres	Entre 1941 e 1979 foram proibidas as práticas esportivas que eram consideradas incompatíveis com a sua “ natureza frágil” e que impossibilitasse a principal missão da mulher: ter filhos..
23	170 anos após a criação das forças armadas as mulheres foram aceitas no Exército: 1992.	O lugar da mulher é no exército também. O feminismo luta para que as mulheres tenham a possibilidade de escolha da sua carreira profissional.
24	Existem delegacias especializadas no atendimento à mulher	Uma antiga demanda feminista que via o ambiente hostil nas delegacias majoritariamente masculinas como um fator de preconceito e discriminação. O atendimento deveria ser prestado por policiais do sexo feminino.
25	Em 2021 fez 33 anos que as mulheres são consideradas iguais em direitos e deveres aos homens	Até 1988 as mulheres e os homens não eram considerados iguais na área jurídica. Seus status era inferior e submissas em relação aos homens
26	Existe uma lei em que 30% das vagas de cada partido devem ser ocupadas por mulheres	Essa lei foi aprovada em 1995 com 20% e ampliada em 2009.garantindo a participação feminina nas eleições
27	Falta de virgindade era justificativa para a anulação do casamento	Até 2002 o marido podia pedir anulação do casamento por falta de virgindade

TABELA 23 - JOGO NO CAMINHO DO FEMINISMO - DESCRIÇÃO DAS CARTAS

(continuação)

Carta	Informação	Comentário
28	Existiu uma lei no Brasil em que se a mulher se casasse com o seu estuprador/ou outro homem, o estupro deixava de ser crime	Apenas em 2005 essa lei deixou de existir no Brasil.
29	No Brasil existe uma lei que combate a violência contra as mulheres	Criada em 2006 e conhecida como Lei Maria da Penha combate a violência doméstica e familiar contra as mulheres.
30	O assédio só foi considerado crime em 2018	Assédio é qualquer ato de cunho sexual sem consentimento. Qualquer tipo de toque que cause desconforto como beijos, carícias, abraços, etc...
31	Sem consentimento tocar, encostar e acariciar é considerado crime.	É assédio! Denuncie!
32	A opressão é vivida por todas as mulheres, mas recaí de forma diferente, conforme, a classe e a raça.	A essa ideia dá-se o nome de Interseccionalidade e foi criada no feminismo negro.
33	No Brasil já se considerou a esterilização obrigatória em mulheres negras	Em 1982 houve uma proposta de controle da natalidade de pessoas negras em São Paulo. Feministas e o movimento negro denunciaram essa proposta racista.
34	Essa é uma frase machista: “ Recebeu aumento, ela deve ter saído com o chefe”	Frase MACHISTA que desqualifica a capacidade da mulher no trabalho e as suas conquistas.
35	Essa é uma frase machista: “isso não é profissão de mulher	Profissão de mulher é aquela que ela escolher!
36	O feminismo luta pela liberdade reprodutiva	Acredita-se na liberdade de escolha das mulheres no controle do seu próprio corpo para ter ou não filhos.
37	Essa é uma atitude machista: interromper constantemente a fala de uma mulher.	Manterrupting: termo que descreve a atitude de interromper a mulher diversas vezes, de forma que ela não consegue terminar a frase. O termo foi popularizado com o estudo da universidade de Yale que apontou que as senadoras pronunciavam-se menos que seus colegas.

TABELA 23 - JOGO NO CAMINHO DO FEMINISMO - DESCRIÇÃO DAS CARTAS

(continuação)

Carta	Informação	Comentário
38	O que faz uma feminista: desafia a misoginia	Misoginia: preconceito, o ódio e desprezo dos homens pelas mulheres
39	Em 2020 o Brasil teve a menor proporção da América de mulheres em exercício na política	Em uma lista de 190 países o Brasil ocupou a posição 142. A população feminina corresponde a 52,2% e ocupa menos de 20% dos cargos políticos.
40	Em 2019 cerca de 66% das mulheres assassinadas eram negras.	Em 2019 foram assassinadas 3.739 mulheres. Houve 1.314 casos de feminicídio, mulheres mortas pelo fato de serem mulheres. As mulheres negras são a maioria das vítimas
41	Cerca de5 7.000 mulheres foram estupradas no Brasil em 2019	Acredita-se que esses dados contemplem apenas 10% dos casos. Muitas mulheres não fazem boletim de ocorrência.
42	36% dos abortos legais são de adolescentes menores de 13 anos vítimas de estupro	O feminismo luta por políticas públicas contra a cultura do estupro e pela dignidade nos procedimentos legais e médicos das vítimas.
43	58,5% dos brasileiros afirmam que se as mulheres soubessem se comportar haveria menos estupros.	Estudo publicado em 2014 feito pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada que ouviu 3.810 pessoas. A culpa é sempre do estuprador, não da roupa ou do comportamento da mulher.
44	Mais de 50% das mulheres sentem medo de ser vítima de agressão sexual.	Em pesquisa do IPEA (2009) 68,15% das mulheres negras e 57,08% das mulheres brancas declaram sentir medo de agressão sexual.
45	A própria residência é um dos lugares que mais ocorrem agressões contra as mulheres	Maridos, namorados e companheiros são os principais agressores.
46	O feminismo luta pela igualdade salarial porque dependendo do sexo e da cor de pele as pessoas recebem salários menores.	Na pesquisa do DIEESE (2021) constatou-se que as mulheres recebem menos que os homens. Principalmente em cargos de chefia.
47	É correta a sentença: O feminismo não é sobre querer privilégios. É sobre ter direitos assegurados	O feminismo luta por direitos
48	É correta a sentença: O feminismo não é sobre ter poder sobre os homens, mas sim que as mulheres tenham sobre si mesmas.	O feminismo luta pela emancipação e liberdade das mulheres

TABELA 23 - JOGO NO CAMINHO DO FEMINISMO - DESCRIÇÃO DAS CARTAS

(continuação)

Carta	Informação	Comentário
49	Feminismo é lutar pela segurança das mulheres: a cada minuto nove mulheres são agredidas no Brasil.	Lutar com proposições de leis e de políticas públicas.
50	O feminismo é para todas: negras, brancas, homossexuais, heterossexuais, pobres, ricas.....	O feminismo é para todas!
51	Uma estratégia feminista é o empoderamento. Medidas para melhorar a vida de pessoas oprimidas	Principalmente mudanças legais e sociais, como melhorar a educação de meninas.
52	O que faz uma feminista? Luta contra objetificação das mulheres nas mídias	Que trata as mulheres como objetos sexuais dos homens e não como indivíduos com pensamentos e direitos próprios.
53	O que diz uma feminista? Nosso corpo nos pertence	Lema da segunda onda do feminismo. As mulheres têm direito de decidir sobre o seu corpo.
54	O que faz uma feminista? Propõe novas leis a favor das mulheres	Como o Consorcio Maria da Penha formada por várias ONGs que propuseram a lei contra a violência doméstica.
55	O que as feministas fazem? Marcham para protestar e denunciar	Passeatas e marchas foram meios estratégicos das feministas. No século XXI a marcha das Margaridas foi feita por mais de 100.000 pessoas que lutavam pelos direitos das mulheres do campo, das águas e da floresta.
56	O que as feministas fazem? marcham para protestar e denunciar	A Marcha das Margaridas é um bom exemplo de marcha pela luta das mulheres
57	Quem são as feministas? mulheres que assumem seu papel político e percebem-se numa sociedade em que as mulheres estão numa relação desigual com os homens	E a partir disso, decidem mudar o mundo ao seu redor!
58	Pelo que as feministas lutam? contra o casamento infantil	O Brasil é o quarto país do mundo em incidência de casos. Em 2019 foram 109.594 casamentos de menores de 18 anos.
59	As mulheres gastam 95% a mais de tempo com afazeres domésticos do que os homens.	Em pesquisa de 2019 pelo DIEESE apontou a dupla jornada das mulheres.

TABELA 23 - JOGO NO CAMINHO DO FEMINISMO - DESCRIÇÃO DAS CARTAS

(continuação)

Carta	Informação	Comentário
60	O feminismo luta contra estereótipos sobre a mulher: sobre seus cabelos, forma de seus corpos e seus comportamentos	Exemplos de luta da Marcha das Vadias!
	MENTIRAS	
61	Feminismo é igual ao machismo	Não é sobre ser superior aos homens. É sobre ter seus direitos assegurados
62	O feminismo surgiu no ano 2000.	A luta do feminismo data do século XIX. Mas por séculos as mulheres denunciam as desigualdades e opressões.
63	Só existe um tipo de feminismo.	Existem vários tipos de feminismos que abraçam diferentes mulheres e pautas de lutas.
64	O que as feministas fazem? Odeiam crianças e mães .	As feministas apoiam as escolhas das mulheres em querer ou não ter filhos
65	É correta a frase: Não exite machismo, é tudo mi, mi, mi .	As mulheres vivenciam o machismo diariamente, no trabalho, na escola e em casa. Não é mi, mi, mi são suas vidas e seus protestos.
66	Quem são as feministas? Feministas só são as mulheres que protestam de peito de fora.	Como forma de protesto para mostrar que o corpo da mulher pertence a ela. E que mesmo sem roupa ninguém tem o direito de tocá-lo algumas feministas usam seu corpo como bandeira de luta. Mas existem centenas de formas de protesto e de ser feminista
67	Não tem nenhuma feminista brasileira.	Na história do feminismo brasileiro centenas de mulheres se autodeclararam como feministas e lutaram por direitos que temos agora.
68	O que dizem as feministas? Feministas não podem se depilar.	O feminismo luta pela liberdade da mulher e não dita o que ela deve fazer.
69	É correta a frase: As mulheres são naturalmente dóceis e submissas.	Determinismo biológico: acredita-se que a personalidade e os comportamentos são inatos e determinados pelo sexo. A ideia é que por nascer mulher temos um papel determinado para cumprir.
70	O que fazem as feministas? Odeiam os homens.	As feministas lutam contra o machismo e não contra os homens
71	Todas as mulheres têm instinto maternal e têm que ser mães.	O feminismo defende a liberdade reprodutiva de cada mulher. E que as mulheres são diferentes umas das outras

TABELA 23 - JOGO NO CAMINHO DO FEMINISMO - DESCRIÇÃO DAS CARTAS

(continuação)

Carta	Informação	Comentário
72	É correta a frase: Quanto mais feminista, menos feminina.	O feminismo defende a liberdade das mulheres para se vestir e se comportar como ela quiser. Não é o uso do salto alto e de maquiagem que vai ditar sobre ser feminista ou não.
73	Quem é feminista? Aquela que não usa maquiagem. É proibido entre as feministas.	O feminismo defende a liberdade de escolha das mulheres. Usar maquiagem ou não é a escolha é da mulher
74	Feminismo só é bom para mulheres.	O feminismo defende um mundo sem preconceitos e igualitário entre homens e mulheres. Uma sociedade mais justa é bom para todos.
75	Para ser feminista tem que ser ativista e ir em protestos	Existem diversas formas de viver o feminismo e ir a protestos é apenas uma delas.
76	Usar maquiagem e roupas sensuais te faz menos feminista.	O feminismo defende a liberdade de escolha das mulheres. Usar maquiagem ou não, a escolha é da mulher
77	Feminismo só tem uma luta: igualdade	As lutas do feminismo são diversas. Entre elas o fim da opressão, a exploração e o sexismo, racismo, por terras, por trabalho, etc...
78	Donas de casa não podem ser feministas.	O feminismo defende a liberdade de escolha das mulheres e abarca as questões de todas.
79	Toda feminista é abortista.	O feminismo defende que as mulheres tenham oportunidade de escolha sobre seus próprios corpos. E façam os procedimentos de forma segura. É sobre escolha e não sobre aborto.
80	Toda feminista é lésbica.	Ser feminista é uma escolha e um posicionamento político. Ser lésbica é uma orientação sexual.
81	Feministas não podem deixar o homem pagar a conta .	O feminismo defende a liberdade de escolha das mulheres da sua forma de viver. as mulheres podem pagar a conta, dividir ou deixar alguém pagar.
82	Existem trabalhos que a mulher não pode fazer só por ser mulher..	As mulheres têm liberdade de escolha e capacidade de realizar qualquer trabalho. Basta que tenham oportunidade para fazê-lo.
83	Feminista e feminazi é a mesma coisa .	Feminazi é um termo pejorativo para descrever as feministas. A junção entre feministas e nazistas. Não deve ser usado.
84	O Brasil foi o primeiro país da América Latina a aprovar o voto feminino.	O primeiro país foi o Uruguai. O Brasil foi o quarto país a aprovar o sufrágio feminino.

TABELA 23 - JOGO NO CAMINHO DO FEMINISMO - DESCRIÇÃO DAS CARTAS

(continuação)

Carta	Informação	Comentário
85	O direito de estudar em escolas públicas foi garantido em 1550 às mulheres.	As meninas tiveram acesso à escola pública apenas em 1827. Mas a grade curricular não era igual ao dos meninos. Aprendiam prendas domésticas
86	O feminismo é contra a religião	O feminismo é contra a exploração e opressão sexista e não contra a religião.
87	No Brasil o aborto é legalizado para todas as mulheres	Ainda não existe a descriminalização do aborto no Brasil. É legalizada apenas nos casos de estupro, risco de vida da mãe.
88	Mulheres são mais fracas e por isso merecem ganhar menos.	O feminismo defende a igualdade salarial e a capacidade das mulheres em realizar qualquer trabalho que decidam fazê-lo.
89	Cultura do estupro não existe no Brasil.	Existe. Como mostrou a pesquisa em que 58,5% dos entrevistados disseram que a agressão sexual era causada pelas vítimas
90	Todas as feministas são feias, velhas e agressivas.	Existem preconceitos com a palavra feminista e suas adeptas. Feminista é toda aquela que decida ser feminista.
91	Em briga de marido e mulher não se mete a colher..	Se salva a mulher chamando a polícia e acionando a Lei Maria da Penha. Denuncie casos de violência doméstica
92	No período da república brasileira as mulheres sempre foram consideradas iguais em direitos e deveres aos homens	Foi apenas em 1988 que as mulheres conquistaram o status de igualdade jurídica.
93	As mulheres já conquistaram tudo. Não precisam mais do feminismo.	Existem muitas pautas de luta: Trabalho, segurança, racismo, terras, violência.....
94	No estudo de 2016 foi provado cientificamente que os homens são mais inteligentes e capazes que as mulheres.	Mulheres e Homens têm a mesma capacidade. Não existe nenhum estudo que comprove a inferioridade da capacidade feminina
95	As mulheres têm direito absoluto ao seu próprio corpo conforme a lei de 1960	Existem leis que regulam a livre escolha sobre seus próprios corpos e sua liberdade reprodutiva
96	Todo movimento de mulheres é feminista	Não. Tem-se até movimentos de mulheres anti-feministas.
97	As feministas querem roubar o lugar dos homens.	As feministas lutam para que as mulheres também tenham um lugar. Tenham oportunidades!.

TABELA 23 - JOGO NO CAMINHO DO FEMINISMO - DESCRIÇÃO DAS CARTAS

(conclusão)

Carta	Informação	Comentário
98	70% dos brasileiros acreditam que agressão contra a mulher deve ser tratada na polícia.	Para parte da população a agressão deve ser tratada dentro de casa. Agressão é crime. Denuncie.
99	O que as feministas dizem? Não existe lugar para os homens no feminismo.	os homens podem e devem participar das lutas das mulheres, mas não como protagonistas.
100	Isso é machismo dos homens? Abrir a porta e pagar a conta	Não, abrir a porta é educação. Pagar a conta é uma questão de escolha. Estas questões independem do gênero.

FONTE: A autora (2021)

Foram criadas quatro cartas do jogador para que os jogadores/estudantes possam interagir entre eles. Segue-se o exemplo:

FIGURA 37 - JOGO NO CAMINHO DO FEMINISMO- CARTA JOGADOR



FONTE: A autora (2021)

A ideia para as peças que representam os jogadores no tabuleiro é utilização de círculos de 3,5 cm. Podem ser confeccionados de papelão, madeira ou ainda reutilizar peças de jogos de botão. Foram criadas dois tipos, utilizando os símbolos do feminismo:

FIGURA 38 - JOGO NO CAMINHO DO FEMINISMO- PEÇAS



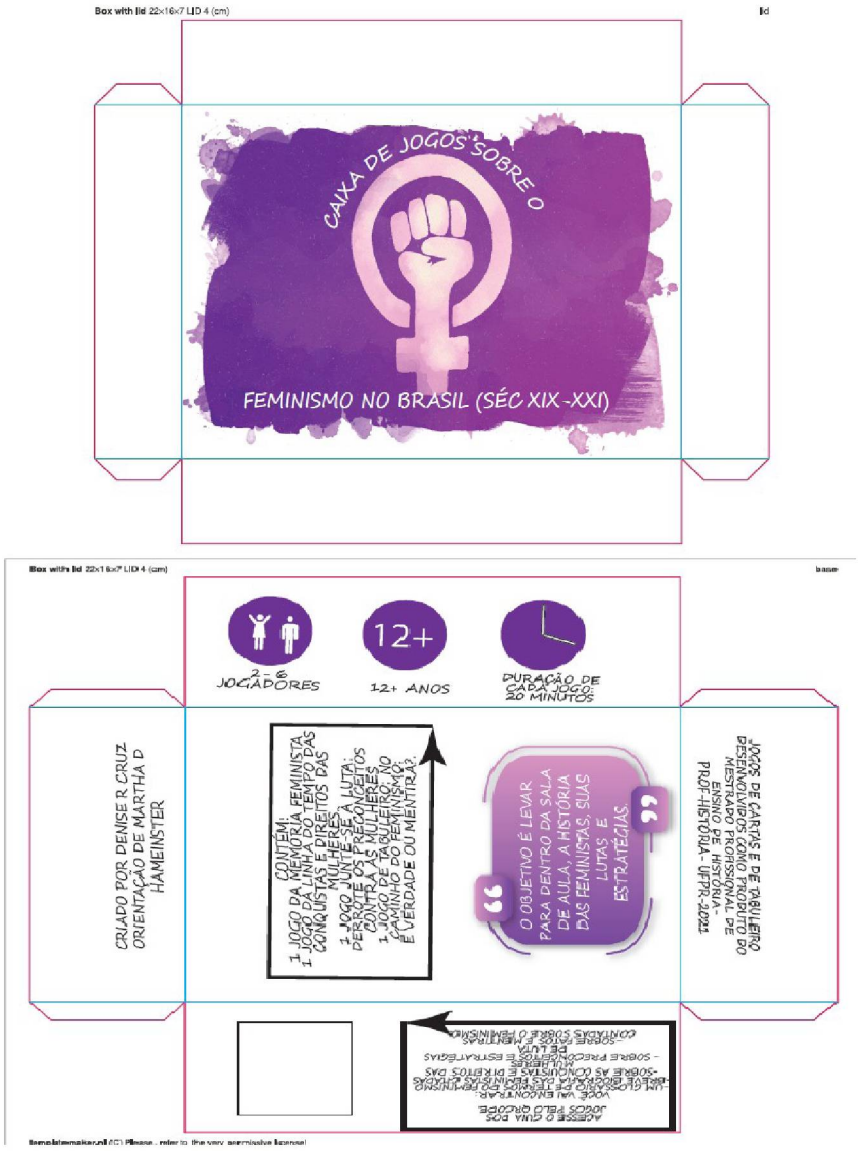


FONTE: A autora (2021)

Foi criada uma caixa para as cartas dos jogo.

Como os jogos foram concebidos para fazer parte de um conjunto sobre o feminismo escolhemos fazer uma caixa, e dessa maneira acomodar o jogo de tabuleiro que foi produzido para ser impresso na folha A3.

FIGURA 38 - JOGO NO CAMINHO DO FEMINISMO- CAIXA DOS JOGOS



FONTE: A autora (2021)

5.4.2 No Caminho Do Feminismo: sugestão de aplicação em sala de aula.

O jogo de tabuleiro No Caminho do Feminismo foi idealizado para ser uma ferramenta de ensino aprendizagem introdutória da temática do feminismo em sala de aula. Uma possibilidade de inclusão no plano de aula é sugerida abaixo em que utilizar-se à em quatro aulas.

TABELA 24 - PLANO DE AULA- JOGO NO CAMINHO DO FEMINISMOS

(continua)

PLANO DE AULA SOBRE O FEMINISMO	
ANO:	9º ANO
UNIDADES TEMÁTICAS:	O nascimento da República no Brasil e os processos históricos até a metade do século XX Modernização, ditadura civil-militar e redemocratização: o Brasil após 1946
OBJETOS DO CONHECIMENTO:	Anarquismo e protagonismo feminino O processo de redemocratização A Constituição de 1988 e a emancipação das cidadanias (analfabetos, indígenas, negros, jovens etc.) A história recente do Brasil: transformações políticas, econômicas, sociais e culturais de 1989 aos dias atuais Os protagonismos da sociedade civil e as alterações da sociedade brasileira A questão da violência contra populações marginalizadas
HABILIDADES DA BNCC:	(EF09HI08) Identificar as transformações ocorridas no debate sobre as questões da diversidade no Brasil durante o século XX e compreender o significado das mudanças de abordagem em relação ao tema. (EF09HI23) Identificar direitos civis, políticos e sociais expressos na Constituição de 1988 e relacioná-los à noção de cidadania e ao pacto da sociedade brasileira de combate a diversas formas de preconceito, como o racismo. (EF09HI24) Analisar as transformações políticas, econômicas, sociais e culturais de 1989 aos dias atuais, identificando questões prioritárias para a promoção da cidadania e dos valores democráticos. (EF09HI26) Discutir e analisar as causas da violência contra populações marginalizadas (negros, indígenas, mulheres, homossexuais, camponeses, pobres etc.) com vistas à tomada de consciência e à construção de uma cultura de paz, empatia e respeito às pessoas.
OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM:	Conhecer o movimento feminista e as mentiras disseminadas sobre o movimento.
DURAÇÃO:	4 AULAS
RECURSOS E MATERIAIS:	Jogo de cartas, quadro, giz.

FONTE: A autora (2021)

Na AULA 1 o docente pode solicitar como primeira atividade, que os estudantes façam uma pesquisa com 10 pessoas (familiares e outros estudantes) questionando:

- Você conhece o feminismo?

-O que é o movimento feminista?

- Como são as feministas?

- O que seria uma atitude machista?

- O que seria uma atitude feminista?

Espera-se que entre as diversas respostas encontrem-se muitas verdades, mas também muitas inverdades sobre o movimento feminista e suas adeptas. Essa pesquisa antecipa o jogo e o professor pode propor como desafio obter respostas iguais as cartas do jogo.

* Outra possibilidade de aplicação em sala de aula é utilizar o jogo na primeira aula com dois objetivos: compreender o conhecimento prévio dos estudantes sobre a temática e para que estes apreendam o conceito de feminismo, machismo, de feministas, atitudes feministas e as inverdades que existem ao redor das palavras feminismo e feminista

Na AULA 2 o docente aplica o jogo como um desafio sobre o conhecimento dos estudantes da temática do feminismo e para que nesse percurso construam uma noção crítica sobre o que é e o que não é verdade sobre o movimento feminista. O jogo pode ser adaptado para ser jogado pela turma toda, dividida em grupos, uma vez que é composto por 100 cartas de perguntas.

Na AULA 3 o docente desenvolve a temática das ondas do feminismo apontando para a historicidade e a longa permanência de mentiras sobre o feminismo e como foram gestadas pelo machismo da sociedade. A exemplo da representação das feministas como feias, mal-amadas, agressivas e abortistas.

Na AULA 4 o docente pode solicitar como produção autoral dos alunos que escolham e reproduzam as cartas em formato de cartaz sobre o feminismo, para construir um grande painel sobre as verdades e as mentiras sobre o feminismo que pode ser fixado para ser visto por toda a comunidade escolar. Inclusive pode-se utilizar as respostas colhidas nos questionários dos estudantes.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Este trabalho originou-se de uma inquietação que me acompanhou nas aulas que ministrei como docente de História para o Ensino Fundamental – Anos Finais: a invisibilidade das mulheres na História e por conseguinte o silenciamento de suas vozes, histórias e lutas, inclusive quando a história trata especificamente sobre elas – o movimento feminista. Por outro lado, existe uma demanda dentro das salas de aulas, das estudantes que questionam sobre a participação das mulheres na história, como viviam, o que fizerem, o que disseram e quais registros deixaram.

Ao entrar para o Programa de Mestrado Profissional ProfHistória que demanda a criação de um produto, fruto das discussões teóricas acerca do tema, essa inquietação transformou-se em objeto de análise e desdobrou-se no desafio de como levar a temática de gênero para dentro das salas de aulas em tempos em que não só gênero é considerado polêmico, mas o próprio ato de ensino e aprendizagem é posto em discussão por movimentos conservadores. A resposta encontrada reproduz um caminho já trilhado pelas feministas, o uso pedagógico dos jogos de cartas e de tabuleiro, com o objetivo de que, ao unir o lúdico com o conhecimento histórico os estudantes conheçam e reelaborem seus conhecimentos sobre o feminismo no Brasil. Dessa forma criamos três jogos de cartas, um jogo de tabuleiro e o material de apoio em forma de Guia. Estes jogos tratam do movimento feminista e das feministas, suas lutas, a conquista de direitos e as ações para essas realizações, os preconceitos sobre as mulheres e as mentiras sobre o movimento.

O caminho metodológico deste trabalho partiu da metodologia dialética de Karel Kosik (1969). Da apreensão da representação inicial, ou seja, a percepção sobre a história das mulheres e dentro deste do feminismo no Brasil nas salas de aula está às margens da história, tornamos objeto de análise e seguimos para a exegese decompondo-o, para então compreender sua essência. Assim, os silêncios da história sobre as mulheres foi analisado a partir de três esferas: dos estudantes, do currículo de História proposto pela BNCC e pelo Referencial Curricular do Paraná, e pelo livro didático "História, Sociedade e Cidadania" (2018) de autoria de Alfredo Boulos Junior.

A primeira esfera de análise foi sobre 47 estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental- Anos Finais, de um Colégio Estadual do Campo do estado do Paraná localizado na cidade de São José dos Pinhais. Considerou-se tanto a questão geográfica e espacial do

qual os estudantes/colaborados advêm, como a dimensão cultural e identitária. Todavia, as questões de gênero permeiam toda a sociedade, urbana e rural, ainda que existam especificidades. Diante dessas perspectivas foi lhes proposto um questionário com sete questões sobre sua percepção acerca das mulheres e do feminismo e que relatassem sua rotina durante uma semana. Resulta-nos dessa análise a compreensão do desconhecimento dos discentes sobre o significado da palavra feminismo e por consequência de suas pautas de luta. Nos mostrando o preconceito e a resistência à palavra feminismo desencadeada por um antifeminismo que não permitiu que o termo fosse usado comumente. Para além desse desgaste semântico, há a associação com estereótipos que são contrários a ideia de feminino. Fruto de discursos, o termo foi associado a ideia que ligava as feministas a mulheres feias, mal-amadas, sem higiene.

Em seus registros, principalmente de sua rotina, os estudantes expressaram suas percepções sobre a feminilidade e a masculinidade, sobre as diferentes formas que homens e mulheres são tratados na sociedade, ainda que nem sempre consigam conectar as demandas com as lutas para conquista de direitos. Nessa pesquisa, percebemos como os papéis de gênero perpassam toda a sociedade e diferenciam mulheres e homens. Um exemplo colhido resulta da análise sobre a carga de trabalho e o tempo de entretenimento dos estudantes. Cabe as estudantes a maior carga de trabalho doméstico e menor tempo para atividades lúdicas, de entretenimento e estudo, enquanto os alunos desfrutam maior tempo em ambiente livre, ainda que de trabalho, e maior tempo dedicado a outras atividades de entretenimento, inclusive com jogos. Ainda que, tenhamos aplicado a pesquisa em um número reduzido de estudantes e considerando sua especificidade do meio rural, cogitamos se suas respostas não seriam iguais às do meio urbano.

A segunda esfera de análise deu-se sobre o currículo de História para o 9º ano. O objetivo era compreender qual é a proposta dos documentos da Base Nacional Comum Curricular e do Referencial Curricular do Paraná: Princípios, Direitos e Orientações de 2018 para a temática do feminismo. Frutos das premissas do Banco Mundial, da nova política estabelecida após 2016 e indicando práticas pedagógicas tecnicistas, não nos surpreendeu que as palavras como gênero enquanto categoria analítica, feminismo e feminino/mulher/mulheres foram praticamente silenciadas desses documentos. Na BNCC, documento com mais de 500 páginas, a palavra mulher aparece três vezes como objeto de conhecimento e apenas para a disciplina de História - para o 6º ano e 9º ano. A palavra feminismo aparece apenas uma vez e

somente no Referencial para o conteúdo do 9º ano. O feminismo como temática de conhecimento, ainda que não nomeado, insere-se nos conteúdos do 9º ano dentro do objeto de conhecimento "Anarquismo e protagonismo feminino" que propõe como objeto de aprendizagem a compreensão sobre as transformações acerca da temática da diversidade no século XX; e a relação entre a conquista de direitos políticos, civis e sociais à atuação dos movimentos sociais. A última aparição sobre as mulheres/feminismo dá-se na unidade temática "Modernização, ditadura civil-militar e redemocratização: O Brasil após 1946" visando discutir a violência contra as populações marginalizadas, entre eles as mulheres. No Referencial Curricular inseriu-se o movimento feminista dentro do objeto de conhecimento EF09HI20 que propõe compreender os processos de resistência e reorganização diante do contexto da ditadura brasileira. Ressalta-se aqui a centralidade da disciplina História para a discussão sobre a temática da mulher/feminismo, uma vez que aparece apenas nessa disciplina. Ainda que os docentes de outras disciplinas trabalhem sobre ela, recaí sobre os professores de História a responsabilidade de tratá-la, pois pode ser a única oportunidade dos estudantes em refletir sobre a história das mulheres.

A terceira esfera analisada foram os livros didáticos do 9º ano, materialização das propostas dos documentos curriculares de História, uma vez que fazem parte do Programa do Nacional do Livro e Material Didático (PNLD) de 2020. Portanto, seguem os princípios e orientações que regem o programa que foram criados a partir da BNCC. Consultamos o Guia do PNLD de 2020 e as 11 obras aprovadas, especificamente a obra de Boulos, que pela primeira vez foi adotada como opção única para todos os estudantes do estado do Paraná, tolhendo a autonomia de escolha dos docentes. Assim como nos documentos de referência curricular, como o próprio Guia (2020) aponta, nas obras didáticas se preconiza as ações dos homens, as mulheres são tratadas às margens da História e literalmente nas margens dos livros, pois suas histórias e vozes são colocadas, geralmente em textos em boxes, em atividades ou conteúdo complementar, ao lado ou após o conteúdo considerado "importante e essencial". Afastadas assim, da "história real" e importante que se explicita nos textos-base.

Em relação ao conteúdo feminismo, assim como a palavra não existe na BNCC, nos livros ela também desapareceu dos títulos, sendo encontrada apenas em dois livros. O termo foi substituído pelas expressões mulher, mulheres e feminina. Esta ação retira a importância do movimento feminista e confunde-o com o movimento de mulheres que diferem quando seu ideário, uma vez que o movimento feminista combate as raízes dos preconceitos e

subalternidade contra as mulheres. Já o movimento das mulheres, que nem sempre é feminista e pode até ser antifeminista, reivindicam acerca de direitos ou melhores condições de vida Esta confusão estende-se a conceituação, pois apenas em dois livros (Convergências História e História- Escola e Democracia) se explica o que é o feminismo. As outras obras até citam o feminismo e as feministas, mas não o seu conceito.

Dos livros didáticos, em geral, e do livro "História, Sociedade e Cidadania" em específico, averiguou-se que o feminismo/mulher aparece em três momentos, como propõe os documentos curriculares: na Primeira República (1889-1930) com a principal luta sobre o voto feminino e tendo como representantes Bertha Lutz, Nísia Floresta e Maria Lacerda de Moura. A esta parte dedica-se a maioria das páginas para a temática. Relevante refletir que essa parte é de um feminismo com uma visão mais conservadora que reivindicava direitos, mas nem sempre alinhava suas demandas com as raízes da dominação patriarcal. Já a segunda citação do feminismo é dos anos 60 e 70, sobretudo de um feminismo internacional figurando os nomes de feministas como Betty Friedan e Simone de Bouvoir. A última aparição do feminismo dá-se nos conteúdos referentes ao Brasil após 1946. Concretizando o currículo, a história das mulheres aparece em dois momentos: na Constituinte de 1988, figurando como citação de movimento durante a conquista de direitos; e sobre o combate à violência expressa sobretudo pela Lei Maria da Penha. Apenas duas feministas foram citadas, Jacqueline Pitanguy em uma foto, e Maria da Penha. As reivindicações feministas foram escritas em linhas e discutidas no máximo em um parágrafo e perpassaram trabalho, liberdade, luta contra o machismo, sexualidade e violência. Relevante citar que quanto mais próximo temporalmente o assunto está dos estudantes, menor espaço foi-lhes dado, por vezes apenas uma linha. E temas polêmicos como o aborto, que sequer foram citados.

Essas análises foram cruciais para a criação dos jogos, juntamente com as perspectivas de Paulo Freire e Bell Hooks para uma prática pedagógica engajada, lugar fundamente político, de resistência contra o racismo, sexismo e capitalismo, principalmente em tempos que movimentos conservadores, como o "Escola Sem Partido" que visam condenar e calar os docentes que refletem em relação à temática de gênero. Apreendeu-se desse percurso a centralidade da disciplina História para os conteúdos sobre as mulheres. Do expresso desconhecimento do feminismo pelos discentes, ao silenciamento da palavra nos documentos curriculares, a falta de conceituação nos livros didáticos e do pouco espaço da história do feminismo/mulheres neste trabalho elencamos as seguintes questões para os jogos:

O que é o feminismo? Quem são as feministas? Quais são as suas pautas de lutas? Quais são os direitos e conquistas das mulheres brasileiras? Quais são os preconceitos vividos pelas mulheres?

Para tanto seguiu-se dois caminhos: a história do feminismo para definir o que é o feminismo, a escolha das feministas, das pautas de luta e da conquista de direitos. E pela escolha da ferramenta pedagógica: jogos. Decidiu-se contar o feminismo pela expressão das ondas, que abarca três momentos e conecta-se as propostas dos documentos curriculares. Ainda que, seja apenas uma questão teórica, já que nos jogos não existem separações em ondas. Consultou-se a bibliografia, que é bastante fragmentada sobre o feminismo que também divide-se em três momentos: sobre a Primeira República, os anos de 1970 e o feminismo mais recente. Desta escolhemos as representantes feministas que figuraram nos jogos, tendo como critérios que se declarassem como feministas e que aparecessem nos livros didáticos. Compreende-se que a abrangência foi mínima, por conta do tamanho dos jogos e dos silenciamentos que existem inclusive na história do feminismo, de mulheres de outras classes e etnias.

Para a ferramenta pedagógica jogos analógicos- de cartas e de tabuleiros percorremos a trajetória dos jogos, tanto teórica, especialmente sobre sua utilização em sala de aula, quanto da história dos jogos no feminismo. O intuito era compreender os critérios dos jogos para então criá-los, mas tendo como objetivo sua aplicação em sala de aula. Assim, partimos de Huizinga (2000) e Giacomoni(2015) para criar jogos que tivessem objetivos pedagógicos e objetivos do jogo que fossem coerentes, regras e mecânicas simples ou já conhecidas, inspiradas em jogos já existentes, tempo de partida curta tendo em vista a hora-aula, *layouts* que chamassem atenção. A proposta seguiu-se para que fossem impressos, pois foram produzidos para estudantes que não têm fácil acesso ao material digital. Para a parte pedagógica, o material foi criado para que se trabalhasse com várias fontes: livros, imagens, biografias, notícias de jornais e sites, dados de pesquisas; e conceitos históricos como as noções de temporalidade. Para a sugestão de aplicação seguimos os passos: como elemento introdutório a participação dos estudantes articulando presente e passado, com rodas de conversa ou pesquisas; aplicação do jogo; reflexão do tema tendo o professor como intermediador imprescindível, pois apenas o jogo sem contextualização é esvaziado de seu sentido crítico; produção autoral dos discentes expandindo o conhecimento da temática e dos jogos; reaplicação dos jogos com elementos produzidos pelos estudantes.

De todo esse percurso juntamos os objetivos elencados a partir da questão do silenciamento das mulheres em sala de aula, a história do feminismo, suas representantes e lutas e a ferramenta jogos para criar os seguintes jogos: Memória feminista, Linha do tempo das conquistas e direitos das mulheres, Junte-se à Luta: derrote os preconceitos contra as mulheres e No caminho do feminismo: é verdade ou mentira? Além de um Guia dos Jogos com material de apoio.

O primeiro jogo de cartas é o Memória Feminista. Resultante da percepção dos silêncios sobre o feminismo e feministas, mas também de discursos que construíram ideias pejorativas em relação ao feminismo como um movimento que odeia os homens e destrói as famílias e das feministas aludindo que são feias, hiper-masculinizadas e agressivas. Conjuntamente com a palavra feminismo, as feministas foram silenciadas tanto na memória coletiva quanto nos livros didáticos. Quando citadas nos livros quase nunca acompanha-se uma imagem delas. De forma que quando os alunos têm seu nome, não conhecem sua imagem. Partindo dessa ideia construímos um jogo da memória em que mostramos quem foram e são algumas feministas brasileiras, com seus nomes e rostos, datas e locais de nascimento, suas profissões e suas causas de luta.

O jogo foi nomeado como Memória Feminista primeiramente por causa de sua dinâmica de jogo que é a seleção de cartas utilizando-se da memória e em segundo por trazer aos alunos a história do feminismo brasileiro através dessas mulheres que lutaram e lutam por direitos e contra os preconceitos. Remontamos assim, ainda que apenas por amostragem, uma vez que incluímos apenas 12 figuras do feminismo, a própria história do feminismo brasileiro e relembramos de suas lutas a partir de suas vozes, de suas frases, de sua biografia. Assim, neste jogo o estudante terá que selecionar uma carta com os dados biográficos de uma das feministas que contém o nome, a imagem, a data de nascimento, o estado e a profissão da feminista/movimento e uma carta que tem a principal luta e uma frase dessa feminista/movimento. Escolhemos através da bibliografia sobre o feminismo, representantes das ondas do feminismo brasileiro, mulheres que se autoproclamaram feministas e que durante suas vidas lutaram/lutam pela causa das mulheres. Vencerá o jogo o jogador(a)/estudante que conseguir selecionar e combinar o maior número de pares correspondentes.

Como material de apoio trazemos uma breve biografia das feministas e história dos movimentos feministas brasileiros e de seus ditos. Ao trabalhar com a biografia das feministas

pretende-se despertar o interesse dos estudantes e aproximá-los destas mulheres. Kalina Vanderlei Silva aponta que o gênero oferece um diálogo com o cotidiano e com "generalizado interesse pela vida privada, que reside em todos nós" (SILVA, 2018, p. 13) Facilitando a discussão histórica, ao disponibilizar a biografia das feministas com suas imagens possibilita-se que os estudantes conheçam e possam entender o contexto de lutas dessas mulheres e de suas conquistas. Uma possibilidade que os livros didáticos, na maioria das vezes não contemplam. Aliado ao jogo a biografia destas mulheres as aproximam dos estudantes num contexto lúdico, quando humaniza-se a explicação histórica, corporificando-a com aquelas que vivenciaram essa histórica, além de tornar a história do feminismo/feminista, considerado polêmico, mais simpática quando associados a pessoas de carne e osso.

O segundo jogo de cartas intitulou-se de "Linha do Tempo dos direitos e conquistas das Mulheres" inspirado no jogo Timeline é composto por 63 cartas que perpassam as conquistas das mulheres brasileiras desde o século XIX até o XXI. Essas conquistas são do âmbito jurídico, político, econômico, social e cultural. São direitos familiares, reprodutivos, educacionais, direito ao esporte, à saúde, de representatividade política e social. Esses fatos foram selecionados a partir da bibliografia sobre o feminismo brasileiro, mas principalmente seguindo a legislação brasileira sobre a condição feminina. O objetivo do jogo compreende que o discente receba cinco cartas sobre essas conquistas e na sua vez ordene cronologicamente o evento a partir de uma carta na mesa. O primeiro que colocar todas as cartas na mesa em ordem cronológica correta vence.

Dentre as cartas, 49 versam sobre as conquistas das mulheres e permitem ao estudante perceber que foi uma longa jornada pelos quais as mulheres tiveram que lutar para adentrar lugares sociais tidos apenas dos homens, como a escola, a universidade, ambientes de trabalho e da política. No conjunto foram criadas oito cartas de conquistas que ainda não existem e que são pauta de lutas para o movimento feminista brasileiro e seis cartas que correspondem a tentativas de retrocesso, ou seja, retirada de direitos já conquistados apresentados em Projetos de Lei. Dessa forma, tem-se por objetivo mostrar que o feminismo/movimento das mulheres são movimentos vivos e que a luta não acabou, pois existem muitas pautas para conquistas e lutas em todos os âmbitos da vida das mulheres.

Para além da temática dos direitos e conquistas das mulheres brasileiras também se trabalhará com o conceito histórico do tempo a partir da construção da linha do tempo, questão central para o conhecimento histórico. Como apontam Maria Auxiliadora Schmidt e

Marlene Cainelli (2004) através das noções temporais pode-se contribuir para a compreensão da causalidade histórica, as relações entre uma época e outra, permitindo captar referências sobre outras épocas e tempos, compará-los e diferenciá-los da época atual. Construções imprescindíveis para a criticidade e visão de mundo para que se evite os anacronismos. Neste jogo objetivamos com a linha do tempo contribuir com a compreensão de noções de continuidade e ruptura, permanência, mudança e transformações, e sucessão e simultaneidade, o antes, o agora e o depois, assim como da importância em situar os acontecimentos históricos nos seus respectivos tempos. Desta forma ao ordenar cronologicamente os eventos de conquistas, o (a) jogador(a)/estudante pode perceber as mudanças e as permanências, trabalhará o antes e o depois da condição das mulheres no Brasil. E ainda a noção de simultaneidade, uma vez que propositalmente foram incluídas no conjunto de cartas, eventos no mesmo ano. O material de apoio consiste em uma sugestão de aplicação do jogo em sala de aula, uma linha do tempo que abarca todos os fatos do jogo e uma breve explicação de cada direito ou conquista das mulheres brasileiras com referência bibliográfica.

O jogo de cartas "Junte-se à luta: derrote os preconceitos contra as mulheres" é inspirado nos jogos de festa. Jogado em duplas requer que exista um árbitro nas rodadas chamado decisor. O objetivo do jogo consiste na ação de escolher uma carta ação para derrotar a carta frase preconceituosa e cumprir com o desafio da rodada, vencendo aquela dupla que ganhar mais rodadas e portanto ter mais cartas frases derrotadas. O jogo contém 12 cartas com frases preconceituosas, 12 cartas da rodada - decisor com desafios, 68 cartas-ação com estratégias feministas para derrotar os preconceitos e quatro cartas coringa/sorte. As cartas-frases que devem ser derrotadas foram construídas inspiradas nos preconceitos históricos sobre as mulheres. Elas são datadas, ainda que possamos escutar as mesmas falas do século XIX em pleno século XXI. As cartas ação foram produzidas com estratégias que as feministas encontraram para lutar pela conquista de direitos e contra os preconceitos e também com cartas de aplicação de leis. As cartas decisor contêm desafios para cada rodada da partida que consistem em levar o jogador/estudante a refletir sobre a ação da carta escolhida para vencer a carta preconceituosa, assim dinamizando o jogo. A figura do decisor, que preferencialmente deve ser do professor, atua como árbitro das rodadas, atentando-se para possíveis anacronismos nas escolhas de cartas-ação, uma vez que não dá para jogar a carta de denúncia nas redes sociais para uma carta de preconceito que data de 1850. O decisor também atua para que as regras sejam respeitadas durante o cumprimento dos desafios e para decidir o

vencedor das rodadas. Em caso de anacronismo ou de não cumprimento do desafio o jogador será desclassificado daquela rodada, podendo retornar ao iniciar a próxima.

Com o objetivo de aprendizagem que os estudantes/jogadores insiram-se na luta que as mulheres brasileiras enfrentaram historicamente este jogo apresenta uma especificidade para a aplicabilidade em sala de aula. É o "transporte" em que para Giacomoni (2013) as funções do jogo podem confundir-se de tal modo que o jogo passa a representar uma luta, ou torna-se uma luta para melhor representação de alguma coisa. Mais que nessa realidade, ainda que ilusória existe um certo deslocamento, ou seja, imaginação daquela realidade em que os estudantes podem inserir-se nessa outra realidade. Assim, ao ler e escutar os discursos dos detratores do feminismo e de suas lutas, os estudantes adentram o círculo mágico do jogo e "transportam-se" para esses contextos e com as suas cartas poderão derrotar esses discursos. Para isso terão ao seu dispor/sorte, estratégias de luta que as feministas utilizaram e utilizam para entender como as mulheres puderam lutar. Terão em suas mãos também algumas leis que podem até tornar aquela frase/ação um crime. Assim, no espaço temporal e espacial do jogo, este estudante/jogador(a) vai poder se juntar a luta das feministas. E ao ser instigado a desenvolver uma ação através da carta da rodada com um desafio espera-se que possa ajudá-los a construir uma criticidade sobre os preconceitos que permeiam discursos sejam do século passado ou da atualidade.

Os estudantes/jogadores(as) podem assim, perceber através das frases de detratores as permanências e mudanças de discursos sobre as mulheres. Perceber historicamente e temporalmente as pautas de lutas, as estratégias de luta, a conquista de direitos e a ação de feministas nesse processo. Por outro lado, esse estudante/jogador(a) terá que se atentar para dados históricos, datas e suas ações devem condizer com seu contexto histórico, não podendo cometer o "crime" do anacronismo. Ainda que muitas das cartas-ação possam ser amplamente colocados no jogo. No material de apoio, além da sugestão de aplicação do jogo em sala de aula, produziu-se uma pequena contextualização das frases preconceituosas e das cartas-ação.

O jogo de tabuleiro "No caminho do feminismo: é verdade ou mentira?" tem como objetivo pedagógico a compreensão do que é, mas principalmente do que não é o feminismo. E tem como objetivo do jogo percorrer o tabuleiro até a chegada avançando ao acertar questões das cartas. O tabuleiro tem a forma do símbolo do feminismo formado pelo espelho de Vênus com um punho ao centro, com a cor roxa do feminismo, as peças dos jogadores são circulares com imagens que remetem ao feminismo. Foram criadas 100 cartas-perguntas

baseadas na bibliografia do feminismo, mas também em Guias e cartilhas disponibilizadas pelo Ministério Público do Trabalho e de autoria de feministas, além de consultar dispositivos de busca como o Google para apreender sobre o que se diz sobre o feminismo no senso comum. Também inseriu-se quatro cartas dos jogadores para ser um elemento de cooperação, pois tanto no jogo, quanto no caminho do feminismo não se consegue vencer sozinho. Como material complementar foi produzido um guia do jogo com informações sobre o modo de jogar, características dos elementos do jogo e material de apoio que consiste em um pequeno glossário de termos sobre o feminismo e as referências aos temas tratados em cada carta, com links de acesso a sites, leis e artigos. Além de uma sugestão de aplicação do jogo em sala de aula. Estes jogos foram criados em contexto pandêmico e por isso não foram aplicados em sala de aula, uma dimensão importante para este projeto.

Estes jogos foram produzidos para serem ferramentas que unem o lúdico com o conhecimento histórico e visam extrapolar o entretenimento e trazem possibilidades de aprendizagem histórica e crítica. Trazer para a sala de aula o jogo, como escreveu Giacomoni (2013) é um belo exercício amoroso, de pausa e deslocamento temporal, espacial, dos horários, das avaliações, para o lúdico, o brincar, o jogar. Trazer estes jogos com essa temática é também um exercício de esperança em uma educação humanista, diante dos desafios enfrentados, ódios, retaliações, pré-conceitos, preconceitos, desinformações e fakes news. É um posicionamento político, de resistência e de conhecimento de suas responsabilidades ante a sua profissão de docência, especialmente àqueles da disciplina de História, que por levar à reflexão é tão vigiada e execrada.

Esperamos que esses jogos tornem-se brincadeiras com dimensão séria que possibilitem o conhecimento das histórias dessas feministas brasileiras ao combinar cartar, compreender seus contextos, "transporta-se" para aqueles momentos históricos, adentrar nas suas escolhas, escutar e ler o que lhes foi dito por seus detratores, conhecer seus direitos e conquistas ao ordenar cronologicamente, entender o que é o feminismo, mas principalmente o que ele não é ao caminhar pelo tabuleiro. Pretende-se assim que os discentes conheçam, reelaborem seu conhecimento sobre este movimento de forma crítica, com a intermediação do professor, a reflexão anterior ou posterior ao jogo e a criação autoral, pois os jogos são abertos à inserção de cartas de outras feministas, outras conquistas de direitos ou de retrocesso, outras frases, outras cartas-ação e outras questões sobre o feminismo. Visto que o movimento

feminista é vivo, está em constante transformação com diversas pautas e reivindicações, portanto o jogo não acabou!

REFERÊNCIAS

AARSETH, E; SMEDSTAD,S. L; SUNNANA M. A Multi-dimensional typology of games. In: COPIER, M; RAESSENS, J. (Eds). **Level Up:** Digital Games Research Conference Proceedings. Utrecht, the Netherlands: University Utrecht, 2003. p.48-53. Disponível em: < https://goo.gl/dydzd7> Acessado em: 8 abr de 2019.

AGUIAR, V. V. P. **Mulheres rurais, movimento social e participação:** reflexões a partir da Marcha das Margaridas. Política & Sociedade. v. 15, p. 261-295, 2016.

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade.** São Paulo: Sueli Carneiro, Pólen, 2019.

ALEIXO, I. **Existe feminismo Indígena:** Seis mulheres dizem pelo que lutam. O Globo, 2019. Disponível em:< https://oglobo.globo.com/celina/existe-feminismo-indigena-seis-mulheres-dizem-pelo-que-lutam-23619526> Acesso em: 27 de ag. 2020.

ALMEIDA, V. H. A. **Mulheres nas forças armadas brasileiras:** situação atual e expectativas futuras. Cadernos ALERGIS, 51 (Jan/abril), 2014. Disponível em: <http://bd.camara.leg.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/27339/mulheres_forcas_almeida.pdf?sequence=1> Acesso em:30 de ag. 2020

ALVES, B. M. A luta das sufragistas. In: HOLLANDA, H. B. (Org.). **Pensamento feminista brasileiro:** formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019. pp. 49-64

ARAUJO, D. **As Palavras e seus Efeitos:** o sexismo na publicidade. 2006. 122 p. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica do RS, Porto Alegre, 2006.

ARRUDA, E. P. **Aprendizagens e Jogos Digitais.** Campinas: Alínea Editora, 2011.

AUGUSTA. N. F. B. Direitos das mulheres e injustiça dos homens. In: DUARTE, C. L. **Nísia Floresta.** Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

AVILA, M. B. Modernidade e cidadania reprodutiva. In: HOLLANDA, H. B. (Org.). **Pensamento feminista brasileiro:** formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.

BANDEIRA, L. M. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org). **Pensamento feminista brasileiro:** formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.

BARSTED, L.L. **Legalização e descriminalização:** dez anos de luta feminista. In: HOLLANDA. H.B. Pensamento Feminista Brasileiro: Formação e contexto, RJ: Bazar do Tempo, 2019.

BARTHOLO L.; PASSOS, N.; FONTOURA N. **Bolsa Família, Autonomia Feminina e Equidade De Gênero:** O que indicam as Pesquisas Nacionais? Texto para discussão /

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro : Ipea , 2017. Disponível em:<http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8051/1/td_2331.PDF> Acesso em: 01 de set. 2020.

BERNARDES, M.P. **À Luta Camaradas! A Greve Geral de 1917**- São Paulo: Ensino de História e análises de conjuntura através de um jogo de tabuleiro moderno. Dissertação do Programa ProfHistória da UFSC, 2017.

BEZERRA, H. G. Conceitos Básicos: Ensino de História: Conteúdos e Conceitos Básicos. In: KARNAL, L. (Org.). **História na sala de aula:** conceitos, práticas e propostas. São Paulo: Contexto, 2010.

BITTENCOURT, C. **Produção didática de História:** Trajetórias de Pesquisa. Revista de História, São Paulo, n. 164, p. 487-516, jan./jun. 2011.

_____. **Reflexões sobre o ensino de História**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 32, n. 93, p. 127-149, ago. 2018. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142018000200127&lng=pt&nrm=iso> Acesso em :19 de jul 2019.

BLAY, E. A. **Um caminho ainda em construção, a igualdade de oportunidades para as mulheres**. São Paulo: Revista USP, n. 49, p. 82-97, mar./mai. 2001

BLAY, E. A. **8 de março: conquistas e controvérsias**. Florianópolis. Revista Estudos Feministas, 2001. Disponível em: < https://www.scielo.br/j/ref/a/zSfcjFQPyGjGDwpR53pQcxc/?format=pdf&lang=pt> Acessado em:20 de ag. de 2020

BLOCH, M. **Apologia da história, ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOULOS JÚNIOR, **A. História, sociedade & cidadania:** 9°ano: ensino fundamental: anos finais. São Paulo: FTD, 2018.

BRAGON. R. **Alunos de Univerdade de Minas Gerais fazem campanha contra o racismo.** UOL. Belo Horizonte, 07/05/2015. Disponível em:<https://educacao.uol.com.br/noticias/2015/05/07/alunos-de-universidade-de-minas-gerais-fazem-campanha-contra-o-racismo.htm> Acesso em: 10 de jul. de 2021.

BRASIL. **Anais do Congresso Constituinte da República**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, vol. 1, 1924.

BRASIL. Lei de 15 de outubro de 1827. Manda crear escolas de primeiras letras em todas as cidades, villas e logares mais populosos do Império. Rio de Janeiro: **Coleção de Leis do Império do Brasil** - 1827, Página 71 Vol. 1 pt. I (Publicação Original) 1827.

BRASIL. Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879. **Coleção de Leis do Império do Brasil** - 1879, Página 196 Vol. 1 pt. II (Publicação Original). Disponível

em:<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7247-19-abril-1879-547933-publicacaooriginal-62862-pe.html> Acesso em: 26 de ag. de 2020.

BRASIL. Decreto nº 181, de 24 de janeiro de 1890. Promulga a lei sobre o casamanto civil. **Coleção de Leis do Brasil**, 1890. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d181.htm> Acesso em: 28 de ag. de 2020.

BRASIL. Decreto nº 11.820, de 15 de dezembro de 1915. Approva o novo regulamento das Caixas Econômicas. **Diário Oficial da União,** Brasília, DF - Seção 1 - 21/12/1915, Página 13947. Disponível em:<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-11820-15-dezembro-1915-511987-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 26 de ag. de 2020.

BRASIL. Decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932. Decreta o código eleitoral. **Diário Oficial da União,** - Seção 1 - 26/2/1932, Página 3385. Disponível em:< https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21076-24-fevereiro-1932-507583-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em:29 de ag. de 2020

BRASIL. Decreto- lei nº 2.848 de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 31/12/1940, Página 23911. Disponível em:< https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2848-7-dezembro-1940-412868-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 28 de ag. de 2020.

BRASIL. Decreto nº 3199 de 14 de abril de 1941. Estabelece as bases de organização do desporto em todo o País. Diário Oficial da União - Seção 1 - 18/4/1941, Página 7452 Disponível em< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del3199.htm> Acesso em: 28 de fev. 2022.

BRASIL. Decreto- lei nº 5.452 de 1 de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 9/8/1943, Página 11937. Disponível em:<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5452-1-maio-1943-415500-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 29 de ag. de 2020.

BRASIL. Lei n 6.515, de 26 de dezembro de 1977. Regula os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento, seus efeitos e respectivos processos, e dá outras providências. **Diário Oficial da União,** Brasília, DF - Seção 1 - 27/12/1977, Página 17953. Disponível em:<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6515-26-dezembro-1977-366540-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em: 30 de ag. de 2020.

BRASIL. Constituição (1988).**Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

BRASIL. Lei nº 9.100, de 29 de setembro de 1995. Estabelece normas para a realização das eleições municipais de 3 de outubro de 1996. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 2/10/1995, Página 15333. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9100.htm> Acesso em: 01 de set. de 2020.

BRASIL. Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996. Regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 15/1/1996, Página 561. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9263.htm> Acesso em: 01 de set. de 2020.

BRASIL. Lei nº 9.394, 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da educação nacional. Brasília: **MEC**, 1996.

BRASIL. Parecer CNE/CP9/2001 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília: MEC, 2001.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, ano 139, n. 8, p. 1-74, 11 jan. 2002. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm> Acesso em: 01 de set. de 2020.

BRASIL. Lei nº 11.106, de 28 de março de 2005: Alterações no Código Penal. Brasília, DF. 28 março de 2005. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11106.htm> Acesso em:01 de set. de 2020.

BRASIL. Lei 11.340 de 07 de Agosto de 2006. **Diário Oficial da União** - Seção 1, Brasília, DF - 8/8/2006, Página 1 Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11106.htm> Acesso em: 01 de set. de 2020.

BRASIL. Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária –PRONERA. **Diário Oficial da União**, Brasília, Sessão1, 5 nov. 2010.
Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm> Acesso em: 26/08/2021

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de lei nº 130 de 21 de dezembro de 2011. Autor: Marçal Filho. **Câmara dos Deputados**, Brasília, DF, 21 dez. 2011. Disponível em: < https:// www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/103844> Acesso em: 27 de fev. de 2022

BRASIL. Lei nº 12.605, de 03 de abril de 2012. determina o emprego obrigatório da flexão de gênero para nomear profissão ou grau em diplomas.Diário Oficial da União - Seção 1 - 4/4/2012, Página 1. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12605.htm> Acesso em: 28 de fev. de 2022.

BRASIL. Lei nº 13.104, de 9 de março de 2014. **Diário Oficial da União** - Seção 1 Brasília, DF - 10/3/2015, Página 1. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm.> Acesso em:03 de set. de 2020

BRASIL. Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para uso da internet no Brasil. **Diário Oficial da União** - Seção 1 Brasília, DF 24/4/2014, Página 1. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm.> Acesso em:03 de set. de 2020

BRASIL. Senado. Projeto de Lei do Senado de lei nº461, de 13 de dezembro de 2016. Autor: Pastor Valadares. **Senado**, Brasília, DF, 13 dez. 2016. Disponível em: < https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/127776> Acesso em: 05 de abr. de 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de lei nº 461 de 27 de novembro de 2017. Autora: Vanessa Grazziotin. **Câmara dos Deputados**, Brasília, DF, 27 nov. 2017. Disponível em: < https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/131717> Acesso em: 05 de abr. de 2021.

BRASIL. Senado. Sugestão de Lei nº 24, de 11 de julho de 2018. Autor: Rogério Magalhães. **Senado**, Brasília, DF, 24 jul. 2018. Disponível em: < https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/133917> Acesso em: 02 de mar. de 2022.

BRASIL. Lei nº 13.718, de 24 de setembro de 2018. **Diário Oficial da União,** Brasília, DF - Seção 1 - 25/09/2018. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13718.htm> Acesso em: 02 de set. de 2020.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de lei nº 2757 de 08 de maio de 2019. Autora: Zenaide Maia. **Câmara dos Deputados**, Brasília, DF, 08 mai. 2019. Disponível em: < https:// www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/136671> Acesso em: 12 de mai. de 2021

BRASIL. Senado. Proposta de Emenda à Constituição de lei nº 81 de 25 de maio de 2019. Autora: Rose de Freitas. **Senado**, Brasília, DF, 25 mai. 2019. Disponível em: < https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/136909> Acesso em: 05 de abr. de 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de lei nº 4972 de 20 de outubro de 2020. Autora: Rose de Freitas. **Câmara dos Deputados**, Brasília, DF, 20 out. 2020. Disponível em: < https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/145195> Acesso em: 12 de mai. de 2021

BRASIL. Lei nº 14.245, de 22 de novembro de 2021.Altera os Decretos-Leis nos 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995 (Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais), para coibir a prática de atos atentatórios à dignidade da vítima e de testemunhas e para estabelecer causa de aumento de pena no crime de coação no curso do processo (Lei Mariana Ferrer). **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, 23/11/2021. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Lei/L14245.htm> Acesso em: 15 de dez. de 2021

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2018.
Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versao final_site.pdfAcessado em: 30 de dez. de 2019.

Brasil. Ministério da Educação. **PNLD 2020:** história – guia de livros didáticos. Ministério da Educação – Secretaria de Educação Básica – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2019. 147 p.
Disponível em: <https://pnld.nees.ufal.br/pnld_2020/componente-curricular/pnld2020-historia> Acessado em 26 de ag. de 2020

BRASIL. Ministério Público do Trabalho. **Conceitos fundamentais para a promoção da igualdade de gênero no trabalho**, 2021.
Disponível em:<https://mpt.mp.br/pgt/publicacoes/cartilhas/conceitos-fundamentais-para-a-promocao-da-igualdade-de-genero-no-trabalho/@@display-file/arquivo_pdf> Acesso em: 13 de dez. de 2021.

BRASIL. Ministério Público do Trabalho. **O ABC da violência contra à mulher no trabalho.** 2019. Disponível em:< https://mpt.mp.br/pgt/publicacoes/cartilhas/o-abc-da-violencia-contra-a-mulher-no-trabalho/@@display-file/arquivo_pdf> Acesso em: 18 de jun. de 2021.

BRASIL. SENADO FEDERAL. **Direitos das mulheres no Senado Federal**(1988-2017). 2017. Disponível em:<https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/pesquisa/direitos-das mulheres-no-senado-federal-1998-2017> Acesso em: 15 de set. de 2020.

BRIGIDO, C; MARIZ R. **STJ suspende lei que proibia ensino sobre gênero nas escolas do Paraná.** O Globo, 19 de junho de 2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/stf-suspende-lei-que-proibia-ensino-sobre-genero-nas-escolas-doparana-21491015?versao=amp> Acesso em:01 de out. de 2020.

BROCH, M. **Histórico do futebol feminino no Brasil:** Considerações acerca da desigualdade de gênero. Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação de História da UFMG. Belo Horizonte: v.13, nº 1, 2021: Edição 35 (jan/jun.2021)
Disponível em:<https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/issue/view/1468> Acessado em: 15 de jul. de 2021

BUTLER, J. **Problemas de gênero.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003

CABRAL, Melissa Karina. Manual de direitos da mulher. 1ª. ed. Leme - SP: Mundi Editora e Distribuidora Ltda - ME, 2008. v. 01.

CAILLOIS, R. **Os jogos e os homens.** Lisboa: Portugal, 1990.

CAIMI, F. E. **A História na Base Nacional Comum Curricular:** pluralismo de ideias ou guerra de narrativas? In: Revista do Lhiste, Porto Alegre, num.4, vol.3, jan/jun. 2016

CALCAGNO, L. **Maria do Rosário doa valor da indenização paga por Bolsonaro.** Correio Brasiliense, 2019. Disponível em:<https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2019/11/19/interna_politica,807517/maria-do-rosario-doa-valor-de-indenizacao-paga-por bolsonaro.shtml> Acesso em: 19 de jan. de 2021

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Jôenia Wapichana.** Disponível em:< https://www.camara.leg.br/deputados/204468> Acesso em: 19 de jan. de 2021.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Sancionada lei que proíbe casamento antes dos 16 anos de idade.** 2019. Disponível em:<https://www.camara.leg.br/noticias/553631-sancionada-lei-que-proibe-casamento-antes-dos-16-anos-de-idade> Acesso em: 03 de set. de 2020.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto extingue cota de 30% de candidaturas femininas.** 2019. Disponível em:<camara.leg.br/noticias/565131-projeto-extingue-cota-de-30-de-candidaturas%20femininas/> Acesso em: 03 de set. de 2020.

CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Dia Internacional da Mulher:** a conquista do voto feminino, 2015. Em 06/03/2015.
Disponível em: <https://www.cmc.pr.gov.br/informacao/noticias/dia-internacional-da-mulher-a-conquista-do-voto> Acessado em: 19/08/2020.

CAMPOS, F; DOLHNIKOFF, M; CLARO, R. **História – Escola e Democracia:** Manual do Professor. São Paulo: Moderna, 2018.

CANTARELLI, A. C; LEVANDOWSKI, D. C.; MARIN, A. H. "**Eu não alterei o meu nome**": o que dizem as mulheres sobre o não acréscimo do sobrenome do marido/parceiro no casamento ou união estável. Pensando fam., Porto Alegre , v. 17, n. 1, p. 03-16, jul. 2013 . Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2013000100002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 27 de ag. de 2020.

CARDOSO, B.B.; VIEIRA, F.M.S.B.; SARACENI, V. **Aborto no Brasil:** O que dizem os dados oficiais? Cadernos Saúde Pública, nº 36. fev, 2020. Disponível em:<https://www.scielo.br/j/csp/a/8vBCLC5xDY9yhTx5qHk5RrL/abstract/?lang=pt> Acesso em: 18 de abr. de 2021.

CARNEIRO, S. Mulheres em movimento: contribuições do feminismo negro. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org). **Pensamento feminista brasileiro:** formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.

CARONE, R. R. A atuação do movimento feminista no legislativo federal: caso da Lei Maria da Penha. DOSSIÊ - Movimentos sociais, estado e políticas públicas: abordagens e casos. Lua Nova (105). Set-Dez2018 . Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-181216/105> Acesso em: 12/12/2021
CARVALHO, A. **O jogo didático nas aulas de história e geografia.** Revista de Educação Geográfica. UP, nº 2, out, 2017.

CARVALHO, N. M.. **E o Dicionário os Fez Homem e Mulher.** Confluência. Rio de Janeiro, v. 21, n.1, p. 70-92, 2001.

CASTRO, L. M. **A contribuição de Nísia Floresta para a educação feminina:** pioneirismo no Rio de Janeiro oitocentista. Revista Outros Tempos, Rio de Janeiro, v. 7, n. 10, p. 237- 256, 2010.

CHADE, J. **Brasil e islâmicos vetam educação sexual em projeto de defesa de meninas.** Notícias UOL, 07/07/2020. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/07/07/brasil-e-islamicos-vetam-educacao-sexual-em-projeto-de-defesa-de-meninas.htm Acesso em:03 de set. de 2020

CHADE, J. **Com islâmicos Brasil tenta esvaziar resolução sobre direitos das mulheres.** Notícias UOL, 03/07/2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/07/03/com-islamicos-brasil-tenta-esvaziar-resolucao-sobre-direito-das-mulheres.htm > Acesso em:03 de set. de 2020

COLLING, A. M. Gênero e História, Um diálogo Possível? In: **Contexto e Educação**. Gênero e Educação – Um diálogo necessário – Ano XIX, n 71/72- janeiro/dezembro 2004.

COSTA, A. A. A; SARDENBERG, C. M. O feminismo no Brasil: uma (breve) retrospectiva. In: COSTA, A. A. A; SARDENBERG, C. M.(Orgs.). **O feminismo no Brasil:** reflexões teóricas e perspectivas. Salvador: UFBA / Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 2008.

COTRIM, G. V; RODRIGUES, J. **Historiar:** Manual do Professor. São Paulo: Saraiva, 2018.

CPDOC/FVG- Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **Partido Republicano do Brasil.** Disponível em:< http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PARTIDO%20REPUBLICANO%20FEMININO.pdf> Acesso em: 26 de ag. de 2020.

CPDOC/FVG- Centro de Pesquisa e ocumentação de História Contemporânea do Brasil. **Roseana Macieira Sarney.** Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/roseana-macieira-sarney> Acesso em: 01 de set. de 2020.

CRENSHAW, K. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero.** Estudos Feministas, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002.

CRESCÊNCIO, C. L. **Antifeminismo e ressentimento:** As mulheres no O Pasquim. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11& 13th Worlds Congress. Florianópolis, 2017. Disponível em: <http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1498609031_ARQUIVO_Cintia_Lima_Crescencio_Texto_completo_MM_FG.pdf> Acesso em: 14 de jan de 2021.

CUBAS, C. J. Gênero e Ensino de história: demandas de um tempo presente. In: CRESCÊNCIO, C. L; SILVA, J. G; BRISTOT, L. S. (Orgs). **Histórias de gênero.** São Paulo: Verona, 2017. Disponível em: < https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/194291> Acessado em: 02 abr, 2020.

CUNHA, M. F. Mulher e historiografia: da visibilidade à diferença. In: **História do ensino.** Londrina, v. 6, p. 141-161, out. 2000. Disponível em < http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/12396> Acesso em: 02 jan. de 2020.

DAMASCO, M. S; MAIO, M. C.; MONTEIRO, S. **Feminismo negro:** raça, identidade e saúde reprodutiva no Brasil (1975-1993). Rev. Estud. Fem. [online]. 2012, vol.20, n.1, pp.133-151. ISSN 0104-026X. Disponível em: <.https://doi.org/10.1590/S0104-026X2012000100008> Acesso em: 18 de abr. de 2021 .

DANTAS, Fernando A. **Dilma Rousseff:** uma mulher fora de lugar - as narrativas da mídia sobre a primeira Presidenta do Brasil. Salvador, 2019. 271 f. Tese (Doutorado em Pós-Graduação Multidisciplinar em Cultura e Ciência) Universidade Federal da Bahia, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos.
Disponível em:<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/29934/1/dilma-rousseff-uma-mulher-fora-do-lugar-WEB.pdf> Acesso em:01 de set. de 2020.

DEBONA, J. J; RIBEIRO, R. R. **Relações de gênero e livro didático de história:** uma abordagem possível?.Educação e Fronteiras, Dourados, v. 4, n. 11, p. 126-143, set. 2015. ISSN 2237-258X. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/educacao/article/view/4368>. Acesso em: 22 de set de 2020

DEL PRIORE, M. História das mulheres: as vozes do silêncio. In: FREITAS, M. C. (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. 4.ed. São Paulo: Contexto, 2001. p. 217-235.

DIAS, A; BRAGA, W. **Acervo Digital Chiquinha Gonzaga.** Disponível em:< https://chiquinhagonzaga.com/acervo/?page_id=2387> Acesso em: 21 de set de 2021.

DIAS, A. M; GRIMBERG, K; PELLEGRINE, M. C. **Vontade de saber história-** 9º ano. São Paulo: FTD, 2018.

DIEESE. **Brasil:** Inserção Das Mulheres No Mercado De Trabalho. São Paulo: DIEESE, 2021. Disponível em:<https://www.dieese.org.br/outraspublicacoes/2021/graficosMulheresBrasilRegioes2021.html> Acesso em:30 de out. de 2021

DUARTE, C. L. Feminismo: uma história a ser contada. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org). **Pensamento feminista brasileiro:** formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.

DUARTE, C. L. **Nísia Floresta.** Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

ENGEL, C. L. A violência contra a mulher. Brasília: IPEA. Disponível em:< https://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/190215_tema_d_a_violenca_contra_mulher.pdf/> Acesso em: 20 de ag. de 2020

EU SOU DJAMILA RIBEIRO. **Sobre Djamila**. Disponível em:< https://websitedjamila.wixsite.com/sitedjamilafinal> Acesso em: 27 de dez. De 2021

FAÇANHA, M. A. **E se te contassem outra história?** O feminismo de "segunda onda" no ensino e nos livros didáticos de história. In: Anais do XXIX Simpósio Nacional de História - contra os preconceitos: história e democracia, 2017. Disponível em: https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502851632_ARQUIVO_textoco mpleto-MarliaAguiaranpuh.pdf

FERMIANO, M. A. Belintane. O Jogo como um instrumento de trabalho no ensino de História? In: História Hoje. ANPUH. vol. 3. n 07, julho 2005. Disponível em: <http:www.anpuh.uepg.br/históriahoje/voI3n7/maria.htm >Acessado em: 08/08/2021

FERNANDES. A. C. Araribá Mais – História: Manual do professor. São Paulo: Editora Moderna, 2018.

FERNANDES, A. T. C. **Ensino de História e seus conteúdos.** Estudos Avançados, São Paulo, v.32, n.93, p.151-173, ago. 2018.

FERNANDES, M. P. M. **Entrevista com Maria da Penha.** Disponível em:< https://www.institutomariadapenha.org.br/entrevista-com-maria-da-penha.html> Acessado em: 05 de jan. de 2021.
Entrevista concedida ao Instituto Maria da Penha.

FERNANDES, M. P. M. **Resultado do Machismo, diz Maria da Penha sobre "demonização" do feminismo.** Diário de Pernambuco, 05/09/2019. Disponível em:<https:// www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2019/09/resultado-do-machismo-diz-maria-da-penha-sobre-demonizacao-do-fem.html> Acessado em: 12 de set. de 2020.
Entrevista concedida a Diogo Cavalcante para o Diário de Pernambuco.

FERNANDES, M. P. M. **Sobrevivi posso contar.** Fortaleza: Armazém da Cultura, 2012.

FERREIRA, J. K. P; GRISOLIO, L. M; **Os feminismos e a ausência das mulheres nos livros didáticos de História.** In: Estudos Interdisciplinares em Humanidades e Letras. São Paulo: Blucher, 2016.
Disponível em:<ISBN: 9788580391664, DOI 10.5151/9788580391664-04 >Acesso em:02 de nov. de 2020

FERREIRA, M. B.R, VINHA, M., FASSHEBER, J. R.,TAGLIANI, J. R., & UGARTE, M. C. D. (2005). Cultura corporal indígena. In L. Pereira da Costa (Org.), **Atlas do esporte no Brasil** (p. 35-36). Rio de Janeiro, RJ: Shape. 2005.

FIGUEIREDO, A. C. C. M; BRAICK, P. C. R. **Estudar História:** das origens do homem à era digital: manual do professor. São Paulo: Moderna, 2018.

FÓRUM BRAILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Segurança em números,** 2020. Disponível em: < https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/02/infografico-2020-final-100221.pdf> Acesso em: 07 de ag. de 2021

FRABETTI, K; REIS, M; ZIETEMANN, V; UEZATO, L. Guia Antimachismo No Trabalho. disponível em: <http://www.liviauezato.com/project/guia-antimachismo> Acessado em: 02 de mai. de 2021

FRAGOSO, S; AMARO, M. **Introdução aos Estudos de Jogos.** Salvador: EDUFBA, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/27659> Acessado em 14 ag de 2020.

FREEPIKCOMPANY. Recursos gráficos para todos.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 46. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

_____. **Pedagogia do Oprimido.** RJ: Paz e Terra, 2014.

FRIEDAN, Betty. **Mística feminina**. Petrópolis: Vozes, 1971.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. Hemeroteca Digital Brasileira- **O Jornal das Senhoras (RJ) 1852 a 1855**. Disponível em:< http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/jornal-senhoras/700096> Acesso em: 09 de mar. de 2020.

G. LAB. A evolução na história das mulheres e da locomoção. Disponível em:< https://oglobo.globo.com/projetos/jornal-extra-de-carona-com-elas-evolucao-mulheres-locomocao/#:~:text=Na%20Fran%C3%A7a%20de%201889%2C%20a,limite%20era%20de%2012km%2Fh.> Acesso em: 20 de ag. de 2020.

GADAMES, H. **Verdade e Método.** Índices e complementos. Petrópolis: Vozes, 2004.

GARCIA, C. C. **Breve história do feminismo.** São Paulo: Claridade, 2011.

GAZELE, C.C. **Estatuto da Mulher Casada:** uma história dos direitos humanos das mulheres no Brasil, 2005, 194f. Dissertação de Mestrado de História Social das Relações Políticas do Centro de Ciências Humanas da Universidade Federal do Espírito Santo.

GELEDÉS. **Missão institucional**. Disponível em:< https://www.geledes.org.br/geledes-missao-institucional/> Acessado em: 18 de agosto de 2020.

GIACOMONI, M. P. Flertando com o Caos: os jogos no Ensino de História. In: GIACOMONI, M. P; PEREIRA, N. M. (Org.). **Jogos e ensino de história.** Porto Alegre: Evangraf, 2013.

GIACOMONI, M. P; PEREIRA, N. M. (Org.). **Jogos e ensino de história.** Porto Alegre: Evangraf, 2013

GIACOMONI, M. P; **Guia de produção de jogos no ensino de história:** curso de aperfeiçoamento. 2015
Disponível em:<https://www.ufrgs.br/lhiste/guia-de-producao-de-jogos-no-ensino-de-historia/ > Acessado em:18/08/2021

GOMES, C.; SORJ, B. **Corpo, geração e identidade**: a Marcha das vadias no Brasil. Soc. estado., Brasília, v. 29, n. 2,p. 433-447, ago.2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922014000200007&lng=pt&nrm=iso>. Acessado em: 11 ag, de 2020

GONZALES, L. **De Palmares às escolas de samba, tamos aí**. Jornal Mulherio, ano II, nº 5, jan-fev de 1982.

GONZALES, L. **Lélia Gonzales.** 2019. 1 vídeo (10m 15s) Disponível em< https://www.youtube.com/watch?v=o9vOVjNDZA8&t=179s&ab_channel=CultneAcervo> Acesso em: 25 de ag. de 2020.
Entrevista concedida a Mali Garcia em 1988 para o documentário " Divas Negras do Cinema Brasileiro" produzido por Ras Adauto e Vik Birkbeck para Enugbarijo Comunicações.

GONZALES, L. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. Ciências Sociais Hoje, nº2. ANPOCS 1983

GONZALEZ, M. **"Bolsa Estupro": senador propõe lei que veta aborto e dá auxílio a vítimas.** UNIVERSA UOL. 24/03/2021. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2021/03/24/pl-retrocessos-aborto-senado.htm> Acesso em: 12de abr. de 2021

GOVERNO DE MINAS GERAIS. As Marias em: Maria da Penha vai às escolas! Disponívem em:<https://institutoressurgir.org/wp-content/uploads/2019/10/GIBI_Lei_Maria_da_Penha_ATUALIZADO.pdf> Acesso em: 01 de set. de 2020.

HAJE, L. **Projeto extingue cota de 30% das candidaturas femininas.** Câmara dos Deputados. 01/08/2019 -11:25. Disponível em:<https://www.camara.leg.br/noticias/565131-projeto-extingue-cota-de-30-de-candidaturas femininas/> Acesso em: 05 de fev. de 2021.

HOLLANDA, H. B. (Org). **Pensamento feminista brasileiro:** formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.

HOOKS, B. Educação Democrática. In: CASSIO, F. **Educação contra a barbárie:** por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. SP: Boitempo, 2019. (1)

_____. **Ensinando a transgredir:** A educação como prática da liberdade. Ed. São Paulo, 2013.

_____. **O feminismo é para todos: políticas arrebatadoras.** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019. (2)

HUIZINGA, J. **Homo Ludens**: o Jogo como Elemento na Cultura. São Paulo: Perspectiva, 2001.

IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Homem e mulher: quem ganha mais e outros dados por gênero.** IBGE, 2019 (5m15s) Disponível em: <https:// www.youtube.com/watch?v=xMIiMNI6iGU> Acesso em: 23 de jan de 2021

IPEA -INSTITUTO DE PESQUISA APLICADA. **Atlas da Violência** (2021) Disponível em:< https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/> Acessado em: 10/01/2022.

IPEA -INSTITUTO DE PESQUISA APLICADA. **Infográfico Atlas da Violência 2019.** Disponível em: < https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/18/infografico-atlas-2019> Acessado em: 26 ag. 2020.

IPEA -INSTITUTO DE PESQUISA APLICADA.. **Infográfico Atlas da Violência 2020** Disponível em: < https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/25/infografico-atlas-da-violencia-2020>> Acessado em: 05 nov. 2021.

IPEA -INSTITUTO DE PESQUISA APLICADA. **Tolerância social à violência contra as mulheres**. Sistema de indicadores de percepção social. IPEA, 2014. Disponível em: < https:// www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/140327_sips_violencia_mulheres.pdf> Acesso em:25 de jan de 2021.

ISA- Instituto socioambiental. **Organização de Mulheres Indígenas no Brasil:** Resistência e Protagonismo. ISA, 2020. Disponível em:< <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/organizacoes-de-mulheres-indigenas-no-brasil-resistencia-e-protagonismo > Acessado em: 30 ag. de 2020

JUCHEN, H. Sobre o uso dos jogos no ensino de história. Revista Brasileira de Educação Básica | Vol. 3 | Número 7 | Janeiro – Março 2018

JUNQUEIRA, R. D. A "Ideologia de gênero" existe, mas não é aquilo que você pensa que é**.** In: CASSIO, F. **Educação contra a barbárie:** por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. SP: Boitempo, 2019.

KARAWEJCZYK, M. **O Voto Feminino no Congresso Constituinte de 1891:** Primeiros Trâmites Legais. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011. Disponível em:<http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300645749_ARQUIVO_ovotofemininonaconstituinte.pdf> Acesso em: 26 de abr. de 2020

KISHIMOTO, T. M. **O jogo e a educação infantil**. Perspectiva, Florianópolis, UFSC/CED, NUP, n. 22, p. 105-128, 1994

KOSIK, K. **Dialética do concreto.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

LA CARRETA, M. **Como fazer jogos de tabuleiro:** manual prático. Curitiba: Appris, 2018.

LAVILLE, C. **A guerra das narrativas:** debates e ilusões em torno do ensino de História. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 19, nº 38, p. 125-138. 1999.
LE GOFF, J. **História e memória.** Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

LEITE, M. L.M.. Maria Lacerda de Moura e o anarquismo. In: PRADO, A. A. (Org.) **Libertários no Brasil**: memória, lutas, cultura. São Paulo: Brasiliense, 1996.

_____. **Outra face do feminismo:** Maria Lacerda de Moura. São Paulo: Ática, 1984.

LIMA, C. R. N. A. **Gênero, trabalho e cidadania:** função igual, tratamento salarial desigual. Revista de Estudos Fem. vol. 26, nº 3, Florianópolis, 2018. Disponível em:< http://www.scielo.br/scielo.phpscript=sci_arttext&pid=S0104026X2018000300210&lng=en&nrm=iso> Acesso em: 28 de ag. de 2020

LÔBO, Y. **Bertha Lutz**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

LOPES, A. P. L. (Org) **Dôssie:** O Lúdico e a História: caminhos de pesquisa e ensino. Revista História e Histórias volume 7, número 13, jan. Jun. 2019.

_____. **Introdução:** O Lúdico e a História- caminhos de Pesquisa e ensino. In: Dôssie: O Lúdico e a História: caminhos de pesquisa e ensino. Revista História e Histórias volume 7, número 13, jan. Jun. 2019.

LUTZ, B. **13 princípios básicos** - suggestões ao ante-projecto da Constituição. RJ: FBPF, 1933.

MACGONIGAL, J. **A Realidade em Jogos**. Rio de Janeiro: BestSeller, 2012.

MAIA, D. Menina que engravidou após estupro teve que sair ES para fazer aborto legal. Folha de São Paulo, 16 de agosto de 2020. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/08/menina-que-engravidou-apos-estupro-teve-que-sair-do-es-para-fazer-aborto-legal.shtml> Acesso em: 12 de set. 2020

MAIO, E; OLIVEIRA, M. **"Você fechou as pernas?** A Cultura machista nas práticas sociais. Revista Polêmica, v 16, nº 3, 2016. Disponível em:<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/polemica/article/view/25199/18031> Acesso em: 15 de jun. de 2020

MANN, D. Board Games Typology. **Board Games Geek**. 17 de maio de 2015. Disponível em: <https://goo.gl/rp7chV> Acessado em

MARIA LENK – **A ESSÊNCIA DO ESPÍRITO OLÍMPICO**. Direção: Iberê Carvalho. Brasil: Pavirada Filmes, 2012 (26m), sonoro, color

MARQUES, R. **Ativismo feminista por Raquel Marques.** Parte 1. Você é feminista e não sabe: (5m 28s), 2016.Disponível em:< https://www.youtube.com/watch?v=4sfwnhAw4H4&ab_channel=VOC%C3%8A%C3%89FEMINISTAEN%C3%83OSABE> Acesso em:04/06/2020. Entrevista concedida ao canal Você é feminista e não sabe.

MARQUES, T. C. N. **Bertha Lutz.** Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2020.

MARQUES, T. C. N; MELO, H. P. **Os direitos civis das mulheres casadas no Brasil entre 1916 e 1962:** ou como são feitas as leis. *Rev. Estud. Fem.* [online]. 2008, vol.16, n.2, pp.463-488. ISSN 1806-9584. Disponível em:< https://doi.org/10.1590/S0104-026X2008000200008.> Acesso em: 28 de ag. de 2020.

MEDEIROS, L. **DEAM:** Uma invenção do Movimento de Mulheres e Feminista no contexto de redemocratização brasileira. Anais do XV Encontro Regional de História da ANPUH -RIO, 2012. Disponível em: <http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338414256_ARQUIVO_ArtigoAnpuh.2012.pdf> Acesso em:01 de set. de 2020.

MINORELLI, C. T; CHIBA, C. **Convergências História**. São Paulo: Edições SM, 2018.

MIRANDA, T.L.; SCHIMANSKI, E. Relações de gênero: algumas considerações conceituais. In: FERREIRA, AJ., (Org.). **Relações étnico-raciais, de gênero e sexualidade:** perspectivas contemporâneas [online]. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2014, pp. 66-91

MISKOLCI, R.**Exorcizando um fantasma:** os interesses por trás do combate à "ideologia de gênero". Pagu, Campinas, n.53, e185302, 2018.
Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332018000200402&lng=en&nrm=iso>.Acesso em 11 de agosto de 2020.

MOOTOKA, D. Y; SILVA, V. A. V. **História Geração Alpha.** São Paulo: Edições SM, 2018.

MORENO, M. **Como se ensina a ser menina:** o sexismo na escola. Campinas: Moderna, 1999.

MOTTA, L.N.T; VALENTE, H.A.D. **O discurso de violência contra mulheres na canção das mídias**. XXVIII Congresso da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música – Manaus – 2018 Disponível em: <https://anppom.org.br/anais/anaiscongresso_anppom_2018/5204/public/5204-18346-2-PB.pdf> Acesso em: 25 de jan. de 2021.

MOURA, M. L. **A mulher é degenerada?** Edição fac-smíle comentada. São Paulo: Tenda dos Livros, 2018.

MURARO, R. M. **Os seis meses em que fui homem**. RJ: Rosa dos Tempos, 2001.

MURARO, R. M. **Rose Marie Muraro no Sempre um Papo.** 2007. 1 vídeo (32m 37s) Disponível em:<https://www.youtube.com/watch?v=NUONWtUtTQI&ab_channel=SempreUmPapo> Acesso em: 16 de jan de 2021. Entrevista concedida ao canal Sempre um Papo.

MUSEU DA CIDADE. **Laudelina, suas lutas e conquistas.** 2019. (37m18s) Disponível em:<https://www.youtube.com/watch?v=JYL2Ki8ItGg&ab_channel=MuseudaCidade> Acesso em: 28 de ag. de 2020.

MUSEU DO FUTEBOL. **Contra-ataque! As mulheres no futebol.** 2019. Disponível em:<https://museudofutebol.org.br/exposicoes/contra-ataque/> Acesso em: 30 de ag. de 2020.

NASCIMENTO, B. A mulher negra no mercado de trabalho. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org). **Pensamento feminista brasileiro:** formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.

NEVES, A. F. **Estudos Interdisciplinares em humanidades e letras.** São Paulo: Blucher, 2016

NEXO JORNAL. **A bióloga que liderou a luta pelo direito das mulheres: Bertha Lutz,** 2019. 1 vídeo (6m14s). Disponível em< https://www.youtube.com/watch?v=HI1v7PJl1OY&ab_channel=NexoJornal> Acesso em: 02 de jan. de 2020.

NOS CAMINHOS DE MARGARIDA. Direção e realização: CONTAG, Fetag's e Sindicatos, Brasil, 2017, (30m), sonoro, color. Disponível em:< https://www.youtube.com/watch?v=sjxruyZt-eM&t=589s&ab_channel=TVCONTAG> Acesso em: 15 de jan de 2021.

O QUE QUEREM AS MULHERES? Direção: Liloye Boubli, 2020. (série em 4 episódios de 27 minutos cada) Sonoro, color.

OLIVEIRA, M. C; MARCONDES, G. **Novas E Velhas Tensões Na Articulação Entre Trabalho E Família Nas Regiões Metropolitanas**. Caderno do Observatório Nacional do mercado de trabalho: volume 1 / Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. - São Paulo: DIEESE, 2015.

ONU MULHERES BRASIL. **Empoderamento das Mulheres.** 2018 (2m 37s) Disponível em:<https://www.youtube.com/watchv=6RSc_XYezig&ab_channel=ONUMulheresBrasil> Acesso em: 12 de dez. de 2021

ONU MULHERES BRASIL. **Igualdade de Gênero.** 2018 (2m 36s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZCGLC-vziRc > Acesso em: 20 de jul. de 2020

ONU MULHERES BRASIL. **Saiba como identificar a violência contra a mulher e as formas de denúncia.** (1m54s) 2021. Disponível em:<https://www.youtube.com/watch?v=7y7zyagQJY&ab_channel=ONUMulheresBrasil> Acesso em: 18 de jan de 2022

ORLANDI, E. **As formas do silêncio.** No movimento dos sentidos. 6ª Ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

PARANÁ. **Cadernos temáticos:** educação do campo. Curitiba, 2005.

PARANÁ. **Referencial Curricular do Paraná**: Princípios, Direitos e Orientações. Paraná, 2018. Disponível em:<http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/bncc/2018/referencial_curricular_parana_cee.pdf > Acessado em: 30 de dez. de 2019.

PEDRO, J. M. **O feminismo de "segunda onda":** Corpo, prazer e trabalho. In: PINSKY, C.B; PEDRO, J.M. (Org.). Nova História das Mulheres. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

PEDRO, J. M. **Traduzindo o debate:** o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. História [online]. 2005, vol.24, n.1, pp.77-98.
Disponível em:<https://doi.org/10.1590/S0101-90742005000100004> Acesso em: 15/09/2020

PENNA, Fernando de A. **Programa "Escola sem Partido": uma ameaça à educação emancipadora.** In: GABRIEL, Carmen T; MONTEIRO, Ana M.; MARTINS, Marcus L. B. (orgs.) Narrativas do Rio de Janeiro nas aulas de História. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016, p.43-58.

PERROT, M. **As mulheres ou os silêncios da história.** Bauru: EDUSC, 2005

_____. **Minha História das Mulheres.** São Paulo: Contexto, 2007

PESQUISA GAME BRASIL. Entenda os hábitos de consumo dos gamers brasileiros e latino americanos, 2019. Disponível em: < https://www.pesquisagamebrasil.com.br/pt/> Acesso em: 20 jul. 2020

PINSKY, C. B. **Estudos de Gênero e História Social.** Revista Estudos Fem., Florianópolis, v. 17, n.1, pág.159-189, abril de 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2009000100009&lng=en&nrm=iso> Acesso em 05 mar. de 2020.

_____. Gênero. In: PINSKY, C. B. (Org.). **Novos temas nas aulas de História.** São Paulo: Contexto, 2018.

PINTO, C. R. J. **Uma história do feminismo no Brasil.** Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo. 2003.

PINTO, E. A. **Etnicidade, gênero e educação:** a trajetória de vida de Laudelina de Campos Mello (1904-1991). São Paulo: Anita Garibaldi, 2015, p. 362.

PIRES, M.R; SILVA, L.V; FONSECA, R. M; GOUVEIA, E. **Ludicidade, gênero e poder no jogo de tabuleiro Violetas:** cinema & ação no enfrentamento da violência contra a mulher. Atas CIAIQ, 2016. p. 822.

Disponível em: < https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2016/article/view/827 > Acessado em: 01 de agosto de 2019

PITANGUY, J. A. **As feministas na Constituição de 1988**. Jacqueline Pitanguy. VOCÊ É FEMINISTA E NÃO SABE. 2016. (5m39s) Disponível em:https://www.youtube.com/watch?v=QvmDV9oWC-Y&ab_channel=VOC%C3%8A%C3%89FEMINISTAEN%C3%83OSABE> Acesso em: 15 de jan. de 2021.
Entrevista concedida ao canal VOCÊ É FEMINISTA E NÃO SABE.

PITANGUY, J. A Carta das mulheres brasileiras aos constituintes: memórias para o Futuro. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org). **Pensamento feminista brasileiro:** formação e - contexto. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.

PITANGUY, J. A. **Direitos não são eternos, precisam ser defendidos.** Jacqueline Pitanguy. VOCÊ É FEMINISTA E NÃO SABE. 2016. (3m15s) Disponível em:<https://www.youtube.com/watch?v=1tTbAdsLH3c&ab_channel=VOC%C3%8A%C3%89FEMINISTAEN%C3%83OSABE> Acesso em: 15 de jan. de 2021.
Entrevista concedida ao canal VOCÊ É FEMINISTA E NÃO SABE.

PLATAFORMA POLÍTICA DA MARCHA DAS MARGARIDAS 2019: **Por um Brasil com soberania popular, democracia, justiça e livre de violência**, 2019. Disponível em: < http://www.contag.org.br/imagens/ctg_file_1236339083_14082019151003.pdf> Acessado em: 15 de ag. de 2020.

PRÁ, J. R. **O feminismo como teoria e como prática política**. In: STREY, Marlene Neves. *Mulher: Estudos de Gênero*. São Leopoldo: Unisinos, 1997.

QUEIROZ, G. **Empresas paulistanas faturam com a retomada dos jogos de tabuleiro.** VEJA/SP. 27 de julho de 2018. Disponível em: < https://vejasp.abril.com.br/cidades/jogos-de-tabuleiro-tendencia/> Acesso em: 01 de ag. de 2019.

RAGO, M. As Mulheres na Historiografia Brasileira. In: SILVA, Zélia L. (Org.) - **Cultura Histórica em Debate** - SPEd. UNESP - 1994.

_____. Ética, anarquia e revolução em Maria Lacerda de Moura. In: FERREIRA, J; REIS, D. A (Org.). **As esquerdas no Brasil** (Volume 1) A formação das tradições (1889-1945) RJ: Civilização Brasileira, 2007.

RATIER, R. 14 perguntas e respostas sobre o "Escola Sem Partido". In: Ação Educativa Acessoria, Pesquisa e Informação (Org.). **A Ideologia do Movimento Escola Sem Partido:** 20 autores desmontam o discurso. São Paulo: Ação Educativa, 2016.

RIBEIRO, D. **Como o feminismo entrou na sua vida?** Djamila Ribeiro. Você é Feminista e Não Sabe. 2016. (1m51s) Disponível em:<https://www.youtube.com/watch?v=sq9QyeElIQs&ab_channel=VOC%C3%8A%C3%89FEMINISTAEN%C3%83OSABE > Acesso em: 19 de jan. de 2021.
Entrevista concedida ao canal Você é Feminista e Não Sabe.

RIBEIRO, D. **Djamila Ribeiro sobre o feminismo:** "A gente luta por uma sociedade em que as mulheres possam ser consideradas pessoas" Jornal Extra, 2018. Disponível em:< https://extra.globo.com/tv-e-lazer/djamila-ribeiro-sobre-feminismo-gente-luta-por-uma-sociedade-em-que-mulheres-possam-ser-consideradas-pessoas-23213839.html. > Acesso em: 20 de jan de 2021.
Entrevista concedida à Thayná Rodrigues em 06 de outubro de 2018.

RIBEIRO, D. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RIBEIRO, D. **Nossas filhas serão mulheres mais livres?** Djamila Ribeiro. Você é Feminista e Não Sabe. 2016. (1m49s) Disponível em:<https://www.youtube.com/watch v=PTWJjxARH7I&ab_channel=VOC%C3%8A%C3%89FEMINISTAEN %C3%83OSABE>Acesso em: 19 de jan. de 2021.
Entrevista concedida ao canal Você é Feminista e Não Sabe.

RIBEIRO, V. M. Apresentação. In: Ação Educativa Acessoria, Pesquisa e Informação (Org.). **A Ideologia do Movimento Escola Sem Partido:** 20 autores desmontam o discurso. São Paulo: Ação Educativa, 2016.

ROMANCINI, R. **Como aumentar a jogabilidade e o valor educativo de um jogo**. 2019. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4690051/mod_resource/content/1/

Como_aumentar_a_jogabilidade_e_o_valor_educativo_de_um_jogo.pdf> Acesso em: 14 de out. de 2020.

_____. **Jogos de cartas:** Evolução e Tipos. Disponível em: < https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584753/mod_resource/content/1/Evolucao_Jogos_Cartas_Completo.pdf> Acesso em: 14 de out. de 2020.

_____. **Tipologia dos jogos.** Disponível em:<https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4579482/mod_resource/content/1/tipologia_jogos_completo.pdf> Acesso em: 14 de out. de 2020.

SACCHI, A. **Mulheres indígenas e participação política:** a discussão de gênero nas organizações de mulheres indígenas. Revistas Anthropológicas, ano 7, volume 14 (1e2), 2003.

SANTANA, J.R; WAISSE, S. **Chegada e difusão da pílula anticoncepcional no Brasil - 1962-1972:** qual informação foi disponibilizada às usuárias potenciais? Revista Brasileira de História da Ciência, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 203-218, jul | dez 2016. Disponível em:<https://www.sbhc.org.br/arquivo/download?ID_ARQUIVO=2794>
Acesso em:30 de ag. de 2020

SANTOS, F. V. **Mulheres Indígenas, Movimento Social e Feminismo na Amazônia:** Empreendendo aproximações e distanciamentos necessários. Revista EDUC Amazônia. Ano 5, Vol VIII, 2012-1jan-jun, pág 94-104.

SCAVONE, L. **A maternidade e o feminismo:** diálogo com as ciências sociais. Cadernos Pagu, n. 16, 2003, pp.137-150. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-83332001000100008>. Epub 11 Mar 2009. Acesso em: 15 de jan. de 2021.

SCHARFF, Christina. BBC NEWS. Por que tantas mulheres jovens não se identificam como feministas. 19 de fevereiro de 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-47283014> Acesso em: 25/08/2020

SCHIMIDT, M.A; CAINELLI, M. **Ensinar história.** São Paulo: Scipione, 2004.

SCHPUN, Mônica Raisa. Carlota Pereira Queiroz: Uma mulher na política. São Paulo: Revista Brasileira de História, v. 17, nº 33, 1997. pp.167-200.

SCOTT, J. **Gênero:** uma categoria útil de análise histórica. Educação e realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº2, p.71-99, jul/dez.1995

_____. História das Mulheres. In: BURKE, P. **A Escrita da História**. São Paulo: Ed. Unesp, 1992.

SEFFNER, F. Aprender e ensinar história: como jogar com isso?" IN: GIACOMONI, M. P; PEREIRA, N. M. (Org). Jogos e ensino de história. Porto Alegre: Evangraf, 2013.

SERIACOPI, G. C. A; SERIACOPI, R. **Inspire História:** 9º ano. São Paulo: FTD, 2018.

SHELBY, R. **"I Incite This Meeting to Rebellion":** Radical Feminism and Police Violence in the Early 1900s Board Game Suffragetto. RomChip a journal of games histories. Vol 1, nº 1, Jul 2019. Disponível em:< https://romchip.org/index.php/romchip-journal/article/view/46> Acessado em

SILVA, B. G. **A Marcha das Margaridas:** resistências e permanências. Brasília, DF, maio, 2008. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de Brasília, UNB

SILVA, C., BRANCALEONI, A. P e OLIVEIRA, R. **Base Nacional Comum Curricular e Diversidade Sexual e de Gênero:** (des) caracterizações. RIAEE – Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 14, n. esp. 2, p. 1538-1555, jul. 2019.

SILVA, G. V. **Prisioneiras do esquecimento:** a representação das mulheres nos livros didáticos de história. Dimensões. Niterói: UFES, vol. 23, p. 45-66, 2009. Disponível em: <http://www.ufes.br/ppghis/dimensoes/artigos/Dimensoes23GilvanVenturadaSilva.pdf>. Acesso: 30 mar. 2020

SILVA, K.V. Biografias. In: PINSKY, C. B. (Org.). **Novos temas nas aulas de História**. São Paulo: Contexto, 2018.

SILVIA, V. R. **A violência contra as mulheres nas paradas de sucesso**. Gênero e Número, 8 de fevereiro de 2018. Disponível em:<http://www.generonumero.media/violencia-contra-mulheres-nas-paradas-de-sucesso> Acesso em:25 de jan. de 2021.

SILVEIRA, D. Em ranking de 190 países sobre presença feminina em parlamentos, Brasil ocupa a 152ª posição. G1 Política. 07/03/2018. Disponível em:<**https://g1.globo.com/politica/noticia/em-ranking-de-190-paises-sobre-presenca-feminina-em-parlamentos-brasil-ocupa-a-152-posicao.ghtml**> Acesso em: 15/07/2020

SOS MULHER. **Sobre a plataforma SOS Mulher.** Disponível em:< https://www.sosmulher.sp.gov.br/#sobre> Acesso em: 01 de set. de 2020.

SOARES, I. **Bispo Edir Macedo diz que mulher não pode ter mais estudo que o marido.** Correio Braziliense, 24/09/2019. Disponível em:< https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2019/09/24/interna-brasil,789307/bispo-edir-macedo-diz-que-mulher-nao-pode-ter-mais-estudo-que-o-marido.shtml> Acesso em: 25 de jun. 2021.

SOARES, G.S; COSTA, J. C. **Movimento Lésbico e movimento feminista no Brasil:** recuperando encontros e desencontros *Labrys, études féministes/estudos feministas*, v. 2, p. 1-64, jan-jun. 2012.

SOUZA, H. M. G. P. **Luísa Alzira Teixeira Soriano:** primeira mulher eleita prefeita na América do Sul. Natal: CCHLA,1993.

SOUZA, M. R. **Eunice Michiles e a política:** uma história para contar. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2017. Disponível em: <https://ecoemlivros.ufam.edu.br/attachments/article/2/Eunice_Michiles_e_a_Politica.pdf> Acesso em: 01 de set. de 2020

UMA QUESTÃO DE HONRA. Direção: Manfredo Caldas. Paraíba, 1998. 1 filme (88m), sonoro, color.

UNIVERSA UOL. **Lei Mari Ferrer:** Câmara aprova PL que obriga o juiz a zelar pela vítima de violência sexual, 2021. Disponível em: < https://www.uol.com.br/universa/noticias /redacao/2021/03/18/camara-aprova-pl-que-obriga-o-juiz-a-zelar-pela-vitima-de-violencia-sex ual.htm> Acesso em: 06 de mai. de 2021.

TELES, M. A. de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

TIBURI, M. Apresentação: Precisamos falar sobre Rose Marie Muraro. In: MURARO, R. M. **Os seis meses em que fui homem**. RJ: Rosa dos Tempos, 2001.

TOVAR, V. **Meu corpo, minhas medidas.** São Paulo: Primavera Editorial, 2018.

TRANSFORMATORIO DAS MARGARIDAS. **O Transformatório das Margaridas:** Observar para transformar. Disponível em:< http://transformatoriomargaridas.org.br> Acesso em: 20 de jan de 2021.

TVBrasilGOV. Documentário retrata história da escritora e educadora Nísia Floresta. 2013 1 vídeo (30m11s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-fqz5fsFssE&ab_channel=TVBrasilGov> Acesso em: 04 de jan de 2021.

TVTRE-RJ. **Quem foi Romy Medeiros?** 2021. 1 vídeo (6m 34s) Disponível em:< https://www.youtube.com/watch?v=qx8VRPwYv6U&ab_channel=TVTRE-RJ> Acesso em: 30 de nov. de 2021

VAINFAS, R; BUONO, V; FERREIRA, J. L; FARIA, S. F. **História. Doc:** Manual do Professor. São Paulo: Saraiva, 2018.

VASCONCELOS, J. S. A. Pioneira do Anarcofeminismo no Brasil. In: MOURA, M. L. **A mulher é degenerada?** Edição fac-smíle comentada. São Paulo: Tenda dos Livros, 2018.

VICENTINO, C; VICENTINO, J. B. **Teláris História** – 9º ano. São Paulo: Ática, 2018.

WAPICHANA, J. **Funai entrevista Joênia Wapichana** – a primeira mulher indígena a ser eleita deputada Federal no Brasil. 2018. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/comunicacao/noticias/5065-funai-entrevista-joenia-wapixana-aprimeira> Acesso em: 18 de jan. de 2021.
Entrevista concedida à FUNAI em 08 de outubro de 2018.

WAPICHANA, J. **Joenia Wapichana é a líder da Rede Sustentabilidade**. CÂMARA DOS DEPUTADOS. 2019. (18m56s) Disponível em:<https://www.youtube.com/watch?v=zxM-axt1HNo&ab_channel=C%C3%A2maradosDeputados.> Acesso em: 18 de jan. de 2021. Entrevista concedida à TV Câmara.

ZARBATO, J.A.M. Diversidade de gênero, interculturalidade e ensino de história: re- exões e produção de sentido histórico In: CRESCÊNCIO, C. L; SILVA, J. G; BRISTOT, L. S. (Orgs). **Histórias de gênero.** São Paulo: Verona, 2017. Disponível em: < https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/194291> Acessado em: 02 abr, 2020.

ZIRBEL, I. Ondas Do Feminismo. Blogs De Ciência Da Universidade Estadual De Campinas: Mulheres Na Filosofia. V. 7, nº 2, 2021 pp.10-31.
Disponível em:< https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/wp-content/uploads/sites/178/2021/03/Ondas-do-Feminismo> Acesso em: 18/08/2021

APÊNDICE 1 - PESQUISA SOBRE O USO DE JOGOS E SOBRE O FEMINISMO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – UFPR
Setor de Ciências Humanas / Prof-História
Mestrado Profissional em Ensino de História
Turma: 2019

PESQUISA: Sobre o uso dos jogos de tabuleiro e o conteúdo das lutas e conquistas das mulheres nas aulas de História.
Pesquisadora: Profª Denise A. R. da Cruz.

Nome: _____Idade:_____
Sexo: ( ) Feminino ( ) Masculino
Mora com: ( ) Pais ( ) só com a mãe ( ) só com o pai ( ) outros _____

Sobre os jogos de tabuleiro

1- Você joga algum tipo de jogo de tabuleiro? ( ) Sim ( ) Não
2- Em quais locais você costuma jogar?
( ) Casa
( ) Escola Quais disciplinas: _____
( ) Outros: _____

3- Quais são os jogos de tabuleiro que você costuma jogar?
( ) Xadrez ( ) Damas ( ) Detetive ( ) Monopólio
Outros:_____

4- Você já jogou algum jogo de tabuleiro com a temática da História?
( ) Não ( ) Sim :

No caso da resposta ser Sim, você joga em:
( ) Em casa - Por que você(sua família) escolheu um jogo com tema de História?
_____
_____

( ) Na escola
Na escola: ( ) Jogo comercial ( ) Feito pelo professor ( ) Feito por você
Qual era o tema do jogo:_____
Você gostou de jogar? ( ) Sim ( ) Não
Você gostou de produzir o jogo? ( ) Sim ( ) Não ( ) Não produzi

5- Você acredita que os fatos históricos de um jogo de tabuleiro são verdadeiros?
( ) Sim ( ) Não
Por quê? _____
_____

6- Ao jogar um jogo com temática histórica você acredita que aprende sobre o conteúdo?

( ) Sim ( ) Não
Por quê?_____
_____

7- Ao jogar um jogo com temática histórica você procura saber mais sobre o tema?
( ) Sim Onde você procura? _____
( ) Não

A nossa pesquisa versará sobre jogos de tabuleiro e o conteúdo histórico sobre as lutas e conquistas das mulheres no século XX.

8- O que significa ser mulher em nossa sociedade?
_____
_____
_____
_____

9- O que significa ser homem na nossa sociedade?
_____
_____
_____
_____

10- Você acredita que homens e mulheres são tratados de forma diferente na sociedade? (trabalho, em casa, na escola, no trânsito) Por quê?
_____
_____
_____
_____

11- Você sabe por quais causas as mulheres lutam e reivindicam?
( ) Não
( ) Sim

12- Quais são as lutas das mulheres?
_____
_____
_____
_____

13- Você acredita que o feminismo é:
( ) Algo bom
( ) Algo ruim
( ) Não sei o que significa

Meus agradecimentos.

ROTINA DIÁRIA

Descreva as suas atividades diárias:

SEGUNDA-FEIRA:
Manhã:_____
_____
Tarde: _____
_____
Noite:_____

TERÇA-FEIRA:
Manhã:_____
_____
Tarde: _____
_____
Noite:_____

QUARTA-FEIRA:
Manhã:_____
_____
Tarde: _____
_____
Noite:_____

QUINTA-FEIRA:
Manhã:_____
_____
Tarde: _____
_____
Noite:_____

SEXTA-FEIRA:
Manhã:_____
_____
Tarde: _____
_____
Noite:_____

SÁBADO:
Manhã:_____
Tarde: _____
Noite:_____

DOMINGO:
Manhã:_____
Tarde: _____
Noite:_____

Livro Didático	Aráriba Mais História	Convergências História	Estudar História	História. Doc	História-Escola E Democracia	História Geração Alpha	História, Sociedade E Cidadania	Historiar	Inspire História	Teláris	Vontade De Saber História
Cita-se a palavra feminismo/ feminista	Sim 4 x feminismo 8x feminista	sim	Sim 6x feminismo 4x feminista	Sim 1x feminismo 6x feminista	Sim 7x feminismo 7x feminista		Sim 4x feminismo 20x feminista	Sim 5x feminista	Sim- 8x feminismo	Sim 5x feminismo 6x feministas	Sim 1x feminismo 14x feminista
Feminismo/ feminista fazem parte de título	Não Usa-se o termo mulheres	Sim. p.201	Não Usa-se mulher e feminina	Não Usa-se: mulher e mulheres	Sim. p. 224	Não	Sim. p. 68	Não Usa-se mulher e mulheres	Não Usa-se mulher	Não	Não Usa-se mulher e feminina
Conceitua-se o Termo Feminismo	Não	Sim. P. 246	Não	Não	Sim. P. 224	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Quantidade de páginas dedicadas ao tema:	p. 105 – 1p. p. 138 – 1p.	p. 27-1p p. 201- p. 246- 1/3	p.127 p.240 e p.294	p. 44- 1/3 p. 66- 1/3 p. 160 -1/3 p. 266- ½ p. 275- 1	p.80- ½ p.111 ½ p.222-1p p.223- 1p p.224-1-p p.225- 1/2 p.226- 1p.	p. 126 p .279	p. 47 p. 58- 1p p. 67-1p p.68-1p p.69-1p p.70-1p p.71-1p p.73 p.225- 3 linhas p.2471/3	p. 22 -1p p. 27-1p p.59- ½	p- 27- 1p p. 119- 10 linhas p. 235- 3 linhas p. 237-1/2	p. 30- 1 paragrafo p.114/115- 2 p. 144-1 linha p. 222- 1/3 p. 223- 1p	p. 18 e 19 p. 32 p. 68-1p p.69-1p p.116-1p p.228- 4linhas p. 305-1p
Tema aparece no texto-base	1 página 138 (EUA)		p. 127 e 294 sobre o Brasil. 240 sobre EUA	p. 44 p. 160	p. 222, 223 EUA-224 225	p. 279	p. 58, 67, 69, 71, 225	p. 27 e 59	p. 119; 235; 237	p. 30 p. 114	p.116 p. 288
Tema aparece em boxes	1 página (105)		Não	p. 66; 266 e 275	p. 80 e 111 226	p. 126	p. 47, 68, 70, 73, 247	p. 22- abertura	p. 27	p. 114-115 p. 222-223	p. 18 e 19 32, 68-69

Livro Didático	Aráriba Mais História	Convergências História	Estudar História	História. Doc	História-Escola E Democracia	História Geração Alpha	História, Sociedade E Cidadania	Historiar	Inspire História	Teláris	Vontade De Saber História
Textos de apoio aos professores:	Não. Indicação de livros		Sim. Texto sobre O Segundo Sexo de Bouvoir	Sim. Sobre o voto	Não. Indicações de sites e livros		Sim- sobre partido feminista, educação, movimento feminista, imprensa	Sim Sobre Bertha Lutz	Sim Sobre Educação	Sim sobre as lutas feministas	Não- somente orientações didáticas
Feministas citadas	Angela Davis- mas relativo ao movimento negro	Nísia Floresta Bertha Lutz	Maria Lacerda de Moura como anarcofeminista . Betty Friedan	Maria Lacerda de Moura; Bertha Betty Friedan	Nísia Floresta, Bertha Lutz, leolinda Daltro, Anna CesarVieira		Bertha Lutz, Nísia Floresta, Leolinda Daltro, Myrthes Campos, Simone de Beauvoir Betty Friedan	Bertha Lutz	Maria da Penha	Bertha Lutz	Bertha Lutz
Imagens referentes ao tema	Foto da deputada Carlota Pereira Queiroz. Foto de passeata nos EUA	Foto de Nísia Floresta Foto de marcha em 2016	Foto de Alzira Soriano e Maria Lacerda de Moura. Foto de passeata nos EUA	Foto de Moura; Maria da Penha; Passeatas nos EUA	Fotos das feministas citadas. Representação de Eva na Idade Média. Foto de Rita Haywirth. Fotos de passeata dos EUA ShelbyDrake tirando sutiã. Foto de Tina Turner. Mapa da	Foto de mulher depositando o voto na década de 1930; Foto de Jacqueline Pitanguy no CNDM.	Fotos de mulheres eleitoras, de Comício, Bertha Lutz, foto de passeata (EUA); modelo de minissaia, fac-smile do livro de Nísia Floresta;	Comício no Brasil- 1933 Foto de Lutz Foto do Congresso Feminista em 1922.	Maria da Penha foto da primeira deputada negra Antonieta de Barros	Mulher em 1901, mulher de bicicleta. Foto de congresso feminista	Foto das suffragettes inglesas; foto de mulher dirigindo e mulheres na praia (anos 50-60) Foto da primeira deputada brasileira

APÊNDICE 2 - QUADRO SOBRE OS FEMINISMOS NOS LIVROS DIDÁTICOS DO PNLD 2020.

Livro Didático	Araribá Mais História	Convergências História	Estudar História	História. Doc	História-Escola E Democracia	História Geração Alpha	História, Sociedade E Cidadania	Historiar	Inspire História	Teláris	Vontade De Saber História
Referência as lutas feministas.	Voto. Feminismo norte-americano(dupla jornada de trabalho, autonomia, sexualidade.	Educação, voto, ditadura, salário, violência.	BR- p. 294 voto, emancipação. igualdade salarial, representatividade, violência. EUA- machismo, representatividade	Voto, condição feminina, salário, igualdade, condição feminina.	Voto, Feminismo Internacional igualdade, condições e tabus sobre as mulheres emancipação econômica, trabalho, corpo e sexualidade.	Direitos na constituição de 1988	Voto, emancipação educação direitos reprodutivos igualdade, equiparação salarial, violência, liberdade machismo.	Voto	Voto equiparação salarial, oportunidades no trabalho, violência e machismo.	Voto, igualdades conquistas na constituinte violência	Voto, emancipação representatividade, liberdade, métodos contraceptivos trabalho, violência, machismo
					conquista do voto feminino.						

APÊNDICE 3- GUIA DE JOGOS SOBRE O FEMINISMO NO BRASIL.

GUIA DE JOGOS sobre o FEMINISMO NO BRASIL

EMPODERAMENTO

CONQUISTAS

LIBERDADE

FEMINISTAS

MULHERES

LEIS

GÊNERO

OPORTUNIDADES

50/50

LUTAS

DIREITOS

IGUALDADE

CRIADO: Denise Cruz. ORIENTAÇÃO: Martha D. Hameister.
DESENVOLVIDO COMO PRODUTO DO MESTRADO PROFISSIONAL DE ENSINO DE HISTÓRIA-PROF-HISTÓRIA- UFPR

designed by freepik

AGRADECIMENTOS

O conjunto de jogos de cartas e de tabuleiro e este guia são frutos do trabalho de Mestrado Profissional de História - PROFHISTÓRIA da Universidade Federal do Paraná intitulado "O jogo não acabou: Jogos de cartas e de tabuleiro sobre o feminismo brasileiro (XIX-XXI)". O programa PROFHISTÓRIA dá oportunidade aos docentes de produzir dissertações e ferramentas pedagógicas voltados para a sala de aula, unindo assim, as demandas que tão bem conhecem com as discussões teóricas.

Como professora com mais de 10 anos de trajetória essa foi uma oportunidade maravilhosa de retornar as discussões sobre os caminhos da disciplina, principalmente em tempos tão sombrios e rememorar as teorias, para produzir um material que pudesse ser utilizado por mim e por meus colegas de profissão. Nessa trajetória agradeço imensamente a todos os professores do Programa PROFHISTÓRIA da UFPR que propiciaram momentos de reflexão sobre a docência e me ajudaram a produzir este material.

Este material não foi feito apenas por minhas mãos. Agradeço principalmente à Profª Drª Martha D. Hameinster que orientou este trabalho, por sua sensibilidade em me dar autonomia para fazê-lo ao mesmo tempo que me guiou de forma segura e respeitosa nesse caminho. Assim como, aos professores da Banca da Defesa, cujos questionamentos foram imprescindíveis para a escrita deste trabalho, Prof. Dr. Edilson Chaves por sua leitura minuciosa deste trabalho e a Profª Drª Ana Paula Vosne Martins que deste a minha graduação tem impulsionado a temática do feminismo na minha trajetória.

Por fim, agradeço aos meus alunos/colaboradores das turmas do 9º ano de um Colégio Rural da cidade de São José dos Pinhais que participaram da aplicação de um questionário que foi ponto inicial e crucial para meu entendimento sobre quais jogos criar e quais questões deveriam ser tocadas.

APRESENTAÇÃO

Aos professores.

O que sabemos das mulheres na história? O que sabemos do feminismo? Quem são as feministas brasileiras? Quais as lutas e conquistas das mulheres brasileiras? Como o feminismo é percebido pela sociedade? Como as questões de gênero atingem e são percebidas no cotidiano dos discentes? Essas questões estiveram presentes em toda a minha trajetória como docente. A inquietação devia-se a percepção do silenciamento da história sobre as mulheres, especialmente sobre o feminismo, que se desdobra em apenas duas entradas na Base Nacional Curricular Comum para a disciplina de História e em poucas páginas nos livros didáticos. Por outro lado, surgiu de uma demanda de dentro da sala de aula, pois as questões de gênero permeiam a vida de todos e em todos os momentos. Mas quando os discentes escutam e o que veem nos livros didáticos sobre a história das mulheres? E sobre o feminismo? Como trabalhar essa temática? Por onde começar em tempos que o gênero é considerado um tema polêmico?

A resposta foi encontrada na história do feminismo, da sua conceituação e da atuação das feministas. Da sua conceituação compreendemos o feminismo, a partir da concepção de Maria Amélia de Almeida Teles (1993) para quem é uma filosofia universal que considera a existência da opressão específica a todas as mulheres que manifesta-se tanto na infraestrutura quanto nas superestruturas. Estas assumem diversas formas conforme as classes sociais, grupos étnicos e culturais. O feminismo contrapõe-se ao poder patriarcal e propõe transformações sociais, econômicas, políticas e ideológicas da sociedade.[1]

Da atuação feminista inspiramo-nos na experiência do início do século XX das feministas britânicas que lançaram jogos com intuito duplo, tanto para arrecadar dinheiro, quanto para que as pessoas conhecessem o feminismo, unindo a ludicidade com um fim pedagógico. Munida desse exemplo e da concepção do feminismo criei três

1TELES, M. A. de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1993. p. 10

jogos de cartas e um jogo de tabuleiro para aplicação nas aulas de história do 9º ano do Ensino Fundamental - Anos Finais com o objetivo de apresentar e discutir a temática do feminismo no Brasil.

O primeiro jogo de cartas é MEMÓRIA FEMINISTA que traz para a sala de aula as biografias e as lutas de 12 feministas brasileiras. Já o jogo de cartas da LINHA DO TEMPO DAS CONQUISTAS E DIREITOS DAS MULHERES permite que os estudantes conheçam as conquistas das mulheres brasileiras e as ordenem cronologicamente percebendo a trajetória das lutas. No jogo JUNTE-SE A LUTA os alunos utilizarão cartas para derrotar as cartas com frases preconceituosas e machistas que as mulheres enfrentam secularmente. São cartas-ação com estratégias feministas de denúncia, protesto e formas de conquistar direitos. O último jogo é de tabuleiro NO CAMINHO DO FEMINISMO: É VERDADE OU MENTIRA? Em que os estudantes caminharão no tabuleiro respondendo questões sobre o feminismo e descobrindo sobre o conceito, as pautas de lutas, algumas conquistas, sobre as feministas, mas também sobre o que o movimento não é. Nesses jogos perpassamos as lutas e as conquistas sociais, econômicas, no campo das leis e da cultura das mulheres brasileiras desde o século XIX e pelas trajetórias de algumas figuras históricas feministas. A escolha dessas mulheres, ainda que arbitrária teve como critério duas questões: que ela se autoproclamasse feminista e que seu nome fosse de alguma forma "conhecido". Por exemplo, estivesse incluído nos livros didáticos de História como os casos de Bertha Lutz e Maria Lacerda de Moura, ou ainda nomes de grande alcance midiático como Maria da Penha, Djamila Ribeiro e os movimentos da Marcha das Margaridas e a Marcha das Vadias.

Estes jogos foram produzidos a partir das concepções pedagógicas de Paulo Freire para uma educação problematizadora em que os sujeitos "vão percebendo, criticamente, *como estão sendo no mundo com que e em que se acham*".[2] E esse percurso passa pela perspectiva de gênero, pelo conhecimento da nossa história, daquelas que lutaram por direitos que hoje usufruímos, pelas pautas que ainda lutamos.

2 FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. RJ: Paz e Terra, 2014, p. 100.

Entendemos, nesse sentido, assim como para a feminista estadunidense Bell Hooks[3], a prática pedagógica como um lugar fundamentalmente político e de resistência contra o sexismo, o racismo e ao capitalismo.

Na construção dos jogos norteamo-nos pelas concepções da Teoria de Jogos (*Game Studies)* principalmente na obra de Johan Huizinga, Homo Ludens[4], do texto de Marcello Paniz Giacomoni, "Guia de produção de jogos no Ensino de História"[5], no capítulo "Aprender e ensinar história: como jogar com isso?" [6] de Fernando Seffner e no livro "Como fazer jogos de tabuleiro: Manual Prático"[7] de Marcelo La Carretta. Atentando-nos para os seguintes critérios: Objetivos, superfície, dinâmica, regras e layout.

No critério sobre os objetivos pautamo-nos em dois tipos: os objetivos dos jogos e os objetivos pedagógicos, como Giacomoni (2015) afirma estes devem andar juntos. No concernente aos objetivos pedagógicos, para além da temática do feminismo os estudantes podem desenvolver os conceitos de temporalidade, simultaneidade de acontecimentos. Maria B. Fermiano aponta também para outras habilidades que os jogos proporcionam como "classificar, seriar, sintetizar, comparar, observar, imaginar, criar, analisar, levantar hipóteses, buscar dados, aplicar princípios do que se estudou em outras situações, planejar, discutir."[8]

Para os objetivos de cada jogo partiu-se de uma das seguintes questões: O que é o feminismo? Quem são as feministas brasileiras? Quais são as lutas e as

---

3HOOKS, B.. **Ensinando a transgredir:** A educação como prática da liberdade. Ed. São Paulo, 2013

4 HUIZINGA, J. **Homo Ludens**: o Jogo como Elemento na Cultura. São Paulo: Perspectiva, 2001.

5 GIACOMONI, M. P. **Guia de produção de jogos no ensino de história: curso de aperfeiçoamento**. 2015 . Disponível em:<https://www.ufrgs.br/lhiste/guia-de-producao-de-jogos-no-ensino-de-historia/> Acesso em: 18 de ag. de 2021

6 SEFFNER, F. Aprender e ensinar história: como jogar com isso?" IN: GIACOMONI, M. P; PEREIRA, N. M. (Org). **Jogos e ensino de história**. Porto Alegre: Evangraf, 2013.

7 LA CARRETA, M. **Como fazer jogos de tabuleiro:** manual prático. Curitiba: Appris, 2018.

8 FERMIANO, Maria A. Belintane. O Jogo como um instrumento de trabalho no ensino de História? In: **História Hoje**. ANPUH. vol. 3. n 07, julho 2005. p. 05

Disponível em: http:www.anpuh.uepg.br/históriahoje/voI3n7/maria.htm. Acesso em: 08de ag. de 2021

estratégias feministas? Quais são os preconceitos que as mulheres sofreram e sofrem? Quais são as conquistas das mulheres brasileiras?

O seguinte critério é a superfície de ação onde o jogo se desenvolve: cartas, tabuleiros e "transporte". No jogo "Junte-se a luta: Derrote os preconceitos contra as mulheres" o desenvolvimento dá-se em vários momentos históricos, pois as cartas que devem ser derrotadas estão datadas. A ideia é de imersão, ou ainda de "transporte" do estudante em outra realidade para compreender e "vivenciar os conflitos" dentro de contextos históricos brasileiros. Como Giacomoni em diálogo com Huizinga apontou o jogo pode assumir a sua dupla função: a luta por alguma coisa ou a representação de alguma coisa e podem também confundir-se de tal modo que o jogo passa a representar uma luta, ou torna-se uma luta para melhor representação de alguma coisa. Nos outros jogos a função dá-se pela luta por alguma coisa e a superfície de ação escolhidas são as cartas e no caso do jogo "No caminho do feminismo" o tabuleiro em forma do símbolo do feminismo. Assim o jogador(a)/estudante reflete sobre o conhecimento histórico ao avançar pelo tabuleiro, ao combinar e selecionar as cartas.

No quesito dinâmica considerou-se o tempo e o funcionamento do jogo. Em relação ao tempo como Giacomoni (2015) aponta pode ser com rodadas ou turnos, sequências livres ou pela ação do professor. Levamos em conta para a criação dos jogos a delimitação temporal para serem aplicados em sala de aula. Primeiramente, por uma questão de ordem prática, a duração do jogo não pode ultrapassar a duração da aula e nestes jogos eles não ultrapassam 30 minutos. Posto que um jogo de duração muito longa pode ser simplesmente interrompido no meio pelo sinal de troca de professores e toda a lógica que se estava construindo se perde. Em segundo, que jogos com partidas mais curtas trariam experiências variadas uma vez que os alunos poderiam jogar diferentes jogos no espaço de uma aula. No entanto, sabedores do tempo que cada conteúdo dispõe, por causa do extensíssimo currículo de história para

o 9º ano o fator de jogabilidade, de ter a capacidade de repetição de partidas, foi um fator que não atentamos.

A questão de funcionamento dos jogos dá-se por diversas formas que perpassam estratégias e ações facilmente aprendidas e provavelmente já conhecidas como a combinação e seleção de cartas, avanço no tabuleiro por meio de questões, seleção de cartas como estratégia e cumprir desafios por meio de ações dos estudantes/jogadores(as).

O quarto critério dos jogos são as regras. Para Huizinga (2000) o jogo cria ordem e é ordem, todo jogo tem suas regras e este fato cria coerência e traz uma experiência estética e de tensão. "O jogo é tenso" (2000, p.14) há um esforço para levar ao jogo até seu desenlace que o jogador pretende. Esse elemento chega ao extremo em jogos de azar e competições esportivas. Para o autor, a tensão no jogo confere um certo valor ético na medida em que são postas à prova as qualidades do jogador. Porque mesmo com muita vontade de ganhar deve-se seguir as regras do jogo que são absolutas e não permitem discussão. A desobediência às regras implica na derrocada do mundo do jogo. O jogo acaba. Para a criação das regras destes jogos ponderou-se que fossem simples e na medida do possível que os alunos já as conhecessem, mas que em conjunto com a delimitação temporal, espacial e temática construíssem um ambiente em que o estudante/jogador(a) pudesse sentir-se "transportado" para outras épocas e/ou refletir sobre elas. Assim criamos regras claras e objetivas para que os alunos possam entendê-las, mas também jogos com diferentes graus de dificuldade e interação, pensando que as turmas são heterogêneas, com estudantes com diferentes graus de dificuldade. Apesar de apenas um jogo ter sido desenvolvido para ser jogado em duplas, todos os jogos podem ser adaptados para serem jogados em grupo. A interação é um elemento importante para a formação dos grupos sociais (HUIZINGA, 2000, p.16) e da aprendizagem, pois, remete a ideia que o conhecimento se desenvolve em meio ao trabalho coletivo, da construção da valorização do grupo e do sentimento de pertencimento. Pois, no jogo

em grupo temos um ambiente que todos têm acesso as regras, todos têm um lugar nesse espaço (concreto ou imaginado), todos têm importância nas fases do jogo.

No quesito *layout*, Giacomoni (2015) lembra-nos que os elementos gráficos tornam-se importantes na medida que queremos que o estudante/jogador fique imerso naquela realidade que o jogo possibilita. Nesse sentido, para a produção das cartas, tabuleiro e caixas atentamo-nos para inserir fotos reais das feministas, ilustrações que remetessem ao contexto histórico que representam, imagens e signos que remetessem ao feminismo. Para tanto, utilizou-se imagens vetoriais do agregador de conteúdos criativos FREEPIK[9] que reúne milhares de arquivos, inclusive com download gratuito em que se pode fazer modificações nas imagens. As imagens gratuitas têm como regra para a sua utilização a atribuição através do logo e do link de acesso. Para os assinantes do site é possível não utilizar o logo.

Utilizou-se também imagens/fotos das feministas com licença CC (Criative Commons) que permitem a cópia e o compartilhamento de conteúdo desde que atribua-se ao criador original. Parte das fotos foram retiradas do Wikimedia[10] - Projeto multilinguístico mantido pela Fundação Wikimedia com o objetivo de ser um repositório de imagens e de outras mídias livres. Parte das imagens são de domínio público quando nenhum tipo de direito de propriedade intelectual se aplica dado que o autor original a tenha perdido, expirado ou expressamente renunciado. É importante ressaltar que estes jogos não tem nenhum fim comercial e portanto as imagens utilizadas não serão vendidas e não haverá nenhum tipo de lucro com elas. Destinam-se apenas a fins educativos e gratuitos.

Quanto ao material e as formas de caixas, tabuleiro e cartas seguiu-se as orientações propostas por Marcelo La Carreta (2018). Primeiramente que sejam fáceis de reprodução, todas as páginas podem ser impressas em folhas de tamanho A4, ainda

9 Site do agregador de conteúdos criativos. Disponível em:<https://br.freepik.com/> Acesso em: 05 de fev. de 2021

10 Site da Wikimedia. Disponível em:<https://commons.wikimedia.org/wiki/Main_Page> Acesso em: 05 de fev. de 2021.

que o tabuleiro pode ser em A3. Em relação ao tamanho das cartas, não seguimos os tamanhos padrões, mas sim o aproveitamento das folhas A4 e também da própria carta para que pudéssemos inserir informações pertinentes ao assunto tratado.

Para a impressão La Carreta (2018, p. 141) propõe para o tabuleiro papel adesivo para aplicação em superfície mais dura, ou ainda tecido que permite um melhor acabamento. Para as cartas a melhor opção é a utilização do papel couché e laminação da impressão para maior resistência. No entanto, por causa do contexto pandêmico e das ações de segurança, encontrou-se duas outras opções: pode-se colocar fita adesiva transparente nas cartas ou a plastificação. Principalmente se o docente decidir imprimir as cartas coloridas, a plastificação garantirá que o jogo tenha uma vida útil muito maior. A plastificação pode ser feita por meio da plastificadora, mas pode-se plastificar apenas comprando a folha e utilizando um ferro de passar roupa. Na plastificação, não é necessária a utilização de um papel com gramatura alta ou um tipo específico, pode-se utilizar o papel sulfite, no entanto a impressão não pode ser frente e verso na mesma folha, pois pode comprometer a carta, podendo-se ver de um lado para o outro. Para resolver basta imprimir frente e verso em cada folha e colar. Apesar dos jogos terem sido produzidos coloridos para remeter aos jogos comerciais e ter um apelo visual aos estudantes, a impressão em preto e branco funciona muito bem. Para as peças que são utilizadas no jogo de tabuleiro, La Carreta (2018) aponta que peões podem ser feitos de praticamente qualquer material, desde papelão, botões de camisa, até restos de peças de marcenaria, ou ainda peças de outros jogos, como peões do jogo de xadrez que podem ser facilmente customizados. Em cada jogo é disponibilizado cartas em branco para que estudantes e professores possam ampliar o jogo incluindo novas informações, outras feministas, outras conquistas, outros preconceitos e estratégias afinal a luta do feminismo não acabou e está em constante transformação. Essa disponibilização segundo, Richard Romancini[11] dá possibilidade

11 ROMANCINI, R. Como aumentar a jogabilidade e o valor educativo de um jogo. 2019. Disponível em:<https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4690051/mod_resource/content/1/Como_aumentar_a_jogabilidade_e_o_valor_educativo_de_um_jogo.pdf> Acessado em: 14 de out de 2020.

dos estudantes participarem de forma ativa e criativa na criação de novas cartas/peças, e aumenta a jogabilidade, pois por certo os estudantes irão se interessar em jogar o jogo com seus acréscimos. Ou ainda produzir cartas com elementos/sujeitos de sua vivência ou história local.

Romancini ainda aponta que o valor educativo será aumentado se os materiais acessórios facilitarem a construção do conhecimento como guias e manuais que ampliem o conhecimento e tragam novas informações e estratégias para os estudantes. (ROMANCINI (2019, p. 03) Dessa perspectiva, para a utilização dos jogos em sala de aula produziu-se um material de apoio que consiste neste GUIA DOS JOGOS SOBRE O FEMINISMO BRASILEIRO. Nele apresentamos cada jogo e o modo de jogar com suas regras, características dos elementos das cartas e tabuleiro, material sobre as cartas: breve biografia das feministas citadas. as leis e os direitos das mulheres brasileiras em ordem cronológica desde o século XIX até o XXI, contexto histórico das frases preconceituosas e breve relato sobre estratégias de ação das feministas e glossário de termos. Por fim, incluiu-se algumas possibilidades de uso dos jogos em sala de aula, além do jogo propriamente dito. Como o guia ficou extenso, além da possibilidade da impressão optou-se também pela inclusão do código QR-CODE em que professores e discentes podem acessá-lo por meio do celular.

Para os usos dos jogos em sala de aula tomamos como ponto de partida os critérios apontados por Fernando Seffner (2013, pp.35-36) tanto para avaliar, quanto para criar atividades para sala de aula na disciplina de História, inserindo-os na temática do feminismo. Dessa forma atentou-se para os conceitos históricos e nomeações que ajudem os estudantes a desenvolver um vocábulo histórico, visto que nos livros didáticos que estão nas mãos dos estudantes tais termos não são esclarecidos e por vezes nem aparecem.

Articulou-se um diálogo entre o presente/a concepção dos estudantes e o passado. (SEFFNER, 2013, p.36) Primeiramente inseriu-se a temática mulher uma vez que, pelo menos, metade dos nossos estudantes não se via representado nas aulas. Em

segundo, utilizou-se um grande período de tempo sobre o feminismo que abarcou os séculos XIX, XX e XXI, trazendo a trajetória do movimento e de suas lutas até os dias atuais. Ainda que por essa escolha deixamos o especificismo e abraçamos o todo, foi uma preferência ante o estudo de um fragmento sobre o feminismo.

O presente dos estudantes tem participação ativa deste trabalho, quando responderam o questionário sobre o feminismo e jogos e a partir da análise foram propostas as questões centrais para a criação dos jogos. Em relação à aplicação dos jogos, em geral em sala de aula sugere-se que os docentes partam do conhecimento prévio dos estudantes e de suas vivências, uma vez que as questões de gênero permeiam toda a sociedade, mas não se tem muitas oportunidades de refletir sobre elas, inclusive na escola. Falar, escutar, argumentar e refletir pode ser um bom meio de criar empatia para a inserção do tema e dos jogos. O que criaria um ambiente de boa aceitação, critério apontado por Seffner (2013, p. 37) como necessário para boa receptividade da atividade. Nesse sentido, a própria ideia do jogo como ferramenta de ensino aprendizagem, de prazer e ludicidade ajudaria a criar esse ambiente, caso o professor decida usá-lo como introdução ao conteúdo.

Seffner aponta também que toda atividade deve gerar uma produção autoral. (2013, p. 39) o ato de jogar deve ser seguido por outra atividade que pode ser a criação de outro jogo sobre a mesma temática, uma produção escrita, criação de uma história em quadrinhos, debates sobre o tema, ampliação do tema, pesquisa sobre outras feministas. Seffner ressalta que o debate em sala de aula que estimula a argumentação e a confrontação de pontos de vistas é um critério que constitui um patrimônio que vincula o ensino de História com os valores políticos mais amplos que vivemos e importantes para a formação do cidadão. (SEFFNER, 2013, p.41) A diversidade de fontes também foi um critério ressaltado pelo autor. (SEFFNER, 2013, p.41) Cada jogo traz possibilidades do uso de fontes, seja de trechos de livros das feministas, notícias de jornais, leis, músicas ou de redes sociais. Ampliando a gama de possibilidades de utilização em sala de aula em atividades posteriores aos jogos..

Para a aplicação do jogo é necessária a explicação dos objetivos e critérios de aprendizagem e avaliação.(SEFFNER, 2013, p.42) Saber que o jogo tem uma finalidade de aprendizagem e que não serve apenas para a diversão. Evidentemente que o docente pode inverter os passos e deixar que os estudantes joguem para depois criar com eles as relações do jogo com a temática. Mas é importante que em um dado momento fique claro para os estudantes que o jogo foi levado para a sala de aula como uma ferramenta de ensino aprendizagem. No caso dos jogos aqui propostos de conhecer sobre o feminismo, de suas participantes, lutas, conquistas e preconceitos sofridos. Afinal, o jogo e a luta feminista não acabaram!

Se você utilizar os jogos em sala de aula nos contate para trocarmos relatos de novas experiências com o jogo, pelo e-mail: denise.cruzufpr@gmail.com

Denise Cruz.

MEMÓRIA FEMINISTA



FEMINISTAS BRASILEIRAS

QUEM SÃO?

ENCONTRE O PAR:
A FEMINISTA E A
SUA LUTA.

2-4
JOGADORES

10+

10+ ANOS

10 MINUTOS

MEMÓRIA FEMINISTA

QUEM SÃO AS FEMINISTAS BRASILEIRAS?

QUAIS SÃO AS SUAS LUTAS?

Esse jogo tem como objetivo de aprendizagem que os alunos conheçam algumas feministas e movimentos feministas brasileiros e suas lutas. Para isso, trazemos para a sala de aula o conceito de feminismo, 10 feministas e dois movimentos feministas brasileiros nas cartas do jogo da memória. Vencerá o jogo o jogador(a)/estudante que conseguir selecionar e combinar o maior número de pares correspondentes.

Para combinar as cartas o estudante terá que selecionar uma carta com os dados biográficos de uma das feministas que contém o nome, a imagem, a data de nascimento, o estado e a profissão da feminista/movimento e uma carta que tem a principal luta e uma frase dessa feminista/movimento. Escolhemos aqui, através da bibliografia sobre o feminismo,[12] representantes das ondas do feminismo brasileiro, mulheres que se autoproclamaram feministas e que durante suas vidas lutaram/lutam pela causa das mulheres. Foram escolhidas representantes entre dezenas de mulheres que fizeram e fazem a história de lutas e conquistas no Brasil. Para a primeira onda escolhemos Nísia Floresta que escreveu o primeiro livro feminista brasileiro; Bertha Lutz como uma das principais vozes da luta pelo voto e Maria Lacerda de Moura que clamou no início do século pela emancipação feminina.

Para a segunda onda selecionamos: a considerada matrona do feminismo brasileiro Rose Marie Muraro, a advogada Romy Martins Medeiros da Fonseca que lutou contra o status de incapacidade legal das mulheres casadas, a representante do feminismo acadêmico Lélia Gonzalez que lutou contra o sexismo, racismo e elitismo; e Jacqueline Pitanguy que através do advogancy e da sua presidência no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDN) junto com centenas de mulheres e movimentos lutou para que na Constituição de 1988 a mulher conquistasse o status

12. Apoiamo-nos principalmente nas obras:

HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org). **Pensamento feminista brasileiro:** formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.

PINTO, C. R. J. **Uma história do feminismo no Brasil**. Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo. 2003.

TELES, M. A. de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

legal de cidadã. No campo das leis, também selecionamos Maria da Penha com a sua luta contra a violência doméstica.

Para a última onda consideramos mulheres que representassem as variadas faces que o feminismo tem mostrado. Assim, escolhemos como representante do feminismo negro Djamila Ribeiro por sua militância e pelo seu alcance nesse feminismo que pode se chamar de ciberfeminismo que atinge milhares de pessoas pelas mídias sociais. Para o feminismo indígena escolhemos Jôenia Wapichana eleita como a primeira deputada federal indígena que tem entre suas pautas a questão das mulheres. Entre os movimentos feministas escolhemos aqueles que tem uma exposição midiática e expressivo número de participantes: a Marcha das Margaridas que é considerada a maior marcha da América Latina e inclui mulheres trabalhadoras rurais do campo, da floresta e das águas. E a Marcha das Vadias que nasceu como uma luta contra a cultura do assédio e do machismo que vê nas roupas, maquiagem e atitudes femininas a culpa pela violência que as mulheres sofrem.

No material de apoio você vai encontrar uma pequena biografia dessas feministas e movimentos e uma sugestão de aplicação desse jogo para sala de aula.

FICHA TÉCNICA

Idade dos jogadores	+ 10 anos
Quantidade de jogadores	2 a 4
Tempo de partida	10 minutos
Mecânica de jogo	Seleção e combinação de cartas.
Quantidade de cartas	26 cartas - 13 pares.
Tamanho das cartas	10cm x 7cm
Jogos semelhantes	Brincando e Aprendendo.
Objetivo do jogo	Acumular o maior número de pares de cartas correspondentes
Objetivo de aprendizagem	Conhecer algumas feministas/movimentos feministas brasileiros e suas lutas.
Feministas/grupos citados	Nísia Floresta, Bertha Lutz, Maria Lacerda de Moura, Rose Marie Muraro, Rommy Fonseca, Jacqueline Pitanguy, Lélia Gonzalez, Maria da Penha, Djamila Ribeiro e Jôenia Wapichana. Marcha das Margaridas e Marcha das Vadias.

Preparação do jogo:

Colocar sobre uma superfície todas as cartas com o verso para cima.

MODO DE JOGAR/ REGRAS DO JOGO:

1- Inicia o jogo o jogador mais novo.
2- Em seu turno cada jogador deve virar duas cartas e expôr a frente.
3- Caso as cartas sejam correspondentes o jogador guarda o par para si. E continua jogando.
4- Se o par não for correspondente, as cartas devem ser viradas e recolocadas no jogo. E o próximo jogador deve começar o seu turno de jogo.
5- Ganha quem acumular mais pares correspondentes ao final do jogo.

CARACTERÍSTICAS DAS CARTAS DO JOGO:

A ideia para o layout das cartas foram os cartões-postais. Para formar o par o discente/jogador deve combinar uma carta com dados biográficos, como esta:



Atribuição do designer por utilizar imagens vetoriais do FREEPIK.

Fundo com o símbolo do feminismo e o nome do jogo. Nomeado tanto pela dinâmica do jogo quanto por trazer a Memória das feministas

Questão principal da carta. Nessa carta tem-se os dados das feministas



Fac-símile do selo comemorativo do Ano Internacional da Mulher.

Imagem da feminista

Formação
Profissão
Informação sobre sua luta

Nome
Data de nascimento
Estado em que nasceu

Com a carta que traz uma frase com uma reivindicação pela qual essas mulheres lutaram, ainda que muitas fossem as suas luta



Atribuição do designer por utilizar imagens vetoriais do FREEPIK.

Questão principal da carta. Nessa carta tem-se uma frase da feminista

Nome da feminista

Data em que a feminista escreveu ou disse a frase.

Referência bibliográfica da frase

Frase da feminista sobre a sua luta ou sobre o feminismo.

Imagem que remeta a luta da feminista
Um dado sobre esta luta

1.1 MATERIAL DE APOIO

O material de apoio desse jogo consiste em uma sugestão para aplicação do jogo em sala de aula e pequena biografia dessas feministas e dos movimentos com a contextualização da frase escolhida para exemplificar a sua luta.

Memória Feminista: possibilidade do uso em sala de aula.

Se pedirmos para nossos alunos nomearem feministas brasileiras podemos ter como resposta um grande silêncio. Resultado de discursos que construíram ideias pejorativas em relação ao feminismo como um movimento que odeia os homens e destrói as famílias e as feministas aludindo que são feias, hiper-masculinizadas e agressivas. Conjuntamente com a palavra feminismo, as feministas foram silenciadas tanto na memória coletiva quanto nos livros didáticos. Quando citadas nos livros quase nunca acompanha-se uma imagem delas. De forma que quando os alunos têm seu nome, não conhecem sua imagem. Partindo dessa ideia construímos um jogo da memória em que mostramos quem foram e são algumas feministas brasileiras, com seus nomes e rostos, datas e locais de nascimento, suas profissões e suas causas de luta.

O jogo foi nomeado como MEMÓRIA FEMINISTA primeiramente por causa de sua dinâmica de jogo que é a seleção de cartas utilizando-se da memória e em segundo por trazer aos alunos a história do feminismo brasileiro através dessas mulheres que lutaram e lutam por direitos e contra os preconceitos. Remontamos assim, ainda que apenas por amostragem, uma vez que incluímos apenas 12 figuras do feminismo, a própria história do feminismo brasileiro e relembramos de suas lutas a partir de suas vozes, de suas frases, de sua biografia.

Ao trabalhar com a biografia das feministas nas aulas de Histórias pretende-se despertar o interesse dos estudantes e aproximá-los destas mulheres. Kalina Vanderlei Silva escreveu sobre a utilização das biografias no estudo de História no livro Novos temas nas aulas de história organizado por Carla Bassanezi Pinsky (2018).[13] Definindo a biografia como um relato da vida de uma pessoa e um gênero interdisciplinar, a autora aponta que o gênero oferece um diálogo com o cotidiano e

13 SILVA, K.V. Biografias. In: PINSKY, C. B. (Org.). **Novos temas nas aulas de História**. São Paulo: Contexto, 2018.,

com "generalizado interesse pela vida privada, que reside em todos nós" (SILVA, 2018, p. 13)

A biografia pode ser utilizada como introdução a um período histórico ou representar o contexto histórico do personagem escolhido. Dado o caráter popular do gênero que desperta o interesse apresenta um meio que facilita a discussão histórica. Segundo Silva

> [...] a biografia personaliza a História que enfoca estruturas e processos amplos. E, em uma sociedade em que a individualização está por toda parte, associar contextos históricos a personagens que os alunos possam nomear, dos quais possam se recordar, é fornecer as ferramentas mais básicas para que esses estudantes possam conhecer e, mais importante, se interessar por esses momentos históricos. (SILVA, 2018, p. 17)

Deste modo ao disponibilizar a biografia das feministas com suas imagens possibilita-se que os estudantes conheçam e possam entender o contexto de lutas dessas mulheres e de suas conquistas. Uma possibilidade que os livros didáticos, na maioria das vezes não contemplam. A autora ressalta também o uso da biografia para assunto áridos, no caso do feminismo polêmico por conta do conservadorismo, tornando-os mais simpáticos quando associados a pessoas de carne e osso. (SILVA, 2018, p. 21) Aliado ao jogo a biografia destas mulheres as aproximam dos estudantes num contexto lúdico, quando humaniza-se a explicação histórica, corporificando-a com aquelas que vivenciaram essa história.

Silva (2018, pp. 18-21) também ressalta que o uso das biografias depende tanto do interesse do professor, quanto da disponibilidade das obras e dados biográficos sobre os personagens. Sendo possível adentrar a não-neutralidade das narrativas históricas e fazer paralelos entre biografias de um mesmo período, mas de mulheres pertencentes a classe e raça diferentes. Com o objetivo que os estudantes percebam que a história do feminismo brasileiro foi e é feito por centenas de

mulheres que são sujeitos históricos de suas próprias histórias, principalmente aos lhes dar voz através dos seus ditos e escritos.

METODOLOGIA

O jogo Memória Feminista pode ser aplicado como introdução da temática do feminismo:

PLANO DE AULA SOBRE O FEMINISMO	
ANO:	9º ANO
UNIDADES TEMÁTICAS:	O nascimento da República no Brasil e os processos históricos até a metade do século XX Modernização, ditadura civil-militar e redemocratização: o Brasil após 1946
OBJETOS DO CONHECIMENTO:	Anarquismo e protagonismo feminino O processo de redemocratização A Constituição de 1988 e a emancipação das cidadanias (analfabetos, indígenas, negros, jovens etc.) A história recente do Brasil: transformações políticas, econômicas, sociais e culturais de 1989 aos dias atuais Os protagonismos da sociedade civil e as alterações da sociedade brasileira A questão da violência contra populações marginalizadas
HABILIDADES DA BNCC:	(EF09HI08) Identificar as transformações ocorridas no debate sobre as questões da diversidade no Brasil durante o século XX e compreender o significado das mudanças de abordagem em relação ao tema. (EF09HI23) Identificar direitos civis, políticos e sociais expressos na Constituição de 1988 e relacioná-los à noção de cidadania e ao pacto da sociedade brasileira de combate a diversas formas de preconceito, como o racismo. (EF09HI24) Analisar as transformações políticas, econômicas, sociais e culturais de 1989 aos dias atuais, identificando questões prioritárias para a promoção da cidadania e dos valores democráticos.

	(EF09HI26) Discutir e analisar as causas da violência contra populações marginalizadas (negros, indígenas, mulheres, homossexuais, camponeses, pobres etc.) com vistas à tomada de consciência e à construção de uma cultura de paz, empatia e respeito às pessoas.
OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM:	Conhecer algumas feministas/movimentos feministas brasileiros e suas lutas.
DURAÇÃO:	6 AULAS
RECURSOS E MATERIAIS:	Jogo de cartas Memória Feminista, quadro, giz. Folhas impressas das cartas em branco, cola, tesoura.

Na AULA 1 - INTRODUÇÃO AO TEMA:

No primeiro momento recomenda-se que o docente faça um questionário, que pode ser uma roda de conversa para compreender quais são os conhecimentos e as percepções dos estudantes sobre o feminismo e as feministas.

O docente inicia o conteúdo e a preparação para o jogo com as seguintes questões para a roda de conversa:

- Os homens e as mulheres têm os mesmos direitos?
- Eles são tratados iguais?
- Quais as situações que percebemos que são tratados diferentes?
- Na sua casa ou dos vizinhos, meninos e meninas têm as mesmas responsabilidades e são tratados iguais?
- Quais são os preconceitos/violências que as mulheres enfrentam por serem mulheres?
- Como era a vida das nossas bisavós e avós? Quais os direitos que elas tinham? Elas podiam estudar? Em que elas podiam trabalhar? Qual era a expectativa de vida/futuro delas?

Espera-se que os estudantes apontem a diferença de tratamento que existe na sociedade sobre homens e mulheres da perspectiva de sua própria experiência e também de uma perspectiva histórica comparando o seu presente com o passado das mulheres de sua família. Assim podem surgir relatos sobre como meninas e meninos são tratados em casa, na forma de divisão de tarefas, de liberdade para sair e namorar. Relatos de violência familiar, sobre casamentos forçados com a frase naturalizada " minha bisavó foi pega no laço" principalmente em relação às mulheres indígenas.

Depois que os alunos já adentraram o assunto o docente pode inferir sobre o conceito do feminismo, as lutas e as feministas, com as questões:

-Quais direitos as mulheres precisam ainda conquistar?
- Como elas devem agir/lutar para conseguir esses direitos?
-Conhecem alguma mulher brasileira que luta pelos direitos das mulheres?
- E sobre o feminismo vocês conhecem?
- O que é ser feminista?

Assim, o docente pode inferir se a turma tem algum conhecimento ou pré conceito sobre a palavra feminismo e também pode saber quais mulheres brasileiras os jovens aliam a luta por direitos. Essas discussões podem ser bastante acaloradas e se estender por toda uma aula. Essa parte pode ser feita em forma de um questionário para os estudantes. Há a possibilidade de uma pequena entrevista feita pelos estudantes com seus familiares para a percepção das gerações sobre o assunto.

AULA 2 – APLICAÇÃO DO JOGO

Na AULA 2 o docente deve explicar o jogo, suas regras e qual é o objetivo de aprendizagem. Aplica-se o jogo em grupos de quatro estudantes. Existe a possibilidade de realizar um jogo com a turma toda, dividindo os estudantes em grupos em que um representante vai escolher o par e ganhar pontos para sua equipe. Vale lembrar que é viável a impressão de cartas só com a biografia das feministas, pois temos turmas heterogêneas e estudantes inclusos que as vezes não dominam ainda a leitura e escrita. O jogo é fácil e rápido, uma vez que a sua mecânica já é conhecida pelos estudantes.

Após o jogo, o docente pode pedir que as frases das feministas sejam lidas em voz alta e a partir delas pode-se retornar as discussões sobre as lutas e os direitos conquistados historicamente pelas mulheres. Pode-se ressaltar que direitos que se acha que as mulheres sempre tiveram, como o voto, o direito ao trabalho, a segurança, foram duramente conquistados.

AULAS 3 E 4- FEMINISMOS E FEMINISTAS

Na AULAS 3 e 4 a partir das cartas desdobra-se o conteúdo do feminismo brasileiro.

POSSIBILIDADE 1 -Uma possibilidade é trabalhar na perspectiva de ondas e das figuras históricas explorando as lutas, as frases e as biografias dessas mulheres. Então na primeira onda pode-se trabalhar com as cartas da Nísia Floresta, Bertha Lutz, Maria Lacerda de Moura.

Na segunda onda pode-se trabalhar com as cartas da Rose Muraro, Rommy Fonseca, Jaqueline Pitanguy e Lélia Gonzalez.

A terceira onda pode-se trabalhar as cartas da Maria da Penha, Djamila Ribeiro, Joênia Wapichana, e os movimentos da Marcha das Margaridas e Marcha das Vadias. Uma breve biografia estendida e o contexto da frase está neste material de apoio.

POSSIBILIDADE 2 – Outra possibilidade nas AULAS 3 E 4 é optar para que os estudantes em duplas ou trios pesquisem mais dados sobre essas feministas e os apresentem a partir da questão "Como era viver como uma mulher na data em que a feminista da carta viveu?", "Por quais direitos que ela lutou?", "Como ela lutou?"

AULA 5 E 6 – OUTRAS FEMINISTAS, OUTRAS CARTAS.

Na AULA 5 após o percurso histórico do feminismo o docente pode pedir que os estudantes pesquisem outras feministas e produzam novas cartas para o jogo.

Outros nomes importantes para o feminismo brasileiro da primeira onda são: Leolinda Daltro (1859-1935) na luta pelo sufrágio e educação feminina, a poetisa Gika Machado (1893-1980) uma das fundadoras do Partido Republicano Feminino; Josephina Álvares de Azevedo (1851-1913) escritora e precursora do feminismo no Brasil.

Na segunda onda temos feministas como Branca Moreira Alves pela formação de grupos de reflexão; a advogada Orminda Ribeiro Bastos (1899-1971) por suas ações para mudar o status da mulher casada, a escritora e jornalista Carmen da Silva (1919-1985) com sua obra " A Arte de ser Mulher". No campo acadêmico a filósofa e escritora Sueli Carneiro (1950) entre tantas outras.

Para a terceira onda pode ser solicitado pesquisa sobre representantes das diversas facetas do feminismo, como o feminismo negro com Marielle Franco (1979-2018); feminismo indígena, ciberfeminismo, etc.

Na AULA 6 reaplica-se o jogo com as novas cartas produzidas. O jogo ampliado pode ser disponibilizado para outras turmas e ficar como material para ser usado pela escola para aulas vagas.

FEMINISTA BRASILEIRA



Nísia Floresta Brasileira Augusta.

NASCIMENTO: 12/10/1810 (RN)
MORTE: 24/04/1885 (Rouen- França)

PAUTA DE LUTA: Educação, emancipação das mulheres.

BREVE BIOGRAFIA:

Considerada a pioneira do movimento feminista brasileiro Dionísia Pinto Lisboa ficou conhecida pelo pseudônimo de Nísia Floresta Brasileira Augusta. Nasceu na cidade de Papari (nomeado hoje de Nísia Floresta) no Rio Grande do Norte em 1810 foi escritora, jornalista, poeta e pedagoga. Uma das primeiras mulheres a publicar textos em jornais da grande imprensa, implantou nas letras brasileiras o feminismo ao publicar o pioneiro trabalho intitulado "Direitos das Mulheres e injustiça dos Homens" em 1832 tratando sobre a educação e o trabalho das mulheres. Nísia identificou que as desigualdades que resultavam em inferioridade das mulheres eram provenientes da educação e das circunstâncias da vida. Ao longo da sua vida, Nísia publicou 14 livros entre eles "Conselhos à minha filha" que foi usado até nas escolas italianas. Nísia mostrou seu pioneirismo novamente ao fundar o primeiro Colégio voltado só para meninas em 1838 com a inovação do acesso das ciências e ainda com aulas de inglês, italiano, francês, história, geografia, matemática, caligrafia, latim, português, música, dança, desenho e educação física. Currículo que causou estranheza em seus contemporâneos que indagavam quando essas meninas colocariam em prática esses conhecimentos e indicavam como mais proveitoso a aprendizagem para tornar-se dona de casa e mãe.

Na década de 1850 Nísia foi viver na Europa e teve contato com intelectuais como Alexandre Dumas e Victor Hugo e seu trabalho foi publicado em várias línguas. Morreu em 1885 em Rouen na França. Em 1954 seus restos mortais foram transferidos para sua cidade natal, a qual foi renomeada em sua homenagem.

SITES, LIVROS, ARTIGOS E VÍDEOS:

Documentário sobre Nísia Floresta:
TVBrasilGOV. **Documentário retrata história da escritora e educadora Nísia Floresta**.2013 (30m11s). Disponível em:<https://www.youtube.com/watch?v=-fqz5fsFssE&ab_channel=TVBrasilGov>

CASTRO, L. M. **A contribuição de Nísia Floresta para a educação feminina:** pioneirismo no Rio de Janeiro oitocentista. Revista Outros Tempos, Rio de Janeiro, v. 7, n. 10, p. 237- 256, 2010.

DUARTE, C. L. **Nísia Floresta** / Constância Lima Duarte. – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

Imagem Licença Criative Commons: Disponível em:<https://commons.wikimedia.org/wiki/File:LIVRINHOM%C3%83OE_PULSEIRA.jpg> Acesso em: 30/08/2020.

NÍSIA FLORESTA



> Não há ciência nem cargo público no Estado que as mulheres não sejam naturalmente próprias a preenchê-los tanto quanto os homens.

AUGUSTA. N. F. B. Direitos das mulheres e injustiça dos homens. In: DUARTE, C. L. **Nísia Floresta.** Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

Ao escrever essa frase em 1832 no livro "Direito das Mulheres e Injustiça dos Homens" Nísia Floresta defende o direito das mulheres em ocupar os mesmos espaços que os homens, exigindo que sejam consideradas inteligentes e merecedoras de respeito.

No livro Nísia questiona o por quê de não haver mulheres ocupando cargos públicos, de comando como general e almirante, das mulheres não estarem nas catédras das universidades, exercerem medicina e advocacia, uma vez que elas têm a mesma capacidade dos homens.

Sob o pretexto que as ciências eram inúteis às mulheres, pois as tornariam altivas e viciosas., além de não servir para nada de forma prática para suas vidas, as excluíam de poder exercer cargo público. E por quê elas não podiam exercer? Porque elas não tinham ciência.

A autora identifica como fatores desta exclusão das mulheres no século XIX, a educação que voltava-se para as prendas domésticas e não dava acesso às ciências para as mulheres e os fatores externos como os preconceitos e os costumes que haviam relegado-as ao espaço privado.

REFERÊNCIA: DUARTE, Constância Lima. **Nísia Floresta**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

FEMINISTA BRASILEIRA



María Lacerda de Moura

NASCIMENTO: 16/05/1887 (Minas Gerais)
MORTE: 20/03/1945 (Rio de Janeiro)

PAUTA DE LUTA: Liberdade feminina, voto, trabalho.

BREVE BIOGRAFIA:

Maria Lacerda de Moura foi professora, escritora, anarquista e antifascista. Nascida em Minas Gerais fundou com Bertha Lutz a Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher (1919). Propôs a inclusão no currículo das escolas femininas a disciplina "História da mulher, sua evolução e missão social" no período em que foi presidente da Federação Internacional Feminina. Afastou-se das sufragistas por conceber que a luta privilegiaria uma pequena parcela de mulheres, portanto muito limitada para atingir a verdadeira emancipação feminina. Identificou o homem e o patrão como símbolos do capitalismo e este o grande causador da opressão feminina.

Escreveu obras que abarcavam questões relacionadas com a política, a defesa aberta do amor livre e da educação sexual, divórcio, maternidade consciente, prostituição, combate ao clericalismo, ao fascismo e ao militarismo, e estabeleceu uma articulação entre o problema da emancipação feminina e a luta pela emancipação do indivíduo no capitalismo industrial.

LIVROS E ARTIGOS:

LEITE, M. L. M. Maria Lacerda de Moura e o anarquismo. In: Antonio Arnoni Prado (Org.). **Libertários no Brasil:** memória, lutas, cultura. São Paulo: Brasiliense. 1986 pp. 82–97

LEITE, M. L.M. **Outra face do feminismo:** Maria Lacerda de Moura. São Paulo: Ática, 1984.

RAGO, M. As mulheres na historiografia brasileira. In: Silva, Zélia Lopes (Org.). **Cultura Histórica em Debate.** São Paulo: UNESP. 1995. pp.81–91

RAGO, M. Ética, anarquia e revolução em Maria Lacerda de Moura. In: Ferreira, Jorge & Reis, Daniel Aarão (Org.). **As esquerdas no Brasil**, vol. 1. A formação das tradições (1889-1945). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2007. pp. 273–293

Licença da Imagem: Domínio Público - Arquivo Nacional Brasileiro - número de acesso: BR_RJANRIO_PH_0_FOT_35532_001. Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Maria_Lacerda_de_Moura,_sem_data.tif> Acesso em: 30/08/2020

MARIA LACERDA DE MOURA



> Só a mulher consciente compreenderá porque se afirma: as liberdades não se pedem, conquistam-se

MOURA, M.L. **A mulher é degenerada?** Edição Fac-smíle comentada. São Paulo: Tenda dos Livros, 2018. p. 89

Esta frase de Maria Lacerda de Moura está no livro " A mulher é degenerada?" escrito em 1924 em resposta a um psiquiatra que escreveu um livro lançando sobre as mulheres este anátema. No livro, Moura se posiciona contra a teoria de inferioridade e contra a escravidão feminina (que mantinha a mulher tutelada, subjulgada e domesticada pelos homens) em casa, no trabalho, na sociedade e nas leis.

Mas, como as mulheres podem se emancipar de tal "escravidão"? Moura é de firme posição acerca da necessidade de educação para as mulheres para não deixar-se subjulgar, espoliar-se e compreender seu valor . Pois assim, saberá que não é objeto de exploração ou gozo e clamará por seus direitos.

No entanto, como enfatiza os direitos, as liberdades devem ser conquistados, pois nada será dado,
nem os homens abrirão mão do seu predomínio.

REFERÊNCIA:

VASCONCELOS, J.S.A. Pioneira do Anarcofeminismo no Brasil. In: MOURA, M.L. **A mulher é degenerada?** Edição Fac-smíle comentada. São Paulo: Tenda dos Livros, 2018.

FEMINISTA BRASILEIRA



Bertha Lutz

NASCIMENTO: 02/08/1894 (São Paulo)
MORTE: 16/09/1976 (Rio de Janeiro)

PAUTA DE LUTA: Voto, representatividade política, igualdade salarial, licença-maternidade, redução de jornada de trabalho, direitos jurídicos.

BREVE BIOGRAFIA:

Entre os nomes de destaque da luta feminista do início do século está o de Bertha Lutz (1894-1976) importante liderança na campanha pelo voto feminino. Formada em Ciências Naturais na Sourbonne, musicista, ativista política, política e jurista ela recebeu o título "A Mulher das Américas" em 1951 por sua atuação no movimento feminista.
Inspirada pelas ideias do feminismo e do movimento sufragista europeu, Bertha criou em 1919, junto com Maria Lacerda de Moura a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher onde gestaram a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino fundada em 1922. Eleita presidenta da Federação, junto ao grupo de feministas iniciou a luta pelo direito ao voto feminino.
Lutz organizou o I Congresso Feminista do Brasil em 1922 na cidade do Rio de Janeiro. Representou o Brasil em conferências e congressos feministas pelo mundo. Fundou a União Universitária Feminina, e em 1932 criou a Liga Eleitoral Independente. Em 1933 fundou a União Profissional Feminina e a União das Funcionárias Públicas. Publicou nesse mesmo ano o livro "A nacionalidade da mulher casada" defendendo os direitos jurídicos da mulher.
Discursou e escreveu sobre as opressões que as mulheres sofriam. Organizou abaixo-assinados em favor do voto feminino e mantinha contato com políticos. Presenciou a conquista do sufrágio feminino em 1932. Candidatou-se ao cargo de deputada e consolidou uma plataforma com propostas para serem incluídas na Constituição de 1934.
Exerceu o cargo de deputada em 1936.

LIVROS, ARTIGOS E VÍDEOS:

KARAWEJCZYK, Mônica. **O Feminismo em Boa Marcha no Brasil!** Bertha Lutz e a Conferência pelo Progresso Feminino. Rev. Estud. Fem. , Florianópolis, v. 26, n. 2, e49845, 2018. Disponível em<http://www.scielo.br/scielo.phpscript=sci_arttext&pid=S0104026X2018000200222&lng=en&nrm=iso>

LÔBO, Yolanda. **Bertha Lutz.** Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

NEXO JORNAL. **A bióloga que liderou a luta pelo direito das mulheres:** Bertha Lutz, 2019. 1 vídeo (6m14s). Disponível em< https://www.youtube.com/watch?v=HI1v7PJl1OY&ab_channel=NexoJornal> Acesso em: 02 de jan. de 2020.

Licença da Imagem: Domínio Público. Esta imagem está disponível na Divisão de Gravuras e Fotografias da Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos com o número de identificação digital npcc.13397. Disponível em:<https://pt.wikipedia.org/wiki/Bertha_Lutz#/media/Ficheiro:Bertha_Lutz_1925.jpg>

BERTHA LUTZ



> “Recusar à mulher a igualdade de direitos em virtude de sexo é denegar justiça a metade da população.”

LUTZ, B. **13 princípios básicos** - suggestões ao ante-projecto da Constituição. RJ: FBPF,1933. p. 39

Em 1932 Bertha Lutz estava em campanha eleitoral para a Câmara dos deputados e consolidou a sua plataforma com a publicação do livro “13 princípios básicos - suggestões ao ante-projecto da Constituição”. Princípios que deveriam nortear a Constituição que seria redigida em 1934. As propostas de Bertha Lutz eram baseadas em justiça social e igualdade jurídica entre os sexos. Justificando que as mulheres não são inferiores aos homens, mas que as diferenciações entre homens e mulheres estendiam-se ilogicamente aos campos econômicos e sociais. Aponta que recusar a igualdade de direito às mulheres é recusar a justiça a metade da população.

E portanto, propõe:

- que não haja privilégios por classe, nascimento ou sexo;
- sejam abolidas todas as restrições à capacidade jurídica, econômica e política das mulheres;
- não se permita discriminações legislativas contrárias à mulher por sexo ou estado civil;
- são eleitores todos os cidadãos brasileiros sem distinção de sexo;
- direito à nacionalidade brasileira mesmo casando-se com estrangeiro;
- acesso a todos os cargos eletivos, administrativos e judiciais;
- acesso ao exercício de qualquer profissão sem distinção de sexo;
- igualdade salarial entre homens e mulheres com o mesmo trabalho;
- na elaboração de toda a legislação referente ao mundo feminino é obrigatória a participação técnica da mulher.

Muitos das proposições foram incluídas na Constituinte de 1934, no entanto outras foram conquistadas muito depois: Status de cidadania com igualdade de direitos e deveres (1988); Restrições a capacidade jurídica da mulher casada como trabalhar e viajar sem precisar autorização do marido foram retiradas em 1962. Outras pautas ainda são motivos de luta como igualdade salarial.

REFERÊNCIA: MARQUES, T. C. N. **Bertha Lutz.** Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2020.

FEMINISTA BRASILEIRA



Rose Marie Muraro

NASCIMENTO: 11/11/1930 (Rio de Janeiro)
MORTE: 21/06/2014 (Rio de Janeiro)

PAUTA DE LUTA: Relações de Gênero, Direitos reprodutivos e sexuais.

BREVE BIOGRAFIA:

Rose Marie Muraro (1930-2014) recebeu o título de Matrona do Feminismo Brasileiro em 2006 e foi nomeada sucessivamente como “A Mulher do Ano” e como “ A Mulher do Século no Brasil”. A feminista carioca era física, economicista e escritora. Segundo Hollanda (2019) Muraro era ligada ao pensamento católico de esquerda e assumia um feminismo que chamava de “feminismo da fome” propondo a inclusão das mulheres mais pobres, a luta contra o Estado e a necessidade de transformação social. Profícua escritora publicou mais de 40 livros, além de artigos e poesias. Marcam sua produção bibliográfica as obras: Sexualidade da mulher brasileira: corpo e classe social no Brasil (1983); Os seis meses em que fui homem (1990); Memórias de uma mulher impossível (1999); Textos da fogueira (2000); Feminino e masculino: uma nova consciência para o encontro das diferenças (2002).
Foi a primeira editora do Brasil. Exerceu importante militância editorial feminista a frente da sua editora Rosa dos Tempos. Rose Muraro publicou o livro Mística Feminista da norte-americana Betty Friedan trazendo para o Brasil a autora para o lançamento em 1971. Considera-se este livro como um dos principais desencadeadores da chamada segunda onda do feminismo, pois discute a crise da identidade feminina ao analisar a construção da imagem da mulher como dona de casa, mãe e esposa.
No campo do debate da sexualidade da mulher brasileira Muraro desenvolveu importantes pesquisas através do Centro da Mulher Brasileira, uma entidade pioneira do novo feminismo nacional fundado por ela em 1975. Muraro considerou as diversidades regionais, mas também as diferentes experiências das diversas camadas sociais. Tal estudo foi essencial para o debate acadêmico e a orientação de outros estudos.

LIVROS, ARTIGOS E VÍDEOS:

HOLLANDA, H.H. **Pensamento feminista brasileiro:** formação e contexto. RJ: Bazar do Tempo, 2019.

MURARO, R. M. **Rose Marie Muraro no Sempre um Papo**. 2007. 1 vídeo (32m 37s) Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NUONWtUtTQI&ab_channel=SempreUmPapo> Acesso em: 16 de jan de 2021. Entrevista concedida ao canal Sempre um Papo.

Imagem disponível em: <https://jornalggn.com.br/memoria/memorias de uma mulher e um pais-impossivel/ > Acesso em:30/08/2020.

ROSE MARIE MURARO



> “É com o feminismo que a mulher aprende a adquirir uma identidade autônoma, isto é, deixa de ver-se com os olhos do homem e passa a ver-se com seus próprios olhos.”

MURARO, Rose Marie. **Os seis meses em que fui homem.** RJ: Rosa dos Tempos, 2001. p. 105.

Rose conta nesse livro sobre sua trajetória em 1986 como candidata à deputada na Constituinte de 1988, num universo bastante masculino, que é a política no Brasil.

Neste livro Rose Muraro defende que o saber transforma a natureza do poder para então alcançá-lo. E exemplifica com o feminismo, que como uma lente permite que as mulheres possam enxergar-se a partir de si mesmas e não através dos estereótipos que foram impostos sobre elas. Tal entendimento transforma a condição das mulheres no país, fazendo recuar o machismo.

As mulheres que conseguem enxergar-se e tornar-se quem são encontram um caminho próprio, tomam posse da história de sua vida e compreendem os fatores que interferem na construção desse percurso. Tornam-se sujeitos.

REFERÊNCIA: TIBURI, M. Apresentação: Precisamos falar sobre Rose Marie Muraro. In: MURARO, Rose Marie. **Os seis meses em que fui homem.** RJ: Rosa dos Tempos, 2001.

FEMINISTA BRASILEIRA



Romy Medeiros da Fonseca

NASCIMENTO: 13/06/1921 (RJ)
MORTE: 22/07/2013 (RJ)

PAUTA DE LUTA: Direitos jurídicos das mulheres; Estatudo da Mulher Casada; Divórcio: Direitos Reprodutivos

BREVE BIOGRAFIA:

Romy Martins Medeiros da Fonseca nasceu na cidade do Rio de Janeiro era advogada e ativista em defesa dos direitos das mulheres. A estratégia de luta de Romy Medeiros foi através de iniciativas institucionais em prol das mulheres o que se pode chamar de feminismo tático com alianças. Advogada e assessora presidencial formal e informal desde 1947 sobre os temas da mulher elaborou em 1952, juntamente a também advogada feminista Orminda Ribeiro Bastos (1899-1971) um novo estatuto jurídico para a mulher casada que foi apresentado ao Congresso Nacional pelo senador Mozart Lago. Uma década foi necessária para que em 27 de agosto de 1962 fosse aprovada a modificação do Código Civil na forma da Lei nº 4.121 conhecido como Estatuto da Mulher Casada. O Código vigente desde 1916 subordinava a cidadania das mulheres casadas sob a tutela dos maridos. Essa lei mudou mais de dez artigos do Código Civil, principalmente atestando a capacidade feminina, tornando-a economicamente ativa sem precisar da autorização do marido para trabalhar ou viajar. A mulher passou a ter direito de compartilhar o pátrio poder e até requisitar a guarda dos filhos em caso de separação. Romy Medeiros também foi a autora intelectual da lei do divórcio que foi aprovada em 1977. Medeiros fundou o Congresso Nacional de Mulheres Brasileiras em 1949 e dedicou-se ao tema dos direitos reprodutivos como exemplifica os textos e artigos por ela publicados como “Justiça Social e Aborto” de 1982 e a “Condição Feminina” de 1988. Em 1972 organizou o Primeiro Congresso da Mulher.

LIVROS, ARTIGOS E VÍDEOS:

GAZELE, C.C. **Estatuto da mulher casada:** uma história dos direitos humanos das mulheres no Brasil. 2005. 194f. Dissertação de Mestrado em História Social das Relações Políticas do Centro de Ciências Humanas da Universidade Federal do Espírito Santo.

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes; MELO, Hildete Pereira de. **Os direitos civis das mulheres casadas no Brasil entre 1916 e 1962:** ou como são feitas as leis. Rev. Estud. Fem., Florianópolis , v. 16, n. 2, p. 463-488, Agost. 2008.
Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2008000200008&lng=en&nrm=iso>

Imagem retirada do vídeo “Quem foi Romy Medeiros?” TV TRE-RJ. Quem foi Romy Medeiros? 2021 (6m 34s) Disponível em:<https://www.youtube.com/watch?v=qx8VRPwYv6U&t=31s&ab_channel=TVTRE-RJ> Acesso em: 05/09/2021.

ROMY MEDEIROS DA FONSECA



> As mulheres nem percebiam que a incapacidade relativa (pela Lei) era o que amarrava a mulher casada, colocando-a em grau de inferioridade nas relações de gênero.

Em entrevista para Catarina Cecin Gazele.
In: GAZELE, C.C. **Estatuto da Mulher Casada.** Uma História dos direitos humanos das mulheres. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, 2005. f. 195. 2005, p.144

Até 1962 as mulheres eram tuteladas por seus maridos. Consideradas juridicamente incapazes precisavam de autorização de um homem, considerado o representante legal e econômico da família, para trabalhar, viajar, abrir conta em banco, aceitar herança, etc. Para Romy essa situação jurídica da mulher, colocava-a em um grau de inferioridade nas relações, pois as impediam de usufruir de seus direitos trabalhistas, sociais e econômicos com autônomia.

Em 1962 após longa jornada de luta foi aprovada a Lei que ficou conhecida como Estatuto da Mulher Casada (Lei nº 4.121) que foi elaborada pelas feministas Romy Mederiros da Fonseca e Orminda Ribeiro Bastos, que atestou a capacidade feminina tornando-a economicamente ativa sem precisar da autorização do marido para trabalhar ou viajar. A mulher passou a ter direito de compartilhar o pátrio poder e até requisitar a guarda dos filhos em caso de separação.

REFERÊNCIA:

MARQUES, T.C. N.; MELO, H. P. **Os direitos civis das mulheres casadas no Brasil entre 1916 e 1962:** ou como são feitas as leis. Rev. Estud. Fem. [online]. 2008, vol.16, n.2, pp.463-488.
Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mkBHYrM8HVHMbwHsYTDmzKz/abstract/?lang=pt> Acesso em: 28/08/2020

FEMINISTA BRASILEIRA



Lélia Gonzalez

NASCIMENTO: 01/02/1935 (MG)
MORTE: 10/07/1994 (RJ)

PAUTA DE LUTA: Feminismo acadêmico; Interseccionalidade; Contra o racismo, sexismo e elitismo; Criação de políticas públicas.

BREVE BIOGRAFIA:

Nascida em Belo Horizonte, Lélia Gonzalez graduou-se em História e Filosofia, era Mestre em Comunicação Social e Doutora em Antropologia Política. Professora de Cultura Brasileira da PUC do Rio de Janeiro, chefiou o departamento de Sociologia e Política. Lélia ajudou a fundar instituições de resistência e crítica político-social como o Movimento Negro Unificado (MNU), o Instituto de Pesquisas das Culturas Negras (IPCN), o Coletivo de Mulheres Negras N'Zinga e o Olodum. Participou do Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres e foi candidata à deputada duas vezes. Feminista atuou na prática e na teoria dedicando-se na acadêmia com pesquisas sobre as relações de gênero, classe e etnia, articulando as lutas amplas da sociedade às demandas específicas dos negros, em particular das mulheres negras. Para Lélia Gonzalez o combate ao racismo é uma prioridade política para as mulheres negras, pois, “a tomada de consciência da opressão ocorre, antes de tudo pelo racial.” E que a articulação entre racismo com o sexismo “produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular.”

LIVROS, ARTIGOS E VÍDEOS:

GONZALES, L. **Lélia Gonzales.** 2019. 1 vídeo (10m 15s) Disponível em< https://www.youtube.com/watch?v=o9vOVjNDZA8&t=179s&ab_channel=CultneAcervo> Acesso em: 25 de ag. de 2020. Entrevista concedida a Mali Garcia em 1988 para o documentário “ Divas Negras do Cinema Brasileiro” produzido por Ras Adauto e Vik Birkbeck para Enugbarijo Comunicações.

GONZALES, L. **Racismo e sexismo na cultura brasileira.** Ciências Sociais Hoje, nº2. ANPOCS 1983

Licença da Imagem - Domínio Público. Atribuição: Cezar Loureiro, Public domain, via Wikimedia Commons. Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:L%C3%A9lia_Gonzalez_by_Cezar_Loureiro.jpg> Acesso em:30/08/2020.

LÉLIA GONZALEZ



> A impressão de que só os homens brancos, social e economicamente privilegiados foram os únicos a construir esse país. A essa mentira tripla dá-se o nome de sexismo, racismo e eletismo. E como ainda existe muita mulher que se sente inferiorizada diante do homem, muito negro diante do branco e muito pobre diante do rico a gente tem mais é que mostrar que não é assim, né

GONZALEZ, L. **De Palmares às escolas de samba, tamos aí.** Jornal Mulherio, ano II, n 5 , jan-fev de 1982, p.. 3

Essa afirmação parte da percepção que nem na escola, nem nos livros que se estuda a formação histórica e cultural do país temos escritos sobre as classes populares, mulheres, negros e indígenas, apenas sobre o homem branco, economicamente privilegiado. Lélia aponta que isso é sexismo, racismo e elitismo. E uma das suas resposta a essa ideia é rememorar a história com o Dia da Consciência Negra sobre Palmares e sobre a história do Samba com a Casa da Tia Clara núcleo irradiador do que viria a ser o samba, os blocos e as escolas de Samba.
Lélia é pioneira nas reflexões sobre a interdependência das relações de poder, sociais, econômicas e culturais e as categorias de classe, raça e gênero, no que convencionou-se chamar interseccionalidade. Pois, a opressão recaí de forma diferente entre os grupos.

REFERÊNCIA: GONZALEZ, L. **Racismo e sexismo na cultura brasileira.** Ciências Sociais Hoje, nº2. ANPOCS 1983

FEMINISTA BRASILEIRA

Maria da Penha



NASCIMENTO: 01/02/1945 (CE)

PAUTA DE LUTA: Pelos direitos das mulheres vítimas de violência doméstica

BREVE BIOGRAFIA:

Maria da Penha Maia Fernandes (1945) nascida em Fortaleza é farmacêutica e bioquímica e ficou conhecida nacionalmente pelo crime cometido pelo seu então marido, em 1983 que a deixou paraplégica e pela sua luta em prol da punição que durou 19 anos. Nesse meio tempo, o Brasil foi denunciado para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos e condenado pela tolerância e omissão com que tratava os casos de agressão contra a Mulher. Essa condenação fez com que o Brasil adotasse diversas medidas que estavam balizadas desde a Constituição de 1988, que é o caso da Lei nº 11340 de 7 de agosto de 2006 conhecida como Lei Maria da Penha que criou mecanismos para prevenção e e punição da violência doméstica e familiar contra as mulheres.

Maria da Penha é fundadora do Instituto Maria da Penha, uma ONG sem fins lucrativos que luta contra a violência doméstica contra a mulher. Foi indicada no programa "Os Cem Maiores Brasileiros de Todos os Tempos". Em setembro de 2016, Maria da Penha foi indicada para concorrer ao Prêmio Nobel da Paz

LIVROS, ARTIGOS E VÍDEOS:

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos .Lei 11.340 de 07 de Agosto de 2006. **Diário Oficial da União** -Seção 1, Brasília, DF - 8/8/2006, Página 1 Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11106.htm> Acesso em: 01 de set. de 2020;

FERNANDES, M. P. M. **Entrevista com Maria da Penha**. Disponível em:< https://www.institutomariadapenha.org.br/entrevista-com-maria-da-penha.html> Acessado em: 05 de jan. de 2021. Entrevista concedida ao Instituto Maria da Penha.

FERNANDES, M. P. M. **Resultado do Machismo, diz Maria da Penha sobre "demonização" do feminismo.** Diário de Pernambuco, 05/09/2019. Disponível em:<https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2019/09/resultado-do-machismo-diz-maria-da-penha-sobre-demonizacao-do-fem.html> Acessado em: 12 de set. de 2020. Entrevista concedida a Diogo Cavalcante para o Diário de Pernambuco

.

FERNANDES, M. P. M. **Sobrevivi posso contar.** Fortaleza: Armazém da Cultura, 2012.

Licença da Imagem- Criative Commons - Atribuição: Cesar Itiberê, CC BY 2.0 <https://creativecommons.org/licenses/by/2.0>, via Wikimedia Commons. Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Maria_da_Penha_em_novembro_de_2018_(cropped_2).jpg. Acesso em: 30/08/2020.

MARIA DA PENHA



> A Lei Maria da Penha é uma ação afirmativa de enfrentamento a uma condição histórica de violência, discriminação e opressão das mulheres somente pelo fato de serem mulheres.

Entrevista da Maria da Penha sobre a violência doméstica para seu Instituto. Disponível em: <https://www.institutomariadapenha.org.br/entrevista-com-maria-da-penha.html>

A lei, como afirmou Maria da Penha é uma ação afirmativa de enfrentamento, pois criou mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Nessa lei tratou-se de uma nova forma de administração legal dos conflitos intrafamiliares, definiu o que é e quais são as formas de violência, consolidou estratégias de prevenção, assistência e proteção às mulheres. Segundo Bandeira a lei deu visibilidade para a violência praticada contra a mulher percebida pelo aumento das denúncias.(2019, p.308) A elaboração do anteprojeto da Lei Maria da Penha foi produzida em 2002 por recomendação do Comitê para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, uma vez que o Brasil havia sido denunciado pela negligência em casos de violência contra as mulheres. Exemplificado pelo caso de violência da Maria da Penha que lutou por quase duas décadas para ter justiça e seu agressor ser punido.

A lei resultou da luta feminista e foi elaborada por consórcio de organizações feministas do campo jurídico entre elas as ONGs CFEMEA – Centro Feminista de Estudos Assessoria; THEMIS – Assessoria Jurídica; CEPIA – Cidadania, Estudos, Pesquisa, Informação, Ação e Estudos de Gênero; ADVOCACI – Advocacia Cidadã pelos Direitos Humanos; AGENDE – Ações em Gênero Cidadania e Desenvolvimento e CLADEM – Comitê Latino-americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher.

Segundo a lei a violência pode ser física, psicológica, sexual, moral e patrimonial:
Física: espancamento, atirar objetos, sacudir e apertar, estrangulamento, sufocamento, lesões com objetos cortantes, ferimento por queimaduras ou armas de fogo, tortura.
Psicológica: ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição, insultos, chantagem, exploração, tirar a liberdade.
Sexual: estupro, impedir uso de métodos contraceptivos, forçar a abortar, forçar matrimônio, gravidez ou prostituição por meios de coação, etc.
Moral: Acusar de traição, emitir juízos morais sobre a conduta, críticas mentirosas, expor a vida íntima, desvalorizar a vítima pelo seu modo de vestir.
Patrimonial: controlar o dinheiro, não pagar pensão alimentícia, destruir documentos, furto, estelionato, extorsão, privar de bens, destruir objetos da mulher ou dos quais ela goste.

REFERÊNCIA:BANDEIRA, L. M. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org). **Pensamento feminista brasileiro:** formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.

FEMINISTA BRASILEIRA



Jacqueline Pitanguy

PAUTA DE LUTA: pela advogacy- ação política desenvolvida junto ao Estado no sentido de alcançar determinado objetivo; igualdade de gênero, contra a violência.

BREVE BIOGRAFIA:

Socióloga, fundadora e coordenadora executiva da ONG CEPIA (Cidadania, Estudo, Pesquisa, informação e Ação). Formada em Ciencias Sociais pela Universidade Católica de Louvain na Bélgica e na Escola de Sociologia da Pontifície Universidade Católica do Chile e Doutora pela USP. Foi professora na Universidade de Rutgers nos EUA na cátedra Laurie New Jersey Chair in Womens's Studies e atualmente integra grupos de estudos sobre política e mulheres.
Presidiu o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDN) durante a Constituinte em que, segundo ela, o foco era em mobilizar mulheres de todo o país e sensibilizar setores diversos para a importância da atuação, pois era a oportunidade única de retirar as mulheres da condição de cidadãs de segunda categoria a que estavam reduzidas. A CNDM, as deputadas federais da época da Constituinte, e diversas ONGs e movimentos de mulheres do país tornaram possível as mudanças no código civil, penal, criação de leis e serviços para as mulheres.
A Constituição de 1988 é a primeira a estabelecer plena igualdade jurídica entre homens e mulheres no Brasil com o artigo 5º da Constituição Federal, promulgada no dia 5 de outubro de 1988 que estabeleceu que Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações.

LIVROS, ARTIGOS E VÍDEOS:

https://cepia.org.br/

PITANGUY, J. A. **As feministas na Constituição de 1988. Jacqueline Pitanguy.** Você é feminista e não sabe. 2016. (5m39s) Disponível em:https://www.youtube.com/watch?v=QvmDV9oWC-Y&ab_channel=VOC%C3%8A%C3%89FEMINISTAEN%C3%83OSABE> Acesso em: 15 de jan. de 2021. Entrevista concedida ao canal VOCÊ É FEMINISTA E NÃO SABE.

PITANGUY, J. A Carta das mulheres brasileiras aos constituintes: memórias para o Futuro. In: HOLLANDA, H. B. (Org.). **Pensamento feminista brasileiro:** formação e -contexto. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.

PITANGUY, J. A. **Direitos não são eternos, precisam ser defendidos.** Jacqueline Pitanguy. Você é feminista e não sabe. 2016. (3m15s) Disponível em:<https://www.youtube.com/watch?v=1tTbAdsLH3c&ab_channel=VOC%C3%8A%C3%89FEMINISTAEN%C3%83OSABE> Acesso em: 15 de jan. de 2021. Entrevista concedida ao canal VOCÊ É FEMINISTA E NÃO SABE.

Imagem disponível em: <https://www.geledes.org.br/zika-e-direito-ao-aborto/> Acesso em: 30/08/2020.

JACQUELINE PITANGUY



> Aquela Constituição (1988) tem o dedo das mulheres brasileiras. Ela tem e ela foi escrita com as tintas da luta política das mulheres, nas quais nós feministas jogamos um papel fundamental, isso é inegável. Cerca de 80% das nossas demandas , fazem parte, hoje da Constituição.

PITANGUY, J. A. **As feministas na Constituição de 1988. Jacqueline Pitanguy.** Você é feminista e não sabe. 2016. (5m39s) Disponível em:https://www.youtube.com/watch?v=QvmDV9oWC-Y&ab_channel=VOC%C3%8A%C3%89FEMINISTAEN%C3%83OSABE> Acesso em: 15 de jan. de 2021. Entrevista concedida ao canal VOCÊ É FEMINISTA E NÃO SABE.

Na Constituição Federal de 1988 as mulheres conquistaram o status de cidadãs com os mesmos direitos e deveres dos homens. Mas isso foi fruto de uma longa jornada de lutas que iniciou-se em 1986 com a campanha do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) em alcançar uma maior representatividade feminina com a eleição para as Câmaras.

O CNDM presidido por Pitanguy focou em “mobilizar mulheres de todo o país e sensibilizar setores diversos da sociedade para a importância de uma forte atuação naquele momento político” (2019, p. 86) pois era " a oportunidade única de retirar as mulheres da condição de cidadãs de segunda categoria a que estavam reduzidas." (2019, p. 86)

Com dois slogans “Constituinte para valer tem que ter direitos da mulher.” e “Constituinte para valer tem que ter palavra da mulher” organizou-se eventos pelo Brasil em articulação com os movimentos das mulheres, engajando-as ao solicitar que enviassem ao Conselho as suas propostas e reivindicações para a Assembleia Constituinte.

Essas propostas foram organizadas e um grupo de advogadas, trabalhando pro bono deu forma legal às demandas. O documento foi nomeado de Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes e aprovada em 1986 em encontro nacional com milhares de mulheres.

Muitas dessas proposições foram incorporadas ao texto da Constituição, outros tornaram-se leis complementares ou novas leis e criação de serviços , e trouxeram mudanças nos códigos civil e penal.

REFERÊNCIA: PITANGUY, J. A Carta das mulheres brasileiras aos constituintes: memórias para o Futuro. In: HOLLANDA, H. B. (Org.). **Pensamento feminista brasileiro:** formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.

FEMINISTA BRASILEIRA



Joênia Wapichana

DATA DE NASCIMENTO: 20/04/1973 em Roraima.
Pertence ao povo indígena Wapichana

PAUTA DE LUTA: Defesa dos direitos coletivos indígenas, luta em prol de mulheres indígenas, desenvolvimento sustentável, respeito ao meio ambiente, transparência, ética e combate à corrupção.

BREVE BIOGRAFIA:

Joênia Batista de Carvalho, conhecida como Joenia Wapichana, foi a primeira deputada federal indígena eleita no Brasil. Advogada, é considerada a primeira mulher indígena e exercer a profissão no Brasil. Mestre em Direito Internacional pela Universidade do Arizona Joênia Wapichana coleciona prêmios nacionais e internacionais. Em 2010, foi condecorada com a Ordem do Mérito Cultural do Ministério da Cultura. O Prêmio de Direitos Humanos da ONU em 2018 e o concedido pela Ordem dos Advogados do Brasil.

Antes de ser eleita, atuava como assessora jurídica do Conselho Indígena de Roraima.

Foi a primeira presidente da Comissão de Direitos dos Povos indígenas da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), criada em 2013. No Supremo Tribunal Federal (STF), a indígena também protagonizou um marco ao ser a primeira advogada indígena da história a realizar uma sustentação oral durante o julgamento que definiu a demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol (RR).

LIVROS, ARTIGOS E VÍDEOS:

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Jôenia Wapichana.**
Disponível em:< https://www.camara.leg.br/deputados/204468> Acesso em: 19 de jan. de 2021.

WAPICHANA, J. **Funai entrevista Joênia Wapichana** – a primeira mulher indígena a ser eleita deputada Federal no Brasil. 2018. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/comunicacao/noticias/5065-funai-entrevista-joenia-wapixana-aprimeira>
Acesso em: 18 de jan. de 2021. Entrevista concedida à FUNAI em 08 de outubro de 2018.

WAPICHANA, J. **Joenia Wapichana é a líder da Rede Sustentabilidade**. CÂMARA DOS DEPUTADOS. 2019. (18m56s) Disponível em:<https://www.youtube.com/watch?v=zxM-axt1HNo&ab_channel=C%C3%A2maradosDeputados.> Acesso em: 18 de jan. de 2021.
Entrevista concedida à TV Câmara.

Imagem disponível em< https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46630895> SENRA, R. ‘ Basta ter oportunidade’: indígena brasileira se junta a Mandela e Malala com principal prêmio de direitos humanos da ONU. 2018. Acesso em: 30/08/2020.

JOÊNIA WAPICHANA



> O que é o feminismo? É a atuação da mulher? São os espaços que a mulher assume? São responsabilidades? Então, sim (sou feminista)

WAPICHANA, J. **Funai entrevista Joênia Wapichana** – a primeira mulher indígena a ser eleita deputada Federal no Brasil. 2018. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/comunicacao/noticias/5065-funai-entrevista-joenia-wapixana-aprimeira> Acesso em: 18 de jan. de 2021. Entrevista concedida à FUNAI em 08 de outubro de 2018.

O feminismo indígena é um assunto controverso entre as indígenas, pois não se veem representadas dentro do feminismo, conceito advindo dos brancos. Assim como na frase da deputada Jôenia Wapichana, o feminismo indígena alia-se a ideia de luta das mulheres indígenas como guerreiras pelo bem comum, assumindo espaços, responsabilidades e lutas lado a lado com os homens. Para SACCHI (2013, p. 101) as pautas em geral das mulheres indígenas estão vinculadas ao movimento indígenas como a demarcação de terras, assistência à saúde, direitos básicos como educação. Mas suas lutas também têm suas especificidades como o combate a estereótipos sobre a mulher indígena, a violência física e sexual, a prostituição, a valorização da identidade étnica, participação nas lideranças das comunidades e nos órgãos responsáveis, capacitação para o exercício de atividade e financiamento de projetos, reuniões e eventos próprios, atendimentos à saúde e direitos reprodutivos.

REFERÊNCIA: SACCHI, A. **Mulheres indígenas e participação política:** a discussão de gênero nas organizações de mulheres indígenas. Revistas Anthropológicas, ano 7, volume 14 (1e2), 2003.

FEMINISTA BRASILEIRA

Djamila Ribeiro



DATA DE NASCIMENTO: 01/08/1980 (SP)

PAUTA DE LUTA: Feminismo negro; Contra o machismo, sexismo e racismo

BREVE BIOGRAFIA:

Djamila Taís Ribeiro dos Santos nasceu em Santos em 1980 é filósofa, feminista, escritora, mestra em Filosofia Política pela Unifesp e colunista do jornal Folha de São Paulo. Em 2016 foi nomeada secretária-adjunta de Direitos Humanos e cidadania da cidade de São Paulo. Foi contemplada pelo Prince Clauss Awars 2019, um fundo holandês que premia indivíduos e organizações que inovaram nas áreas da cultura e do desenvolvimento. É considerada pela BBC uma das 100 mulheres mais influentes do mundo.

Djamila idealizou o selo Sueli Carneiro e da Coleção Feminismo Plurais que incentiva publicações escritas por negras brasileiras, indígenas e LGBTQI+. É autora de livros best sellers como o “Pequeno Manual Antirracista” e “Quem tem medo do feminismo negro”.

É conhecida pelo ativismo feminista negro no ciberespaço e possui mais de 1 milhão de seguidores no Instragram, além de fazer participações em outras mídias como no programa Saia Justa do GNT, e um programa de entrevistas seu no canal Futura.

LIVROS, ARTIGOS E VÍDEOS:

EU SOU DJAMILA RIBEIRO. **Sobre Djamila.** Disponível em:< https://websitedjamila.wixsite.com/sitedjamilafinal> Acesso em: 27 de dez. De 2021

RIBEIRO, D. **Como o feminismo entrou na sua vida?** Djamila Ribeiro. Você é Feminista e Não Sabe. 2016. (1m51s) Disponível em:<https://www.youtube.com/watch?v=sq9QyeElIQs&ab_channel=VOC%C3%8A%C3%89FEMINISTAEN%C3%83OSABE >Acesso em: 19 de jan. de 2021. Entrevista concedida ao canal Você é Feminista e Não Sabe.

RIBEIRO, D. **Djamila Ribeiro sobre o feminismo:** “A gente luta por uma sociedade em que as mulheres possam ser consideradas pessoas” Jornal Extra, 2018. Disponível em:< https://extra.globo.com/tv-e-lazer/djamila-ribeiro-sobre-feminismo-gente-luta-por-uma-sociedade-em-que-mulheres-possam-ser-consideradas-pessoas-23213839.html. > Acesso em: 20 de jan de 2021. Entrevista concedida à Thayná Rodrigues em 06 de outubro de 2018.

RIBEIRO, D. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RIBEIRO, D. **Nossas filhas serão mulheres mais livres?** Djamila Ribeiro. Você é Feminista e Não Sabe. 2016. (1m49s) Disponível em:<https://www.youtube.com/watch v=PTWJjxARH7I&ab_channel=VOC%C3%8A%C3%89FEMINISTAEN%C3%83OSABE>
Acesso em: 19 de jan. de 2021. Entrevista concedida ao canal Você é Feminista e Não Sabe.

Imagem disponível em: <https://websitedjamila.wixsite.com/sitedjamilafinal> Acesso em: 05/01/2022

DJAMILA RIBEIRO



> Quando as pessoas entendem que a gente está lutando por justiça social, por equiparação e por equidade, não tem motivo para não ser feminista.

RIBEIRO, D. **Djamila Ribeiro sobre o feminismo:** "A gente luta por uma sociedade em que as mulheres possam ser consideradas pessoas" Jornal Extra, 2018. Disponível em:< https://extra.globo.com/tv-e-lazer/djamila-ribeiro-sobre-feminismo-gente-luta-por-uma-sociedade-em-que-mulheres-possam-ser-consideradas-pessoas-23213839.html. > Acesso em: 20 de jan de 2021. Entrevista concedida à Thayná Rodrigues em 06 de outubro de 2018.

Para Djamila Ribeiro o princípio fundamental do feminismo é a justiça social, a equiparação e a equidade, uma sociedade livre de desigualdade e violênica. Luta-se para que as mulheres sejam consideradas pessoas, que não sofram violências por serem mulheres.

Expoente do feminismo negro, Djamila evidencia a desmistificação sobre o feminismo além de dizer o que ele é, aponta que há diversas mulheres e portanto muitas pautas de luta. Pois, se todas as mulheres sofrem opressões, sobre cada uma delas recaí de uma forma e pode-se somar a questão de gênero com a questão racial e de classes. Aponta também o "enegrecimento do feminismo" ao falar de um ponto de vista de mulher negra, pensando o mundo e a sociedade sem racismo, machismo e elitismo.

Djamila atua também dentro do ciberfeminismo, quando se utiliza a tecnologia para a militância, principalmente as redes sociais.

REFERÊNCIA:

CARNEIRO, S. Mulheres em movimento: contribuições do feminismo negro. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista brasileiro:** formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.

Marcha das Margaridas

MOVIMENTO FEMINISTA

ONDE SURGIU: BRASIL- Marcha em Brasília ANO: 2000
PAUTA DE LUTA: tornar público a situação de desigualdade que vivem as trabalhadoras rurais, as diversas formas de violência e pobreza, direito à terra e a produção de alimentos, contra o machismo, racismo.

HISTÓRIA:

A Marcha das Margaridas é uma manifestação das trabalhadoras rurais do Brasil e integra mulheres do campo, da floresta e das águas, de organizações sindicais e outras organizações de mulheres. É coordenado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), pelas 27 Federações de Trabalhadores na Agricultura (FETAGs), pelos mais de 4 mil Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs), e por várias organizações de mulheres de toda a América Latina. Acontece em Brasília sempre no dia 12 de agosto. O nome e a data de realização da marcha são em homenagem à trabalhadora rural e líder sindical Margarida Maria Alves assassinada em 12 de agosto de 1983 por latifundiários quando lutava pelos direitos dos trabalhadores rurais e o fim da violência no campo na Paraíba. O movimento é marcado pelas camisetas na cor lilás e pelos chapéus de palha decorados com margaridas utilizados pelas manifestantes. Realizado a cada 4 anos contou na sua última edição com cerca de 100 mil participantes e tornou-se a maior marcha da América Latina. As suas pautas de reivindicação são diversas e abrangem políticas públicas como a Previdência Social, educação, saúde, agroecologia, proteção e conservação da sociobiodiversidade, acesso aos bens comuns, autonomia e liberdade das mulheres sobre seu corpo, contra a violência, racismo e sexismo, pela democracia e fortalecimento da participação política das mulheres.

SITES, LIVROS, ARTIGOS E VÍDEOS:

AGUIAR, V. V. P. Mulheres rurais, movimento social e participação: reflexões a partir da Marcha das Margaridas. Política & Sociedade. v. 15, p. 261-295, 2016

PLATAFORMA POLÍTICA DA MARCHA DAS MARGARIDAS 2019: Por um Brasil com soberania popular, democracia, Justiça e livre de violência, 2019.
Disponível em: < http://www.contag.org.br/imagens/ctg_file_1236339083_14082019151003.pdf>
Acessado em: 15 de ag. de 2020.

SILVA, B. G. A Marcha das Margaridas: resistências e permanências. Brasília, DF, maio, 2008. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de Brasília, UNB

TRANSFORMATORIO DAS MARGARIDAS. O Transformatório das Margaridas: Observar para transformar. Disponível em:< http://transformatoriomargaridas.org.br> Acesso em: 20 de jan de 2021.

UMA QUESTÃO DE HONRA. Direção: Manfredo Caldas. Paraíba, 1998. 1 filme (88m), sonoro, color. Filme que traz a história de Margarida Alves.

MARCHA DAS MARGARIDAS



> 2000 razões para marchar: contra a fome, pobreza e a violência sexista.

TEMA DA PRIMEIRA MARCHA DAS MARGARIDAS EM 2000

Realizado desde o ano 2000 é uma mobilização política em Brasília que proporciona reflexões e debates sobre as condições das mulheres do campo, da floresta e das águas. Tem caráter formativo, de denúncia, pressão, proposições, diálogos e negociações com o governo federal.
As três primeiras marchas tiveram como foco as reivindicações representadas pelo lema "2000 razões para Marchar: contra a fome, a pobreza e violência sexista".

Em 2019 três eixos de pautas de luta eram específicos a causa feminista e neles podemos citar, a liberdade e direito ao próprio corpo, a autonomia da mulher para decidir os rumos de sua vida e sexualidade, como evitar gravidez, mantê-la com dignidade e interrompê-la. Assim como condenar o machismo que condiciona o comportamento masculino a um patamar de possessão da mulher principalmente relacionada à violência; Garantir implantação integral de políticas públicas contra a violência que vitimiza as mulheres; políticas educacionais que permitam a desnaturalização da divisão do trabalho por gênero, inclusão no currículo escolar a discussão de violência e discriminação contra as mulheres; Participação e ampliação da representação feminina na política.

REFERÊNCIA:

PLATAFORMA POLÍTICA DA MARCHA DAS MARGARIDAS 2019: Por um Brasil com soberania popular, democracia, Justiça e livre de violência, 2019.
Disponível em: < http://www.contag.org.br/imagens/ctg_file_1236339083_14082019151003.pdf>
Acessado em: 15 de ag. de 2020.

Marcha das Vadias

MOVIMENTO FEMINISTA

MARCHA DAS VADIAS

ONDE SURGIU: Canadá e chegou no mesmo ano ao Brasil (cidade de São Paulo) ANO: 2011

PAUTAS DE LUTA: - contra a cultura do estupro e a crença de que as mulheres que são vítimas de estupro teriam provocado a violência por seu comportamento,
machismo, liberdade de vestir-se de forma livre, liberdade sexual e reprodutiva "MEU CORPO, MINHAS REGRAS",
ordem da beleza imposta pela sociedade (formas de corpos, de cabelos, maquiagens etc)

HISTÓRIA:

A Marcha das Vadias é um protesto feminista que nasceu em 2011 no Canadá com cerca de 3 mil participantes que protestaram contra a frase de um policial que recomendava que as mulheres evitassem se vestir como vadias para não serem vítimas de estupro. No mesmo ano a Marcha chegou ao Brasil ocorrendo em 4 de junho na cidade de São Paulo. A Marcha foi organizada pela curitibana Madô Lopez e a escritora paraguaia Solange De-Ré com a criação de uma página na rede social Facebook atraindo o interesse de 6 mil pessoas das quais 300 participaram. O movimento se estendeu para outras cidades brasileiras. Marchando contra o machismo as protestantes apoderaram-se e ressignificaram o termo vadia exemplificado no lema " Se ser livre é ser vadia, então somos todas vadias" associando-o assim à liberdade de ser, vestir, pensar e falar. Durante a marcha o uso do corpo feminino tem papel como objeto de reivindicação, meio de protesto, suporte e comunicação. Mostram seus corpos, escrevem palavras de ordem como "meu corpo, minhas regras". Celebram-o, mas também buscam reflexões sobre a ordem de beleza imposta pela sociedade, valorizando todos os tipos de corpos, de cabelo, de formas de ser, sentir e viver.

SITES E LIVROS e artigos :

GOMES, C.; SORJ, B. Corpo, geração e identidade: a Marcha das vadias no Brasil. Soc.estado., Brasília,v.29,n.2,p.433-447,ago.2014.
Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922014000200007&lng=pt&nrm=iso>. Acessado em: 11 ag, de 2020

MARCHA DAS VADIAS



> Meu corpo,
> minhas regras
> Se ser livre é ser vadia.
> somos todas vadias.

GOMES, C.; SORJ, B. **Corpo, geração e identidade: a Marcha das vadias no Brasil.** Soc. estado., Brasília, v. 29, n. 2,p. 433-447, ago.2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922014000200007&lng=pt&nrm=iso>. Acessado em: 11 ag, de 2020

Usado como lema da Marcha, a expressão vadia foi ressignificada positivamente tomando-o para si e empoderando-se ao afirmar a liberdade sobre seus corpos, o uso de roupas, maquiagens, adereços, formas de comportar-se, lugares e horários em que convivem. Sem que essas ações sejam consideradas permissivas do uso de seus corpos pelos homens.

Reinvindicam seu corpo como seu, protestam com ele e por ele e refletem sobre a violência, a cultura do assédio que normaliza, olhares, toques, palavras e tira do estuprador e assediador a culpa e coloca-a na vítima. Além de debater sobre o direito ao seu próprio corpo lutam pela sua liberdade reprodutiva.

As pautas da Marcha das Vadias revelam a cultura do estupro numa sociedade que registra cerca de 35.000 estupros por ano, e que em pesquisa de 2013 do IPEA cerca de 58,5% dos entrevistados concordaram que “se as mulheres soubessem se comportar haveria menos estupros.” culpabilizando a vítima e não seu agressor.

REFERÊNCIA:

GOMES, C.; SORJ, B. **Corpo, geração e identidade: a Marcha das vadias no Brasil.** Soc. estado., Brasília, v. 29, n. 2,p. 433-447, ago.2014.
Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?> Acesso em: 19 de ag. de 2020

IPEA. **Tolerância social à violência contra as mulheres.** Sistema de indicadores de percepção social. IPEA, 2014.
Disponível em: < https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/140327_sips_violencia_mulheres.pdf> Acesso em:25 de jan de 2021.

Feminismo no Brasil

MOVIMENTO FEMINISTA

NO BRASIL DESDE O SÉCULO XIX

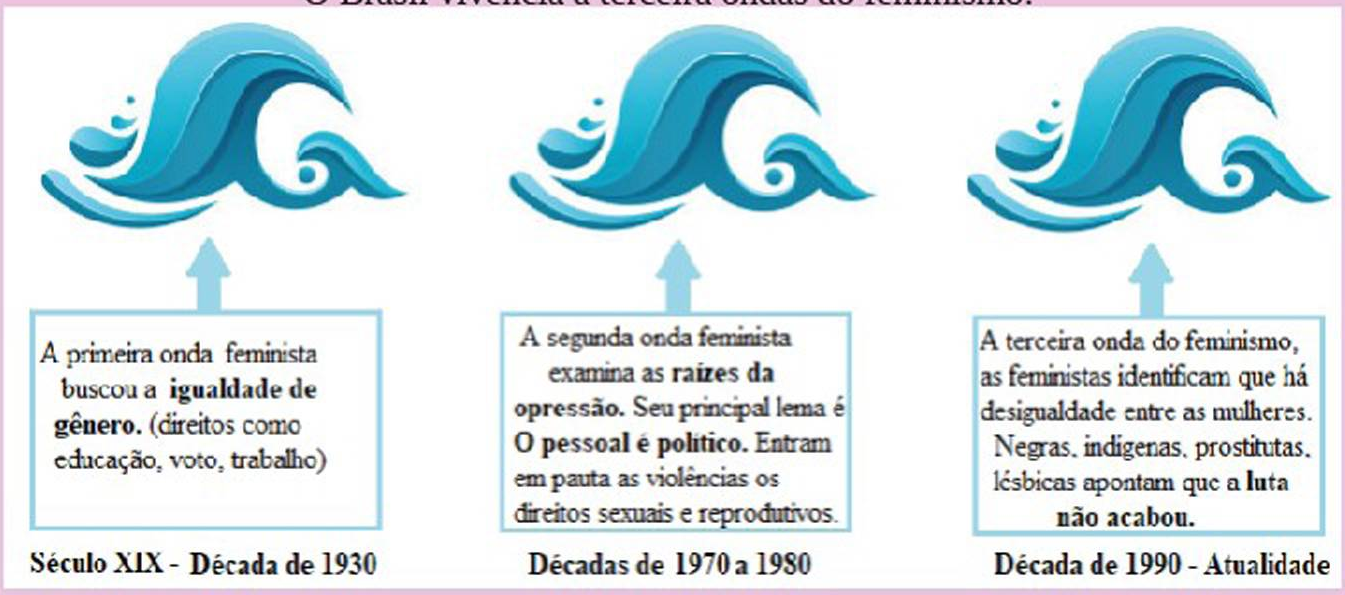
PAUTAS:Movimento que tem por objetivo conquistar
IGUALDADE SOCIAL, ECONÔMICA
E LEGAL ENTRE OS GÊNEROS.
E acabar com o sexismo e a
opressão às mulheres.

.

BREVE HISTÓRIA

O movimento feminista brasileiro deu seus primeiros passos com a publicação do livro "Direito das Mulheres e Injustiça dos Homens" (1832) escrito por Nísia Floresta.Muitas são as facetas do feminismo, suas lutas, suas organizações e estratégias, pois:
As feministas lutaram/lutam pelos direitos à educação, ao voto, ao trabalho, pela emancipação das mulheres, pelo direito ao próprio corpo, à saúde, contra a violência, por igualdade no trabalho. Organizaram-se através de Congressos e reuniões, por meio da política, das ONGs, de institutos de pesquisas, nas universidades. Escreveram artigos, livros, gravaram documentários, candidataram-se aos cargos políticos, protestaram em marchas, organizaram abaixo-assinado, fizeram alianças, propuseram leis.

O Brasil vivencia a terceira ondas do feminismo:



BIBLIOGRAFIA

COSTA, A. A. A; SARDENBERG, C. M. **O feminismo no Brasil:** uma (breve) retrospectiva. In: COSTA, A. A. A; SARDENBERG, C. M.(Orgs.). **O feminismo no Brasil:** reflexões teóricas e perspectivas. Salvador: UFBA / Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 2008.

HOLLANDA, H. H. B. (Org). **Pensamento feminista brasileiro:** formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.

PINTO, C. R. J. **Uma história do feminismo no Brasil**. Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo. 2003.

TELES, M. A. A. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

FEMINISMO NO BRASIL



> Já foi sufragista, anarquista, socialista, comunista, burguês e reformista. Já lutou no parlamento, nas ruas e nas casas para conquistar e garantir o acesso da mulher à educação formal. E vem lutando pela igualdade de salários e condições dignas de trabalho, pela valorização do trabalho doméstico, pelo direito inalienável de todas ao controle do próprio corpo e do gozo de nossa sexualidade, enfim, pela construção de uma sociedade mais justa e igualitária, onde a mulher possa realizar-se plenamente enquanto ser humano e cidadã.

COSTA, A. A. A; SARDENBERG, C. M. O feminismo no Brasil: uma (breve) retrospectiva. In: COSTA, A. A. A; SARDENBERG, C. M.(Orgs.). O feminismo no Brasil: reflexões teóricas e perspectivas. Salvador: UFBA / Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 2008.

O feminismo no Brasil já assumiu várias facetas durante a sua trajetória. Diversos posicionamentos políticos de suas adeptas, diferentes estratégias de luta e principalmente após a década de 1990 tem assumido seu caráter multifacetado com novas demandas, bandeiras e posicionamentos.

Seguramente o movimento é uma construção de centenas de mulheres que lutam por igualdade, equidade e justiça social.

FEMINISTAS BRASILEIRAS



Nísia Floresta Brasileira Augusta.
1810 (RN) - 1885 (FRA)

Escritora, jornalista, pedagoga e poetisa.

Escreveu o primeiro livro no Brasil a tratar dos direitos das mulheres à EDUCAÇÃO e ao trabalho.

FEMINISTAS BRASILEIRAS



María Lacerda de Moura
1887(MG) - 1945 (RJ)

Escritora, professora, anarquista e antifascista.

Sua luta foi a EMANCIPAÇÃO TOTAL DA MULHER.

FEMINISTAS BRASILEIRAS



Bertha Lutz
1894 (SP) - 1976 (RJ)

Ativista feminista, bióloga, advogada e deputada federal.

Uma das maiores lideranças pelo VOTO FEMININO e pela igualdade de direitos entre homens e mulheres.

FEMINISTAS BRASILEIRAS



Rose Marie Muraro
1930 - 2014 (RJ)

Física, economista, escritora e editora.

Considerada a MATRONA do feminismo brasileiro.

FEMINISTAS BRASILEIRAS



Romy Martins Medeiros da Fonseca
1921 - 2013 (RJ)

Advogada

Autora intelectual da Lei do divórcio. Atuou na revisão do Código Civil Brasileiro sobre a CONDIÇÃO DA MULHER CASADA(1962).

FEMINISTAS BRASILEIRAS



Lélia Gonzalez
1935 (MG) - 1994 (RJ)

Antropóloga, professora e política brasileira.

Desenvolveu a ideia de que os oprimidos não são oprimidos da mesma forma. As OPRESSÕES diferem em classe, gênero e raça.

FEMINISTAS BRASILEIRAS



Maria da Penha
1945 (CE)

Farmacêutica e uma das líderes do Movimento CONTRA A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA.

Lutou por 19 anos pela condenação de seu agressor. Dá nome a Lei 11.340/2006 contra a violência doméstica.

FEMINISTAS BRASILEIRAS



Jacqueline Pitanguy

Socióloga, fundadora da ONG CEPIA.

Presidiu o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher durante a Constituinte. Na CF de 1988, as mulheres, por fim, foram consideradas CIDADÃS.


MEMÓRIA FEMINISTA
QUEM SÃO AS FEMINISTAS BRASILEIRAS?
designed by freepik


MEMÓRIA FEMINISTA
QUEM SÃO AS FEMINISTAS BRASILEIRAS?
designed by freepik


MEMÓRIA FEMINISTA
QUEM SÃO AS FEMINISTAS BRASILEIRAS?
designed by freepik


MEMÓRIA FEMINISTA
QUEM SÃO AS FEMINISTAS BRASILEIRAS?
designed by freepik


MEMÓRIA FEMINISTA
QUEM SÃO AS FEMINISTAS BRASILEIRAS?
designed by freepik


MEMÓRIA FEMINISTA
QUEM SÃO AS FEMINISTAS BRASILEIRAS?
designed by freepik


MEMÓRIA FEMINISTA
QUEM SÃO AS FEMINISTAS BRASILEIRAS?
designed by freepik


MEMÓRIA FEMINISTA
QUEM SÃO AS FEMINISTAS BRASILEIRAS?
designed by freepik

FEMINISTAS BRASILEIRAS



Joênia Wapichana
1973 (RR)

Advogada e política brasileira.

Primeira mulher INDÍGENA a ser eleita como deputada federal.

FEMINISTAS BRASILEIRAS



Djamila Ribeiro
1980 (SP)

Filósofa, escritora e ativista política.

Conhecida pela sua atuação no CIBERFEMINISMO (feminismo na internet) e na militância negra.

MOVIMENTO FEMINISTA

MARCHA DAS MARGARIDAS 20 ANOS

Marcha das Margaridas
2000 (Brasília- DF)

Marcha pelos DIREITOS DAS MULHERES DO CAMPO, DA FLORESTA E DAS ÁGUAS.

MOVIMENTO FEMINISTA

MARCHA DAS VADIAS

Marcha das Vadias
2011

Marcha contra a VIOLÊNCIA SEXUAL e a ideia de que o crime foi motivado pelo comportamento/roupas da vítima.

MOVIMENTO FEMINISTA

Feminismo no Brasil
SÉCULO XIX

Movimento que tem por objetivo conquistar IGUALDADE SOCIAL, ECONÔMICA E LEGAL ENTRE OS GÊNEROS. E acabar com o sexismo e a opressão às mulheres.

FEMINISTAS BRASILEIRAS

MOVIMENTO FEMINISTA


MEMÓRIA FEMINISTA
QUEM SÃO AS FEMINISTAS BRASILEIRAS?
designed by freepik


MEMÓRIA FEMINISTA
QUEM SÃO AS FEMINISTAS BRASILEIRAS?
designed by freepik


MEMÓRIA FEMINISTA
QUEM SÃO AS FEMINISTAS BRASILEIRAS?
designed by freepik


MEMÓRIA FEMINISTA
QUEM SÃO AS FEMINISTAS BRASILEIRAS?
designed by freepik


MEMÓRIA FEMINISTA
QUEM SÃO AS FEMINISTAS BRASILEIRAS?
designed by freepik


MEMÓRIA FEMINISTA
QUEM SÃO AS FEMINISTAS BRASILEIRAS?
designed by freepik


MEMÓRIA FEMINISTA
QUEM SÃO AS FEMINISTAS BRASILEIRAS?
designed by freepik


MEMÓRIA FEMINISTA
QUEM SÃO AS FEMINISTAS BRASILEIRAS?
designed by freepik

NÍSIA FLORESTA

FEMINISMO 1832 BRASIL



AUGUSTA, N.F.B. DIREITOS DAS MULHERES. E INJUSTIÇA DOS HOMENS, 1832.

O acesso das mulheres ao Ensino Superior foi permitido em 1879.

> Não há ciência nem cargo público no Estado que as mulheres não sejam naturalmente próprias a preenchê-los tanto quanto os homens.

MARIA LACERDA DE MOURA

FEMINISMO 1924 BRASIL



MOURA, M.L.: A MULHER É DEGENERADA? 1924, P.89.

> Só a mulher consciente compreenderá porque se afirma: as liberdades não se pedem, conquistam-se

BERTHA LUTZ

FEMINISMO 1933 BRASIL



LUTZ, B. 13 princípios básicos - suggestões ao ante-projecto da Constituição. 1933, p. 39

As mulheres conquistaram o direito ao voto em 1932.

> Recusar à mulher a igualdade de direitos em virtude de sexo é denegar justiça a metade da população.

ROSE MARIE MURARO

FEMINISMO 1990 BRASIL



MURARO, Rose Marie. Os seis meses em que fui homem, 2001. p. 105.

> É com o feminismo que a mulher aprende a adquirir uma identidade autônoma, isto é, deixa de ver-se com os olhos do homem e passa a ver-se com seus próprios olhos.

ROMY MEDEIROS DA FONSECA

FEMINISMO 2005 BRASIL



Entrevista. GAZELE, CC Estatuto da Mulher Casada. 2005, p.144

ESTATUTO DA MULHER CASADA
Mudanças nas leis sobre as mulheres

> As mulheres nem percebiam que a incapacidade relativa (pela Lei) era o que amarrava a mulher casada, colocando-a em grau de inferioridade nas relações de gênero.

LÉLIA GONZALEZ

FEMINISMO 1982 BRASIL



Artigo do jornal Mulherio, ano II, n 5 , jan-fev de 1982, p..3

Contra o racismo, sexismo e elitismo

> A impressão de que só os homens brancos, social e economicamente privilegiados foram os únicos a construir esse país. A essa mentira tripla dá-se o nome de sexismo, racismo e eletismo. E como ainda existe muita mulher que se sente inferiorizada diante do homem, muito negro diante do branco e muito pobre diante do rico a gente tem mais é que mostrar que não é assim, né

JACQUELINE PITANGUY

FEMINISMO 2016 BRASIL



VOCÊ É FEMINISTA E NÃO SABE. As feministas na Constituição de 1988 Jacqueline Pitanguy, 2016. (Sic 289)

Em 1988 as mulheres foram consideradas CIDADÃS com os mesmos deveres e direitos que os homens

> Aquela Constituição (1988) tem o dedo das mulheres brasileiras. Ela tem e ela foi escrita com as tintas da luta política das mulheres, nas quais nós feministas jogamos um papel fundamental, isso é inegável. Cerca de 80% das nossas demandas, fazem parte, hoje da Constituição.

MARIA DA PENHA

FEMINISMO LEI 11.340/2006 BRASIL

LIGUE 180

Não se cale, denuncie.

Disponível em: <http://www.institutomariadapenha.org.br/entrevista-com-maria-da-penha.html>

Contra a violência

> A Lei Maria da Penha é uma ação afirmativa de enfrentamento a uma condição histórica de violência, discriminação e opressão das mulheres somente pelo fato de serem mulheres.


MEMÓRIA FEMINISTA
QUAIS SÃO AS SUAS LUTAS?
designed by freepik


MEMÓRIA FEMINISTA
QUAIS SÃO AS SUAS LUTAS?
designed by freepik


MEMÓRIA FEMINISTA
QUAIS SÃO AS SUAS LUTAS?
designed by freepik


MEMÓRIA FEMINISTA
QUAIS SÃO AS SUAS LUTAS?
designed by freepik

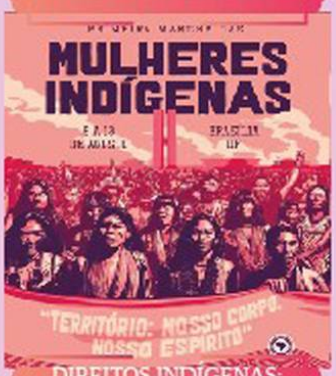

MEMÓRIA FEMINISTA
QUAIS SÃO AS SUAS LUTAS?
designed by freepik


MEMÓRIA FEMINISTA
QUAIS SÃO AS SUAS LUTAS?
designed by freepik


MEMÓRIA FEMINISTA
QUAIS SÃO AS SUAS LUTAS?
designed by freepik


MEMÓRIA FEMINISTA
QUAIS SÃO AS SUAS LUTAS?
designed by freepik

JOÊNIA WAPICHANA



DIREITOS INDÍGENAS: demarcação de terras, contra a violência.

FEMINISMO BRASIL 2020

"O que é o feminismo? É a atuação da mulher? São os espaços que a mulher assume? São responsabilidades? Então, sim (sou feminista)"

ENTREVISTA AO SITE DA FINAEM (04/03/20)

DJAMILA RIBEIRO



CIBERFEMINISMO: feminismo na Internet

FEMINISMO BRASIL 2018

"Quando as pessoas entendem que a gente está lutando por justiça social, por equiparação e por equidade, não tem motivo para não ser feminista."

ENTREVISTA AO JORNAL EXTRA EM 09/11/2018 PARA THAÍNA RODRIGUES

MARCHA DAS VADIAS

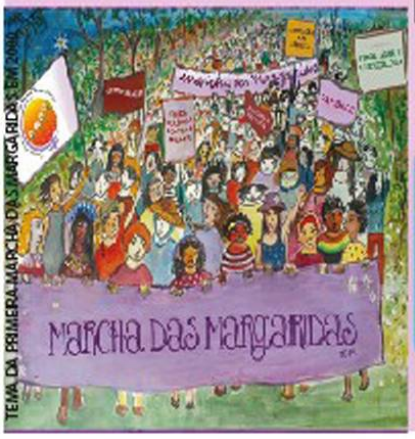


Em 2011 no Canadá um policial ao falar sobre uma onda de estupros culpou as mulheres que deveriam deixar de serem "vadias". Mulheres ao redor do mundo marcham contra essa CULTURA DO ESTUPRO que culpa a vítima.

FEMINISMO BRASIL 2011

"Meu corpo, minhas regras Se ser livre é ser vadia. somos todas vadias."

MARCHA DAS MARGARIDAS



TEMA DA PRIMEIRA MARCHA DAS MARGARIDAS EM 2000

FEMINISMO BRASIL 2000

"2000 razões para marchar: contra a fome, pobreza e a violência sexista."

FEMINISMO NO BRASIL

FEMINISMO BRASIL DESDE O SÉCULO XIX

"Já foi sufragista, anarquista, socialista, comunista, burguês e reformista. Já lutou no parlamento, nas ruas e nas casas para conquistar e garantir o acesso da mulher à educação formal. E vem lutando pela igualdade de salários e condições dignas de trabalho, pela valorização do trabalho doméstico, pelo direito inalienável de todas ao controle do próprio corpo e do gozo de nossa sexualidade, enfim, pela construção de uma sociedade mais justa e igualitária, onde a mulher possa realizar-se plenamente enquanto ser humano e cidadã."

COSTA E SARDENBERG. O FEMINISMO NO BRASIL: UMA (BREVE) RETROSPECTIVA. 2008, p.32

FEMINISMO BRASIL

FEMINISMO BRASIL

FEMINISMO BRASIL

FEMINISMO BRASIL


MEMÓRIA FEMINISTA
QUAIS SÃO AS SUAS LUTAS?
designed by freepik


MEMÓRIA FEMINISTA
QUAIS SÃO AS SUAS LUTAS?
designed by freepik


MEMÓRIA FEMINISTA
QUAIS SÃO AS SUAS LUTAS?
designed by freepik


MEMÓRIA FEMINISTA
QUAIS SÃO AS SUAS LUTAS?
designed by freepik


MEMÓRIA FEMINISTA
QUAIS SÃO AS SUAS LUTAS?
designed by freepik


MEMÓRIA FEMINISTA
QUAIS SÃO AS SUAS LUTAS?
designed by freepik


MEMÓRIA FEMINISTA
QUAIS SÃO AS SUAS LUTAS?
designed by freepik


MEMÓRIA FEMINISTA
QUAIS SÃO AS SUAS LUTAS?
designed by freepik

templatemaker.nl (C) Please, refer to the very permissive license!

Card Box 8.5×2×11.5 cm

JOGO DESENVOLVIDO COMO PRODUTO DO MESTRADO
PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA - PROF-HISTÓRIA
UFPR-2022

MEMÓRIA FEMINISTA

PARA SABER MAIS
ACESSE O GUIA DO
JOGO PELO QRCODE

QUAIS SÃO AS
SUAS LUTAS?
O QUE ELAS QUEREM?
O QUE ELAS DIZEM?

BRASIL
DESDE O
SECULO XIX
FEMINISMO

CRIADO POR DENISE R CRUZ
ORIENTAÇÃO DE MARTHA D HA MEISTER

designed by freepik

MEMÓRIA FEMINISTA

FEMINISTAS
QUEM SÃO?
BRASILEIRAS

ENCONTRE O PAR:
A FEMINISTA E A
SUA LUTA.

2-4
JOGADORES

10+

10+ ANOS

10MINUTOS

LINHA DO TEMPO DAS CONQUISTAS E DIREITOS DAS MULHERES

?

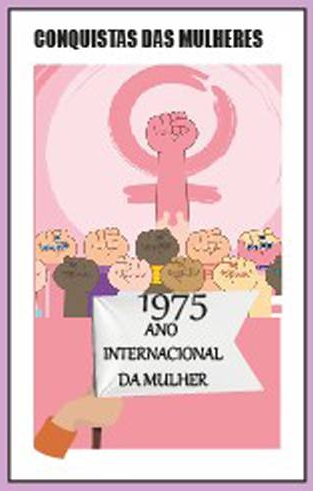
1975

?

QUANDO AS MULHERES CONQUISTARAM O DIREITO AO VOTO?

QUANDO ELAS CONQUISTARAM O DIREITO DE VIAJAR E TRABALHAR SEM AUTORIZAÇÃO DO MARIDO?

QUANDO ELAS TIVERAM O DIREITO A IR PARA A ESCOLA?





Ordene as cartas de conquistas cronologicamente.

LINHA DO TEMPO DAS CONQUISTAS E DIREITOS DAS MULHERES.

Esse jogo é formado por 63 cartas que perpassam as conquistas das mulheres brasileiras desde o século XIX até o XXI. Essas conquistas são do âmbito jurídico, político, econômico, social e cultural. São direitos familiares, reprodutivos, educacionais, direito ao esporte, à saúde, de representatividade política e social. Esses fatos foram selecionados a partir da bibliografia sobre o feminismo brasileiro,[1] mas principalmente seguindo a legislação brasileira sobre a condição feminina[2].

O objetivo do jogo compreende que o discente receba cinco cartas sobre essas conquistas e na sua vez ordene cronologicamente o evento a partir de uma carta na mesa. Ao fazê-lo o discente conhecerá a história das lutas e conquistas das mulheres e também trabalhará com o conceito histórico do tempo a partir da construção da linha do tempo. Assim, ao ordenar cronologicamente os eventos de conquistas, o (a) jogador(a)/estudante pode perceber as mudanças e as permanências, trabalhará o antes e o depois da condição das mulheres no Brasil.

Dentre as cartas, 49 versam sobre as conquistas das mulheres e permitem ao estudante perceber que foi uma longa jornada pelos quais as mulheres tiveram que lutar para adentrar lugares sociais tidos apenas dos homens, como a escola, a universidade, ambientes de trabalho e da política. Se perguntássemos aos alunos quando as mulheres ganharam o direito de trabalhar sem pedir autorização do marido poucos responderiam que foi apenas no século XX no ano de 1962.

---

1 Apoiamo-nos principalmente nas obras:
HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org). **Pensamento feminista brasileiro:** formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.
PINTO, C. R. J. **Uma história do feminismo no Brasil**. Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo. 2003.
TELES, M. A. de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

2 BRASIL. SENADO FEDERAL. Direitos das mulheres no Senado Federal (1988-2017). 2017. Disponível em:<https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/pesquisa/direitos-das-mulheres-no-senado-federal-1988-2017> Acessado em: 15/09/2020.

No conjunto foram criadas oito cartas de conquistas que ainda não existem e que são pauta de lutas para o movimento feminista brasileiro e seis cartas que correspondem a tentativas de retrocesso, ou seja, retirada de direitos já conquistados apresentados em Projetos de Lei. Dessa forma, tem-se por objetivo mostrar que o feminismo/movimento das mulheres são movimentos vivos e que a luta não acabou, pois existem muitas pautas para conquistas em todos os âmbitos da vida das mulheres. Do mesmo modo, ao incluir as cartas de retrocesso buscamos lembrar, como ressalta Jacqueline Pitanguy, para as novas gerações que os direitos conquistados devem ser entendidos como frágeis[3] e que as questões sobre a mulher, principalmente sobre seus corpos sempre estão em pauta de discussão na religião e na política e portanto, no meio legislativo. Basta lembrarmos sobre a questão dos direitos reprodutivos das mulheres e a tentativa de regular o corpo feminino em que tem-se visto todo ano propostas de leis que retiram o direito ao aborto em caso de estupro e risco à vida da mulher, lei esta já garantida em 1940. Sendo que a pauta sobre a autonomia ao próprio corpo e portanto ao direito de escolher ao aborto é uma questão que a muito se tenta conquistar pelos movimentos feministas no Brasil. Um pequeno comentário sobre cada uma das conquistas, pautas de lutas e retrocessos está no material de apoio, além de uma linha do tempo com as conquistas e a sugestão de uma possibilidade de aplicação do jogo em sala de aula.

FICHA TÉCNICA

Idade dos jogadores	+ 10 anos
Quantidade de	2 a 6

3 PITANGUY, J. A. **Direitos não são eternos, precisam ser defendidos**. Jacqueline Pitanguy. VOCÊ É FEMINISTA E NÃO SABE. 2016. (3m15s) Disponível em:<https://www.youtube.com/watch?v=1tTbAdsLH3c&ab_channel=VOC%C3%8A%C3%89FEMINISTAEN%C3%83OSABE> Acesso em: 15 de jan. de 2021.
Entrevista concedida ao canal VOCÊ É FEMINISTA E NÃO SABE.

jogadores	
Tempo de partida	15 minutos
Mecânica de jogo	Seleção e ordenação de cartas.
Quantidade de cartas	63 (49 cartas de conquistas, 8 cartas de lutas para serem conquistadas e 6 cartas de tentativas de retrocesso)
Tamanho das cartas	9,5 cm x 6 cm
Jogos semelhantes	Timeline, Chronology, Wits&Wagers, Direito e Silêncios.
Objetivo do jogo	Posicionar todas as suas cartas em ordem cronológica correta por primeiro.
Objetivo de aprendizagem	Conhecer as lutas e as conquistas feministas (das mulheres)

Preparação do Jogo:

1- Distribuir para cada jogador 5 cartas com as datas para baixo.

2- Colocar as cartas que sobraram na mesa. Pegar 1 carta do baralho e desvirá-la, mostrando a data. Essa é a carta inicial da linha do tempo do jogo e deve ser colocada no centro da mesa.

MODO DE JOGAR/REGRAS DO JOGO:

1- Inicia o jogo o jogador mais novo. Em cada rodada os jogadores só podem jogar uma vez.

2- Na sua vez cada jogador colocará uma carta na linha do tempo de forma cronológica. Antes ou depois da carta-base desvirada na mesa. Isso serve tanto para as cartas de conquistas como de retrocesso.

3- Após colocar a carta o jogador deve virá-la para conferir se a posição é a correta na linha do tempo.

4- Se a carta estiver no lugar errado, o jogador deve recolocar a carta no meio do baralho pegar uma nova carta e passar a sua vez.

5- Existem 8 cartas de conquistas que ainda não existem. Caso o jogador pegue uma dessas cartas deve posicioná-la abaixo da carta central e dizer "Ainda Não Existe."

6- O jogador vencedor será aquele que colocar por primeiro todas as suas cartas na mesa em ordem cronológica correta.

CARACTERÍSTICAS DAS CARTAS DO JOGO:

As cartas são compostas por frente e verso. Num dos lados da carta temos a frase "Conquistas das mulheres", a luta a qual essa conquista remete, uma imagem e a conquista. Do outro lado, se replica a carta e se insere a data.

Para o layout das cartas utilizamos os vetores do agregador de conteúdo FREEPIK e atentou-se, na medida do possível para os elementos que remetessem ao contexto histórico da carta. Sendo este mais um elemento para que os estudantes/jogadores consigam ordenar as cartas cronologicamente. Assim, atentou-se para roupas e objetos principalmente para as cartas que dizem respeito as conquistas no século XIX e início do XX. Como na carta sobre o direito ao voto, atentamos para a vestimenta, o corte de cabelo e para o voto impresso. No entanto, ressalta-se a escolha das imagens pautou-se dentro das possibilidades dos vetores existentes.

Para as cartas de retrocesso utilizou-se como frase inicial TENTATIVA DE RETROCESSO. Para diferenciá-la das outras cartas, utilizamos a fonte na cor amarela e escolhemos uma mesma imagem de fundo para as 8 cartas, uma mulher sendo silenciada por uma mão. No verso desta carta optou-se por colocar em forma de carimbo, se a proposta foi rejeitada, revogada ou ainda está em trâmite nas Câmaras dos Deputados.

Já para as cartas de lutas que ainda não foram conquistadas o verso da carta em que estaria a data da conquista foi trocada por uma mesma imagem nas seis cartas. Frase inicial da carta PARA SER CONQUISTADO, a imagem de uma mão segurando uma bandeira do feminismo, abaixo temos a palavra carregando e uma barra sendo preenchida na cor roxa. Escolhemos seis pautas de luta entre dezenas que existem nos mais diversos contextos das mulheres brasileiras, optamos por aquelas que estão tramitando para se tornar leis.

Confira o exemplo abaixo:

FRENTE

VERSO

LUTA A QUE SE REFERE A CONQUISTA

DIREITO CONQUISTADO

CARTA CONQUISTA

IMAGEM QUE REMETE AO DIREITO E A DÉCADA

ANO QUE OCORREU A CONQUISTA

CARTA DE RETROCESSO POR MEIO DE PROJETOS DE LEIS

CARTA RETROCESSO

ANDAMENTO DO TRÂMITE DA LEI
- REJEITADO
- REVOGADO
-EM TRÂMITE

ATRIBUIÇÃO AO DESIGNER DO FREEPIK PELA IMAGEM

CARTA DIREITO A SER CONQUISTADO







2.1 MATERIAL DE APOIO

Como material de apoio sugerimos um plano de aula para aplicação do jogo em sala de aula, criamos uma linha do tempo com todas as conquistas referenciadas nas cartas; e um breve comentário sobre cada uma das cartas. E anexadas as cartas do jogo

Revisitar a história do feminismo por uma de suas faces que são as conquistas dos direitos que perpassam pelas pautas de lutas das mulheres foi uma estratégia de ação para a inserção da temática em sala de aula através do jogo LINHA DO TEMPO. Tema considerado nos últimos anos como polêmico, pode ser trabalhado a partir das leis, dos fatos e acontecimentos e a partir disso relacioná-lo com o movimento feminista. Ao mesmo tempo que contribui na construção da ideia do que é o feminismo, as suas lutas e conquistas, perfazendo toda a sua trajetória.

A ideia deste jogo de cartas é que os estudantes montem uma linha do tempo, portanto cronológica com as conquistas e direitos das mulheres brasileiras. Afinal todos os direitos que as mulheres usufruem no século XXI foram frutos de árduas lutas seculares. Nada foi dado às mulheres, tudo foi conquistado. Esse jogo é formado por 63 cartas que perpassam as conquistas das mulheres brasileiras desde o século XIX até o XXI. Essas conquistas são do âmbito jurídico, político, econômico, social e cultural. São direitos familiares, reprodutivos, educacionais, direito ao esporte, de representatividade política e social.

O objetivo do jogo compreende que o discente ordene cronologicamente as cartas a partir de uma carta na mesa. Aquele que corretamente ordenar primeiro vence. O objetivo de aprendizagem principal consiste que ao ordenar as cartas o discente conhecerá as lutas e conquistas das mulheres historicamente, mas concomitante se trabalhará com o conceito histórico do tempo a partir da construção da linha do tempo. A temporalidade é uma dimensão central do conhecimento histórico

e para a compreensão dos fatos históricos. Uma realidade viva e concreta que se reconstrói em diferentes épocas como afirmou Marc Bloch.[4]

O recurso didático da linha do tempo, não pode ser confundido com a temporalidade da história, como ressaltaram Maria Auxiliadora Schmidt e Marlene Cainelli.[5] Mas ao trabalhar com as noções temporais, segundo as autoras pode-se contribuir para a compreensão da causalidade histórica, as relações entre uma época e outra, além de permitir captar referências sobre outras épocas e tempos, compará-los e diferenciá-los da época atual. (2004, p. 78). Objetivamos ao trabalhar o jogo de cartas com a linha do tempo contribuir com a compreensão de noções de continuidade e ruptura, permanência, mudança e transformações, e sucessão e simultaneidade, o antes, o agora e o depois, assim como da importância em situar os acontecimentos históricos nos seus respectivos tempos.

As considerações sobre o tempo histórico são importantes para a construção da criticidade e de visão de mundo. Imprescindíveis, como aponta Holien Gonçalvez Bezerra[6] para que sejam evitados os anacronismos não raros nas explicações históricas e atribuir as sociedades do passado critérios atuais e interpretar suas ações a partir destes. (2010, p. 45) Desta forma pode-se apontar para a permanência de temas como os direitos políticos com as cartas sobre as cotas das mulheres nas eleições que foi aprovada em lei em 1995 e o aparecimento de propostas de lei para sua extinção no século XXI. Ou a noção de simultaneidade, uma vez que propositalmente foram incluídas no conjunto de cartas com eventos no mesmo ano.

SUGESTÃO DE APLICAÇÃO DO JOGO EM SALA DE AULA

O jogo de cartas LINHA DO TEMPO DAS CONQUISTAS E DIREITOS DAS MULHERES pode ser aplicados antes, durante ou após ser trabalhado o conteúdo

4 BLOCH, Marc. Apologia da história, ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
5 SCHIMIDT, M.A; CAINELLI, M. **Ensinar história**. São Paulo: Scipione, 2004.
6 BEZERRA, H.G. CONCEITOS BÁSICOS: Ensino de História: Conteúdos e Conceitos Básicos. In: KARNAL, L. (Org.). **História na sala de aula:** conceitos, práticas e propostas. São Paulo: Contexto, 2010.

sobre o feminismo no Brasil. Uma sugestão para o uso do jogo como ferramenta de ensino e aprendizagem é o desenvolvimento em quatro aulas.

PLANO DE AULA SOBRE O FEMINISMO[7]	
ANO:	9º ANO
UNIDADES TEMÁTICAS:	O nascimento da República no Brasil e os processos históricos até a metade do século XX Modernização, ditadura civil-militar e redemocratização: o Brasil após 1946
OBJETOS DO CONHECIMENTO:	Anarquismo e protagonismo feminino O processo de redemocratização A Constituição de 1988 e a emancipação das cidadanias (analfabetos, indígenas, negros, jovens etc.) A história recente do Brasil: transformações políticas, econômicas, sociais e culturais de 1989 aos dias atuais Os protagonismos da sociedade civil e as alterações da sociedade brasileira A questão da violência contra populações marginalizadas
HABILIDADES DA BNCC:	(EF09HI08) Identificar as transformações ocorridas no debate sobre as questões da diversidade no Brasil durante o século XX e compreender o significado das mudanças de abordagem em relação ao tema. (EF09HI23) Identificar direitos civis, políticos e sociais expressos na Constituição de 1988 e relacioná-los à noção de cidadania e ao pacto da sociedade brasileira de combate a diversas formas de preconceito, como o racismo. (EF09HI24) Analisar as transformações políticas, econômicas, sociais e culturais de 1989 aos dias atuais, identificando questões prioritárias para a promoção da cidadania e dos valores democráticos. (EF09HI26) Discutir e analisar as causas da violência contra populações marginalizadas (negros, indígenas, mulheres, homossexuais, camponeses, pobres etc.) com vistas à tomada de consciência e à construção de uma

7 Plano de aula criado a partir das referências da Base Nacional Comum Curricular. BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2018. Disponível em:<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf> Acessado em: 30/12/2019.

	cultura de paz, empatia e respeito às pessoas.
OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM:	Conhecer as lutas e as conquistas feministas (das mulheres)
DURAÇÃO:	4 AULAS
RECURSOS E MATERIAIS:	Jogo de cartas Linha do Tempo das Conquistas e direitos das mulheres; quadro, giz.

METODOLOGIA

INTRODUÇÃO AO TEMA E APLICAÇÃO DO JOGO:

Na AULA 1 - Iniciar a aula com a questão " Como era viver no século XIX e XX? Como era a vida das mulheres nessa época?" Espera-se que os estudantes apontem para aspectos sobre a educação, casamento, vestimentas e liberdade. A partir dessa questão apresentar o jogo e suas regras enfatizando que os estudantes irão no percurso do jogo descobrir como era a vida das mulheres através dos direitos conquistados pelas mulheres brasileiras. Afinal, se elas precisaram conquistar é porque elas não tinham esses direitos.

O jogo pode ser aplicado de duas formas.

TIPO 1: formam-se grupos com 6 a 8 estudantes para jogar uma partida em que cada jogador recebe 5 cartas e monta-se a linha do tempo. Cada partida tem aproximadamente quinze minutos de duração. Para a formação de grupos menores de 3 a 4 estudantes recomenda-se a impressão de mais um conjunto de cartas ou ainda, a diminuição de cartas distribuídas para cada jogador de 5 para 3, podendo assim dividir o conjunto de cartas ao meio e distribuí-lo para mais grupos.

TIPO 2: A segunda forma de aplicação é formar grupos de quatro integrantes e fazer um jogo coletivo. Utilizar o quadro negro para montar a linha do tempo, colando as cartas com fita adesiva. Nessa forma recomenda-se que as cartas fiquem dispostas sobre mesas e na sua vez um representante do grupo deve escolher uma carta e colá-la na posição que acredita estar correta.

LINHA DO TEMPO E DIREITOS

Na AULA 2 - Montar a linha do tempo no quadro negro com as cartas para que os estudantes possam perceber a trajetória das conquistas de direitos das mulheres em consonância com o movimento feminista dividido em ondas. Refazer a pergunta da aula anterior e pedir que os estudantes respondam como era ser mulher até 1930 (Primeira Onda do Feminismo), até 1990 (Segunda Onda do Feminismo) e até

a atualidade (Terceira Onda) e quais as pautas de lutas que as mulheres precisaram conquistar. Espera-se que os estudantes possam perceber que os direitos que parecem sempre ter existido e que estão naturalizados na sociedade atual tiveram que ser conquistados como estudar, trabalhar, votar, etc.

Ao final da aula listar as principais pautas das ondas do feminismo brasileiro e comparar com as conquistas das mulheres. Apontar para as permanências e mudanças nos direitos das mulheres.

DEBATE – TENTATIVAS DE RETROCESSO DE DIREITOS

Na **AULA 3** o docente trabalhará com as cartas de tentativa de retrocesso. Nesse quesito aparecem questões polêmicas como o aborto e do estupro. O docente pode dividir a turma, na aula anterior, para que um grupo traga argumentos a favor e outro contra com base nos quesitos: saúde da mulher, leis, religião e posicionamentos de políticos e de feministas. Pode-se ainda debater sobre o direito ao esporte, o racismo e o direito a educação sexual nas escolas. Espera-se que os estudantes possam argumentar com base em pesquisas sobre as temáticas.

DIREITOS PARA SEREM CONQUISTADOS – NOVAS CARTAS/NOVA PARTIDA

Na **AULA 4** trabalhar-se-á com os direitos em pauta de luta. Iniciar a aula com a questão: Quais são os direitos que as mulheres lutam para conquistar na sociedade atual? De forma coletiva os estudantes e o professor produzem uma lista de direitos a serem conquistados a partir de sua vivência, na escola e em casa. Então o desafio é a produção de novas cartas de direitos a serem conquistados que serão incluídas no conjunto original.

Vamos jogar novamente?

LEIS E CONQUISTAS DAS MULHERES NO BRASIL.

1827 - Criação de escolas públicas para meninas.

Lei de 15 de outubro de 1827. Página 71. Vol 1. Art 11º.Art 11º "Haverão escolas de meninas nas cidades e villas mais populosas, em que os Presidentes em Conselho, julgarem necessario este estabelecimento." No entanto, os currículos eram diferentes para meninos e meninas. Para elas, o ensino da matemática não deveria passar das quatro operações básicas e se previa a oferta de aulas de prendas domésticas como corte, costura e bordado. Em contrapartida a esta realidade a feminista Nísia Floresta fundou um Colégio em 1838 só para meninas que tinha uma grade curricular com acesso às ciências e por isso foi duramente criticada.

Consulte a lei: Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38398-15-outubro-1827-566692-publicacaooriginal-90222-pl.html Acesso em: 26 de ag. de 2020

Para saber mais: sobre Nísia Floresta

Duarte, Constância Lima. **Nísia Floresta**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

1832- Primeiro livro feminista brasileiro

Escrito por Nísia Floresta o livro "Direitos das Mulheres e injustiça dos Homens" é considerado o texto fundante do feminismo brasileiro. Fortemente inspirado e uma tradução livre no livro Vindications of the rights of woman de Mary Wollstonecraft, Nísia teve influência de Poulain de la Barre e nos artigos da "Declaração dos Direitos da Mulher e cidadã" de Olympe de Gouges.

"Direitos das Mulheres e injustiça dos Homens" é o primeiro livro no Brasil a tratar sobre a educação, o trabalho das mulheres e a sua capacidade. A autora identificou que as desigualdades que resultavam em inferioridade das mulheres em relação aos homens eram provenientes da educação e das circunstâncias da vida.

Para saber mais: Constância Lima Duarte escreveu e organizou a obra sobre Nísia Floresta, publicada em 2010 que faz parte da Coleção Educadores. Nela também podemos consultar três textos da feminista inclusive o "Direito das Mulheres e injustiça dos homens". A obra está disponibilizada como domínio público em:

< http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4711.pdf> Acesso em:26 de ag. de 2020.

Duarte, Constância Lima. **Nísia Floresta**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

1852 - Primeiro jornal editado por mulheres.

Primeiro jornal feito totalmente por mulheres O Jornal das Senhoras foi criado por Joana Paula Manso de Noronha no Rio de Janeiro. Tinha como propósito incentivar as mulheres a se ilustrarem e buscarem melhoramento social e emancipação moral.

Para saber mais: Joelma B. Lima analisou o jornal na tese de doutorado em 2012 intitulada "Jornal das Senhoras um projeto pedagógico: mulher, educação, maternidade e corpo. PUC/SP. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/12745> Acessado em:26/08/2020

Para consultar: A Hemeroteca Digital (arquivo de periódicos) da Fundação da Biblioteca Nacional disponibilizou a coleção com quatro anos do jornal.

Disponível em:<http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/jornal-senhoras/700096> Acesso em: 30 de ag. de 2020

1879- Acesso à Universidade.

Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879 que ficou conhecido como Reforma Leôncio de Carvalho deu o direito ao acesso às universidades as mulheres, mas apenas com consentimento do pai ou do marido. Mas foi apenas em 1881 que a primeira mulher ingressou no Ensino Superior no país: Rita Lobato Velho Lopes que se graduou em 1887 no curso de Medicina pela Faculdade de Medicina da Bahia.

Consulte a lei:

Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7247-19-abril-1879-547933-publicacaooriginal-62862-pe.html> Acessado em:26 de ag. de 2020

1885- Primeira Maestrina no Brasil.

Francisca Edwiges Neves Gonzaga, mais conhecida como Chiquinha Gonzaga (1847—1935) foi a primeira pianista chorona (musicista de choro), autora da primeira marcha carnavalesca com letra ("Ó Abre Alas", 1899) e também a primeira mulher a reger uma orquestra no Brasil. Enfrentou preconceitos e tornou-se inspiração por conquistar um lugar que sempre foi ocupado pelos homens.

Para saber mais: A obra da maestrina está disponível no Acervo Chiquinha Gonzaga idealizado pelos pianistas e pesquisadores Alexandre Dias e Wandrei Braga e disponibilizado em< https://chiquinhagonzaga.com/acervo/?page_id=2387> Acesso em: 21 de set. de 2021

1890- Proibição de impor castigo físico à esposa

Pelo Decreto nº181, de 24 de janeiro de 1890 que tratou sobre o casamento civil retirou-se a possibilidade do marido aplicar castigo físico à esposa.

Consulte a lei:

Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d181.htm> Acesso em: 28/08/2020

1910- Criação do Primeiro Partido Político Feminino

O Partido Republicano Feminino foi fundado no Rio de Janeiro com a assinatura de 27 mulheres com o objetivo de representar e integrar as mulheres na política no momento em que as mulheres sequer podiam votar. Presidido pela feminista Leolinda Daltro o partido além do sufrágio feminino propunha a emancipação, independência e o fim da exploração sexual.

Para saber mais: ver o estatuto do partido, conforme foi publicado no Diário Oficial de 17 de dezembro de 1910 acesse:< http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PARTIDO%20REPUBLICANO%20FEMININO.pdf> Acesso em: 26 de ag. de 2020

1915- Abrir conta bancária

O Decreto nº 11.820 de 1915 que instituiu o regulamento das Caixas Econômicas e em seu Art. 9º permitiu que as mulheres CASADAS abrissem contas bancárias e livremente retirar seus depósitos, SE o marido não se opusesse por escrito.

Consulte a lei: Disponível em:<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-11820-15-dezembro-1915-511987-publicacaooriginal-1-pe.html>Acesso em: 26 de ag. de 2020

1917- Ingressar no serviço público

Liberado o ingresso da mulher no serviço público no Brasil por meio de concurso. Em 1918 Maria José de Castro Rebello tornou-se a primeira servidora pública aprovada em concurso, foi a **primeira colocada** no concurso do Itamaraty para Diplomata.

1919- Igualdade salarial entre homens e mulheres que exercerem a mesma função.

Constituição da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que instituiu o princípio da remuneração igual para trabalho de igual valor, preconizando a igualdade de oportunidades e de tratamento no trabalho. No Brasil, levou mais de 100 anos (2021) para o Senado aprovar uma lei sobre a igualdade salarial entre homens e mulheres que exercem a mesma função.

Para saber mais: acesse o artigo de Camila Rodrigues Neves de Almeida Lima intitulado "Gênero, trabalho e cidadania: função igual, tratamento salarial desigual" publicado na Revista de Estudos Fem. vol.26 no.3,Florianópolis, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2018000300210&lng=en&nrm=iso> Acesso em: 26 de ag. de 2020

1921- Primeira partida de futebol feminino no Brasil

Aconteceu na Zona Leste de São Paulo entre as senhoritas dos bairros Tremembé e Cantareira. Por ter uma adesão de jovens pertencentes as classes menos favorecidas, as jogadoras eram consideradas malcheirosas, grosseiras e sem classe em oposição as mulheres que se arrumavam para aos jogos masculinos. O ano de 1913 por um tempo foi considerado a primeira partida de futebol feminino no Brasil. Mas, depois, foi descoberto que o time "feminino" era, na verdade, composto por homens vestidos de mulher.

Para saber mais: acesse o artigo de BROCH, MARINA. **Histórico do futebol feminino no Brasil: considerações acerca da desigualdade de gênero.** Temporalidades - Revista de História. Edição 35, v.13, n. 1 (jan/jun. de 2021.)
Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/26283>
Acesso em: 25 de set. de 2021

1927- Primeira eleitora do Brasil

Celina Guimarães Viana (1890-1972) foi a primeira mulher a ter o direito de votar no período republicano no Brasil. Moradora de Mossoró no Rio Grande do Norte, a educadora foi inscrita na relação dos eleitores em 25 de novembro baseado no texto da Lei 660 de 27 de outubro de 1927. A primeira eleição que pode votar aconteceu em 1928. Em tese as mulheres podiam requerer a inscrição eleitoral uma vez que não era explicitamente proibido o voto feminino na Constituição de 1891. Como também não era permitido.

Para saber mais: leia o artigo de KARAWEJCZYK, Mônica. **O Voto Feminino no Congresso Constituinte de 1891: Primeiros Trâmites Legais.** Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011.
Disponível em:<https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/3998> Acesso em: 29 de ago. de 2020

1928- Primeira prefeita do Brasil.

Alzira Soriano (1897-1963) foi eleita prefeita no município de Lajes, interior do Rio Grande do Norte com mais de 60% dos votos. Tornou-se assim a primeira mulher prefeita da América do Sul.

Para saber mais: A biografia de Soriano foi escrita pela jornalista Heloísa Souza:
SOUZA, Heloísa Maria Galvão Pinheiro de. **Luísa Alzira Teixeira Soriano:** primeira mulher eleita prefeita na América do Sul. Natal: CCHLA,1993.

1932- Voto para as mulheres

No Código Eleitoral de 1932, Decreto nº 21.076 de 24 de fevereiro feito no governo do presidente Getúlio Vargas se incorporou o direito de voto à mulher, nas mesmas condições que aos homens, portanto maiores de 21 anos e excluindo as analfabetas. O Brasil tornou-se o quarto país na América a conceder o voto às mulheres.

Consulte a lei: Decreto disponível em:<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21076-24-fevereiro-1932-507583-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em:29 de ago. De 2020

1932 - Mulher nas Olimpíadas pelo Brasil.

Maria Emma Hulga Lenk Zigler (1915-2007) foi a primeira brasileira e sul-americana a competir nas Olimpíadas, nos Jogos de Los Angeles. Única mulher, embarcou aos 17 anos com 68 atletas brasileiros que custearam a viagem vendendo o café que levaram no porão do navio.

Para saber mais: Documentário **Maria Lenk- *A essência do espírito olímpico*** produzido pela Pavirada Filmes, dirigido por Iberê Carvalho em 2012.

1932 - Habilitação de motorista

Maria José Pereira Barbosa Lima e Rosa Helena Schorling tornaram-se as primeiras mulheres a conseguir a habilitação para dirigir carro no país. Habilitaram-se em Vitória no Espírito Santo.

Para saber mais: leia o artigo sobre a história das mulheres e da locomoção.

G.LAB. A evolução na história das mulheres e da locomoção. Disponível em:< https://oglobo.globo.com/projetos/jornal-extra-de-carona-com-elas-evolucao-mulheres-locomocao/#:~:text=Na%20Fran%C3%A7a%20de%201889%2C%20a,limite%20era%20de%2012km%2Fh.> Acesso em: 20 de ag. de 2020.

1934- Primeira deputada do Brasil

Eleita em 1933 pelo estado de São Paulo a primeira deputada do Brasil, a médica Carlota Pereira Queiroz (1892-1982) exerceu o mandato de 1934-1937.

Para sabe mais: leia o artigo de SCHPUN, Mônica Raisa. **Carlota Pereira Queiroz:** Uma mulher na política. São Paulo: Revista Brasileira de História, v. 17, nº 33, 1997. pp.167-200.

1936- Primeiro sindicato das domésticas

Fundado por Laudelina dos Campos Melo (1904-1991) em Santos com o objetivo de garantir os direitos trabalhistas da categoria e com fins beneficentes auxiliando aquelas que se encontravam doentes e sem amparo, posto que não tinham nenhum direito assegurado, pois não foram contempladas nas Leis Trabalhistas no governo de Vargas (1943).

Para saber mais: Documentário sobre Laudelina. Museu da Cidade. **Laudelina, suas lutas e conquistas**. 2019. (37m18s)

Disponível em:<https://www.youtube.com/watch?v=JYL2Ki8ItGg&ab_channel=MuseudaCidade> Acesso em: 28 de ag. de 2020

1940- Direito ao aborto em caso de estupro ou de risco à vida da mulher

No Código Penal (Decreto - Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940) ficou instituído no Art. 128 que o aborto pode ser praticado quando "não há outro meio de salvar a vida da gestante" e" se a gravidez resulta de estupro e o aborto é precedido de consentimento da gestante ou, quando incapaz, pelo seu representante legal".

Consulte a lei: Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm> Acesso em: 28 de ag. de 2020

1943- Licença Maternidade

Na Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-Lei nº 5.452 de 1º de Maio de 1943) instituiu-se no Art.392 a licença de 84 dias sem prejuízo do emprego e do salário para a mulher. Esta licença era paga pelo empregador. A atual licença é de 120 dias.

Consulte a lei: Disponível em:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm> Acesso em: 2 9 de ag. de 2020

1943- Local de amamentação em empresas

Na Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-Lei nº 5.452 de 1º de Maio de 1943) instituiu-se no Art. 389 que toda empresa com mais de 30 funcionárias deve ter um local para "guardar, sob vigilância e assistência, os seus filhos no período da amamentação".

Consulte a lei: Disponível em:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm> Acesso em: 28 de ag. de 2020

1962- Não precisa de permissão do marido para trabalhar.

No Código Civil na forma da Lei nº 4.121 conhecido como Estatuto da Mulher Casada mudou o status da mulher, pois no Código de 1916 se subordinava a cidadania das mulheres casadas a tutela dos maridos, as impedindo de usufruir de seus direitos trabalhistas e sociais. No novo código se atestou a capacidade feminina, tornando-a economicamente ativa sem precisar da autorização do marido para trabalhar ou viajar.

Para saber mais: MARQUES, T.C. N.; MELO, H. P. **Os direitos civis das mulheres casadas no Brasil entre 1916 e 1962:** ou como são feitas as leis. Rev. Estud. Fem. [online]. 2008, vol.16, n.2, pp.463-488. ISSN 1806-9584.
Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mkBHYnM8HVHMbwHsYTDmzKz/abstract/?lang=pt> 28 de ag. de 2020

1962- Direito a Herança

O Código Civil na forma da Lei nº 4.121 as mulheres passaram a poder aceitar heranças sem a concordância de seus maridos e instituiu o regime parcial de bens como regra para os casamentos. No entanto, o poder de administrar o patrimônio comum ainda permaneceu nas mãos do marido.

Para saber mais: GAZELE, C.C. **Estatuto da Mulher Casada:** Uma História dos direitos humanos das mulheres. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, 2005. f. 195.

1962- A pílula anticoncepcional chega ao Brasil.

Neste ano a pílula anticoncepcional chegou ao Brasil e trouxe com ela a possibilidade de controle reprodutivo das mulheres, tornando a gravidez uma escolha. No entanto, o marido poderia processar a esposa que tomasse a pílula sem seu consentimento com base no Art 233 que dizia que o homem era o chefe da sociedade conjugal e no Art.242 do Código Civil de 1962 que afirmava que a mulher não poderia praticar ato sem o consentimento do marido.

Para saber mais:

SANTANA, J.R; WAISSE, S. **Chegada e difusão da pílula anticoncepcional no Brasil -1962-1972:** qual informação foi disponibilizada às usuárias potenciais? Revista Brasileira de História da Ciência, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 203-218, jul | dez 2016. Disponível em:<https://www.sbhc.org.br/arquivo/download?ID_ARQUIVO=2794> Acesso em:30 de ag. de 2020

1974- As mulheres podem ter carta de crédito

Até 1974 as mulheres casadas poderiam usar o crédito desde que seus maridos assinassem por elas. Já as solteiras ou divorciadas só podiam solicitar o cartão de crédito com um avalista/homem para assinar o contrato. Ainda assim só conseguiam metade do crédito total. Isso levou ao Senado aprovar a "Lei de Igualdade de Oportunidade" para que as instituições não mais discriminassem as mulheres por seu gênero e estado civil.

1975- Ano Internacional da Mulher: debates sobre as mulheres

Ano Internacional da Mulher instituído pela ONU se transformou na década da mulher a partir da Conferência do México. Nesse ano foi instituído o dia 8 de março como o Dia Internacional da Mulher pela ONU. Considerado o ano inaugural do feminismo brasileiro marcam-se Congressos e Seminários que tinham como pauta debates sobre as mulheres.

Para saber mais: sobre o dia internacional da mulher leia o artigo

BLAY, Eva A. 8 de março: conquistas e controvérsias. Florianópolis. *Revista Estudos Feministas, 2001.* Disponível em: <*https://www.scielo.br/j/ref/a/zSfcjFQPyGjGDwpR53pQcxc/?format=pdf&lang=pt*> Acessado em:20 de ag. de 2020

1977- Lei do divórcio e fim da obrigatoriedade da adoção do sobrenome do marido.

A Separação legal do vínculo do casamento civil foi instituído oficialmente no Brasil com a aprovação da emenda constitucional número 9, de 28 de junho de 1977, regulamentada pela lei 6.515 de 26 de dezembro do mesmo ano, desde que o casal estivesse separado a mais de cinco anos e cada pessoa só podia requerer o divórcio uma vez. A Emenda Constitucional nº 66 de 2010 instituiu que o único fator para o divórcio é a vontade de um ou de ambos os cônjuges.

Também foi modificada nessa lei a obrigatoriedade da adoção pelas mulheres do sobrenome do marido. Para Cantarelli (2013) tal "obrigatoriedade significava uma afirmação do poder marital, da supremacia do varão, cuja origem vem do direito romano, em que a mulher ingressava loco filiae (como se fosse filha) na família do esposo. Assim, o sobrenome do marido, que a esposa passava a usar, funcionava como um carimbo a mostrar que ela tinha um dono e senhor."

Para saber mais:

CANTARELLI, A. C; LEVANDOWSKI, D. C;. MARIN, A. H. "Eu não alterei o meu nome": o que dizem as mulheres sobre o não acréscimo do sobrenome do marido/parceiro no casamento ou união estável. Pensando fam., Porto Alegre , v. 17, n. 1, p. 03-16, jul. 2013 . Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2013000100002&lng=pt&nrm=iso>.

Consulte a lei: Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6515.htm> Acesso em: 30 de ag. de 2020

1979 - Praticar esportes: como o futebol

Em 1979 foi revogado o Decreto nº 3.199 de 14 de abril de 1941 que não permitia que as mulheres praticassem esportes que fossem incompatíveis com a sua natureza "frágil".

Para saber mais:

Visite as Exposições Virtuais do Museu do Futebol sobre as mulheres no esporte. MUSEU DO FUTEBOL. Contra-ataque! As mulheres no futebol. 2019. Disponível em:<https://museudofutebol.org.br/exposicoes/contra-ataque/> Acesso em: 30 de ag. de 2020.

1979- Primeira senadora no Brasil.

Em 1979 foi empossada a primeira senadora brasileira Eunice Michiles (1929) pelo PSD/AM.

Para saber mais:
SOUZA, M. R. **Eunice Michiles e a política:** uma história para contar. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2017.
Disponível em:
<https://ecoemlivros.ufam.edu.br/attachments/article/2/Eunice_Michiles_e_a_Politica.pdf>
Acesso em: 01 de set. de 2020

1980 - Direito de ingressar nas forças armadas
A Marinha foi a primeira das Forças Armadas a aceitar mulheres em seus quadros como oficiais de carreira. Em 1982 foi a vez da Aeronáutica. Só dez anos mais tarde, em 1992, o Exército que atua desde 1822 passou a aceitar mulheres nesta condição. O acesso não foi garantido a todos os cargos imediatamente, sendo que as possibilidades de ingresso variam para cada uma das forças. Mas foi apenas a partir da Lei nº 12.705 de 2012 pela ex-presidente Dilma Rousseff, que militares do sexo feminino puderam começar a atuar como combatentes do Exército Brasileiro.
Antes, o acesso às academias que formam para os quadros da área bélica era exclusiva dos homens, como Academia Militar das Agulhas Negras (Aman), à Escola de Sargentos de Logística (EsLog) e ao Centro de Instrução de Aviação do Exército (CIAVEx),.
Para saber mais: leia o artigo sobre as mulheres nas forças armadas brasileiras
ALMEIDA, V. H. A. **Mulheres nas forças armadas brasileiras:** situação atual e expectativas futuras. Cadernos ALERGIS, 51 (Jan/abril), 2014.
Disponível em:
<http://bd.camara.leg.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/27339/mulheres_forcas_almeida.pdf?sequence=1> Acesso em:30 de ag. de 2020

1980 - Criada a S.O.S Mulher. ONGs de combate a violência contra a mulher.
Na década de 1980 surgiram várias organizações autônomas em apoio a mulher vítima de violência. Com o objetivo de ser um espaço de atendimento dessas mulheres, com um serviço de voluntárias que incluía psicólogas e advogadas e um espaço de reflexão sobre a mudança das condições de vida dessas mulheres. Grupos como o S.O.S Mulher no Rio de Janeiro, S.O.S Corpo em Recife (1981) e S.O.S Mulher e Família em Campinas.
Para saber mais: Visite os sites das ONGS S.O.S Mulher pelo Brasil como:
S.O.S Mulher em São Paulo: <https://www.sosmulher.sp.gov.br/>
Acesso em: 01 de set. de 2020

1985 - Criação da primeira delegacia da mulher.
A primeira delegacia da mulher foi criada pelo Decreto 23.769, de 6 de agosto de 1985, e rapidamente foi multiplicada em todo país. Com objetivo de ser um espaço policial de atendimento às mulheres reconhecidas agora como vítimas e especializado na proteção contra a violência doméstica e sexual. Uma antiga demanda feminista que via o ambiente hostil nas delegacias majoritariamente masculinas como um fator de preconceito e discriminação, uma vez que além de sua especialização em crimes contra as mulheres, o atendimento deveria ser prestado por policiais do sexo feminino.
No entanto, já no século XXI apenas 7% das cidades brasileiras contam com esse serviço. Em 2017 apenas 417 cidades disponibilizavam para suas cidadãs esse atendimento. No estado do Paraná existem 20 delegacias especializadas no atendimento à mulher.
Para saber mais: leia o artigo sobre as Delegacias e a luta feministas

MEDEIROS, L. **DEAM:** Uma invenção do Movimento de Mulheres e Feminista no contexto de redemocratização brasileira. Anais do XV Encontro Regional de História da ANPUH -RIO, 2012. Disponível em: <http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338414256_ARQUIVO_ArtigoAnpuh.2012.pdf> Acesso em: 01 de set. de 2020

1988 - Cidadã com os mesmos direitos e deveres dos homens.

"Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações" instituiu o artigo 5º da Constituição Federal de 1988. Foi a primeira constituição que estabeleceu plena igualdade jurídica entre homens e mulheres no Brasil mudando o status das brasileiras que juridicamente estavam em posição inferior e submissa em relação aos homens.

Para saber mais: leia o artigo de Pitanguy que conta sobre a luta da conquista de direitos na CF de 1988.

PITANGUY, J. **A Carta das mulheres brasileiras aos constituintes:** memórias para o Futuro. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.

1994- Primeira governadora do Brasil.

A primeira mulher eleita para um governo estadual brasileiro foi Roseana Sarney (1953), em 1994 (e reeleita em 1998) como governadora do Maranhão pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

Para saber mais: sobre a política consulte o verbete Roseana Sarney no site da Fundação Getúlio Vargas/ CPDOC

Disponível em:<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/roseana-macieira-sarney> Acesso em 01 de set. de 2020

1995- 20% das Chapas Eleitorais são das mulheres.

A Lei nº 9.100 de 29 de setembro de 1995 instituiu que "Vinte por cento, no mínimo, das vagas de cada partido ou coligação deverão ser preenchidas por candidaturas de mulheres". Essa lei foi reformulada em 2009 para no mínimo 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo.

Acesse a Lei:

Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9100.htm> Acesso em: 01 de set. de 2020

1996- Esterilização voluntária: Direito de decidir não ter filhos.

Lei 9.263 de 12 de janeiro de 1996 que trata sobre o Planejamento Familiar permitiu a esterilização voluntária desde que a pessoa seja maior de 25 anos, ou pelo menos, com dois filhos vivos, desde que observado o prazo mínimo de 60 dias entre a manifestação da vontade e o ato cirúrgico. E em mulheres com risco à vida, à saúde ou do futuro concepto. É condição para a esterilização o registro em documento escrito e firmado e a anuência do seu cônjuge.

Acesse a Lei:

Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9263.htm> Acesso em: 01 de set. de 2020

2002 - Falta de virgindade deixa de ser justificativa que permitia anulação do casamento.
Lei nº 10.406 de janeiro de 2002 que instituiu o Código Civil assegurou o Casamento sem exigência de virgindade. Suprimindo a Lei 1.556, inciso IV, do Código em vigor, que permitia ao marido pedir a anulação do casamento se descobrisse que a mulher não era mais virgem.
Acesse a Lei:
Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm>
Acesso em: 01 de set. de 2020

2002 - Homens e mulheres: Mesmos direitos na família
No Código 10.406 houve a supressão do termo "pátrio" e a substituição "poder familiar" determinando que ambos os cônjuges o exercício da direção da sociedade conjugal, como no "Artigo. 1.630: Os filhos estão sujeitos ao poder familiar, enquanto menores". Houve também a substituição da palavra "homem" por "pessoa" para, seguindo o princípio de isonomia declarado pela Constituição de 1988, se retirar toda e qualquer desigualdade nas relações jurídicas.
Para saber mais: sobre as mudanças de leis sobre as mulheres-
CABRAL, Melissa Karina. **Manual de direitos da mulher**. 1ª. ed. Leme - SP: Mundi Editora e Distribuidora Ltda – ME, 2008. v. 01.
Acesse a Lei:
Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm>
Acesso em: 01 de set. de 2020

2004 - Bolsa família sob a responsabilidade da mulher.
Lei n. 10.836, de 9 de janeiro 2004, criou o Programa Bolsa Família e definiu no § 14 do artigo 2º, que "O pagamento dos benefícios previstos nesta Lei será feito preferencialmente à mulher, na forma do regulamento" Pesquisas apontam que o benefício amplia a autonomia de decisões das titulares como a compra de bens duráveis e o uso de contraceptivos, flexibilização de jornadas de trabalho muito árduas e até liberação de trabalhos considerados humilhantes ou degradantes, por vezes também a liberação de relações conjugais indesejadas.
Para saber mais:
BARTHOLO L.; PASSOS, N.; FONTOURA N. **Bolsa Família, Autonomia Feminina e Equidade De Gênero:** O que indicam as Pesquisas Nacionais? Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro : Ipea , 2017.
Disponível em:<http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8051/1/td_2331.PDF>
Acesso em: 01 de set. de 2020

2005 - Extinta a expressão "Mulher Honesta". As mulheres vítimas de estupro precisavam provar sua honestidade/virgindade para processar seu agressor.
A Lei 11.106 de 2005 que trouxe alterações no Código Penal suprimiu o termo "mulher honesta" nos Artigos 215 e 216: substituindo por pessoa. Antes dessas modificações no Código Penal, partia-se da ideia que o matrimônio limpava a honra da vítima manchada pelo crime. E que a partir do casamento já não existia mais crime para o criminoso. Assim como, a virgindade era fator primordial para contar o estupro como crime. Já a expressão mulher honesta era um juízo de valor e discriminatório contra as mulheres.
Consulte a lei: que alterou o Código Penal
Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11106.htm>
Acesso em: 01 de set. de 2020

2005 - Extinta a lei que determinava que se a vítima de estupro se casasse com o estuprador ou outro homem, o crime deixava de existir.

Lei 11.106 de 2005 revogou os incisos VII e VIII do art. 107 do Código Penal, em que a punibilidade do estupro seria extinta: pelo casamento do agente com a vítima, nos crimes contra os costumes, definidos nos Capítulos I, II, e III do Título VI da Parte Especial deste Código.

Consulte a lei: que alterou o Código Penal

Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11106.htm>

Acesso em: 01 de set. de 2020

2006 - Lei Maria da Penha: Combate à violência contra as mulheres.

A Lei 11.340 de 07 de Agosto de 2006, chamada de Lei Maria da Penha criou mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Nessa lei tratou-se de uma nova forma de administração legal dos conflitos intra familiares, definiu o que é e quais são as formas de violência, consolidou estratégias de prevenção, assistência e proteção às mulheres. Com a criação de Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra as mulheres, medidas protetivas de urgência para as vítimas, promoção de estudos, implementação de centros de atendimento multidisciplinar, delegacias especializadas e casas de abrigo, além de campanhas educativas. Maria da Penha, a farmacêutica que deu nome à lei, precisou ser vítima de duas tentativas de homicídio e lutar por quase 20 anos para que, finalmente, conseguisse colocar seu ex-marido criminoso atrás das grades.

Para saber mais:

- *O Governo de Minas Gerais* produziu um gibi intitulado "As Marias em: Maria da Penha vai as escolas". O Instituto Ressurgir disponibilizou esse material em:

Disponível em:

<https://institutoressurgir.org/wp-content/uploads/2019/10/GIBI_Lei_Maria_da_Penha_ATUALIZADO.pdf> Acesso em: 01 de set. de 2020

Consulte a lei:

Disponível em:< em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11106.htm>

Acesso em: 01 de set. de 2020

2007 - Titulações rurais no nome da mulher

Realizar o cadastramento, os contratos e as titulações (definitivas ou de concessão de uso), obrigatoriamente, em nome do homem e da mulher, independente do estado civil do casal. Publicada Portaria 981 de 02/10/2003. A partir do II Plano Nacional de Reforma Agrária, o cadastro de assentados/as, a relação de beneficiários, o contrato de assentamento e o título passam a ser emitidos obrigatoriamente em nome da mulher e do homem no caso de famílias constituídas por um casal. Na titulação Conjunta obrigatória a mulher passa a usufruir da renda e dos benefícios econômicos e sociais. Em caso de separação a mulher com a guarda dos filhos fica com a terra que está em processo de legalização. As chefes de família tem direito preferencial à Reforma Agrária. Essa foi uma luta ensejada na Marcha das Margaridas desde 2003.

Para saber mais:

No site da Marcha das Margaridas tem-se a pauta e a sua tramitação.

Disponível em:<http://transformatoriomargaridas.org.br/?page_id=243> Acesso em: 02 de set. de 2020.

2010 - Primeira presidenta do Brasil: Dilma Rousseff

Dilma Rousseff (1947) foi a primeira presidenta eleita pelo Brasil sendo a 36° Presidenta do Brasil. Filiada ao PT foi reeleita em 2014 e exerceu o cargo até 2016 quando sofreu o processo de impeachment.

Para saber mais: leia a tese de doutorado do Dantas sobre a cobertura midiática do governo e da figura de Dilma Rousseff

DANTAS, Fernando A. **Dilma Rousseff:** uma mulher fora de lugar – as narrativas da mídia sobre a primeira Presidenta do Brasil. Salvador, 2019. 271 f. Tese (Doutorado em Pós- Graduação Multidisciplinar em Cultura e Ciência) Universidade Federal da Bahia, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos.

Disponível em:<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/29934/1/dilma-rousseff-uma-mulher-fora-do-lugar-WEB.pdf> Acesso em: 28 de mai. de 2021

2011 - Chega ao Brasil a Marcha das Vadias.

Protesto contra o machismo e a violência contra as mulheres. Contra a crença de que as mulheres que são vítimas de assédio/estupro teriam provocado essa violência por seu comportamento/roupa.

Para saber mais:

GOMES, C.; SORJ, B. **Corpo, geração e identidade**: a Marcha das vadias no Brasil. Soc.estado.,Brasília,v.29,n.2,p.433-447,ago.2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102- 69922014000200007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em:03 de set de 2020.

2015- Aprovada lei do feminicídio.

Crime de homicídio cometido pelas razões da condição do sexo feminino- por ela ser mulher.

A Lei 13.104 de 9 de Março de 2015 - Lei contra o feminicídio - " Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos."2o Feminicídio VI - contra a mulher por razões da condição de sexo feminino: § 2o-A Considera-se que há razões de condição de sexo feminino quando o crime envolve: I - violência doméstica e familiar; II - menosprezo ou discriminação à condição de mulher.

Consulte a lei:

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm.>
Acesso em:03 de set. de 2020

2018-A provada a lei 13.718. Assédio (Importunação sexual) é considerado crime

Aprovada a Lei 13.718 que tipifica o assédio como crime. Que consiste na prática de ato libidinoso contra ou sem a anuência da vítima, com o objetivo de "satisfazer a própria lascívia ou a de terceiros", como, por exemplo, casos de assédio e contato sem consentimento. Em 2001 a Lei 10.224 de 15 de maio definiu o crime de assédio sexual como o de "constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função".

Consulte a lei:

Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13718.htm>
Acesso em:03 de set. de 2020

2019- Proibição contra o casamento infantil

Lei 13.811/19 alterou o Código Civil e proibiu o casamento de menores de 16 anos de idade. Antes o casamento era permitido desde que autorizado pelos pais para evitar cumprimento de pena criminal ou em caso de gravidez.

Para saber mais: A autora deputada Laura Carneiro na ocasião da proposta (PL 7119/17) divulgou que 877 mil crianças se casaram no Brasil com até 15 anos, sendo 88 mil com 10 anos de idade. Carneiro alertou para a venda de crianças, uma vez que abusos sexuais são esquecidos com o casamento e com reparação financeira.

Disponível em:< https://www.camara.leg.br/noticias/553631-sancionada-lei-que-proibe-casamento-antes-dos-16-anos-de-idade/ > Acesso em:03 de set. de 2020

2021- Lei Mariana Ferrer - Dignidade durante audiências judiciais para vítimas de assédio sexual

Lei nº 14.245, de 22 de novembro de 2021, de autoria da Deputada Federal Lídice da Mata (PSB/BA) que obriga o juiz a zelar pela integridade da vítima em audiências de instrução e julgamento sobre crimes contra a dignidade sexual. Proibindo, nas audiências judiciais o uso de linguagem, informações ou material que ofenda a dignidade da vítima ou de testemunhas ou seja, humilhar e ofender a vítima.

Acesse a lei:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Lei/L14245.htm> Acesso em 15 de dez. de 2021.

Para saber mais sobre o caso Mari Ferrer:

UNIVERSA UOL. Lei Mari Ferrer: Câmara aprova PL que obriga o juiz a zelar pela vítima de violência sexual, 18/03/2021. Disponível em: < https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2021/03/18/camara-aprova-pl-que-obriga-o-juiz-a-zelar-pela-vitima-de-violencia-sexual.htm> Acesso em: Acesso em 15 de dez. de 2021.

TENTATIVAS DE RETROCESSO

1941 -Proibição de praticar esportes ditos "de homem"

Decreto nº 3.199 de 14 de abril de 1941 que dizia "Às mulheres não se permitirá a prática de desportos incompatíveis com as condições de sua natureza, devendo, para este efeito, o Conselho Nacional de Desportos baixar as necessárias instruções às entidades desportivas do país." Ficavam proibidas as práticas esportivas consideradas do mundo masculino como o futebol. Entre as justificativas estava a preservação do corpo da mulher, esportes impactantes e violentos poderiam levar a infertilidade. E a mulher estereotipada como mãe não poderia praticar esportes que a impediria de dar filhos a pátria. Algumas mulheres foram presas durante a ditadura militar por praticarem o esporte.

Para saber mais:

Visitar as Exposições Virtuais do Museu do Futebol sobre as mulheres no esporte. MUSEU DO FUTEBOL. Contra-ataque! As mulheres no futebol. 2019. Disponível em:<https://museudofutebol.org.br/exposicoes/contra-ataque/> Acesso em: 30 de ag. de 2020.

1982- Esterilização obrigatória de mulheres negras

Houve uma tentativa de controle da natalidade que teria como alvo a população negra no governo de Paulo Maluf em São Paulo (1979-1982.) Em um documento criado por um economicista do Grupo de Assessoria e Participação do governo se debatia o aumento da população negra

numahttps://www.scielo.br/j/csp/a/8vBCLC5xDY9yhTx5qHk5RrL/abstract/?lang=pt perspectiva racista. Aliando a miséria com a população negra e até cogitando extinguir as eleições no Brasil caso a população branca não fosse majoritária atentava-se para mecanismos que impedissem a natalidade da população negra com medo da ascensão aos cargos políticos destes. Os movimentos negro e feminista denunciaram a proposta que então foi rejeitada.

Para saber mais:

DAMASCO, Mariana Santos; MAIO, Marcos Chor; MONTEIRO, Simone. **Feminismo negro:** raça, identidade e saúde reprodutiva no Brasil (1975-1993). **Rev. Estud. Fem.** , Florianópolis, v. 20, n. 1, pág. 133-151, abril de 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2012000100008&lng=en&nrm=iso> Acesso em 18 de abr. de 2021.

2016 - Proibir e Criminalização do aborto em qualquer circunstância

As propostas de lei que buscam proibir e criminalizar o aborto em todas as circunstâncias aparecem todos os anos, há na primeira metade de 2021 44 proposições no Senado. Podemos citar o PLS 461/2016 do então Senador Pastor Valadares (PDT/RO) que segue em tramitação, a PLS 46/2017 de autoria do Senador Magno Malta (PL/ES); PL 556/2019 do Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE). Nas Câmaras Municipais o assunto também tem proposições como em São Paulo com o Projeto de Lei do vereador Fernando Holiday (DEM-SP) que dificulta a realização do aborto legal no município de São Paulo e permite a internação psiquiátrica compulsória de mulheres com propensão ao aborto.

Essas PLs buscam alterar a lei do Código Penal de 1940 que dá direito ao aborto em caso de estupro, de risco à saúde da mulher ou em caso de feto anencéfalo. No Brasil, no primeiro semestre de 2020 foram realizados pelo SUS 1.024 abortos legais e 80.948 curetagens e aspirações, processos necessários para limpeza do útero após aborto incompleto, seja natural ou provocado. Desses números, aponta-se que por dia são feitos seis processos por dia em meninas de 10 a 14 anos.

Para saber mais:

CARDOSO, B.B.; VIEIRA, F.M.S.B.; SARACENI, V. **Aborto no Brasil:** O que dizem os dados oficiais? Cadernos Saúde Pública, nº 36. fev, 2020.
Disponível em:<> Acesso em: 18 de abr. de 2021.

2019 - Extinção das cotas das mulheres para chapas eleitorais

A deputada Renata Abreu (PODE/SP) propôs a PL 2996/19 que extingue a determinação de que cada partido ou coligação destine 30% de candidaturas para as mulheres.

Para saber mais:

Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/565131-projeto-extingue-cota-de-30-de-candidaturas-femininas/> Acesso em:03 de set. de 2020

2020- Veto ao Acesso universal à educação sexual: Conselho dos Direitos Humanos da ONU

O governo brasileiro que faz parte do Conselho dos Direitos Humanos da ONU pediu para que o trecho que visa combater a discriminação contra as mulheres fosse vetado. Aquele que diz sobre o acesso universal à educação sexual como uma das formas de lidar com a discriminação e mesmo a violência, informações e serviços de saúde sexual e reprodutiva.

Para saber mais: leia as notícias sobre:

CHADE, Jamil. Com islâmicos Brasil tenta esvaziar resolução sobre direitos das mulheres. Notícias UOL, 03/07/2020.

Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/07/03/com-islamicos-brasil-tenta-esvaziar-resolucao-sobre-direito-das-mulheres.htm > Acesso em:03 de set. de 2020

CHADE, Jamil. Brasil e islâmicos vetam educação sexual em projeto de defesa de meninas. Notícias UOL, 07/07/2020. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/07/07/brasil-e-islamicos-vetam-educacao-sexual-em-projeto-de-defesa-de-meninas.htm Acesso em:03 de set. de 2020

2021- Bolsa estupro.

A PL 5435/20 do senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE) previa uma bolsa estupro que "na hipótese de a gestante vítima de estupro não dispor de meios econômicos suficientes para cuidar da vida, da saúde, do desenvolvimento e da educação da criança, o Estado arcará com os custos respectivos de um salário-mínimo até a idade de 18 anos da criança, ou até que se efetive o pagamento da pensão alimentícia por parte do genitor ou outro responsável financeiro especificado em Lei, ou venha a ser adotada a criança, se assim for a vontade da gestante, conforme regulamento". Esse auxílio é uma forma de fazer a vítima de estupro levar adiante a gravidez, ser estigmatizada por receber o auxílio e ainda manter contato com o estuprador/genitor que teria seu nome na certidão de nascimento da criança e deveria arcar com a pensão alimentícia.
Essa parte do projeto foi vetada.
Para saber mais: leia o artigo
GONZALEZ, Mariana. "Bolsa Estupro": senador propõe lei que veta aborto e dá auxílio a vítimas. UNIVERSA UOL. 24/03/2021.
Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2021/03/24/pl-retrocessos-aborto-senado.htm> Acesso em: 12 de abr. de 2021

PAUTAS DE LUTA - DIREITOS EM *LOADING*



1- Proibir aplicação de pena alternativa para crimes praticados com violência ou grave ameaça e tornar esses crimes imprescritíveis.

PL 2757/2019 de autoria da senadora Zenaide Maia (PROS/RN) que altera o art. 17 da Lei nº11.340/2006 para impossibilitar a aplicação de penas alternativas para os crimes praticados com violência ou grave ameaça em contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher.
PL 4972/2020 de autoria da senadora Rose de Freitas (PODEMOS/ES) Altera o art. 107 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tornar imprescritível o crime praticado contra a mulher.
Acesse a tramitação da lei:
PL 2757/2019: em tramitação
https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/136671. Acesso em: 12 de abr. de 2021
PL4972/2020: em tramitação
https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/145195 Acesso em: 12 de abr. de 2021



2- Decidir sobre o seu corpo. Descriminalização do aborto

Uma das principais pautas feministas é o direito de decidir sobre o seu próprio corpo, e ter assistência médica para de forma segura seguir ou não com a gravidez.

Para saber mais:

BARSTED, L.L. **Legalização e descriminalização:** dez anos de luta feminista. In: HOLLANDA. H.B. Pensamento Feminista Brasileiro: Formação e contexto, RJ: Bazar do Tempo, 2019.



3- Proibição de desigualdade salarial

O Senado Federal aprovou uma proposta que visa combater a desigualdade salarial no mercado de trabalho brasileiro. Caso uma empresa pague salários diferentes para homens e mulheres que exercem a mesma função esta será multada. Esta lei levou 11 anos para ser aprovada, foi proposta por Luciana Genro PL n. 7.016/2010. A PL está em trâmite para sanção presidencial.

Para saber mais: acesse o artigo com o trâmite da lei.

Disponível em:<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/103844>

Acesso em:27 de fev. de 2022



4- Fim da cultura do Estupro

Pauta do movimento feminista da terceira onda. Um dos seus principais meios de luta é pela Marcha das Vadias. Pelo fim da ideia da culpabilização da vítima de assédio sexual pelo uso de roupas, maquiagem ou pela sua forma de agir e da naturalização de gestos, ações e palavras sobre as mulheres de cunho machista.

Para saber mais:

GOMES, C.; SORJ, B. **Corpo, geração e identidade:** a Marcha das vadias no Brasil. Soc.estado.,Brasília,v.29,n.2,p.433-447,ago.2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102- 69922014000200007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 07 de set. de 2020.



5- Dignidade na realização do aborto previsto por lei.

O aborto é legalizado em três ocasiões: em caso de estupro, por risco à saúde da mulher ou quando o feto é anencéfalo, no entanto pressões culturais, religiosas e políticas fazem que esse processo seja mais traumático e põe em risco a dignidade e segurança de meninas e mulheres. Como no caso emblemático de 2020 da menina do Espírito Santo de 10 anos estuprada pelo tio fez o procedimento no estado de Pernambuco em meio ao alarde e pressão sobre seus familiares de lideranças políticas e religiosas. O mesmo se pode abarcar para os profissionais da saúde que fazem o procedimento e que sofrem as mesmas pressões.

Para saber mais:

MAIA, D. Menina que engravidou após estupro teve que sair ES para fazer aborto legal. Folha de São Paulo, 16 de agosto de 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/08/menina-que-engravidou-apos-estupro-teve-que-sair-do-es-para-fazer-aborto-legal.shtml> Acesso em: 12 de set. de 2020

6- Igualdade de oportunidade no trabalho sem discriminação de gênero e raça.

Esta pauta de luta está alicerçada na percepção que as mulheres, sobretudo as mulheres negras não têm as mesmas oportunidades de trabalho e, portanto, salário que os homens e mulheres brancas. A feminista Lélia Gonzalez apontava para a invisibilidade das mulheres negras em trabalhos que não lidavam com o público.

Para saber mais:

GONZALEZ, L. **Racismo e Sexismo na cultura brasileira**. In:HOLLANDA. H.B. Pensamento Feminista Brasileiro: Formação e contexto. RJ: Bazar do Tempo, 2019.

NASCIMENTO, B. **A mulher negra no mercado de trabalho**. In: HOLLANDA. H.B. Pensamento Feminista Brasileiro: Formação e contexto. RJ: Bazar do Tempo, 2019.

7- Proibição de propaganda abusiva

Projeto de Lei 461/2017 de autoria da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) altera a classificação de propaganda abusiva e acrescenta ao Código de Defesa do Consumidor. Considerando abusiva a publicidade que ofender a dignidade humana e oferecer "sugestões de comportamento que procurem incidir, sem fundamentos razoáveis, sobre as escolhas e a autoimagem da pessoa a respeito de suas atividades e funções sociais, profissionais, familiares, políticas, morais e econômicas". E que veiculam ideias e valores que pressuponham ou contenham visões desiguais de gênero ofensivas, ou discriminação baseada no gênero. Para Daniela Araujo (2006) a representação da mulher em vários anúncios publicitários reflete o sistema patriarcal da cultura social com características machistas, preconceituosas e violentas. A mulher é relacionada como objeto sexual, de personalidade fútil, enquanto o homem, em sua maioria, é retratado com a marca da virilidade e do poder econômico.

Para saber mais: ARAUJO, Daniela. As Palavras e seus Efeitos: o sexismo na publicidade. 2006. 122 p. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica do RS, Porto Alegre, 2006.

Acesse a tramitação do Projeto de Lei: PL em tramitação: abril/2021

Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/131717>. Acesso em: 05/04/2021

8- Paridade nas vagas eleitorais entre homens e mulheres: 50% -50%

De autoria do senador Fabiano Contarato (REDE/ES) Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que "estabelece normas para as eleições", para instituir paridade entre homens e mulheres na lista de candidaturas apresentada pelos partidos nas eleições legislativas.

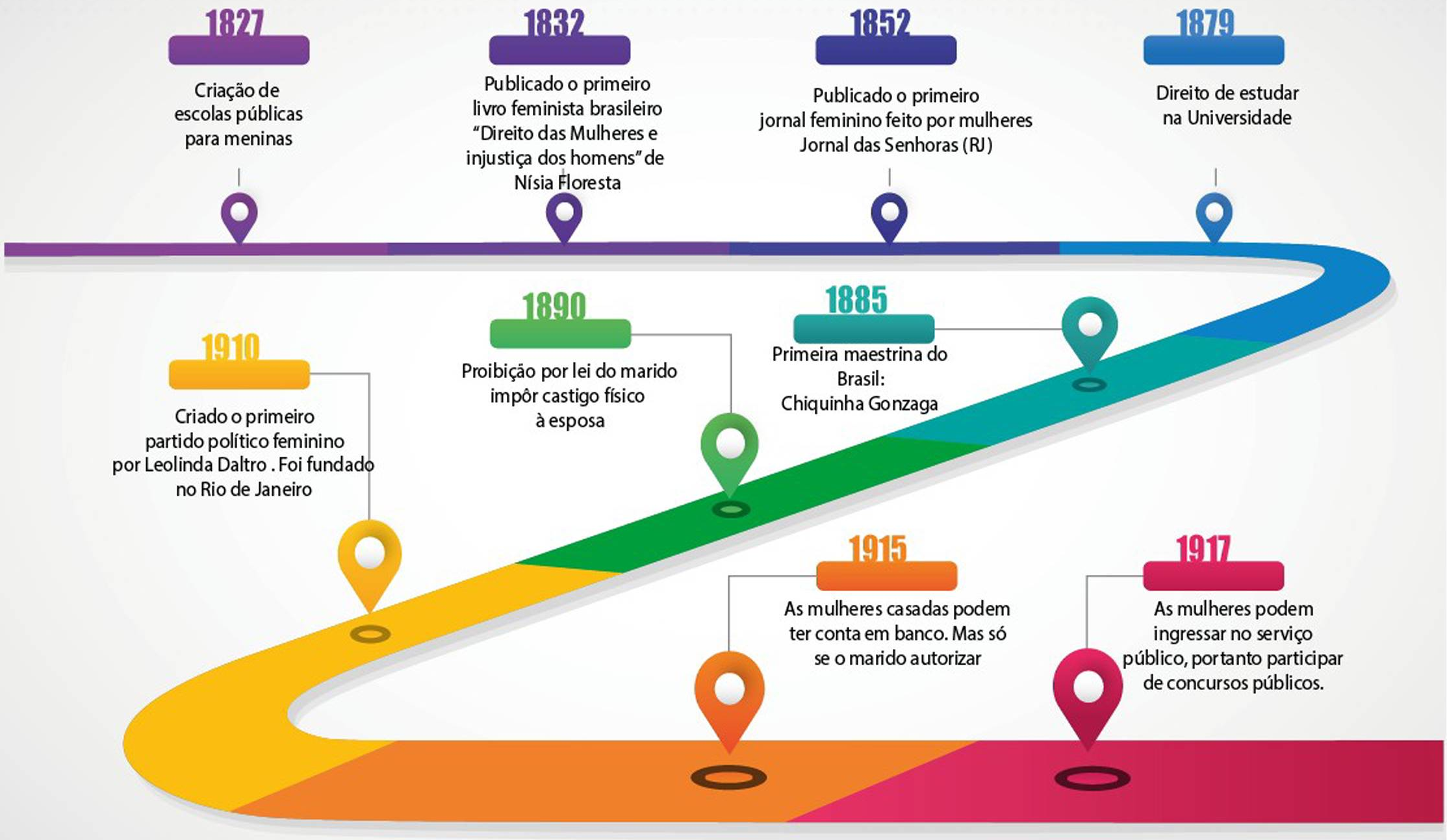
Acesse a tramitação do Projeto de Lei: PL em tramitação: abril/2021

Disponível em:< https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/136671>

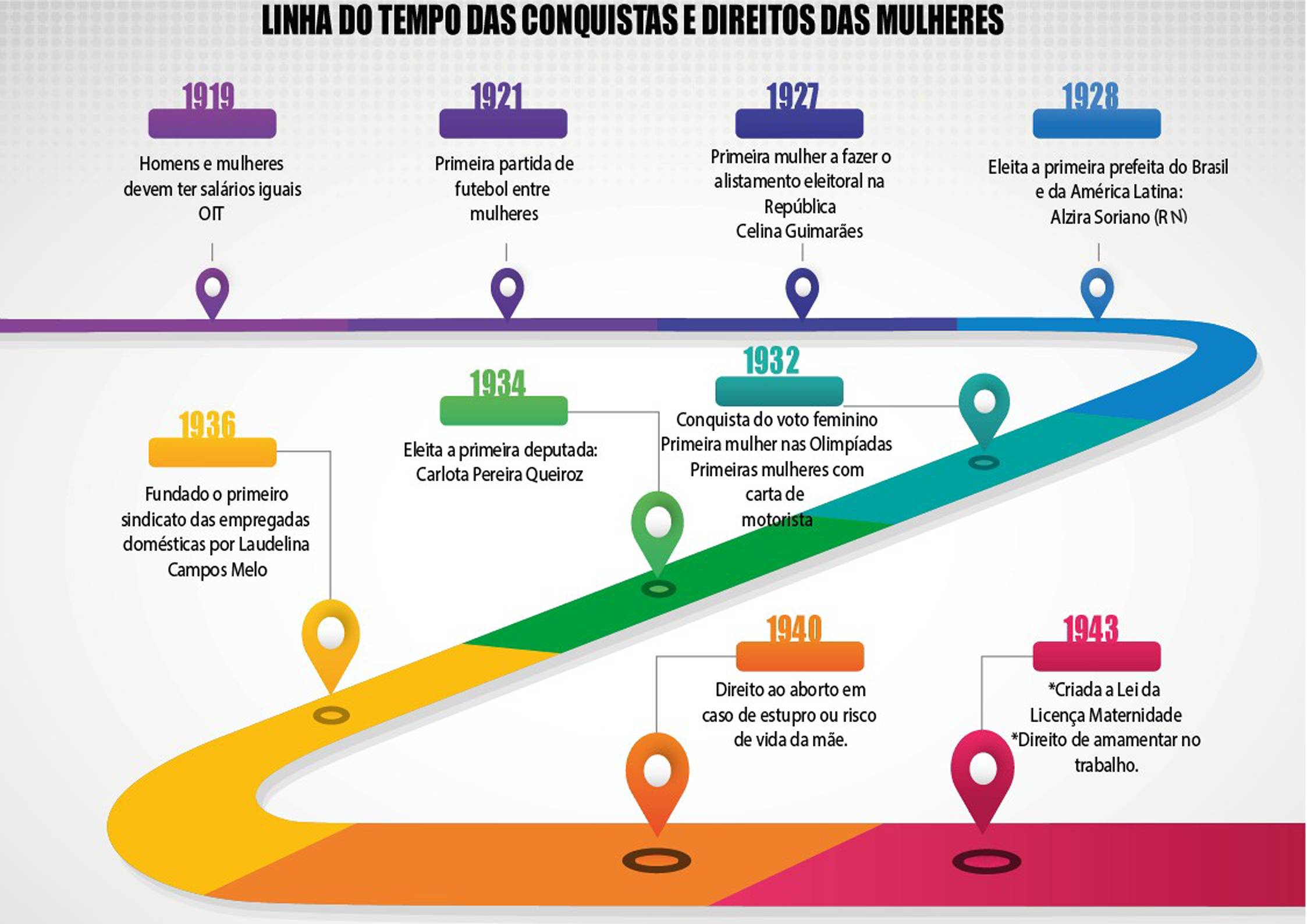
Acesso em: 05/04/2021

LINHA DO TEMPO DOS DIREITOS E CONQUISTAS DAS MULHERES

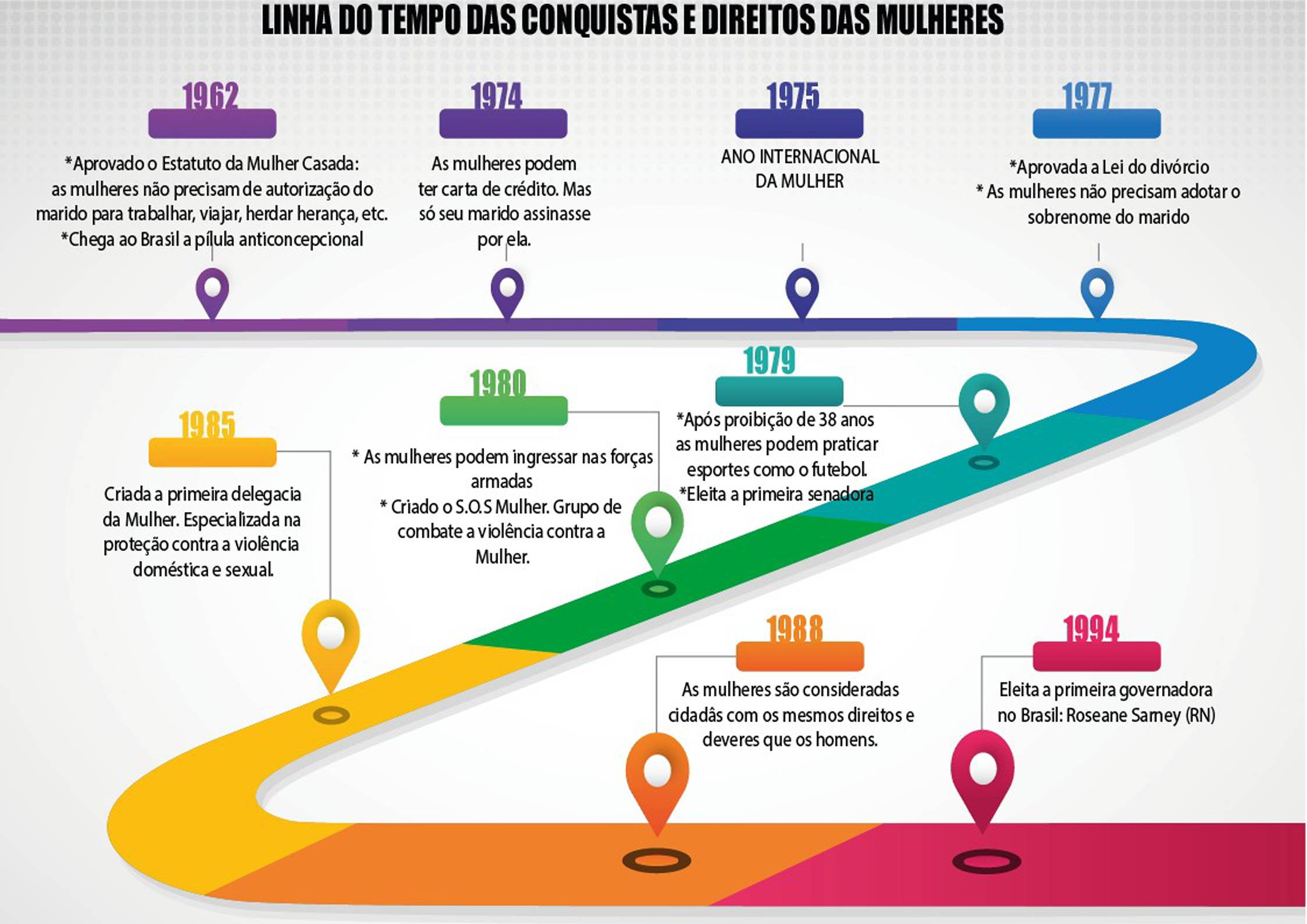
LINHA DO TEMPO DAS CONQUISTAS E DIREITOS DAS MULHERES



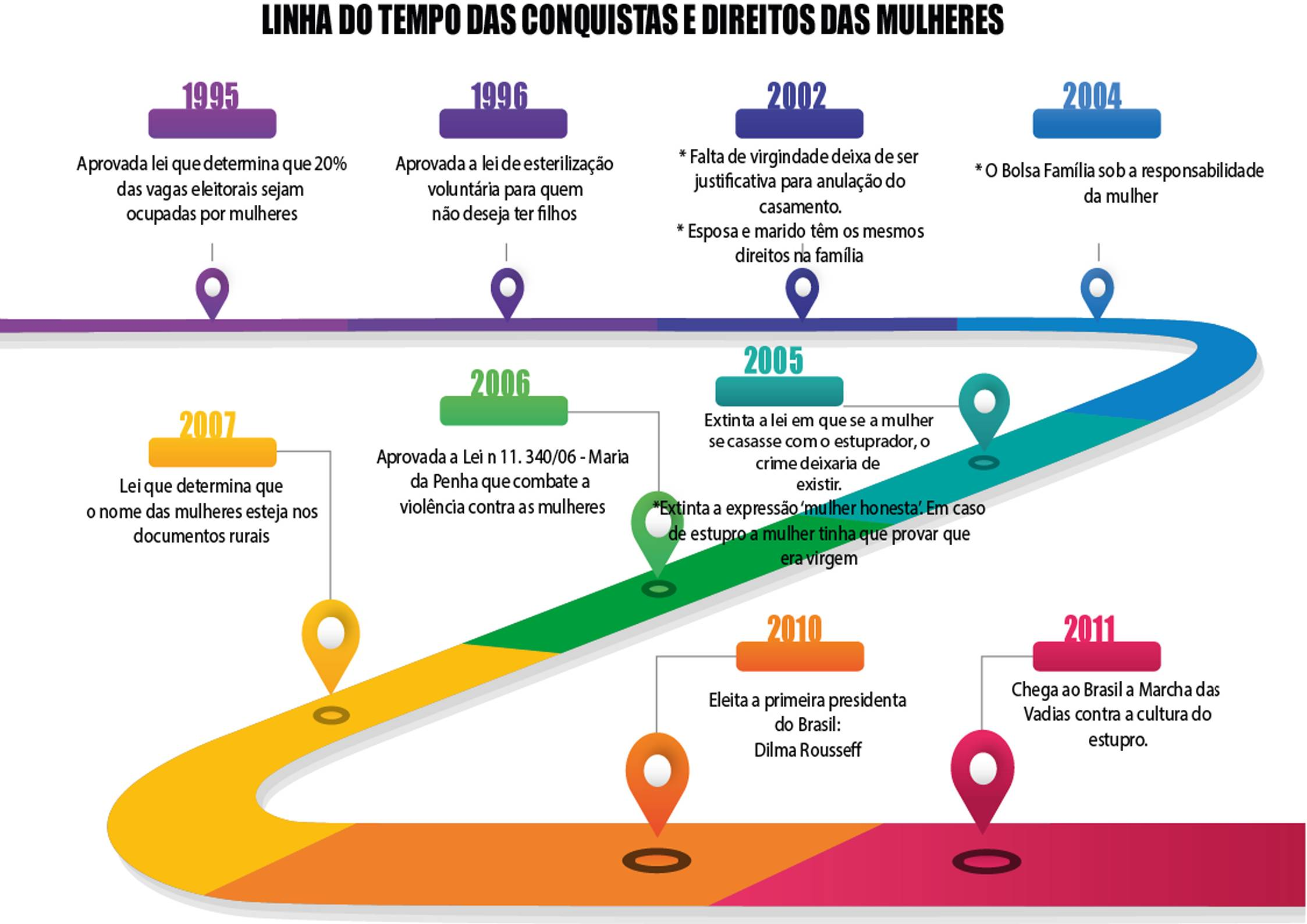
LINHA DO TEMPO DAS CONQUISTAS E DIREITOS DAS MULHERES



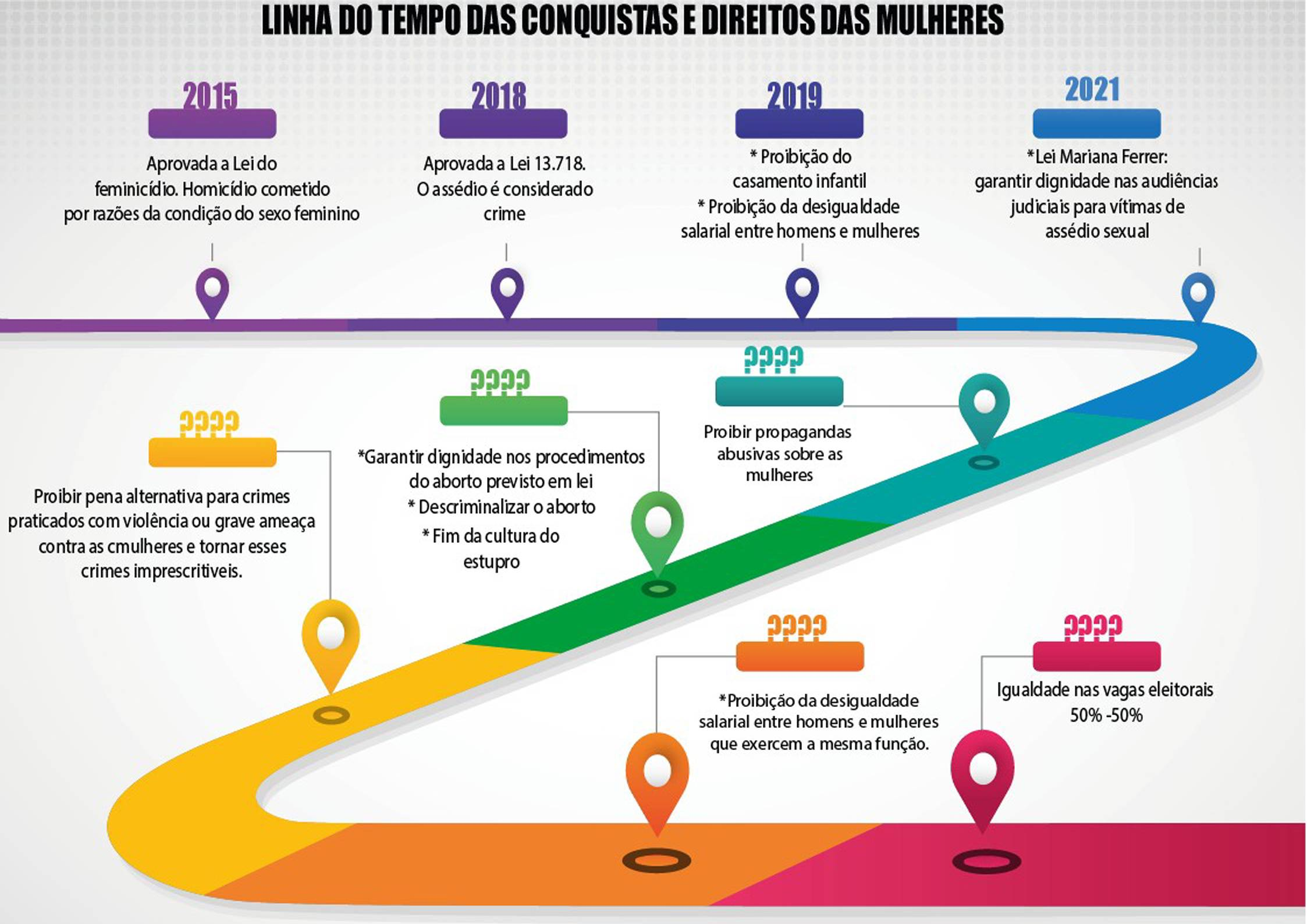
LINHA DO TEMPO DAS CONQUISTAS E DIREITOS DAS MULHERES



LINHA DO TEMPO DAS CONQUISTAS E DIREITOS DAS MULHERES



LINHA DO TEMPO DAS CONQUISTAS E DIREITOS DAS MULHERES



CONQUISTAS DAS MULHERES

LUTA: EDUCAÇÃO

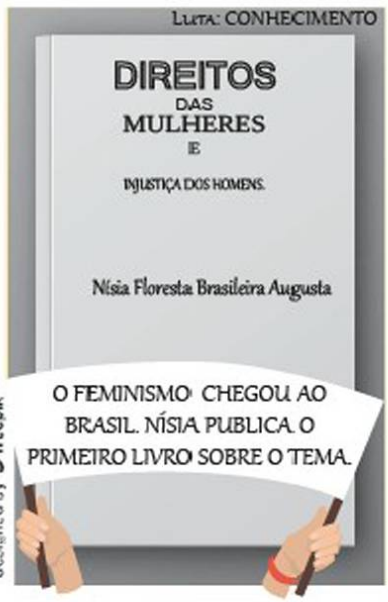


FORAM CRIADAS ESCOLAS PARA MENINAS.

designed by freepik

CONQUISTAS DAS MULHERES

LUTA: CONHECIMENTO



O FEMINISMO CHEGOU AO BRASIL. NÍSIA PUBLICA O PRIMEIRO LIVRO SOBRE O TEMA.

designed by freepik

CONQUISTAS DAS MULHERES

LUTA: REPRESENTATIVIDADE



CRIAÇÃO DO PRIMEIRO JORNAL FEITO POR MULHERES

designed by freepik

CONQUISTAS DAS MULHERES

LUTA: EDUCAÇÃO



AS MULHERES PODEM ESTUDAR NAS UNIVERSIDADES

designed by freepik

CONQUISTAS DAS MULHERES

LUTA: IGUALDADE



PRIMEIRA MAESTRINA BRASILEIRA: CHIQUINHA GONZAGA

designed by freepik

CONQUISTAS DAS MULHERES

LUTA: CONTRA A VIOLÊNCIA



O MARIDO NÃO TEM MAIS O DIREITO DE IMPÔR CASTIGO FÍSICO À ESPOSA.

designed by freepik

CONQUISTAS DAS MULHERES

LUTA: DIREITOS POLÍTICOS



CRIAÇÃO DO PRIMEIRO PARTIDO POLÍTICO FEMINISTA POR LEOLINDA DALTRO

designed by freepik

CONQUISTAS DAS MULHERES

LUTA: IGUALDADE



AS MULHERES CASADAS PODEM ABRIR CONTAS BANCÁRIAS.

designed by freepik

CONQUISTAS DAS MULHERES

LUTA: IGUALDADE



AS MULHERES PODEM INGRESSAR NOS SERVIÇOS PÚBLICOS

designed by freepik

CONQUISTAS DAS MULHERES



1852
JORNAL FEITO POR MULHERES

CONQUISTAS DAS MULHERES



BRASIL: 1832
PRIMEIRO LIVRO SOBRE O FEMINISMO

CONQUISTAS DAS MULHERES



1827
ESCOLAS PARA MENINAS. ELAS PODEM ESTUDAR!

CONQUISTAS DAS MULHERES



1890
LEI CONTRA O CASTIGO FÍSICO!

CONQUISTAS DAS MULHERES



1885
MULHER PODE REGER UMA ORQUESTRA.

CONQUISTAS DAS MULHERES



1879
MULHERES NAS UNIVERSIDADES

CONQUISTAS DAS MULHERES



1917
AS MULHERES PODEM TRABALHAR NOS SERVIÇOS PÚBLICOS

CONQUISTAS DAS MULHERES



1915
ELAS PODEM TER CONTA BANCÁRIA!

CONQUISTAS DAS MULHERES



1910
CRIADO UM PARTIDO POLÍTICO FEMININO

CONQUISTAS DAS MULHERES

Luta: IGUALDADE



AS MULHERES DEVEM TER O SALÁRIO IGUAL AO DOS HOMENS SE EXERCEREM A MESMA FUNÇÃO

designed by freepik

CONQUISTAS DAS MULHERES

Luta: DIREITO AO ESPORTE



PRIMEIRA PARTIDA DE FUTEBOL ENTRE MULHERES

designed by freepik

CONQUISTAS DAS MULHERES

Luta: DIREITOS POLÍTICOS

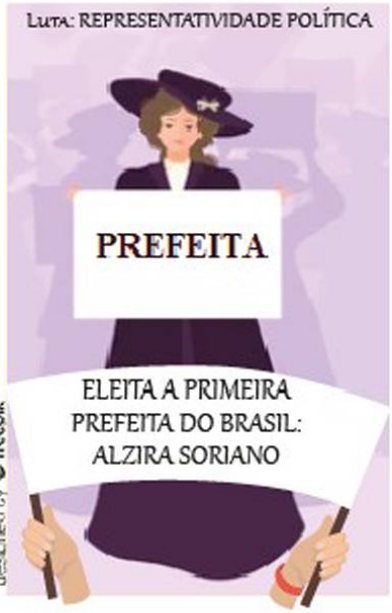


PRIMEIRA ELEITORA DO BRASIL: CELINA GUIMARÃES VIANA

designed by freepik

CONQUISTAS DAS MULHERES

Luta: REPRESENTATIVIDADE POLÍTICA



ELEITA A PRIMEIRA PREFEITA DO BRASIL: ALZIRA SORIANO

designed by freepik

CONQUISTAS DAS MULHERES

Luta: DIREITOS POLÍTICOS



VOTO!

AS MULHERES PODEM VOTAR E SEREM VOTADAS.

designed by freepik

CONQUISTAS DAS MULHERES

Luta: IGUALDADE



DIRIGIR!

PRIMEIRAS MULHERES A TIRAR A CARTA DE HABILITAÇÃO

designed by freepik

CONQUISTAS DAS MULHERES

Luta: DIREITO AO ESPORTE

XIth OLYMPIAD

LOS ANGELES



PRIMEIRA MULHER A PARTICIPAR DAS OLIMPÍADAS PELO BRASIL: MARIA LENK.

designed by freepik

CONQUISTAS DAS MULHERES

Luta: REPRESENTATIVIDADE POLÍTICA



ELEITA A PRIMEIRA DEPUTADA DO BRASIL: CARLOTA PEREIRA DE QUEIRÓS.

designed by freepik

CONQUISTAS DAS MULHERES

Luta: REPRESENTAÇÃO SINDICAL



FUNDADO O PRIMEIRO SINDICATO DAS DOMÉSTICAS: LAUDELINA CAMPOS DE MELO

designed by freepik

CONQUISTAS DAS MULHERES



1927

PRIMEIRA ELEITORA DO BRASIL.

CONQUISTAS DAS MULHERES



1921

BRASIL: FUTEBOL PARA MULHERES.

CONQUISTAS DAS MULHERES



1919

SALÁRIOS IGUAIS PARA AS MESMAS FUNÇÕES.

CONQUISTAS DAS MULHERES



1932

CARTEIRA DE HABILITAÇÃO DE MOTORISTA.

CONQUISTAS DAS MULHERES



1932

CONQUISTA DO DIREITO DE VOTO.

CONQUISTAS DAS MULHERES



1928

ELEITA A PRIMEIRA PREFEITA DO BRASIL.

CONQUISTAS DAS MULHERES



1936

SINDICALIZAÇÃO DAS MULHERES.

CONQUISTAS DAS MULHERES



1934

ELEITA A PRIMEIRA DEPUTADA DO BRASIL.

CONQUISTAS DAS MULHERES



1932

MULHERES NAS OLIMPÍADAS

CONQUISTAS DAS MULHERES

Luta: DIREITO AO CORPO E À SAÚDE



DIREITO AO ABORTO:
EM CASO DE ESTUPRO OU
RISCO DE VIDA DA MULHER.

designed by freepik

CONQUISTAS DAS MULHERES

Luta: DIREITO AO CORPO E À SAÚDE



LICENÇA
MATERNIDADE: LICENÇA
REMUNERADA DE 84 DIAS

designed by freepik

CONQUISTAS DAS MULHERES

Luta: DIREITO AO CORPO E À SAÚDE



DIREITO À LOCAL DE
AMAMENTAÇÃO
NO TRABALHO

designed by freepik

CONQUISTAS DAS MULHERES

Luta: IGUALDADE E LIBERDADE



AS MULHERES NÃO
PRECISAM DE AUTORIZAÇÃO
DO MARIDO PARA TRABALHAR.

designed by freepik

CONQUISTAS DAS MULHERES

Luta: DIREITO FAMILIAR



DIREITO À
HERANÇA.

designed by freepik

CONQUISTAS DAS MULHERES

Luta: DIREITOS REPRODUTIVOS



A PÍLULA CHEGOU!
CONTROLE REPRODUTIVO COM
A PÍLULA ANTICONCEPCIONAL.

designed by freepik

CONQUISTAS DAS MULHERES

Luta: IGUALDADE DE OPORTUNIDADE
DE CRÉDITO

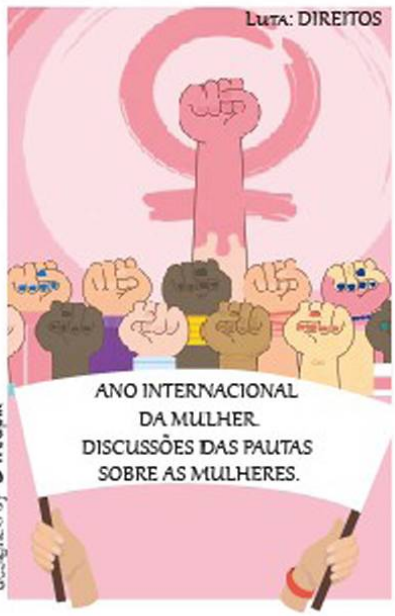


AS MULHERES PODEM
TER CARTA DE CRÉDITO.

designed by freepik

CONQUISTAS DAS MULHERES

Luta: DIREITOS



ANO INTERNACIONAL
DA MULHER.
DISCUSSÕES DAS PAUTAS
SOBRE AS MULHERES.

designed by freepik

CONQUISTAS DAS MULHERES

Luta: DIREITO FAMILIAR



AS MULHERES PODEM SE
DIVORCIAR. FIM DA
OBRIGATORIEDADE DA ADOÇÃO DO
SOBRENOME DO MARIDO.

designed by freepik

CONQUISTAS DAS MULHERES



1943

DIREITO DE AMAMENTAR NO TRABALHO

CONQUISTAS DAS MULHERES



1943

LICENÇA MATERNIDADE.

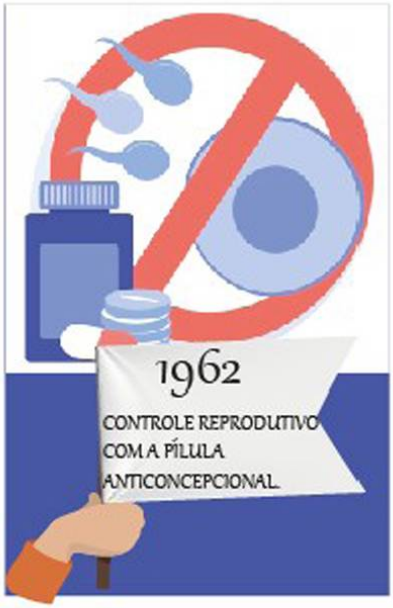
CONQUISTAS DAS MULHERES



1940

DIREITO AO ABORTO.

CONQUISTAS DAS MULHERES



1962

CONTROLE REPRODUTIVO COM A PÍLULA ANTICONCEPCIONAL.

CONQUISTAS DAS MULHERES



1962

DIREITO Á HERANÇA.

CONQUISTAS DAS MULHERES



1962

TRABALHAR SEM PEDIR AUTORIZAÇÃO DO MARIDO

CONQUISTAS DAS MULHERES



1977

DIVORCIAR-SE ESCOLHER SEU SOBRENOME APÓS O CASAMENTO.

CONQUISTAS DAS MULHERES



1975

ANO INTERNACIONAL DA MULHER

CONQUISTAS DAS MULHERES



1974

AS MULHERES PODEM TER CARTA DE CRÉDITO.

CONQUISTAS DAS MULHERES

Luta: DIREITO AO ESPORTE



AS MULHERES PODEM PRATICAR ESPORTES COMO O FUTEBOL.

designed by freepik

CONQUISTAS DAS MULHERES

Luta: REPRESENTATIVIDADE POLÍTICA



ELEITA A PRIMEIRA SENADORA: EUNICE MICHELLES (PSD/AM)

designed by freepik

CONQUISTAS DAS MULHERES

Luta: IGUALDADE



AS MULHERES PODEM INGRESSAR NAS FORÇAS ARMADAS!

designed by freepik

CONQUISTAS DAS MULHERES

Luta: CONTRA A VIOLÊNCIA

SOS MULHER

CRIADA A ONG S.O.S MULHER. PRIMEIRO GRUPO DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER.

designed by freepik

CONQUISTAS DAS MULHERES

Luta: CONTRA A VIOLÊNCIA



Defesa da MULHER

CRIAÇÃO DA PRIMEIRA DELEGACIA DA MULHER. ESPECIALIZADA NA PROTEÇÃO CONTRA A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E SEXUAL

designed by freepik

CONQUISTAS DAS MULHERES

Luta: DIREITOS CIVIS



MULHERES SÃO CONSIDERADAS CIDADÃS COM OS MESMOS DIREITOS E DEVERES DOS HOMENS.

designed by freepik

CONQUISTAS DAS MULHERES

Luta: REPRESENTATIVIDADE POLÍTICA



ELEITA A PRIMEIRA GOVERNADORA NO BRASIL: ROSEANA SARNEY (PMDB/MA)

designed by freepik

CONQUISTAS DAS MULHERES

Luta: DIREITOS POLÍTICOS



20% DAS CHAPAS ELEITORAIS DEVEM SER OCUPADAS POR MULHERES.

designed by freepik

CONQUISTAS DAS MULHERES

Luta: DIREITO AO CORPO E À SAÚDE



DIREITO DE DECIDIR NÃO TER FILHOS: ESTERILIZAÇÃO VOLUNTÁRIA.

designed by freepik

CONQUISTAS DAS MULHERES



1980
MULHERES NAS FORÇAS ARMADAS

CONQUISTAS DAS MULHERES



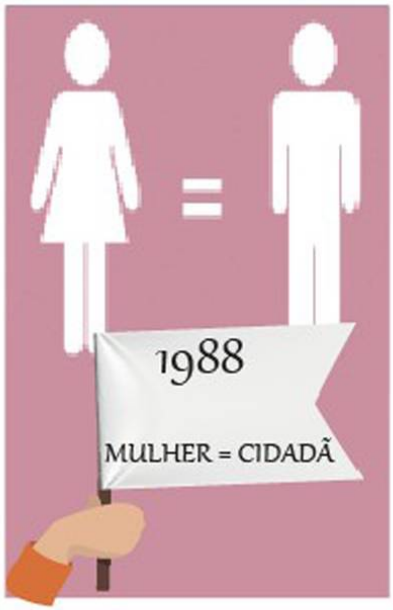
1979
PRIMEIRA SENADORA BRASILEIRA

CONQUISTAS DAS MULHERES



1979
DIREITO DE PRATICAR ESPORTES

CONQUISTAS DAS MULHERES



1988
MULHER = CIDADÃ

CONQUISTAS DAS MULHERES



1985
CRIADA A DELEGACIA DA MULHER.

CONQUISTAS DAS MULHERES



1980
GRUPOS DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

CONQUISTAS DAS MULHERES



1996
DIREITO DE DECIDIR NÃO TER FILHOS

CONQUISTAS DAS MULHERES



1995
MULHERES NAS ELEIÇÕES.

CONQUISTAS DAS MULHERES



1994
PRIMEIRA GOVERNADORA.

CONQUISTAS DAS MULHERES

Luta: CONTRA A VIOLÊNCIA



FALTA DE VIRGINDADE DEIXA DE SER JUSTIFICATIVA QUE PERMITIA A ANULAÇÃO DO CASAMENTO.

designed by freepik

CONQUISTAS DAS MULHERES

Luta: DIREITO FAMILIAR



A ESPOSA E O MARIDO TEM OS MESMOS DIREITOS NA FAMÍLIA.

designed by freepik

CONQUISTAS DAS MULHERES

Luta: DIREITO FAMILIAR



PROGRAMA DE AJUDA FINANCEIRA SOB A RESPONSABILIDADE DA MULHER

designed by freepik

CONQUISTAS DAS MULHERES

Luta: CONTRA A VIOLÊNCIA

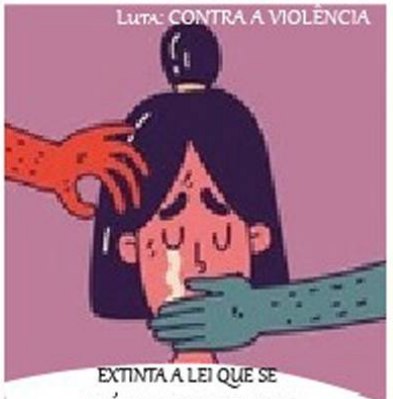


EXTINTA A EXPRESSÃO "MULHER HONESTA". SÓ "HONESTAS", OU SEJA, VIRGENS PODIAM PROCESSAR OS ESTUPRADORES.

designed by freepik

CONQUISTAS DAS MULHERES

Luta: CONTRA A VIOLÊNCIA



EXTINTA A LEI QUE SE A VÍTIMA DE ESTUPRO SE CASASSE COM O AGRESSOR OU OUTRO HOMEM O CRIME DEIXAVA DE EXISTIR

designed by freepik

CONQUISTAS DAS MULHERES

Luta: CONTRA A VIOLÊNCIA



APROVADA A LEI MARIA DA PENHA COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

designed by freepik

CONQUISTAS DAS MULHERES

Luta: DIREITO À PROPRIEDADE



OBRIGATORIEDADE DOS NOMES DAS MULHERES NOS TÍTULOS RURAIS.

designed by freepik

CONQUISTAS DAS MULHERES

Luta: REPRESENTATIVIDADE POLÍTICA



ELEITA A PRIMEIRA PRESIDENTA DO BRASIL: DILMA ROUSSEFF (PT)

designed by freepik

CONQUISTAS DAS MULHERES

Luta: CONTRA A VIOLENCIA



MARCHA DAS VADIAS CHEGA AO BRASIL PROTESTO CONTRA A CRENÇA QUE AS MULHERES VÍTIMAS DE ESTUPRO PROVOCARAM ESSA VIOLÊNCIA POR SEU COMPORTAMENTO.

designed by freepik

CONQUISTAS DAS MULHERES



2004

RESPONSABILIDADE DA BOLSA FAMÍLIA

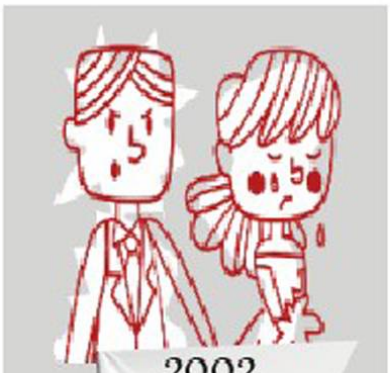
CONQUISTAS DAS MULHERES



2002

ESPOSA E MARIDO TÊM OS MESMOS DIREITOS NA FAMÍLIA

CONQUISTAS DAS MULHERES



2002

FALTA DE VIRGINDADE DEIXA DE SER CRIME.

CONQUISTAS DAS MULHERES



2006

CRIADA A LEI MARIA DA PENHA

CONQUISTAS DAS MULHERES



2005

ESTUPRO É CRIME EM QUALQUER SITUAÇÃO.

CONQUISTAS DAS MULHERES



2005

EXTINTA A EXPRESSÃO "MULHER HONESTA"

CONQUISTAS DAS MULHERES



2011

MARCHA DAS VADIAS CHEGA AO BRASIL

CONQUISTAS DAS MULHERES



2010

ELEITA A PRESIDENTA DO BRASIL.

CONQUISTAS DAS MULHERES



2007

NOME DA MULHER NAS PROPRIEDADES RURAIS.

CONQUISTAS DAS MULHERES

Luta: CONTRA A VIOLÊNCIA



APROVADA A LEI DO FEMINICÍDIO CRIME DE HOMICÍDIO COMETIDO PELAS RAZÕES DA CONDIÇÃO DO SEXO FEMININO- POR ELA SER MULHER.

designed by freepik

CONQUISTAS DAS MULHERES

Luta: CONTRA A VIOLÊNCIA

ASSÉDIO É CRIME



APROVADA A LEI 13.718. ASSÉDIO É CONSIDERADO CRIME.

TOCOU? SE ESFREGOU? DENUNCIE!

designed by freepik

CONQUISTAS DAS MULHERES

Luta: CONTRA A VIOLÊNCIA



PROIBIÇÃO LEGISLATIVA DO CASAMENTO INFANTIL NO BRASIL

designed by freepik

CONQUISTAS DAS MULHERES

Luta: CONTRA A VIOLÊNCIA



LEI MARIANA FERRER: DIGNIDADE DURANTE AS AUDIÊNCIAS JUDICIAIS PARA VÍTIMAS DE ASSÉDIO SEXUAL

designed by freepik

TENTATIVA DE RETROCESSO



PROIBIÇÃO DA PRÁTICA DE ESPORTES DITOS DE "HOMEM"

designed by freepik

TENTATIVA DE RETROCESSO



ESTERILIZAÇÃO OBRIGATÓRIA DE MULHERES NEGRAS

designed by freepik

TENTATIVA DE RETROCESSO



PROIBIR E CRIMINALIZAR O ABORTO EM QUALQUER SITUAÇÃO.

designed by freepik

TENTATIVA DE RETROCESSO



EXTINÇÃO DAS COTAS PARA AS MULHERES NAS CHAPAS ELEITORAIS

designed by freepik

TENTATIVA DE RETROCESSO



BOLSA ESTUPRO
PARA MULHERES QUE ENGRAVIDARAM DE ESTUPRADORES E NÃO TÊM CONDIÇÕES FINANCEIRAS PARA CRIAR A CRIANÇA.

designed by freepik

CONQUISTAS DAS MULHERES



CONQUISTAS DAS MULHERES



CONQUISTAS DAS MULHERES



TENTATIVA DE RETROCESSO



1982
ESTERILIZAÇÃO OBRIGATÓRIA DEMULHERES NEGRA

TENTATIVA DE RETROCESSO



1941
PROIBIÇÃO DE PRÁTICA DE ESPORTES DITOS DE "HOMEM".

CONQUISTAS DAS MULHERES



TENTATIVA DE RETROCESSO



2021
BOLSA ESTUPRO..

TENTATIVA DE RETROCESSO



2019
EXTINGUIE A COTA DAS MULHERES NAS ELEIÇÕES

TENTATIVA DE RETROCESSO



2016
PROIBIR E CRIMINALIZAR O ABORTO EM QUALQUER SITUAÇÃO...

TENTATIVA DE RETROCESSO



Veto ao Acesso universal à educação sexual: BRASIL no Conselho dos Direitos Humanos da ONU

designed by freepik

CONQUISTAS DAS MULHERES

Luta: CONTRA A VIOLÊNCIA



PROIBIDA APLICAÇÃO DE PENA ALTERNATIVA PARA CRIMES PRATICADOS COM VIOLÊNCIA OU GRAVE AMEAÇA CONTRA AS MULHERES E TORNAR ESSES CRIMES IMPRESCRITÍVEIS.

designed by freepik

CONQUISTAS DAS MULHERES

Luta: DIREITO AO CORPO E À SAÚDE



DECIDIR SOBRE O SEU CORPO.

DESCRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO

designed by freepik

CONQUISTAS DAS MULHERES

Luta: IGUALDADE



PROIBIÇÃO DA DESIGUALDADE SALARIAL

designed by freepik

CONQUISTAS DAS MULHERES

Luta: CONTRA A VIOLÊNCIA



DIGNIDADE NA REALIZAÇÃO DO ABORTO PREVISTO EM LEI.

designed by freepik

CONQUISTAS DAS MULHERES

Luta: CONTRA A VIOLÊNCIA



FIM DA CULTURA DO ESTUPRO

designed by freepik

FIM DA CULTURA DO ESTUPRO

CONQUISTAS DAS MULHERES

Luta: IGUALDADE



IGUALDADE DE OPORTUNIDADE DE TRABALHO, SEM DISCRIMINAÇÃO DE RAÇA E GÊNERO.

designed by freepik

CONQUISTAS DAS MULHERES

Luta: CONTRA A VIOLÊNCIA



CONTRA OS ESTEREÓTIPOS

PROIBIÇÃO DE PROPAGANDAS ABUSIVAS SOBRE AS MULHERES.

designed by freepik

CONQUISTAS DAS MULHERES

Luta: DIREITOS POLÍTICOS



IGUALDADE NAS VAGAS ELEITORAIS - 50% MULHERES, 50% HOMENS

designed by freepik

PARA SER CONQUISTADO



DESCRIMINALIZAR O ABORTO.

CARREGANDO

PARA SER CONQUISTADO



CRIME CONTRA MULHER= CRIME IMPRESCRITÍVEL

CARREGANDO

TENTATIVA DE RETROCESSO



2020
Veto ao Acesso universal à educação sexual: BRASIL no Conselho dos Direitos Humanos da ONU

PARA SER CONQUISTADO



FIM DA CULTURA DO ESTUPRO

CARREGANDO

PARA SER CONQUISTADO



DIGNIDADE NA REALIZAÇÃO DO ABORTO PREVISTO EM LEI.

CARREGANDO

PARA SER CONQUISTADO



PELA IGUALDADE SALARIAL

CARREGANDO

PARA SER CONQUISTADO



IGUALDADE DE OPORTUNIDADE DE TRABALHO SEM DISCRIMINAÇÃO DE RAÇA E GÊNERO.

CARREGANDO

PARA SER CONQUISTADO



PROIBIÇÃO DE PROPAGANDAS ABUSIVAS SOBRE AS MULHERES.

CARREGANDO

PARA SER CONQUISTADO



IGUALDADE NAS VAGAS ELEITORAIS - 50% MULHERES, 50% HOMENS

CARREGANDO

LINHA DO TEMPO DAS CONQUISTAS E DIREITOS DAS MULHERES

PARA SABER MAIS ACESSE O GUIA DO JOGO PELO QRCODE

JOGO DESENVOLVIDO COMO PRODUTO DO MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA - PROF-HISTÓRIA UFPR-2022

CRIADO POR: DENISE R CRUZ.

ORIENTAÇÃO: MARTHA D HAMEISTER

Ordene as cartas de conquistas cronologicamente.

ANO INTERNACIONAL DA MULHER

1975

?

?

QUANDO AS MULHERES CONQUISTARAM O DIREITO AO VOTO?

QUANDO ELAS CONQUISTARAM O DIREITO DE VIAJAR E TRABALHAR SEM AUTORIZAÇÃO DO MARIDO?

QUANDO ELAS TIVERAM O DIREITO A IR PARA A ESCOLA?

QUANDO O FEMINISMO CHEGOU AO BRASIL?

Preparação do Jogo:

1- Distribuir para cada jogador 5 cartas. As datas para baixo. 2- Colocar as cartas que sobraram na mesa. Pegar 1 carta do baralho e desvirá-la, mostrando a data. Essa é a carta inicial da linha do tempo do jogo e deve ser colocada no centro da mesa.

MODO DE JOGAR/REGRAS DO JOGO:

1- O jogador mais novo começa.
2- Na sua vez cada jogador colocará uma carta na linha do tempo de forma cronológica. Antes ou depois das cartas desviradas na mesa.
3- Após colocar a carta o jogador deve virá-la para conferir se a posição é a correta na linha do tempo.
4- Se a carta estiver no lugar errado, o jogador deve recolocar a carta no meio do baralho e pegar uma nova carta.
5- Existem 9 cartas de conquistas que ainda não existem. Caso o jogador pegue uma dessas cartas deve posicioná-la abaixo da carta central e dizer "EM LUTA"
6- O jogador vencedor será aquele que colocar por primeiro todas as suas cartas na mesa em ordem cronológica correta.

2-4 JOGADORES

12+

12 + ANOS

DURAÇÃO 15 MINUTOS



JUNTE-SE À LUTA!

Derrote os preconceitos contra as mulheres.

designed by freepik

JUNTE-SE À LUTA: DERROTE OS PRECONCEITOS CONTRA AS MULHERES.

O jogo de cartas Junte-se à Luta pode ser jogado por até 6 jogadores em duplas e requer que exista um árbitro nas rodadas chamado decisor. O jogo contém 12 cartas com frases preconceituosas, 12 cartas da rodada - decisor com desafios, 68 cartas-ação com estratégias feministas para derrotar os preconceitos e quatro cartas coringa/sorte. As cartas-frases que devem ser derrotadas foram construídas inspiradas nos preconceitos históricos sobre as mulheres. Elas são datadas, ainda que possamos escutar as mesmas falas do século XIX em pleno século XXI. O objetivo do jogo consiste na ação de escolher uma carta ação para derrotar a carta frase e cumprir com o desafio da rodada, vencendo aquela dupla que ganhar mais rodadas e portanto ter mais cartas frases derrotadas.

As cartas ação foram produzidas com estratégias que as feministas encontraram para lutar pela conquista de direitos e contra os preconceitos e também com cartas de aplicação de leis. As cartas decisor contêm desafios para cada rodada da partida que consistem em levar o jogador/estudante a refletir sobre a ação da carta escolhida para vencer a carta preconceituosa, assim dinamizando o jogo. A figura do decisor, que preferencialmente deve ser do professor, atua como árbitro das rodadas, atentando-se para possíveis anacronismos nas escolhas de cartas-ação, uma vez que não dá para jogar a carta de denúncia nas redes sociais para uma carta de preconceito que data do século XIX. O decisor também atua para que as regras sejam respeitadas durante o cumprimento dos desafios e para decidir o vencedor das rodadas. Em caso de anacronismo ou de não cumprimento do desafio o jogador será desclassificado daquela rodada, podendo retornar ao iniciar a próxima.

Este jogo tem por objetivo de aprendizagem que os estudantes/jogadores insiram-se na luta que as mulheres brasileiras enfrentaram historicamente. Leiam e escutem os discursos dos detratores do feminismo e de suas lutas. E dentro desse círculo mágico do jogo, os alunos/jogadores "transportem-se" para esses contextos e

com as suas cartas poderão derrotar esses discursos. Para isso terão ao seu dispor/sorte, estratégias de luta que as feministas utilizaram e utilizam para entender como as mulheres puderam lutar. Terão em suas mãos também algumas leis que podem até tornar aquela frase/ação um crime. Assim, no espaço temporal e espacial do jogo, este estudante/jogador(a) vai poder se juntar a luta das feministas. E ao ser instigado a desenvolver uma ação através da carta da rodada com um desafio espera-se que possa ajudá-los a construir uma criticidade sobre os preconceitos que permeiam discursos sejam do século passado ou da atualidade.

Os estudantes/jogadores(as) podem assim, perceber através das frases de detratores as permanências e mudanças de discursos sobre as mulheres. Perceber historicamente e temporalmente as pautas de lutas, as estratégias de luta, a conquista de direitos e a ação de feministas nesse processo. Por outro lado, esse estudante/jogador(a) terá que se atentar para dados históricos, datas e suas ações devem condizer com seu contexto histórico, não podendo cometer o "crime" do anacronismo. Ainda que muitas das cartas-ação possam ser amplamente colocados no jogo.

FICHA TÉCNICA DO JOGO

Idade dos jogadores	+ 12 anos
Quantidade de jogadores	4 a 6 jogadores (duplas) + intermediador
Tempo de partida	25 minutos
Mecânica de jogo	Seleção e ordenação de cartas.
Quantidade de cartas	96 (12 cartas-frase; 12 cartas da rodada- decisor; 68 cartas ação sendo-16 cartas aplicabilidade das leis e 52 cartas estratégias e 4 cartas coringa)
Tamanho das cartas	Cartas-frase: 7cm x 10 cm Cartas decisor: 6cm x 6 cm Cartas-ação: 7cm x 4,5 cm
Objetivo do jogo	Vencer as rodadas e acumular mais cartas-frase.
Objetivo de aprendizagem	Conhecer as pautas de luta e as estratégias empreendidas pelas

	feministas para conquistá-las

Preparação do jogo:

- Cada jogador deve receber 12 cartas-ação;
- Deixar as cartas frase e decisor viradas para baixo.
- As duplas devem sentar-se um em frente ao outro, de forma que não vejam suas cartas.

MODO DE JOGAR/REGRAS DO JOGO:

1- O decisor deve virar uma carta-frase e uma carta decisor.

2- Os jogadores um de cada vez devem escolher uma carta para vencer a carta-frase e cumprir o desafio da carta decisor.

3- Existem cartas coringa no conjunto. Você pode aplicar quando quiser.

4- O decisor decide se as cartas são válidas para vencer a carta-frase e quem venceu a rodada da carta decisor.

5- Quem ganha a rodada recebe a carta-frase.

6- Ganha a dupla que acumular mais cartas-frase

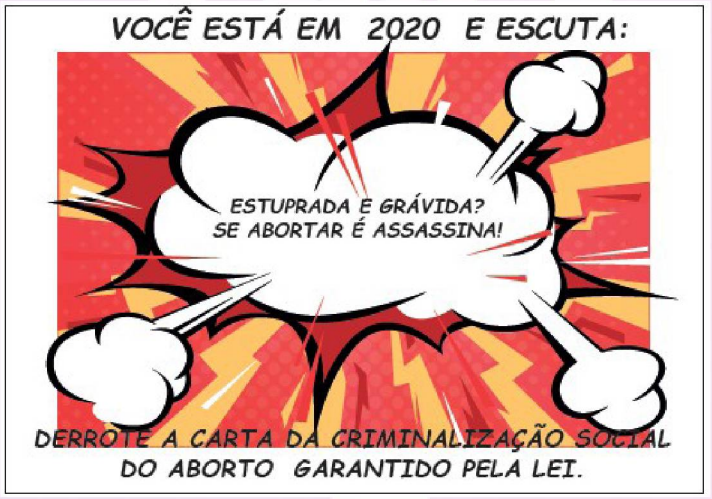
Cartas do Jogo Junte-se à luta

A ideia do jogo é que alunas e alunos possam entender algumas pautas de luta do movimento feminista, representadas por cartas-frase com frases preconceituosas que as mulheres enfrentaram. Foram escolhidas 12 frases que perpassam preconceitos contra o direito à educação, direitos políticos, ao aborto, contra o próprio feminismo e feministas. Que falam sobre a violência doméstica, a cultura do estupro, o racismo, a gordofobia, assédio, o machismo, o determinismo biológico e a desigualdade no ambiente de trabalho. As frases foram editadas e reescritas para que pudessem ter sentido nas cartas.

Para o layout dessas cartas optou-se por dar-lhes um fundo de história em quadrinhos, com balões de fala que remetem a gritos, explosões e terror, uma vez que as falas reproduzidas dizem respeito a preconceitos machistas. O verso das cartas

escolhemos colocar o nome do jogo e a imagem que reproduz o icônico pôster Rosie The Reviter de 1940 com o slogan *We can do it* (Nós damos conta/Nós podemos fazer isso) Imagem que promovia o trabalho das mulheres durante a Segunda Guerra Mundial foi reapropriada pelo movimento feminista sendo imitada e parodiada inúmeras vezes com o sentido de empoderamento feminino. Abaixo temos o exemplo das cartas-frase que contém: a data para situar a carta e o aluno, a frase preconceituosa dentro de um balão de fala, o objetivo da rodada com a derrota da carta.

FRENTE DA CARTA FRASE-



VERSO DA CARTA FRASE



As cartas da rodada - Decisor contêm desafios para cada rodada e seu layout seguiu com o fundo de histórias em quadrinhos.

CARTA DECISOR- FRENTE E VERSO



Existem muitas opções entre as cartas - ação para vencer os preconceitos. O (a) estudante/jogador(a) vai escolher entre as possibilidades da sua mão de cartas. E caso for uma carta anacrônica o jogador perde a rodada, podendo retornar na próxima. Escolhemos ilustrar cada carta com uma imagem que represente a ação. Segue os exemplos das cartas ação- Aplicabilidade da Lei, a carta com a estratégia de ação das feministas, a carta coringa e o verso destas cartas ilustradas com o símbolo do feminismo.

APLICABILIDADE DA LEI ESTRATÉGIA DE AÇÃO CARTA CORINGA



3.1 MATERIAL DE APOIO

O material de apoio deste jogo consiste na sugestão de um plano de aula para aplicação do jogo em sala de aula, na contextualização de cada frase preconceituosa e uma breve explicação sobre as estratégias das feministas. Por fim anexamos as cartas do jogo e a caixa.

Características do jogo para a sala de aula:

Este jogo tem três especificidades importantes para sua aplicabilidade em sala de aula. A primeira é o " transporte" do estudante para uma outra realidade, que cria uma vivência a partir das regras, das cartas e dos desafios. Nesse sentido os alunos percorrerão a dupla função do jogo que Johan Huizinga[1] apontou como a luta por alguma coisa ou a representação de alguma coisa. Giacomoni[2] e Pereira afirmam que na realidade abstrata do jogo, no espaço imprevisível, fundado por um tabuleiro e algumas peças, as funções do jogo podem confundir-se de tal modo que o jogo passa a representar uma luta, ou torna-se uma luta para melhor representação de alguma coisa. Mais que nessa realidade, ainda que ilusória existe um certo deslocamento, ou seja, imaginação daquela realidade em que os estudantes podem inserir-se nessa outra realidade.

Esse ponto central da justificativa da utilização do jogo em sala de aula, segundo Giacomoni e Pereira. É dentro do círculo mágico do jogo que levará os jogadores(as) a inserir-se em outra realidade, neste caso das lutas e conquistas feministas, em outros contextos históricos e refletir a partir deles para escolher a melhor estratégia para derrotar a carta. É posicionar-se na mesma situação daquelas mulheres que leram e escutaram estes preconceitos e decidir entre as possibilidades da época a melhor forma de agir. Esta dinâmica do jogo humaniza as feministas e traz suas lutas e estratégias para próximo do estudante. Tão próximo que de sua própria vivência o discente pode ter escutado ou mesmo reproduzido estas falas. A corporificação, se podemos chamá-la assim, das demandas feministas é aproximada do estudante. Eles a vivenciam. Diferentemente de ler sobre a luta por voto, educação, por direito de trabalho, no jogo espera-se que o estudante reflita contra quais ideias

---

1HUIZINGA, J. **Homo Ludens**: o Jogo como Elemento na Cultura. São Paulo: Perspectiva, 2001.
2GIACOMONI, M. P; PEREIRA, N. M. Flertando com o Caos: os jogos no Ensino de História. In: GIACOMONI, M. P; PEREIRA, N. M. (Org). **Jogos e ensino de história**. Porto Alegre: Evangraf, 2013.p. 20.

essas mulheres lutaram, no que estava alicerçados os preconceitos e ajam a partir de uma carta em prol da conquista desse direito.

O segundo elemento é a cooperação entre a dupla de jogadores, apesar dos pontos serem ganhos individualmente a pontuação é de ambos. Ademas, os jogadores precisam cumprir alguns desafios que são jogados em dupla. Essa dinâmica do jogo da carta decisor com desafios foi inserida por dois motivos: a percepção que a interação é um elemento importante e dar a ler entre as linhas que derrotar os preconceitos é uma tarefa que não se consegue fazer sozinho, é uma ação conjunta.

O terceiro elemento diz respeito a criação da carta decisor e da figura imprescindível do decisor no jogo. A carta decisor foi criada para ser um elemento de decisão nas rodadas e a figura do decisor como árbitro. A questão surgiu na produção do jogo, como decidir quem ganharia a rodada e em caso de escolha anacrônica como isso seria apontado. Igualmente refletiu-se que não bastaria escolher uma carta aleatoriamente e colocar na mesa, o intuito é que os estudantes/jogadores refletissem sobre essa escolha. A primeira solução seria pedir-lhes que justificassem sua escolha, mas isso retiraria certa sedução e dinamicidade do jogo. Assim, nasceram as cartas decisor com desafios bastante simples e rápidos, mas que, espera-se acionem os conhecimentos prévios dos alunos em busca de uma boa estratégia de resposta. Já a figura do decisor atua como árbitro para que os anacronismos sejam apontados, os jogadores saiam dessa rodada. Ressalta-se que no jogo, mesmo o erro é fator positivo, pois os jogadores e os seus pares podem compreender qual o erro anacrônico cometido e não repeti-lo. O decisor também decide o vencedor da rodada ou os pontos de cada rodada, solução encontrada para a decisão de quem e como se vence o jogo.

Sugestão de Plano de Aula:

O jogo de cartas JUNTE-SE À LUTA: DERROTE OS PRECONCEITOS CONTRA AS MULHERES pode ser aplicado antes, durante ou depois do conteúdo sobre o feminismo em sala de aula. Um jogo colaborativo em que as duplas devem selecionar cartas para derrotar um preconceito e jogar com a carta da rodada Decisor, podendo-se assim percorrer a trajetória do feminismo, a partir dos preconceitos que as mulheres sofreram e suas estratégias de luta. Para tanto, sugerimos a aplicação do jogo e seu desenvolvimento em cinco aulas.

PLANO DE AULA SOBRE O FEMINISMO[3]	
ANO:	9º ANO
UNIDADES TEMÁTICAS:	O nascimento da República no Brasil e os processos históricos até a metade do século XX Modernização, ditadura civil-militar e redemocratização: o Brasil após 1946
OBJETOS DO CONHECIMENTO:	Anarquismo e protagonismo feminino O processo de redemocratização A Constituição de 1988 e a emancipação das cidadanias (analfabetos, indígenas, negros, jovens etc.) A história recente do Brasil: transformações políticas, econômicas, sociais e culturais de 1989 aos dias atuais Os protagonismos da sociedade civil e as alterações da sociedade brasileira A questão da violência contra populações marginalizadas
HABILIDADES DA BNCC:	(EF09HI08) Identificar as transformações ocorridas no debate sobre as questões da diversidade no Brasil durante o século XX e compreender o significado das mudanças de abordagem em relação ao tema. (EF09HI23) Identificar direitos civis, políticos e sociais

3 Plano de aula criado a partir dos objetivos e habilidades propostos na BNCC.
BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2018.
Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf> Acessado em: 30/12/2019.

	expressos na Constituição de 1988 e relacioná-los à noção de cidadania e ao pacto da sociedade brasileira de combate a diversas formas de preconceito, como o racismo. (EF09HI24) Analisar as transformações políticas, econômicas, sociais e culturais de 1989 aos dias atuais, identificando questões prioritárias para a promoção da cidadania e dos valores democráticos. (EF09HI26) Discutir e analisar as causas da violência contra populações marginalizadas (negros, indígenas, mulheres, homossexuais, camponeses, pobres etc.) com vistas à tomada de consciência e à construção de uma cultura de paz, empatia e respeito às pessoas.
OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM:	Conhecer as pautas de luta e as estratégias empreendidas pelas feministas para conquistá-las
DURAÇÃO:	5 AULAS
RECURSOS E MATERIAIS:	Jogo de cartas, quadro e giz.

METODOLOGIA

INTRODUÇÃO AO TEMA E APLICAÇÃO DO JOGO:

Na **AULA 1** sugere-se que o docente inicie a aula com o jogo, explique as regras e convide os estudantes a jogarem. O jogo consiste em 12 rodadas que podem ser jogadas em grupos ou de forma coletiva, que é uma alternativa para turmas muito grandes. Na primeira alternativa escolhe-se um grupo de estudantes para jogar, podendo dividi-los por rodadas. Na segunda alternativa divide-se a turma em grupos de 4 a 5 estudantes entrega-lhes as cartas e em cada rodada dois alunos de cada grupo vão escolher uma carta e cumprir o desafio.

O JOGO E AS ONDAS DO FEMINISMO: REFLEXÕES

Na **AULA 2 e 3** o professor retoma as frases preconceituosas e as estratégias de luta feministas dividindo-as nas ondas do feminismo conforme a data da carta. Espera-se que os estudantes percebam que alguns dos preconceitos são

recorrentes em todos os contextos históricos e que em seu próprio cotidiano podem ouvi-los.

PRODUÇÃO DE NOVAS CARTAS E NOVA RODADA DE JOGOS.

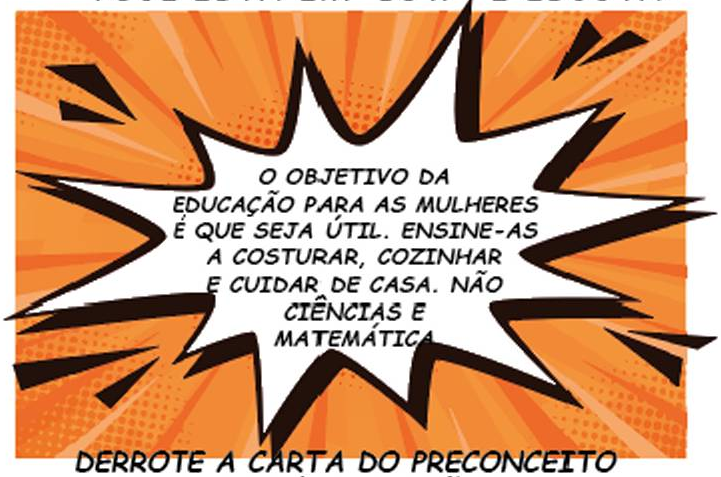
Na **AULA 4** o docente retoma a temática sugerindo que os estudantes produzam cartas-frase a partir da sua vivência e de suas pesquisas e escolham as cartas-ação que vão vencê-las. Nessa atividade os alunos podem usar os mesmos temas das cartas originais como educação, política, racismos, preconceitos no trabalho, mas com novas frases.

Na **AULA 5** sugere-se que o professor reaplique a dinâmica do jogo, mas com as novas cartas produzidas pelos estudantes.

AS FRASES DAS CARTAS-FRASES

Segue-se uma breve contextualização e explicação das frases preconceituosas utilizadas no jogo e das cartas de estratégia. Em seguida foram anexadas as cartas do jogo e a caixa.

VOCÊ ESTÁ EM 1847 E ESCUTA:



DERROTE A CARTA DO PRECONCEITO
CONTRA O DIREITO À EDUCAÇÃO DAS MULHERES

CONTRA A EDUCAÇÃO FEMININA

No século XIX....

Essa crítica foi escrita no artigo do Jornal Mercantil (RJ) ao Colégio Augusta em 1838:
"Notaremos apenas a D. Floresta que se esquece um tanto do verdadeiro fim da educação, que é o de adquirir conhecimentos úteis e não vencer dificuldades, sem nenhuma utilidade real" (CASTRO, 2010, p.251)

Colégio Augusta foi fundado em 1838 por Nísia Floresta. Colégio só para meninas inovou ao dar acesso às ciências, com aulas de inglês, italiano, francês, história, geografia, matemática, caligrafia, latim, português, música, dança, desenho e educação física. Uma grade curricular bem parecida com os dos colégios para meninos. A crítica fica por conta dessa grade que não privilegiava as prendas do lar e sim as ciências, que diziam ser inútil para as mulheres. Nísia Floresta foi uma feminista que tinha como uma das suas grandes pautas de luta a instrução das meninas, o reconhecimento da inteligência feminina, indicando que a educação e o trabalho eram meios de emancipação das mulheres na sociedade.

Fonte: CASTRO, L. M. **A contribuição de Nísia Floresta para a educação feminina:** pioneirismo no Rio de Janeiro oitocentista. Revista Outros Tempos, Rio de Janeiro, v. 7, n. 10, 2010. p. 251.

Já no século XXI..

Se fosse doutora e tivesse um grau de conhecimento elevado e encontrasse um rapaz que tivesse grau de conhecimento baixo, ele não seria o cabeça, ela seria a cabeça. E se ela fosse a cabeça, não serviria à vontade de Deus. [...] Um homem que tem que ser cabeça. Eles têm que ser cabeça. Porque se eles não forem cabeça o casamento deles está fadado ao fracasso.
Bispo Edir Macedo, 2019.

O bispo da Igreja Universal do Reino de Deus, Edir Macedo apareceu em uma polêmica em 2019 em torno de um vídeo que viralizou no qual ele aparece dizendo que não permitiu que as filhas fizessem faculdade, justificando que caso elas estudassem, seriam cabeças da família e o fracasso seria certo.

Em outra parte do vídeo o Bispo fala que "O que se ensina hoje é: Minha filha nunca vai ficar sujeita a um homem. Então tá. Vai ficar sujeita à infelicidade. Porque não existe família, não existe casamento, porque não existe felicidade a mulher cabeça e o homem corpo. E fracasso. Tanto é que, deve ter mulher aqui que sabem o que está falando. tem mulheres inteligentíssima que não conseguem encontrar o cabeça. Verdade, sim ou não?" Aliando a educação à infelicidade e a falta de um companheiro o bispo enfatiza que o papel do homem é o comando e da mulher a submissão.

Fonte: SOARES, I. **Bispo Edir Macedo diz que mulher não pode ter mais estudo que o marido.** Correio Braziliense. 24/09/2019 20:28
Disponível em:<https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2019/09/24/interna-brasil,789307/bispo-edir-macedo-diz-que-mulher-nao-pode-ter-mais-estudo-que-o-marido.shtml.



CONTRA O VOTO FEMININO

Mônica Karawejczyk (2011) no artigo "O voto feminino no Congresso Constituinte de 1891: Primeiros trâmites legais" analisou os argumentos contrários ao voto feminino e agregou em quatro eixos temáticos:

1- o primeiro versa sobre o perigo da desagregação da família e da degradação da figura da mulher. Segundo a autora esse argumento "exalta a figura feminina na sua missão doméstica e promotora da educação dos filhos e é claramente baseada nos postulados positivistas, tão em voga na época em questão."(p.09)

2- O segundo eixo temático tratava que em "nenhum lugar do mundo civilizado se concedia este privilégio para as mulheres, motivo considerado mais do que satisfatório para se negar este direito no Brasil."

3- Argumentavam em terceiro lugar que o direito ao sufrágio feminino já estava implícito na legislação eleitoral no país e atribuía as mulheres a culpa de não aproveitá-la, posto que na visão deles, as mulheres não queriam esse direito. Para Karawejczyk tal argumento alicerçava a ideia de que as mulheres não tinham capacidade para atuar na vida pública e política.

4- O próximo eixo refere-se a oposição entre gênero masculino e feminino, tanto no quesito capacidade intelectual quanto sentimental e físico. Karawejczyk afirma que para os congressistas a comparação, justificaria a exclusão feminina da vida política, posto que provava a inferioridade das mulheres em todos os quesitos.(p.10)

Os argumentos favoráveis ao voto feminino:

-Giravam em torno de que por princípio na democracia está implícita a ampliação do direito de voto universal que "até as mulheres fossem por ele beneficiadas."

- Inquiriam também sobre os deveres cidadãos que as mulheres cumpriam, como o pagamento de impostos e os interesses nos negócios públicos.

No percurso das lutas das sufragistas estes argumentos contrários e favoráveis ao voto feminino e pela igualdade de direitos entre homens e mulheres foram amplamente utilizados. Muitas foram as estratégias de ações para a conquista desse direito, como a fundação do Partido Republicano Feminino em 1910 por Leolinda Daltro, quando as mulheres não tinham o status de votar e serem votadas, muito menos fundar um partido. As feministas, organizavam marchas, abaixo-assinados, ocupavam espaços públicos e pressionavam políticos.

FONTE: KARAWEJCZYK, Mônica. **O Voto Feminino no Congresso Constituinte de 1891:** Primeiros Trâmites Legais. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011.



CONTRA OS ESTEREÓTIPOS DAS FEMINISTAS

Para Bell Hooks no capítulo "Beleza por dentro e por fora" do livro "O feminismo é para todos" o movimento feminista dos anos 1960 nos Estados Unidos com a bandeira de libertação das mulheres, principalmente de seus corpos e contra o pensamento sexista em que o valor da mulher está na sua imagem causou furor na indústria de moda e de cosméticos ao trazer mudanças no vestuário e na crença da beleza na naturalidade feminina. Assim essas indústrias com temor que a influência das feministas causasse perdas financeiras, financiaram campanhas na mídia "que banalizavam a libertação da mulher criando imagens que sugeriam que feministas eram grandes, hipermasculinizadas, simples, velhas e feias." (p.58)

No Brasil os estereótipos e a representação das feministas nas décadas de 60 e 70 era permeado por zombaria e antifeminismo nos meios de comunicação. Para Cintia Lima Crescêncio no artigo "Antifeminismo e ressentimento: As mulheres no O Pasquim"(2017) aponta que no periódico se tinha uma inovação linguística, com piadas escritas, entrevistas, reportagens, charges e tirinhas para zombar das femininistas. Uso de estereótipos era imensa e a representação das feministas eram de mulheres feias, mal-humoradas, mal-amadas, solteironas e lésbicas. Em 1972 aconteceu a entrevista de Betty Friedan autora do emblemático "Mística Feminina" para a segunda onda do feminismo. Nesse livro a autora discute a crise da identidade feminina ao analisar a construção da imagem da mulher como dona de casa, mãe e esposa.

Os jornalistas do periódico receberam a feminista com gozação e falta de respeito e reforçaram esterieótipos como feia e mal-humorada. Crescêncio aponta que houve manipulação na divulgação de declarações da feminista e questionamentos superficiais por parte da imprensa.

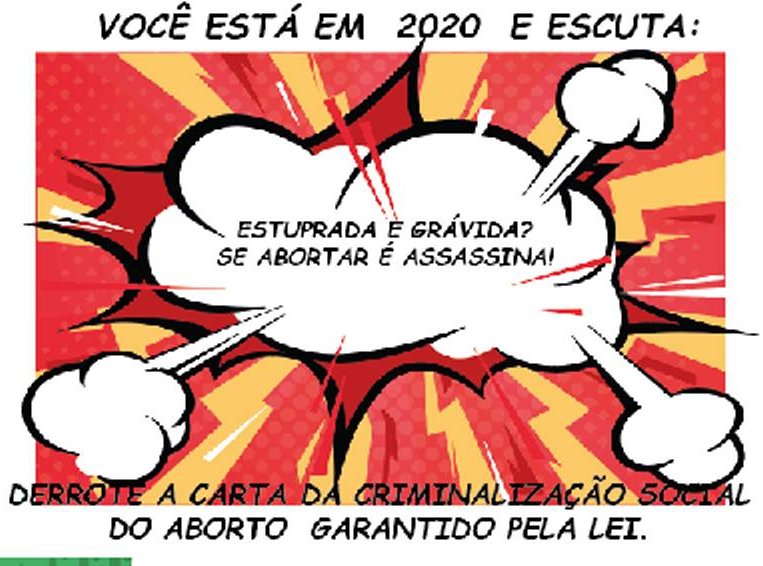
Para Bell Hooks uma forma de derrotar esse tipo de estereótipo é levando o conhecimento sobre o feminismo, mas também ocupando a indústria da moda e revendo essa cultura sexista sobre os corpos femininos.

No Brasil, as feministas ocuparam os espaços de mídia e passaram as suas mensagens sobre as lutas do feminismo, mesmo que por meio de mídias machistas e antifeministas. Uma dessas frentes acontece na Marcha das Vadias em que se usa o corpo feminino e o empoderamento.

Fontes:

CRESCÊNCIO, C. L. **Antifeminismo e ressentimento: As mulheres no O Pasquim.** Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017,

HOOKS, B. **O feminismo é para todos:** políticas arrebatadoras. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.



CONTRA A CRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO LEGAL

Frases ditas em 2020 para uma menina capixaba de 10 anos, vítima de abuso sexual por 4 anos que ficou grávida e os familiares decidiram fazer o procedimento de interrupção da gravidez. Em meio ao furor midiático, de políticos, religiosos e médicos a vítima teve que ir até o Estado da Bahia para fazer o procedimento.

A questão da legalização e descriminalização do aborto está nas pautas feministas há muito tempo. Questão polêmica por envolver a política e religião, mesmo quando a lei autoriza desde 1940 o procedimento ante três situações: estupro, perigo para a saúde da mulher e pelo feto ser anencéfalo.

Leila Linhares Barsted no artigo "Legalização e descriminalização: dez anos de luta feminista " (2019, pp. 180-181) aponta os argumentos utilizados pelas feministas no percurso da legalização do aborto:

-O direito ao aborto foi "defendido como um direito inerente à autonomia da vontade do indivíduo quanto às temáticas que dizem respeito ao seu corpo."

-A questão da proteção da saúde da mulher é um importante argumento, uma vez que prática do aborto existe e quando clandestino provoca sequelas. Alia-se a essa questão que as maiores vítimas de sequelas são as mulheres pobres que não dispõem de recursos para ter acesso às clínicas que de alguma forma ofereceriam um atendimento seguro. Através do aborto legalizado essas sequelas seriam eliminadas evidenciando a proteção da saúde da mulher.

-O terceiro argumento diz respeito ao avanço da ciência na detecção de anomalias fetais que inviabilizariam a vida plena do nascituro.

Para Barsted ainda é necessário tratar a legalização do aborto como uma questão política, percebendo-a como uma demanda da cidadania das mulheres. Para tanto, a laicização do debate e do Estado se faz imprescindível.

Todo ano surgem projetos de lei que buscam proibir e criminalizar o aborto em todas as circunstâncias: Podemos citar o PLS 461/2016 do então Senador Pastor Valadares (PDT/RO) que segue em tramitação.

FONTE: MAIA, D. **Menina que engravidou após estupro teve que sair do ES para fazer aborto legal.** Folha de São Paulo, 16 de agosto de 2020. Disponível em: < https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/08/menina-que-engravidou-apos-estupro-teve-que-sair-do-es-para-fazer-aborto-legal.shtml>

BARSTED, L.L. Legalização e descriminalização: dez anos de luta feminista. In: HOLLANDA, H. H. (Org). **Pensamento Feminista Brasileiro:** formação e contexto. RJ: Bazar do Tempo, 2019.

VOCÊ ESTÁ EM 1947 E ESCUTA A MÚSICA:



DERROTE A CARTA DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

CONTRA A VIOLÊNCIA NA MÚSICA

A naturalização da violência contra as mulheres e o machismo pode ser representada pelas letras de músicas que traspassam gêneros musicais e períodos históricos. No estudo de Motta e Valente "O discurso de violência contra mulheres na canção das mídias" aponta-se para as temáticas de violência doméstica, feminicídio, cultura do estupro, objetificação e relacionamento abusivo nas letras das músicas. Segundo Silva, um meio para lutar contra esse tipo de violências contra as mulheres é
entrar com processo contra produtores por "incitar publicamente praticas de crime" previsto no Código Penal Brasileiro no artigo 286 com pena de 3 a 6 meses ou multa. Pode-se também ter reparação civil, caso um grupo ou indivíduo se sinta ofendido pela letra da música e pode pedir indenização por danos morais e materiais. Caso da Música " Só um tapinha" do Bonde do Tigrão que foi alvo de ação civil pela ONG Themis -Gênero e Justiça um grupo de assessoria jurídica com foco nos direitos das mulheres.

Em 2016 uma parceria entre o Estadão, a Agência FCB Brasil e o Disque Denúncia do Rio de Janeiro lançou a campanha " Música de violência" usando o aplicativo de músicas Shazam para Conscientizar os ouvintes do conteúdo violento contra as mulheres. Foram identificadas 350 músicas que eram sinalizadas com um alerta e acompanhava um relato real de vítimas. Apenas 6% dos ouvintes compraram as músicas, o resto foi redirecionado para um link de doações do Disque Denúncia.

FONTE: MOTTA, L.N.T; VALENTE, H.A.D. **O discurso de violência contra mulheres na canção das mídias.** XXVIII Congresso da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música – Manaus - 2018 DISPONÍVEL EM: https://anppom.org.br/anais/anaiscongresso_anppom_2018/5204/public/5204-18346-2-PB.pdf

SILVIA, V. R. **A violência contra as mulheres nas paradas de sucesso.** Gênero e Número, 8 de fevereiro de 2018. http://www.generonumero.media/violencia-contra-mulheres-nas-paradas-de-sucesso/

Outras músicas com conteúdo que incitam ou valorizam a violência contra as mulheres:

Ajoelha e chora

Ajoelha e chora, quanto mais eu passo o laço muito mais ela me adora.

Autor: Tchê Garotos (2000)

Só um tapinha

Um tapinha não dói, só um tapinha.

Autor: MC Naldinho e Dennis DJ (2000)



CONTRA A CULTURA DO ESTUPRO

A recomendação de um policial canadense em 2011 que "as mulheres evitem se vestir como vadias, para não serem vítimas" de abuso sexual deu início ao protesto feministas Marcha das Vadias que chegou a todos os continentes para lutar contra a cultura do estupro que culpa as mulheres pelo crime que foram vítimas.

No Brasil ocorreu em 4 de junho de 2011 em São Paulo.

Para Gomes e Sorj (2014) com o uso do lema " Se ser livre é ser vadia, então somos todas vadias", o movimento subverteu o uso acusatório do termo vadia e ressignificou-o positivamente. O corpo nas marchas têm duplo papel, tanto como objeto de reivindicação, quanto principal meio de protesto, suporte e comunicação. As autoras apontam que as mulheres lançam mão de roupas sensuais batom vermelho e topless, escrevem palavras de ordem como "meu corpo, minhas regras" e assim o corpo tanto é celebrado, quanto é alvo de reflexão sobre a ordem de beleza imposta na sociedade.

O então deputado Jair Bolsonaro teria afirmado em 2016 que a parlamentar Maria do Rosário não merecia ser estuprada por ser muito feia. Em 2019 Bolsonaro foi condenado a pagar por danos morais no valor R$ 20.000,00 e fazer um pedido de desculpas público.

O estupro é crime e que em nenhuma situação é provocado pela vítima, por sua beleza, suas roupas, maquiagem, atitudes, formas de agir e que nenhuma mulher "merece" sofrer essa violência. As formas de luta das mulheres perpassa o conhecimento das leis contra o assédio, as denúncias nas mídias, pelo Disque Denúncia e pelo processo judicial.

Fontes:

CALCAGNO, L. **Maria do Rosário doa valor de indenização paga por Bolsonaro**. Correio Braziliense, 2019. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2019/11/19/interna_politica,807517/maria-do-rosario-doa-valor-de-indenizacao-paga-por-bolsonaro.shtml

GOMES, C.; SORJ, B. **Corpo, geração e identidade: a Marcha das vadias no Brasil**. Soc.estado., Brasília, v. 29, n. 2,p. 433-447, ago.2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922014000200007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 11 ag, de 2020



CONTRA O PRECONCEITO NOS ESPORTES

Frases como "futebol é coisa de homem", " deve ser lésbica" e " não sabe o que está fazendo" são comuns para se referir ao futebol feminino e suas jogadoras. A história do esporte no Brasil é permeado de preconceitos e proibições, desde a sua primeira partida que aconteceu na Zona Leste de São Paulo entre as senhoritas dos bairros Tremembé e Cantareira em 1921. Por ter uma adesão de jovens pertencentes as classes menos favorecidas, as jogadoras eram consideradas malcheirosas, grosseiras e sem classe, em contraste com as mulheres que se arrumavam para assistir aos jogos masculinos. O ano de 1913 por um tempo foi considerado a primeira partida de futebol feminino no Brasil. Mas, depois, foi descoberto que o time "feminino" era, na verdade, composto por homens vestidos de mulher.

Durante o Estado Novo o governo proibiu para as mulheres as práticas esportivas consideradas do mundo masculino, como o futebol. O Decreto nº 3.199 de 14 de abril de 1941 dizia:

"Às mulheres não se permitirá a prática de desportos incompatíveis com as condições de sua natureza, devendo, para este efeito, o Conselho Nacional de Desportos baixar as necessárias instruções às entidades desportivas do país."

Entre as justificativas estava a preservação do corpo da mulher, pois esportes impactantes e violentos poderiam levar a infertilidade. E a mulher estereotipada com a missão de ser mãe não poderia praticar esportes que a impediria de dar filhos a pátria. Algumas mulheres foram presas durante a ditadura militar por praticarem o esporte. Apenas em 1979 que o Decreto foi revogado.

No entanto, persistem os estereótipos sobre as mulheres/meninas que são adeptas do esporte, que reverbera em situações desde a escola, com a quadra e os jogos sendo predominantemente dos meninos até a falta de recursos destinados para os times femininos.

Para saber mais:

BROCH, MARINA. **Histórico do futebol feminino no Brasil:** considerações acerca da desigualdade de gênero. Temporalidades - Revista de História. Edição 35, v.13, n. 1 (jan/jun. de 2021.)
Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/26283>
Acesso em: 25/07/2021



CONTRA O PRECONCEITO NO MUNDO DO TRABALHO

O machismo permeia o mundo do trabalho. A desigualdade salarial e de oportunidade é uma amostra de como as mulheres são tratadas. Segundo pesquisa do DIEESE sobre a inserção das mulheres no mercado de trabalho no 3º trimestre de 2019 e 2020 as mulheres ganharam 30% a menos que os homens para o mesmo cargo e isso acontece mesmo com profissionais com Ensino Superior. Mulheres negras ganharam ainda menos, tiveram em média a metade dos rendimentos que um homem branco ganha.

Figuram entre o repertório machista sobre as mulheres no trabalho ideias sobre a maternidade e a licença maternidade como prejuízo para a empresa. E ainda do determinismo biológico que dá a mulher uma pretensa natureza frágil e incompatível com determinados cargos e profissões.

Os preconceitos no trabalho perpassaram também a legislação sobre as mulheres que até 1962 eram consideradas incapazes legalmente. Portanto, a mulher estava sob a tutela de seu marido, visto como representante legal e econômico da família. Só com autorização do marido, a mulher podia trabalhar e viajar. Para Marques e Melo (2008) as restrições as mulheres não eram meramente simbólicas, mas limitavam o fortalecimento político e as impediam de usufruir de seus direitos trabalhistas e sociais. Essa situação mudou a partir da aprovação do Estatuto da Mulher Casada de 1962, Lei n 4.121 que modificou o Código Civil de 1916. Fruto da ação de mulheres para mudar o status essa lei mudou mais de dez artigos do Código Civil, principalmente atestando a capacidade feminina, tornando-a economicamente ativa sem precisar da autorização do marido para trabalhar ou viajar. As advogadas feministas Romy Medeiros e Orminda Ribeiro Bastos que elaboraram a proposta do novo estatuto jurídico da mulher casada.

Proibição de desigualdade salarial

O Senado Federal aprovou em 2021 uma proposta que visa combater a desigualdade salarial no mercado de trabalho brasileiro. Caso uma empresa pague salários diferentes para homens e mulheres que exercem a mesma função esta será multada. Esta lei levou 10 anos para ser aprovada. No entanto, aguarda-se a sanção presidencial.

Para saber mais: acesse o artigo com o trâmite da lei.

Disponível em:<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/103844>

DIEESE. **BRASIL:** Inserção das mulheres no mercado de trabalho, 2021. Disponível em:<https://www.dieese.org.br/outraspublicacoes/2021/graficosMulheresBrasilRegioes2021.html

MARQUES, T. C. N; MELO, H. P. **Os direitos civis das mulheres casadas no Brasil entre 1916 e 1962:** ou como são feitas as leis. Rev. Estud. Fem. [online]. 2008, vol. 16, n.2, pp.463-488. ISSN 1806-9584. Disponível em:< https://doi.org/10.1590/S0104-026X2008000200008.>



CONTRA O ASSÉDIO NO TRABALHO

Assédio no trabalho: moral, sexual e virtual.

O assédio moral consiste em condutas abusivas e sistemáticas. São com comportamentos, palavras, gestos e agressões leves que interferem na dignidade humana e direitos fundamentais como liberdade e igualdade. Humilhações e constrangimentos que resultam em prejuizo às oportunidades na relação de emprego ou na expulsão da vítima do seu ambiente de trabalho. Exemplos: piadinhas sexistas, perseguições, exposição a situações vexatórias, supervisão excessiva, ameaças, exigência de tarefas impossíveis, críticas grosseiras, utilização de palavras de baixo calão, brincadeiras inapropriadas e isolamentos são exemplos de assédio moral no ambiente de trabalho, o qual, em diversos casos, está associado a uma relação de poder.

O assédio sexual é a conduta de natureza sexual manifestada por contato físico, palavras, gestos ou outros meios, propostas ou impostas a pessoas contra sua vontade causando-lhe constrangimento e violando a sua liberdade sexual.
Exemplos: mensagens, gestos, comentários e e-mails de cunho sexual ou convites insistentes e inapropriados por colegas de trabalho, gerentes e supervisores também são formas de assédio sexual que prejudicam o desempenho da vítima e perturbam o ambiente de trabalho.
A importunação sexual também pode ocorrer em espaços públicos ou meios de transporte. Foi publicada a Lei nº 13.718, de 24.09.2018, que a reconhece como crime, com pena de reclusão de 1 a 5 anos.

O assédio virtual consiste na violência psicológica e moral praticada online ou off-line, principalmente por meio das redes sociais. Exemplos: intimidações, discriminações e ofensas, exposições íntimas, conteúdos de ódio.

REFERÊNCIA:

BRASIL. Lei nº 13.718 de 24 de setembro de 2018. Brasília: **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 25/9/2018, Página 2.
Disponível em:< https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2018/lei-13718-24-setembro-2018-787192-publicacaooriginal-156472-pl.html > Acessado em: 15 de ag. de 2021.

BRASIL. Ministério Público do Trabalho. **O ABC da violência contra a mulher no trabalho,** 2019.
Disponível em:< https://mpt.mp.br/pgt/publicacoes/cartilhas/o-abc-da-violencia-contra-a-mulher-no-trabalho/@@display-file/arquivo_pdf> Acesso em:15 de ag. de 2021.



CONTRA O RACISMO

A mulher negra é duplamente vítima, do machismo e do racismo.

Em 2015 estudantes negros da Universidade Federal de Juiz de Fora e da Universidade de Brasília fizeram uma campanha contra o racismo em que compartilharam nas redes sociais fotos segurando cartazes com frases racistas que ouviram no ambiente acadêmico. Entre as frases estavam: " Você lava o seu cabelo?" ou " Você não tem traços negros" , além de questionar a capacidade dos estudantes e criticar as cotas.

Dentro da violência racista contra as mulheres ainda há, conforme Carneiro (2019) a violência do padrão branco hegemônico chamando-a de hegemonia da "branquitude" no imaginário e nas relações sociais. Questionam seu cabelo, pois não é liso, questionam seus traços, pois buscam um ideal de beleza de padrão branco.

Esse imaginário que dá a mulher negra a representação negativa lhe limita a possibilidade de encontro no mercado afetivo, inibe seu exercício da sexualidade, rebaixa a autoestima e se transforma em obstáculo no mercado de trabalho. Citando a médica Regina Nogueira, Carneiro aponta para um novo direito "A mulher negra deve exigir que sua imagem represente toda a diversidade de seus valores culturais" (2019, p.279)

Racismo são ações, atos e práticas que estabelecem hierarquias sociais em favor de um grupo e contra outro pautado na ideia de raça ou etnia.

O feminismo negro abarca pautas contra o racismo como a intolerância religiosa, o extermínio de jovens negras e negros, o racismo estrutural e institucional.

Lei nº 7.716 de 5 de janeiro de 1989, que ficou conhecida como Lei Caó, em homenagem ao autor Carlos Alberto de Oliveira. A legislação define como crime o ato de praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. Também regulamentou o trecho da Constituição Federal que torna inafiançável e imprescritível o crime de racismo, após dizer que todos são iguais sem discriminação de qualquer natureza

REFERÊNCIA:

BRAGON. R. **Alunos de Univerdade de Minas Gerais fazem campanha contra o racismo.** UOL. Belo Horizonte, 07/05/2015. Disponível em:<https://educacao.uol.com.br/noticias/2015/05/07/alunos-de-universidade-de-minas-gerais-fazem-campanha-contra-o-racismo.htm> Acessado em: 10/07/2021.

CARNEIRO, S. Mulheres em movimento: contribuições do feminismo negro. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista brasileiro:** formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.



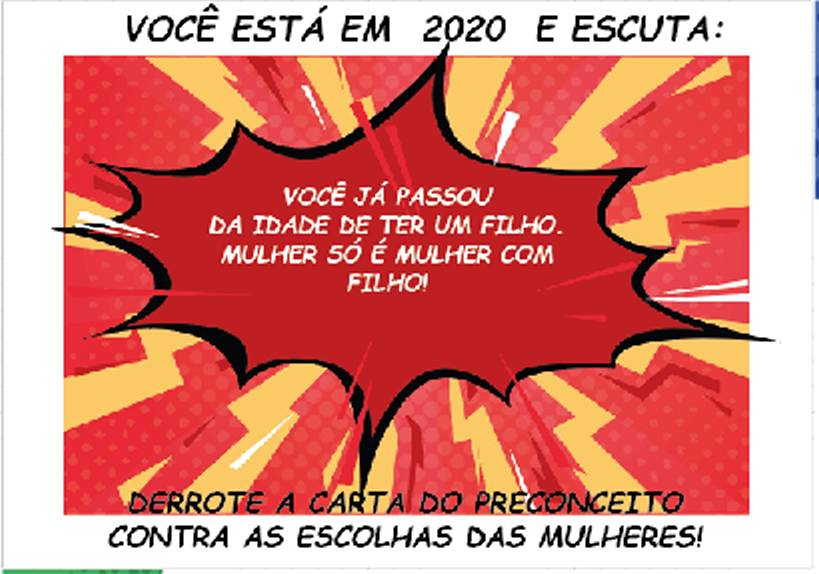
CONTRA A GORDOFOBIA E DO MACHISMO

Gordofobia: o comportamento opressor de pessoas que julgam alguém inferior, desprezível ou repugnante por ser gordo. Esse comportamento replica-se em piadas, ridicularizações, ofensas, julgamentos e frases sobre a necessidade de emagrecer.

Juntamente com esse preconceito, tem-se o machismo sobre os corpos femininos que reverbera em tentativas de controle e subjetivação. Para esses corpos é proibido o uso de roupas curtas ou justas como se existisse um código de vestimenta específico para mulheres gordas. Essas mulheres são constantemente vigiadas sobre o que comem, quando e quanto comem. A imposição de ideais de magreza como sinônimo de beleza e saúde exclui os corpos que não estão dentro desse padrão naturalizado de feminilidade, o qual se expressa numa imagem de docilidade, submissão e pequenez. Enfatiza-se ainda mais sobre mulheres gordas, a exigência que sejam sempre bonitas e estabelece certa "cultura do emagrecimento". Para a feminista e ativista gorda Virgie Tovar em "Meu corpo, minhas medidas"(2018) essa cultura é alimentada por uma lucrativa e falha indústria de dietas que culpabiliza os consumidores pelo fracasso. Resultando em frustração, baixo autoestima e condição de vulnerabilidade.

No Brasil, a legislação não prevê punição específica para a gordofobia, mas a prática pode ser enquadrada por injúria e em danos morais.

REFERÊNCIA: TOVAR, Virgie. **Meu corpo, minhas medidas.** São Paulo: Primavera Editorial, 2018.



PRECONCEITO CONTRA AS ESCOLHAS DAS MULHERES

O assunto da concepção e contracepção esteve/está sempre em pauta pelos controlistas e natalistas e a assertiva "nosso corpo nos pertence" quase sempre é negada às mulheres, ora por uns ora por outros.
Os corpos femininos sempre foram regulados, controlados e sobre eles foram criadas leis. O principal tema de regulação recai sobre a liberdade reprodutiva da mulher e de sua dita principal "missão" determinada pela sua biologia: ser mãe. A maternidade defeniria a mulher. O feminismo da segunda onda lutou contra a ideia do determinismo biológico e pela liberdade de escolha das mulheres.

No entanto, nem todos os corpos femininos foram desejáveis para a maternidade. No século XIX a esterilização feminina foi realizada como medida eugênica. Nos anos 1960, pós II Guerra Mundial, ressurgiu acompanhada pela difusão da preocupação com o controle populacional. No Brasil houve uma tentativa de controle da natalidade tendo como alvo a população negra no governo de Paulo Maluf em São Paulo (1979-1982) Em um documento criado por um economicista do Grupo de Assessoria e Participação do governo se debatia o aumento da população negra e possíveis perigos que acarretaria na política e a solução seria a esterilização obrigatória de mulheres negras. O movimento negro e feminista denunciou esse ato discriminatório e racista que foi então, rejeitado.

REFERÊNCIA:

DAMASCO, M. S; MAIO, M. C.; MONTEIRO, S. **Feminismo negro:** raça, identidade e saúde reprodutiva no Brasil (1975-1993). Rev. Estud. Fem. [online]. 2012, vol.20, n.1, pp.133-151.

SCAVONE, Lucila. **A maternidade e o feminismo:** diálogo com as ciências sociais. Cadernos Pagu, n 16, 2001, pp.137-150.

CARTAS-AÇÃO DAS LEIS E ESTRATÉGIAS FEMINISTAS

Seguem breve explicação sobre as leis utilizadas nas cartas e explanação sobre as estratégias das feministas.

LEIS E DECRETOS:

DIREITO À EDUCAÇÃO:

- Em 1827 foi permitida a criação de escolas para meninas. Lei de 15 de outubro de 1827. Página 71. Vol 1. Art 1º Art 11º Haverão escolas de meninas nas cidades e villas mais populosas, em que os Presidentes em Conselho, julgarem necessario este estabelecimento. No entanto, os currículos eram diferentes para meninos e meninas. **Para elas, o ensino da matemática não deveria passar das quatro operações básicas e se previa a oferta de aulas de prendas domésticas como corte, costura e bordado.**

Consulte a lei: Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38398-15-outubro-1827-566692-publicacaooriginal-90222-pl.html Acesso em: 26 de ag. de 2020

-Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879 que ficou conhecida como Reforma Leôncio de Carvalho deu o direito ao acesso às universidades as mulheres.

Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879 que ficou conhecida como Reforma Leôncio de Carvalho deu o **direito ao acesso às universidades as mulheres**, mas apenas com consentimento do pai ou do marido. Mas foi apenas em 1881 que a primeira mulher ingressou no Ensino Superior no país: Rita Lobato Velho Lopes que se graduou em 1887 no curso de Medicina pela Faculdade de Medicina da Bahia.

Consulte a lei:

Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7247-19-abril-1879-547933-publicacaooriginal-62862-pe.html> Acessado em: 26 de ag. de 2020

DIREITO AO VOTO:

No Código Eleitoral de 193, Decreto nº 21.076 de 24 de fevereiro feito no governo do presidente Getúlio Vargas se incorporou o direito de voto à mulher, nas mesmas condições que aos homens, portanto maiores de 21 anos e excluindo as analfabetas. O Brasil tornou-se o quarto país na América a conceder o voto às mulheres.

Consulte a lei: Decreto disponível em:<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21076-24-fevereiro-1932-507583-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em:29/08/2020

Para saber mais: leia o artigo de KARAWEJCZYK, Mônica. **O Voto Feminino no Congresso Constituinte de 1891: Primeiros Trâmites Legais**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011.

Disponível em:<https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/3998> Acesso em: 29 de ag. de 20202020

LEGALIZAÇÃO DO ABORTO:

No Código Penal (Decreto - Lei nº 2.848 de 7 de dezembro de 1940) ficou instituído no Art. 128 que o aborto pode ser praticado quando "não há outro meio de salvar a vida da gestante" e" se a gravidez resulta de estupro e o aborto é precedido de consentimento da gestante ou, quando incapaz, de seu representante legal".

Consulte a lei: Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm>
Acesso em: 28 de ag. de 20202020

Para saber mais: BARSTED, Leila Linhares. Legalização e descriminalização: dez anos de luta feminista. In: HOLLANDA, H. H. (Org.). **Pensamento feminista brasileiro:** formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

DIREITO AO ESPORTE

Em 1979 foi revogado o Decreto nº 3.199 de 14 de abril de 1941 que não permitia que as mulheres praticassem esportes que fossem incompatíveis com a sua natureza "frágil". Dizia-se que "Às mulheres não se permitirá a prática de desportos incompatíveis com as condições de sua natureza, devendo, para este efeito, o Conselho Nacional de Desportos baixar as necessárias instruções às entidades desportivas do país." Ficavam proibidas as práticas esportivas consideradas do mundo masculino como o futebol. Entre as justificativas estava a preservação do corpo da mulher, esportes impactantes e violentos poderiam levar a infertilidade. E a mulher estereotipada como mãe não poderia praticar esportes que a impediria de dar filhos a pátria. Algumas mulheres foram presas durante a ditadura militar brasileira por praticarem o esporte.

Para saber mais:

- Acesse o artigo de BROCH, MARINA. **Histórico do futebol feminino no Brasil: considerações acerca da desigualdade de gênero**. Temporalidades - Revista de História. Edição 35, v.13, n. 1 (jan/jun. de 2021.)
Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/26283>
Acesso em: 25 de jul de 2021

-Visite as Exposições Virtuais do Museu do Futebol sobre as mulheres no esporte. Disponível em: <https://museudofutebol.org.br/exposicoes/contra-ataque/>
Acesso em:30 de ag. de 2021

DIREITO À SEGURANÇA - DELEGACIAS ESPECIALIZADAS NO ATENDIMENTO DE MULHERES.

A primeira delegacia da mulher foi criada pelo Decreto 23.769, de 6 de agosto de 1985, e rapidamente foi multiplicada em todo país. Com objetivo de ser um espaço policial de atendimento às mulheres reconhecidas agora como vítimas e especializado na proteção contra a violência doméstica e sexual.. Uma antiga demanda feminista que via o ambiente hostil nas delegacias majoritariamente masculinas como um fator de preconceito e discriminação, uma vez que além de sua especialização em crimes contra as mulheres, o atendimento deveria ser prestado por policiais do sexo feminino.

No entanto, já no século XXI apenas 7% das cidades brasileiras conta com esse serviço. Em 2017 apenas 417 cidades disponibilizavam para suas cidadãs esse atendimento. No estado do Paraná existem 20 delegacias especializadas no atendimento à mulher.

Para saber mais: leia o artigo sobre as Delegacias e a luta feminista.

MEDEIROS, L. **DEAM:** Uma invenção do Movimento de Mulheres e Feminista no contexto de redemocratização brasileira. Anais do XV Encontro Regional de História da ANPUH -RIO, 2012.

Disponível em: <http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338414256_ARQUIVO_ArtigoAnpuh.2012.pdf> Acesso em:01 de set de2020

DIREITO À CIDADANIA.

"Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações" instituiu o artigo 5º da Constituição Federal de 1988. Foi a primeira constituição que estabeleceu plena igualdade jurídica entre homens e mulheres no Brasil mudando o status das brasileiras que juridicamente estavam em posição inferior e submissa em relação aos homens.

Para saber mais: leia o artigo de Pitanguy que conta sobre a luta da conquista de direitos na CF de 1988.

PITANGUY, J. **A Carta das mulheres brasileiras aos constituintes**: memórias para o Futuro. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.

DIREITO À PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

A Lei nº 9.100 de 29 de setembro de 1995 instituiu que "Vinte por cento, no mínimo, das vagas de cada partido ou coligação deverão ser preenchidas por candidaturas de mulheres". Essa lei foi reformulada em 2009 para no mínimo 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo.

Acesse a Lei:

Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9100.htm> Acesso em: 01 de set. de 2020

EXTINÇÃO DA EXPRESSÃO "MULHER HONESTA"

A Lei 11.106 de 2005 que trouxe alterações no Código penal suprimiu o termo "mulher honesta" nos Artigos 215 e 216: substituindo por pessoa. Antes dessas modificações no Código Penal, partia-se da ideia que o matrimônio limpava a honra da vítima manchada pelo crime. E que a partir do casamento já não existia mais crime para o criminoso. Assim como, a virgindade era fator primordial para contar como crime. Já a expressão mulher honesta era um juízo de valor e discriminatório contra as mulheres.

Consulte a lei: que alterou o Código Penal:

Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11106.htm>

Acesso em: 01 de set. de 2020

EXTINTA A LEI QUE O CRIME DE ESTUPRO SERIA EXTINTO CASO A MULHER SE CASASSE.

Lei 11.106 de 2005 revogou os incisos VII e VIII do art. 107 do Código Penal, em que a punibilidade do estupro seria extinta: pelo casamento do agente com a vítima, nos crimes contra os costumes, definidos nos Capítulos I, II, e III do Título VI da Parte Especial deste Código.

Consulte a lei: que alterou o Código Penal

Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11106.htm>

Acesso em: 01 de set. de 2020

CONTRA A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: LEI MARIA DA PENHA

A Lei 11.340 de 07 de Agosto de 2006, chamada de Lei Maria da Penha criou mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Nessa lei tratou-se de uma nova forma de administração legal dos conflitos intra familiares, definiu o que é e quais são as formas de violência, consolidou estratégias de prevenção, assistência e proteção às mulheres. Com a criação de Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra as mulheres, medidas protetivas de urgência para as vítimas, promoção de estudos, implementação de centros de atendimento multidisciplinar, delegacias especializadas e casas de abrigo, além de campanhas educativas. Maria da Penha, a farmacêutica que deu seu nome à lei, precisou ser vítima de duas tentativas de homicídio e lutar por quase 20 anos para que, finalmente, conseguisse colocar seu ex-marido criminoso atrás das grades.

Para saber mais:

- O Governo de Minas Gerais produziu um gibi intitulado "As Marias em: Maria da Penha vai as escolas". O Instituto Ressurgir disponibilizou esse material em:

Disponível em:
<https://institutoressurgir.org/wp-content/uploads/2019/10/GIBI_Lei_Maria_da_Penha_ATUALIZADO.pdf> Acesso em:01 de set. de 2020

Consulte a lei:

Disponível em:< em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11106.htm>
Acesso em:01 de set. de 2020

DIREITO À SEGURANÇA: LEI CONTRA O FEMINICÍDIO

Crime de homicídio cometido pelas razões da condição do sexo feminino- por ela ser mulher.

A Lei 13.104 de 9 de Março de 2015 - Lei contra o feminicídio - " Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos."2o Feminicídio VI - contra a mulher por razões da condição de sexo feminino: § 2o-A Considera-se que há razões de condição de sexo feminino quando o crime envolve: I - violência doméstica e familiar; II - menosprezo ou discriminação à condição de mulher.

Consulte a lei:

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm.>
Acesso em:03 de set. de 2020

CONTRA O ASSÉDIO

Aprovada a Lei 13.718 que tipifica o assédio como crime. Que consiste na prática de ato libidinoso contra ou sem a anuência da vítima, com o objetivo de "satisfazer a própria lascívia ou a de terceiros", como, por exemplo, casos de assédio e contato sem consentimento. A pena é a reclusão de 1 a 5 anos.

Consulte a lei:

Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13718.htm>
Acesso em:03 de set. de 2020

CONTRA O RACISMO

Lei n 7.716/89 conhecida como Lei do Racismo pune todo tipo de discriminação ou preconceito, dirigida a determinado grupo ou coletividade. A ação penal pública é incondicionada e o crime é inafiançável. A penalidade pode variar de 1 a 5 anos de prisão.

O crime de racismo é previsto pela Constituição Federal de 1988 no inciso XLII no artigo 5º que define: "a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei."

Consulte a lei:

Disponível:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm> Acesso em: 03 de set. de 2020

CONTRA A INJÚRIA RACIAL

A injúria racial também é prevista no Código Penal no artigo 140 §3ºe prevê a ofensa à honra, dignidade ou decoro de determinada pessoa valendo-se de elementos referentes à raça, cor, etnia ou origem, com xingamentos, ofensas pessoais e direta. A ação penal pública é condicionada a representação do ofendido, cabe fiança e o crime é imprescritível desde 2021. Em 2003 a lei foi reformulada e a pena aumentada se a injúria refere-se a raça, cor, etnia, religião, origem, condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência. A pena pode variar de 6 meses a 3 anos e multa.

Consulte a lei:

Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm>
Acesso em: 20 de jun. de 2020

INVIOLABILIDADE DA INTIMIDADE NA INTERNET

No Marco Civil da Internet, Lei n. 12.965/2014 assegurou a inviolabilidade da intimidade e da vida privada, sua proteção e indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.

Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm>
Acesso em:20/06/2020

PELA DIGNIDADE DURANTE AUDIÊNCIAS JUDICIAIS PARA VÍTIMAS DE ASSÉDIO SEXUAL.

Lei nº 14.245, de 22 de novembro de 2021, de autoria da Deputada Federal Lídice da Mata (PSB/BA) que obriga o juiz a zelar pela integridade da vítima em audiências de instrução e julgamento sobre crimes contra a dignidade sexual. Proibindo, nas audiências judiciais o uso de linguagem, informações ou material que ofenda a dignidade da vítima ou de testemunhas ou seja, humilhar e ofender a vítima.

Acesse a lei:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Lei/L14245.htm> Acesso em: 15 de dez. de 2021.

Para saber mais sobre o caso Mari Ferrer:

UNIVERSA UOL. Lei Mari Ferrer: Câmara aprova PL que obriga o juiz a zelar pela vítima de violência sexual, 18/03/2021. Disponível em: < https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2021/03/18/camara-aprova-pl-que-obriga-o-juiz-a-zelar-pela-vitima-de-violencia-sexual.htm>
Acesso em: 06 de mai. de 2021.

ESTRATÉGIAS FEMINISTAS

Com quase dois séculos de trajetória no Brasil, o movimento feminista em suas mais variadas facetas e de suas adeptas utilizaram muitas estratégias para a conquista de direitos e para a denúncia de opressões. Para Constância Lima Duarte, o feminismo é "todo gesto e ação que resulte em protesto contra a opressão e a discriminação da mulher, que exija a ampliação de seus direitos civis e políticos, por iniciativa individual ou de grupos."[4] Assim, essas estratégias que estão nas cartas-ação passam pelo âmbito público e coletivo, mas também o privado e particular, perpassando várias experiências feministas.

Para as cartas de ação especificamos essas ações, mas aqui agrupamos em grandes temas:

ESCREVER

LIVROS, JORNAIS, REVISTAS, PEÇAS DE TEATRO, SITES, REDES SOCIAIS, MÚSICAS, DOCUMENTÁRIOS.

Uma das principais formas de divulgação do movimento feminista, seus ideais, conscientização e de denúncia das opressões que as mulheres sofrem é pela escrita. O feminismo chega ao Brasil no século XIX por meio dos livros e das mulheres que escreviam. O primeiro livro publicado sobre a temática é da feminista Nísia Floresta " Direito das Mulheres e injustiça dos homens" de 1832. Nísia também é uma das primeiras mulheres a romper os limites do espaço privado e publicar textos em jornais. Feministas fundaram jornais e revistas desde 1852 em que finalmente tivemos mulheres escrevendo sobre mulheres e para mulheres.

Escreveram peças teatrais como "O Voto Feminino" (1878) de Josefina Álvares que foi encenada, depois publicada em livro defendendo o direito ao voto e à cidadania feminina no país.

No século XXI, a escrita permanece como uma forma importante de ação e divulgação sobre o feminismo aliando-se com as tecnologias e seu alcance global. Exemplo das redes sociais de feministas com milhares de seguidores, sites sobre a temática do feminismo como o Geledés (Instituto da Mulher Negra) e criação de documentários e de músicas.

Para saber mais: Sobre os momentos do feminismo brasileiro e as letras

---

4DUARTE, C. L. Feminismo: uma história a ser contada. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org). **Pensamento feminista brasileiro:** formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019. p. 26

DUARTE, Constância Lima. Feminismo: uma história a ser contada. In: HOLLANDA, H. H. (Org.). **Pensamento feminista brasileiro:** formação e contexto. RJ: Bazar do tempo, 2019.

EDUCAÇÃO E PESQUISA

ESTUDAR, PROMOVER MEIOS DE ESTUDO (FUNDAR ESCOLAS, FORMAR GRUPOS DE DISCUSSÃO, PROMOVER CONGRESSOS, DEBATER SOBRE O FEMINISMO)

Uma das primeiras bandeiras do feminismo brasileiro foi o direito básico a ler e escrever. É pelo meio do conhecimento libertador e igualitário que as primeiras feministas afirmavam que as mulheres poderiam emancipar-se e ter espaço no meio público, em postos de trabalho que não tinham acesso porque não tinham instrução e não por falta de capacidade. A luta perpassou também o direito ao conhecimento universitário, mas foi apenas em 1879 que as mulheres tiveram acesso às universidades no Brasil.

As feministas promoveram meios de levar o conhecimento para as outras mulheres:

-Nísia Floresta fundou em 1838 um colégio só para meninas com uma grade curricular parecida com a que os meninos tinham acesso e não voltado para as prendas domésticas como estava em voga.

-Maria Lacerda de Moura (1887-1945) quando foi presidente da Federação Internacional Feminina (anos 1921-1922) propôs a inclusão da cláusula pioneira da criação de uma disciplina " História da Mulher, sua evolução e missão social" em todas as escolas femininas.

-Nos anos de 1970 as feministas brasileiras formaram grupos particulares para discutir sobre a mulher. A partir do ano 1975, Ano Internacional da Mulher, congressos, encontros foram organizados como "Contribuição das Ciências Humanas para a compreensão do Papel das Mulheres", organizado pelo Coletivo de Pesquisa sobre Mulher da Fundação Carlos Chagas. Discussões que reverberaram em pesquisas. Pesquisas que iniciaram debates sobre as questões sobre as mulheres, pautas de luta e em conquistas de direitos.

- A educação é um importante meio de informação e prevenção contra a violência doméstica. No artigo 8º da Lei nº 11.340/2006 conhecida como Lei Maria da Penha, como medidas de prevenção estão a promoção de estudos e pesquisas, estatísticas e outras informações com a perspectiva de gênero, raça ou etnia sobre a violência doméstica, para sistematização e avaliação dos resultados de medidas adotadas. O Estado também deve cumprir com a promoção e realização de campanhas educativas de prevenção e difusão da lei contra a violência doméstica e familiar contra a mulher, em destaque para a inclusão nos currículos escolares de todos os níveis de estudo.

Em 2021 foi sancionada a Lei 14.164 que inclui a prevenção da violência nos currículos da educação básica e cria a Semana Escolar de Combate à violência contra a Mulher em instituições públicas e particulares de ensino básico.

Para saber mais sobre o feminismo brasileiro:

HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista brasileiro:** formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.

TELES, M. A. de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

PINTO, C. R. J. **Uma história do feminismo no Brasil.** Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo. 2003.

REPRESENTAÇÃO POLÍTICA

FUNDAR PARTIDO POLÍTICO E SINDICATO; CANDIDATAR-SE, PROMOVER CAMPANHA ELEITORAL E VOTAR EM MULHERES; ALIAR-SE AOS POLÍTICOS; PROPOR LEIS.

As feministas utilizaram muitas estratégias para as conquistas de direitos via representação política direta e indireta. Quando ainda não tinham os direitos do sufrágio garantido, aliaram-se aos políticos e envolveram-se em campanhas em prol do voto feminino, como fez Bertha Lutz em 1927 em campanha do governo do Rio Grande do Norte para Juvenal Lamartine. Eleito aprovou a lei do direito ao voto às mulheres em seu estado. Nessa primeira onda do feminismo, Leolinda Daltro fundou um partido político quando ainda as mulheres nem tinham direito ao voto.

Um dos exemplos mais emblemáticos e bem-sucedidos do feminismo brasileiro na representação política direta foi a conquista de direitos na constituinte de 1988. Organizadas dentro do governo, no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher criado em 1985, as feministas ensejaram um programa iniciado em 1986 para a constituinte, com campanhas para eleição de mulheres, mobilização da sociedade, parceria com a bancada de mulheres na Câmara e no Senado, campanhas de TV, outdoors e obtiveram a incorporação de cerca de 80% das proposições no texto constitucional.

Para saber mais:

PITANGUY, J. A Carta das mulheres brasileiras aos constituintes: memórias para o Futuro. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista brasileiro:** formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.

FUNDAÇÃO DE ONGs

APOIO DE MULHERES; LEVAR INFORMAÇÕES

Nos anos de 1980 surgiram ONGs feministas. ONGs são organizações sem fins lucrativos que agem em prol de populações específicas ou de uma bandeira. Era um feminismo de prestação de serviços com profissionais da área jurídica e da saúde em torno de dois temas: a violência e a saúde da mulher.

Em 1981 foi criada a S.O.S Mulher no Rio de Janeiro com o objetivo de ser um espaço de atendimento das mulheres vítimas de violência doméstica e um espaço de reflexão sobre a mudança das condições de vida dessas mulheres. No campo da saúde foram criados grupos para atendimento das mulheres destacando-se o Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde em São Paulo e o Corpo de Recife que além do atendimento as mulheres eram grupos de reflexão que elaboravam documentos e estiveram muito presentes na formulação do Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher.

A onguização do feminismo é um exemplo da participação política indireta. E mostra também pautas de luta específicas, revelando uma tendência: a segmentações das lutas. Têm-se uma profusão de ONGs que se ocupam de mulheres em suas mais diversas realidades, como mulheres rurais, negras, indígenas, prostitutas, com HVI, de trabalhadoras e etc. Atuam como uma alternativa à representação política e suas ações podem perpassar por *lobbies* com os parlamentares, mas também por mobilizações que reverberam em debates, leis e programas de políticas pública

Para saber:

PINTO, C. R. J. **Uma história do feminismo no Brasil**. Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo. 2003.

POR MEIO DAS LEIS

PROPOSIÇÕES DE LEIS, CONHECIMENTO DAS LEIS E PROCESSOS.

A proposição de leis por meio de trabalhos para o governo, de ONGs e Consórcios de Advogadas também é um importante meio de luta feminista. Seus trabalhos balizaram leis como o Estatuto da Mulher Casada de 1962 retirando a mulher do status de incapacidade legal, e medidas de enfrentamento da violência contra a mulher. Um exemplo disso aconteceu em 1998 em parceira com a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, três ONGs feministas (CFEMEA - Centro Feminista de Estudos e Assessoria, CEPIA - Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação, e a THEMIS - Themis Assessoria Juridíca) se juntaram e elaboraram o documento

"Propostas para o Estado brasileiro - níveis Federal, Estadual e Municipal " reverberando em leis como a Lei Maria da Penha.

Outro âmbito é a divulgação das leis sobre as mulheres, por meio de sites como do Instituto Maria da Penha, dos sites das ONGs S.O.S para que as mulheres conheçam seus direitos e como se protegerem.

A estratégia de ação feminista perpassa também a entrada com processo, reparação civil em grupo ou ação individual. Exemplo da ação civil feita pela ONG THEMIS- Gênero e Justiça que processou produtores da música "Só um tapinha" do Bonde do Tigrão por incitar publicamente práticas de crime previsto no Código Penal Brasileiro no artigo 286.

Para saber mais:

PINTO, C. R. J. **Uma história do feminismo no Brasil.** Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo. 2003

ORGANIZAR PASSEATAS, MARCHAS E OCUPAR ESPAÇOS PÚBLICOS

A ocupação de espaços públicos é uma estratégia usada desde a primeira onda do feminismo. A exemplo de Leolinda Daltro que na sua luta pelo voto feminino conseguia chamar atenção para sua reivindicação com essa estratégia.

No século XXI importantes marchas marcam a história das mulheres e do feminismo, como a Marcha das Margaridas que acontece desde 2000 e a Marcha das Vadias. A Marcha das Margaridas já chegou a ter 100.000 participantes e algumas de suas demandas já foram conquistadas como a obrigatoriedade de ter o nome das mulheres nos documentos rurais (2007). Essa estratégia traz a visibilidade sobre as pautas feministas e chama as mulheres para o ativismo.

Para saber mais:

DUARTE, C. L. Feminismo: uma história a ser contada. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org). **Pensamento feminista brasileiro:** formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019

GOMES, C.; SORJ, B. **Corpo, geração e identidade:** a Marcha das vadias no Brasil. Soc. estado., Brasília, v. 29, n. 2,p. 433-447, ago.2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922014000200007&lng=pt&nrm=iso>. Acessado em: 11 ag, de 2020

SILVA, B. G. **A Marcha das Margaridas:** resistências e permanências. Brasília, DF, maio, 2008. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de Brasília, UNB

CONSCIENTIZAÇÃO DA OPRESSÃO

SOBRE O ATOS E FRASES MACHISTAS

O machismo é sentido no cotidiano das mulheres, em frases naturalizadas e banalizadas em todos os ambientes, seja no âmbito privado ou publico, como "Mulher no volante perigo constante", " Lugar de mulher é na cozinha", "Conseguiu um emprego, deve ter saído com o chefe". No artigo "

Você tentou fechar as pernas?"- a cultura machista impregnada nas práticas sociais"(2016) escrita por Maio e Oliveira, os autores apontam exemplos de machismo no cotidiano cometido por homens e mulheres. Indicam que o trabalho em conjunto das instituições sociais para o diálogo com vistas ao respeito, o reconhecimento das diferenças e contra a violência, se complementam para a quebra de estereótipos e diminuição de violências.

E esse caminho perpassa pela autorreflexão e pelo reconhecimento dos atos e frases machistas. Entre estes atos escolhemos para exemplificar no jogo:

- O INTROMETIDO – Manterrupting Junção das palavras "man" – homem e "interrupting" - interrupção: comportamento machista por meio do qual um ou mais homens interrompem a fala de uma mulher, sem necessidade, não permitindo que ela conclua um raciocínio. Uma pesquisa analisou as sessões da Suprema Corte norte-americana e apontou que as mulheres eram constantemente interrompidas e falavam menos do que seus pares do sexo masculino.

- O LADRÃO DE IDEIAS – BROPRIATING – Junção de "brother" - irmão" e "apropriating" - apropriação: o homem reproduz a ideia de uma mulher e leva o crédito no lugar dela. Esse comportamento costuma aparecer no ambiente de trabalho, inclusive porque muitas vezes as ideias expressadas pelas mulheres não recebem a mesma confiança que as dos homens. Assim, quando um homem repete a mesma manifestação já feita por uma mulher, acontece de as pessoas lhe darem mais crédito.

Para saber mais:

MAIO, E; OLIVEIRA, M. "Você fechou as pernas? A Cultura machista nas práticas sociais. Revista Polêmica, v.16, nº 3, 2016.

Disponível em:<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/polemica/article/view/25199/18031> Acesso em: 15/06/2020

EXISTIR E RESISTIR: O SEU LUGAR NO MUNDO

ESCOLHER CARREIRA PROFISSIONAL, VESTIR-SE, MAQUIAR-SE, USAR O CABELO, CORPO E AGIR CONFORME A SUA DECISÃO

Os lemas " Nosso corpo nos pertence" da segunda onda feminista e " Meu corpo, minhas regras" da terceira onda definem esse grupo de cartas. Um exemplo de empoderamento das mulheres é a tomada de consciência da opressão que corta as possibilidades da mulher ser quem ela é e quem ela quer ser; vestir-se, usar o cabelo e maquiagem como quiser, escolher carreira profissional que desejar.

Na Marcha das Vadias a bandeira sobre as escolhas das mulheres é levantada. As mulheres usam seu corpo como bandeira de luta. A Marcha teve origem em 2011 no Canadá contra a frase de um policial que recomendava que as mulheres evitassem se vestir como vadias para não serem vítimas

de abuso sexual. No mesmo ano a Marcha chegou ao Brasil ocorrendo em 4 de junho na cidade de São Paulo.

Para Gomes e Sorj (2014) ao subverter o uso acusatório do termo vadia exemplificado pelo lema "Se ser livre é ser vadia, então somos todas vadias" ressignifica positivamente tomando-o para si e empoderando-se. (2014, p. 237) O corpo nas marchas têm duplo papel tanto como objeto de reivindicação quanto principal meio de protesto, suporte e comunicação. As autoras apontam que as mulheres lançam mão de roupas sensuais batom vermelho e topless, escrevem palavras de ordem como "meu corpo, minhas regras" e assim o corpo tanto é celebrado, quanto é alvo de reflexão sobre a ordem de beleza imposta na sociedade, como os ideais de magreza e de branquitude.

Para saber mais:

GOMES, C.; SORJ, B. **Corpo, geração e identidade:** a Marcha das vadias no Brasil. Soc. estado., Brasília, v. 29, n. 2,p. 433-447, ago.2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922014000200007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 11 ag, de 2020.

DENUNCIAR

CHAMAR A POLÍCIA (PRESERVANDO SUA SEGURANÇA), IDENTIFICAR SINAIS DE RELACIONAMENTO ABUSIVO, DENUNCIAR ATOS E FRASES MACHISTAS E DISSEMINAÇÃO DE ÓDIO EM REDES SOCIAIS CONTRA AS MULHERES. PROMOVER ABAIXO-ASSINADO, DISQUE 180 E NAS REDES SOCIAIS.

As principais formas de luta contra o machismo e a violência contra as mulheres é pela informação e pela denúncia. É preciso conhecer seus direitos para reclamá-los e saber onde fazê-los.

Na Lei Maria da Penha estão previstos cinco tipos de violência doméstica e familiar contra a mulher na Lei Maria da Penha: **física, psicológica, moral, sexual e patrimonial** – Capítulo II, art. 7º, incisos I, II, III, IV e V. Essas formas de agressão são complexas, perversas, não ocorrem isoladas umas das outras e têm graves consequências para a mulher. Qualquer uma delas constitui ato de violação dos direitos humanos e deve ser denunciada.

VI [illegible] - Entendida como qualquer conduta que ofenda a integridade ou saúde corporal da mulher. Espancamento, atirar objetos, sacudir e apertar os braços, estrangulamento ou sufocamento, lesões com objetos cortantes, ferimentos com armas de fogo, queimaduras, tortura.

VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA

É considerada qualquer conduta que: cause dano emocional e diminuição da autoestima; prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento da mulher; ou vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões: ameaças, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento (proibição de estudar, viajar e falar com amigos e parentes), vigilância constante, perseguição contumaz, insultos, chantagem, exploração, limitação do direito de ir e vir, ridicularização, tirar a liberdade de crença, distorcer e omitir fatos para deixar a mulher em dúvida de sua memória e sanidade.

VIOLÊNCIA SEXUAL

Trata-se de qualquer conduta que constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força: estupro, obrigar a fazer atos sexuais que causam desconforto e repulsa, impedir usos de métodos contraceptivos ou forçar a mulher a abortar, forçar matrimônio, gravidez ou prostituição por meio de coação, chantagem, suborno ou manipulação, limitar ou anular o exercício dos direitos sexuais e reprodutivos da mulher

VIOLÊNCIA PATRIMONIAL

Entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades: controlar o dinheiro, deixar de pagar pensão alimentícia limitar, destruição de documentos pessoais, furto, extorsão ou dano, estelionato, privar de bens, valores ou recursos econômicos, causar danos propositais e a objetos da mulher ou dos quais ela goste.

VIOLÊNCIA MORAL

É considerada qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria: acusar mulher de traição, emitir juízos morais sobre a conduta, fazer críticas mentirosas, expor a vida íntima, rebaixar a mulher por meio de xingamentos que incidem sobre sua índole, desvalorizar a vítima pelo seu modo de vestir.

Para saber mais:

- O Governo de Minas Gerais produziu um gibi intitulado "As Marias em: Maria da Penha vai as escolas". O Instituto Ressurgir disponibilizou esse material em:
Disponível em:
<https://institutoressurgir.org/wp-content/uploads/2019/10/GIBI_Lei_Maria_da_Penha_ATUALIZADO.pdf> Acesso em:01/09/2020
-Instituto Maria da Penha: https://www.institutomariadapenha.org.br/

Consulte a lei:
Disponível em:< em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11106.htm>
Acesso em:01/09/2020

PROPOR BOICOTE A PRODUTOS COM CONTEÚDO SEXISTA E APOLOGIA À VIOLÊNCIA

O boicote junto com a conscientização do conteúdo sexista e da apologia da violência contra as mulheres pode ser muito eficaz. Um exemplo aconteceu em 2016, uma parceria entre o Estadão, a Agência FCB Brasil e o Disque Denúncia do Rio de Janeiro lançou a campanha " Música de violência" usando o aplicativo de músicas Shazam para conscientizar os ouvintes do conteúdo violento contra as mulheres. Foram identificadas 350 músicas que eram sinalizadas com um alerta e acompanhava um relato real de vítimas. Apenas 6% dos ouvintes compraram as músicas, o resto foi redirecionado para um link de doações do Disque Denúncia.

Para saber mais:

-MOTTA, L.N.T; VALENTE, H.A.D. **O discurso de violência contra mulheres na canção das mídias**. XXVIII Congresso da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música – Manaus – 2018
Disponível em: https://anppom.org.br/anais/anaiscongresso_anppom_2018/5204/public/5204-18346-2-PB.pdf

-SILVIA, V. R. **A violência contra as mulheres nas paradas de sucesso**. Gênero e Número, 8 de fevereiro de 2018. http://www.generonumero.media/violencia-contra-mulheres-nas-paradas-de-sucesso/

ORGANIZAR GREVE.
ORGANIZAÇÃO SINDICAL, DIREITOS TRABALHISTAS
No imaginário social sobre o feminismo e o Dia Internacional das Mulheres, a greve é um ponto importante. Segundo Garcia (2011, p. 15) a cor do movimento foi escolhida por causa do incêndio da fábrica de tecidos com as operárias grevistas dentro. Diz-se que a cor dos tecidos era roxo e a fumaça dessa cor podia ser vista a quilômetros. Controversas a parte, o Dia Internacional da Mulher está associado ao perecimento de operárias estadunidenses num incêndio em 25 de março de 1911 durante uma greve. No entanto, "o processo de instituição de um Dia Internacional da Mulher já vinha sendo elaborado pelas socialistas americanas e europeias desde algum tempo antes e foi ratificado com a proposta de Clara Zetkin" (BLAIR, Eva, 2001)
No Brasil as manifestações operárias de mulheres no início do século XX, segundo Pinto (2003, p.36)) apontavam para a questão de gênero como organizador das desigualdades nas relações de trabalho e identificavam que a dominação masculina se calcava na exploração das mulheres. (PINTO, 2003, p. 36) Para PINTO (2003) essas mulheres operárias que trabalhavam em média mais de nove horas diárias, com trabalho noturno sem igualdade salarial ou de horas, pois os homens trabalhavam 8 horas (TELES, 1999, p. 42) anteciparam as lutas da especificidade da opressão, ou seja, que os oprimidos não são oprimidos da mesma maneira. Para a autora também

são sinais de outras demandas das mulheres no início do século XX: a identificação da relação de dominação dos homens sobre as mulheres, tal premissa inexistia no pensamento feminista de outras classes, as sufragistas por exemplo, não questionavam a exclusão do voto feminino relacionado ao poder dos homens sobre as mulheres. O segundo ponto é sobre a centralidade do trabalho e que por serem mulheres vivenciavam situações mais difíceis. Por terceiro, aponta-se para a questão tempo e a dupla jornada de trabalho das mulheres, no trabalho e em casa.

Para saber mais:

PINTO, C. R. J. **Uma história do feminismo no Brasil.** Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo. 2003.

BLAY, E. A. **Um caminho ainda em construção, a igualdade de oportunidades para as mulheres.** São Paulo: Revista USP, n. 49, p. 82-97, mar./mai. 2001

CAMPANHAS PUBLICITÁRIAS – DIVULGAÇÃO, CRIAÇÃO DE SITES.

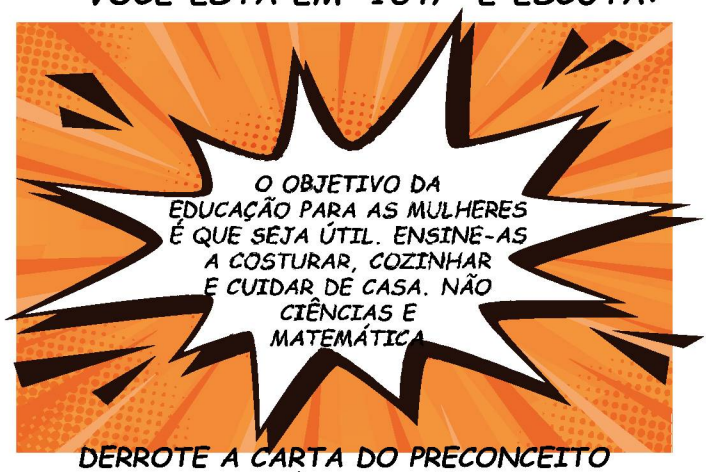
A estratégia utilizando o meio publicitário, os sites e as instituições é um importante meio de divulgação e conscientização das pautas feministas. Como o caso da Constituinte de 1988 em que o movimento feminista mobilizou a sociedade brasileira para as questões das mulheres. A divulgação por meio das tecnologias também é utilizado pelo feminismo, principalmente na sua faceta denominada de ciberfeminismo que une o feminismo com as novas tecnologias.

Para saber mais:

PITANGUY, J. A Carta das mulheres brasileiras aos constituintes: memórias para o Futuro. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista brasileiro:** formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.

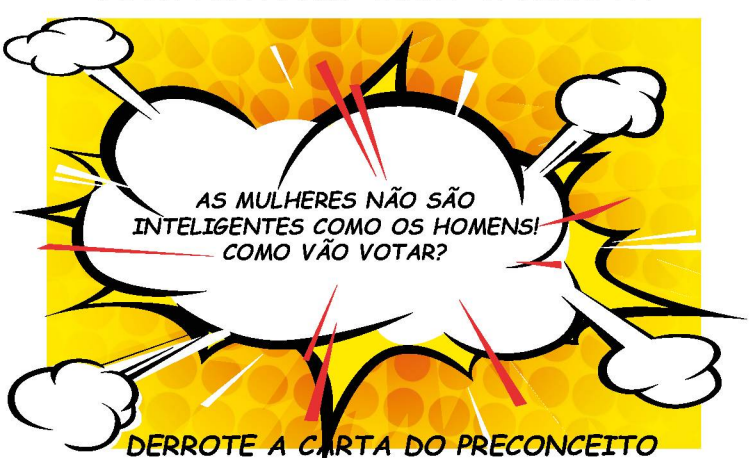
AS CARTAS DO JOGO JUNTE-SE À LUTA: DERROTE OS PRECONCEITOS CONTRA AS MULHERES.

VOCÊ ESTÁ EM 1847 E ESCUTA:



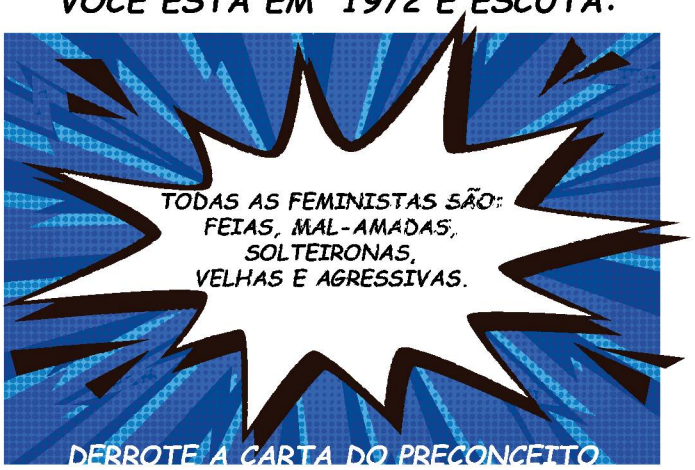
DERROTE A CARTA DO PRECONCEITO CONTRA O DIREITO À EDUCAÇÃO DAS MULHERES

VOCÊ ESTÁ EM 1932 E ESCUTA:



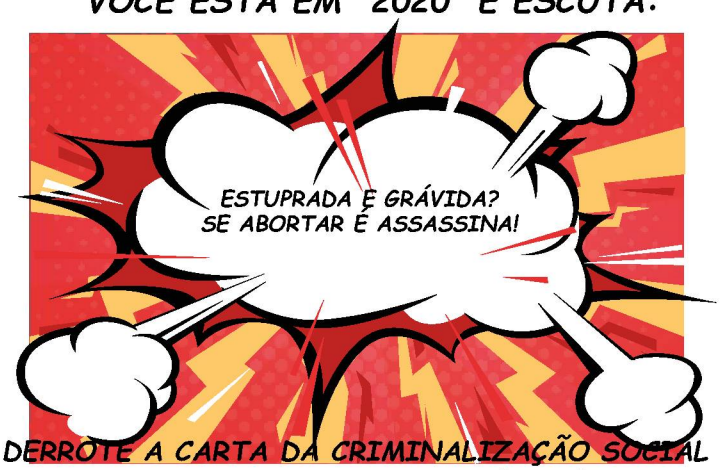
DERROTE A CARTA DO PRECONCEITO CONTRA O DIREITO AO VOTO FEMININO

VOCÊ ESTÁ EM 1972 E ESCUTA:



DERROTE A CARTA DO PRECONCEITO AO FEMINISMO.

VOCÊ ESTÁ EM 2020 E ESCUTA:



DERROTE A CARTA DA CRIMINALIZAÇÃO SOCIAL DO ABORTO GARANTIDO PELA LEI.

VOCÊ ESTÁ EM 1947 E ESCUTA A MÚSICA:



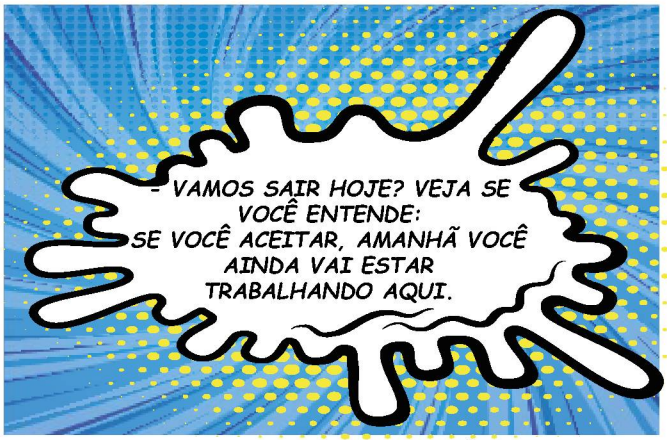
DERROTE A CARTA DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

VOCÊ ESTÁ EM 2011 E ESCUTA:



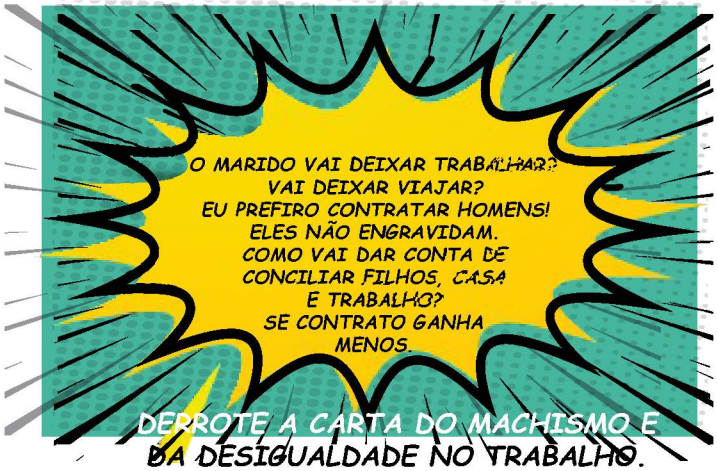
DERROTE A CARTA DO MACHISMO E DA CULTURA DO ESTUPRO

VOCÊ ESTÁ EM 1990 E ESCUTA:



DERROTE A CARTA DO ASSÉDIO!

VOCÊ ESTÁ EM 1960 E ESCUTA:



DERROTE A CARTA DO MACHISMO E DA DESIGUALDADE NO TRABALHO.


Junte-se à luta!
Derrote os preconceitos.
FEMINISMO
designed by freepik


Junte-se à luta!
Derrote os preconceitos.
FEMINISMO
designed by freepik


Junte-se à luta!
Derrote os preconceitos.
FEMINISMO
designed by freepik


Junte-se à luta!
Derrote os preconceitos.
FEMINISMO
designed by freepik


Junte-se à luta!
Derrote os preconceitos.
FEMINISMO
designed by freepik


Junte-se à luta!
Derrote os preconceitos.
FEMINISMO
designed by freepik


Junte-se à luta!
Derrote os preconceitos.
FEMINISMO
designed by freepik


Junte-se à luta!
Derrote os preconceitos.
FEMINISMO
designed by freepik

VOCÊ ESTÁ EM 2000 E ESCUTA:



DERROTE A CARTA DO RACISMO.

VOCÊ ESTÁ EM 2011 E ESCUTA:



DERROTE A CARTA DA
GORDOFOBIA E DO MACHISMO

VOCÊ ESTÁ EM 2020 E ESCUTA:



DERROTE A CARTA DO PRECONCEITO NOS ESPORTES

VOCÊ ESTÁ EM 2020 E ESCUTA:



DERROTE A CARTA DO PRECONCEITO
CONTRA AS ESCOLHAS DAS MULHERES!

VOCÊ ESTÁ EM E ESCUTA:



DERROTE A CARTA!

VOCÊ ESTÁ EM E ESCUTA:



DERROTE A CARTA!

O DECISOR

- O DECISOR ATUA NO JOGO COMO ÁRBITRO.
- DEVE ESTAR ATENTO AS CARTAS-AÇÃO ESCOLHIDAS PARA VENCER A CARTA-FRASE. COMO AS CARTAS SÃO DATADAS ESCOLHAS ANACRÔNICAS SERÃO DESCARTADAS. E O JOGADOR PERDE A RODADA VOLTANDO NA PRÓXIMA.
AFINAL, NÃO EXISTIA
INTERNET EM 1930... NEM A LEI MARIA DA PENHA...
- O JOGADOR PERDERÁ O JOGO SE FALAR PALAVRÃO, FAZER ATO OBSCENO OU AÇÕES DISCRIMINATÓRIAS DURANTE O DESAFIO DAS CARTAS DECISOR.
- O DECISOR PODE DECIDIR PELO EMPATE NAS RODADAS, CONSIDERANDO PARA A VITÓRIA O NÚMERO DE PONTOS E NÃO DE CARTAS-FRASES ACUMULADAS.
- O GRITÉRIO DE ESCOLHA DO DECISOR EM CADA RODADA SE DÁ PELA MELHOR ESCOLHA DE CARTAS E CUMPRIR O DESAFIO DA CARTA DECISOR.

COMO JOGAR?

- COM 4 A 6 JOGADORES (EM DUPLAS)
- 1 DECISOR
- CADA JOGADOR DEVE RECEBER 12 CARTAS-AÇÃO.
- DEIXAR AS CARTAS-FRASES E AS CARTAS DO DECISOR VIRADAS PARA BAIXO.

1- O DECISOR DEVE VIRAR UMA CARTA-FRASE E UMA CARTA DECISOR.
2- OS JOGADORES UM DE CADA VEZ DEVEM ESCOLHER UMA CARTA PARA VENCER A CARTA-FRASE E JOGAR COM O DESAFIO DA CARTA DECISOR.
3- EXISTEM CARTAS CORINGA NO DECK. VOCÊ PODE APLICAR QUANDO QUISER.
4- O DECISOR DECIDE SE AS CARTAS SÃO VÁLIDAS PARA VENCER A CARTA-FRASE E QUEM VENCEU A RODADA DA CARTA DECISOR.
5- QUEM GANHA A RODADA RECEBE A CARTA-FRASE.
6- GANHA A DUPLA EM QUE OS JOGADORES ACUMULAREM MAIS CARTAS-FRASE.


Junte-se à luta!
Derrote os preconceitos.
FEMINISMO
designed by freepik


Junte-se à luta!
Derrote os preconceitos.
FEMINISMO
designed by freepik


Junte-se à luta!
Derrote os preconceitos.
FEMINISMO
designed by freepik


Junte-se à luta!
Derrote os preconceitos.
FEMINISMO
designed by freepik


Junte-se à luta!
Derrote os preconceitos.
FEMINISMO
designed by freepik


Junte-se à luta!
Derrote os preconceitos.
FEMINISMO
designed by freepik


Junte-se à luta!
Derrote os preconceitos.
FEMINISMO
designed by freepik


Junte-se à luta!
Derrote os preconceitos.
FEMINISMO
designed by freepik

JOGUE UMA CARTA

E

CRIE UM LEMA PARA A SUA CARTA-AÇÃO

MELHOR RESPOSTA VENCE

JOGUE UMA CARTA

E

SIMULE UMA REAÇÃO/ EXPRESSÃO AO OUVIR A FRASE.

MELHOR EXPRESSÃO VENCE. NÃO VALE SINAL OBSCENO.

JOGUE UMA CARTA

E

RESPONDA A FRASE PRECONCEITUOSA.

MELHOR RESPOSTA VENCE. NÃO VALE PALAVRÃO.

JOGUE UMA CARTA

E

CRIE UM LEMA PARA A SUA CARTA-AÇÃO

MELHOR RESPOSTA VENCE

ESCOLHA UMA CARTA E NÃO MOSTRE.

USE DA MÍMICA PARA SEU PARCEIRO DE JOGO ADIVINHAR SUA CARTA. TEMPO: 15 s. (CADA JOGADOR).

VENCE SE OS DOIS ACERTAREM. PARA DESEMPATE, QUEM ACERTAR MAIS RÁPIDO

JOGUE UMA CARTA

E

RESPONDA A FRASE PRECONCEITUOSA.

MELHOR RESPOSTA VENCE. NÃO VALE PALAVRÃO.

JOGUE UMA CARTA

E

OS DOIS JOGADORES: SIMULAM A SITUAÇÃO DA CARTA E DAS AÇÕES. TEMPO: 30s

MELHOR SIMULAÇÃO VENCE. NÃO VALEM SINAIS OBSCENOS E PALAVRÕES.

ESCOLHA UMA CARTA E NÃO MOSTRE.

USE DA MÍMICA PARA SEU PARCEIRO DE JOGO ADIVINHAR SUA CARTA. TEMPO: 15 s (CADA JOGADOR).

VENCE SE OS DOIS ACERTAREM. PARA DESEMPATE, QUEM ACERTAR MAIS RÁPIDO.

TROQUE A DATA DA CARTA FRASE:
DE:SÉC XIX E XX PARA XXI
DE:SÉC XXI PARA XIX E XX.

ESCOLHA UMA CARTA-AÇÃO.

E DIGA O QUE MUDOU EM RELAÇÃO AO PRECONCEITO.

MELHOR RESPOSTA VENCE.

JOGUE UMA CARTA

E

DIGA OUTRA FRASE PRECONCEITUOSA QUE SUA CARTA-AÇÃO VENCERIA.

MELHOR RESPOSTA VENCE. NÃO VALE PALAVRÃO.

JOGUE UMA CARTA

E

DIGA OUTRA FRASE PRECONCEITUOSA QUE SUA CARTA-AÇÃO VENCERIA.

MELHOR RESPOSTA VENCE. NÃO VALE PALAVRÃO.

TROQUE A DATA DA CARTA FRASE:
DE:SÉC XIX E XX PARA XXI
DE:SÉC XXI PARA XIX E XX.

ESCOLHA UMA CARTA-AÇÃO.

E DIGA O QUE MUDOU EM RELAÇÃO À AÇÃO CONTRA ESSE PRECONCEITO.

MELHOR RESPOSTA VENCE.


designed by freepik
DECISOR
CARTA DA RODADA


designed by freepik
DECISOR
CARTA DA RODADA


designed by freepik
DECISOR
CARTA DA RODADA


designed by freepik
DECISOR
CARTA DA RODADA


designed by freepik
DECISOR
CARTA DA RODADA


designed by freepik
DECISOR
CARTA DA RODADA


designed by freepik
DECISOR
CARTA DA RODADA


designed by freepik
DECISOR
CARTA DA RODADA


designed by freepik
DECISOR
CARTA DA RODADA


designed by freepik
DECISOR
CARTA DA RODADA


designed by freepik
DECISOR
CARTA DA RODADA


designed by freepik
DECISOR
CARTA DA RODADA

ESCREVER UM LIVRO E DIVULGAR SEUS IDEAIS



ESCREVER UM ARTIGO PARA JORNAL DENUNCIANDO.



FUNDAR UMA ESCOLA PARA MENINAS QUE ENSINE CIÊNCIAS E MATEMÁTICA



ESTUDAR.



ORGANIZAR UMA MARCHA.



FAZER UM ABAIXO-ASSINADO.



PROCESSAR E PEDIR REPARAÇÃO PÚBLICA.



FUNDAR UM PARTIDO POLÍTICO FEMININO.



FUNDAR/FILIAR-SE A UM SINDICATO QUE LUTA PELAS MULHERES.



CANDIDATAR-SE A UM CARGO POLÍTICO E LUTAR PELAS CAUSAS DAS MULHERES.



PROMOVER CAMPANHA ELEITORAL DE MULHERES E VOTAR NELAS.



ALIAR-SE/VOTAR EM POLÍTICOS QUE LUTAM PELAS CAUSAS DAS MULHERES.



PROPOR A CRIAÇÃO DE UMA LEI.



FORMAR GRUPOS DE DISCUSSÃO SOBRE AS QUESTÕES DAS MULHERES.



FUNDAR UMA ONG CONTRA A VIOLÊNCIA.



INFORMAR, CONVERSAR E AJUDAR.




CARTA-AÇÃO
JUNTE-SE À LUTA
designed by freepik

OCUPAR BRASÍLIA.



FAZER DOCUMENTÁRIOS DENUNCIANDO A SITUAÇÃO.



DENUNCIAR PELO DISQUE 180.

LIGUE 180
Central de Atendimento à Mulher

ORGANIZAR GRUPOS DE PESQUISA.



ENTRAR COM UM PROCESSO PARA GARANTIR O SEU DIREITO.



CHAMAR A POLÍCIA.



DENUNCIAR NAS REDES SOCIAIS.



MEU CORPO, MINHAS REGRAS. USAR SEU CABELO E ROUPAS DO JEITO QUE VOCÊ GOSTAR.



PROPOR BOICOTE.



APOIAR MULHERES.



CONTINUAR A JOGAR FUTEBOL/OU OUTRA ATIVIDADE QUE DIZEM QUE VOCÊ NÃO PODE POR SER MULHER.



NÃO INTERROMPER A FALA DAS MULHERES.



DAR CRÉDITO AO TRABALHO DE MULHERES E NÃO TOMÁ-LO COMO SEU



CONSCIENTIZAR SOBRE FALAS MACHISTAS DO DIA A DIA E NÃO REPRODUZIR.

EXEMPLOS:
-ESSA É PARA CASAR
-LUGAR DE MULHER É NA COZINHA.
-MULHER NO VOLANTE, PERIGO CONSTANTE...

PROMOVER CAMPANHA PUBLICITÁRIA SOBRE AS QUESTÕES DAS MULHERES.



ORGANIZAR UM CONGRESSO/ ENCONTRO PARA REFLEXÃO DAS QUESTÕES DAS MULHERES.




CARTA-AÇÃO
JUNTE-SE À LUTA
designed by freepik

CONHECER O FEMINISMO.



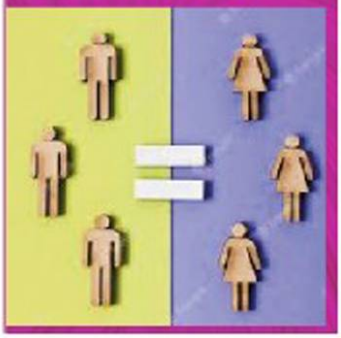
ORGANIZAR UMA GREVE.



FALAR SOBRE O FEMINISMO.



ENSINAR NAS ESCOLAS SOBRE OS DIREITOS DAS MULHERES.



ENSINAR NAS ESCOLAS SOBRE AS CONQUISTAS DAS MULHERES.



CONHECER AS HISTÓRIAS DAS FEMINISTAS.



DENUNCIAR NAS REDES SOCIAIS.



MEU CORPO, MINHAS REGRAS. USAR SEU CABELO E ROUPAS DO JEITO QUE VOCÊ GOSTAR.



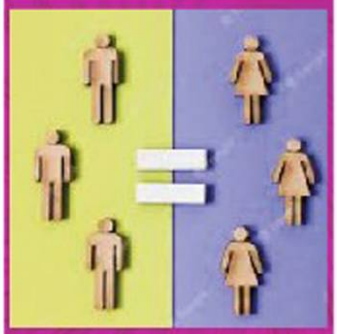
NÃO CONSUMIR PRODUTOS/ MÚSICAS COM CONTEÚDO SEXISTA E APOLOGIA À VIOLÊNCIA.



APOIAR MULHERES: COMPRAR PRODUTOS FEITO POR MULHERES.



CONHECER AS LEIS SOBRE AS MULHERES.



IDENTIFICAR OS SINAIS DE RELACIONAMENTO ABUSIVO.

LEI MARIA DA PENHA

AJUDAR EM SITUAÇÃO DE CRISE MAS PRESERVANDO A SUA SEGURANÇA.

DENUNCIE!



CONSCIENTIZAR SOBRE FALAS MACHISTAS NO TRABALHO E NÃO REPRODUZIR.

EXEMPLOS:

- CONSEGUIU O EMPREGO PORQUE SAIU COM O CHEFE.
- MULHER É FRACA MERECE GANHAR MENOS

CRIAR UMA ONG DE ADVOGADAS E PROPOR LEIS.



DENUNCIAR OS MACHISTAS NO TRABALHO.




CARTA-AÇÃO
JUNTE-SE À LUTA
designed by freepik

APLICABILIDADE DA LEI.

* Em 1827 foi permitida a criação de escolas para meninas.

* Decreto nº 7.247 de 19 de abril de 1879 que ficou conhecido como Reforma Leôncio de Carvalho deu o direito ao acesso às universidades para as mulheres.

APLICABILIDADE DA LEI.

No Código Eleitoral de 1932, Decreto nº 21.076 de 24 de fevereiro feito no governo do presidente Getúlio Vargas se incorporou o direito de voto à mulher, nas mesmas condições que os homens. Aos 21 anos, excluindo as analfabetas, condição da maioria das mulheres no Brasil.

APLICABILIDADE DA LEI

No Código Penal (Decreto - Lei nº 2.848 7 de dezembro de 1940) ficou instituído no Art. 128 que o aborto pode ser praticado quando "não há outro meio de salvar a vida da gestante" e se a gravidez resulta de estupro.

APLICABILIDADE DA LEI

Em 1979 foi revogado o Decreto nº 3.199 de 14 de abril de 1941 que não permitia que as mulheres praticassem esportes que fossem incompatíveis com a sua natureza "frágil" como o futebol.

APLICABILIDADE DA LEI

A primeira delegacia da mulher foi criada pelo Decreto 23.769, de 6 de agosto de 1985, e rapidamente foi multiplicada em todo país. Com objetivo de ser um espaço policial de atendimento às mulheres reconhecidas agora como vítimas e especializado na proteção contra a violência doméstica e sexual.

APLICABILIDADE DA LEI

"Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações" instituiu o artigo 5º da Constituição Federal de 1988.

APLICABILIDADE DA LEI

A Lei nº 9.100 de 29 de setembro de 1995 instituiu que "Vinte por cento, no mínimo, das vagas de cada partido ou coligação deverão ser preenchidas por candidaturas de mulheres Essa lei foi reformulada em 2009 para no mínimo 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo.

APLICABILIDADE DA LEI

A Lei 11.106 de 2005 Extinguiu a expressão "Mulher Honesta". As mulheres vítimas de estupro precisavam provar sua honestidade/ virgindade para processar seu agressor

APLICABILIDADE DA LEI

Lei 11.106 de 2005 Extinta a lei que determinava que se a vítima de estupro se casasse com o estuprador ou outro homem, o crime deixava de existir.

APLICABILIDADE DA LEI

A Lei 11.340 de 07 de agosto de 2006, chamada de Lei Maria da Penha criou mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher.

APLICABILIDADE DA LEI

A Lei 13.104 de 9 de Março de 2015 - Lei contra o feminicídio - Crime de homicídio cometido pelas razões da condição do sexo feminino- por ela ser mulher.

APLICABILIDADE DA LEI

Aprovada a Lei 13.718/2018 que tipifica o assédio como crime. Que consiste na prática de ato libidinoso contra ou sem a anuência da vítima, com o objetivo de satisfazer a própria lascívia ou a de terceiros como, por exemplo, casos de contato sem consentimento.

APLICABILIDADE DA LEI

2021 - Lei Mariana Ferrer Lei nº 14.245,que obriga o juiz a zelar pela integridade da vítima em audiências de instrução e julgamento sobre crimes contra a dignidade sexual. Proibindo, nas audiências judiciais o uso de linguagem, informações ou material que ofenda a dignidade da vítima ou de testemunhas ou seja, humilhar e ofender a vítima.

APLICABILIDADE DA LEI

Lei n 7.716/89 conhecida como Lei do Racismo pune todo tipo de discriminação ou preconceito, seja de raça, cor,religião, precedência nacional ou etnia.

APLICABILIDADE DA LEI

Artigo 140 do Código Penal de 1940 * INJÚRIA: Ofender a dignidade ou decoro de alguém. Xingamento, uma ofensa pessoal direta. É atribuir a alguém qualidade negativa. 2003 - A pena é aumentada se a injúria refere-se a raça, cor, etnia, religião, origem, condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência.

APLICABILIDADE DA LEI

No Marco Cívil da Internet, Lei n.12.965/2014 assegurou a inviolabilidade da intimidade e da vida privada na internet, sua proteção e indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.


CARTA-AÇÃO
JUNTE-SE À LUTA
designed by freepik

ESCREVER UMA PEÇA DE TEATRO OU MÚSICA DENUNCIANDO A SITUAÇÃO.



CRIAR UM SITE COM INFORMAÇÕES.



COMPARTILHAR TAREFAS.



NÃO DISSEMINAR ÓDIO CONTRA AS MULHERES.



PASSE A VEZ DE RESPONDER A CARTA DECISOR PARA OUTRO JOGADOR

TROQUE UMA CARTA COM SUA DUPLA DE JOGO.

RESPONDA O DESAFIO SE A SUA DUPLA DE JOGO NÃO SOUBER.

TROQUE UMA CARTA COM SUA DUPLA DE JOGO.


CARTA-AÇÃO
JUNTE-SE À LUTA
designed by freepik

Box with lid 12×8.5×4 LID 2 (cm)

lid



templatemaker.nl (C) Please, refer to the very permissive license!

Box with lid 12×8.5×4 LID 2 (cm)

base

templatemaker.nl (C) Please, refer to the very permissive license!


NO CAMINHO DO FEMINISMO
VERDADE OU MENTIRA?
designed by freepik

JOGO DE TABULEIRO - NO CAMINHO DO FEMINISMO: É VERDADE OU MENTIRA

"As feministas odeiam os homens", " As mulheres querem ser superiores aos homens", "As feministas são abortistas", " As feministas não podem se depilar", " As feministas querem destruir a família e a religião". Estas frases são mentiras sobre o feminismo, as conhecidas "*fake news*" e estão disseminadas pela internet e pelo senso comum. Mas, o que é verdade e o que é mentira sobre o feminismo? Nesse jogo de tabuleiro de perguntas e respostas que os (as) jogadores(as)/estudantes vão desvendar o que é o movimento feminista, mas principalmente o que ele não é.

O jogo de tabuleiro tem o percurso em forma do símbolo do feminismo e tem por objetivo central que se cruze a chegada por primeiro. Para cumprir essa trajetória o(a) estudante/jogador(a) passará pelas suas 23 casas, em cada uma retirará uma carta-pergunta e responderá uma questão sobre o feminismo dizendo se é verdade ou mentira. Quando errar a questão deve recuar uma casa e ao acertar avançar uma casa.

Apesar de ter apenas um vencedor(a) o jogo foi construído para ter um elemento de cooperação entre os jogadores(as). Cada jogador(a) deve escolher antes do início da partida o seu cartão de jogador que contém uma habilidade para interagir com o outro jogador(a). Assim estudantes/jogadores(as) podem negociar a ajuda e se ajudar durante o jogo, afinal sozinhos é difícil vencer no caminho do feminismo.

A criação deste jogo de tabuleiro deu-se a partir das respostas de uma pesquisa com estudantes de um Colégio Estadual Rural do 9° ano que apontaram para a diferenciação no tratamento de homens e mulheres. E do silenciamento da palavra feminismo que quase nunca aparece nos livros didáticos e quando se faz presente não há explicação para o termo. O desafio era encontrar uma forma de explicar por meio de um jogo o que é o feminismo. Considerou-se para a criação do jogo a construção do conhecimento, especialmente dos conceitos históricos, dentro de uma cientificidade que baseia-se em fatos e em pesquisas e não em senso comum. Desta forma os conteúdos das cartas foram escolhidos em bibliografia pertinente ao tema[1] buscando percorrer uma trajetória sobre as conquistas e lutas das mulheres, como na questão "Verdade ou Mentira? Existiu uma lei no Brasil e que se a mulher se casasse com o seu estuprador/ou outro homem, o estupro deixava de ser crime." A afirmativa segue-se

1 Apoiamo-nos principalmente nas obras:

HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org). **Pensamento feminista brasileiro:** formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.

PINTO, C. R. J. **Uma história do feminismo no Brasil**. Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo. 2003.

TELES, M. A. de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

com a informação que de não só existiu, como somente em 2005 deixou de existir. Também recorreu-se a dados de pesquisas sobre a situação da mulher como do DIEESE[2] e do IPEA[3] para alicerçar as afirmativas.

Igualmente percorreu-se Guias e sites com listas do que é e do que não é feminismo. Em uma busca no GOOGLE em 2021 encontrou-se mais de 1.800.000 páginas sob a expressão "Mentiras sobre o feminismo" obviamente que entre elas, muitas disseminam a mentira sobre o movimento, mas que são de fácil acesso a qualquer pessoa que deseje pesquisar sobre o tema. Por outro lado, temos livros e artigos da academia sobre o feminismo, mas a linguagem por vezes é de difícil acesso. Em uma passagem do livro "O feminismo é para todo mundo" Bell Hooks explícita essa situação

> [...] tenho vontade de ter em mãos um livreto, para que eu possa dizer ' leia este livro e ele te dirá o que é o feminismo, sobre o que é o feminismo.' Quero ter em mãos um livro conciso, fácil de ler e de entender, não um livro longo, não um livro grosso com jargão e linguagem acadêmica difíceis de compreender, mas um livro direto e claro [...] [4]

A intenção deste jogo é a mesma de Hooks, trazer aos estudantes a ideia do que é o feminismo, ao mesmo tempo do que ele não é, de forma simples, de fácil acesso. Interessa-nos também a prática da reflexão a partir do jogo do que se constitui uma notícia falsa, uma mentira sobre um fato. Em tempos de negacionismo e disseminação de inverdades faz-se premente a reflexão de como se dá a construção destas.

---

2 DIEESE- Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos:
DIEESE. **Brasil:** Inserção Das Mulheres No Mercado De Trabalho. São Paulo: DIEESE, 2021. Disponível em:<https://www.dieese.org.br/outraspublicacoes/2021/graficosMulheresBrasilRegioes2021.html> Acesso em:30 de out. de 2021

3 IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada:
BRASIL, Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA). **Infográfico Atlas da Violência 2020**. Disponível em: < https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/25/infografico-atlas-da-violencia-2020> Acesso em: 05 de nov. de 2021.
BRASIL, Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA). **Tolerância Social à violência contra a mulher**. 2014. Disponível em:
<https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/140327_sips_violencia_mulheres_novo.pdf> Acessado em 26 ag. 2020.

4HOOKS, B.. **O feminismo é para todos: políticas arrebatadoras**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019. p.12.

FICHA TÉCNICA

FICHA TÉCNICA DO JOGO NO CAMINHO DO FEMINISMO	
Idade dos jogadores	+ 12 anos
Quantidade de jogadores	2 a 4
Tempo de partida	15 minutos
Mecânica de jogo	Avanço por resposta, Cooperação.
Componentes	Tabuleiro com 23 casas. 4 peões, 100 cartas-pergunta 4 cartas do jogador com sua habilidade
Tamanho	Tabuleiro: 29,7cm x 42 cm Cartas: 6 cm x 9,5 cm Peças: 3,5 cm
Objetivo do jogo	Responder corretamente as cartas-perguntas e ser o primeiro a cruzar a chegada.
Objetivo de aprendizagem	Conhecer o movimento feminista e as mentiras disseminadas sobre o movimento.

Preparação do Jogo:

- Abrir o tabuleiro e colocar as cartas viradas para baixo
- Os jogadores devem escolher suas peças e colocá-la no início do tabuleiro

Modo de jogar / regras do jogo

1- O jogador mais novo começa. Pega uma carta virada para baixo e passa para o jogador da esquerda. Esse jogador vai desvirar a carta e fazer a pergunta.

2- Se o jogador acertar avança uma casa e continua. Se o jogador errar deve recuar uma casa. E passar a sua vez.

3- Chegando no primeiro cruzamento o jogador que parar na terceira casa deve na sua jogada seguinte ir ou para esquerda ou direita.

5- Ao chegar no círculo do tabuleiro deve-se seguir pela esquerda.

6- O jogador que cruzar por primeiro a CHEGADA vence.

Características do tabuleiro e das cartas do jogo.

O tabuleiro deste jogo tem o formato do símbolo do feminismo com fundo na cor roxa, com espaço para as instruções e para as cartas. Pode ser impressa em folha A4 ou A3. O **Símbolo do feminismo** é formado pelo Espelho de Vênus, símbolo da valorização da feminilidade de origem na mitologia grega, na deusa do amor Afrodite. O punho erguido vem do feminismo negro que tem como símbolo de luta o gesto do punho erguido do Movimento das Panteras Negras nos Estados Unidos. Gesto usado por dois esportistas negros em 1968 no México que o popularizou e foi utilizado pelo movimento feminista em sinal de luta e apropriado pelas feministas brancas.



Foram criadas para o jogo 100 cartas com questões sobre o feminismo. Dividiu-se para que 60 cartas trouxessem informações verdadeiras e 40 com informações falsas. O layout escolhido para as cartas foi o ponto de interrogação na cor roxa para o verso das cartas e na frente das cartas o ponto de interrogação com a pergunta "Verdade ou Mentira?" abaixo tem-se o exemplo das cartas.

CARTAS PERGUNTAS- FRENTE E VERSO







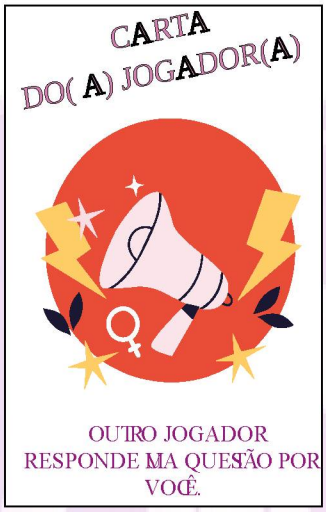
O conteúdo de cada carta traz uma informação: sobre o feminismo, as feministas, suas pautas de luta e em seguida uma mão fazendo o sinal de positivo para informações verdadeiras com um carimbo com os dizeres de LUTA FEMINISTA! e no caso de informação falsa, uma mão fazendo sinal de negativo com a palavra MENTIRA. Por fim, um breve comentário sobre a informação dada. As cartas foram criadas baseando-nos na bibliografia do feminismo, em dados de pesquisas do DIEESE e do IPEA sobre a situação das mulheres brasileiras e em frases do senso comum retiradas de Cartilhas sobre o combate a violência.[5] e de Guias Antimachistas.[6]

Foram criadas quatro cartas do jogador para que os jogadores(as)/estudantes possam interagir entre eles. Segue-se o exemplo:

5 BRASIL. MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. OABC da violência contra a mulher no trabalho. 2019. Disponível em< https://mpt.mp.br/pgt/publicacoes/cartilhas/o-abc-da-violencia-contra-a-mulher-no-trabalho/@@display-file/arquivo_pdf> Acessado em:15 de ag. de 2021.

6 FRABETTI, K; REIS, M; ZIETEMANN, V; UEZATO, L. Guia Antimachismo No Trabalho. Disponível em: <http://www.liviauezato.com/project/guia-antimachismo> Acessado em: 02 de mai. de 2021





PEÇAS

A ideia para as peças que representam os jogadores no tabuleiro é utilização de círculos de 3,5 cm. Podem ser confeccionados de papelão, madeira ou ainda reutilizar peças de jogos de botão. Foram criadas dois tipos, utizando os símbolos do feminismo:





4.1 MATERIAL DE APOIO.

O material de apoio deste jogo consiste em uma sugestão de plano de aula com aplicação do jogo; as referências sobre a temática das cartas e em um glossário de termos sobre o feminismo. Anexamos as cartas, tabuleiro, peças e também a caixa. Essa caixa foi criada para conter todos os quatro jogos.

SUGESTÃO PARA APLICAÇÃO

O jogo de tabuleiro No Caminho do Feminismo foi idealizado para ser uma ferramenta de ensino aprendizagem introdutória da temática do feminismo em sala de aula. Uma possibilidade de inclusão no plano de aula é sugerida abaixo em que utilizar-se à em quatro aulas.[7]

PLANO DE AULA SOBRE O FEMINISMO	
ANO:	9º ANO
UNIDADES TEMÁTICAS:	O nascimento da República no Brasil e os processos históricos até a metade do século XX Modernização, ditadura civil-militar e redemocratização: o Brasil após 1946
OBJETOS DO CONHECIMENTO:	Anarquismo e protagonismo feminino O processo de redemocratização A Constituição de 1988 e a emancipação das cidadanias (analfabetos, indígenas, negros, jovens etc.) A história recente do Brasil: transformações políticas, econômicas, sociais e culturais de 1989 aos dias atuais Os protagonismos da sociedade civil e as alterações da sociedade brasileira A questão da violência contra populações marginalizadas
HABILIDADES DA BNCC:	(EF09HI08) Identificar as transformações ocorridas no debate sobre as questões da diversidade no Brasil durante o século XX e compreender o significado das mudanças de abordagem em relação ao tema. (EF09HI23) Identificar direitos civis, políticos e sociais expressos na Constituição de 1988 e relacioná-los à noção de cidadania e ao pacto da sociedade brasileira de combate a diversas formas de preconceito, como o racismo.

7 – Plano de aula criado a partir das referências da Base Nacional Comum Curricular.
BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2018.
Disponível em:<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf>
Acessado em: 30 de ag. de 2019.

	(EF09HI24) Analisar as transformações políticas, econômicas, sociais e culturais de 1989 aos dias atuais, identificando questões prioritárias para a promoção da cidadania e dos valores democráticos. (EF09HI26) Discutir e analisar as causas da violência contra populações marginalizadas (negros, indígenas, mulheres, homossexuais, camponeses, pobres etc.) com vistas à tomada de consciência e à construção de uma cultura de paz, empatia e respeito às pessoas.
OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM:	Conhecer o movimento feminista e as mentiras disseminadas sobre o movimento.
DURAÇÃO:	4 AULAS
RECURSOS E MATERIAIS:	Jogo de cartas, quadro, giz.

Na **AULA 1** o docente pode solicitar como primeira atividade, que os estudantes façam uma pesquisa com 10 pessoas (familiares e outros estudantes) questionando:

- Você conhece o feminismo?
- O que é o movimento feminista?
- Como são as feministas?
- O que seria uma atitude machista?
- O que seria uma atitude feminista?

Espera-se que entre as diversas respostas encontrem-se muitas verdades, mas também muitas inverdades sobre o movimento feminista e suas adeptas. Essa pesquisa antecipa o jogo e o professor pode propor como desafio obter respostas iguais as cartas do jogo.

* Outra possibilidade de aplicação em sala de aula é utilizar o jogo na primeira aula com dois objetivos: compreender o conhecimento prévio dos estudantes sobre a temática e para que estes apreendam o conceito de feminismo, machismo, de feministas, atitudes feministas e as inverdades que existem ao redor das palavras feminismo e feminista

Na **AULA 2** o docente aplica o jogo como um desafio sobre o conhecimento dos estudantes da temática do feminismo e para que nesse percurso construam uma noção crítica sobre o que é e o que não é verdade sobre o movimento feminista. O jogo pode ser adaptado para ser jogado pela turma toda, dividida em grupos, uma vez que é composto por 100 cartas de perguntas.

Na **AULA 3** o docente desenvolve a temática das ondas do feminismo apontando para a historicidade e a longa permanência de mentiras sobre o feminismo e como algumas delas foram gestadas pelo machismo da sociedade. A exemplo da representação das feministas como feias, mal-amadas, agressivas e abortistas.

Na **AULA 4** – o docente pode solicitar como produção autoral dos alunos que escolham e reproduzam as cartas em formato de cartaz sobre o feminismo, para construir um grande painel sobre as verdades e as mentiras sobre o feminismo que pode ser fixado para ser visto por toda a comunidade escolar. Inclusive pode-se utilizar as respostas colhidas nos questionários dos estudantes.

REFERÊNCIAS SOBRE A TEMÁTICA DAS CARTAS:

Carta	Informação	Comentário
		VERDADE
01	Feminismo luta por igualdade econômica, social e jurídica entre homens e mulheres.	Pela constituição brasileira de 1988 homens e mulheres têm direitos e deveres iguais. No entanto, o salário das mulheres, em média, é muito menor do que dos homens. Ocupam menos lugares nos cargos públicos. **Para saber mais:** sobre a história do feminismo brasileiro- TELES, M. A. de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1993.
02	O feminismo luta contra a crença de que os homens são superiores às mulheres	Nessa crença alicerçam-se atitudes machistas que durante séculos negaram direitos às mulheres, como voto, educação, participação política. O feminismo luta pelo reconhecimento da capacidade feminina e acredita que todos são capazes. **Para saber mais:** sobre a luta contra a ideia de inferioridade femininas empreendida pelas feministas no século XIX. DUARTE, Constância Lima. **Nísia Floresta**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

03	O conceito de feminismo surgiu no século XIX.	A palavra feminismo emergiu em 1837 na França. No entanto, as mulheres por séculos têm falado, escrito e lutado contra as desigualdades e opressões que sofrem. **Para saber mais:** sobre o feminismo, suas origens e ondas PERROT, M. **Minha História das Mulheres.** São Paulo: Contexto, 2007, pp. 148-156.
04	Feminismo luta contra o machismo	Machismo são atitudes, palavras e ações degradantes e discriminatórias contra as mulheres, nascidas da crença que homens são superiores às mulheres. **Para saber mais:** sobre o machismo/sexismo GARCIA, C. C. **Breve história do feminismo.** São Paulo: Claridade, 2011. p. 18.
05	No estupro a culpa nunca é da vítima. não importa qual roupa ela estava usando.	O feminismo luta contra a cultura do estupro, ou seja, a ideia que a agressão sexual e o abuso são normalizados ou banalizados. Principalmente em tirar a culpa do criminoso e atribuí-la a vítima. **Para saber mais:** a luta contra a cultura do estupro leia sobre a Marcha das Vadias. GOMES, C.; SORJ, B. **Corpo, geração e identidade:** a Marcha das vadias no Brasil. Soc. estado., Brasília, v. 29, n. 2,p. 433-447, ago.2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922014000200007&lng=pt&nrm=iso>. Acessado em: 11 ag, de 2020
06	Feminismo luta contra a opressão e a exploração de grupos de pessoas sobre outras pessoas	Opressões e explorações sexistas, ou seja, por elas serem mulheres. **Para saber mais:** sobre os feminismos HOOKS, Bell. **O feminismo é para todos: políticas arrebatadoras.** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.
07	Existem no feminismo: feminismo negro, indígena, lésbico, radical, marxista, liberal...	As mulheres não são iguais e nem as suas lutas. Assim temos vários feminismos e lutas. **Para saber mais:** sobre as ondas do feminismo e sua face plural ZIRBEL, I. **Ondas do feminismo**. Blogs de Ciências da Universidade Estadual de Campinas: Mulheres na Filosofia.V.7 nº.2, 2021 p.10-31. Disponível em: <https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/wp-content/uploads/sites/178/2021/03/Ondas-do-Feminismo> Acesso em:08 de jul. de 2021
08	No século XIX as meninas aprendiam corte, costura na escola. dizia-se que ciência e matemática não lhes	Estudar para quê? Vai ser dona de casa. O currículo das meninas era diferente dos meninos e lhes retiravam a chance do conhecimento, restando-lhes apenas os afazeres domésticos. **Para saber mais:** sobre a educação no século XIX e a luta feminista pelo direito básico da educação. DUARTE, Constância Lima. **Nísia Floresta.** Recife: Fundação Joaquim

	era útil.	Nabuco, Editora Massangana, 2010. DUARTE, C. L. Feminismo: uma história a ser contada. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org). **Pensamento feminista brasileiro:** formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.
09	A primeira prefeita da América Latina é brasileira.	Em 1928 Alzira Soriano foi eleita prefeita em Lajes no Rio Grande do Norte. Foi a primeira mulher eleita como prefeita na América Latina. **Para saber mais:** A biografia de Soriano foi escrita pela jornalista Heloísa Souza: SOUZA, Heloísa Maria Galvão Pinheiro de. **Luísa Alzira Teixeira Soriano:** primeira mulher eleita prefeita na América do Sul. Natal: CCHLA,1993.
10	Quem era contra o voto feminino argumentava que o voto acabaria com a família	Na constituinte de 1891 argumentavam que a mulher estava muito ocupada cuidando de casa e dos filhos. Se fosse se meter com política abandonaria a família. **Para saber mais:** leia o artigo de KARAWEJCZYK, Mônica. ***O* Voto Feminino no Congresso Constituinte de 1891: Primeiros Trâmites Legais.** Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011. Disponível em: <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/3998> Acesso em: 29 de ag. de 2020
11	Quem era contra o voto feminino argumentava que as mulheres não eram inteligentes como os homens.	Os homens que discutiam sobre o voto das mulheres chegaram a conclusão que as mulheres eram inferiores em todos os sentidos aos homens e por isso não deveriam votar. **Para saber mais:** leia o artigo de KARAWEJCZYK, Mônica. ***O* Voto Feminino no Congresso Constituinte de 1891: Primeiros Trâmites Legais.** Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011. Disponível em: <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/3998> Acesso em: 29 de ag. de 2020
12	Na campanha pelo voto as feministas: fundaram um partido político, fizeram passeatas e aliaram-se aos políticos	As feministas utilizaram diversas estratégias para conquistar o direito ao voto. Elas conquistaram em 1932. **Para saber mais:** sobre a conquista do voto feminino ALVES, Branca Moreira. A luta das sufragistas. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org). **Pensamento feminista brasileiro:** formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019. pp. 49-64
13	As primeiras mulheres a ingressar na universidade	As mulheres não eram consideradas capazes de tomar decisões e precisavam de autorização de um homem. As mulheres só foram aceitas em universidades a partir do ano 1879. **Para saber mais:** sobre a conquista do direito de estudar consultar a

	no Brasil precisaram de autorização do pai ou do marido.	lei. Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879 que ficou conhecida como Reforma Leôncio de Carvalho deu o **direito ao acesso às universidades as mulheres**. Foi apenas em 1881 que a primeira mulher ingressou no Ensino Superior no país: Rita Lobato Velho Lopes que se graduou em 1887 no curso de Medicina pela Faculdade de Medicina da Bahia. **Consulte a lei:** *Disponível em:* <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7247-19-abril-1879-547933-publicacaooriginal-62862-pe.html> Acessado em:26 de ag. de 2020
14	No Brasil os homens tinham direito por lei de bater em suas esposas até 1890	Até essa data a possibilidade de castigo físico era permitida, apenas em 1890 que foi criada uma lei que a proibia. A Violência doméstica é crime! Denuncie. **Para saber mais:** sobre a proibição do castigo físico: Pelo Decreto nº181, de 24 de janeiro de 1890 que tratou sobre o casamento civil retirou-se a possibilidade do marido aplicar castigo físico à esposa. **Consulte a lei:** Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d181.htm> Acesso em: 28 de ago. De 2020
15	As mulheres conquistaram o direito ao voto em 1932. Não podiam votar as analfabetas e as menores de 21 anos	O Brasil foi o quarto país da América a aprovar o voto feminino. No entanto, excluiu boa parte das mulheres ao voto ao proibir o voto das analfabetas. **Para saber mais:** sobre a conquista do voto feminino ALVES, Branca Moreira. A luta das sufragistas. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org). **Pensamento feminista brasileiro:** formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019. pp. 49-64
16	O direito ao aborto foi instituído no Código Penal de 1940 em casos de estupro ou risco à vida.	O feminismo luta para que todas as mulheres tenham esse direito garantido conforme sua escolha. E que o procedimento seja feito preservando a dignidade da mulher. **Para saber mais:** sobre a questão da legalização e descriminalização do aborto no Brasil. BARSTED, L.L. **Legalização e descriminalização:** dez anos de luta feminista. In: HOLLANDA. H.B. Pensamento Feminista Brasileiro: Formação e contexto, RJ: Bazar do Tempo, 2019.
17	Até 1962 as mulheres precisavam de autorização do marido para trabalhar, viajar e receber herança.	Existia nas leis a incapacidade da mulher casada o que levava aos seus maridos a serem seus tutores. **Para saber mais:** sobre os direitos civis das mulheres MARQUES, T.C. N.; MELO, H. P. **Os direitos civis das mulheres casadas no Brasil entre 1916 e 1962:** ou como são feitas as leis. Rev. Estud. Fem. [online]. 2008, vol.16, n.2, pp.463-488. ISSN 1806-9584. **Disponível em:** <**https://www.scielo.br/j/ref/a/mkBHYrM8HVHMbwHsYTDmzKz/ab**

		stract/?lang=pt> Acesso em: 28 de ag. de 2020
18	Para se ter um cartão de crédito as mulheres precisavam de um avalista homem em 1974.	Assim como para abrir conta em bancos. **Para saber mais:** MARQUES, T.C. N.; MELO, H. P. **Os direitos civis das mulheres casadas no Brasil entre 1916 e 1962:** ou como são feitas as leis. Rev. Estud. Fem. [online]. 2008, vol.16, n.2, pp.463-488. ISSN 1806-9584. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mkBHYrM8HVHMbwHsYTDmzKz/abstract/?lang=pt> Acesso em: 28 de ag. de 2020
19	Até 1962 as mulheres casadas eram consideradas incapazes e precisavam da tutela do marido	O Estatuto da mulher casada foi criado em 1962. Nele se atestou a capacidade da mulher sem precisar da tutela do marido. **Para saber mais:** GAZELE, C.C. **Estatuto da Mulher Casada:** Uma História dos direitos humanos das mulheres. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, 2005. f. 195.
20	Até 1977 era obrigatório a adoção do sobrenome do marido.	A obrigatoriedade significava uma afirmação do poder do marido. Tradição do direito romano, o sobrenome do marido, que a esposa passava a usar, funcionava como um carimbo a mostrar que ela tinha um dono e senhor." **Para saber mais:** sobre o uso do sobrenome do marido. CANTARELLI, A. C; LEVANDOWSKI, D. C.; MARIN, A. H. "Eu não alterei o meu nome": o que dizem as mulheres sobre o não acréscimo do sobrenome do marido/parceiro no casamento ou união estável. Pensando fam., Porto Alegre , v. 17, n. 1, p. 03-16, jul. 2013 . Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2013000100002&lng=pt&nrm=iso>.Acesso em: 28 de ag. de 2020
21	No Brasil por 38 anos foi proibida a prática do futebol para mulheres	Entre 1941 e 1979 foram proibidas as práticas esportivas ditos "de homem" que eram consideradas incompatíveis com a sua " natureza frágil". **Para saber mais:** sobre a história do futebol feminino BROCH, M. Histórico do futebol feminino no Brasil: Considerações acerca da desigualdade de gênero. Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação de História da UFMG. Belo Horizonte: v.13, nº 1, 2021: Edição 35 (jan/jun.2021) Disponível em:<https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/issue/view/1468> Acessado em: 15 de jun. de 2021
22	Em 1941 alguns esportes foram considerados incompatíveis com a	Entre 1941 e 1979 foram proibidas as práticas esportivas que eram consideradas incompatíveis com a sua "natureza frágil" e que impossibilitasse a principal missão da mulher: ter filhos. **Para saber mais:** sobre a história do futebol feminino acesse a

	natureza frágil das mulheres	exposição virtual. Disponível em:<https://museudofutebol.org.br/exposicoes/contra-ataque/> Acesso em:17 de ag. de 2020
23	170 anos após a criação das forças armadas as mulheres foram aceitas no Exército: 1992.	O lugar da mulher é no exército também. O feminismo luta para que as mulheres tenham a possibilidade de escolha da sua carreira profissional. **Para saber mais:** leia o artigo sobre as mulheres nas forças armadas brasileiras ALMEIDA, V. H. A. **Mulheres nas forças armadas brasileiras:** situação atual e expectativas futuras. Cadernos ALERGIS, 51 (Jan/abril), 2014. Disponível em: <http://bd.camara.leg.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/27339/mulheres_forcas_almeida.pdf?sequence=1> Acesso em:30 de ag. de 2020
24	Existem delegacias especializadas no atendimento à mulher	Uma antiga demanda feminista que via o ambiente hostil nas delegacias majoritariamente masculinas como um fator de preconceito e discriminação. O atendimento deveria ser prestado por policiais do sexo feminino. **Para saber mais:** leia o artigo sobre as Delegacias e a luta feministas MEDEIROS, L. **DEAM:** Uma invenção do Movimento de Mulheres e Feminista no contexto de redemocratização brasileira. Anais do XV Encontro Regional de História da ANPUH -RIO, 2012. Disponível em: <http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338414256_ARQUIVO_ArtigoAnpuh.2012.pdf> Acesso em:01 de set. de 2020
25	Em 2021 fez 33 anos que as mulheres são consideradas iguais em direitos e deveres aos homens	Até 1988 as mulheres e os homens não eram considerados iguais na área jurídica. Seus status era inferior e de submissão em relação aos homens **Para saber mais:** leia o artigo de Pitanguy que conta sobre a luta da conquista de direitos na CF de 1988. PITANGUY, J. ***A Carta das mulheres brasileiras aos constituintes:*** memórias para o Futuro. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.
26	Existe uma lei em que 30% das vagas de cada partido devem ser ocupadas por mulheres	Essa lei foi aprovada em 1995 com 20% e ampliada em 2009 garantindo a participação feminina nas eleições **Para saber mais:** A Lei nº 9.100 de 29 de setembro de 1995 instituiu que "Vinte por cento, no mínimo, das vagas de cada partido ou coligação deverão ser preenchidas por candidaturas de mulheres". Essa lei foi reformulada em 2009 para no mínimo 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo. **Acesse a Lei:** Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9100.htm>

		Acesso em: 01 de set. de 2020
27	Falta de virgindade era justificativa para a anulação do casamento	Até 2002 o marido podia pedir anulação do casamento por falta de virgindade. **Para saber mais:** Lei nº 10.406 de janeiro de 2002 que instituiu o Código Civil assegurou o Casamento sem exigência de virgindade. Suprimindo a Lei 1.556, inciso IV, do Código em vigor, que permitia ao marido pedir a anulação do casamento se descobrisse que a mulher não era mais virgem. **Acesse a Lei:** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm> Acesso em:01 de set. de 2020
28	Existiu uma lei no Brasil em que se a mulher se casasse com o seu estuprador/ou outro homem, o estupro deixava de ser crime	Apenas em 2005 essa lei deixou de existir no Brasil. **Para saber mais:** Lei 11.106 de 2005 revogou os incisos VII e VIII do art. 107 do Código Penal, em que a punibilidade do estupro seria extinta: pelo casamento do agente com a vítima, nos crimes contra os costumes, definidos nos Capítulos I, II, e III do Título VI da Parte Especial deste Código. **Consulte a lei:** que alterou o Código Penal Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11106.htm> Acesso em:01 de set. de 2020
29	No Brasil existe uma lei que combate a violência contra as mulheres	Criada em 2006 e conhecida como Lei Maria da Penha combate a violência doméstica e familiar contra as mulheres. Para saber mais: A Lei 11.340 de 07 de Agosto de 2006, chamada de Lei Maria da Penha criou mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Nessa lei tratou-se de uma nova forma de administração legal dos conflitos intra familiares, definiu o que é e quais são as formas de violência, consolidou estratégias de prevenção, assistência e proteção às mulheres. Com a criação de Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra as mulheres, medidas protetivas de urgência para as vítimas, promoção de estudos, implementação de centros de atendimento multidisciplinar, delegacias especializadas e casas de abrigo, além de campanhas educativas. Maria da Penha, a farmacêutica que deu seu nome à lei, precisou ser vítima de duas tentativas de homicídio e lutar por quase 20 anos para que, finalmente, conseguisse colocar seu ex-marido criminoso atrás das grades. **Para saber mais:** - O Governo de Minas Gerais produziu um gibi intitulado "As Marias em: Maria da Penha vai as escolas". O Instituto Ressurgir disponibilizou esse material em: Disponível em: <https://institutoressurgir.org/wp-content/uploads/2019/10/GIBI_Lei_Maria_da_Penha_ATUALIZADO.pdf> Acesso em:01 de set. de 2020

		Consulte a lei: Disponível em:< em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11106.htm> Acesso em:01 de set. de 2020
30	O assédio só foi considerado crime em 2001	Assédio é qualquer ato de cunho sexual sem consentimento. Qualquer tipo de toque que cause desconforto como beijos, carícias, abraços, etc. **Para saber mais:** Sobre a importunação sexual: Aprovada a Lei 13.718 que tipifica a importunação como crime. Que consiste na prática de ato libidinoso contra ou sem a anuência da vítima, com o objetivo de "satisfazer a própria lascívia ou a de terceiros", como, por exemplo, casos de assédio e contato sem consentimento. **Consulte a lei:** Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13718.htm> Acesso em:01 de set. de 2020
31	Sem consentimento tocar, encostar e acariciar é considerado crime.	É assédio! Denuncie! **Para saber mais:** Aprovada a Lei 13.718 que tipifica o assédio como crime. Que consiste na prática de ato libidinoso contra ou sem a anuência da vítima, com o objetivo de "satisfazer a própria lascívia ou a de terceiros", como, por exemplo, casos de assédio e contato sem consentimento. **Consulte a lei:** Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13718.htm> Acesso em:03 de set. de 2020.
32	A opressão é vivida por todas as mulheres, mas recaí de forma diferente, conforme, a classe e a raça.	A essa ideia dá-se o nome de Interseccionalidade e foi criada no feminismo negro. **Para saber mais:** leia sobre interseccionalidade em AKOTIRENE, C. Interseccionalidade. São Paulo: Sueli Carneiro, Pólen, 2019.
33	No Brasil já se considerou a esterilização obrigatória em mulheres negras	Em 1982 houve uma proposta de controle da natalidade de pessoas negras em São Paulo. Feministas e o movimento negro denunciaram essa proposta racista. **Para saber mais:** DAMASCO, Mariana Santos; MAIO, Marcos Chor; MONTEIRO, Simone. **Feminismo negro:** raça, identidade e saúde reprodutiva no Brasil (1975-1993).**Rev. Estud. Fem.** , Florianópolis, v. 20, n. 1, pág. 133-151, abril de 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2012000100008&lng=en&nrm=iso> Acesso em 18 de abril de 2021.
34	Essa é uma frase	Frase MACHISTA que desqualifica a capacidade da mulher no trabalho

	machista: " Recebeu aumento, ela deve ter saído com o chefe	e as suas conquistas. **Para saber mais:** sobre a cultura machista MAIO, E; OLIVEIRA, M. "Você fechou as pernas? A Cultura machista nas práticas sociais. Revista Polêmica, v 16, nº 3, 2016. Disponível em:<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/polemica/article/view/25199/18031> Acesso em: 15 de jun. de 2020
35	Essa é uma frase machista: "isso não é profissão de mulher	Profissão de mulher é aquela que ela escolher! **Para saber mais:** sobre a cultura machista MAIO, E; OLIVEIRA, M. "Você fechou as pernas? A Cultura machista nas práticas sociais. Revista Polêmica, v 16, nº 3, 2016. Disponível em:<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/polemica/article/view/25199/18031> Acesso em: 15 de jun. de 2020
36	O feminismo luta pela liberdade reprodutiva	Acredita-se na liberdade de escolha das mulheres no controle do seu próprio corpo para ter ou não filhos. **Para saber mais:** sobre o aborto no Brasil CARDOSO, B.B.; VIEIRA, F.M.S.B.; SARACENI, V. **Aborto no Brasil:** O que dizem os dados oficiais? Cadernos Saúde Pública, nº 36. fev, 2020. Disponívelem:<https://www.scielo.br/j/csp/a/8vBCLC5xDY9yhTx5qHk5RrL/abstract/?lang=pt> Acesso em: 21 de out. de 2021
37	Essa é uma atitude machista: interromper constantemente a fala de uma mulher.	Manterrupting: termo que descreve a atitude de interromper a mulher diversas vezes, de forma que ela não consegue terminar a frase. O termo foi popularizado com o estudo da Universidade de Yale que apontou que as senadoras pronunciavam-se menos que seus colegas. Para saber mais: JACOBI, T; SCHWEERS, D. Justice, Interrupted: The Effect of Gender, Ideology and Seniority at Supreme Court Oral Arguments (October 24, 2017). 103 Virginia Law Review 1379 (2017); Northwestern Law & Econ Research Paper No. 17-03.Available at SSRN: https://ssrn.com/abstract=2933016
38	O que faz uma feminista: desafia a misoginia	Misoginia: preconceito, o ódio e desprezo dos homens pelas mulheres. **Para saber mais:** sobre o feminismo HOOKS, B. **O feminismo é para todos: políticas arrebatadoras**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.
39	Em 2020 o Brasil teve a menor proporção da América de mulheres em exercício na	Em uma lista de 190 países o Brasil ocupou a posição 152. A população feminina corresponde a 52,2% e ocupa menos de 20% dos cargos políticos. Para saber mais: leia o artigo SILVEIRA, D. Em ranking de 190 países sobre presença feminina em parlamentos, Brasil ocupa a 152ª posição. G1 Política. 07/03/2018.

	política	Disponível em:<https://g1.globo.com/politica/noticia/em-ranking-de-190-paises-sobre-presenca-feminina-em-parlamentos-brasil-ocupa-a-152-posicao.ghtml> Acesso em: 15 de jun. de 2020
40	Em 2019 cerca de 66% das mulheres assassinadas eram negras.	Em 2019 foram assassinadas 3.739 mulheres. Houve 1.314 casos de feminicídio, mulheres mortas pelo fato de serem mulheres. As mulheres negras são a maioria das vítimas **Para saber mais:** acesse os dados do IPEA BRASIL. Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA). **Infográfico Atlas da Violência 2019.** Disponível em: < https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/18/infografico-atlas-2019> Acessado em: 26 ag. 2020.
41	Cerca de 57.000 mulheres foram estupradas no Brasil em 2019	Acredita-se que esses dados contemplem apenas 10% dos casos. Muitas mulheres não fazem boletim de ocorrência. **Para saber mais:** Acesse o infográfico com os dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública com dados de violência doméstica e sexual. Disponível em:<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/02/infografico-2020-final-100221.pdf> Acesso em: 07 de ag. de 2021
42	36% dos abortos legais são de adolescentes menores de 13 anos vítimas de estupro	O feminismo luta por políticas públicas contra a cultura do estupro e pela dignidade nos procedimentos legais e médicos das vítimas. **Para saber mais:** CARDOSO, B.B.; VIEIRA, F.M.S.B.; SARACENI, V. **Aborto no Brasil:** O que dizem os dados oficiais? Cadernos Saúde Pública, nº 36. fev, 2020. Disponível em:<https://www.scielo.br/j/csp/a/8vBCLC5xDY9yhTx5qHk5RrL/abstract/?lang=pt> Acesso em: 25 de jun. de 2021
43	58,5% dos brasileiros afirmam que se as mulheres soubessem se comportar teriam menos estupros.	Estudo de 2014 feito pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada que ouviu 3.810 pessoas. A culpa é sempre do estuprador, não da roupa ou do comportamento da mulher. **Para saber mais:** IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Sistema de Indicadores de Percepção Social: tolerância social à violência contra as mulheres. Brasília: IPEA, 2014. Disponível em: <**https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/140327_sips_violencia_mulheres_novo.pdf**> Acesso em: 20 de ag. de 2020
44	Mais de 50% das mulheres sentem medo de ser	Em pesquisa do IPEA (2009) 68,15% das mulheres negras e 57,08% das mulheres brancas declaram sentir medo de agressão sexual. Para saber mais:

	vítima de agressão sexual.	ENGEL, C. L. A violência contra a mulher. Brasília: IPEA Disponível em:< https://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/190215_tema_d_a_violenca_contra_mulher.pdf/> Acesso em: 20 de ag. de 2020
45	A própria residência é um dos lugares que mais ocorrem agressões contra as mulheres	Maridos, namorados e companheiros são os principais agressores. **Para saber mais:** ENGEL, C. L. A violência contra a mulher. Brasília: IPEA Disponível em:< https://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/190215_tema_d_a_violenca_contra_mulher.pdf/> Acesso em: 20 de ag. de 2020
46	O feminismo luta pela igualdade salarial porque dependendo do sexo e da cor de pele as pessoas recebem salários menores.	Na pesquisa do DIEESE (2021) constatou-se que as mulheres recebem menos que os homens. Principalmente em cargos de chefia. **Para saber mais:** DIEESE: INSERÇÃO DAS MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO, 2021. https://www.dieese.org.br/outraspublicacoes/2021/graficosMulheresBrasilRegioes2021.html. Acesso em: 10 de dez. de 2021
47	É correta a sentença: O feminismo não é sobre querer privilégios. É sobre ter direitos assegurados	O feminismo luta por direitos para as mulheres. **Para saber mais:** sobre o feminismo HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org). **Pensamento feminista brasileiro:** formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.
48	É correta a sentença: O feminismo não é sobre ter poder sobre os homens, mas sim que as mulheres tenham sobre si mesmas.	O feminismo luta pela emancipação e liberdade das mulheres **Para saber mais:** Maria Lacerda de Moura já clamava no início do século XX pela emancipação das mulheres. MOURA, M. L. **A mulher é degenerada?** Edição fac-smíle comentada. São Paulo: Tenda dos Livros, 2018.
49	Feminismo é lutar pela segurança das mulheres: a cada minuto nove mulheres são agredidas no Brasil.	Lutar com proposições de leis e de políticas públicas. **Para saber mais:** sobre a violência contra a mulher no início do século XXI. ENGEL, C. L. A violência contra a mulher. Brasília: IPEA Disponível em:< https://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/190215_tema_d_a_violenca_contra_mulher.pdf/> Acesso em: 20 de ag. de 2020
50	O feminismo é para todas:	O feminismo é para todas! **Para saber mais:** sobre as ondas do feminismo e sua face plural

	negras, brancas, homossexuais, heterossexuais, pobres, ricas.....	ZIRBEL, I. **Ondas do feminismo.** Blogs de Ciências da Universidade Estadual de Campinas: Mulheres na Filosofia.V.7 nº.2, 2021 p.10-31. Disponível em: <https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/wp-content/uploads/sites/178/2021/03/Ondas-do-Feminismo> Acesso em:08 de jul. de 2021
51	Uma estratégia feminista é o empoderamento. Medidas para melhorar a vida de pessoas oprimidas	Principalmente mudanças legais e sociais, como melhorar a educação de meninas. **Para saber mais:** Assista o vídeo produzido pela ONU Mulheres. ONU MULHERES BRASIL. Empoderamento das Mulheres. 2018 (2m 37s) Disponível em:<https://www.youtube.com/watch?v=6RSc_XYezig&ab_channel=ONUMulheresBrasil Acesso em: 12 de dez. de 2021
52	O que faz uma feminista? Luta contra objetificação das mulheres nas mídias	Que trata as mulheres como objetos sexuais dos homens e não como indivíduos com pensamentos e direitos próprios. Como o projeto de Lei 461/2017 de autoria da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) altera a classificação de propaganda abusiva e acrescenta ao Código de Defesa do Consumidor. **Para saber mais:** ARAUJO, Daniela. **As Palavras e seus Efeitos: o sexismo na publicidade.** 2006. 122 p. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica do RS, Porto Alegre, 2006. **Acesse a tramitação do Projeto de Lei:** PL em tramitação: abril/2021 Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/131717>. Acesso em: 05 de abr. de 2021
53	O que diz uma feminista? Nosso corpo nos pertence	Lema da segunda onda do feminismo. As mulheres têm direito de decidir sobre o seu corpo. **Para saber mais:** sobre o feminismo da segunda onda PEDRO, J. M. **O feminismo de "segunda onda":** Corpo, prazer e trabalho. In: PINSKY, C.B; PEDRO, J.M. (Org.). Nova História das Mulheres. São Paulo: Editora Contexto, 2012.
54	O que faz uma feminista? Propõe novas leis a favor das mulheres	Como o Consorcio Maria da Penha formada por várias ONGs que propuseram a lei contra a violência doméstica. **Para saber mais:** sobre a atuação do movimento feminista no caso da lei Maria da Penha. CARONE, R. R. **A atuação do movimento feminista no legislativo federal: caso da Lei Maria da Penha.** DOSSIÊ - MOVIMENTOS SOCIAIS, ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS: ABORDAGENS E CASOS. Lua Nova (105). Set-Dez2018 . Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-181216/105> Acesso em: 12 de dez. de 2021
55	O que as feministas	Passeatas e marchas foram meios estratégicos das feministas. No

	fazem? Marcham para protestar e denunciar.	século XXI a marcha das Margaridas foi feita por mais de 100.000 pessoas que lutavam pelos direitos das mulheres do campo, das águas e da floresta. **Para saber mais:** sobre a Marcha das Margaridas. SILVA, B. G. **A Marcha das Margaridas:** resistências e permanências. Brasília, DF, maio, 2008. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de Brasília, UNB
56	O que as feministas fazem? Escrever em jornais, livros e nas mídias sociais para denunciar a situação das mulheres.	Denunciar e informar outras mulheres sobre os seus direitos e suas lutas. **Para saber mais:** um exemplo vem do feminismo negro com o Portal Geledés. Disponível em:< https://www.geledes.org.br/> Acesso em:02 de fev. de 2021.
57	Quem são as feministas? mulheres que assumem seu papel político e percebem-se numa sociedade em que as mulheres estão numa relação desigual com os homens	E a partir disso, decidem mudar o mundo ao seu redor! **Para saber mais:** Sobre algumas considerações conceituais: MIRANDA, T.L.; SCHIMANSKI, E. **Relações de gênero:** algumas considerações conceituais. In: FERREIRA, AJ., (Org.). Relações étnico-raciais, de gênero e sexualidade: perspectivas contemporâneas [online]. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2014, pp. 66-91
58	Pelo que as feministas lutam? contra o casamento infantil	O Brasil é o quarto país do mundo em incidência de casos. Em 2019 foram 109.594 casamentos de menores de 18 anos. **Para saber mais:** A Lei 13.811/19 alterou o Código Civil e proibiu o casamento de menores de 16 anos de idade. Antes o casamento era permitido desde que autorizado pelos pais para evitar cumprimento de pena criminal ou em caso de gravidez. **Para saber mais:** A autora deputada Laura Carneiro na ocasião da proposta (PL 7119/17) divulgou que 877 mil crianças se casaram no Brasil até os 15 anos, sendo 88 mil com 10 anos de idade. Carneiro alertou para a venda de crianças, uma vez que abusos sexuais são esquecidos com o casamento e com reparação financeira. Disponível em:< https://www.camara.leg.br/noticias/553631-sancionada-lei-que-proibe-casamento-antes-dos-16-anos-de-idade/ >
59	As mulheres gastam 95% a mais de tempo com afazeres domésticos do que os	Em pesquisa de 2019 pelo DIEESE. apontou a dupla jornada das mulheres. **Para saber mais:** sobre o trabalho e as relações de gênero. DIEESE. **Brasil:** Inserção Das Mulheres No Mercado De Trabalho. São Paulo: DIEESE, 2021. Disponível

	homens.	em:<https://www.dieese.org.br/outraspublicacoes/2021/graficosMulheresBrasilRegioes2021.html> Acessado em:30 de out. de 2021
60	O feminismo luta contra estereótipos sobre a mulher: sobre seus cabelos, forma de seus corpos e seus comportamentos	Exemplos de luta da Marcha das Vadias! **Para saber mais:** GOMES, C.; SORJ, B. **Corpo, geração e identidade**: a Marcha das vadias no Brasil. Soc. estado., Brasília, v. 29, n. 2,p. 433-447, ago.2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922014000200007&lng=pt&nrm=iso>. Acessado em: 11 ag, de 2020
		MENTIRAS
61	Feminismo é igual ao machismo	Não é sobre ser superior aos homens. É sobre ter seus direitos assegurados **Para saber mais;** sobre o feminismo. HOOKS, B. **O feminismo é para todos: políticas arrebatadoras**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.
62	O feminismo surgiu no ano 2000.	A luta do feminismo data do século XIX. Mas por séculos as mulheres denunciam as desigualdades e opressões. **Para saber mais:** TELES, M. A. de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1993.
63	Só existe um tipo de feminismo.	Existem vários tipos de feminismos que abraçam diferentes mulheres e pautas de lutas. **Para saber mais:** sobre as facetas do feminismo de terceira onda assista a série documental "O que querem as mulheres? Comandada pela pesquisadora Heloísa Helena de Hollanda, em que retrata o feminismo negro, indígena e as múltiplas possibilidades de afeto do universo feminino. O QUE QUEREM AS MULHERES? Direção: Liloye Boubli, 2020. (série em 4 episódios de 27 minutos cada) Sonoro, color.
64	O que as feministas fazem? Odeiam crianças e mães .	As feministas apoiam as escolhas das mulheres em querer ou não ter filhos. **Para saber mais:** sobre as relações entre feminismo e maternidade. SCAVONE, Lucila. A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. Cadernos Pagu, nº16, 2001, pp. 137-150.
65	É correta a frase: Não exite machismo, é tudo mi, mi, mi .	As mulheres vivenciam o machismo diariamente, no trabalho, na escola e em casa. Não é mi, mi, mi são suas vidas e seus protestos. **Para saber mais:** assista o vídeo produzido pelo IBGE com base em dados dos Censos entre 2000 e 2010 sobre as relações dispares entre os gêneros.

		IBGE. Homem e mulher: quem ganha mais e outros dados por gênero. 2019 (5m15s) Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xMIiMNI6iGU> Acesso em: 23 de jan de 2021
66	Quem são as feministas? Feministas só são as mulheres que protestam de peito de fora.	Como forma de protesto para mostrar que o corpo da mulher pertence a ela. E que mesmo sem roupa ninguém tem o direito de tocá-lo algumas feministas usam seu corpo como bandeira de luta. Mas existem centenas de formas de protesto e de ser feminista **Para saber mais:** leia o artigo sobre a Marcha das Vadias em que algumas mulheres utilizam a estratégia do uso de seu corpo como protesto. GOMES, C.; SORJ, B. **Corpo, geração e identidade**: a Marcha das vadias no Brasil. Soc. estado., Brasília, v. 29, n. 2,p. 433-447, ago.2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922014000200007&lng=pt&nrm=iso>. Acessado em: 11 ag, de 2020
67	Não tem nenhuma feminista brasileira.	Na história do feminismo brasileiro centenas de mulheres se autodeclararam como feministas e lutaram por direitos que temos agora. **Para saber mais:** leia sobre a história do feminismo brasileiro. HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org). **Pensamento feminista brasileiro:** formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019. PINTO, C. R. J. **Uma história do feminismo no Brasil**. Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo. 2003. TELES, M. A. de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1993.
68	O que dizem as feministas? Feministas não podem se depilar .	O feminismo luta pela liberdade da mulher e não dita o que ela deve fazer. **Para saber mais:** leia o capítulo "Beleza por dentro e por fora" do livro O feminismo é para todo mundo de Bell Hooks em que a autora escreve sobre o pensamento sexista em relação ao corpo da mulher. HOOKS, B. **O feminismo é para todos: políticas arrebatadoras**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.
69	É correta a frase: As mulheres são naturalmente dóceis e submissas.	Determinismo biológico: acredita-se que a personalidade e os comportamentos são inatos e determinados pelo sexo. A ideia é que por nascer mulher temos um papel determinado para cumprir. **Para saber mais:** Ana Maria Colling disserta sobre a construção da feminilidade em diversos tipos de discursos. COLLING, Ana Maria. Gênero e História, Um diálogo Possível? In: **Contexto e Educação**. Gênero e Educação – Um diálogo necessário – Ano XIX, n 71/72- janeiro/dezembro 2004.
70	O que fazem as	As feministas lutam contra o machismo e não contra os homens

	feministas? Odeiam os homens.	**Para saber mais:** leia o capítulo " Masculinidade feminista" de Hooks sobre as relações do feminismo e dos homens. HOOKS, B. ***O* feminismo é para todos:** políticas arrebatadoras. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.
71	Todas as mulheres têm instinto maternal e têm que ser mães.	O feminismo defende a liberdade reprodutiva de cada mulher. E que as mulheres são diferentes umas das outras **Para saber mais:** leia o capítulo de Hooks "Maternagem e paternagem feministas" HOOKS, B. ***O* feminismo é para todos: políticas arrebatadoras.** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.
72	É correta a frase: Quanto mais feminista, menos feminina.	O feminismo defende a liberdade das mulheres para se vestir e se comportar como ela quiser. Não é o uso do salto alto e de maquiagem que vai ditar sobre ser feminista ou não. **Para saber mais:**leia o capítulo "Beleza por dentro e por fora" do livro O feminismo é para todo mundo de Bell Hooks em que a autora escreve sobre o pensamento sexista em relação ao corpo da mulher. HOOKS, B. ***O* feminismo é para todos:** políticas arrebatadoras. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.
73	Quem é feminista? Aquela que não usa maquiagem. É proibido entre as feministas.	O feminismo defende a liberdade de escolha das mulheres. Usar maquiagem ou não é a escolha é da mulher. **Para saber mais:** leia o capítulo "Beleza por dentro e por fora" do livro O feminismo é para todo mundo de Bell Hooks em que a autora escreve sobre o pensamento sexista em relação ao corpo da mulher. HOOKS, B. ***O* feminismo é para todos:** políticas arrebatadoras. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.
74	Feminismo só é bom para mulheres.	O feminismo defende um mundo sem preconceitos e igualitário entre homens e mulheres. Uma sociedade mais justa é bom para todos. **Para saber mais:** sobre o feminismo assista o vídeo "Igualdade de Gênero." ONU MULHERES BRASIL. **Igualdade de Gênero**. 2018 (2m 36s) Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZCGLC-vziRc > Acesso em: 20 de jun. de 2020
75	Para ser feminista tem que ser ativista e ir em protestos	Existem diversas formas de viver o feminismo e ir a protestos é apenas uma delas. **Para saber mais:** leia sobre o ativismo das mulheres do campo SILVA, B. G. ***A* Marcha das Margaridas:** resistências e permanências. Brasília, DF, maio, 2008. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de Brasília, UNB
76	Usar maquiagem e roupas sensuais te faz menos feminista.	O feminismo defende a liberdade de escolha das mulheres. Usar maquiagem ou não, a escolha é da mulher **Para saber mais:** leia o artigo sobre os estereótipos sobre o feminismo. SCHARFF, Christina. BBC NEWS. Por que tantas mulheres jovens não

		se identificam como feministas. 19 de fevereiro de 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-47283014> Acesso em: 25 de ago. De 2020.
77	Feminismo só tem uma luta: igualdade	As lutas do feminismo são diversas. Entre elas o fim da opressão, a exploração e o sexismo, racismo, por terras, por trabalho, etc... **Para saber mais:** ZIRBEL, I. **Ondas Do Feminismo**. Blogs De Ciência Da Universidade Estadual De Campinas: Mulheres Na Filosofia. V. 7, nº 2, 2021 pp.10-31. Disponível em:< https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/wp-content/uploads/sites/178/2021/03/Ondas-do-Feminismo> Acesso em: 18 de ag. de 2021.
78	Donas de casa não podem ser feministas.	O feminismo defende a liberdade de escolha das mulheres e abarca as questões de todas. **Para saber mais:** leia o artigo sobre os estereótipos sobre o feminismo. SCHARFF, Christina. BBC NEWS. **Por que tantas mulheres jovens não se identificam como feministas**. 19 de fevereiro de 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-47283014> Acesso em: 25 de ag. de 2020.
79	Toda feminista é abortista.	O feminismo defende que as mulheres tenham oportunidade de escolha sobre seus próprios corpos. E façam os procedimentos de forma segura. é sobre escolha e não sobre aborto. **Para saber mais:** leia sobre a questão do aborto e o feminismo BARSTED, L.L. **Legalização e descriminalização:** dez anos de luta feminista. In: HOLLANDA. H.B. Pensamento Feminista Brasileiro: Formação e contexto, RJ: Bazar do Tempo, 2019.
80	Toda feminista é lésbica	Ser feminista é uma escolha e um posicionamento político. Ser lésbica é uma orientação sexual. **Para saber mais:** sobre o movimento feminista e o movimento lésbico no Brasil leia o artigo: SOARES, G.S; COSTA, J. C. **Movimento Lésbico e movimento feminista no Brasil:** recuperando encontros e desencontros *Labrys, études féministes/estudos feministas*, v. 2, p. 1-64, jan-jun. 2012.
81	Feministas não podem deixar o homem pagar a conta .	O feminismo defende a liberdade de escolha das mulheres da sua forma de viver. As mulheres podem pagar a conta, dividir ou deixar alguém pagar.
82	Existem trabalhos que a mulher não pode fazer só por ser mulher.	As mulheres têm liberdade de escolha e capacidade de realizar qualquer trabalho. Basta que tenham oportunidade para fazê-lo.
83	Feminista e	Feminazi é um termo pejorativo para descrever as feministas. A

	feminazi é a mesma coisa .	junção entre feministas e nazistas. Não deve ser usado.
84	O Brasil foi o primeiro país da América Latina a aprovar o voto feminino.	O primeiro país foi o Uruguai. O Brasil foi o quarto país a aprovar o sufrágio feminino. **Para saber mais:** sobre a conquista do sufrágio feminino KARAWEJCZYK, Mônica. **O Voto Feminino no Congresso Constituinte de 1891:** Primeiros Trâmites Legais. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011. Disponível em: Acesso em: 26 de abril de 2020
85	O direito de estudar em escolas públicas foi garantido em 1550 às mulheres.	As meninas tiveram acesso à escola pública apenas em 1827. Mas a grade curricular não era igual ao dos meninos. Aprendiam prendas domésticas **Para saber mais:** Lei de 15 de outubro de 1827. Página 71. Vol 1. Art 11º.Art 11º Haverão escolas de meninas nas cidades e villas mais populosas, em que os Presidentes em Conselho, julgarem necessario este estabelecimento. **Consulte a lei:** Disponível em: **https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38398-15-outubro-1827-566692-publicacaooriginal-90222-pl.html** Acessado em: 26 de ag. de 2020 CASTRO, L. M. **A contribuição de Nísia Floresta para a educação feminina:** pioneirismo no Rio de Janeiro oitocentista. Revista Outros Tempos, Rio de Janeiro, v. 7, n. 10, p. 237- 256, 2010.
86	O feminismo é contra a religião	O feminismo é contra a exploração e opressão sexista e não contra a religião.
87	No Brasil o aborto é legalizado para todas as mulheres	Ainda não existe a descriminalização do aborto no Brasil. É legalizada apenas nos casos de estupro, risco de vida da mãe. **Para saber mais:** leia sobre a questão do aborto e da luta feminista BARSTED, L.L. **Legalização e descriminalização:** dez anos de luta feminista. In: HOLLANDA. H.B. Pensamento Feminista Brasileiro: Formação e contexto, RJ: Bazar do Tempo, 2019.
88	Mulheres são mais fracas e por isso merecem ganhar menos.	O feminismo defende a igualdade salarial e a capacidade das mulheres em realizar qualquer trabalho que decidam fazê-lo. **Para saber mais:** sobre a construção do determinismo biológico COLLING, Ana Maria. Gênero e História, Um diálogo Possível? In: **Contexto e Educação**. Gênero e Educação – Um diálogo necessário – Ano XIX, n 71/72- janeiro/dezembro 2004.
89	Cultura do estupro não existe no Brasil.	Existe. Como mostrou a pesquisa em que 58,5% dos entrevistados disseram que a agressão sexual era causada pelas vítimas **Para saber mais:** sobre a luta contra a cultura do estupro GOMES, C.; SORJ, B. **Corpo, geração e identidade:** a Marcha das vadias no Brasil. Soc.estado.,Brasília,v.29,n.2,p.433-447,ago.2014.

		Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922014000200007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 07/09/2020
90	Todas as feministas são feias, velhas e agressivas.	Existem preconceitos com a palavra feminista e suas adeptas. Feminista é toda aquela que decida ser feminista.
91	Em briga de marido e mulher não se mete a colher..	Se salva a mulher chamando a polícia e acionando a Lei Maria da Penha. Denuncie casos de violência doméstica **Para saber mais:** Assista o vídeo sobre violência contra as mulheres ONU MULHERES BRASIL. **Saiba como identificar a violência contra a mulher e as formas de denúncia.** (1m54s) 2021. Disponível em:<https://www.youtube.com/watch?v=7y7zyagQJY&ab_channel=ONUMulheresBrasil> Acesso em: 18 de jan. de 2022
92	No período da república brasileira as mulheres sempre foram consideradas iguais em direitos e deveres aos homens	Foi apenas em 1988 que as mulheres conquistaram o status de igualdade jurídica. **Para saber mais:** sobre a a conquista de direitos: MARQUES, T.C. N.; MELO, H. P. **Os direitos civis das mulheres casadas no Brasil entre 1916 e 1962:** ou como são feitas as leis. Rev. Estud. Fem. [online]. 2008, vol.16, n.2, pp.463-488. ISSN 1806-9584. **Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mkBHYrM8HVHMbwHsYTDmzKz/abstract/?lang=pt> Acesso em:** 28 de ag. de 2020. PITANGUY, J. A Carta das mulheres brasileiras aos constituintes: memórias para o Futuro. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org). **Pensamento feminista brasileiro:** formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.
93	As mulheres já conquistaram tudo. Não precisam mais do feminismo.	Existem muitas pautas de luta: Trabalho, segurança, racismo, terras, violência..... **Para saber mais:** HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org). **Pensamento feminista brasileiro:** formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.
94	No estudo de 2016 foi provado cientificamente que os homens são mais inteligentes e capazes que as mulheres.	Mulheres e Homens têm a mesma capacidade. Não existe nenhum estudo que comprove a inferioridade da capacidade feminina
95	As mulheres têm direito absoluto ao seu próprio corpo conforme a lei de	Existem leis que regulam a livre escolha sobre seus próprios corpos e sua liberdade reprodutiva **Para saber mais:** vídeo sobre o corpo feminino e autonomia. VOCÊ É FEMINISTA E NÃO SABE. Ativismo feminista por Raquel

	1960	Marques. Parte 1. (5m 28s) 2016. Disponível em:< https://www.youtube.com/watch?v=4sfwnhAw4H4&ab_channel=VOC%C3%8A%C3%89FEMINISTAEN%C3%83OSABE> Acesso em:04 de jun. de 2020.
96	Todo movimento de mulheres é feminista	Não. Tem-se até movimentos de mulheres anti-feministas. **Para saber mais:** Para Maria Amélia de Almeirda Teles (1999) o movimento de Mulheres caracteriza-se por ações organizadas de grupos que reivindicam direitos ou melhores condições de vida e de trabalho. Podemos exemplificarmos como os clubes de mães e contra a carestia. Já os movimentos feministas definem-se por "ações de mulheres dispostas a combater a discriminação e subalternidade das mulheres e que buscam criar meios por quais as próprias mulheres sejam protagonistas de sua vida e história." (1999, p. 13) - TELES, M. A. de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1993.
97	As feministas querem roubar o lugar dos homens.	As feministas lutam para que as mulheres também tenham um lugar. Tenham oportunidades!
98	70% dos brasileiros acreditam que agressão contra a mulher deve ser tratada na polícia.	Para parte da população (60%) em 2013 a agressão deve ser tratada dentro de casa. Agressão é crime. Denuncie. **Para saber mais:** Estudo publicado em 2014 feito pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada que ouviu 3.810 pessoas. **Para saber mais:** IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Sistema de Indicadores de Percepção Social: **tolerância social à violência contra as mulheres**. Brasília: IPEA, 2014. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/140327_sips_violencia_mulheres_novo.pdf> Acesso em;20 de ag. de 2020
99	O que as feministas dizem? Não existe lugar para os homens no feminismo.	Os homens podem e devem participar das lutas das mulheres, mas não como protagonistas
100	Isso é machismo dos homens? Abrir a porta e pagar a conta	Não, abrir a porta é educação. Pagar a conta é uma questão de escolha. Estas questões independem do gênero.

GLOSSÁRIO: [8]

Cor do feminismo: Lilás- Em 1908 Silvia Pankrust do Movimento de Sufrágio britânico afirmou que as cores utilizadas no movimento eram o lilás, o branco e o verde significando respectivamente (a nobreza inglesa, a pureza e a esperança) Diferenciando-se assim do vermelho dos partidos comunistas. Por fim, a cor lilás foi escolhida para representar o movimento feminista. Segundo Carla Cristina Garcia (2011) essa cor foi adotada em honra às mulheres que morreram em uma tecelagem norte-americana no dia 8 de março de 1857 quando o dono da fábrica, diante da greve realizada pelas operárias, ateou fogo com todas as mulheres presas dentro do prédio. "Esta história conta que os tecidos em que estavam trabalhando eram dessa cor. Outra, que esta era a cor da fumaça que saía da chaminé que se podia ver a quilômetros de distância."(p. 15) [9]

Cultura do estupro: Um ambiente em que agressão sexual e abuso são normalizados ou banalizados.

Discursos sobre as mulheres: Historicamente a representação das mulheres e de seus papéis foram construídos por discursos no patriarcalismo que toma a mulher como ser imperfeito, posto que o perfeito é o homem.[10]

-**Discurso filológico:** a mulher até o final do século XX era retratada nos dicionários com conotação negativa. Exemplo: Mulher solteira representado meretriz, enquanto Homem solteiro significava sem compromisso amoroso.

-**Discurso filosófico:** Gregos Aristóteles e Platão escreveram sobre a natureza feminina e indicavam que sua subordinação se devia a sua debilidade.[11]

-**Discurso Jurídico:** a inferioridade legal se dá porque falta à mulher força física, moral e honra. Esse discurso vem sendo modificado aos poucos. Lembremos que até 2002 tínhamos no Brasil uma lei que permitia a anulação do casamento motivada pela falta de virgindade.

---

8 O Ministério Público do Trabalho produziu cartilhas contra a violência de gênero e para a promoção de igualdade. Indicamos duas cartilhas que contêm conceitos e verbetes.
- O ABC DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO TRABALHO. Disponível em:<https://mpt.mp.br/pgt/publicacoes/cartilhas/o-abc-da-violencia-contra-a-mulher-no-trabalho/@@display-file/arquivo_pdf>
-Conceitos fundamentais para a promoção da igualdade de gênero no trabalho (2021) Disponível em:<https://mpt.mp.br/pgt/publicacoes/cartilhas/conceitos-fundamentais-para-a-promocao-da-igualdade-de-genero-no-trabalho/@@display-file/arquivo_pdf>

9 GARCIA, C. C. **Breve história do feminismo**. São Paulo: Claridade, 2011.

10 Seguimos aqui a trajetória das representações traçada por Colling. COLLING, A. M. Gênero e História: Um diálogo possível. Revista Contexto e Educação. Editora UNIJUI, 2004

11 ARISTÓTELES. Das Partes dos Animais e a Geração dos Animais.
PLATÃO. Diálogos: Timeu, Critias, o Segundo Alcibíades, Hipias Menor. Belém: UPPA; GEU, 1986.

-**Discurso Médico:** Ana Maria Colling escreve "que para os médicos, mulher é frágil, quase sempre doente e sempre indutor de doenças. "Vós sois a doença do homem". No século XVIII o corpo da mulher se torna coisa médica por excelência. Medicina e Psiquiatria unem-se nos preceitos ao feminino. O útero dá identidade à mulher, é a sede dos males e toma conta do intelecto feminino. Cria-se a histerização do corpo feminino, e novamente aparece a maternidade como única saída. Discurso Psicanalítico -. A Psicanálise nasce a partir da histeria, da doença das mulheres. O discurso de Freud empresta um caráter científico à delimitação dos papéis sexuais. O sexo feminino é definido negativamente em relação ao masculino. Mulheres são homens castrados. Pela inveja da falta de um pênis, o feminino não terá senso de justiça e sofrerá de um sentimento de inferioridade."

-**Discurso Religioso Judaico cristão:** a mulher é vista de forma dual nas escrituras, ora virgem/santa, ora fonte de todos os pecados (EVA) e portanto culpada a padecer de todas as dores. Em Gêneses a mulher foi criada por Deus a partir do homem (quem é o proprietário então?) e como uma auxiliar dele (não uma igual).

Empoderamento: Medidas legais, sociais e políticas que visam melhorar a vida de pessoas oprimidas. Descreve também um sentimento de força experimentado por pessoas quando promovem mudanças pessoais internas, no campo profissional e nos relacionamentos,

Feminicídio: Assassinato de mulheres entendido a partir da desigualdade de gênero como em situações de violência doméstica, sexual ou de crimes de ódio. Ou seja, elas morrem por serem mulheres.



Feminismo é um movimento filosófico e social que tem por intuito conquistar igualdade social, econômica e legal entre os sexos e terminar com o sexismo e a opressão às mulheres pelos homens. É uma **lente interpretativa** da sociedade a partir das mulheres. Existem muitas vertentes do feminismo no mundo: radical, liberal, anarquista, revolucionário, marxista, negro, indígena, lésbico, anticolonial, ecofeminismo, igualitário, ciberfeminismo, etc.

Gênero: Categoria central da teoria feminista para analisar a construção sócio-histórica das identidades femininas e masculinas. Parte da ideia que a ideia de feminino e masculinos são culturalmente e historicamente construídas, ou seja, não são fatos naturais ou biológicos. Assim, comportamentos, normais, papéis, representações, obrigações, pensamentos são culturalmente construídos e não naturais ao sexo biológico.

Machismo: sistema que coloca o homem hierarquicamente superior as mulheres. Atitudes condescendentes e degradantes dos homens em relação às mulheres nascidas da crença de que os homens são superiores.

Misoginia: Ódio, desprezo ou repulsa dos homens pelas mulheres.

Objetificação: Tratar as mulheres como objetos sexuais em relação ao desejo masculino. Banalização da imagem da mulher em que a sua aparência importa mais, não é tratada como individuo com pensamentos ou direitos próprios. Atitude vista em algumas propagandas publicitárias que hipersexualizam as mulheres com o objetivo de venda dos produtos.

O explica tudo (Mansplaining): Termo usado para descrever o homem que tenta explicar algo a uma mulher, assumindo que ela não entendo sobre o assunto, subestimando a inteligência da mulher. A palavra foi criada a partir da junção entre man e explain.

O Intrometido (Manterrupting): Termo que descreve a atitude de interromper a mulher diversas vezes, de forma que ela não consegue terminar a frase. O termo foi popularizado com o estudo da Universidade de Yale que apontou que as senadoras pronunciavam-se menos que seus colegas.

O Manipulador (Gaslighting): Termo usado para descrever a manipulação psicológica em que o agressor faz a vítima questionar a percepção sobre si mesma, sua inteligência, memória ou sanidade. Frases como "você está surtando, exagerando ou você está louca" são indicativos desse processo. O termo não é exclusivo para mulheres, mas é uma prática frequente nos casos de violência contra elas.

Patriarcado: Sistema social baseado na ideia de autoridade e liderança do homem. No qual se dá o predomínio do homem sobre as mulheres que são em grande maioria excluídas desse poder.

Ondas do feminismo: pode ter dois significados: 1- como uma pedrinha jogada no lago que faz surgir ondas circulares que se espalham e 2 - ondas do mar que avançam e retrocedem.

As duas imagens são interessantes.... uma luta que dá início ao movimento e que se expande até perder força e desaparecer dando espaço a nova luta. Ou ainda ondas do mar, lutas que avançam e retrocedem e que sempre retornam. Vide no Congresso PLs que falam sobre participação feminina na política e aborto, usando argumentos do século passado sempre reaparecem.



A primeira onda feminista buscou a **igualdade de gênero.** (direitos como educação, voto, trabalho)

Século XIX - 1930



A segunda onda feminista examina as **raízes da opressão.** Seu principal lema é **O pessoal é político.** Entram em pauta as violências os direitos sexuais e reprodutivos.

1960- 1980



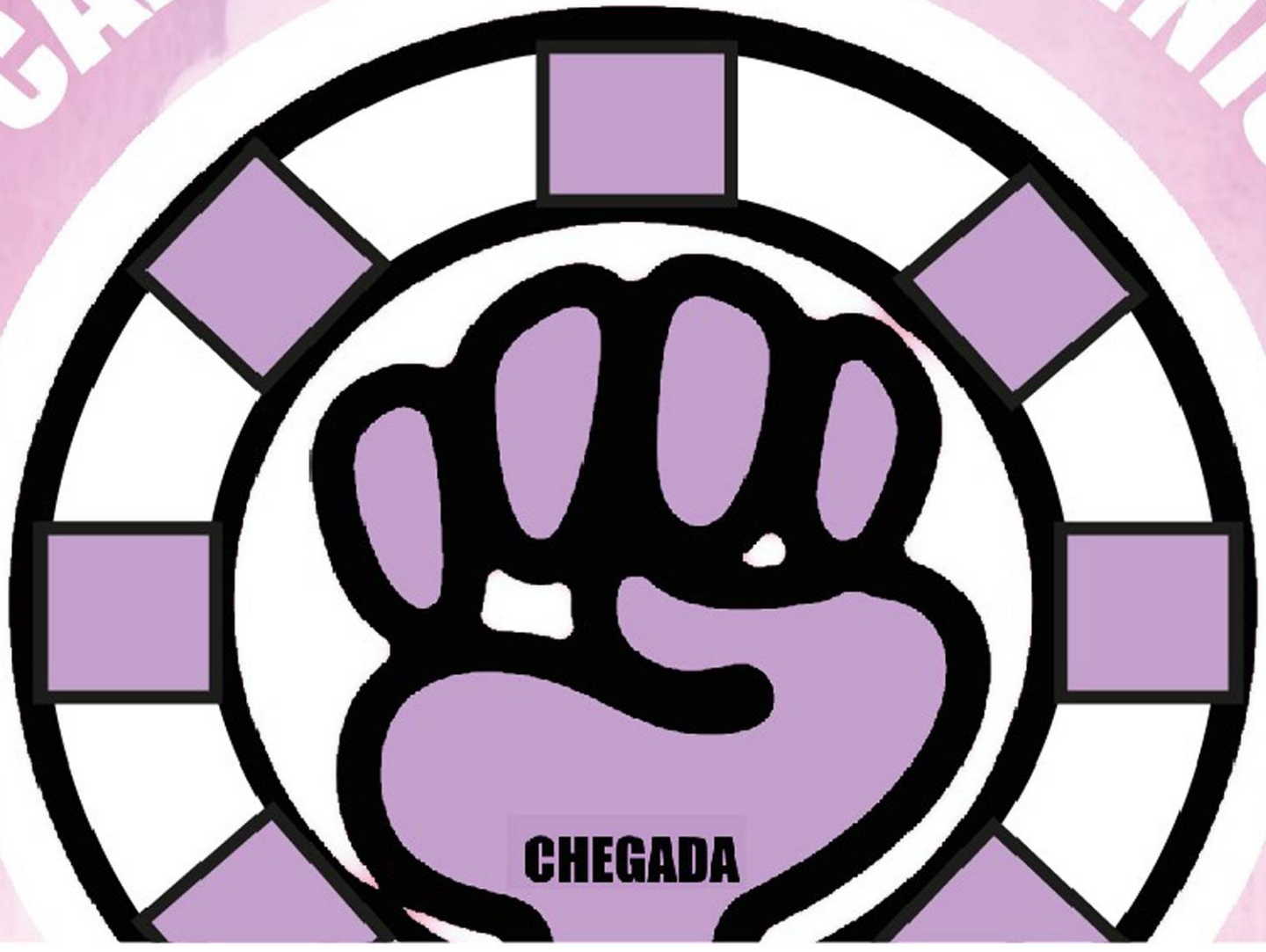
A terceira onda do feminismo, as feministas identificam que há desigualdade entre as mulheres. Negras, indígenas, prostitutas, lésbicas apontam que a **luta não acabou.**

1990-2010

Sexismo: Uso de esteriótipos para oferecer vantagens ou desvantagens a um gênero em detrimento ao outro. Discriminação sistêmica contra as mulheres que defende a subordinação das mulheres. Abarca todos os âmbitos da vida: como proibir as meninas de ingressar na universidade ou exercer certas profissões.

Símbolo do feminismo: Espelho de Vênus, símbolo da valorização da feminilidade com origem na mitologia grega na deusa do amor. O Símbolo o do espelho com o punho erguido vem do feminismo negro que tinha como símbolo de luta o gesto do punho erguido do Movimento das Panteras Negras nos Estados Unidos. Gesto usado por dois esportistas negros em 1968 no México que popularizou o gesto e foi utilizado pelo movimento feminista em sinal de luta e apropriado pelas feministas brancas.

NO CAMINHO DO FEMINISMO



CHEGADA

INÍCIO

VERDADE OU MENTIRA?







INSTRUÇÕES

1- O jogador mais n ovo começa. Pega uma ca rta virada pa ra bai xo e passa pa ra o jogador da esque rda. Esse jogador vai desvi rar a ca rta e fazer a pe rgu nta.

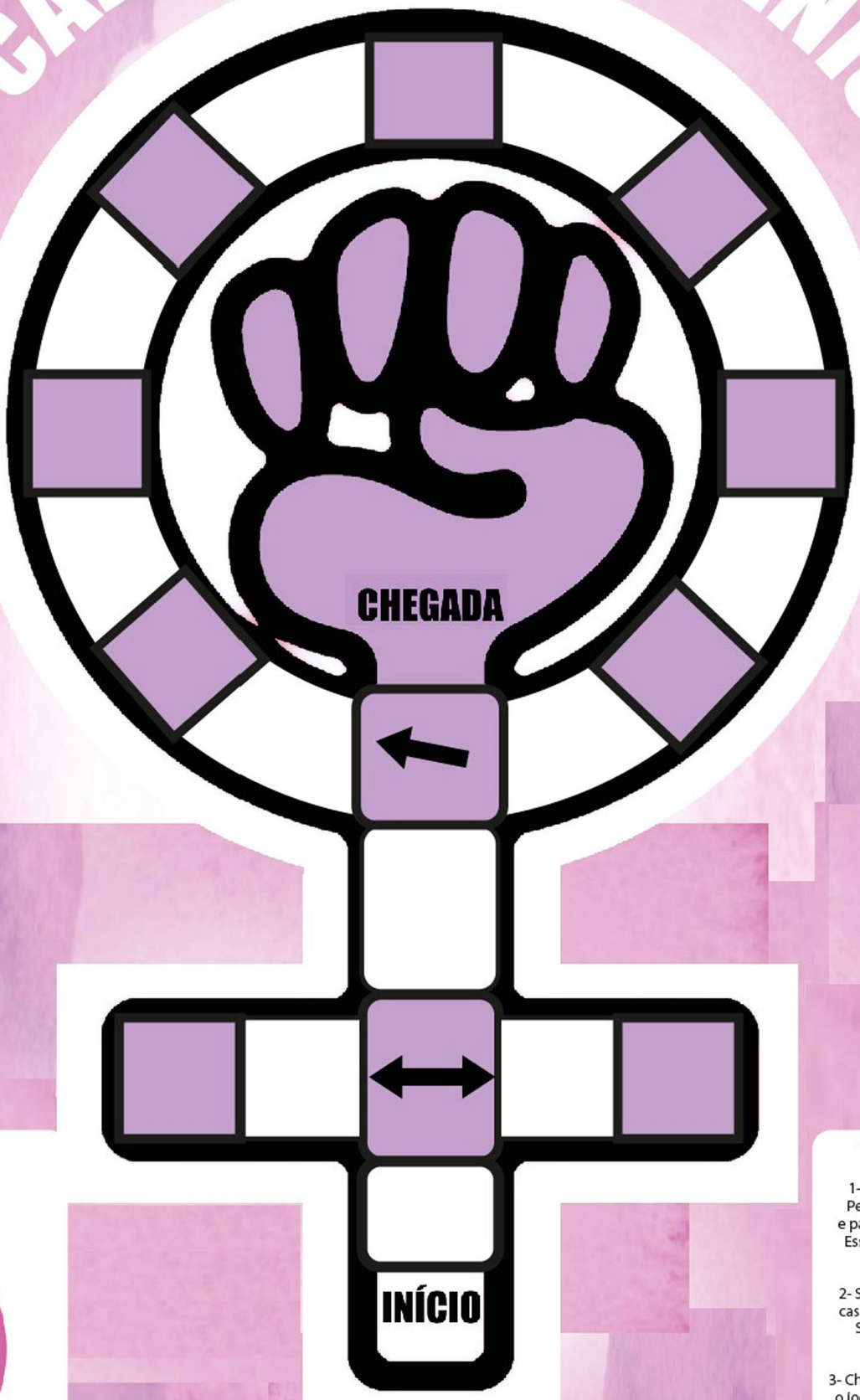
2- Se o jogador a certar avança uma casa e responde a p róxima questã o. Se o jogador e rrar de ve recuar uma casa e passar a vez.

3- Chegando no p rimeiro cruzame nto o jogador que pa rar na terceira casa de ve na sua jogada segui nte ir ou para esque rda ou di reita.

5- Ao chegar no cí rculo do tabulei ro de ve-se seguir pela esque rda.

6- O jogador que cruzar por p rimeiro a CHEGADA vence.

NO CAMINHO DO FEMINISMO



VERDADE OU MENTIRA?



INSTRUÇÕES

1- O jogador mais novo começa. Pega uma carta virada para baixo e passa para o jogador da esquerda. Esse jogador vai desvirar a carta e fazer a pergunta.

2- Se o jogador acertar avança uma casa e responde a próxima questão. Se o jogador errar deve recuar uma casa e passar a vez.

3- Chegando no primeiro cruzamento o jogador que parar na terceira casa deve na sua jogada seguinte ir ou para esquerda ou direita.

5- Ao chegar no círculo do tabuleiro deve-se seguir pela esquerda.

6- O jogador que cruzar por primeiro a CHEGADA vence.

VERDADE OU MENTIRA?

FEMINISMO LUTA POR IGUALDADE ECONÔMICA, SOCIAL E JURÍDICA ENTRE HOMENS E MULHERES.

LUTA FEMINISTA!

PELA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1988 HOMENS E MULHERES TÊM DIREITOS E DEVERES IGUAIS. NO ENTANTO, O SALÁRIO DAS MULHERES, EM MÉDIA, É MUITO MENOR DO QUE DOS HOMENS.
E AS MULHERES OCUPAM MENOS LUGARES NOS CARGOS PÚBLICOS.

VERDADE OU MENTIRA?

O FEMINISMO LUTA CONTRA A CRENÇA DE QUE OS HOMENS SÃO SUPERIORES ÀS MULHERES

LUTA FEMINISTA!

NESSA CRENÇA ALICERÇAM-SE ATITUDES MACHISTAS QUE DURANTE SÉCULOS NEGARAM DIREITOS ÀS MULHERES, COMO VOTO, EDUCAÇÃO, PARTICIPAÇÃO POLÍTICA.
O FEMINISMO LUTA PELO RECONHECIMENTO DA CAPACIDADE FEMININA E ACREDITA QUE TODOS SÃO CAPAZES.

VERDADE OU MENTIRA?

O CONCEITO DE FEMINISMO SURGIU NO SÉCULO XIX.

LUTA FEMINISTA!

A PALAVRA FEMINISMO EMERGIU EM 1837 NA FRANÇA. NO ENTANTO, AS MULHERES POR SÉCULOS TÊM FALADO, ESCRITO E LUTADO CONTRA AS DESIGUALDADES E OPRESSÕES QUE SOFREM.

VERDADE OU MENTIRA?

FEMINISMO LUTA CONTRA O MACHISMO

LUTA FEMINISTA!

MACHISMO SÃO ATITUDES, PALAVRAS E AÇÕES DEGRADANTES E DISCRIMINATÓRIAS CONTRA AS MULHERES, NASCIDAS DA CRENÇA QUE HOMENS SÃO SUPERIORES ÀS MULHERES.

VERDADE OU MENTIRA?

NO ESTUPRO A CULPA NUNCA É DA VÍTIMA. NÃO IMPORTA QUAL ROUPA ELA ESTAVA USANDO.

LUTA FEMINISTA!

O FEMINISMO LUTA CONTRA A CULTURA DO ESTUPRO. A IDEIA QUE A AGRESSÃO SEXUAL E O ABUSO SÃO NORMALIZADOS OU BANALIZADOS. PRINCIPALMENTE EM TIRAR A CULPA DO ESTUPRADOR E ATRIBUÍ-LA A VÍTIMA.

VERDADE OU MENTIRA?

FEMINISMO LUTA CONTRA A OPRESSÃO E A EXPLORAÇÃO DE GRUPOS DE PESSOAS SOBRE OUTRAS PESSOAS.

LUTA FEMINISTA!

OPRESSÕES E EXPLORAÇÕES SEXISTAS. OU SEJA, POR ELAS SEREM MULHERES.

VERDADE OU MENTIRA?

EXISTEM NO FEMINISMO: FEMINISMO NEGRO, INDÍGENA, LÉSBICO, RADICAL, MARXISTA, LIBERAL...

LUTA FEMINISTA!

AS MULHERES NÃO SÃO IGUAIS E NEM AS SUAS LUTAS. ASSIM TEMOS VÁRIOS FEMINISMOS E LUTAS.

VERDADE OU MENTIRA?

NO SÉCULO XIX AS MENINAS APRENDIAM CORTE COSTURA NA ESCOLA. DIZIA-SE QUE CIÊNCIA E MATEMÁTICA NÃO LHES ERA ÚTIL.

LUTA FEMINISTA!

ESTUDAR PARA QUÊ? VAI SER DONA DE CASA. O CURRÍCULO DAS MENINAS ERA DIFERENTE DOS MENINOS E LHES RETIRAVAM A CHANCE DO CONHECIMENTO, RESTANDO-LHES APENAS OS AFAZERES DOMÉSTICOS.

VERDADE OU MENTIRA?

A PRIMEIRA PREFEITA DA AMÉRICA LATINA É BRASILEIRA.

LUTA FEMINISTA!

EM 1928 ALZIRA SORIANO FOI ELEITA PREFEITA EM LAJES NO RIO GRANDE DO NORTE.
FOI A PRIMEIRA MULHER ELEITA COMO PREFEITA NA AMÉRICA LATINA.

VERDADE OU MENTIRA?



VERDADE OU MENTIRA?



VERDADE OU MENTIRA?



VERDADE OU MENTIRA?



VERDADE OU MENTIRA?



VERDADE OU MENTIRA?



VERDADE OU MENTIRA?



VERDADE OU MENTIRA?



VERDADE OU MENTIRA?



VERDADE OU MENTIRA?

QUEM ERA CONTRA O VOTO FEMININO ARGUMENTAVA QUE O VOTO ACABARIA COM A FAMÍLIA

LUTA FEMINISTA!

NA CONSTITUINTE DE 1891 ARGUMENTAVAM QUE A MULHER ESTAVA MUITO OCUPADA CUIDANDO DE CASA E DOS FILHOS. SE FOSSE SE METER COM POLÍTICA ABANDONARIA A FAMÍLIA.

VERDADE OU MENTIRA?

QUEM ERA CONTRA O VOTO FEMININO ARGUMENTAVA QUE AS MULHERES NÃO ERAM INTELIGENTES COMO OS HOMENS.

LUTA FEMINISTA!

OS HOMENS QUE DISCUTIAM SOBRE O VOTO DAS MULHERES CHEGARAM A CONCLUSÃO QUE AS MULHERES ERAM INFERIORES EM TODOS OS SENTIDOS AOS HOMENS E POR ISSO NÃO DEVERIAM VOTAR.

VERDADE OU MENTIRA?

NA CAMPANHA PELO VOTO AS FEMINISTAS: FUNDARAM UM PARTIDO POLÍTICO, FIZERAM PASSEATAS E ALIARAM-SE AOS POLÍTICOS

LUTA FEMINISTA!

AS FEMINISTAS UTILIZARAM DIVERSAS ESTRATÉGIAS PARA CONQUISTAR O DIREITO AO VOTO. ELAS CONQUISTARAM EM 1932.

VERDADE OU MENTIRA?

AS PRIMEIRAS MULHERES A INGRESSAR NA UNIVERSIDADE NO BRASIL PRECISARAM DE AUTORIZAÇÃO DO PAI OU DO MARIDO

LUTA FEMINISTA!

AS MULHERES NÃO ERAM CONSIDERADAS CAPAZES DE TOMAR DECISÕES E PRECISAVAM DE AUTORIZAÇÃO DE UM HOMEM. AS MULHERES SÓ FORAM ACEITAS EM UNIVERSIDADES A PARTIR DO ANO 1879.

VERDADE OU MENTIRA?

NO BRASIL OS HOMENS TINHAM DIREITO POR LEI DE BATER EM SUAS ESPOSAS ATÉ 1890

LUTA FEMINISTA!

ATÉ ESSA DATA A POSSIBILIDADE DE CASTIGO FÍSICO ERA APROVADA POR LEI. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA É CRIME! DENUNCIE.

VERDADE OU MENTIRA?

AS MULHERES CONQUISTARAM O DIREITO AO VOTO EM 1932. NÃO PODIAM VOTAR AS ANALFABETAS E AS MENORES DE 21 ANOS

LUTA FEMINISTA!

O BRASIL FOI O QUARTO PAÍS DA AMÉRICA A APROVAR O VOTO FEMININO. NO ENTANTO, EXCLUIU BOA PARTE DAS MULHERES AO VOTO AO PROIBIR O VOTO DAS ANALFABETAS.

VERDADE OU MENTIRA?

O DIREITO AO ABORTO FOI INSTITUÍDO NO CÓDIGO PENAL DE 1940, EM CASOS DE ESTUPRO OU RISCO À VIDA.

LUTA FEMINISTA!

O FEMINISMO LUTA PARA QUE TODAS AS MULHERES TENHAM ESSE DIREITO GARANTIDO CONFORME SUA ESCOLHA. E QUE O PROCEDIMENTO SEJA FEITO PRESERVANDO A DIGNIDADE DA MULHER

VERDADE OU MENTIRA?

ATÉ 1962 AS MULHERES PRECISAVAM DE AUTORIZAÇÃO DO MARIDO PARA TRABALHAR, VIAJA E RECEBER HERANÇA.

LUTA FEMINISTA!

EXISTIA NA LEI A INCAPACIDADE DA MULHER CASADA O QUE LEVAVA AOS SEUS MARIDOS A SEREM SEUS TUTORES.

VERDADE OU MENTIRA?

PARA SE TER UM CARTÃO DE CRÉDITO AS MULHERES PRECISAVAM DE UM AVALISTA HOMEM EM 1974.

LUTA FEMINISTA!

ASSIM COMO PARA ABRIR CONTA EM BANCOS.

VERDADE OU MENTIRA?



VERDADE OU MENTIRA?



VERDADE OU MENTIRA?



VERDADE OU MENTIRA?



VERDADE OU MENTIRA?



VERDADE OU MENTIRA?



VERDADE OU MENTIRA?



VERDADE OU MENTIRA?



VERDADE OU MENTIRA?



VERDADE OU MENTIRA?

ATÉ 1962 AS MULHERES CASADAS ERAM CONSIDERADAS INCAPAZES E PRECISAVAM DA TUTELA DO MARIDO

LUTA FEMINISTA!

EM 1962 FOI APROVADO O ESTATUTO DA MULHER CASADA. NELE SE ATESTOU A CAPACIDADE DA MULHER SEM PRECISAR DA TUTELA DO MARIDO.

VERDADE OU MENTIRA?

ATÉ 1977 ERA OBRIGATÓRIO A ADOÇÃO DO SOBRENOME DO MARIDO.

LUTA FEMINISTA!

A OBRIGATORIEDADE SIGNIFICAVA UMA AFIRMAÇÃO DO PODER DO MARIDO. TRADIÇÃO DO DIREITO ROMANO, O SOBRENOME DO MARIDO QUE A ESPOSA PASSAVA A USAR, FUNCIONAVA COMO UM CARIMBO A MOSTRAR QUE ELA TINHA UM "DONO E SENHOR."

VERDADE OU MENTIRA?

NO BRASIL POR 38 ANOS FOI PROIBIDA A PRÁTICA DO FUTEBOL PARA MULHERES

LUTA FEMINISTA!

ENTRE 1941 E 1979 FORAM PROIBIDAS AS PRÁTICAS ESPORTIVAS DITOS " DE HOMEM", ENTRE ELES O FUTEBO,L QUE ERAM CONSIDERADAS INCOMPATÍVEIS COM A SUA " NATUREZA FRÁGIL".

VERDADE OU MENTIRA?

EM 1941 ALGUNS ESPORTES FORAM CONSIDERADOS INCOMPATÍVEIS COM A NATUREZA FRÁGIL DAS MULHERES

LUTA FEMINISTA!

ENTRE 1941 E 1979 FORAM PROIBIDAS AS PRÁTICAS ESPORTIVAS QUE ERAM CONSIDERADAS INCOMPATÍVEIS COM A SUA " NATUREZA FRÁGIL" E QUE IMPOSSIBILITASSE A PRINCIPAL MISSÃO DA MULHER: TER FILHOS.

VERDADE OU MENTIRA?

170 ANOS APÓS A CRIAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS AS MULHERES FORAM ACEITAS NO EXÉRCITO: 1992.

LUTA FEMINISTA!

O LUGAR DA MULHER É NO EXÉRCITO TAMBÉM. O FEMINISMO LUTA PARA QUE AS MULHERES TENHAM A POSSIBILIDADE DE ESCOLHA DA SUA CARREIRA PROFISSIONAL.

VERDADE OU MENTIRA?

EXISTEM DELEGACIAS ESPECIALIZADAS NO ATENDIMENTO À MULHER

LUTA FEMINISTA!

UMA ANTIGA DEMANDA FEMINISTA QUE VIA O AMBIENTE HOSTIL NAS DELEGACIAS MAJORITARIAMENTE MASCULINAS COMO UM FATOR DE PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO. O ATENDIMENTO DEVERIA SER PRESTADO POR POLICIAIS DO SEXO FEMININO.

VERDADE OU MENTIRA?

EM 2021 FEZ 33 ANOS QUE AS MULHERES SÃO CONSIDERADAS IGUAIS EM DIREITOS E DEVERES AOS HOMENS

LUTA FEMINISTA!

ATÉ 1988 AS MULHERES E OS HOMENS NÃO ERAM CONSIDERADOS IGUAIS NA ÁREA JURÍDICA. SEU STATUS ERA INFERIOR E SUBMISSO EM RELAÇÃO AOS HOMENS

VERDADE OU MENTIRA?

EXISTE UMA LEI EM QUE 30% DAS VAGAS DE CADA PARTIDO DEVEM SER OCUPADAS POR MULHERES

LUTA FEMINISTA!

ESSA LEI FOI APROVADA EM 1995 E GARANTE A PARTICIPAÇÃO FEMININA NAS ELEIÇÕES.

VERDADE OU MENTIRA?

FALTA DE VIRGINDADE ERA JUSTIFICATIVA PARA A ANULAÇÃO DO CASAMENTO

LUTA FEMINISTA!

ATÉ 2002 O MARIDO PODIA PEDIR ANULAÇÃO DO CASAMENTO POR FALTA DE VIRGINDADE.

VERDADE OU MENTIRA?



VERDADE OU MENTIRA?



VERDADE OU MENTIRA?



VERDADE OU MENTIRA?



VERDADE OU MENTIRA?



VERDADE OU MENTIRA?



VERDADE OU MENTIRA?



VERDADE OU MENTIRA?



VERDADE OU MENTIRA?



VERDADE OU MENTIRA?

EXISTIU UMA LEI NO BRASIL EM QUE SE A MULHER SE CASASSE COM O SEU ESTUPRADOR/OU OUTRO HOMEM, O ESTUPRO DEIXAVA DE SER CRIME.

LUTA FEMINISTA!

APENAS EM 2005 ESSA LEI DEIXOU DE EXISTIR NO BRASIL.

VERDADE OU MENTIRA?

NO BRASIL EXISTE UMA LEI QUE COMBATE A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

LUTA FEMINISTA!

CRIADA EM 2006 E CONHECIDA COMO LEI MARIA DA PENHA COMBATE A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA AS MULHERES.

VERDADE OU MENTIRA?

O ASSÉDIO SÓ FOI CONSIDERADO CRIME EM 2001

LUTA FEMINISTA!

ASSÉDIO É QUALQUER ATO DE CUNHO SEXUAL SEM CONSENTIMENTO. QUALQUER TIPO DE TOQUE QUE CAUSE DESCONFORTO COMO BEIJOS, CARÍCIAS, ABRAÇOS, ETC...

VERDADE OU MENTIRA?

SEM CONSENTIMENTO TOCAR, ENCOSTAR E ACARICIAR É CONSIDERADO CRIME.

LUTA FEMINISTA!

É ASSÉDIO!
DENUNCIE!

VERDADE OU MENTIRA?

A OPRESSÃO É VIVIDA POR TODAS AS MULHERES, MAS RECAÍ DE FORMA DIFERENTE, CONFORME A CLASSE E A RAÇA.

LUTA FEMINISTA!

A ESSA IDEIA DÁ-SE O NOME DE INTERSECCIONALIDADE. FOI CRIADA PELO FEMINISMO NEGRO.

VERDADE OU MENTIRA?

NO BRASIL JÁ SE CONSIDEROU A ESTERILIZAÇÃO OBRIGATÓRIA EM MULHERES NEGRAS

LUTA FEMINISTA!

EM 1982 HOUVE UMA PROPOSTA DE CONTROLE DA NATALIDADE DE PESSOAS NEGRAS EM SÃO PAULO. FEMINISTAS E O MOVIMENTO NEGRO DENUNCIARAM ESSA PROPOSTA RACISTA.

VERDADE OU MENTIRA?

ESSA É UMA FRASE MACHISTA: " RECEBEU AUMENTO, ELA DEVE TER SAÍDO COM O CHEFE".

LUTA FEMINISTA!

FRASE QUE DESQUALIFICA A CAPACIDADE DA MULHER NO TRABALHO E AS SUAS CONQUISTAS.

VERDADE OU MENTIRA?

ESSA É UMA FRASE MACHISTA: "ISSO NÃO É PROFISSÃO DE MULHER".

LUTA FEMINISTA!

PROFISSÃO DE MULHER É AQUELA QUE ELA ESCOLHER!

VERDADE OU MENTIRA?

O FEMINISMO LUTA PELA LIBERDADE REPRODUTIVA

LUTA FEMINISTA!

ACREDITA-SE NA LIBERDADE DE ESCOLHA DAS MULHERES NO CONTROLE DO SEU PRÓPRIO CORPO PARA TER OU NÃO FILHOS.

VERDADE OU MENTIRA?



VERDADE OU MENTIRA?



VERDADE OU MENTIRA?



VERDADE OU MENTIRA?



VERDADE OU MENTIRA?



VERDADE OU MENTIRA?



VERDADE OU MENTIRA?



VERDADE OU MENTIRA?



VERDADE OU MENTIRA?



VERDADE OU MENTIRA?

ESSA É UMA ATITUDE MACHISTA: INTERROMPER CONSTANTEMENTE A FALA DE UMA MULHER.

LUTA FEMINISTA!

Manterrupting: Termo que descreve a atitude de interromper a mulher diversas vezes, de forma que ela não consegue terminar a frase. O termo foi popularizado com o estudo da Universidade de Yale que apontou que as senadoras pronunciavam-se menos que seus colegas.

VERDADE OU MENTIRA?

O QUE UMA FEMINISTA FAZ? DESAFIA A MISOGINIA.

LUTA FEMINISTA!

MISOGINIA: PRECONCEITO, ÓDIO E DESPREZO DOS HOMENS PELAS MULHERES

VERDADE OU MENTIRA?

EM 2020 O BRASIL TEVE A MENOR PROPORÇÃO DA AMÉRICA DE MULHERES EM EXERCÍCIO NA POLÍTICA

LUTA FEMINISTA!

EM UMA LISTA DE 190 PAÍSES O BRASIL OCUPOU A POSIÇÃO 142. A POPULAÇÃO FEMININA CORRESPONDE A 52,2% E OCUPA MENOS DE 20% DOS CARGOS POLÍTICOS.

VERDADE OU MENTIRA?

EM 2019 CERCA DE 66% DAS MULHERES ASSASSINADAS ERAM NEGRAS.

LUTA FEMINISTA!

EM 2019 FORAM ASSASSINADAS 3.739 MULHERES. HOUVE 1.314 CASOS DE FEMINICÍDIO, MULHERES MORTAS PELO FATO DE SEREM MULHERES. AS MULHERES NEGRAS SÃO A MAIORIA DAS VÍTIMAS

VERDADE OU MENTIRA?

CERCA DE 57.000 MULHERES FORAM ESTUPRADAS NO BRASIL EM 2019.

LUTA FEMINISTA!

ACREDITA-SE QUE ESSES DADOS CONTEMPLEM APENAS 10% DOS CASOS. MUITAS MULHERES NÃO FAZEM BOLETIM DE OCORRÊNCIA.

VERDADE OU MENTIRA?

36% DOS ABORTOS LEGAIS SÃO DE ADOLESCENTES MENORES DE 13 ANOS VITÍMAS DE ESTUPRO NO BRASIL

LUTA FEMINISTA!

O FEMINISMO LUTA POR POLÍTICAS PÚBLICAS CONTRA A CULTURA DO ESTUPRO E PELA DIGNIDADE NOS PROCEDIMENTOS LEGAIS E MÉDICOS DAS VÍTIMAS.

VERDADE OU MENTIRA?

58,5% DOS BRASILEIROS AFIRMAM QUE SE AS MULHERES SOUBESSEM SE COMPORTAR HAVERIA MENOS ESTUPROS.

LUTA FEMINISTA!

ESTUDO DE 2014 FEITO PELO INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA QUE OUVIU 3.810 PESSOAS.

A CULPA É SEMPRE DO ESTUPRADOR, NÃO DA ROUPA OU DO COMPORTAMENTO

VERDADE OU MENTIRA?

MAIS DE 50% DAS MULHERES SENTEM MEDO DE SER VÍTIMA DE AGRESSÃO SEXUAL.

LUTA FEMINISTA!

EM PESQUISA DO IPEA (2009) 68,15% DAS MULHERES NEGRAS E 57, 08% DAS MULHERES BRANCAS DECLARARAM SENTIR MEDO DE SOFRER AGRESSÃO SEXUAL.

VERDADE OU MENTIRA?

A PRÓPRIA RESIDÊNCIA É UM DOS LUGARES QUE MAIS OCORREM AGRESSÕES CONTRA AS MULHERES.

LUTA FEMINISTA!

MARIDOS, NAMORADOS E COMPANHEIROS SÃO OS AGRESSORES MAIS FREQUENTES.

VERDADE OU MENTIRA?



VERDADE OU MENTIRA?



VERDADE OU MENTIRA?



VERDADE OU MENTIRA?



VERDADE OU MENTIRA?



VERDADE OU MENTIRA?



VERDADE OU MENTIRA?



VERDADE OU MENTIRA?



VERDADE OU MENTIRA?



VERDADE OU MENTIRA?

O FEMINISMO LUTA PELA IGUALDADE SALARIAL PORQUE DEPENDENDO DO SEXO E DA COR DE PELE AS PESSOAS RECEBEM SALÁRIOS MENORES.



NA PESQUISA DO DIEESE (2021) CONSTATOU-SE QUE AS MULHERES RECEBEM MENOS QUE OS HOMENS. PRINCIPALMENTE EM CARGOS DE CHEFIA.

VERDADE OU MENTIRA?

É CORRETA A SENTENÇA: O FEMINISMO NÃO É SOBRE QUERER PRIVILÉGIOS. É SOBRE TER DIREITOS ASSEGURADOS



O FEMINISMO LUTA POR DIREITOS DAS MULHERES.

VERDADE OU MENTIRA?

É CORRETA A SENTENÇA: O FEMINISMO NÃO É SOBRE TER PODER SOBRE OS HOMENS, MAS SIM QUE AS MULHERES TENHAM SOBRE SI MESMAS.



O FEMINISMO LUTA PELA EMANCIPAÇÃO E LIBERDADE DAS MULHERES.

VERDADE OU MENTIRA?

FEMINISMO LUTA PELA SEGURANÇA DAS MULHERES: A CADA MINUTO NOVE MULHERES SÃO AGREDIDAS NO BRASIL.



LUTAR COM PROPOSIÇÕES DE LEIS E DE POLÍTICAS PÚBLICAS.

VERDADE OU MENTIRA?

O FEMINISMO É PARA TODAS: NEGRAS, BRANCAS, HOMOSSEXUAIS, HETEROSSEXUAIS, POBRES, RICAS.....



O FEMINISMO É PARA TODAS!

VERDADE OU MENTIRA?

UMA ESTRATÉGIA FEMINISTA É O EMPODERAMENTO. MEDIDAS PARA MELHORAR A VIDA DE PESSOAS OPRIMIDAS.



PRINCIPALMENTE MUDANÇAS LEGAIS E SOCIAIS, COMO MELHORAR A EDUCAÇÃO DE MENINAS.

VERDADE OU MENTIRA?

O QUE UMA FEMINISTA FAZ? LUTA CONTRA OBJETIFICAÇÃO DAS MULHERES NAS MÍDIAS.



QUE TRATA AS MULHERES COMO OBJETOS SEXUAIS DOS HOMENS E NÃO COMO INDIVÍDUOS COM PENSAMENTOS E DIREITOS PRÓPRIOS.

VERDADE OU MENTIRA?

O QUE DIZ UMA FEMINISTA? NOSSO CORPO NOS PERTENCE.



LEMA DO FEMINISMO NA SEGUNDA ONDA. AS MULHERES TÊM DIREITO DE DECIDIR SOBRE O SEU CORPO.

VERDADE OU MENTIRA?

O QUE FAZ UMA FEMINISTA? PROPÕE NOVAS LEIS A FAVOR DAS MULHERES.



COMO O CONSÓRCIO MARIA DA PENHA FORMADO POR VÁRIAS ONGS QUE ELABORARAM O ANTEPROJETO DA LEI CONTRA A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA.

VERDADE OU MENTIRA?



VERDADE OU MENTIRA?



VERDADE OU MENTIRA?



VERDADE OU MENTIRA?



VERDADE OU MENTIRA?



VERDADE OU MENTIRA?



VERDADE OU MENTIRA?



VERDADE OU MENTIRA?



VERDADE OU MENTIRA?



VERDADE OU MENTIRA?

O QUE AS FEMINISTAS FAZEM? MARCHAM PARA PROTESTAR E DENUNCIAR

LUTA FEMINISTA!

PASSEATAS E MARCHAS FORAM MEIOS ESTRATÉGICOS DAS FEMINISTAS. NO SÉCULO XXI A MARCHA DAS MARGARIDAS QUE LUTA PELOS DIREITOS DAS MULHERES DO CAMPO, DAS ÁGUAS E DA FLORESTA TEVE MAIS DE 100.000 PESSOAS.

VERDADE OU MENTIRA?

O QUE AS FEMINISTAS FAZEM? ESCREVEM EM JORNAIS, LIVROS E NAS MÍDIAS SOCIAIS PARA DENUNCIAR A SITUAÇÃO DAS MULHERES

LUTA FEMINISTA!

DENUNCIAR E INFORMAR OUTRAS MULHERES SOBRE OS SEUS DIREITOS E SUAS LUTAS

VERDADE OU MENTIRA?

QUEM SÃO AS FEMINISTAS? MULHERES QUE ASSUMEM SEU PAPEL POLÍTICO E PERCEBEM-SE NUMA SOCIEDADE EM QUE AS MULHERES ESTÃO NUMA RELAÇÃO DESIGUAL COM OS HOMENS

LUTA FEMINISTA!

E A PARTIR DISSO, DECIDEM MUDAR O MUNDO AO SEU REDOR.

VERDADE OU MENTIRA?

PELO QUE AS FEMINISTAS LUTAM? CONTRA O CASAMENTO INFANTIL

LUTA FEMINISTA!

O BRASIL É O QUARTO PAÍS DO MUNDO EM INCIDÊNCIA DE CASOS. EM 2019 FORAM 109.594 CASAMENTOS DE MENORES DE 18 ANOS.

VERDADE OU MENTIRA?

AS MULHERES GASTAM 95% A MAIS DE TEMPO COM AFAZERES DOMÉSTICOS DO QUE OS HOMENS.

LUTA FEMINISTA!

EM PESQUISA DE 2019 PELO DIEESE. APONTOU A DUPLA JORNADA DAS MULHERES.

VERDADE OU MENTIRA?

O FEMINISMO LUTA CONTRA ESTEREÓTIPOS SOBRE A MULHER: SOBRE SEUS CABELOS, FORMA DE SEUS CORPOS E SEUS COMPORTAMENTOS.

LUTA FEMINISTA!

EXEMPLOS DE PAUTA DE LUTA DA MARCHA DAS VADIAS!

VERDADE OU MENTIRA?

FEMINISMO É IGUAL AO MACHISMO

MENTIRA

NÃO É SOBRE SER SUPERIOR AOS HOMENS. É SOBRE TER SEUS DIREITOS ASSEGURADOS

VERDADE OU MENTIRA?

O FEMINISMO SURGIU NO ANO 2000.

MENTIRA

A LUTA DO FEMINISMO DATA DO SÉCULO XIX. MAS POR SÉCULOS AS MULHERES DENUNCIAM AS DESIGUALDADES E OPRESSÕES E LUTAM POR SEUS DIREITOS.

VERDADE OU MENTIRA?

SÓ EXISTE UM TIPO DE FEMINISMO.

MENTIRA

EXISTEM VÁRIOS TIPOS DE FEMINISMOS QUE ABRAÇAM DIFERENTES MULHERES E PAUTAS DE LUTAS.

VERDADE OU MENTIRA?



VERDADE OU MENTIRA?



VERDADE OU MENTIRA?



VERDADE OU MENTIRA?



VERDADE OU MENTIRA?



VERDADE OU MENTIRA?



VERDADE OU MENTIRA?



VERDADE OU MENTIRA?



VERDADE OU MENTIRA?



VERDADE OU MENTIRA?

O QUE AS FEMINISTAS FAZEM?
ODEIAM
CRIANÇAS E MÃES .



AS FEMINISTAS APOIAM AS ESCOLHAS DAS MULHERES EM QUERER OU NÃO TER FILHOS.

VERDADE OU MENTIRA?

É CORRETA A FRASE:
NÃO EXITE MACHISMO,
É TUDO MI, MI, MI .



AS MULHERES VIVENCIAM O MACHISMO DIARIAMENTE, NO TRABALHO, NA ESCOLA E EM CASA.
NÃO É MI, MI, MI SÃO SUAS VIDAS E SEUS PROTESTOS.

VERDADE OU MENTIRA?

QUEM SÃO AS FEMINISTAS?
FEMINISTAS SÓ SÃO AS
MULHERES QUE PROTESTAM
DE PEITO DE FORA.



COMO FORMA DE PROTESTO PARA MOSTRAR QUE O CORPO DA MULHER PERTENCE A ELA. E QUE MESMO SEM ROUPA NINGUÉM TEM O DIREITO DE TOCÁ-LO ALGUMAS FEMINISTAS USAM SEU CORPO COMO BANDEIRA DE LUTA. MAS EXISTEM CENTENAS DE FORMAS DE PROTESTO E DE SER FEMINISTA.

VERDADE OU MENTIRA?

NÃO TEM NENHUMA
FEMINISTA BRASILEIRA.



NA HISTÓRIA DO FEMINISMO BRASILEIRO CENTENAS DE MULHERES SE AUTODECLARARAM COMO FEMINISTAS E LUTARAM POR DIREITOS QUE TEMOS AGORA.

VERDADE OU MENTIRA?

O QUE DIZEM AS FEMINISTAS?
FEMINISTAS NÃO
PODEM SE DEPILAR .



O FEMINISMO LUTA PELA LIBERDADE DA MULHER E NÃO DITA O QUE ELA DEVE FAZER.

VERDADE OU MENTIRA?

É CORRETA A FRASE:
AS MULHERES SÃO
NATURALMENTE DOCÉIS
E SUBMISSAS.



ISSO É DETERMINISMO BIOLÓGICO: NELE ACREDITA-SE QUE A PERSONALIDADE E OS COMPORTAMENTOS SÃO INATOS E DETERMINADOS PELO SEXO. A IDEIA É QUE POR NASCER MULHER TEM-SE UM PAPEL DETERMINADO PARA CUMPRIR.

VERDADE OU MENTIRA?

O QUE FAZEM AS FEMINISTAS?
ODEIAM OS HOMENS.



AS FEMINISTAS LUTAM CONTRA O MACHISMO E NÃO CONTRA OS HOMENS.

VERDADE OU MENTIRA?

TODAS AS MULHERES TÊM
INSTINTO MATERNAL E TÊM
QUE SER MÃES.



O FEMINISMO DEFENDE A LIBERDADE REPRODUTIVA DE CADA MULHER.
E QUE AS MULHERES SÃO DIFERENTES UMAS DAS OUTRAS.

VERDADE OU MENTIRA?

É CORRETA A FRASE:
QUANTO MAIS FEMINISTA,
MENOS FEMININA.



O FEMINISMO DEFENDE A LIBERDADE DAS MULHERES PARA SE VESTIR E SE COMPORTAR COMO ELAS QUISEREM. NÃO É O USO DO SALTO ALTO E DE MAQUIAGEM QUE VAI DITAR SOBRE SER FEMINISTA OU NÃO.

VERDADE OU MENTIRA?



VERDADE OU MENTIRA?



VERDADE OU MENTIRA?



VERDADE OU MENTIRA?



VERDADE OU MENTIRA?



VERDADE OU MENTIRA?



VERDADE OU MENTIRA?



VERDADE OU MENTIRA?



VERDADE OU MENTIRA?



VERDADE OU MENTIRA?

QUEM É FEMINISTA? AQUELA QUE NÃO USA MAQUIAGEM. É PROIBIDO ENTRE AS FEMINISTAS.



O FEMINISMO DEFENDE A LIBERDADE DE ESCOLHA DAS MULHERES. USAR MAQUIAGEM OU NÃO A ESCOLHA É DA MULHER

VERDADE OU MENTIRA?

FEMINISMO SÓ É BOM PARA MULHERES.



O FEMINISMO DEFENDE UM MUNDO SEM PRECONCEITOS E IGUALITÁRIO ENTRE HOMENS E MULHERES. UMA SOCIEDADE MAIS JUSTA É BOM PARA TODOS.

VERDADE OU MENTIRA?

PARA SER FEMINISTA TEM QUE SER ATIVISTA E IR EM PROTESTOS.



EXISTEM DIVERSAS FORMAS DE VIVER O FEMINISMO E IR A PROTESTOS É APENAS UMA DELAS.

VERDADE OU MENTIRA?

USAR MAQUIAGEM E ROUPAS SENSUAIS TE FAZ MENOS FEMINISTA.



O FEMINISMO DEFENDE A LIBERDADE DE ESCOLHA DAS MULHERES. USAR MAQUIAGEM OU NÃO, A ESCOLHA É DA MULHER.

VERDADE OU MENTIRA?

FEMINISMO SÓ TEM UMA LUTA: IGUALDADE



AS LUTAS DO FEMINISMO SÃO DIVERSAS. ENTRE ELAS O FIM DA OPRESSÃO, A EXPLORAÇÃO E O SEXISMO, RACISMO, POR TERRAS, POR TRABALHO, ETC...

VERDADE OU MENTIRA?

DONAS DE CASA NÃO PODEM SER FEMINISTAS.



O FEMINISMO DEFENDE A LIBERDADE DE ESCOLHA DAS MULHERES DA SUA FORMA DE VIVER.

VERDADE OU MENTIRA?

TODA FEMINISTA É ABORTISTA.



O FEMINISMO DEFENDE QUE AS MULHERES TENHAM OPORTUNIDADE DE ESCOLHA SOBRE SEUS PRÓPRIOS CORPOS. E FAÇAM OS PROCEDIMENTOS DE FORMA SEGURA. É SOBRE ESCOLHA E NÃO SOBRE ABORTO.

VERDADE OU MENTIRA?

TODA FEMINISTA É LÉSBICA

.



SER FEMINISTA É UMA ESCOLHA E UM POSICIONAMENTO POLÍTICO. SER LÉSBICA É UMA ORIENTAÇÃO SEXUAL.

VERDADE OU MENTIRA?

FEMINISTAS NÃO PODEM DEIXAR O HOMEM PAGAR A CONTA .



O FEMINISMO DEFENDE A LIBERDADE DE ESCOLHA DAS MULHERES DA SUA FORMA DE VIVER. AS MULHERES PODEM PAGAR A CONTA, DIVIDIR OU DEIXAR ALGUÉM PAGAR.

VERDADE OU MENTIRA?



VERDADE OU MENTIRA?



VERDADE OU MENTIRA?



VERDADE OU MENTIRA?



VERDADE OU MENTIRA?



VERDADE OU MENTIRA?



VERDADE OU MENTIRA?



VERDADE OU MENTIRA?



VERDADE OU MENTIRA?



VERDADE OU MENTIRA?

EXISTEM TRABALHOS QUE A MULHER NÃO PODE FAZER SÓ POR SER MULHER.

MENTIRA

AS MULHERES TÊM LIBERDADE DE ESCOLHA E CAPACIDADE DE REALIZAR QUALQUER TRABALHO.

BASTA QUE TENHAM OPORTUNIDADE PARA FAZÊ-LO.

VERDADE OU MENTIRA?

FEMINISTA E FEMINAZI É A MESMA COISA .

MENTIRA

FEMINAZI É UM TERMO PEJORATIVO PARA DESCREVER AS FEMINISTAS. A JUNÇÃO ENTRE FEMINISTAS E NAZISTAS.
NÃO DEVE SER USADO.

VERDADE OU MENTIRA?

O BRASIL FOI O PRIMEIRO PAÍS DA AMÉRICA LATINA A APROVAR O VOTO FEMININO.

MENTIRA

O PRIMEIRO PAÍS FOI O URUGUAI. O BRASIL FOI O QUARTO PAÍS A APROVAR O SUFRÁGIO FEMININO NA AMÉRICA.

VERDADE OU MENTIRA?

O DIREITO DE ESTUDAR EM ESCOLAS PÚBLICAS FOI GARANTIDO EM 1550 ÀS MULHERES.

MENTIRA

AS MENINAS TIVERAM ACESSO A ESCOLA PÚBLICA APENAS EM 1827. MAS A GRADE CURRICULAR NÃO ERA IGUAL AO DOS MENINOS. APRENDIAM PRENDAS DOMÉSTICAS.

VERDADE OU MENTIRA?

O FEMINISMO É CONTRA A RELIGIÃO.

MENTIRA

O FEMINISMO É CONTRA A EXPLORAÇÃO E OPRESSÃO SEXISTA E NÃO CONTRA A RELIGIÃO.

VERDADE OU MENTIRA?

NO BRASIL O ABORTO É LEGALIZADO PARA TODAS AS MULHERES.

MENTIRA

AINDA NÃO EXISTE A DESCRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO NO BRASIL. É LEGALIZADA APENAS NOS CASOS DE ESTUPRO, RISCO DE VIDA DA MÃE OU FETO ANENCÉFALO.

VERDADE OU MENTIRA?

MULHERES SÃO MAIS FRACAS E POR ISSO MERECEM GANHAR MENOS.

MENTIRA

O FEMINISMO DEFENDE A IGUALDADE SALARIAL E A CAPACIDADE DAS MULHERES EM REALIZAR QUALQUER TRABALHO QUE DECIDAM FAZÊ-LO.

VERDADE OU MENTIRA?

CULTURA DO ESTUPRO NÃO EXISTE NO BRASIL.

MENTIRA

EXISTE. COMO MOSTROU A PESQUISA EM QUE 58,5% DOS ENTREVISTADOS DISSERAM QUE A AGRESSÃO SEXUAL ERA CAUSADA PELAS VITÍMAS.

VERDADE OU MENTIRA?

TODAS AS FEMINISTAS SÃO FEIAS, VELHAS E AGRESSIVAS.

MENTIRA

EXISTEM PRECONCEITOS COM A PALAVRA FEMINISTA E SUAS ADEPTAS.
FEMINISTA É TODA AQUELA QUE DECIDA SER FEMINISTA.

VERDADE OU MENTIRA?



VERDADE OU MENTIRA?



VERDADE OU MENTIRA?



VERDADE OU MENTIRA?



VERDADE OU MENTIRA?



VERDADE OU MENTIRA?



VERDADE OU MENTIRA?



VERDADE OU MENTIRA?



VERDADE OU MENTIRA?



VERDADE OU MENTIRA?

EM BRIGA DE MARIDO E MULHER NÃO SE METE A COLHER.

MENTIRA

SE SALVA A MULHER CHAMANDO A POLÍCIA E ACIONANDO A LEI MARIA DA PENHA.

DENUNCIE CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA.

VERDADE OU MENTIRA?

NO PERÍODO DA REPÚBLICA BRASILEIRA AS MULHERES SEMPRE FORAM CONSIDERADAS IGUAIS EM DIREITOS E DEVERES AOS HOMENS

MENTIRA

FOI APENAS EM 1988 QUE AS MULHERES CONQUISTARAM O STATUS DE IGUALDADE JURÍDICA.

VERDADE OU MENTIRA?

AS MULHERES JÁ CONQUISTARAM TUDO. NÃO PRECISAM MAIS DO FEMINISMO.

MENTIRA

EXISTEM MUITAS PAUTAS DE LUTA: TRABALHO, SEGURANÇA, RACISMO, TERRAS.....

VERDADE OU MENTIRA?

NO ESTUDO DE 2016 FOI PROVADO CIENTIFICAMENTE QUE OS HOMENS SÃO MAIS INTELIGENTES E CAPAZES QUE AS MULHERES.

MENTIRA

MULHERES E HOMENS TÊM A MESMA CAPACIDADE. NÃO EXISTE NENHUM ESTUDO QUE COMPROVE A INFERIORIDADE DA CAPACIDADE FEMININA

VERDADE OU MENTIRA?

AS MULHERES TÊM DIREITO ABSOLUTO AO SEU PRÓPRIO CORPO CONFORME A LEI DE 1960

MENTIRA

EXISTEM LEIS QUE REGULAM A LIVRE ESCOLHA SOBRE SEUS PRÓPRIOS CORPOS E SUA LIBERDADE REPRODUTIVA.

VERDADE OU MENTIRA?

TODO MOVIMENTO DE MULHERES É FEMINISTA

MENTIRA

NÃO. TEM-SE ATÉ MOVIMENTOS DE MULHERES ANTI-FEMINISTAS.

VERDADE OU MENTIRA?

AS FEMINISTAS QUEREM ROUBAR O LUGAR DOS HOMENS.

MENTIRA

AS FEMINISTAS LUTAM PARA QUE AS MULHERES TAMBÉM TENHAM UM LUGAR. TENHAM OPORTUNIDADES!

VERDADE OU MENTIRA?

70% DOS BRASILEIROS ACREDITAM QUE AGRESSÃO CONTRA A MULHER DEVE SER TRATADA NA POLÍCIA.

MENTIRA

PARA PARTE DA POPULAÇÃO A AGRESSÃO DEVE SER TRATADA DENTRO DE CASA.

AGRESSÃO É CRIME. DENUNCIE.

VERDADE OU MENTIRA?

O QUE AS FEMINISTAS DIZEM? NÃO EXISTE LUGAR PARA OS HOMENS NO FEMINISMO.

MENTIRA

OS HOMENS PODEM E DEVEM PARTICIPAR DAS LUTAS DAS MULHERES, MAS NÃO COMO PROTAGONISTAS.

VERDADE OU MENTIRA?



VERDADE OU MENTIRA?



VERDADE OU MENTIRA?



VERDADE OU MENTIRA?



VERDADE OU MENTIRA?



VERDADE OU MENTIRA?



VERDADE OU MENTIRA?



VERDADE OU MENTIRA?



VERDADE OU MENTIRA?



VERDADE OU MENTIRA?

EXPOR A VIDA ÍNTIMA DE UMA MULHER NÃO É UM CRIME.



É UMA VIOLÊNCIA MORAL E ESTÁ PREVISTA NA LEI MARIA DA PENHA.

CARTA DO(A) JOGADOR(A)



RESPONDA UMA QUESTÃO PARA O OUTRO JOGADOR.

CARTA DO(A) JOGADOR(A)



OUTRO JOGADOR RESPONDE UMA QUESTÃO POR VOCÊ.

CARTA DO(A) JOGADOR(A)



RESPONDA UMA QUESTÃO PARA O OUTRO JOGADOR.

CARTA DO(A) JOGADOR(A)



OUTRO JOGADOR RESPONDE UMA QUESTÃO POR VOCÊ.

CARTA DO(A) JOGADOR(A)



RESPONDA UMA QUESTÃO PARA O OUTRO JOGADOR.

CARTA DO(A) JOGADOR(A)



OUTRO JOGADOR RESPONDE UMA QUESTÃO POR VOCÊ.

CARTA DO(A) JOGADOR(A)



RESPONDA UMA QUESTÃO PARA O OUTRO JOGADOR.

CARTA DO(A) JOGADOR(A)



OUTRO JOGADOR RESPONDE UMA QUESTÃO POR VOCÊ.

VERDADE OU MENTIRA?



VERDADE OU MENTIRA?



VERDADE OU MENTIRA?



VERDADE OU MENTIRA?



VERDADE OU MENTIRA?



VERDADE OU MENTIRA?



VERDADE OU MENTIRA?



VERDADE OU MENTIRA?



VERDADE OU MENTIRA?



PEÇAS DOS (AS) JOGADORES (AS)

Podem ser confeccionados círculos e colocadas as imagens abaixo. Pode-se também colá-las nas peças do jogo de botão. Foram criadas dois tipos:





Box with lid 22×16×7 LID 4 (cm)



templatemaker.nl (C) Please, refer to the very permissive license!

lid



CRIADO POR DENISE R CRUZ
ORIENTAÇÃO DE MARTHA D HAMEINSTER

CONTÉM:
1 JOGO DA MEMÓRIA FEMINISTA
1 JOGO DA LINHA DO TEMPO DAS CONQUISTAS E DIREITOS DAS MULHERES.
1 JOGO JUNTE-SE À LUTA: DERROTE OS PRECONCEITOS CONTRA AS MULHERES
1 JOGO DE TABULEIRO: NO CAMINHO DO FEMINISMO: É VERDADE OU MENTIRA?.

2-6 JOGADORES

12+ ANOS

JOGOS DE CARTAS E DE TABULEIRO DESENVOLVIDOS COMO PRODUTO DO MESTRADO PROFISSIONAL DE ENSINO DE HISTÓRIA- PROF-HISTÓRIA- UFPR-2022

"O OBJETIVO É LEVAR PARA DENTRO DA SALA DE AULA, A HISTÓRIA DAS FEMINISTAS, SUAS LUTAS E ESTRATÉGIAS."

DURAÇÃO DE CADA JOGO: 20 MINUTOS

ACESSE O GUIA DOS JOGOS PELO QRCODE.

VOCÊ VAI ENCONTRAR:
-UM GLOSSÁRIO DE TERMOS DO FEMINISMO
-BREVE BIOGRAFIA DAS FEMINISTAS CITADAS
-SOBRE AS CONQUISTAS E DIREITOS DAS MULHERES
- SOBRE PRECONCEITOS E ESTRATÉGIAS DE LUTA
-SOBRE FATOS E MENTIRAS CONTADAS SOBRE O FEMINISMO.